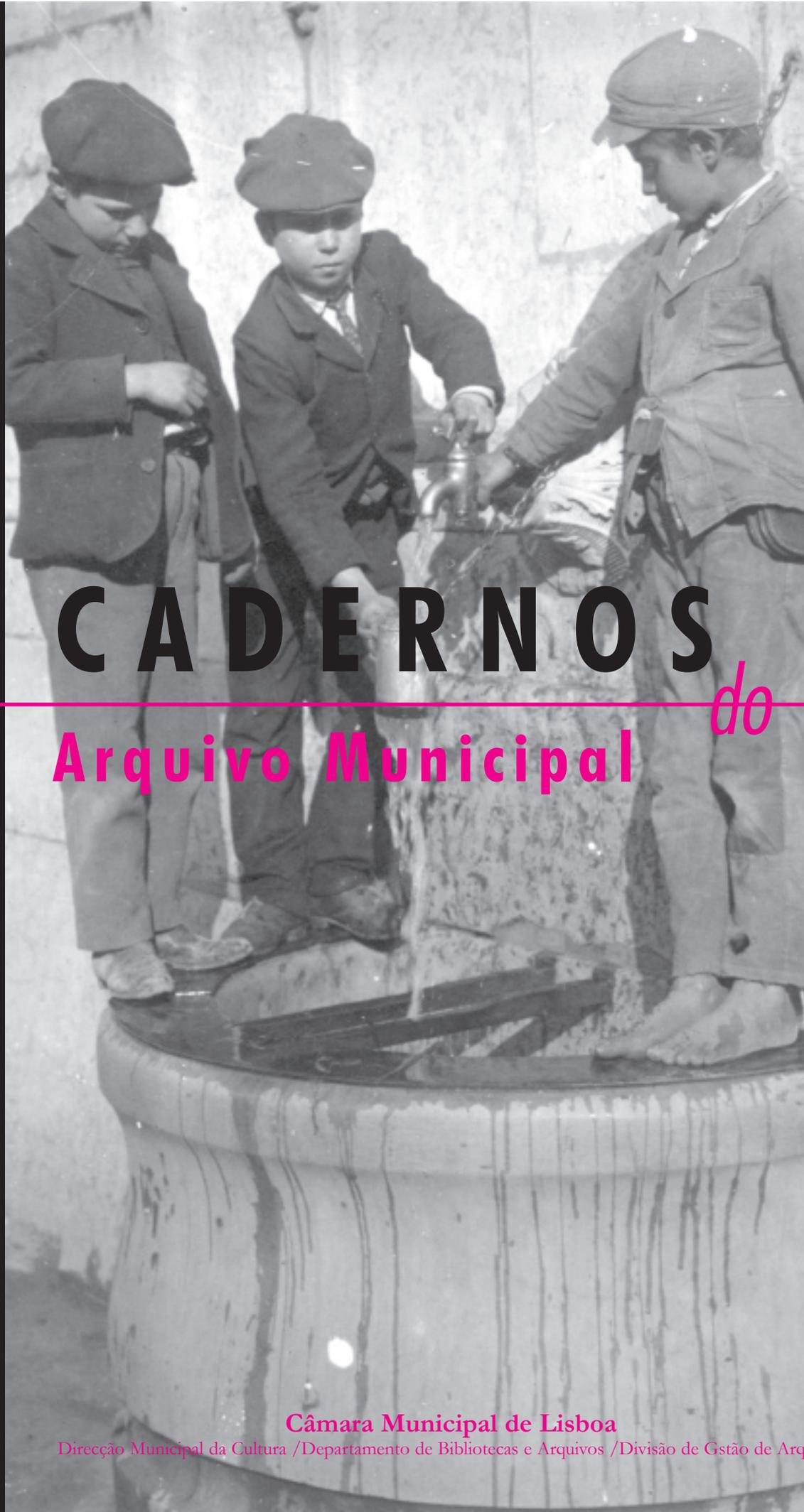


9



# CADERNOS

do

## Arquivo Municipal

Câmara Municipal de Lisboa

Direção Municipal da Cultura / Departamento de Bibliotecas e Arquivos / Divisão de Gestão de Arquivos

2007







**CADERNOS** *do*

---

**Arquivo Municipal**



# CADERNOS

---

**Arquivo Municipal** *do*

# **CADERNOS** **do** **Arquivo Municipal**

Nº9 - 2007

## **Propriedade**

Câmara Municipal de Lisboa/ Direcção Municipal de Cultura  
Departamento de Bibliotecas e Arquivos/ Divisão de Gestão de Arquivos

## **Direcção**

Inês Morais Viegas

## **Coordenação**

Paula Leal Serafim / Sara Loureiro

## **Redacção**

Adelaide Brochado / Ana Marçal / Ana Paula Moita / Aurora Almada e Santos / Catarina Teles Ferreira Camarinhas / Inês Viegas / Irene Catarino / Isabel Corda / Jorge Mangorrinha / Juliana Ferreira / Luís Pavão / Luís Pica / Mónica Queiroz / Natália Antónia / Paula Figueiredo / Paula Leal Serafim / Rui Alexandre Gâmbôa Paixão / Sara Loureiro / Vasco Brito

## **Revisão**

Paula Leal Serafim / Sara Loureiro

## **Revisão Bibliográfica**

Marta Gomes

## **Design Gráfico**

Joana Pinheiro / Marília Afonso Lopes

## **Fotografias / Digitalização**

José Luís Neto / Ricardo Salgado

## **Capa**

Chafariz do Rato, 1907-03, Joshua Benoliel. Portugal Arquivo Municipal de Lisboa Arquivo Fotográfico

## **Pré-Impressão**

Câmara Municipal de Lisboa / Imprensa Municipal

## **Impressão**

Câmara Municipal de Lisboa / Imprensa Municipal

## **Tiragem**

1000 exemplares

## **Depósito Legal:**

ISSN: 0873-9870

## ÍNDICE

<b>Apresentação</b>	
Rui Mateus Pereira .....	9
<b>Editorial</b>	
Inês Morais Viegas .....	11
<b>Reconstituição e análise da documentação produzida por Afonso Mexia, escrivão da Câmara e da Fazenda de D. Manuel I e de D. João III.</b>	
Sara Loureiro .....	12
<b>Poderes concorrentes na entrada régia de 1581: poder representado e poder imaginado</b>	
Adelaide Brochado .....	50
<b>A Dinâmica da condução e distribuição de águas à cidade de Lisboa: a vontade régia e o empenho municipal</b>	
Paula Leal Serafim .....	66
<b>Vida e obra do engenheiro Pedro José Pezerat e sua actividade na liderança da Repartição Técnica da Câmara Municipal de Lisboa (1852-1872)</b>	
Rui Alexandre Gâmbôa Paixão .....	100
<b>Lisboa Republicana</b>	
Jorge Mangorrinha .....	114
<b>A Câmara Municipal de Lisboa na transição da República para o Estado Novo: as reorganizações dos Serviços Municipais (1925-1938)</b>	
Aurora Almada e Santos .....	146
<b>Elementos para o estudo do Plano de Urbanização da cidade de Lisboa (1938)</b>	
Catarina Teles Ferreira Camarinhas, Vasco Brito .....	164
<b>Arquivo Municipal de Lisboa - caminhar para uma gestão integrada</b>	
Inês Viegas, Irene Catarino .....	194
<b>O Projecto de Arquivos Correntes na Câmara Municipal de Lisboa</b>	
Nátália Antónia, Ana Marçal, Juliana Ferreira .....	206
<b>Eduardo Portugal (1900-1958)</b>	
Ana Paula Moita, Isabel Corda .....	220
<b>O Espólio de Eduardo Portugal</b>	
Luís Pavão .....	238
<b>Comunicar o Arquivo Municipal de Lisboa</b>	
Luís Pica .....	252
<b>O Serviço Educativo no Arquivo Municipal de Lisboa/Arquivo Fotográfico</b>	
Paula Figueiredo .....	264
<b>O portal Revelar Lx e a divulgação da documentação do Arquivo Municipal de Lisboa</b>	
Mónica Queiroz .....	280
<b>Notícias</b> .....	290



## INTRODUÇÃO

Na sua nona edição, seguindo as tendências das boas práticas de acesso à informação, do manuseamento documental versátil e não intrusivo, os Cadernos do Arquivo passam ao domínio do virtual e são agora disponibilizados on-line.

Lisboa e o seu Arquivo têm feito um esforço notável na modernização do tratamento dos seus acervos e na sua divulgação, sendo hoje uma referência a nível nacional e modelo de organização para arquivos por todo o país. Apesar de dificuldades de várias ordens foi sendo possível canalizar recursos para esta área vital da organização administrativa e da memória da cidade, com resultados crescentemente visíveis.

A presente edição dos 'Cadernos do Arquivo' são mais um valioso contributo para a investigação e divulgação da história de Lisboa, uma vertente também fundamental da missão do Arquivo Municipal, talvez a que melhor espelha a qualidade técnica e científica dos seus recursos humanos.



## EDITORIAL

Mais uma edição dos Cadernos do Arquivo que revela a preocupação do Arquivo Municipal de Lisboa em continuar a disponibilizar ao público um acervo tão rico e variado, mantendo, em simultâneo, projectos técnicos de actualização e modernização dos seus serviços, como o caminho para uma gestão integrada, a actuação dos arquivos correntes na Câmara Municipal de Lisboa e a comunicação no Arquivo Municipal de Lisboa.

O reflexo do carácter abrangente do tratamento, estudo e investigação do nosso espólio é a variedade de temas abrangidos nesta edição: fontes primárias, como a documentação produzida por Afonso Mexia; elementos para o estudo da entrada régia de 1581; o empenho municipal no abastecimento de água a Lisboa; a Lisboa republicana; a reorganização dos serviços municipais (1925-1938); o plano de urbanização de Lisboa de 1938 ou ainda as notas biográficas do Eng.º Pedro José Pezerat e do fotógrafo Eduardo Portugal. A par destas abordagens, este número dos cadernos foca ainda as acções promovidas pelo Serviço Educativo e pelo Portal Revelar LX.

A todos os técnicos e investigadores que contribuíram para esta nova edição testemunhamos o nosso apreço pela forma como a história da Cidade é divulgada, preservando o estudo da memória de Lisboa.

Reconstituição e análise da  
documentação produzida por  
Afonso Mexia, escrivão da  
Câmara e da Fazenda de D.  
Manuel I e de D. João III.

---

Sara Loureiro

## INTRODUÇÃO

O presente artigo tem por base a dissertação de Mestrado em Paleografia e Diplomática, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa<sup>1</sup>.

Neste artigo, analisa-se o percurso administrativo do oficial régio Afonso Mexia, enquanto escrivão da Câmara e da Fazenda, bem como vedor da Fazenda da Índia, com destaque para a sua actividade como redactor de diplomas régios.

Analizamos os ofícios exercidos por Afonso Mexia e as atribuições respectivas, bem como a sua carreira na Índia.

Centrámo-nos na actividade de Afonso Mexia como escrivão, subscritor e autor de registo da documentação régia, cujo levantamento realizámos. Estes documentos ilustram a actividade desenvolvida por Afonso Mexia no decorrer do seu percurso administrativo. Procurámos caracterizar a produção documental deste oficial no âmbito das suas funções ao serviço do rei, bem como a sua ligação à Corte e a sua importância na burocracia régia, durante os reinados de D. Manuel I e D. João III.

Analisámos a tipologia documental quanto à forma e ao conteúdo dos actos, que dividimos em cinco grandes compartimentos: Graça, Fazenda, Administração Geral, Justiça e *Diversos*. Também caracterizámos o tipo de escrita utilizada por Afonso Mexia.

## 1. AFONSO MEXIA: OFÍCIOS RÉGIOS EXERCIDOS E RESPECTIVAS ATRIBUIÇÕES

A pesquisa dos dados biográficos sobre esta figura da burocracia régia da primeira metade de Quinhentos rendeu alguma informação.

Afonso Mexia nasceu em 1477<sup>2</sup> e faleceu no dia 2 de Julho de 1557<sup>3</sup>. Natural de Campo Maior<sup>4</sup>, era filho de Martim Gomes de Mexia, duma família de origem castelhana. Serviu os reis D. Manuel I e D. João III, ao longo de uma demorada carreira (cerca de 50 anos), falecendo com 80 anos de idade e sendo sepultado na capela do Espírito Santo, em São

---

<sup>1</sup> Defendida no dia 16 de Janeiro de 2007, obtendo a classificação máxima por unanimidade.

<sup>2</sup> Não encontramos referências ao dia e mês de nascimento, mas a lápide sepulcral afirma ter morrido com 80 anos.

<sup>3</sup> Como mostra o seu epitáfio. *Reservados. Códice 426*. Portugal, Biblioteca Nacional de Lisboa.

<sup>4</sup> *Chancelaria de D. João III*, Liv. 27, fl. 56; *Corpo Cronológico*, P. I, Mc. 71, doc. 140. Portugal, Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo. Estes documentos mencionam que Afonso Mexia era natural de Campo Maior e esteve ligado a esta vila durante toda a sua vida.

Domingos de Lisboa<sup>5</sup>. Como mostra o seu epitáfio era casado com Dona Beatriz Carreira, que à data da sua morte falecera em 1527, havia já 30 anos.

Afonso Mexia exerceu vários ofícios de importância, demonstrando ser pessoa da confiança dos monarcas. Surgiu como escrivão de cartas régias no reinado de D. Manuel I<sup>6</sup>, a partir do ano de 1496. No ano de 1497 (ano de convocação de Cortes) aparece novamente a redigir documentos<sup>7</sup> devido ao grande aumento de trabalho inerente a essa convocação. No ano de 1498 continuou a marcar presença na redacção de cartas régias de resposta a capítulos de Cortes<sup>8</sup>. A 30 de Março de 1504 recebeu a nomeação como escrivão da Câmara Real<sup>9</sup> e a 20 de Fevereiro de 1521, como escrivão da Fazenda Régia<sup>10</sup>. Com a mudança de reinado, de D. Manuel I para D. João III, a situação não se alterou, pois D. João III confirmou todos os seus cargos, que já exercia no tempo de D. Manuel I, dando-lhe provimento noutros de extrema importância para o governo do Reino e zonas ultramarinas. No reinado de D. João III, em 1523, foi nomeado vedor da Fazenda da Índia<sup>11</sup>. Exerceu este cargo entre 1524 e 1531, acumulando com o de capitão da Capitania de Cochim (1526-1529).

No regresso de Além-Mar, manteve as suas funções ligadas à Fazenda Régia, registando e /ou subscrevendo documentos.

---

<sup>5</sup> Podemos observar estes dados no seu epitáfio, referido na nota 3, que passamos a citar: *Em São Domingos de Lisboa na capella do Espirito Santo (...) Sepultura de Afonso Mexia dos Mexias de Castella, 4º neto por linha masculina legitima de Dom Fernam Rodriguez Mexia comendador merdelção, bisneto de Gonsalo Vas Mexia, neto de Lupo Vas Mexia os quais servirão honrradamente na guerra em defenção deste reino em a conquista d'Africa, filho de Martim Gomes Mexia que servio com homens e cavalos na guerra em defenção deste reino e foi a conquista da Grão Canaria com Dom Diogo da Silva primeiro conde de Portalegre capitão mor do qual por muitas calidades de sua pesoa foi por veses emcarregado das principais fortalezas com toda aiurdisão e elle Afonso Mexia servio sincoenta annos em Portugal, India e Mina, em cargos de importancia sempre bem e fielmente a el rei Dom Manoel e a el rei Dom João 3º. Viveo oitenta annos, faleseo a dous de iulho de 1557, trinta annos dipois do falecimento de Breatis Carreira, sua molher que aqui jas, mandou fazer esta capella e a dotou por misa cotidiana por seu comprimiso.*

<sup>6</sup> *Colecção de Originaes*, Liv. 73 - 3º vol., fl. 125. Portugal, Arquivo Distrital de Évora. Este é o primeiro documento redigido por Afonso Mexia, datado de 9 de Janeiro de 1496, em Montemor-o-Novo.

<sup>7</sup> Redigiu duas cartas régias de convocação de Cortes. Estes documentos estão publicados no seguinte livro: DIAS, João José Alves, ed. - *Cortes Portuguesas: reinado de D. Manuel I (Cortes de 1498)*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova, 2002. p. 19, 21-22.

<sup>8</sup> Redigiu 25 cartas régias, que estão publicadas na mesma obra descrita na nota 7, nas p. 346-347, 350, 351, 352-353, 361-362, 369, 371, 374-375, 377-380, 400-404, 409-410, 473-479, 484-485, 507-508, 517-518, 519, 523-524, 525, 526-528, 545-546, 552, 561, 586-587, 588-590 e 594-595.

<sup>9</sup> Esta nomeação foi confirmada por D. João III a 7 de Dezembro de 1523. *Chancelaria de D. João III*, Liv. 3, fl. 132 verso. Portugal, Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo.

<sup>10</sup> Esta nomeação foi confirmada a 28 de Dezembro de 1521. Recebeu este cargo por morte de Rui de Figueiredo. *Chancelaria de D. Manuel I*, Liv. 18, fl. 119. Portugal, Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo.

<sup>11</sup> Foi nomeado a 10 de Fevereiro de 1523. *Chancelaria de D. João III*, Liv. 45, fl. 132 verso. Portugal, Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo.

Para além destes ofícios mencionados, foi também nomeado cavaleiro da Ordem de Cristo<sup>12</sup>, além de ter administrado certos bens da capela de Campo Maior<sup>13</sup>. Teve ainda o ofício de tabelião de Campo Maior através de carta de graça e mercê datada de 27 de Abril de 1521, e serviu como feitor da fortaleza de São Jorge da Mina, na África Ocidental<sup>14</sup>. O rei também fez mercê a Afonso Mexia para que tivesse a seu cargo o livro de receita e despesa da redenção de Cativos<sup>15</sup>.

Como mostra Armando Luís de Carvalho Homem, o Desembargo Régio “*é um conjunto de funcionários e serviços que, junto do monarca, assegura por um lado a publicitação das respectivas leis, por outro o despacho dos assuntos correntes da Administração, ou seja, a resposta aos feitos e petições, que à Corte fossem presentes, traduzida na feitura das cartas respectivas*”<sup>16</sup>. A actividade destes oficiais ligados ao organismo de decisão articulava-se com as dos escrivães encarregados de darem forma documental a essas decisões.

Afonso Mexia enquadrou-se certamente na órbita de dois pilares do Desembargo Régio: a Vedoria da Fazenda e a Escrivania da Pureza. Pertenceu ao oficialato régio, especializado na elaboração de vários tipos documentais, durante o seu percurso administrativo. Para reconstituir esse percurso, procedemos ao levantamento documental relacionado com o exercício das suas funções enquanto escrivão da Câmara Real, escrivão da Fazenda e vedor da Fazenda da Índia.

Para enquadrar as atribuições e competências destes ofícios, consultámos legislação da época em análise, nomeadamente as *Ordenações Afonsinas*<sup>17</sup>, as *Ordenações Manuelinas*<sup>18</sup> e o Regimento da Fazenda de 1516<sup>19</sup>.

---

<sup>12</sup> Esta nomeação está datada de 5 de Maio de 1539. *Chancelaria de D. João III*, Liv. 27, fl. 56. Portugal, Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo.

<sup>13</sup> Foi dada a administração por D. Manuel I, em carta datada de 15 de Setembro de 1508. *Chancelaria de D. Manuel I*, Liv. 5, fl. 22. Portugal, Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo.

<sup>14</sup> Cabia ao feitor dirigir uma feitoria, considerada como corpo administrativo. Era o representante oficial do rei, pois era nomeado pelo poder central. MARQUES, A. H. de Oliveira - "Feitores". In SERRÃO, Joel, dir. - *Dicionário de História de Portugal*. Porto: Figueirinhas, 2002. Vol. 2, p. 543. Sabemos que foi feitor em São Jorge da Mina através de cartas de quitação, que fazem essa referência: *Chancelaria de D. Manuel I*, Liv. 5, fl. 29; *Chancelaria de D. João III*, Liv. 1, fl. 37 a 39 verso; *Liv. 6 de Místicos*, fl. 86. Portugal, Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo. Estas cartas mostram que Afonso Mexia despendeu da sua fortuna em São Jorge da Mina. Para além destas cartas de quitação, temos documentos (recibos) que provam Afonso Mexia como feitor em São Jorge da Mina, tais como: *Corpo Cronológico*, P. II, Mç. 27, doc. 77, 92, 97, 114; P. II, Mç. 28, doc. 39, 40; P. II, Mç. 29, doc. 91; P. II, Mç. 34, doc. 72, 124; e P. II, Mç. 30, doc. 137. Portugal, Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo. A partir de 10 de Março de 1513, Afonso Mexia aparece a escrever documentos, a partir do Bugio.

<sup>15</sup> *Corpo Cronológico*, P. II, Mç. 99, doc. 28. Portugal, Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo. Esta carta de mercê está datada de 23 de Dezembro de 1521.

<sup>16</sup> HOMEM, Armando Luís de Carvalho - *O Desembargo Régio (1320-1433)*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1990. p. 25.

<sup>17</sup> *ORDENAÇÕES AFONSINAS*. 2ª ed., reimpr. da ed. de 1792. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1998. Liv. I-V.

<sup>18</sup> *ORDENAÇÕES MANUELINAS*. 2ª ed., reimpr. da ed. de 1797. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1998. Liv. I-V.

<sup>19</sup> Encontra-se na Biblioteca Nacional de Lisboa, Reservados.

As *Ordenações Afonsinas*<sup>20</sup>, colectânea de leis e de outras fontes jurídicas, foram promulgadas, como primeira compilação oficial do direito português, em meados do século XV, durante o reinado de D. Afonso V. A organização de uma colectânea de leis, já anteriormente fora solicitada a D. João I, em Cortes. *O Livro das Leis e Posturas*<sup>21</sup> e as *Ordenações de D. Duarte*<sup>22</sup>, anteriores, prepararam o caminho para as *Ordenações Afonsinas*. Embora ocupando uma posição destacada na história do direito português, representando uma fase da evolução legislativa, as *Ordenações Afonsinas* tiveram vigência curta porque foram reformadas com D. Manuel I, sendo substituídas no seu reinado. Apesar disso, as *Ordenações Afonsinas* constituem uma importante fonte para o conhecimento do direito.

Em 1505, D. Manuel I determinou a reforma das *Ordenações Afonsinas*<sup>23</sup>, ordenando a sua revisão e actualização, com o objectivo de corrigir todas as deficiências, actualizar os preceitos e modernizar o estilo do código afonsino. Motivos reformadores moviam D. Manuel I, como se pode também observar pela reforma dos forais, concretizada em 1520. A reforma das *Ordenações* só ficou concluída em 1521, ano da morte do monarca.

Do ponto de vista formal, as *Ordenações Manuelinas* mantinham a divisão em cinco livros, repartidos em títulos e parágrafos, sendo as matérias distribuídas pela mesma ordem.

Comparando as *Ordenações Manuelinas* com as *Ordenações Afonsinas*, observam-se algumas diferenças, como a supressão dos preceitos aplicáveis aos judeus, entretanto expulsos do país. No entanto, não houve uma transformação radical ou profunda do direito português, antes ajustamentos de actualização e certas alterações devido a novas perspectivas. Quanto à forma, as *Ordenações Manuelinas* estão redigidas num estilo mais conciso e decretório.

---

<sup>20</sup> COSTA, Mário Júlio de Almeida - "Ordenações". In SERRÃO, Joel, dir., *Op. Cit.* Vol. 4, p. 441-446.

<sup>21</sup> SILVA, Nuno Espinosa Gomes da, pref. - *Livro das Leis e Posturas*. Lisboa: Faculdade de Direito da Universidade, 1971. Este livro é composto por 264 leis, que provavelmente foram elaboradas nos finais do século XIV (HOMEM, Armando Luís de Carvalho - "Estado Moderno e legislação régia: produção e compilação legislativa em Portugal (séc. XIII - XV)". In COELHO, Maria Helena da Cruz; HOMEM, Armando Luís de Carvalho, coord. - *A génese do Estado Moderno no Portugal Tardo-Medieval (séculos XIII - XV)*. Lisboa: Universidade Autónoma, 1999. ISBN 972-8094-23-X. p. 118).

<sup>22</sup> ALBUQUERQUE, Martim; NUNES, Eduardo Borges, ed. lit. - *Ordenações del-Rei D. Duarte*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1988. Estas ordenações levaram às *Ordenações Afonsinas*. HOMEM, Armando Luís de Carvalho - "Estado Moderno e legislação régia: produção e compilação legislativa em Portugal (séc. XIII - XV)". In *Op cit.* p. 119.

<sup>23</sup> Idem, *ibidem*, p. 444. Esta reforma foi incumbida aos juriconsultos Rui Boto, chanceler-mor, Rui da Grã e João Cotrim, alterando, suprimindo e acrescentando o que julgassem necessário.

Para além destas *Ordenações*, em 1516, D. Manuel I mandou publicar normas específicas sobre a Fazenda, resultando o *Regimento e Ordenações da Fazenda*, daí as *Ordenações Manuelinas* não incluírem títulos específicos relativamente aos ofícios aplicados à Fazenda Real. Este *Regimento e Ordenações da Fazenda* de 1516, veio renovar e sistematizar as normas que orientariam a contabilidade pública durante mais de um século, com o intuito de dar uma maior eficácia, precisão e rapidez na liquidação e fiscalização das contas.

Quanto aos ofícios exercidos por Afonso Mexia, procedemos agora à caracterização das competências e atribuições de cada um deles, identificadas nas fontes atrás referidas.

### 1.1. ESCRIVÃO DA CÂMARA REAL

Não se integrando exactamente no Desembargo Régio, o escrivão da Câmara Real era um alto funcionário "público", integrado na orgânica administrativa central, como menciona Armando Luís de Carvalho Homem<sup>24</sup>. Este cargo não está consignado nas *Ordenações Afonsinas e Manuelinas*.

Dependia hierárquica e funcionalmente do escrivão da Puridade<sup>25</sup>. O escrivão da Puridade deveria receber todas as petições e cartas chegadas à Corte, remetendo-as ao desembargador competente. Este funcionário tinha como atribuições a preparação dos desembargos, coordenação e competência do chanceler-mor<sup>26</sup>.

O escrivão da Puridade (ou do segredo) era figura importante na privança com o monarca: por se tratar de um cargo "doméstico" não vinha consignado nas *Ordenações*. Para o exercício desta função necessitava de ajudantes que eram os escrivães da Câmara Real. Estes auxiliavam o escrivão da Puridade, na redacção dos documentos que era por si supervisionada. Assim, todas as cartas e petições vindas à Corte eram entregues ao escrivão da Puridade, que mostrava ao monarca as de maior importância, remetendo as restantes ao desembargador competente na matéria. O escrivão da Puridade era um intermediário institucional entre o rei e a

---

<sup>24</sup> HOMEM, Armando Luís de Carvalho - *O Desembargo Régio (1320-1433)*. p. 152.

<sup>25</sup> Cargo surgido pelos meados do séc. XIV, com D. Afonso IV, mas com antecedentes a partir da época de D. Afonso III. O escrivão da Puridade é visto como o agente que, a partir do reinado de D. Pedro I "ameaça" o tradicional cargo do chanceler. Competia-lhe a preparação dos desembargos e "coordenação". Trata-se de um cargo "doméstico", mas que se transformou num verdadeiro intermediário entre o rei e a casa da Fazenda. Era um funcionário da estrita confiança do monarca (Idem, *ibidem*, p. 111-114; TORRES, Ruy d'Abreu - "Escrivão da Puridade". In SERRÃO, Joel, dir., Vol. 2, p. 429). "Puridade - Segredo intimo de alguma pessoa, principalmente real" (SANTA ROSA DE VITERBO, Joaquim de, Frei - *Elucidário das palavras, termos e frases que em Portugal antigamente se usaram e que hoje regularmente se ignoram*. 2ª reimpr. Porto-Lisboa: Civilização, 1993. ISBN 972-26-0295-0. Vol. II, p. 501).

<sup>26</sup> Segundo as *Ordenações Afonsinas*, era o chanceler-mor que detinha o ofício da puridade. *ORDENAÇÕES AFONSINAS*. liv. I, tit. II, p. 15.

Casa da Fazenda. Posicionava-se entre os departamentos, supervisionando ora a documentação escrita para a Fazenda, ora redigida directamente para o monarca. A sua acção não se confinava à câmara régia, encontrando-se igualmente a escrever diplomas para outras áreas da administração régia, nomeadamente a Fazenda, o Desembargo e a Chancelaria<sup>27</sup>. O escrivão da Puridade era alguém da estrita confiança do monarca, crescendo a sua importância entre os oficiais régios ao longo do século XV. No período de Afonso Mexia já era um cargo essencialmente honorífico.

Quanto ao cargo de escrivão da Câmara Real, só podia ser exercido por homem livre, maior de 25 anos, leigo e de educação suficiente. Precisava de ter 4 anos de prática como assistente do titular de um ofício, possuir reputação comprovada e bens ou meios de fortuna suficientes<sup>28</sup>.

Ao ser nomeado escrivão da Câmara Real, Afonso Mexia já tinha 27 anos de idade e mais de quatro anos de prática, pois foi em 1496 que surgira a redigir documentos régios - provavelmente associado a um titular de ofício.

Os escrivães da Câmara Real deviam registar todas as cartas com boa letra e bem escritas, deviam fazer todas as cartas dos desembargos que pertenciam ao escrivão da Puridade, escrever os processos que fossem ordenados e tirar dúvidas.

Estes funcionários deviam cumprir a sua missão e possuir as qualidades necessárias para o seu desempenho. Deviam ser responsáveis pelo cumprimento da sua função perante a sociedade, podendo ser afastados do cargo por falta de cumprimento. Para o exercício deste cargo era preciso ter certos conhecimentos e ter prestado juramento aos Santos Evangelhos, na chancelaria<sup>29</sup>.

Era necessário ter algum conhecimento e descrição para o exercício desta função. Depois de demonstrarem estes requisitos deviam prestar um exame que atestava a sua aptidão. A sua aprovação devia ser confirmada pelo monarca. No caso de adquirem o ofício por morte do titular ou renúncia da profissão, o novo proprietário não estava isento dos mesmos requisitos.

---

<sup>27</sup> DURÃO, Maria Manuela da Silva - 1471: um ano "Africano" no Desembargo de D. Afonso V. Porto: [s. n.] 2002. Vol. I, p. 85-86. Dissertação de Mestrado em História Medieval, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Policopiada.

<sup>28</sup> GONZALEZ ANTÍAS, António José; DURAND GONZALEZ, Guillermo - *Paleografía práctica su aplicación en el estudio de los documentos históricos venezolanos*. Caracas: Academia Nacional de la Historia, 1992. ISBN 980-222-491-X. p. 160.

<sup>29</sup> *Chancelaria de D. João III*, Liv. 3, fl. 132 verso, refere que Afonso Mexia tinha as qualidades necessárias para o exercício deste cargo, como mostra a carta de provimento de ofício: *A quantos esta nosa carta virem fazemos saber que confiando-nos da bondade, saber e descriçam de Afonso Mexia escudeiro de nosa casa que polla pratica e emsyno que tem nos servira com a quall segredo, deligencia que em semelhante caso se require (...)*. Portugal, Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo.

## 1.2. ESCRIVÃO DA FAZENDA

Quanto ao cargo de *escrivão da Fazenda*, o texto jurídico-normativo pelo qual se regia era, a partir de D. Manuel, o *Regimento e Ordenações da Fazenda* de 1516<sup>30</sup>, abrangia 59 capítulos, reportando-se os últimos a outros oficiais, nomeadamente o porteiro da Fazenda. Quanto às atribuições de vedor da Fazenda, estas serão especificadas no sub-capítulo seguinte.

Os *escrivães* da Fazenda deviam reunir-se com os *vedores* da Fazenda, para despacho e posterior redacção dos documentos. Para além destes, devido à imensa quantidade de trabalho, havia *ajudantes* que auxiliavam os *escrivães* da Fazenda. Todos estes deviam ser filhos de homens bons, fiéis, detentores de bom conhecimento, para a prestação de um bom serviço. Os requisitos para o exercício deste cargo, eram semelhantes a qualquer *escrivão* - a saber, ser-se homem livre, maior de 25 anos e leigo, ter-se educação suficiente e 4 anos de prática como assistente de um titular de ofício, com reputação comprovada e com suficientes bens ou meios de fortuna. Estes deviam ser examinados pelos *vedores* da Fazenda para que verificassem todos esses requisitos. Depois deviam prestar juramento perante os Santos Evangelhos em como iriam servir bem e fielmente o rei<sup>31</sup>.

Os *escrivães* deviam ir a despacho todos os dias, excepto feriados, tanto da parte da manhã como da parte da tarde. Deviam registar tudo nos livros da Fazenda. O *Regimento e Ordenações da Fazenda* de 1516, estipulava a quantia a receber por parte destes oficiais, para cada tipo de documento<sup>32</sup>.

## 1.3. VEDOR DA FAZENDA DA ÍNDIA

Quanto ao cargo de *vedor da Fazenda*, o texto jurídico-normativo pelo qual se regia era, tal como os *escrivães* da Fazenda, o *Regimento e Ordenações da Fazenda* de 1516.

Os *vedores* da Fazenda eram os sucessores dos *ouvidores* da Portaria com a função de admi-

---

<sup>30</sup> Integra-se num livro bem mais vasto, de 243 capítulos intitulado *Regimentos e Ordenações da Fazenda*, datado de 17 de Outubro de 1516. Inclui ainda o *Regimento dos Contadores das Comarcas*, de 40 capítulos e o dos *Almoxarifes e Recebedores*, de 23 capítulos, bem como inúmeras regras, algumas constantes nas *Ordenações do Reino*, outras específicas de procedimentos da Fazenda Real.

<sup>31</sup> Reservados, *Regimento e Ordenações da Fazenda* de 1516, cap. LV. Portugal, Biblioteca Nacional de Lisboa.

<sup>32</sup> Idem, *ibidem*, cap. LV a LVIII.

<sup>33</sup> TORRES, Ruy d'Abreu - "Vedores da Fazenda". In SERRÃO, Joel, coord. - *op. cit.* Vol. 6, p. 261-262; BARROS, Henrique da Gama - *História da administração pública em Portugal nos séculos XII a XV*. Lisboa: Sá da Costa, 1946. Tomo III, p. 241-242. As atribuições dos *porteiros*, isto é, funcionários subalternos, com competência para proceder à execução de sentenças, passaram para os chamados *ouvidores* da Portaria. Tradicionalmente este cargo é considerado como o directo antecessor do de *vedor* da Fazenda no tocante à administração financeira. Estes *ouvidores* estavam encarregados de tudo o que respeitava à Fazenda Real transformando-se em *vedores* da Fazenda, conservando a mesma competência (HOMEM, Armando Luís de Carvalho - *O Desembargo Régio (1320-1433)*. p. 122-123).

nistração do património real e da Fazenda Pública<sup>33</sup>.

Vitorino Magalhães Godinho relacionou o aparecimento do cargo de vedor da Fazenda, no reinado de D. Fernando, com o aparecimento de um imposto geral e permanente: as sisas<sup>34</sup>.

Para o exercício do cargo de vedor da Fazenda era necessário possuir certas qualidades<sup>35</sup>, tais como:

- serem homens honrados, de boa e sã consciência;
- deviam ser três, cada um encarregado de um pelouro específico: Reino, Índia, África e Contos;
- práticos na ordem judicial das coisas que pertencem ao seu ofício;
- deviam olhar para todas as coisas que pertencem ao serviço do rei, principalmente as coisas da Fazenda;
- prover todas as coisas com toda a diligência e não deixar de fazer o seu ofício.

Antes de começar a servir, o vedor da Fazenda devia prestar juramento aos Santos Evangelhos e perante o chanceler-mor, em como iria servir bem e respeitar o regimento, ao serviço de Deus e do rei<sup>36</sup>.

Os vedores da Fazenda deviam agir sem paixão (sem ódio, amizade, ira ou piedade), procedendo com justiça e imparcialidade. Deviam ser homens honrados no exercício das suas funções, não recebendo de qualquer requerente, dádivas, presentes ou serviços, além do estabelecido por direito. Para garantir esta atitude, o vedor devia de ser abastado, para não ser levado a fazer do ofício um meio de sustento. Esta postura era reforçada ao possibilitar às partes em qualquer processo recursos legais, caso suspeitassem dos vedores<sup>37</sup>.

Todas as cartas relativas à Fazenda deviam ser enviadas aos vedores, para que estes as

---

<sup>34</sup> GODINHO, Vitorino Magalhães - "Finanças públicas e estrutura do Estado". In SERRÃO, Joel, coord. - *op. cit.* Vol. 3, p. 21-40.

<sup>35</sup> Reservados, *Regimento e Ordenações da Fazenda de 1516*, cap. I. Portugal, Biblioteca Nacional de Lisboa.

<sup>36</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>37</sup> Idem, *ibidem*, cap. XXVIII.

<sup>38</sup> Idem, *ibidem*, cap. V.

despachassem, juntamente com os seus escrivães. Todas as respostas seriam elaboradas pelos escrivães da Fazenda e assinadas pelos ditos vedores<sup>38</sup>.

As cartas lavradas pelos vedores eram de doze tipos, nomeadamente:

- doações;
- provimento de ofícios que não fossem da justiça;
- arrecadamento ou despesas de frutos e rendas de reguengos, jugadas, casas, herdades e todos os outros direitos régios;
- prescrições sobre a administração dos bens do monarca;
- abastecimento dos armazéns e castelos;
- quitações de dízimas, portagens e quaisquer outros tributos;
- prescrições sobre a efectivação de obras;
- cartas relativas a rendas e rendeiros dos direitos régios;
- prorrogação do prazo (*espaçamento*) das dívidas;
- autorizações a mouros para irem além-mar;
- cartas relativas a dinheiros ou bens régios;
- aforamentos e emprazamentos de casas e herdades do monarca.

O despacho realizava-se todos os dias - excepto feriados - de manhã, em casa própria, a casa da Fazenda. Os vedores da Fazenda reuniam-se principalmente nos dias de Verão, entre meados de Abril e finais de Outubro, estando aí desde as sete horas até às dez horas. Nos meses de Inverno, do fim de Outubro até quinze de Abril, das oito horas até às onze horas. O serviço destes oficiais era limitado pela altura do ano<sup>39</sup>.

Deveriam os vedores da Fazenda ser cuidadosos e diligentes na observação de tudo o que respeitava ao serviço do rei, particularmente a Fazenda. Isto mostra que a sua actuação não se confinava exclusivamente a este sector, pois podia ser-lhes solicitado parecer em qualquer matéria. O monarca contava com a observação oportuna e objectiva destes homens de "sã consciência", que podiam actuar como conselheiros e integrarem o Conselho do Rei. Podiam também avaliar as questões nacionais, incluindo as ultramarinas, num contexto alargado. Por último, estes deviam ser honrados e abastados, completando assim o seu perfil ideal. O facto de serem ricos assegurava as qualidades necessárias ao desempenho do cargo, não o comprometendo.

---

<sup>39</sup> Idem, *ibidem*, cap. VI.

A rotatividade dos vedores, em princípio anual, nem sempre foi observada. A nomeação para função tão crucial (continuamos a seguir os preceitos da normativa) requeria respeitabilidade, consciência cristã, subtileza, discernimento e uma inequívoca fidelidade ao rei, recaindo sobre um nobre de antiga linhagem, próximo do monarca e com alguma experiência neste tipo de funções. A sua função incluía: arrecadação de rendas, direitos e tributos, arrendamentos e aforamentos das propriedades régias, obras nos paços reais, castelos e fortalezas, lezírias, artilharia e armazéns, administração do trato da Mina e Índia, o provimento dos lugares de Além-Mar, quer em mantimentos quer em armas, mercadorias e armadas, comércio das ilhas e resgates, ou seja, competia aos vedores do rei cuidar, gerir, controlar e fiscalizar todas as coisas do serviço e Fazenda do rei.

Detinham certo poder e tinham uma certa articulação com o monarca e era crucial a sua eficácia neste ofício. Para isso necessitava de uma rede de funcionários, como escrivães, ajudantes e outros agentes régios.

Apesar da escala local das funções exercidas como vedor da Fazenda da Índia, supomos que o regimento de Afonso Mexia não se afastasse muito da normativa pela qual se regiam os vedores da Fazenda do Reino.

Afonso Mexia exerceu o cargo de vedor da Fazenda da Índia, recebendo a nomeação a 10 de Fevereiro de 1523 e partindo na armada para a Índia a 9 de Abril de 1524, com Vasco da Gama como vice-rei<sup>40</sup>.

Vasco da Gama trazia amplos poderes para reorganizar a presença portuguesa no Oriente de harmonia com a política que deveria prevalecer. Devia disciplinar a gente de armas, moralizar a administração, distribuir cargos públicos consoante as competências individuais e sujeitar o comércio de partes à celebração de contratos com os feitores d'el rei<sup>41</sup>.

Vasco da Gama levou consigo para a Índia, uma nova "equipa" completa, para substituir

---

<sup>40</sup> BA, 51-VII-5, fl. 7, 10 verso e 11. Portugal, Biblioteca de Ajuda.

<sup>41</sup> THOMAZ, Luís Filipe F. R. - "O malgrado estabelecimento oficial dos portugueses em Sunda e a islamização de Java". In Idem - *Aquém e Além da Trapobana: estudos luso-orientais à memória de Jean Aubin e Denys Lombard*. Lisboa: Centro de História de Além-Mar da Universidade Nova, 2002. ISBN 972-98672-4-0. p. 441.

<sup>42</sup> LUÍS DE SOUSA, Frei - *Anais de D. João III*. Lisboa: Sá da Costa, 1938. liv. I, cap. XIII, p. 161-162.

todos os indivíduos que ocupavam as principais posições no Estado da Índia<sup>42</sup>.

Assim, acompanhavam-no novos capitães para Ormuz, Goa, Cananor, Cochim<sup>43</sup> e Malaca<sup>44</sup>, para além da complexa figura do novo vedor da Fazenda, que ia substituir o incumbente Dr. Pedro Nunes.

Entre 1526 e 1529, viver-se-ia na Índia portuguesa uma situação de rivalidade política e luta de facções entre os partidários de Lopo Vaz de Sampaio<sup>45</sup> e Pero de Mascarenhas<sup>46</sup>, ambos

---

<sup>43</sup> Lopo Vaz de Sampaio foi ocupar a capitania de Cochim. Era filho de D. Diogo de Sampaio, senhor da vila de Ansiães, de Vilarinho de Castanheira e de Vilares e de D. Briolanja de Melo. Nasceu na 2ª metade do século XV em Ansiães e aí morreu a 18 de Abril de 1538. Acompanhou D. Afonso V na tomada de Arzila, sendo aí armado cavaleiro pelo monarca. Esteve na Batalha de Toro, onde foi gravemente ferido e confundido durante uma noite com os mortos no campo de batalha. Partiu para o Norte de África com D. João de Meneses, conde de Tarouca, depois prior do Crato, na armada de 1501, em auxílio dos venezianos contra os turcos. Regressado a Portugal foi enviado, com o mesmo conde de Tarouca, a Tânger e aí serviu dois anos. Em 1503 tomou parte numa entrada a Alcácer Ceguer, onde esteve sete anos, três anos como capitão. (*TRATADO DE TODOS OS VICE-REIS E GOVERNADORES DA ÍNDIA*. Lisboa: Editorial Enciclopédia, 1962. p. 89).

<sup>44</sup> Pero de Mascarenhas ocupou a capitania de Malaca. Era filho de João de Mascarenhas (homem honrado e letrado). Foi um fidalgo que prestou importantes serviços a D. Manuel e a D. João III. Serviu de pajem à rainha D. Leonor, irmã de D. Manuel, que fora mulher de D. João II. Esteve algumas vezes em África, enviado por D. Manuel, com bom êxito. Ficou encarregado da capitania das galés do Reino (FARIA, António Machado de - *Livro de Linhagens do século XVI*. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1956. p. 297-298).

<sup>45</sup> Lopo Vaz de Sampaio como Afonso Mexia integravam-se numa facção política comercial mais liberalizante. Esta facção, onde Vasco da Gama, em vida se integrou, organizava-se em torno do duque de Bragança e contava com o apoio dos condes de Portalegre, mostrava-se mais tolerante para com os cristãos-novos e preconizava a aproximação com França e uma política religiosa de sabor guelfo, mais ligada a Roma. No que respeita ao Oriente, contentava-se com um pragmatismo político que deixava aos capitães das fortalezas a possibilidade de relacionamento com os poderes vizinhos, gozava de certo apoio em Lisboa, porque a burguesia e os nobres aburguesados viam com bons olhos esta política comercial mais liberal. Nesta linha integravam-se tanto Afonso Mexia, protegido do conde de Portalegre, como Lopo Vaz de Sampaio, protegido do duque de Bragança, como menciona no seu estudo THOMAZ, Luís Filipe F. R. - O «testamento político» de Diogo Pereira, o Malabar, e o projecto oriental dos Gamas". *Revista Anais de História de Além-Mar*. Lisboa. Nº V, (2004). p. 115; Separata. Idem - "O Malogrado esta-belecimento oficial dos portugueses em Sunda e a islamização de Java". In THOMAZ, Luís Filipe F. R., ed. - *Aquém e Além da Trapobana: estudos luso-orientais à memória de Jean Aubin e Denys Lombard*. p. 460.

<sup>46</sup> Pero de Mascarenhas insere-se numa facção de faceta cruzadística do imperialismo. Nesta facção as figuras mais representativas eram o infante D. Luís, D. João de Lencastre (marquês de Torres Novas e, mais tarde, duque de Aveiro, neto de D. João II, por ser filho do mestre de Santiago, D. Jorge), o conde de Linhares, D. António de Noronha, a que aderiram os Mascarenhas, clã de influência crescente a sul do país - mostrava-se abertamente anti-judaica e preconizava uma política de cariz gibelino ou galicano, discretamente independente do papado. Propugnava a aliança com Carlos V nas guerras de Itália e o alinhamento com a sua política anti-otomana, o que implicava uma revivescência da cruzada e a manutenção de um poder forte e centralizado no Índico, capaz de resistir a uma intervenção turca (THOMAZ, Luís Filipe F. R. - "O "testamento político" de Diogo Pereira, o Malabar, e o projecto oriental dos Gamas". *Revista Anais de História de Além-Mar*. p. 114; Separata. Idem - "O Malogrado estabelecimento oficial dos portugueses em Sunda e a islamização de Java". In THOMAZ, Luís Filipe F. R., ed. - *Aquém e Além da Trapobana: estudos luso-orientais à memória de Jean Aubin e Denys Lombard*. p. 460).

candidatos à sucessão de D. Henrique de Meneses como governadores. Mas de facto, no centro do problema existiu outra pessoa: o vedor da Fazenda, Afonso Mexia.

Depois da morte do governador D. Henrique de Meneses<sup>47</sup>, na fortaleza de Cananor, em fins de Janeiro de 1526, o vedor da Fazenda Afonso Mexia abriu a via de sucessão ao cargo de governador da Índia, trazida por Vasco da Gama quando veio como vice-rei. O vedor da Fazenda abriu a segunda via de sucessão, pois a primeira tinha sido aberta por morte do Almirante, com a entrada de D. Henrique de Meneses como governador<sup>48</sup>. Na segunda sucessão vinha nomeado Pero de Mascarenhas, que estava como capitão de Malaca, e só podia chegar de Malaca ao fim de 14 meses.

Afonso Mexia invocando razões e necessidades de Estado e sendo o mais alto responsável do governo da Índia, pelos poderes do seu cargo, tomou a resolução de abrir a terceira via de sucessão, pois não era possível aguardar que Pero de Mascarenhas chegasse a Cochim. Na terceira via de sucessão, vinha nomeado Lopo Vaz de Sampaio<sup>49</sup>, a quem Afonso Mexia entregou o governo da Índia<sup>50</sup>. Quando Pero de Mascarenhas chegasse, assumiria então o seu cargo. Esta resolução não foi bem aceite por alguns oficiais, como D. Vasco d'Eça e Francisco de Sá, pois tal resolução provocaria grandes divisões e desavenças.

A crise política acentuou-se quando em 1526 chegou à Índia uma armada vinda do Reino, trazendo consigo novas vias de sucessão<sup>51</sup>. A abertura da primeira sucessão, vinda nesta arma-

---

<sup>47</sup> Era primo co-irmão do conde D. Pedro, filho da relação ilícita entre D. Fernando de Meneses, o *Roxo* e D. Constança Vaz. O seu primeiro cargo foi de capitão de Ormuz, após a morte do vice-rei Vasco da Gama tornou-se governador da Índia. Pertencia à linhagem dos Meneses de Cantanhede e foi um dos raros fidalgos escolhidos para desempenhar o cargo de governador sem ter experiência anterior no Índico. Assim, a nomeação deste bastardo inexperiente como primeiro sucessor de Vasco da Gama é um sinal claro dos laços pessoais que aproximavam especialmente D. João III a D. Henrique de Meneses. (CARVALHO, Cátia [et al.] - "Os Meneses de Cantanhede na construção política do império de D. João III". CONGRESSO INTERNACIONAL COMEMORATIVO DO NASCIMENTO DE D. JOÃO III, Lisboa - Tomar, 2002: *D. João III e o Império: actas*. Lisboa: Centro de História de Além-Mar da Universidade Nova e Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa da Universidade Católica Portuguesa, 2002. ISBN 972-98672-7-5. p. 297. COSTA, João Paulo Oliveira e - "A estrutura de comando do Estado da Índia durante o governo de D. Henrique de Meneses". Idem, *ibidem*, p. 307-318. Sobre esta figura podemos ver o estudo de THOMAZ, Luís Filipe F. R. - "L'idée impériale manuéline". In *La Découverte, le Portugal et l'Europe*. Paris: Fondation Calouste Gulbenkian, Centre Culturel Portugais, 1990. p. 35-103).

<sup>48</sup> COUTO, Diogo de, *Op. cit.*, p. 188-190.

<sup>49</sup> Idem, *ibidem*, liv. I, cap. I, p. 25-28; LUÍS DE SOUSA, Frei, *Op. cit.*, liv. I, cap. XXII, p. 296-301.

<sup>50</sup> COUTO, Diogo de, *Op. cit.*, p. 29; THOMAZ, Luís Filipe F. R. - "O Malogrado estabelecimento oficial dos portugueses em Sunda e a islamização de Java". In THOMAZ, Luís Filipe F. R., ed. - *Aquém e Além da Trapobana: estudos luso-orientais à memória de Jean Aubin e Denys Lombard*. p. 442.

<sup>51</sup> THOMAZ, Luís Filipe F. R., *ibidem*, p. 458.

<sup>52</sup> COUTO, Diogo de, *Op. cit.*, p. 63.

da, levou a um enorme conflito entre 1526-1529. Nesta nova primeira via vinha nomeado Lopo Vaz de Sampaio para o cargo de governador - tomando posse do governo da Índia<sup>52</sup>.

Assim, Pero de Mascarenhas foi vítima de grande injustiça, ficando prejudicado nos seus direitos como governador da Índia, além de ter sido preso por Lopo Vaz de Sampaio, em Cananor<sup>53</sup>. D. Simão de Meneses pediu aos dois que entrassem num bom entendimento para o bem da governança da Índia<sup>54</sup>.

Esta contenda foi julgada em Cochim, através de árbitros eleitos entre os fidalgos da Índia, tomando provisoriamente o governo António de Miranda. Reuniram-se 12 juizes nomeados e, apesar da justiça incontroversa da causa de Pero de Mascarenhas, houve divergência. Votaram seis a favor deste e os outros seis a favor de Lopo Vaz.

Foi chamado um 13º, Baltazar da Silva, um dos capitães das naus do Reino e, este, provavelmente por influências movidas por Afonso Mexia, desempatou a favor de Lopo Vaz de Sampaio. Para Diogo de Couto estava consumada a iniquidade<sup>55</sup>.

Assim, Lopo Vaz de Sampaio, tomou posse do cargo de governador e Afonso Mexia acumulou o cargo de capitão de Cochim com o de vedor da Fazenda da Índia. Como experiente administrador e organizador dos serviços da Fazenda da Índia, Afonso Mexia, conseguia assim controlar Cochim - ou seja, grande parte da administração da Índia, pois este era o verdadeiro centro comercial da Índia portuguesa<sup>56</sup>.

---

<sup>53</sup> *Corpo Cronológico*, P. I, Mç. 44, doc. 61. Portugal, Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo.

<sup>54</sup> COUTO, Diogo de, *Op. cit.*, p. 98.

<sup>55</sup> *Idem, ibidem*, liv. III, cap. II, VII, VIII e IX.

<sup>56</sup> A cidade portuguesa de Santa Cruz de Cochim situada na costa do Malabar tinha uma grande importância já no dealbar do século XVI, como porto estratégico da presença portuguesa no Malabar. Até à ascensão de Goa como capital do Estado Português da Índia, em 1530, Cochim foi o principal centro político-militar e naval dos portugueses. Era nesta cidade que aportavam as armadas vindas do Reino e grande parte das armadas da Índia. A Ribeira de Cochim era o principal centro de construção e reparação naval, importância que continuou a deter não obstante a dimensão dos estaleiros de Goa, quando os de Cochim mostraram-se inadequados para a construção das galés necessárias à defesa do Malabar (TAVIM, José Alberto Rodrigues da Silva - "A cidade portuguesa de Santa Cruz de Cochim ou Cochim de Baixo. Algumas perspectivas". In THOMAZ, Luís Filipe F. R., ed. - *Aquém e Além da Taprobana: estudos luso-orientais à memória de Jean Aubin e Denys Lombard*. p. 135-141).

<sup>57</sup> Nasceu em 1487, filho do célebre Tristão da Cunha, embaixador de D. Manuel I a Leão X, e de D. Antónia de Albuquerque. Acompanhou o pai na embaixada ao Papa, assim como na expedição ao Oriente. Foi armado cavaleiro por Afonso de Albuquerque. Acompanhou também D. Francisco de Almeida na empresa de Panane. Regressado à metrópole, foi nomeado vedor da Fazenda Real. D. João III nomeou-o depois governador da Índia, para onde partiu em Abril de 1528. Faleceu a 5 de Março de 1539 ao dobrar o cabo da Boa Esperança (*TRATADO DE TODOS OS VICE-REIS E GOVERNADORES DA ÍNDIA*. p. 92-93). Nuno da Cunha partiu na armada de 1528 como governador da Índia. Seguiram com ele dois irmãos, Simão da Cunha e Pero Vaz da Cunha. Simão da Cunha estava incumbido da capitania-mor do mar da Índia e Pero Vaz da Cunha da capitania de Goa, ocupando assim os dois postos principais abaixo do governador. A ida destes ho-mens iniciou uma estratégia calculada para obter "uma equipa completa" (SABRAHMANYAM, Sanjay - *A carreira e a lenda de Vasco da Gama*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998. ISBN 972-8325-56-8. p. 357). Afonso Mexia foi informado pelo rei D. João III que Nuno da Cunha iria ser o próximo governador da Índia (*Corpo Cronológico*, P. I, Mç. 39, doc. 92. Portugal, Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo).

Vencido, Pero de Mascarenhas, partiu para o Reino e o tribunal da Relação de Lisboa anulou imediatamente a sentença do tribunal de Cochim. No ano de 1529 partiu do Reino uma armada para a Índia com o novo governador, Nuno da Cunha<sup>57</sup>. A ida de Nuno da Cunha para a Índia teve como prioridade absoluta assegurar uma transição tranquila e unificadora. Pretendeu-se eliminar as divergências ocorridas anteriormente entre os apoiantes de Lopo Vaz de Sampaio e Pero de Mascarenhas, ou seja, harmonizar o conjunto de oficiais e nobres que se encontravam no Oriente. A actuação de Nuno da Cunha pareceu indiciar uma nova dinâmica no modelo de governação, passando a governar consultando apenas um restrito número de fidalgos procurando, sobretudo, aqueles que tinham maior experiência nos assuntos do Oriente<sup>58</sup>. Ao chegar a Goa, Nuno da Cunha partiu para Cochim e prendeu Lopo Vaz de Sampaio em Cananor, por um período de dois anos. D. João III mandou que Lopo Vaz fosse julgado na Relação, não se conhecendo a sentença dada, salvo que foi condenado a pagar, a Pero de Mascarenhas, os ordenados de dois anos de governador<sup>59</sup>.

Contentando-se com a indemnização paga por Lopo Vaz, D. João III não recompensou Pero de Mascarenhas mais do que a capitania de Azamor em África. Lopo Vaz foi mais feliz, pois apesar de ter sido preso e enviado para Portugal, condenado à perda dos seus honorários e alguns anos de degredo para África, soube captar a protecção do monarca que lhe perdoou todas as penas e o favoreceu até com o seu valimento.

A situação de rivalidade política vivida na Índia entre 1526 e 1529<sup>60</sup>, com a luta entre partidários de Lopo Vaz de Sampaio e Pero de Mascarenhas, apresentava contornos mais complicados, pois o vedor da Fazenda Afonso Mexia, partidário de Lopo Vaz, já antes tivera conflitos com Pero de Mascarenhas, num despique sobre encomendas em barco<sup>61</sup>.

A posição do vedor da Fazenda da Índia era extremamente influente: embora considerando-se inferior ao vice-rei, Afonso Mexia equiparava-se em importância ao governador. Isto

---

<sup>58</sup> CARVALHO, Andreia Martins de - "Conflitos e cumplicidades: notas sobre Nuno da Cunha e a nobreza no Estado da Índia (1529-1538)". CONGRESSO INTERNACIONAL COMEMORATIVO DO NASCIMENTO DE D. JOÃO III, Lisboa-Tomar, 2002: *D. João III e o Império: actas*. p. 390-391.

<sup>59</sup> COUTO, Diogo de, *Op. cit.*, liv. VI, cap. VI, VII e VIII.

<sup>60</sup> *Corpo Cronológico*, P. I, Mç. 38, doc. 54. Portugal, Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo.

<sup>61</sup> MACEDO, Jorge Borges de - *Um caso de luta pelo poder e a sua interpretação n'os Lusíadas*. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1976. p. 114-116, 127-128.

tornou-se evidente quando Nuno da Cunha pediu a Afonso Mexia que o acompanhasse à costa de Canará e Goa para preparar a armada que ia atacar Diu e a costa de Guzerate, convite respondido com recusa, por não querer deixar o cargo ao seu inimigo, António de Saldanha<sup>62</sup>. Afonso Mexia tinha provavelmente os seus negócios comerciais privados em Cochim e não queria deixar a capitania.

A sua posição enfraqueceu após a chegada do governador Nuno da Cunha, com quem entrou em conflito. Afonso Mexia regressaria ao Reino em 1531<sup>63</sup>.

Segundo Diogo de Couto, em Setembro de 1530, Nuno da Cunha recebeu instruções de Portugal para “*que mandasse Afonso Mexia para Portugal, e que lhe fizesse inventario de toda a sua fazenda. Na origem desta acção, estariam as culpas e capitulos que Pero Mascarenhas deu contra elle*”. Diz ainda Diogo de Couto ter visto *a receita que se fez de toda a fazenda de Afonso Mexia, que era muita pedraria, perolas, pessos de ouro, e prata, alcatifas e outras cousas ricas*. Em Portugal Afonso Mexia conseguiu a sua desculpabilização e fundou o morgadio de Campo Maior, que deixou a seu filho Jerónimo Mexia.

Não foi certamente por mera coincidência que, partido Afonso Mexia para Portugal, Nuno da Cunha não quis prover ninguém no cargo de vedor da Fazenda, dizendo que “*elle faria tudo, porque era homem que entendia muy bem e ordem d'ella, como quem o era de todo o reyno*”<sup>64</sup>.

A figura poderosa e manipulatória do antigo vedor da Fazenda da Índia contava com a protecção decorrente das ligações a D. João da Silva Meneses, conde de Portalegre (que morreu em 1551), e a de D. Jaime, duque de Bragança - tal como Lopo Vaz de Sampaio. Quando este caiu em desgraça, D. Jaime intercedeu a seu favor junto do monarca. Indo para a Índia como braço direito do vice-rei, Afonso Mexia viria a retirar consideráveis benefícios desta posição. Foi o primeiro vedor da Fazenda na Índia a ter algum verdadeiro peso político, sendo a autoridade executiva e fiscal da Índia portuguesa. Tornou-se numa pessoa muito rica, devido aos 50 anos de serviço à Coroa.

---

<sup>62</sup> Em várias cartas escritas ao rei por parte do vedor da Fazenda, podemos observar certas queixas que faz contra António de Saldanha, Lopo de Azevedo, Francisco de Sá, Rui Vaz Pereira e Jorge Cabral. *Corpo Cronológico*, P. I, Mç. 44, docs. 54, 58, 61 e 62. Portugal, Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo. António de Saldanha era filho de Diogo Saldanha, nascido certamente em Castela e muito provavelmente no início do último quartel quatrocentista. Era fidalgo castelhano, irmão de João Saldanha, vedor da casa da rainha D. Maria, pelo que a sua vinda para Portugal deve estar relacionada com o consórcio de D. Manuel com a segunda filha dos Reis Católicos. Dedicou a maior parte da sua vida ao serviço da Coroa portuguesa, realizando cinco viagens ao Índico onde serviu, no total, mais de 11 anos e participando em duas expedições ao Norte de África. Terminou a sua carreira em 1553, quando representava D. João III na corte do imperador Carlos V (COSTA, João Paulo - "Saldanha, António de". In ALBUQUERQUE, Luís de, dir.; DOMINGUES, Francisco Contente, coord. - *Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses*. Lisboa: Caminho, 1994. ISBN 972-21-0925-1. Vol. II. p. 961-964).

<sup>63</sup> *Corpo Cronológico*, P.I, Mç. 44, Doc. 58. Portugal, Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo.

<sup>64</sup> COUTO, Diogo de, *Op. cit.*, p. 253-255.

As "diferenças", que levaram ao conflito entre 1526 e 1529, não reflectem somente uma luta entre facções, mas também um conflito de interesses, uns centrados em Cochim, outros noutras locais do Estado.

## 2. A DOCUMENTAÇÃO DE AFONSO MEXIA

A documentação levantada em que Afonso Mexia interveio como escrivão e redactor, bem como outros documentos a si referentes, têm a seguinte proveniência: Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo<sup>65</sup>, do Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Lisboa<sup>66</sup>, Arquivo Distrital de Évora<sup>67</sup>, Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Montemor-o-Novo<sup>68</sup> e Biblioteca de Ajuda. Para além destas instituições, recolhemos documentação de fontes impressas, tais como: *Cortes Portuguesas. Reinado de D. Manuel I (Cortes de 1498)*<sup>69</sup>, Guia do Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Sintra<sup>70</sup> e *Portugaliae Monumenta Misericordiarum. A Fundação das Misericórdias: o reinado de D. Manuel I*<sup>71</sup>.

Estes documentos constituem a base deste presente estudo, ilustrando a actividade desenvolvida por Afonso Mexia no decorrer do seu percurso administrativo. Saliente-se que os documentos não representam a totalidade dos registos existentes - pois a pesquisa não se centrou em todos os núcleos e instituições. Mas o que queremos é ilustrar os diferentes tipos de documentos escriturados por este oficial no âmbito das suas funções, como produtor de do-

---

<sup>65</sup> *Chancelarias Régias de D. Manuel I e D. João III* e núcleo *Corpo Cronológico*, Partes I, II e III. Portugal, Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo.

<sup>66</sup> *Livro I de Provedimento de Ofícios, Livro II do Provedimento do Pão, Livro de Festas, Livros II e IV de D. Manuel I*. Portugal, Arquivo Municipal de Lisboa, Arquivo Histórico.

<sup>67</sup> *Coleção de Originais*, Livros 71 e 73. Portugal, Arquivo Distrital de Évora.

<sup>68</sup> Os documentos recolhidos neste Arquivo estão publicados no estudo produzido por NOGUEIRA, Bernardo de Sá - "Cartas-Missivas, Alvarás e Mandados enviados pelos reis D. João II e D. Manuel ao concelho de Montemor-o-Novo: estudo diplomático". p. 43-129.

<sup>69</sup> DIAS, João José Alves ed., *Op. cit.*

<sup>70</sup> Guia utilizado internamente no Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Sintra, cedido pelos seus técnicos aquando da deslocação a esse arquivo.

<sup>71</sup> PAIVA, João Pedro, coord. - *Portugaliae Monumenta Misericordiarum: a fundação das Misericórdias: o reinado de D. Manuel I*. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa e União das Misericórdias Portuguesas, 2004. ISBN 972-98904-2-0. Vol. 3.

<sup>72</sup> Destes 195 documentos, são considerados 194 para análise quantitativa e qualitativa referente ao conteúdo do documento. O documento retirado da presente análise - mas contabilizado na análise da tipologia documental quanto à forma dos actos - tem a seguinte cota: *Coleção de Originais*, liv. 73 - 3º vol., fl. 125. Portugal, Arquivo Distrital de Évora. Neste documento só pudemos ler o *protocolo* e o *escatocolo*, por não ser visível o seu conteúdo. Inserimo-lo apenas por se tratar do primeiro documento produzido por Afonso Mexia.

cumentação régia, bem como a sua ligação à Corte e a sua importância na burocracia régia durante os reinados de D. Manuel I e D. João III.

Analisámos os dados obtidos, prestando especial atenção à informação obtida no *protocolo, dispositivo e escatocolo* dos diplomas. Assim, compulsámos 195 documentos<sup>72</sup>, essencialmente distribuídos pelas instituições já referidas e fontes impressas. O período em estudo abrange dois reinados e o gráfico que se segue mostra a divisão da documentação pelos reinados de D. Manuel I e D. João III.

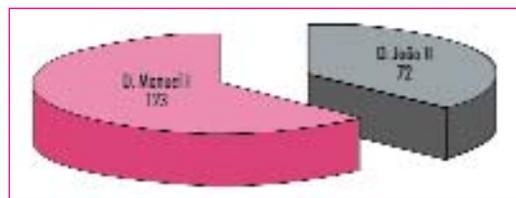


Gráfico 1 Produção documental por reinado.

O gráfico 1 mostra um total de 195 documentos, 123 datados do reinado de D. Manuel I e 72 documentos do de D. João III. É composto pelas cartas e provisões régias em cuja escrituração Afonso Mexia interveio como escrivão, subscritor e autor do registo, respeitantes aos anos entre 1496 e 1540, se bem que não exista documentação escriturada por Afonso Mexia para todos os anos<sup>73</sup>.

## 2.1. TIPOLOGIA DOCUMENTAL QUANTO À FORMA DOS ACTOS

A documentação em análise (recorde-se documentação régia escriturada por Afonso Mexia) foi lavrada em obediência a normas e formulários apropriados. A partir dos finais da Idade Média (e mais ainda após o século XVI), um número sempre crescente de cartas e provisões expedidas em nome do rei não passavam pela Chancelaria. A produção destes documentos "directamente" emanados do rei sem intervenção da Chancelaria - caracterizados por um formulário especial - só começou a desenhar-se a partir dos começos do século XIV<sup>74</sup>, com o

<sup>73</sup> Os anos de 1499 a 1503, 1511 e 1512, 1515, 1525 a 1532, 1534, 1536 e 1541 em diante. Verifica-se não existirem documentos produzidos por Afonso Mexia entre 1499 e 1503, talvez por ainda não ter recebido nomeação para os officios que viria a exercer. Nova ausência de documentos, nos anos de 1511 e 1512, deve-se sobretudo a Afonso Mexia ter estado em S. Jorge da Mina como feitor. Entre 1525 e 1532, período em que esteve na Índia como vedor da Fazenda, existe documentação produzida por ele no âmbito das suas funções mas não equacionada nesta análise. Nos anos de 1533 e 1540, verificamos que Afonso Mexia aparece na documentação como subscritor e autor do registo esporadicamente. A partir de 1541 não compulsamos documentação que demonstrasse a sua intervenção. Isto não quer dizer que tenha desaparecido da documentação como interveniente, porque não compulsámos toda a documentação existente sobre o oficial régio.

<sup>74</sup> NOGUEIRA, Bernardo Sá - "Cartas-Missivas, alvarás e mandados enviados pelos reis D. João II e D. Manuel ao concelho de Montemor-o Novo: estudo diplomatístico". p. 47.

<sup>75</sup> HOMEM, Armando Luís de Carvalho - *O Desembargo Régio (1320-1433)*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1990.

<sup>76</sup> FREITAS, Judite Antonieta Gonçalves de - *Teemos por bem e mandamos: a burocracia régia e os seus officiais em meados de Quatrocentos (1439-1460)*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade, 1999. 3 Vols. Dissertação de Doutoramento em História da Idade Média.

aparecimento do selo da puridade (ou do segredo) ou seja, sob a égide do escrivão da Puridade.

Não são numerosos os autores portugueses que se interessam com regularidade pela Diplomática régia dos séculos XV e XVI, destacando-se as dissertações de doutoramento de Armando Luís de Carvalho Homem<sup>75</sup> e de Judite Antonieta Gonçalves de Freitas<sup>76</sup>, além dos estudos de Bernardo de Sá Nogueira relativos à documentação régia enviada a Montemor-o-Novo<sup>77</sup> e outro estudo de Armando Luís de Carvalho Homem<sup>78</sup>.

Os documentos régios em análise podem-se designar como *actos de alcance especial* inseridos no grupo dos surgidos na esfera do poder do rei sobre os seus súbditos<sup>79</sup>. Os actos de *alcance especial*, pelos quais o rei exercia os seus poderes soberanos em matéria de *Justiça*, como juiz de

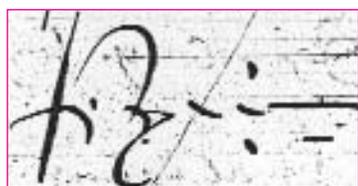


Figura 1

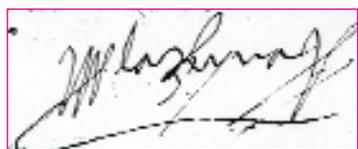


Figura 2



Figura 3

última instância ou de *Graça*, em favor de determinado indivíduo, entidade, comunidade, localidade ou região, ou pelos quais o monarca "geria" os bens ou direitos, seus ou da Coroa ou ainda toda uma gama de assuntos relativamente correntes, o que dará origem a um núcleo de *Fazenda* e outro que designaremos *Administração Geral*. O *autor jurídico* dos actos em análise, é na quase totalidade o rei conforme a figura 1<sup>80</sup>, surgindo-nos um acto da rainha<sup>81</sup>, conforme a figura 2 e outro do conde de Castanheira<sup>82</sup>, como podemos observar pela figura 3.

Analisando, quanto à forma dos actos, a documentação elaborada por Afonso Mexia, verificamos que a maioria é de subscrição régia ou de diplomas tipo *El-Rei o mandou*.

Na aparência, o *autor jurídico*, transmitiu directamente a sua vontade ao escriba sem qualquer intervenção de terceiros<sup>83</sup>

<sup>75</sup> NOGUEIRA, Bernardo Sá, "Cartas-Missivas, alvarás e mandados enviados pelos reis D. João II e D. Manuel ao concelho de Montemor-o-Novo: estudo diplomático". (1990), p. 43-129. Este estudo abrange documentação relativa a um dos reinados em estudo, o de D. Manuel I. Idem, "Cartas-Missivas, Alvarás e Mandados (Provisões) enviadas pelo rei D. João III ao concelho de Montemor-o-Novo: parte primeira (1521-1539)". *Revista Almansor*. Montemor-o-Novo. Nº 14, (2000), p. 209-306.

<sup>78</sup> HOMEM, Armando Luís de Carvalho - *Portugal nos finais da Idade Média: Estudo, Instituições, Sociedade Política*. Lisboa: Livros Horizonte, 1990. ISBN 972-24-0758-9.

<sup>79</sup> Idem, *O Desembargo Régio (1320-1433)*, p. 45.

<sup>80</sup> *Corpo Cronológico*, P. I, Mç. 22, doc. 43. Portugal, Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo.

<sup>81</sup> Neste *corpus* documental verificamos um documento de subscrição da rainha (*Liv. II do Provedimento do Pão*, doc. 42. Portugal, Arquivo Municipal de Lisboa, Arquivo Histórico).

<sup>82</sup> De subscrição do conde de Castanheira temos o seguinte documento: *Corpo Cronológico*, P. II, Mç. 228, doc. 136. Portugal, Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo.

<sup>83</sup> HOMEM, Armando Luís de Carvalho - *Portugal nos finais da Idade Média: Estado, Instituições, Sociedade Política*, p. 60; Idem, *O Desembargo Régio (1320-1433)*, p. 49.

Retiramos estes dados a partir do *escatocolo* dos documentos, como por exemplo:

*Dante em..., x dias de..., el-Rei o mandou, F (escrivão) a fez, era de mil e y anos.*

Outra situação é testemunhada por dois documentos<sup>84</sup>, em que a vontade do *autor jurídico* foi transmitida ao escriba por um redactor (ou mais do que um), normalmente membro do Desembargo Régio, e a quem coube depois contribuir para a validação do diploma pela aposição da subscrição respectiva ou da assinatura autografa. Estes actos podem ser classificados como diplomas tipo “*El-Rei o mandou por*”<sup>85</sup>. Como exemplos temos:

*Dante em..., x dias de..., el-Rei o mandou por F (ou por F e S), B (escrivão) a fez, era de mil e y anos.*

Primeiramente analisou-se a actividade de Afonso Mexia enquanto oficial régio, em exercício de funções como escrivão da Câmara e escrivão da Fazenda, redigindo, subscrevendo e registando cartas e provisões régias. Classificámos os documentos em função do seu formulário - quanto à forma dos actos. A maioria destes documentos foram escritos enquanto foi escrivão da Câmara, tendo sido elaborados precisamente no âmbito da Câmara do rei. Outros documentos produzidos por ele foram concebidos enquanto escrivão da Fazenda e relacionados com assuntos da Fazenda Régia.

Compulsámos 195 documentos, divididos da seguinte forma, conforme mostra o gráfico 2.

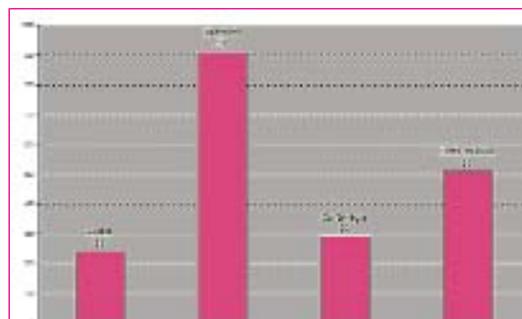


Gráfico 2. Produção documental por tipologia

O mandado é a forma mais registada, com 91 documentos (aproximadamente 47% do total da produção documental). Registamos ainda 29 cartas régias (15%), 24 alvarás (12%) e 51 cartas-missivas (26%).

Descreve-se em seguida, quanto à forma, cada um dos tipos diplomáticos inventariados.

### 2.1.1. CARTA RÉGIA

A carta régia compõe-se essencialmente de três partes: *protocolo*, *texto* e *escatocolo*. O *protocolo* inicia-se com a *intitulatio*, identificadora do *autor jurídico* do acto e apresentada, na forma exten-

<sup>84</sup> *Corpo Cronológico*, P. I, Mç. 53, doc. 11. Portugal, Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo. O redactor foi o conde de Tarouca e Prior do Crato, mordomo-mor. *Corpo Cronológico*, P. I, Mç. 228, doc. 163. Portugal, Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo. O redactor foi o conde de Castanheira, vedor da Fazenda.

<sup>85</sup> HOMEM, Armando Luís de Carvalho - *Portugal nos finais da Idade Média: Estado, Instituições, Sociedade Política*. p. 63; Idem, O *Desembargo Régio (1320-1433)*. p. 49-50.

sa, da seguinte maneira: “*Dom Manuell per graça de Deos rey de Portugal e dos Algarves, d'aquem e d'alem maar, em Afrycia, senhor da Guynee e da conquista naveguaçam, comercio d'Ethiopia, Persya e da India*”. Esta *intitulatio* enumera os títulos do autor do acto escrito. Depois vem o *texto*, com a matéria da decisão propriamente dita, e, por último, o *escatocolo* que conjuga os elementos topográficos e cronológico da data e os elementos de validação (subscrição, assinaturas), bem como o nome do escriba que produziu o documento. Este tipo documental é de subscrição régia. As cartas régias eram assinadas pelo rei e seladas com o selo pendente.

### 2.1.2. MANDADO

O *protocolo* deste tipo diplomático inicia-se com a *inscriptio*, nela figurando o nome ou ofício do destinatário - que pode ser individual ou múltiplo. Segue-se o *texto*, directamente iniciado

pelo *dispositivo*, ou precedido este pela narração. A seguir ao *dispositivo* aparecem cláusulas secundárias, principalmente de injunção - ou seja, instruindo as autoridades competentes no sentido de cumprirem ou fazerem cumprir o estabelecido, conforme a figura 4<sup>86</sup>.

A finalizar temos o *escatocolo* que começa com o participípio "feito" ou "escrita", e continua com a *datatio* que conjuga o elemento topográfico e o elemento cronológico sendo, esta, interrompida entre o mês e o ano pelo nome do escrivão (fulano a fez), conforme as figuras 5 e 6<sup>87</sup>

A forma do *escatocolo* é idêntica à dos alvarás. Os mandados eram documentos frequentemente registados nos livros de recebimento da Chancelaria da Câmara do rei. Sabemos isso através da fórmula a seguir ao *escatocolo* “*e este pasara pollos chamcelaria da camara*” ou “*e este pasara pollos ofiçiaes da chamcelaria da camara*”, como podemos observar através das

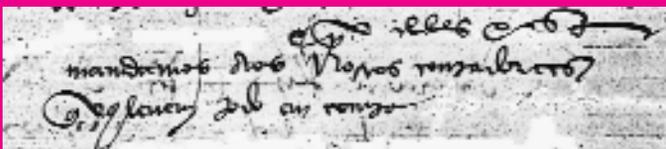


Figura 4

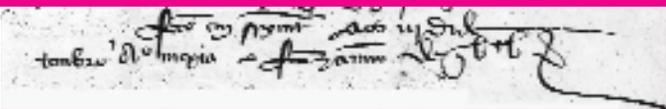


Figura 5

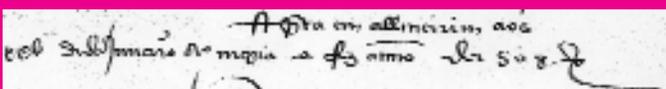


Figura 6

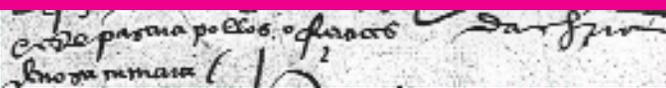


Figura 7

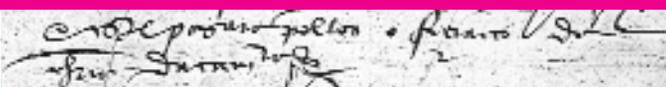


Figura 8

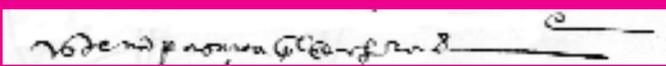


Figura 9

<sup>86</sup> *Corpo Cronológico*, P. I, Mç. 22, doc. 74. Portugal, Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo.

<sup>87</sup> *Liv. II do Provedimento do Pão*, doc. 32. Portugal, Arquivo Municipal de Lisboa, Arquivo Histórico; BA, 54-XIII-5 (6). Portugal, Biblioteca de Ajuda.

<sup>88</sup> *Corpo Cronológico*, P. I, Mç. 22, doc. 86; P. I, Mç. 25, doc. 42. Portugal, Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo.

<sup>89</sup> *Corpo Cronológico*, P. I, Mç. 60, doc. 61. Portugal, Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo.

figuras 7 e 8<sup>88</sup>:

ou então mencionam que não deviam passar pela chancelaria através da expressão "*e este nam pasara pela chamçelaria*", conforme expresso na figura 9<sup>89</sup>:

Também observamos que havia pagamento através de expressões: "*pagou x reaes*". Talvez este pagamento fosse pelo registo em livro próprio ou por despesas de Chancelaria relacionadas com a *conscriptio* e a validação<sup>90</sup>. O mandado é um documento preceptivo, porque nele se ordena algo através do dispositivo, estabelecendo uma ordem para a realização de algo<sup>91</sup>. Quanto ao conteúdo, os mandados abordam normalmente um só assunto, com instruções específicas que o destinatário devia cumprir.

### 2.1.3. ALVARÁ

O aparecimento do alvará em finais do século XIV resultou, possivelmente, de uma tendência de simplificação das práticas de Chancelaria. A sua utilização alargou-se nos finais do século XV<sup>92</sup>. Apresenta um discurso diplomático mais simples que o da carta régia. O *protocolo inicial* iniciava-se com uma *intitulatio* curta ou concisa "*Nos el-Rei*", seguindo-se a "*notificação fazemos saber a vos*" e o "*endereço a vos fulano*". Quanto ao formulário encontramos dois documentos em que o *protocolo* é diferente da maioria<sup>93</sup>. O *endereço* também podia englobar um destinatário mais extenso. Em vez de iniciar-se com uma *intitulatio* curta, o *protocolo* podia mencionar logo o destinatário, seguindo-se a *notificação*. O *texto* podia ser logo introduzido pelo dispositivo "*a nos praz e a nos praz fazer merce*" ou então este aparecia precedido de uma *narração*<sup>94</sup>, mais ou menos extensa, iniciada por "*per fulano(s) no(s) fizeram saber*". Depois do dis-

---

<sup>88</sup> Este assunto foi abordado no estudo de NOGUEIRA, Bernardo de Sá - "Cartas-Missivas, alvarás e mandados enviados pelos reis D. João II e D. Manuel ao concelho de Montemor-o-Novo: estudo diplomático". p. 48.

<sup>89</sup> FLORIANO CUMBREÑO, António C.- *Curso general de Paleografía y Paleografía y Diplomática españolas*. Oviedo: Secretariado de Publicaciones de la Universidad, 1946. p. 224.

<sup>90</sup> NOGUEIRA, Bernardo de Sá - "Cartas-Missivas, alvarás e mandados enviados pelos reis D. João II e D. Manuel ao concelho de Montemor-o-Novo". p. 48.

<sup>91</sup> *Nos el rey por este nosso alvara nos praz e Eu el rey por este nosso alvara nos praz fazer merce* (*Corpo Cronológico*, P. I, Mç. 27, doc. 8; P. I, Mç. 54, doc. 87. Portugal, Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo).

<sup>92</sup> A narração (ou exposição) é a primeira parte do texto, logo a seguir à notificação, onde se expõem as circunstâncias da ordem do acto, suas razões e eventualmente os antecedentes. (CÁRCEL ORTI, Maria Milagros - *Vocabulaire international de la Diplomatie*. Valência: [s.n.], 1994. ISBN 84-370-1520-0. p. 57).

<sup>93</sup> *Idem, ibidem*, p. 59.

positivo vinha uma cláusula injuntiva a determinar que se cumprisse o estabelecido como por exemplo: “*pollo quall vos rogamos e emcomendamos, pollo quall vos emcomendamos e mandamos* ou *pollo qual avemos por bem e vos emcomendamos*”<sup>5</sup>. O *escatocolo* vinha logo de seguida, sendo idêntico aos dos mandados. Incidem sobre um único assunto, relativamente ao qual o monarca toma determinada decisão.

Estes alvarás deveriam passar pela Chancelaria da Câmara como podemos observar através de expressões-tipo: “*e este passara polla chamcelaria da camara* ou *e este jra registado pollos ofiçiaees da chamçelaria da nosa camara* ou *e este pasara pollos ofiçiaes da chamcelaria da camara*”. Em alternativa, mencionavam que não deviam passar pela chancelaria, com a expressão “*e este nam pasara pela chamçelaria*”. Destinar-se-ia esta passagem pela chancelaria da câmara a registar o documento em livro específico, ou a proceder à validação?

A Chancelaria da Câmara era um centro de produção documental possivelmente dotado de registos próprios, para quando fosse necessário voltar a rever esses actos escritos.

No verso dos alvarás observa-se que a sua emissão era paga, pela expressão colocada “*pagou x reaes*” notando-se ainda assinaturas, provavelmente dos recebedores ou funcionários deste. Este pagamento seria pelo registo ou corresponderia a outro tipo de despesas inerentes à feitura do documento?

Os alvarás eram quase sempre endereçados aos juizes, vereadores, procurador e oficiais da vila, incidindo num único assunto.

#### 2.1.4. CARTA-MISSIVA

Este tipo diplomático destinava-se sobretudo a transmitir ordens, instruções ou informações respeitantes à administração interna do Reino, servindo ainda como meio de correspondência entre agentes do poder régio. A carta-missiva assemelhava-se às cartas cerradas, quanto à forma de envio, pois era fechada e selada com o endereço repetido no verso e ao meio, precedido da fórmula “*Por el rey.*” O *protocolo* começava pelo endereço, muito mais variado do que o dos alvarás, podendo ser colectivo ou individual. O *texto* iniciava-se com a *narratio*, raramente precedida de *arenga*. Depois seguia-se o *dispositivo*, podendo encontrar uma cláusula injuntiva ou de notificação a determinar que se cumprisse o estabelecido. Por último, o *escatocolo* era introduzido pelo participio passado “escrita” e não por “feito” como sucedia com os alvarás e mandados<sup>6</sup>. Seguiam-se outros elementos idênticos aos dos mandados e alvarás, ele-

---

<sup>5</sup> Esta descrição de tipos diplomáticos (alvarás, cartas-missivas e mandados) é feita por NOGUEIRA, Bernardo de Sá, em “Cartas-missivas, alvarás e mandados enviados ao concelho de Montemor-o-Novo”. p. 47-51.

mentos topográfico e cronológico. Este tipo diplomático podia apresentar mais que um assunto, o que não acontecia nos alvarás e mandados. O endereço era muito mais variado que o dos alvarás.

Em muitos casos o *texto* podia iniciar-se logo pelo *dispositivo*, sem qualquer *narração* a precedê-lo. Também existem documentos deste tipo que não têm *dispositivo*, levando-nos a pensar se teriam um carácter meramente informativo. Os assuntos dominantes destas missivas eram os ofícios (provimento, remunerações, obras públicas e despesas).

### 2.1.5. DIVERSOS

Nem todos os documentos recolhidos se podem inserir, quanto à forma, nos tipos diplomáticos atrás referidos e, por isso, integrámo-los noutra categoria para efeitos de contabilização, denominada *diversos*.

Num sistema político e de governo como era a monarquia quinhentista, o despacho pessoal do monarca era indispensável ao prosseguimento dos negócios do Reino. O monarca despachava com os seus oficiais e funcionários para dar andamento à justiça, atender causas, decidir os negócios e as petições que diariamente surgiam.

O documento era um testemunho escrito legalmente válido, destinado a servir de prova, redigido com fórmulas determinadas, que tinha como finalidade conferir força probatória e servir de testemunho histórico<sup>97</sup>.

As grandes fases do negócio jurídico plasmado num diploma régio eram a *actio* (acção jurídica) e a *conscriptio* (documentação dessa acção jurídica). A *actio* culminava na decisão régia (*autor jurídico*) sobre o assunto e a *conscriptio* comportava uma série de etapas, iniciadas com uma ordem (*jussio*) dada ao autor diplomático para documentar a decisão tomada pelo *autor jurídico*. A documentação propriamente dita consistia em fases distintas, desde a redacção da minuta<sup>98</sup> à inclusão das fórmulas de direito e à *validatio*<sup>99</sup>. Todo o tipo de situações era traduzido por escrito, apresentando formulários específicos para cada acto. Os actos eram estruturados de forma objectiva, atendendo às cláusulas essenciais do formulário exigidas para cada tipo de documento.

O mandado foi ganhando importância na forma como expediam certos assuntos. O monarca quando queria dar uma ordem expressa sem revogação, era através do mandado, com a

---

<sup>97</sup> FLORIANO CUMBREÑO, António C., *Op. cit.*, p. 222.

<sup>98</sup> A minuta era um escrito preparatório, de interesse temporário. As minutas do século XVI eram expedidas em forma de processo verbal. Era um escrito oficial, preparatório do instrumento definitivo, era uma "minuta original" que constituía uma maior autenticidade das expedições. As minutas tinham sucessivas redacções, uma provisória e outra definitiva, o que supunha ser objecto de uma revisão ou confirmação. Estas minutas serviam como uma garantia em caso de reclamação (BOÛARD, Alain de - *Manuel de Diplomatie française et pontificale*. Paris: Éditions Auguste Picard, 1929. p. 88-102).

<sup>99</sup> FLORIANO CUMBREÑO, António C., *Op. cit.*, p. 250-252; BOÛARD, Alain de, *Op. cit.*, p. 61-78.

cláusula de notificação "*mandamos a vos*". A seguir aos mandados, a forma de actos mais expedida foram as cartas-missivas. Seguidamente, aparecem as cartas-régias como a forma mais expedida, pois era a forma utilizada para resposta de capítulos de Cortes. Por último, os alvarás. O mandado vai sendo utilizado em detrimento do alvará, quando o monarca não quer dar algum tipo de informação mas sim dar uma ordem. Esta ordem é expressa através do mandado e o alvará só passa a ser utilizado para valor informativo.

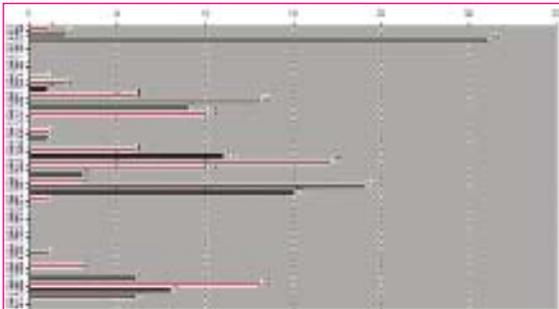


Gráfico 3 Produção documental por ano

Uma vez classificados quanto à forma os actos escriturados por Afonso Mexia, distribui-se a sua produção documental por ano de actividade, como mostra o gráfico 3.

Os anos de maior produção documental foram 1498, 1518, 1522 e 1523. A maior produção documental em 1498 deve-se sobretudo à elaboração de resposta a capítulos de Cortes com 26 documentos. Embora ainda não tivesse sido então nomeado para nenhum ofício, Afonso Mexia desenvolveu grande actividade, tratando-se de um ano de intensa escrituração devido à necessidade de emitir convocatórias para Cortes<sup>100</sup> e resposta a capítulos de Cortes<sup>101</sup>. Também temos cartas de confirmação de privilégios a determinada vila<sup>102</sup>. Os anos de 1518, 1522 e 1523, também são de alguma produção documental, respectivamente 17, 19 e 15 documentos, e nesta altura Afonso Mexia já exercia o cargo de escrivão da Câmara a partir de 1504<sup>103</sup> e da Fazenda desde 1521<sup>104</sup>.

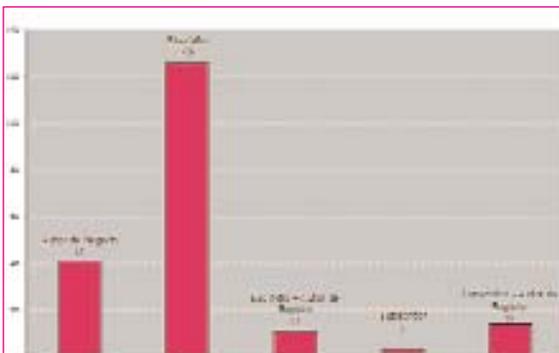


Gráfico 4 Produção documental por Cargo/Ofício

Depois de analisarmos a produção documental por ano, vamos estudar as cartas e provisões régias escrituradas por Afonso Mexia. O gráfico 4 mostra-nos quantos documentos Afonso Mexia aparece a escrever, a subscrever e a registar.

<sup>100</sup> DIAS, João José Alves, ed., *Op. cit.*, p. 19, 21-22.

<sup>101</sup> Idem, *ibidem*, p. 346-347, 350, 351, 352-353, 369, 371, 374-375, 361-362, 377-380, 400-404, 409-410, 473-479, 484-485, 507-508, 517-518, 519, 523-524, 525, 526-528, 545-546, 552, 561.

<sup>102</sup> Idem, *ibidem*, p. 586-587, 588-590. O rei confirma privilégios à vila de Monsaraz, como couto de homiziados ou de não pagarem portagem. Idem, *ibidem*, p. 594-595, da confirmação de privilégio à vila de Moura de ser realenga.

<sup>103</sup> Nomeado por D. Manuel I em 30 de Março de 1504 e confirmado por D. João III em 7 de Dezembro de 1523.

<sup>104</sup> Nomeado por D. Manuel I em 20 de Fevereiro de 1521 e confirmado por D. João III em 28 de Dezembro de 1521.

Observamos que, como escrivão, Afonso Mexia redigiu 126 documentos, intervindo noutros 11 documentos como autor do registo, além de redactor. Também subscreveu 3 documentos e subscreveu e registou 14 provisões régias. Afonso Mexia registou 41 documentos, sem qualquer outro tipo de intervenção. Foi como escrivão que mais interveio na produção de documentação régia.

Seria que a subscrição e o registo das provisões régias, eram actividades de nível superior à de escrivão? Certamente, pois ao subscriptor cabia verificar se o documento escrito era compatível com o conteúdo da decisão régia nele escriturada. Depois desta análise ele subscrevia a provisão e, com a sua assinatura, confirmava o teor do documento, podendo constatar-se pelas figuras 10 e 11<sup>105</sup>:

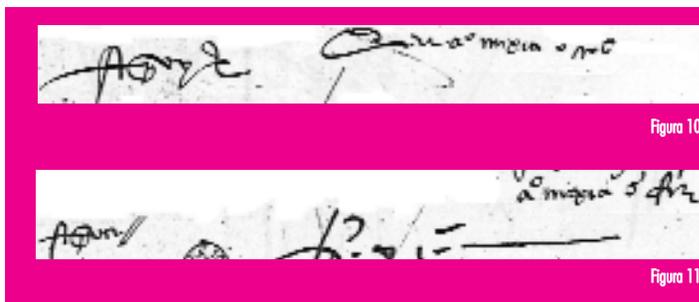


Figura 10

Figura 11

O registo era outra fase na génese de uma provisão régia. Entende-se por autor do registo a pessoa que registava o documento original no livro adequado ao conteúdo do documento produzido - livro de registo da Chancelaria da Câmara, ou da Fazenda. O processo de registo devia ocorrer em intervalos regulares, depois da mi-nuta ou depois da expedição<sup>106</sup>.

O registo podia transcrever o texto na íntegra ou sob a forma de ementa, esta versão sintética do documento (autêntico resumo) não respeitava todas as disposições formais do original mas mantinha o *escatocolo* intacto<sup>107</sup>. No *corpus* documental, encontrámos documentos registados por Afonso Mexia no decurso da sua actividade administrativa, através da seguinte expressão “Registado. Afonso Mexia”, como se vê na figura 12<sup>108</sup>:

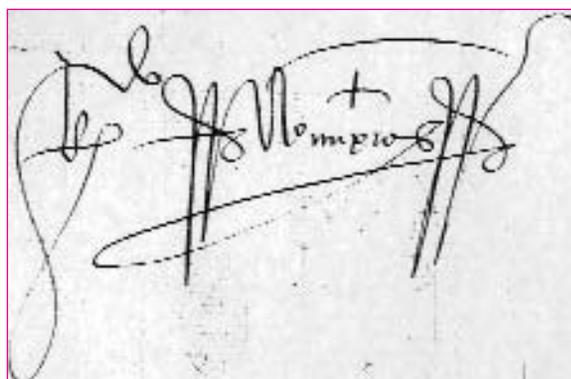


Figura 12

Os documentos por si elaborados na qualidade de escrivão

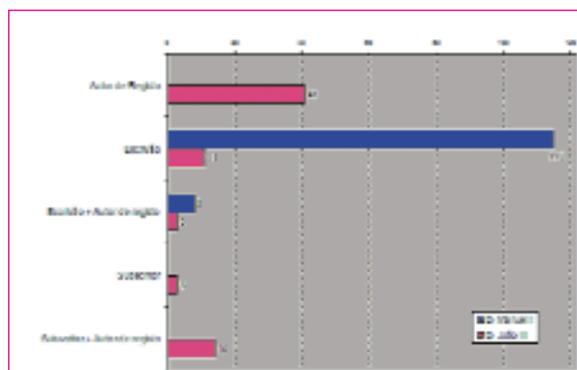


Gráfico 5 Produção documental por Cargo/Ofício em cada reinado

<sup>105</sup> *Corpo Cronológico*, P. I, Mç. 28, doc. 136; Mç. 55, doc. 130. Portugal, Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo.

<sup>106</sup> CÁRCEL ORTI, Maria Milagros, *Op. cit.*, p. 39.

<sup>107</sup> HOMEM, Armando Luís de Carvalho; DUARTE, Luís Miguel; MOTA, Eugénia Pereira da - "Percurso da burocracia régia (séculos XIII-XV)". In BETHENCOURT, Francisco; CURTO, Diogo Ramada, ed. - *A Memória da Nação*. Lisboa: Sá da Costa, 1991. p. 410.

<sup>108</sup> *Corpo Cronológico*, P. I, Mç. 60, doc. 61. Portugal, Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo.

são numerosos até ao ano de 1523, com excepção do período de exercício de funções como feitor em S. Jorge da Mina, entre 1511 e 1513. Entre 1524 e 1532, surge referido na documentação apenas como vedor da Fazenda (da Índia). No período final da carreira, a partir de 1533, a sua actividade predominante como funcionário passou a ser de autor do registo ou seja, registo de diplomas na chancelaria, embora mantendo intervenções pontuais como subscritor.

É igualmente possível fazer esta análise reinado a reinado, pois como sabemos Afonso Mexia exerceu funções como oficial régio com D. Manuel e D. João III. Veja-se o gráfico 5.

Podemos constatar que Afonso Mexia escreveu 115 documentos no reinado de D. Manuel e 11 no de D. João III, redigindo e registando em cada 8 e 3 documentos, respectivamente. Só no reinado de D. João III encontramos-lo a escrever, registar e subscrever documentos - respectivamente 3, 41 e 14. A análise do gráfico permite concluir que, durante o reinado de D. Manuel I, a actividade de escrivão representou praticamente a totalidade do labor de Afonso Mexia, correspondendo praticamente a 65%. No reinado de D. João III, a actividade de escrivão diminui drasticamente mas torna-se muito mais variada, em outro tipo de tarefas desempenhadas por Afonso Mexia - i.e. subscrição e/ou o registo de documentos. Os valores percentuais para escrivão e autor do registo dos documentos são 5,5% e para subscritor são de 1,5%, para autor do registo temos como percentagem 21% e a subscrever e registar ao mesmo tempo verifica-se -se uma percentagem de 7%.

Constatamos na documentação produzida que a localidade onde se regista maior produção documental é Lisboa, com 104 documentos, seguindo-se Almeirim, com 34 documentos e Évora, com 31 documentos.

Embora nos centremos na figura de Afonso Mexia, o facto de acompanhar a Corte, pela inerência dos cargos que ocupava, merece uma breve reflexão sobre a itinerância dos reis.

Podemos concluir que a localidade preferida para permanência dos monarcas portugueses era Lisboa, capital do Reino. A outra localidade de preferência era Almeirim, seguida de Évora.

Durante o seu percurso itinerante em visita ao Reino ou por motivos de ordem sanitária, que por vezes afectava certas localidades (por exemplo Lisboa, muito sacrificada pelos surtos de peste), Tomar, Barreiro, Coruche, Abrantes, Chamusca, Lavradio, Montemor-o-Novo, Setúbal e Alcochete, eram locais escolhidos para passagem dos monarcas, ficando aí curtos períodos de tempo, excepto Sintra, local de predilecção dos monarcas (sobretudo de D. Manuel) para descanso, principalmente no Verão.

Observa-se que a localidade preferida era Lisboa em ambos os reinados. Depois Almeirim foi a segunda localidade escolhida pelo monarca D. Manuel I mas não de D. João III. Évora tam-

bém foi privilegiada por D. Manuel I e D. João III e Tomar foi mais visitada por D. João III, assim como o Barreiro. Sintra deixou de ser uma localidade de preferência para D. João III, enquanto D. Manuel I passava alguns períodos aí para descanso e prática da caça.

A itinerância da Corte foi mais acentuada durante o reinado de D. Manuel I, bastante diminuída com D. João III (grandes ausências da capital e passando grandes períodos em Évora).

Seguidamente analisamos a tipologia documental em relação ao seu conteúdo.

### 3. TIPOLOGIA DOCUMENTAL QUANTO AO CONTEÚDO DOS ACTOS

No que a este item diz respeito, adoptámos a tipologia definida por Armando Luís de Carvalho Homem<sup>109</sup> e por Judite Antonieta Gonçalves de Freitas<sup>110</sup>, que propõem na sua tese de doutoramento alguns "novos" tipos documentais. A autora refere que estes "novos" tipos pretendem essencialmente individualizar determinados diplomas, que até então eram incluídos na epígrafe *Diversos* ou outras. Acresce que algumas dessas cartas constituem autênticos modelos, o que lhe permitiu individualizar esses mesmos diplomas.

Neste estudo tivemos em conta os modelos tipológicos supracitados e não estabelecemos qualquer tipo diplomático novo, prática ajustada a um empobrecimento tipológico que verificámos existir.

Consignamos na tipologia por nós definida, quarenta e um tipos de diplomas, que distribuímos por cinco grandes compartimentos: Graça, Justiça, Fazenda, Administração Geral e *Diversos* (quando deparámos com diplomas impossíveis de integrar nos outros tipos documentais).

Antes de uma caracterização dos diplomas exarados quanto ao conteúdo, mostraremos a seguir uma tabela com o número de documentos produzidos.

	Conteúdo	Registo
<b>Graça</b>	Doação de bens e direitos	24
	Doação para casamento	6
	Privilégios, comportando escusa de determinações gerais	1
	Confirmação de privilégio	5
	Privilégios	5
<b>Fazenda</b>	Aforamentos	1

<sup>109</sup> HOMEM, Armando Luís de Carvalho - *O Desembargo Régio (1320-1433)*.

<sup>110</sup> FREITAS, Judite Antonieta Gonçalves de, *Op. cit.*, Vol. I.

	Confirmação de ofício	1
	Provimento de ofício	11
	Quitações	8
	Remunerações	24
<b>Administração Geral</b>	Contratos de empreitadas	2
	Convocação de cortes	2
	Resposta a capítulos de cortes	22
	Resposta a certos agravos	4
	<b>Conteúdo</b>	<b>Registo</b>
	Resposta a certos assuntos	1
	Regulamentação de jurisdições locais	3
<b>Justiça</b>	Fiança	2
	Perdões	1
<b>Diversos</b>		
	Cedência de terra	1
	Compra de bens	1
	Contabilidade	1
	Defesa de colheitas	1
	Devolução de doação para casamento	1
	Devolução de penhor	1
	Encomendas	2
	Entrega de dinheiro	1
	Equiparação de estatuto	1
	Fornecimento de bens	14
	Juramento do príncipe	1
	Licença para tirar gado	1
	Obrigação de ração	1
	Pagamentos	29
	Ordem de entrega	1
	Pagamentos e pedidos de orçamento	1
	Pedido de vistoria	1
	Perdão de dívida	1
	Planeamento urbano e/ou obras	3
	Proibição de transacção comercial	1
	Rectificação de quantidade de bens	5

Transferência de pena pecuniária	1
Venda de bens	1

Tabela 1 Produção documental por conteúdo

### 3.1. CARACTERIZAÇÃO DOS DIPLOMAS EXARADOS EM FUNÇÃO DO CONTEÚDO

#### 3.1.1. DOAÇÕES DE BENS E DIREITOS (E CONFIRMAÇÕES DE)

Identificámos 24 documentos referentes a doações<sup>111</sup> (representativos de aproximadamente 12% da documentação analisada). Estas doações dizem respeito a tenças em numerário ou em prata, com 11 documentos e também em géneros, 12 documentos e doações de propriedades fundiárias com 1 documento. As referidas tenças oscilam entre valores pouco significativos a valores de maior importância, de acordo com as diferentes categorias sociais, como membros de concelhos, cavaleiros e fidalgos do monarca, criado da rainha e outro tipo de despesas, como dois carpinteiros de Arzila e um estudante. As tenças em numerário oscilam entre os 10 cruzados (4.000 reais) e os 12.000 reais.

#### 3.1.2. DOAÇÕES PARA CASAMENTO

Neste grupo temos 6 documentos referentes a doações feitas pelo monarca de ajuda a casamentos. Assim temos 3 alvarás, um para que Fernando Rodrigues dê do dinheiro das obras pias 15.000 reais a Jorge Lopes por se casar com Isabel Seabra, a quem tinha prometido ajuda de casamento<sup>112</sup>, outro de ajuda de casamento a uma filha de Luís Vaz, cavaleiro e morador em Tânger<sup>113</sup> e por último, um alvará fazendo mercê a uma irmã do Frei Gaspar de Santa Maria, superior de S. Domingos de Lisboa, de 20.000 reais para ajuda do seu casamento<sup>114</sup>.

Depois compulsamos 3 mandados régios, um de ajuda de casamento a uma filha de Luís Vaz, cavaleiro e morador em Tânger<sup>115</sup>, outro para que Fernando Rodrigues dê 12.000 reais para ajuda de casamento de uma das filhas de Rafael da Fonseca<sup>116</sup> e por último, um mandado régio para se pagar o montante de 20.000 reais, de ajuda de casamento a uma irmã do Frei Gaspar

<sup>112</sup> *Corpo Cronológico*, P. I, Mç. 54, doc. 87. Portugal, Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo.

<sup>113</sup> *Corpo Cronológico*, P. I, Mç. 51, doc. 100 - 1º doc. Portugal, Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo.

<sup>114</sup> *Corpo Cronológico*, P. I, Mç. 62, doc. 150 - 1º doc. Portugal, Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo.

<sup>115</sup> *Corpo Cronológico*, P. I, Mç. 51, doc. 100. Portugal, Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo.

<sup>116</sup> *Corpo Cronológico*, P. I, Mç. 41, doc. 37. Portugal, Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo.

<sup>117</sup> *Corpo Cronológico*, P. I, Mç. 62, doc. 150 - 2º doc. Portugal, Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo.

<sup>118</sup> HOMEM, Armando Luís de Carvalho - *O Desembargo Régio (1320-1433)*, p. 78-79.

de Santa Maria, superior do Mosteiro de S. Domingos, em Lisboa<sup>117</sup>. Estas provisões são todas de subscrição régia.

### 3.1.3. PRIVILÉGIOS (E CONFIRMAÇÕES DE)

Compulsámos 5 documentos referentes a privilégios e 5 para confirmação de privilégio (constituem 5% do levantamento documental). Esta espécie é compósita, como mostra Armando Luís de Carvalho Homem<sup>118</sup>, dizendo respeito a diferentes situações como: a confirmação e/ou concessão de privilégios, foros, liberdades e costumes ou da isenção de pagamento de fintas, talhas, peitas e portagens, isenção de encargos e serviços concelhios, concessão de diferentes isenções a pessoas colectivas (mosteiros, povoações, concelhos etc). Dos 10 documentos encontrados com este conteúdo, um deles privilegia os treze oficiais da Misericórdia de Santarém sobre a aposentação<sup>119</sup>. Outro determina que os oficiais da Confraria da Misericórdia de Setúbal estejam isentos de servir nos cargos do Concelho, bem como do pagamento de exações concelhias ou régias<sup>120</sup>. Em outro documento o rei ordena que nenhum oficial de justiça deveria intervir nos assuntos da Misericórdia e Hospital de Serpa<sup>121</sup>. Também o monarca privilegiou os mercadores alemães, dando-lhes privilégios idênticos aos moradores de Lisboa<sup>122</sup> e privilegiou a Misericórdia de Tomar com a anexação do Hospital da Graça e as Confrarias de Santa Maria e de Santa Cruz<sup>123</sup>.

Quanto às confirmações de privilégios encontrámos 5 documentos que referem-se a: confirmação de privilégio à vila de Monsaraz de ser couto de homiziados<sup>124</sup> e de não pagar

---

<sup>119</sup> PAIVA, João Pedro, coord., *Op. cit.*, Vol. 3, doc. 150, p. 276.

<sup>120</sup> Idem, *ibidem*, doc. 150, p. 278.

<sup>121</sup> Idem, *ibidem*, doc. 150, p. 279.

<sup>122</sup> BA, 49-II-47 (11) e 49-II-46 (36). Portugal, Biblioteca de Ajuda.

<sup>123</sup> PAIVA, João Pedro, coord., *Op. cit.*, Vol. 3. ISBN 972-98904-2-0. doc. 150, p. 23-284.

<sup>124</sup> DIAS, João José Alves, ed., *Op. cit.*, p. 588-590.

<sup>125</sup> Idem, *ibidem*, p. 586-587.

<sup>126</sup> Idem, *ibidem*, p. 594-595.

<sup>127</sup> PAIVA, João Pedro, coord., *Op. cit.*, Vol. 3, doc. 150, p. 320-321.

<sup>128</sup> NOGUEIRA, Bernardo de Sá - "Cartas-Missivas, Alvarás e Mandados enviados pelos reis D. João II e D. Manuel ao concelho de Montemor-o-Novo: estudo diplomático". (1990), doc. 61, p. 112-113.

<sup>129</sup> *Liv. II do Provimto do Pão*, doc. 32. Portugal, Arquivo Municipal de Lisboa, Arquivo Histórico.

portagem<sup>125</sup>, confirmação de a vila de Moura ser realenga<sup>126</sup>, ordem para que os juízes e justiças de Santarém respeitem os privilégios dos mamosteiros da Confraria da Misericórdia de Santarém<sup>127</sup>, confirma os privilégios da vila de Montemor-o-Novo<sup>128</sup>.

#### 3.1.4. PRIVILÉGIOS COMPORTANDO ESCUSA DE DETERMINAÇÕES GERAIS

Incluem-se neste grupo as determinações régias que dispensavam a sujeição às prescrições legislativas vigentes. Integrámos nesta categoria um único documento (0,5% do total do *corpus*), pelo qual o monarca permitiu à vila de Santarém comercializar pão no termo de Lisboa, sem embargo de todas as posturas em contrário<sup>129</sup>.

#### 3.1.5. AFORAMENTOS

Este tipo de carta remonta à época de D. Afonso III, em número significativo e alcançando um número elevado nas primeiras décadas do século XIV. No século XV o número de aforamentos registados era reduzido, provavelmente devido à departamentalização de alguns sectores da administração central<sup>130</sup>.

Sobre este tipo de conteúdo só encontrámos 1 alvará régio referente à venda da portagem do Arco do Baúlhe, no Concelho de Cabeceiras de Basto, ao monarca por parte de Cristóvão Pereira<sup>131</sup>.

#### 3.1.6. PROVIMENTOS DE OFÍCIO (CONFIRMAÇÕES E REMUNERAÇÕES)

As cartas de provimento constituem um dos tipos diplomáticos mais representativos do acervo documental analisado. Nele se integram 36 documentos (representativos de aproximadamente 18,5% dos documentos exarados). Incluímos nesta espécie os provimentos, confirmações e remunerações de ofícios. Assim temos 11 documentos referentes a provimentos (cerca de 6%)<sup>132</sup>, um documento de confirmação (0,5%)<sup>133</sup> e por último, 24 documentos de

---

<sup>130</sup> DURÃO, Manuela - 1471: um ano "Africano" no Desembargo de D. Afonso V. p. 54.

<sup>131</sup> *Corpo Cronológico*, P. I, Mç. 67, doc. 13. Portugal, Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo.

<sup>132</sup> *Lin. de Festas*, doc. 17; *Lin. I de Provimento de Ofícios*, doc. 107, 132, 157. Portugal, Arquivo Municipal de Lisboa, Arquivo Histórico; *Colecção de Originais*, liv. 71 - 1º vol, fl. 116, fl. 191. Portugal, Arquivo Distrital de Évora; PAIVA, João Pedro, coord., *Op. cit.*, Vol. 3, doc. 150, p. 329; *Corpo Cronológico*, P. I, Mç. 27, doc. 58, Mç. 52, doc. 67, Mç. 64, doc. 92, Mç. 67, doc. 83. Portugal, Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo.

<sup>133</sup> *Lin. I de Provimento de Ofícios*, doc. 103. Portugal, Arquivo Municipal de Lisboa, Arquivo Histórico.

<sup>134</sup> *Corpo Cronológico*, P. I, Mç. 7, doc. 50, Mç. 22, doc. 109, Mç. 23, doc. 82, 99, 148, Mç. 24, doc. 21, Mç. 27, doc. 8, 100, Mç. 28, doc. 136, 142, 147, Mç. 29, doc. 11, 26, 46, Mç. 58, doc. 55, 67, Mç. 65, doc. 92, Mç. 67, doc. 52, Mç. 68, doc. 39, 47. Portugal, Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo; *Lin. III de D. Manuel I*, doc. 27, 30, 57; *Lin. I de Provimento de Ofícios*, doc. 176. Portugal, Arquivo Municipal de Lisboa, Arquivo Histórico.

<sup>135</sup> Como no caso da família dos Carneiros, que dominaram os ofícios da Escrivania da Pureza, nos reinados de D. João II, D. Manuel I e D. João III, António Carneiro e os seus dois filhos, principalmente o seu filho Pero de Alcáçova Carneiro.

remunerações de ofícios (cerca de 12%)<sup>134</sup>. Todos estes documentos são de subscrição régia. Por costume, a documentação indica as motivações que levaram ao provimento de determinado indivíduo - por exemplo, morte do anterior detentor do cargo, renúncia a esse mesmo cargo (muitas vezes realizada a favor de alguém da família), doença e idade. Também podiam ser substituídos no cargo por falta de competência no desempenho do seu ofício, fraude ou falsificações e na sequência de denúncia. O denunciante precisava de fundamentar a acusação para que o detentor do cargo dele fosse privado. Saliente-se que o provimento de ofício podia ser favorecido por intercessão de alguém de estatuto social superior. O provimento podia ser perpétuo e hereditário, o que explica a monopolização de determinados ofícios por certas famílias<sup>135</sup>.

### 3.1.7. QUITAÇÕES

A carta de quitação era um documento comprovativo, desempenhando uma função idêntica aos actuais recibos<sup>136</sup>, uma vez que se trata de “*um documento passado a um funcionário régio, declarando que o destinatário dera boa conta e recado dos dinheiros e bens que recebera no exercício do cargo*”<sup>137</sup> e o monarca “*dava por quite e livre para todo o sempre*”, ao próprio como aos seus herdeiros. Compulsámos 8 exemplares<sup>138</sup> (que representam aproximadamente 4% dos documentos).

### 3.1.8. REGULAMENTAÇÃO DE JURISDIÇÕES LOCAIS

Esta alínea abrange os documentos respeitantes à regulamentação de poderes jurisdicionais de algumas entidades como os Concelhos, individualidades e titulares de cargos.

Os 3 exemplares dizem respeito a cartas-missivas, em que o rei pedia ao Arcebispo de Braga que mandasse o seu procurador a Guimarães tratar das cartas precatórias e jurisdição dos con-

---

<sup>136</sup> GONÇALVES, Iria - "Quitação (Carta de)". In SERRÃO, Joel - *Op. Cit.*, Vol. V, p. 228.

<sup>137</sup> HOMEM, Armando Luís de Carvalho - *O Desembargo Régio (1320-1433)*. p. 83.

<sup>138</sup> NOGUEIRA, Bernardo de Sá - "Cartas-Missivas, Alvarás e Mandados enviados pelos reis D. João II e D. Manuel ao concelho de Montemor-o-Novo: estudo diplomático". doc. 41, p. 94; *Corpo Cronológico*, P. I, Mç. 23, doc. 25; Mç. 28, doc. 60; Mç. 29, doc. 8, Mç. 30, doc. 22, 83, Mç. 58, doc. 65. Portugal, Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo; *Coleção de Originais*, liv. 71 - 1º vol, fl. 104. Portugal, Arquivo Distrital de Évora.

<sup>139</sup> BA, 54-XIII-5 (6). Portugal, Biblioteca de Ajuda.

<sup>140</sup> BA, 49-II-47 (9). Portugal, Biblioteca de Ajuda.

<sup>141</sup> BA, 54-XIII-5 (8). Portugal, Biblioteca de Ajuda.

<sup>142</sup> DIAS, João José Alves, ed., *Op. cit.*, p. 19, 21-22. As Cortes foram inicialmente convocadas para a cidade de Évora, sendo depois transferidas para Lisboa. Esta reunião de Cortes prendia-se com o juramento do novo herdeiro ao trono, o infante D. Miguel da Paz (*Coleção de Originais*, liv. 3, fls. 111-111v. Portugal, Arquivo Distrital de Évora); SERRÃO, Joaquim Veríssimo - "Lisboa, Cortes de". In SERRÃO, Joel, dir., *Op. Cit.*, Vol. 4, p. 25.

tos<sup>139</sup>, para que a cidade de Lisboa não constranjesse as companhias alemãs e que qualquer assunto crime seria feito pelo corregedor do cível<sup>140</sup> e ainda solicitou ao Arcebispo de Braga que mandasse testemunhas ao corregedor da comarca de Trás-os-Montes para prestarem juramento acerca da jurisdição da Aldeia de Quintas<sup>141</sup>. Todos os documentos são de subscrição régia (correspondendo a 1,5% do total da documentação).

### 3.1.9. CONVOCAÇÃO E RESPOSTA A CAPÍTULOS DE CORTES E OUTROS AGRAVOS

Compreende todos os instrumentos que dizem respeito a convocação de Cortes e agravos apresentados por um grupo social, uma comunidade ou vila do Reino, aos quais o monarca dá o seu parecer. Encontrámos 2 documentos de convocação de Cortes para a cidade de Évora, com começo a 20 de Janeiro de 1498<sup>142</sup>. Compulsámos 22 documentos de resposta a capítulos de Cortes<sup>143</sup> e 4 documentos de resposta a outros agravos<sup>144</sup>. No total encontrámos 28 documentos (cerca de 14% dos diplomas classificados).

### 3.1.10. PERDÕES

A carta de perdão “*é a consubstanciação num diploma da chancelaria, de um acto de graça régia em matéria de justiça, através do qual o monarca outorga o seu perdão a um ou mais súbditos, na sequência de um crime, de um delito ou de uma suspeita de que os destinatários os tenham cometido*”<sup>145</sup>. Este tipo de carta apresenta um formulário específico. Um destes diplomas foi redigido com o formulário de carta-missiva<sup>146</sup> - *protocolo*, incluindo endereço “*Vereadores e procurador ou Vereadores da nossa cidade de*

---

<sup>143</sup> DIAS, João José Alves, ed., *Op. Cit.*, p. 346-347, 350, 351, 352-353, 361-362, 369, 371, 374-375, 377-380, 400-404, 409-410, 473-479, 484-485, 507-508, 517-518, 519, 523-524, 525, 526-528, 545-546, 552, 561.

<sup>144</sup> *Colecção de Originais*, liv. 71 - 1º vol, fl. 70, 75, 294. Portugal, Arquivo Distrital de Évora; PAIVA, João Pedro, coord., *Op. cit.*, Vol. 3, doc. 202, p. 318-319.

<sup>145</sup> DUARTE, Luís Miguel Duarte - *Justiça e criminalidade no Portugal Medieval (1459-1481)*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade, 1993. Vol. I, p. 34. Dissertação de Doutoramento. Esta dissertação já foi publicada: DUARTE, Luís Miguel Duarte - *Justiça e criminalidade no Portugal Medieval (1459-1481)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 1999. ISBN 972-31-0834-8.

<sup>146</sup> *Liv. III de D. Manuel I*, doc. 64. Portugal, Arquivo Municipal de Lisboa, Arquivo Histórico.

<sup>147</sup> *Idem, ibidem*.

<sup>148</sup> O infractor foi Duarte de Leão, rendeiro da Alfândega de Lisboa.

<sup>149</sup> O infractor foi Pedro de Castro, rendeiro do rei. O valor da fiança foi de 500 cruzados (*Liv. III de D. Manuel I*, doc. 30. Portugal, Arquivo Municipal de Lisboa, Arquivo Histórico).

<sup>150</sup> *Corpo Cronológico*, P. I, Mç. 16, doc. 38. Portugal, Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo. O valor da fiança foi de 200 cruzados.

<sup>151</sup> Como podemos observar na Dissertação de Doutoramento de DUARTE, Luís Miguel - *Op. cit.*, Vol. I, p. 327-331.

*Lixboa* “e saudação” *Nos el Rey vos emyamos muyto saudar*”. Depois segue-se uma *exposição* ou narração dos factos, evocando os acontecimentos que conduziram ao crime, os intervenientes e quando aconteceu o delito. A seguir vem o *dispositivo* onde o monarca determina a favor do réu, acabando por ordenar a sua libertação, com ou sem pagamento de fiança<sup>147</sup>. Compra indevida de mercadorias é um dos delitos encontrados<sup>148</sup>. Quanto aos documentos sobre perdões com fiança temos dois documentos, um referente à compra indevida de certos géneros, como trigo e centeio<sup>149</sup>, o outro documento refere-se a uma querela entre duas mulheres, mãe e filha, contra Simão da Gama, criado do rei e por elas acusado de espancamento<sup>150</sup>. Delitos não dos mais sérios, uma vez que na época os crimes de maior gravidade eram, entre outros, fuga da prisão, homicídio, roubo e adultério<sup>151</sup>. O perdão podia ser individual ou colectivo, no nosso estudo é individual. Estes documentos são de subscrição régia.

### 3.1.11. DIVERSOS

Nesta categoria integrámos todos os documentos que não puderam ser enquadrados nas rubricas anteriores, devido ao seu carácter específico. Abrange assuntos tão diversos como cedência de terra, compra de bens, contabilidade, defesa de colheitas, devolução de doação para casamento, devolução de penhor, encomendas, entrega de dinheiro, equiparação de estatuto, fornecimento de bens, juramento do príncipe, licença para tirar gado, obrigação de ração, ordem de entrega, pagamentos, pedidos de orçamento, pedidos de vistoria, perdão de dívida, planeamento urbano e/ou obras, proibição de transacção comercial, rectificação da quantidade de bens, transferência de pena pecuniária e venda de bens. Pertencem a esta categoria muitos diplomas respeitantes à administração da Casa Real, impossíveis de enquadrar nas outras tipologias mencionadas.

Identificámos 71 documentos, sendo a sua subscrição da responsabilidade régia com 69 documentos, do conde de Castanheira 1 documento<sup>152</sup> e da rainha 1 documento<sup>153</sup> (representando cerca de 36% do total do acervo documental).

## 3.2. CARACTERIZAÇÃO DO TIPO DE ESCRITA DE AFONSO MEXIA

Para caracterizar o tipo de escrita de Afonso Mexia, tivemos como base a dissertação de Mestrado de Maria Teresa Pereira Coelho<sup>154</sup>. No seu estudo caracteriza o tipo de escrita que

---

<sup>152</sup> *Corpo Cronológico*, P. II, Mç. 228, doc. 136. Portugal, Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo.

<sup>153</sup> *Liv. II do Provinimento do Pão*, doc. 42. Portugal, Arquivo Municipal de Lisboa, Arquivo Histórico.

<sup>154</sup> COELHO, Maria Teresa Pereira - *Existiu uma escrita manuelina? Estudo paleográfico da produção gráfica de escritões da corte régia portuguesa (1490-1530)*. Lisboa: [s. n.] 2006. Dissertação de Mestrado em Paleografia e Diplomática apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Policopiada. Agradecemos, desde já, à autora pela cedência de uma parte do seu estudo, correspondente à análise das características gerais e específicas do tipo de escrita efectuada por Afonso Mexia.

<sup>155</sup> Idem, *ibidem*, p. 45.

<sup>156</sup> Idem, *ibidem*, p. 76.

Afonso Mexia utilizou no seu percurso burocrático. Teve como base as provisões régias, que são textos geralmente curtos, com formulários pouco variados e cujo vocabulário é bastante repetitivo, não permitindo o levantamento de todas as letras maiúsculas. Estas letras são usadas, na maioria dos casos, apenas na primeira linha do texto, com tamanhos muito grandes que, quando se encontram na margem interna, nem sempre estão completamente visíveis<sup>155</sup>.

Teresa Coelho distingue entre 1490 e 1530 duas fases, uma antes e outra depois de 1500. Na primeira fase predomina o cânone *joanino* e numa segunda fase, o aparecimento de um novo cânone, o *manuelino* sobre duas formas: comum ou caligrafada<sup>156</sup>.

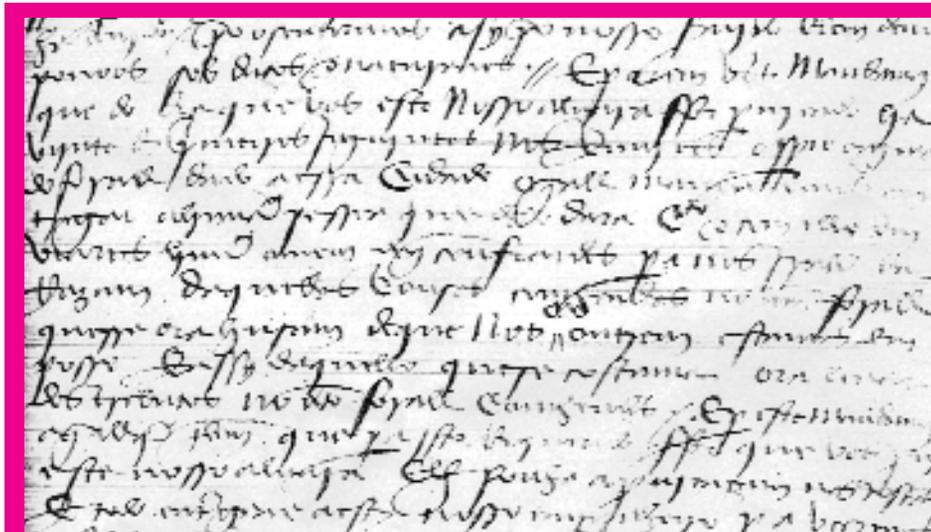


Figura 13

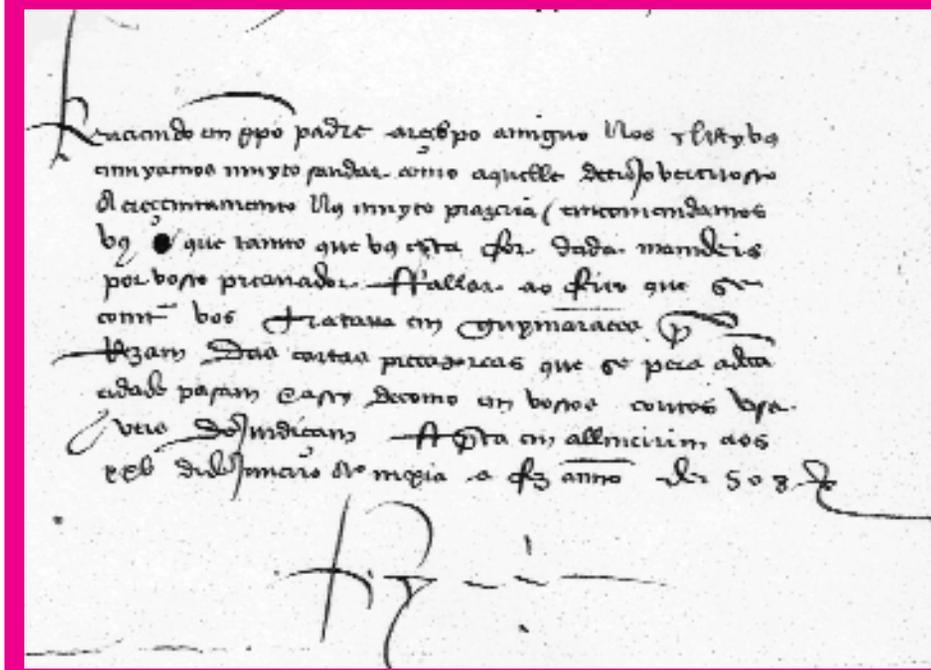


Figura 14

Quanto ao cânone *joanino*, este apresenta traços angulosos, hastes altas, prolongamento inferior das caudas e longos traços de abreviatura, ocupando o espaço entre as linhas, dando um aspecto carregado e sem grande contraste de finos e cheios<sup>157</sup>. Como escrita *joanina* temos o exemplo na figura 13<sup>158</sup>:

<sup>157</sup> Idem, *ibidem*, p. 73.

<sup>158</sup> *Coleção de Originais*, Liv. 73 - 3º vol, fl. 125. Portugal, Arquivo Distrital de Évora.

<sup>159</sup> COELHO, Maria Teresa Pereira, *Op. cit.*, p. 73.

<sup>160</sup> Idem, *ibidem*, p. 74-75.

<sup>161</sup> BA, 54-XIII-5 (6). Portugal, Biblioteca de Ajuda.

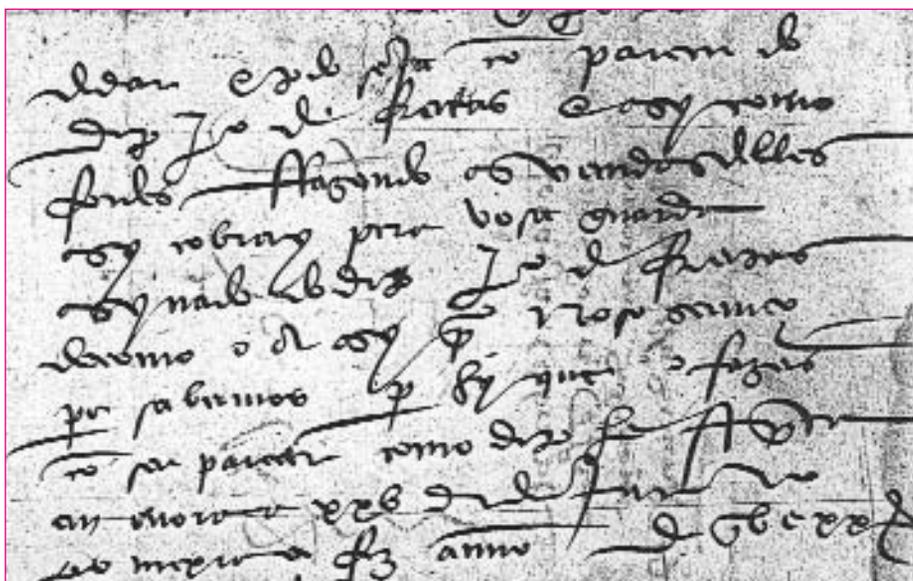


Figura 15

Depois de 1500 existem alterações ao nível da feitura, com o aparecimento de novas formas em algumas letras e o desaparecimento de outras. Existiu uma tendência para o arredondamento dos traços, diminuição do tamanho das hastes e dos prolongamentos, libertando espaço entre linhas e comprimindo as letras de cada palavra. Este tipo de escrita, Teresa Coelho

atribui a denominação *manuelina*, podendo-se distinguir duas técnicas de execução, uma cursiva e outra caligrafada<sup>159</sup>.

Afonso Mexia apresentava uma escrita mais caligrafada, que tem como características: o arredondamento dos traços, diminuição da extensão das hastes e dos prolongamentos, clara separação das palavras, compressão horizontal da escrita com maior número de palavras por linha, frequente uso do gótico em final de palavra, menor uso de ligaduras, variadas formas do sinal de conjunção e uso frequente de cedilhas, vírgulas e pontos finais<sup>160</sup>. Como exemplo temos a figura 14<sup>161</sup>:

Afonso Mexia utilizou vários tipos de escrita, a escrita *joanina*, *manuelina comum* e *caligrafada* e por último, uma escrita *espontânea*. No período entre 1490 e 1500 utilizou o cânone *joanino*, mas não em exclusivo, apresentando documentos com escrita diferente.

Depois de 1500 predomina o novo cânone, *manuelino caligrafado*. A utilização de uma escrita *espontânea* prende-se com o facto de Afonso Mexia não obedecer aos cânones estabelecidos, como podemos observar pela figura 15<sup>162</sup>:

Neste tipo de escrita aparecem algumas características do novo cânone, como a ligação entre as palavras e o arredondamento de alguns traços, mas com uma maior cursividade e uma angulosidade de traços que a torna diferente. Contudo Teresa Coelho formula a questão de não ser uma escrita *espontânea* mas uma variante gráfica da escrita *manuelina*, ou então, uma escrita *usual* de quem domina a técnica de escrita, o que permite uma maior cursividade .

<sup>162</sup> *Corpo Cronológico*, P. I, Mç. 25, doc. 131. Portugal, Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo.

<sup>163</sup> COELHO, Maria Teresa Pereira, *Op. cit.*, p. 76-77.

Teresa Coelho afirma que Afonso Mexia foi um dos dois protagonistas da "criação" da escrita *manuelina* - juntamente com António Carneiro, assim como o primeiro a utilizar a escrita *manuelina caligrafada*.

## CONCLUSÃO

Este estudo baseou-se em documentos emitidos, que ilustram a actividade desenvolvida por Afonso Mexia no decorrer do seu percurso administrativo. Descrevemos e exemplificámos os diferentes tipos documentais escriturados por este oficial no âmbito das suas funções, como produtor de documentação régia, bem como a sua ligação à Corte e a sua importância na burocracia régia, durante os reinados de D. Manuel I e D. João III.

Afonso Mexia exerceu os cargos de escrivão da Câmara e da Fazenda régias, redigindo, subcrevendo e registando cartas e provisões régias. A maioria destes documentos, lavrados enquanto escrivão da Câmara, foram elaborados no âmbito da Câmara do rei. Outros foram produzidos enquanto escrivão da Fazenda, relacionando-se com assuntos da Fazenda régia.

Foi como escrivão que mais interveio na produção de documentação régia, seguida de outras actividades - como autor de registo e subscritor. Na documentação régia recolhida, Afonso Mexia surge mais frequentemente a desenvolver as actividades de redacção e registo de documentos, menos a de subscrição. A subscrição de documentos só se documenta mais para o final da sua actividade burocrática, paralelamente ao registo de documentos. Na documentação elaborada por este oficial régio, encontramos cartas e provisões régias, predominando o mandado sobre a carta-missiva e o alvará como tipo diplomático mais expedido (quanto à forma).

No que se refere aos tipos diplomáticos quanto ao conteúdo, verificámos serem muito variados, sendo mais expressivos os *provisões, confirmações e remunerações de ofícios, doação de bens e direitos e resposta a capítulos de cortes e outros agravos*. É significativo o número de diplomas inseridos na categoria *Diversos*.

A documentação recolhida e estudada documenta não só a actividade de Afonso Mexia como escrivão, subscritor e autor de registo de documentos régios, mas também outros cargos por si desempenhados, nomeadamente feitor em S. Jorge da Mina (1511-1513) e vedor da Fazenda da Índia (1524-1531).

Entre 1526-29 gerou-se um grave conflito na administração da Índia, aquando da sucessão do cargo de governador. Afonso Mexia acumulou os cargos de vedor da Fazenda na Índia e de capitão de Cochim, quando Lopo Vaz de Sampaio passou a exercer funções como governador do Estado da Índia. Com esta acumulação de cargos, Afonso Mexia conseguiu assim controlar Cochim, ou seja, uma grande parte da administração da Índia, pois este era o verdadeiro centro comercial da Índia portuguesa.

Foi um experiente administrador e organizador dos serviços da Fazenda da Índia, com algum verdadeiro peso político, sendo a autoridade executiva e fiscal da Índia portuguesa.

**Poderes concorrentes na entrada  
régia de 1581: poder representado  
e poder imaginado**

---

Adelaide Brochado

## INTRODUÇÃO

O presente estudo tem como objectivo reflectir sobre a forma como o poder é representado na entrada de Filipe de Habsburgo, na cidade de Lisboa, em 29 de Junho de 1581. Não se pretende uma análise exaustiva e detalhada do tema **festas**, ou mesmo das **entradas régias portuguesas**, mas antes, tecer algumas considerações sobre um período de viragem na forma de equacionar e comunicar o poder.

O ano de 1581 pautou-se pela mudança no domínio da representação do poder. A entrada régia de Filipe I representa uma ruptura nas formas tradicionais de encarar a figura monárquica. Poder simbólico e retórica do poder assumem-se como instrumentos de afirmação política. Assim, a entrada régia passa a ser um fenómeno mediático onde o poder representado é construído por, e para, a majestade.

Para que a mudança seja perceptível, propõe-se um percurso sobre o anteprojecto da entrada triunfal, procurando descrever-se de forma sumária as principais características das entradas régias, quer quanto à forma quer quanto ao conteúdo, e ainda a sua inserção na história política nacional.

A quantidade de testemunhos permite a reconstituição, quase total, das entradas ao longo do tempo. A visão de conjunto não obsta, no entanto, a abordagens específicas.

Conhecem-se alguns estudos, sobre a temática, a maioria com particular enfoque no domínio artístico<sup>1</sup>.

Dada a complexidade do tema proposto, fica por aprofundar a vertente sócio-cultural da entrada régia quinhentista, que será objecto de um futuro estudo. Só desta forma se pode ter uma visão de conjunto. De facto, “*Se a festa está ligada ao acontecimento, baseia-se todavia em tradições que só muito lentamente se modificam. O que verdadeiramente interessa é ver o que sucede a um repertório de temas e símbolos recebidos quando é chamado a participar numa renovação artística, ou é utilizado para fins ideológicos, numa dada situação. É precisamente a relação entre a tradição e conjuntura que permite verificar a flexibilidade dos modos de expressão da festa*”<sup>2</sup>.

---

<sup>1</sup> Sobre este assunto veja-se ALVES, Ana Maria - *Iconologia do poder real no período manuelino: à procura de uma linguagem perdida*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1985; PEREIRA, João Castel-Branco, coord. - *Arte efêmera em Portugal*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000. ISBN 972-8128-65-7

<sup>2</sup> JACQUOT, Jean - *Les fêtes de la renaissance*. Paris: Centre National de la Recherche Scientifique, 1956-1970. Vol. I, p. 13.

## CICLO INAUGURAL NAS ENTRADAS RÉGIAS PORTUGUESAS: TRAÇOS DE MEDIEVALIDADE E TRADIÇÃO NA CONSTRUÇÃO E REPRESENTAÇÃO DO PODER

O termo, *entrada régia*, implica todo o cerimonial da chegada de um rei a uma cidade ou vila, pela primeira vez no seu reinado. Este apresenta duas vertentes: o conjunto de rituais relacionados com a teatralização do poder e a totalidade de iniciativas de hospitalidade e boas vindas. A dramatização da situação contratual entre o poder régio e a cidade era da responsabilidade do rei e do município. Já os preparativos para a recepção eram viabilizados pelos ofícios, sendo pontualmente, em épocas mais remotas, assegurados pelas freguesias e comunas de judeus e mouros.

Ao longo do tempo as fontes diferem na importância atribuída a um ou a outro dos aspectos mencionados, no entanto, existe uma tónica comum no relato deste tipo de eventos. Durante o período medieval as crónicas constituem o melhor testemunho desta temática, sendo possível traçar uma linha condutora desde as origens da nacionalidade até D. Afonso V.

Os documentos mais antigos e as crónicas deixam antever nas primeiras entradas régias, uma forte feição militar, traduzindo-se o cerimonial de entrada na representação da conquista de um determinado local. O ritual consubstanciava-se num desfile em que a imagem da vitória era propagada por meio da demonstração de despojos do saque. Rui de Pina relata que em Santarém “*acharam riquíssimos despojos de muito ouro e prata e de tendas, camelos, cavalos, armas e infandos cativos com que entraram na vila, vitoriosos e alegres*”<sup>3</sup>.

As fontes descrevem também entradas régias em época de paz, estando estas relacionadas com a passagem, na localidade, das cortes itinerantes. Aqui, a teatralização da festividade passava pelo exercício do direito de pousada assim como pela colecta de impostos e recolha de géneros alimentícios. Neste contexto, a contratualização do poder, encontra-se expressa em quase todos os eventos. Regra geral a ocasião era reforçada pela concessão de privilégios ao local onde a corte itinerante permanecia, bem como a outorga de perdão para crimes de pouca gravidade durante os dias em que as festas decorriam.

Encontramos ainda neste período uma descrição de particular destaque, que mostra a alegria que o povo sentia ao receber o seu soberano, por vezes em detrimento de outros aspectos, sendo disso exemplo a recepção a D. Afonso IV, após a vitória na batalha do Salado, na qual as pessoas “*o receberam com mais amor e alegria que com solenidades*”<sup>4</sup>.

<sup>3</sup> PINA, Rui de - *Chronica de el-Rei D. Sancho I*. Lisboa: Biblioteca de Clássicos Portugueses, 1906. Cap. III.

<sup>4</sup> PINA, Rui de - *Chronica de el-Rei D. Afonso IV*. Lisboa: Biblioteca de Clássicos Portugueses, 1904. Cap. LVII.

Neste reinado, chega-nos também o testemunho de uma entrada em Sevilha (que antecede a refrega do Salado) na qual o cariz solene do evento é factor dominante “*todos os grandes senhores do reino, que eram na corte saíram a seu recebimento fora da cidade, assim os prelados com toda a clerezia e com as santas relíquias que na cidade havia, de que não havia memória e postas em uma devota procissão, vieram a receber el-rei de Portugal e também outras pessoas da cidade de baixa condição*”<sup>5</sup>.

A cerimónia aqui narrada por Rui de Pina é, em geral, comum em toda a Idade Média: procissão do clero, cortejo da nobreza e danças populares, que, fora das portas da cidade, recebiam em júbilo o monarca e daí o acompanhavam até ao Paço. Na ocasião, durante alguns dias haviam danças e trebelhos, folias, touros e canas, luminárias durante a noite e cocanhas diversas<sup>6</sup>.

O progressivo papel desempenhado pelo município na organização das entradas régias faz-se notar a partir de D. Pedro I. Fernão Lopes deixa antever, relativamente às entradas do "Justiceiro" e de D. Fernando (as primeiras de que há registo na cidade de Lisboa) o relevo da administração local na organização deste tipo de evento: “*Vinha el rei em batéis de Almada para Lisboa e saiam-no a receber os cidadãos e todos os dos mesteres com danças e trebelhos segundo então usavam e ele saía dos batéis e metia-se na dança com eles e assim até ao Paço*”<sup>7</sup>. No regresso de D. Fernando a Lisboa numa situação de saúde bastante preocupante, a regulamentação municipal depreende-se das palavras do cronista: “*o trouxeram ao serão e nenhum não abria porta nem tirava candeia à janela porque tal pregão fora lançado e assim escusamente o levaram a seus paços*”<sup>8</sup>.

É pois, com D. Pedro I, que se encontram as competências da Câmara, claramente definidas, para as actividades festivas. Incumbia-lhe entre outras acções, organizar a recepção oficial (receber o rei às portas da cidade), tal como proceder à limpeza de ruas, à fiscalização dos moradores na obrigatoriedade de ornamentarem as fachadas das casas situadas nas ruas do percurso régio e, ainda, cuidar da iluminação nocturna (colocação de luminárias). A organização de danças e folias era assegurada pelos ofícios. Quanto ao trajecto, a entrada tinha início fora da muralha e terminava no Paço, não existindo obrigatoriedade de pontos de paragem.

---

<sup>5</sup> PINA, Rui de - *Crónica de el-Rei D. Afonso IV*. Lisboa: Biblioteca de Clássicos Portugueses, 1904. Cap. LVII.

<sup>6</sup> A cocanha ou mastro de cocanha tem a sua origem em Nápoles, tornando-se muito comum nos séculos XVI e XVII. Nas origens desta prática encontra-se o hábito de no meio de uma praça pública construir uma "pequena montanha" que simbolizava o Vesúvio. Da "cratera" em "erupção" saíam manjares, que caíam sobre as "abas" da "montanha", que estavam cobertas de queijo em pó, à maneira, de cinzas vulcânicas. Então o povo correndo, disputava entre si esses manjares. Mais tarde a "montanha" foi substituída por um mastro muito alto. Apesar de apresentar variantes geográficas, o costume mantém-se na sua essência idêntico em quase toda a Europa, sendo o termo usado com frequência para relatar situações que envolvessem a dupla vertente: divertimento e iguarias.

<sup>7</sup> LOPES, Fernão - *Crónica de el-Rei D. Pedro I*. Lisboa: Biblioteca de Clássicos Portugueses, 1906. Cap. XIV.

<sup>8</sup> LOPES, Fernão - *Crónica de D. el-Rei Fernando*. Lisboa: Biblioteca de Clássicos Portugueses, 1895. Cap. CLXXII.

A hospitalidade inerente às entradas régias permanece inalterável na segunda dinastia. Contudo, com D. João I, assiste-se a um reforço notório do cariz contratualizante na organização do evento. Do cerimonial passam a fazer parte as representações do poder: o despontar da simbologia desses mecanismos presente na cerimónia da entrega das chaves e na formalização da lealdade do município (discurso de recepção). Com efeito, a recepção em Coimbra ao Mestre de Avis, distingue-se pelo ritual de lealdade e vassalagem: o alevantamento (em todos os concelhos do país), seguido da aclamação. Veja-se a passagem elucidativa da institucionalização da cerimónia, relatada por Fernão Lopes, na qual o povo entoia “*Portugal, Portugal, por el-rei D. João, boa hora venha nosso rei*”<sup>9</sup>.

Zurara refere ainda, relativamente à entrada em 1415, de D. João I, em Évora, que à frente do monarca vinham crianças “*todas ante ele cantando, como fora alguma coisa celestial enviada a eles pela sua salvação*”<sup>10</sup>.

Com D. Afonso V, inicia-se uma fase de progressiva burocratização na entrada régia: maior complexidade na organização por parte do município e, em simultâneo, o aumento da representação do poder. A entrada torna-se mais solene podendo já vislumbrar-se, no cortejo, pormenores de heráldica e insinuando-se o anteprojecto de tendência absolutista na participação da Chancelaria Régia nas decisões da Câmara.

Assim, reconhece-se um primeiro ciclo festivo no programa associado a entradas régias, que se estende até ao reinado de D. Afonso V. A linha evolutiva que aqui se demarca é reforçada por outras componentes, tais como: introdução do teatro no cerimonial e uso do pátio no ritual régio, à semelhança do ritual litúrgico. As entradas reflectiam, acima de tudo, com maior ou menor politização e representatividade do poder régio, a imagem do monarca, visto aos olhos do povo como figura paternal, soberana e superior a qualquer grupo social. Sendo a entrada régia expressão e formalização do poder político, não se pode descurar o facto de a monarquia portuguesa, neste período, ser do ponto de vista institucional, vincadamente militar e hereditária, existindo demarcação entre o poder monárquico e o poder eclesiástico.

## SEGUNDO CICLO DAS ENTRADAS RÉGIAS PORTUGUESAS: O REI CORTESÃO IMAGINADO E REPRESENTADO

Os reinados de D. João II e de D. Manuel, cujas acções políticas se reflectem a nível das práticas quotidianas e em modificações significativas na etiqueta de corte, rompem de modo paulatino com a tradição medieval para, progressivamente, serem influenciados pelo humanismo e valores da modernidade, os quais se repercutem nas variadas manifestações

<sup>9</sup> LOPES, Fernão - *Crónica de el-Rei D. João I*. Lisboa: Biblioteca de Clássicos Portugueses, 1897. Cap. CLXXXI.

<sup>10</sup> ZURARA, Gomes Eanes de - *Crónica de el-Rei D. João I*. Lisboa: Escripório, 1899-1900. Cap. CII.

artísticas. Não será alheio a esta circunstância a gesta dos Descobrimentos e a consequente assimilação *sui generis* de expressões de arte.

Esta nova realidade reflecte-se no esquema organizativo das festas, particularmente na diversidade decorativa, anunciando precocemente nesta altura, a *feira barroca*, através de inúmeros dispositivos e recurso a aparatos tais como o fogo de artifício.

A tendência humanista que começa a despontar em toda a Europa, faz-se sentir também na filosofia política, na cultura e nas mentalidades. A mudança nos comportamentos culturais como foi referido, é visível na etiqueta de corte. A imagem do rei cortesão passa a ser projectada de forma raramente indissociável do espaço cénico próprio - a Corte. Este *novo imagético* leva a que também os *novos* desfiles régios sejam entendidos como uma continuidade do Paço, remetendo os complexos festejos para o universo cortesão. Relatos de humanistas como Damião de Góis, retratam inúmeras saídas régias em que o soberano se passeia publicamente, com todo o seu séquito numa atmosfera imbuída de espírito festivo, como aliás é frequente nas mesmas circunstâncias por quase toda a Europa. Pode considerar-se a mais relevante entrada desta época, a respeitante à princesa Isabel, filha dos Reis Católicos, a qual integra inúmeras iniciativas no âmbito do seu casamento com o príncipe herdeiro D. Afonso, filho de D. João II, sendo as cerimónias de recepção realizadas, como já era tradição, fora das portas da cidade. Contudo, a novidade surge no discurso de boas vindas onde, pela primeira vez, se tem conhecimento de o mesmo não ser proferido por um vereador, mas por um letrado, Cataldo Sículo<sup>11</sup> que o fez em latim.

A quebra da tradição foi também relevante a nível do aparato. O cortejo régio agora nitidamente mais complexo e sumptuoso vislumbra-se já majestático. A crescente burocratização, fruto de uma maior encenação do poder que se pretende transmitir, traduz-se em aspectos como: ornamentos, música, indumentária e rituais, que deixam antever toda uma representação simbólica que viria assumir-se em toda a sua magnificência e plenitude com D. Filipe I<sup>12</sup>.

Efectivamente, as festividades realizadas no casamento do infante incluem: danças, folias, fogo de artifício, ornamentação de ruas (com flores e ramos), música e teatro. Encontram-se

---

<sup>11</sup> Oração que fez Cataldo Sículo na entrada da princesa D. Isabel...In SOUSA, D. António Caetano de - *Provas genealógicas da casa real portuguesa*. Coimbra: Atlântida Editora, 1954. Tomo II, 1ª parte, p. 244-250. A escolha de Cataldo Sículo para o discurso de boas vindas explica-se por motivos culturais. O facto de ser funcionário régio introduz novidade, alterando-se um costume que por tradição constituía prerrogativa municipal.

<sup>12</sup> Encontram-se as designações "retórica do poder" e "imagem figurada do soberano" em diversos autores da historiografia política. Aqui a acepção dos termos remete para a representação simbólica levada ao extremo, fenómeno que se manifesta intensivamente na entrada de 1581.

passagens bastante pormenorizadas de todas as iniciativas. Destaca-se o recurso a arcos triunfais colocados à porta da urbe, que por analogia a outros utilizados em entradas de cidades europeias, pensa-se terem sido feitos com grinaldas<sup>13</sup>. O cerimonial descrito permite a compreensão da mudança estrutural experimentada no reinado de D. João II, sendo mais solene e substancialmente requintado, começando a desenhar-se aquilo que, mais tarde, se manifestaria em toda a sua pujança: o referido poder simbólico. Este é encenado até ao pormenor e reflecte a nova realidade institucional: uma monarquia próspera que se acentua no reinado de D. Manuel I. Os documentos deste período sobre entradas de feição majestática, referem a utilização daquilo que se pode designar como *elemento imperial*, o qual se compreende no contexto da Expansão. Deste modo, nas estruturas projectadas para os desfiles, passam a ser evidentes as alusões às conquistas e a uma certa iconografia das regiões dominadas, integrando o projecto ou o plano artístico dessa nova dimensão cultural, advinda do contacto com outros povos. Nessa arte efémera, pejada de linguagem simbólica, traduzia-se em termos plásticos a comunicação imediata e mediática do poder imperial.

Elucidativo, embora não se trate especificamente de uma entrada régia, é o exemplo solene da embaixada manuelina ao Papa Leão X, onde a representação do poder é levada à exaustão. O cortejo, além dos intervenientes luxuosamente trajados, integrava um elefante, um rinoceronte e uma onça sobre um cavalo persa<sup>14</sup>.

É no período manuelino que é produzido, em 1502, o primeiro *Regimento de Entradas*<sup>15</sup> de que se tem conhecimento. Nele encontra-se reunido um conjunto de instruções inerentes a cargos e ofícios que obriga a Câmara a prover todas as actividades relativas à entrada régia. A fonte regulamenta a recepção oficial, contendo disposições relativas à forma como o rei deveria ser recebido e à organização do evento por parte do Município, revelando-se como um instrumento normativo de importância vital para a compreensão pormenorizada do fenómeno. Salienta-se a indicação de que o soberano ao entrar em Lisboa, pela primeira vez, deveria ser recebido com um pátio de brocado, sendo este carregado por vereadores que acompanhavam o Rei até ao Paço. Aí era entregue a um oficial régio e, mais tarde, cedido a uma instituição religiosa: “*Primeiramente quando quer que o Rey destes Regnos a primeira vez entrar na dita cidade será Recebido com palleo de borcado dês da porta da cidade da parte de dentro atee seus paços*

---

<sup>13</sup> O recurso a flores na decoração de janelas e ruas surge em alguns documentos europeus na 2ª metade do séc. XIV. O uso destas na ornamentação de arcos e registado na pintura paduana e milanesa do Quatrocento, enquadrando Madonas. O uso deste tipo de dispositivo efémero, tipicamente baixo-medieval, foi amplamente difundido na época com as entradas em cidades da Europa mediterrânica. As grinaldas triunfais subsistem e continuam a ser utilizadas na festa barroca, como por exemplo nas festas de Versailhes, em 1664.

<sup>14</sup> A introdução do elemento exótico, em particular do africano e do asiático, na organização tradicional, é recorrente nas festas do período manuelino. Veja-se sobre o assunto o relato de GÓIS, Damião de - *Crónica de D. Manuel*. Lisboa: Biblioteca de Clássicos Portugueses, 1909-1912, Cap. LV.

<sup>15</sup> Tem-se conhecimento de Regimentos com o mesmo teor dados a outras cidades, como no caso de Coimbra. Sobre este assunto veja-se *Livro I da Correea: legislação quincentista do município de Coimbra*. Coimbra: Biblioteca Municipal, 1938. p. 280-282.

*o qual paleo será levado pellos tres vereadores do anno presente E o nosso corregedor da cidade com elles. E por outros três veradores do anno pasaado E per huum dos vereadores do anno trespasado que sam assy oito pessoas para levarem ho dito paleo que oyto varas pêra cada huum levar sua*<sup>16</sup>.

O documento contém ainda normas minuciosas para a cerimónia das chaves assim como para o discurso a proferir na respectiva entrega. Nomeia quem de entre o oficialato da Câmara deveria efectivá-la, contemplando pormenores tais como o tipo de indumentária. O vestuário variava consoante o cargo e a verba a dispor para o efeito, indo desde o brocado de seda a tecidos menos luxuosos. Relativamente à fala (discurso de boas vindas), o estipulado indicava a seguinte: *“que esta mui nobre e sempre leal cidade lhe entrega as chaves de todas as portas e dos leais corações de seus moradores e de seus corpos e haveres pêra todo o seu serviço*<sup>17</sup>. A citada declamação mantém-se a partir desta data praticamente inalterável e na sua essência é a que se encontra em textos mais tardios.

Das competências da Câmara realça-se, ainda, o facto de ser da sua responsabilidade a limpeza e ornamentação das ruas por onde passava o cortejo, devendo ser *“aromatizadas com perfumes e cheiros nas portas*<sup>18</sup>. Encontram-se também obrigações relativas a outros dispositivos, tais como música, teatro e disparos de artilharia. Para a recepção oficial havia obrigatoriedade na construção de um cais no local previsto para o desembarque régio. O Regimento prevê também procedimentos ou normas para o Clero e para a Universidade, respectivamente, receber o rei à porta da Sé, preparar um discurso de boas vindas e a localização física dos intervenientes no cortejo consoante a importância social e/ou hierarquia do seu cargo público. Estas directivas continham imposições para tipo e cor de vestuário e, inclusivamente, para a postura a seguir, da qual não se excluía o próprio soberano: *“quando el-rei sair do palio, os três vereadores e os outros do pάλio com ele chegarão a el rei poendo os giolbos em terra se despedirão dele. E el rei os enviará de si com gesto amoroso e alguma semelhante palavra, se bem lhe parecer*<sup>19</sup>.

Os encargos necessários para a realização de todas estas iniciativas constituíam uma das obrigações da Câmara.

## NOVAS ENTRADAS RÉGIAS: A CONSTRUÇÃO DA MAJESTADE

A historiografia do poder tem sido bastante profícua na apresentação de teorias do poder político e respectiva legitimação. Na época moderna assiste-se à sua justificação, não ape-

---

<sup>16</sup> *Livro Carmesim. Regimento de 1502*, fl. 18. Portugal, Arquivo Municipal de Lisboa, Arquivo Histórico.

<sup>17</sup> *Livro Carmesim. Regimento de 1502*, fl 18v. Portugal, Arquivo Municipal de Lisboa, Arquivo Histórico.

<sup>18</sup> A aromatização de ruas prende-se também com a preocupação com o estado sanitário. Garcia de Resende refere que no reinado de D. João II, por ocasião das festas do casamento do príncipe herdeiro, em Évora, foram tomadas diversas medidas profiláticas, a conselho dos físicos, destacando-se a defumação da cidade.

<sup>19</sup> *Livro Carmesim. Regimento de 1502*, fl.19. Portugal, Arquivo Municipal de Lisboa, Arquivo Histórico.



Figura 1 Retrato de Filipe I, óleo sobre tela. Oficina de Alonso Sánchez Coello. Museu Nacional de São Carlos, Cidade México. No retrato Filipe I encontra-se vestido tal como nas Cortes de Tomar (1581), vestindo roupa dourada, ao invés dos habituais trajes obscuros. (Publicado em ÁLVAREZ, Fernando Bouza - *Portugal no tempo dos Filipes: política, cultura, representações (1580-1668)*. Lisboa: Cosmos, 2000.

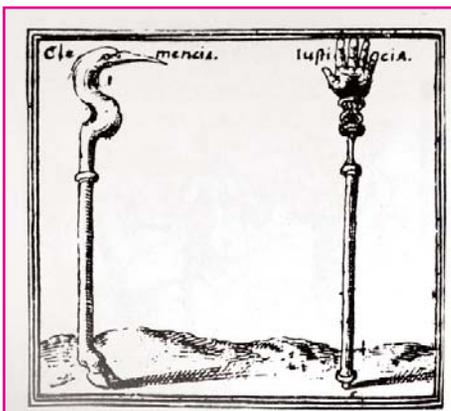


Figura 2 Cetros da "Clemência" e da "Justiça", Lorenzo de San Pedro, Diálogo llamado do Philippino, Biblioteca do Escorial. (Publicado em ÁLVAREZ, Fernando Bouza - *Portugal no tempo dos Filipes: política, cultura, representações (1580-1668)*. Lisboa: Cosmos, 2000.

nas pela forma clássica de poder coercivo e violento, mas coadjuvado por um plano calculado de propaganda. Esta faceta utilizada com grande eficácia ao serviço da autoridade de alguns monarcas teve particular ênfase com Filipe I, (fig. 1) encontrando-se um paralelo só com Isabel I de Inglaterra. Fenómenos tais, como a propaganda, a majestade, o ritual, a etiqueta de corte, o mecenato artístico e cultural, adquirem proporções extraordinariamente exacerbadas. A imagem do monarca passa a ser meticulosa e intencionalmente construída de maneira a potenciar a sua retenção na memória colectiva.

Para que se entenda a dinâmica *construção da majestade* é forçoso dissecar a combinação de dois factores: elementos de representação e formas de recepção, que conjugados resultam na viabilização daquilo a que actualmente se poderia apelidar de ícone público que, à luz da época, deve ser encarado como a personificação do poder, isto é, a consubstanciação na sua plenitude das formas de majestade. A investidura da *majestas* numa pessoa, distingue-a das demais, remetendo-a para um plano superior num determinado domínio territorial. O reconhecimento da majestade, assim como todas as honras inerentes, explica-se pelo facto de o soberano personificar e encerrar o sentido constitutivo de domínio monárquico. Assim, a majestade real é entendida como ícone de uma realidade política superior que, perante a inexistência de outros meios para a sua expressão, se torna visível na pessoa do monarca, devendo este ser venerado em majestade, não apenas pela sua pessoa física mas por encarnar a ideia de comunidade política. Para que a majestade se concretize, tem que ser revelada por meio de sinais exteriores, as *regalia*, que são atribuíveis apenas a figuras régias. Desses sinais ou estereótipos destacam-se, entre outros, a coroa, o ceptro, (fig. 2) a espada e os selos, ostentados em diversos cerimoniais como: formas de consagração, juramentos, etiquetas e entradas.

Uma das *regalia* consistia na pessoa física do rei que, situando-se num plano superior deveria apresentar uma imagem preparada até ao ínfimo pormenor que o demarcasse de todos os seus súbditos. Assim se explica a extrema palidez, meticulosamente teatralizada, tendo como objectivo provocar um impacto perturbador a quem o contemplasse, que todos ficassem atónitos com a sua visão: que este *per si* constituísse verdadeira cerimónia. A solenidade que o soberano encerrava detinha também uma dimensão interior, devendo expressar altivez, graça, temperança, taciturnidade, galhardia, entre outras *virtudes*, que num grau levado ao extremo, transmitiam o sinal que a majestade dá de si mesma. A *visão* do rei podia também ser efectivada de forma indirecta, sendo a comunicação potenciada por linguagem metafórica,



Figura 3 Medalha de Filipe I e de seus filhos, c. 1583. Museu Arqueológico Nacional de Madrid, (Publicado em ÁLVAREZ, Fernando Bouza - *D Filipe I: vida ou história*. Rio de Moura: Círculo de Leitores, 2005, ilustração 8)



Figura 4 Medalha em cobre dourado com a efigie de D. Filipe I. Museu Numismático Português, Lisboa, (Publicado em ÁLVAREZ, Fernando Bouza - *D Filipe I: vida ou história*. Rio de Moura: Círculo de Leitores, 2005, ilustração 9)

escrita ou visual, e figuras alegóricas que representavam a grandeza daquele que se destacava de todos, sendo uno na sua majestade.

No caso específico de Filipe I, que permaneceu em Portugal cerca de dois anos (1581-1583), a forma indirecta foi desenvolvida até à exaustão. A razão prende-se com o facto de ter alterado a prática, até então vigente de Despacho, dedicando mais tempo em gabinete do que fora habitual com todos os antecessores, ficando conhecido na historiografia como o "rei gabinete". A sua imagem figurada é, por isso, recorrente em emblemas políticos tais como retratos, medalhas e moedas. (fig. 3 e fig. 4)

Subjacente à visão do rei existe um espaço ritualizado ou palco que o contextualiza, com estreita observação de inúmeros protocolos e etiquetas determinantes da possibilidade, ou não, de aproximação à sua pessoa. O espaço público da figura régia é também, o cenário do poder. Com Filipe I a ruptura nas formas tradicionais de encarar a figura monárquica, é testemunhada nas Cortes de Tomar (fig. 5) e na entrada triunfal em Lisboa.

Para que se possa ter uma visão abrangente da nova forma de encarar a figura monárquica, são indissociáveis da construção da majestade outras vertentes, que contribuíram para fortalecer as formas de poder não coercivo, e que o legitimam e levam ao limite. Trata-se do género retórico e do universo do simbólico, que convergem e potenciam o ciclo vital da construção da majestade.

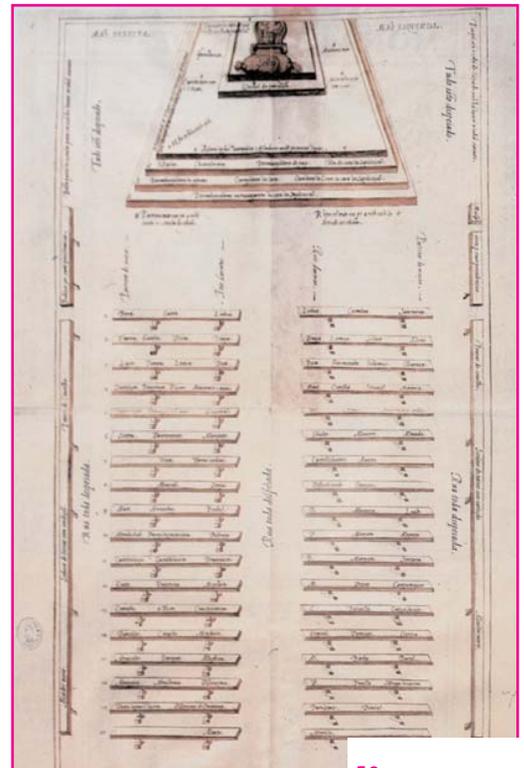


Figura 5 Cruz em ouro doada por Filipe I, como Mestre da 59 Ordem de Cristo, ao Convento de Tomar. (Publicado em ÁLVAREZ, Fernando Bouza - *Portugal no tempo dos Filipes: política, cultura, representações (1580-1668)*. Lisboa: Cosmos, 2000 ,

## INSTRUMENTALIZAÇÃO DO PODER: O GÉNERO RETÓRICO E A IMAGEM FIGURADA COMO SUSTENTÁCULOS DA AFIRMAÇÃO POLÍTICA

A pintura de Cosimo Gambarucci, de 1598, que ficou conhecida como *O chiaroscuro Entrata in Lisbona trionfante e vittorioso* é a única que nos chega sobre a entrada em 1581, de Filipe I na Corte lisboeta. Integra-se numa obra composta por vinte e quatro telas,

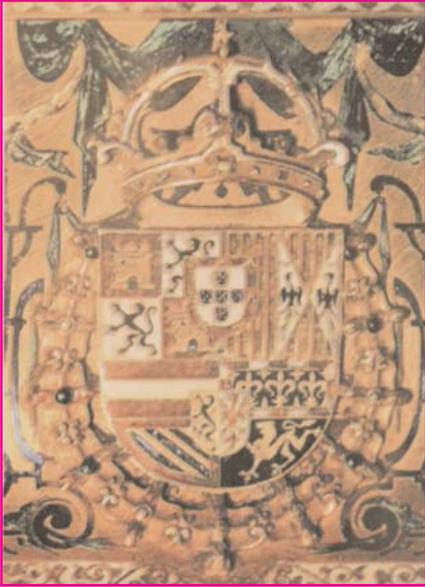


Figura 6 "Trímpho Primeiro Imperial", Lorenzo de San Pedro, Diálogo llamado Philippino, Biblioteca da Universidade de Salamanca. Representação de uma hipotética entrada triunfal de Filipe de Habsburgo na cidade de Lisboa [ant. ]; (Publicado em ALVAREZ, Fernando Bouza - *Portugal no tempo dos Filipes: política, cultura, representações (1580-1668)*. Lisboa: Cosmos, 2000, ilustração 4)

encomendada a diversos artistas de renome, por ocasião das celebrações fúnebres do monarca e que nos proporcionam um retrato biográfico do mesmo. A linguagem visual presente nas representações pictóricas, junto com outros dispositivos ao longo das naves laterais e do transepto da igreja, propunham, à partida, potenciar o aparato circunstancial usado nas exéquias, oferecendo no seu conjunto a reconstituição da vida de Filipe I, (fig. 6 e fig. 7). O primeiro episódio retrata o nascimento em Valladolid, terminando o ciclo de pinturas com a assinatura da Paz com a França. Entre as várias passagens, integram-se cinco telas relacionadas com a sucessão de Portugal: a *domanda* do trono português, a batalha de Alcântara, a entrada em Elvas, a já referida recepção em Lisboa e a pretensa coroação feita no Palácio Real de Lisboa<sup>20</sup>.

O cenário pictórico aqui referido é importante para o entendimento do imagético e da simbologia do poder, na acepção sociológica do termo. Acresce a estes recursos, tão comuns na propaganda política ao longo do tempo e em particular no período filipino, aquilo a que Fernando Bouza Alvarez designa por *retórica do poder*, partindo da premissa de que o género retórico, frequentemente utilizado neste período, integra-se na esfera do domínio político, de uma maneira até então inédita. Esta inovação ao serviço do poder que se afirma como mediático, que pretende transmitir e em simultâneo fixar na memória individual e colectiva planos espaciais e temporais, sendo sustentáculo tanto das figurações régias e das orações laudatórias como, num plano mais abrangente, de todos os cerimoniais. Neste contexto, projecta-se a existência de uma ficção política a *retórica real*, localizada num plano superior ao do imaginário régio: “já que arte por artificios à arte da Retórica correspondem, nas cerimónias, os artificios das artes visuais”<sup>21</sup>. Este princípio ficou conhecido como *King imaged*<sup>22</sup>, o qual se baseia e se expressa por meio de imagens e de retórica. De facto o poder não se expressa apenas de forma coerciva ou violenta, sendo disso exemplo o poder simbólico, que tal como todo o poder, consegue impor significações e legitimá-las.

<sup>20</sup> Sobre este assunto veja-se: BORSOOK, Eve - "Art and politics in the Medici court. III: funeral décor for Philip II of Spain". *Mitteilungen des Kunsthistorischen Institutes in Florenz* XIV (1969-1970). p. 91-114, 248-251; ACIDINI, Cristina; BIETTI, Mónica - *La morte e la gloria: apparati funebri medicei per Fellippo II di Spagna e Margherita d'Austria*. Livorno: Sillabe, 1999. ISBN 8886392753. Florença. ISSN 0342-1201. XIV.

<sup>21</sup> ALVAREZ, Fernando Bouza - *D. Filipe I: vida ou história*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2005. p. 66.

<sup>22</sup> Sobre este assunto veja-se: MARIN, Louis - *Le portrait du roi*. Paris: Éditions de Minuit, 1981; BUESCU, Ana Isabel - *Imagens do príncipe: discurso normativo e representação (1525-49)*. Lisboa: Cosmos, 1996. ISBN 972-762-032-9.

A justificação das teorias relacionadas com a simbologia e a retórica do poder, surgem em autores como L. Marin e Pierre Bordieu<sup>23</sup>, que defendem que a representação manifesta não apenas o poder através de sinais mas, é também, geradora e produtora de poder. Para Bordieu, o poder dos representantes do político é um poder simbólico gerado pela gestão da palavra, por meio da produção de uma ordem gnoseológica dos princípios da visão do mundo social. L. Marin coloca a tónica nos ícones (analógicos): o retrato do rei, presente e nomeado (pela palavra), num contexto ritual *teatralizado* de celebrações, reproduz o rei (presente ou ausente) promovendo desta forma uma duplicação de poderes: o poder do rei e o poder da sua imagem. O poder aqui descrito é pois um poder que surge como efeito da representação nomeada e acreditada e que, em retorno, é permitido e autorizado. De realçar o facto de nestas doutrinas se encontrar correspondência entre as classificações teológicas, por um lado e as classificações jurídico-políticas, por outro.

No período quinhentista verifica-se um ressurgimento da controvérsia a que se assistiu no decurso do IIº Concílio de Niceia<sup>24</sup> e que contrapôs adoradores de imagens a iconoclastas. A polémica deu azo àquilo que pode ser encarado como uma teoria geral sobre o impacto do visual, chegando-se a algumas conclusões relativamente à importância e autoridade das imagens, pressuposto já sustentado, com base na ideia atribuída a Aristóteles, pela doutrina católica. De realçar um facto a reter, nesta linha de raciocínio, que consiste na autoridade concedida às imagens religiosas, assim como o recurso ao visual, com sustentação na memória e na arte retórica, lógica esta que se transfere para a estrutura política. É em toda a plenitude o princípio do *Regis imago Rex est*<sup>25</sup>.

É sobretudo com base neste sustentáculo teórico que se entende a entrada de 1581 (fig. 8): a eficácia do visual, por outras palavras a capacidade e a autoridade das imagens transpostas para o campo da representação.

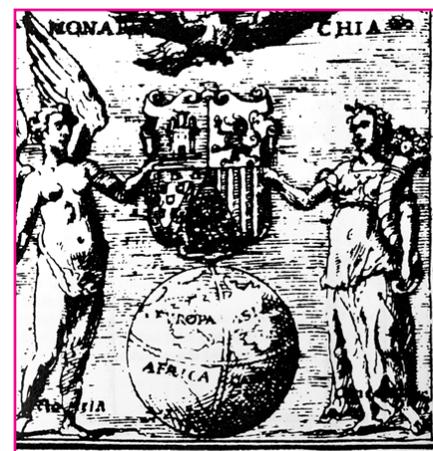


Figura 7 "Debuxo das cortes" in Auto do Levantamento e Juramento d'el Rey Nosso Senhor, R.7698. Biblioteca Nacional, Madrid. Sala das Cortes de Tomar em 1581) com esquema representativo da ordem de lugares e de precedências. (Publicado em ÁLVAREZ, Fernando Bouza - *D Filipe I: vida ou história*, Rio de Moura: Círculo de Leitores, 2005, ilustração 6)

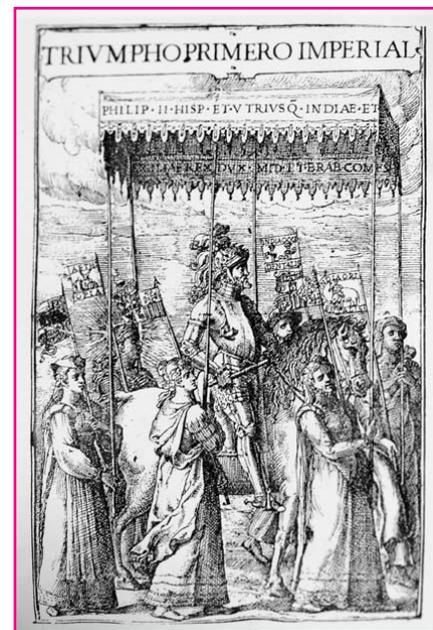


Figura 8 "Triumpho Primero Imperial", Lorenzo de San Pedro, Diálogo llamado Philippino, Biblioteca da Universidade de Salamanca. Representação de uma hipotética entrada triunfal de Filipe de Habsburgo na cidade de Lisboa [ant. 1581]. (Publicada em ÁLVAREZ, Fernando Bouza - *Portugal no tempo das Filipes: política, cultura, representações (1580-1668)*. Lisboa: Cosmos, 2000, ilustração 4)

<sup>23</sup> Veja-se sobre o assunto BORDIEU, Pierre - O poder simbólico. 4ª ed. Difel, 2001. Miraflores: ISBN 972-29-0014-5.

<sup>24</sup> O primeiro Concílio que se realizou e que se deveria dizer ecuménico foi o de Jerusalém, presidido por S. Pedro, embora tradicionalmente não figure entre os primeiros Concílios ecuménicos. Destes, o primeiro que se conhece é o de Niceia (325) do tempo do Imperador Constantino. Nele se notabilizou Ósio de Córdova, a cujo nome anda associado Potâmio, bispo de Lisboa, acusado de arianismo. Seguiram-se-lhe (no Oriente): I de Constantinopla (381), de Éfeso (431), de Calcedónia (451), II de Constantinopla (553), III de Constantinopla (680-681), II de Niceia (787) e IV de Constantinopla (869).

<sup>25</sup> Aliás princípio já utilizado por São João Damasceno, num comentário sobre São Basílio, defendendo que: *imago quoque Christi, Christus erit, atque imago sancti sanctus erit; neque scinditur imperium, neque gloria dividitur*.

De destacar ainda a tendência para, no século XVI, entender-se o *olhar o rei* como uma espécie de consumação do olhar humano. O soberano encerrava em si mesmo o *terminus* da estrutura social e política: a coroa coroava a hierarquia de poderes proporcionando, desta forma, a contemplação de algo que transcendia todas as visões humanas, a visão do rei em majestade. A título exemplificativo, veja-se o relato que nos é facultado por Pecorelli na obra *II Ré Catholico*, descrevendo o comportamento de pessoas que na presença do rei ficavam “*come stupidi alla presenza della real Maestá di Filippo secondo*”<sup>26</sup>.

Converge ainda para a simbologia do poder, o poder residual que este encerra e que se explica pelo facto de existirem beneficiários na produção de imagens, a partir da dificuldade na distinção entre o que é essência e o que a torna presente porque, tal como o entende Fernando Bouza Álvarez, consiste numa relação “*que associa o suposto mistério do poder e a figura que o desvela*”<sup>27</sup> dando-lhe forma e tornando-o explícito. De referir também o facto de o poder simbólico, por associação, se produzir de maneira instantânea, não existindo a demarcação característica que funciona como causa e efeito.

É neste cenário que podemos situar e apreender a entrada de Filipe de Habsburgo, nas Cortes de Tomar, sendo diversos os relatos que testemunham as emoções dimanadas da aparição do soberano. Veja-se a título de exemplo a descrição do cronista castelhano, Luís Cabrera de Córdoba, na qual menciona que o rei surge “*vestido com sotana y gramalla de brocado carmesí com larga fralda, que llevaba el conde de Matusinos empunhando el cetro y com la corona parecía el rey David, rojo, hermoso a la vista y venerable en la majestad que representaba*”<sup>28</sup>, assim como a citação de Lorenzo de San Pedro, inclusa na obra *Diálogo llamado Philippino*. Este atesta a ideia imbuída no espírito da época de que não existia no mundo nada de mais extraordinário e congratulante do que olhar o rei. “*como com amor y lealtad contempleis su serenidade, su clementia grandeza e magestad, olvidareis vuestros desastres passados y la pérdida de vuestro rey y naturales que quedaron en Berbería y cobrareis nuevo ánimo y esperanza*”<sup>29</sup>. Aqui o “pôr os olhos no rei” tem também um forte intuito político, uma vez que se procura argumentar no episódio da Sucessão de Portugal, sobre as vantagens da presença do Rei Católico, facto pelo qual, quando o soberano faz a entrada triunfal em Lisboa, a 29 de Junho de 1581, a sua figura já se encontra perfeitamente exaltada, tanto no imaginário como no género retórico, consubstanciando-se assim num momento de espectacularidade teatral, pejado de linguagem hiperbólica de exibição do poder real, centro de onde tudo irradia e para onde tudo converge.

---

<sup>26</sup> PECORELLI, A. - *II ré catholico*. Madrid: Instituto Francisco de Vitoria, 1942. p. 108.

<sup>27</sup> ÁLVAREZ, Fernando Bouza, - *Op. Cit.*, p. 69

<sup>28</sup> CABRERA DE CÓRDOBA, Luís - *Historia de Felipe II, rey de España*. Madrid: [s.n.], 1876-1877. 4 vol, p. 633-634.

<sup>29</sup> *Diálogo llamado Philippino donde se refieren C. Congrencias concernientes al derecho que su Magestad del Rei D. Philippe nuestro señor tiene al Reino de Portugal*, 1579, BES, &.III.12, fol. 229v. (Fonte disponível na Biblioteca de San Real, El Escorial, Madrid)

## A ENTRADA MAJESTÁTICA E TRIUNFAL DE 1581

Como já foi referido, a entrada de Filipe de Habsburgo no reino de Portugal, encontra-se imbuída de uma forte mística de pendor político. A politização do cerimonial prende-se, não só com o sistema político vigente mas, também, com as tendências antiquizantes do género retórico que se espelham neste domínio, legitimando e sustentando o imaginário régio, assim como o poder simbólico que atinge, agora, o seu apogeu<sup>30</sup>. Ainda antes do desfecho do episódio da Sucessão, Filipe I (fig. 9) é aconselhado pelos embaixadores Pedro Girón, Duque de Osuna e Cristóvão de Moura, de forma a que se pudesse tirar partido da presença régia, se dirigisse e permanesse num lugar próximo da zona fronteiriça. Assim sendo, o monarca sai de Madrid em 1580, e quando entra triunfalmente na cidade de Lisboa, a 29 de Junho de 1581, já todo um dispositivo prévio de propaganda régia havia sido despoletado.



Figura 9 Lisboa citta principale nel regno di Portogallo fu presa dall'armata con l'esercito del Re Catholico all'ultimo d'agosto l'ann MDLXXX, Roma, 1580, British Library, Londres, Department of Maps, C.7.2.2.(39), (Publicado em ÁLVAREZ, Fernando Bouza - Portugal no tempo dos Filipes: política, cultura, representações (1580-1668). Lisboa: Cosmos, 2000, ilustração 2)

Antes da sua chegada a Lisboa, Filipe I passa por diversas localidades, sendo de destacar algumas pela importância que lhes é dada nos relatos coevos: Abrantes, Tomar, Santarém, Vila Franca e Almada.

Da sua passagem por Abrantes, chegam-nos testemunhos sobre a congratulação do povo ao experimentar a maior das grandezas terrenas: contemplar o rei, o legítimo depositário do poder, a fonte suprema da autoridade, reconhecida e figurativamente transmitida. Atente-se no discurso proferido pelo corregedor de Abrantes durante a recepção oficial, exortando-o e afirmando que não poderia existir maior virtude e mercê do que a de “*meter vuestra grandeza en la estrechura desta billa*”<sup>31</sup>, porque na sua presença, estaria “*el mundo todo y este Reyno tendra el sentido y el corazón en Abrantes, pues vos estáys en él y soys vida y corazón de todos*”<sup>32</sup>.

<sup>30</sup> Tendência que continuaria a manifestar-se nas demais entradas filipinas.

<sup>31</sup> *Plática y razonamiento que hizo a S. Mde el corregidor de Abrantes a su Md. Cuando entro en aquella billa que fue viernes 10 de Março*, FZ, Carpeta 246, fol. 49v. (Fonte disponível na Biblioteca Francisco de Zabálburu, Madrid)

<sup>32</sup> Idem, *Ibidem*.

Em Santarém, Cabrera de Córdoba, conta que a grandiosidade de Filipe era de tal forma imensurável, que “*en su entrada tembló la tierra*”<sup>33</sup> *l’ener en si grandeza tanta*”<sup>34</sup>. Mais uma vez encontramos na descrição o espírito da teoria, que personifica na figura régia a própria Monarquia, interpretação devidamente justificada por Fernando Bouza Álvarez que o entende como “*uma espécie de ícone político da comunidade a que preside, e cuja existência se expressa aparatosamente em si mesmo*”<sup>35</sup>. Com base nesta premissa, surge-nos um programa específico para todos os cerimoniais, subsequentes à aparição do soberano aos seus súbditos, com estrita observância de princípios tais como solenidade, respeito, reverência, os quais não deviam ser negligenciados.

Do vasto programa decorativo arquitectado para a entrada de 1581, destacam-se entre outras manifestações, a construção de um cais de desembarque e de vários arcos triunfais (que aliás viriam a tornar-se indissociáveis das restantes entradas do período filipino). Lisboa assiste, pela primeira vez, a este tipo de fenómeno em larga escala: a grandiosidade do evento visível no mais ínfimo pormenor, a organização levada ao extremo, a reminiscência das tendências antiquizantes, também patentes com todo o seu esplendor e triunfo. A linguagem hiperbólica, pejada de metáforas mitológicas, o recurso ao aparato, tudo convergindo para o palco do teatro onde a figura monárquica é apanágio de protagonismo político.

Veja-se a título de exemplo uma breve descrição do arco dos mercadores alemães que, posicionado junto ao cais, ressaltava pela magnificência das ornamentações, “*era a primeira cousa em que El-Rei havia de pôr os olhos: e, por estes respeitos, se esmeraram em o fazer tão sumptuoso e de simples artificio que bem respondesse à magnificência de tal monarquia. Tinha este arco de grossura 36 palmos, de largura 66, e de altura 54. Tinha 3 portais, um redondo no meio, de altura de 30 palmos, e de largura 18; [e] de cada parte, estava outro portal quadrado, e cada um tinha em alto 18 palmos, e de vão nove*”<sup>36</sup>.

No domínio artístico, a escultura ornamental passa a ser um valor plástico a considerar, embora tanto as estátuas como as pinturas presentes nesta arquitectura efémera, se impusessem mais pelo seu valor simbólico do que propriamente por outro motivo. Este grandioso espectáculo encenado, a que Lisboa jamais assistira, do particular ao geral, exaltava a figura régia. A festa que pretendia igualar ou mesmo suplantar o triunfo romano<sup>37</sup> atinge um esplendor inigualável.

---

<sup>33</sup> Idem, *Ibidem*.

<sup>34</sup> Idem, *Ibidem*.

<sup>35</sup> ÁLVAREZ, Fernando Bouza, *Op. cit.* p. 72.

<sup>36</sup> GUERREIRO, Mestre Afonso - *Relação das festas que se fizeram na cidade de Lisboa, na entrada de El-Rei D. Filipe, primeiro de Portugal*. 2ª ed. Lisboa: [s.n.], 1950. Cap. VI.

<sup>37</sup> O arco do Triunfo foi um dos momentos mais característicos da Roma antiga. Na civilização romana o Triunfo era a mais alta honra que se podia atribuir a um chefe militar vitorioso. Integravam o cortejo imperial magistrados, senadores, músicos com clarins e portadores de despojos de guerra: estátuas, armas, vasos de ouro e prata, representações simbólicas de regiões conquistadas e dos chefes vencidos quando estes não estavam presentes no desfile. O arco do triunfo testemunhava o carácter sobre-humano do chefe vencedor, que desfilava num carro, em pé, coroado de louros, de túnica e de toga púrpura bordadas a ouro, sandálias douradas e ceptro em marfim encimado por uma águia.

Retomando a descrição de Mestre Afonso Guerreiro, na sua *Relação de Festas*, atente-se à descrição de um pormenor do já referido arco “*estava o vulto de El-Rei ao natural, e da mesma estatura, com a cabeça descoberta, vestido em umas armas e calças imperiais, com botas brancas: e de uma parte Atlante, com o mundo às costas, e de outra Neptuno com o Tridente, todos de relevo, e os dous nus de todo; e ao pé de El-Rei, estava esta letra: D. Felipe II, rei de Espanha; do imperador César augusto D. Carlos Quinto filho; piedoso; bem-aventurado; bom e forte Príncipe; pai da pátria; defensor da Santa Religião; aumentador da Fé católica no Mundo, por mar e por terra; conservador da paz e da justiça: com o templo aberto regerá Portugal, ganhando por herança, com boas leis e santos institutos*”<sup>38</sup>.

A cerimónia de entrega das chaves, que também nos é relatada nesta fonte, assim como todo o percurso do cortejo régio até à Sé, evidencia os mesmos sinais de poder encenado, representado e imaginado.

## CONCLUSÃO

Em suma, a entrada de 1581, assume-se como um marco decisivo na ruptura com a tradição medieval assim como com os períodos correspondentes aos reinados de D. João II e de D. Manuel I, não tanto na forma mas mais no conteúdo. Quanto à forma, esta mantém-se na sua essência, apesar de sujeita a variantes, em traços gerais é o município que continua a custear e a organizar a recepção oficial. A ruptura é também particularmente significativa no que diz respeito às formas tradicionais de encarar a figura monárquica. Surgem poderes concorrentes que podem e devem ser encarados como geradores e produtores de poder. O poder simbólico e a imagem figurada do monarca passam a ser verdadeiros instrumentos de materialização do poder político. O poder político, progressivamente teatralizado ao longo dos tempos, era um verdadeiro *Triunfo* encenado, a que se assistia e que se pretende não efémero, tal como a arte que o sustentava nas respectivas representações, mas eterno e fixo na memória colectiva.

É pois o poder invisível que se instala ao serviço do próprio poder e que só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos.

Em 1581 por ocasião da entrada de Filipe I na cidade de Lisboa, assiste-se ao domínio de um poder quase mágico, passível de ser exercido, que é construído e reconhecido e, acima de tudo, ignorado como arbitrário!

---

<sup>38</sup> Idem, *Ibidem*. cap. VII.

**A dinâmica da condução e  
distribuição de águas à cidade  
de Lisboa: a vontade régia e o  
empenho municipal**

---

**Paula Leal Serafim**

## INTRODUÇÃO

Os projectos hidráulicos do séc. XVIII serviram para uma consciencialização urbana da cidade na oferta de um serviço publico, como a distribuição e o abastecimento de água, atingindo o auge na época de D. João V e tendo continuado pelo período pós-terramoto do Marquês de Pombal.

Foi assim que a história nos deixou documentos com informações de ideias, projectos e resoluções tomadas e experiências realizadas, com o objectivo principal de fazer face às necessidades de água e ao máximo aproveitamento de mananciais existentes dentro e fora da cidade de Lisboa, quer pelo poder régio quer pelo poder municipal. Foram atitudes de vontade e empenho, que se aliaram ao emergente conceito de modernidade, higiene, comodidade e utilidade pública, que a mudança de mentalidade veio a enaltecer na sua perspectiva de cidade do futuro, contrapondo-se à cidade do passado que muito sofria com a falta de água.

Assistiu-se, em vários reinados, a uma certa dinâmica empreendedora com propósito de melhorar o abastecimento da população, com obras de condução de águas, abertura de poços e criação de outras formas de canalização sem grandes preocupações estéticas, embora tenha havido, na maior parte das vezes, um certo cuidado nos locais escolhidos para a construção de fontes e no arranjo espacial das bicas.

No governo do magnânimo D. João V podemos afirmar que no seu pensamento, a obra do Real Aqueduto, revelou uma clara opção de estruturar a cidade com uma rede de abastecimento de águas mais inovadora, como convinha a uma verdadeira e activa capital do Reino, no prestígio e na imagem barroca, adoptada da criação de novos modelos europeus de centros do poder, que a riqueza dourada das minas do Brasil ajudou a proporcionar.

Ao mesmo tempo o bem comum e as necessidades prementes obrigaram ao aparecimento de novas técnicas de construção de canalizações e a uma afluência de chafarizes, na concepção de novos equipamentos urbanos que começaram a aparecer em diversos bairros, mesmo que a sua construção nem sempre tivesse obedecido aos critérios do povo consumidor, trazendo graça decorativa e projecção municipal na obtenção de uma considerável melhoria no abastecimento público da água.

Pretendo, assim, dar uma ligeira notícia das principais medidas adoptadas para *acudir* à falta ou escassez de água com que Lisboa lutou e também mostrar como as exigências públicas requeriam cada vez mais este imprescindível líquido, onde a complexidade de um serviço satisfatório confrontado com a comodidade da população, reclamavam uma organização e administração bem definidas a que D. João V deu corpo exemplar, ainda hoje patente no Aqueduto das Águas Livres.

## INTENÇÕES NA CONDUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DAS ÁGUAS

A importância do elemento água foi um assunto que, desde tempos remotos, influenciou as decisões do poder régio e do Senado da Câmara no seu abastecimento à cidade de Lisboa e na construção de infra-estruturas fundamentais para a sua efectivação.

A falta ou insuficiência deste líquido, tão essencial á vida, era um assunto dos mais sensíveis e tornava-se imperioso que fosse remediado para o bem da população, com o lema de trazer e distribuir à cidade a água que noutros locais corria com mais abundância.

Sabemos que ao longo dos séculos foram feitas diligências para o aproveitamento de recursos locais, reflectindo a preocupação dos governos com questões ligadas, directa e indirectamente, ao abastecimento de águas, quer pela construção de sistemas de captação, manutenção, condução e distribuição, quer por estruturas supostamente eficazes no critério da salubridade e do volume do caudal e a inspecção das mesmas, em paralelo com soluções o mais económicas possíveis.

O contexto normativo e administrativo baseava-se, essencialmente, na produção de alvarás, diplomas, decretos, portarias, posturas, registos contabilísticos e outros documentos que visavam a obtenção de projectos e verbas para o financiamento de actividades relacionadas com as obras de canalização e de construção de estruturas para saída de águas.

D. Manuel, já em 1502, manifestava a preocupação com a cidade, embora a sua acção fosse limitada na gerência municipal, ao atribuir à Câmara a obrigação de “*o ueedor sera obriguado de vigiar sobre todallas obras da dicta cidade e seu termo muros e barreiras e cauas e portas e pontes e fontes e chafarizes calcadas e cannos e caminhos (...) requeira na camara aos vereadores que ordenem dinheiro pera se corregerem e repairarem*”<sup>1</sup>.

Anos mais tarde, em 1513, querendo ir ao encontro dos munícipes, envolveu-se pessoalmente ao ordenar a condução das águas da fonte de Andaluz para abastecer o chafariz do Rossio<sup>2</sup> e como as obras demorassem, em 1515 estando em Almeirim, o rei mandou escrever ao Senado de Lisboa “*por que nos parece tempo para se entender na obra da auguoa que temos ordenado vir dandaluzos ao Rosyo desa cidade vos mandamos que conuem entender nisso e dees ordem como se faça e acabe pois hy ha ja dinheiro para yso*”<sup>3</sup>.

<sup>1</sup> *Livro Carmezim*, fl 25. Portugal, Arquivo Municipal de Lisboa, Arquivo Histórico.

<sup>2</sup> *Livro I do Provimto d'Água*, fl 7, referido e transcrito por OLIVEIRA, Eduardo Freire de - *Elementos para a história do município de Lisboa*. Lisboa: Typographia Universal, 1882. II vol. p 83.

<sup>3</sup> *Idem, ibidem*. p. 85v.

Esta boa vontade real no entanto só foi efectivada sob domínio filipino e a água que correu no chafariz do Rossio não vinha da fonte de Andaluz mas sim das que se vieram a aproveitar de um poço existente numa propriedade rústica, para os lados da Bemposta<sup>4</sup>.

Em 4 de Novembro de 1589, um alvará régio de Filipe I, impôs que “(...) *nos vinhos e carnes desta cidade se acrecente mais hum real en cada cannada de vinho e aratel de carne atee se cobrarem os quarenta mil cruzados necesarios*”<sup>5</sup>, para serem aplicados nas despesas que se tinham de fazer com a construção do chafariz para a saída da água que viria do poço de João Goes.

As obras demoraram alguns anos a serem iniciadas e outros tantos a serem concluídas, pois numa carta régia, com data de 20 de Setembro de 1605, é referida a necessidade de se fazerem ainda expropriações de algumas casas e terras para passarem os canos de condução das águas ao Rossio<sup>6</sup> e em 9 de Março de 1606, foi proferida uma sentença pelo juiz conservador das causas da Câmara ao mestre de obras Domingos de Sequeira que assentou os degraus do chafariz com “*tanta deformidade que se nan podia dissimular*”, sendo obrigado a reparar o erro.

Ainda no tempo de D. Sebastião haviam sido feitas diligências, incluindo o zelo de teóricos como Francisco de Holanda, para trazer a Lisboa as águas da nascente da *fonte d'agoa livre*, aproveitando o que restava do aqueduto construído pelos Romanos em tempos idos, sendo encarregado do estudo e medição do caudal de água um protagonista de empenho no dimensionamento da cidade, Nicolau de Frias, arquitecto geral do Senado da Câmara mas, devido à morte prematura do rei e à baixa nos recursos económicos, estes avançados projectos não passaram do papel<sup>8</sup>.

---

<sup>4</sup> Esta propriedade pertencia a João Goes e foi mais tarde tomada pela Câmara, a obra de condução das águas para o Rossio fizeram-se à custa do imposto Real do Povo e a construção do chafariz foi feita com o aumento dos impostos sobre o vinho, a carne e a aguardente, que se generalizou sob o nome de Real d'Água. Este foi o nome dado ao tributo que os moradores de Elvas pagaram para a construção do aqueduto com que abasteceram de água aquela cidade, generalizando-se depois semelhante denominação ao imposto sobre a carne, o peixe e o vinho a que, em situações de aperto, se recorria em outras terras do país. Em Lisboa o Real d'Água teve origem com D. João I. OLIVEIRA, Eduardo Freire de, *Op. cit.*, p. 85v.

<sup>5</sup> *Livro I do Provimto d'Água*, fl 48, referido e transcrito por Idem, *Ibidem*. p. 103.

<sup>6</sup> CAETANO, Joaquim Oliveira; SILVA, Jorge Cruz - *Chafarizes de Lisboa*. Lisboa: DistriEditora, 1991. ISBN-972-655-092-0. p. 58.

<sup>7</sup> OLIVEIRA, Eduardo Freire de, *Op. cit.*, p. 83 n.

<sup>8</sup> (...) *E ganbe V. A. esta honra de fazer este beneficio a Lisboa, de restituir esta fonte de agoa livre, que assi se chama, a esta cidade que morre de sede (...) da qual obra eu fiz a ElRei, vosso avó um desegno para a trazer ao Resio (...) que ElRei muito desejou fazer antes da sua morte, e o Ifante Dom luís me dixee que desejava trazer-se esta agoa a ribeira, para a tomarem as naos da Índia (...)*. OLIVEIRA, Eduardo Freire de, *Op. cit.* XII vol, p. 231 e 419. A inteligência de Francisco de Holanda fazia-o integrar um projecto de transformação urbana muito positivo nesta época, ao explicar também como se poderiam aproveitar as *agoas livres* para abastecer as colinas ocidentais da cidade, lembrando que essa decisão faria do jovem rei um promotor mecenático do bem publico.

Mais tarde, em 1619, Filipe II continuou com a mesma ideia e depois de ter recebido uma consulta da Câmara com data de 16 de Setembro de 1618, mencionando que “*depois da camara ter feito muitas diligências para trazer agoas a esta cidade, como V. Mag. lhe mandou, foi com o vizor-rei Marques d’Allenquer, duas vezes a fonte d’agoa livre e com outras que se lhe ajuntão e assentou que era boa o bastante para vir a esta cidade, e se fazermos as fontes e chafarizes necessarios para ficar bem provida, em conformidade do que V. Mag. tinha mandado (...) se ordenarão que tratasse de trazer estas agoas, por quanto se tem achado que são as milhores e que tem mais correnteza pera vir a todallas partes della com menos custo e mais segurança (...) para se poder logo por mão na obra, pois para esse efeito esta imposta de novo este anno, a impocissão dos dois reaes em cada cannada de vinno e um real no arratel da carne, que o povo paga esperando estas agoas com tanta necessidade (...)*”<sup>9</sup> decidiu, em 1620, juntamente com o presidente e outros oficiais da Câmara ao fazerem uma viagem a Sintra, visitar a afamada *fonte d’agoa livre* nas vizinhanças de Queluz a fim de se efectivar esta obra, ideia que ficou expressa numa carta régia de 6 de Outubro onde aconselhava o Senado a estudar quatro traçados diferentes “*dos caminhos que se ofereciam para trazer à cidade a água livre*”, da autoria do engenheiro espanhol Leonardo Torreano, e depois propôr o que fosse mais conveniente<sup>10</sup>.

Mas a intenção ficou por aqui e como referiu Matos Sequeira “*sob uma aparente boa vontade e um falso interesse, apenas patrocinaram os preparativos monetários com o fim único de distrair na devida ocasião o que foi uma expressão de desleixo e desinteresse mostrado pelo governo filipino*”<sup>11</sup>. A corroborar esta afirmação, Freire de Oliveira comenta que “*por três vezes teve a cidade de Lisboa de concorrer para as despesas da viagem de Filipe II a Portugal, a primeira com 100 mil cruzados, a segunda com 200 mil e a terceira com igual valor. Desta última foi também a Câmara compelida, pelo mesmo motivo, a dispensar mais 40 mil cruzados e das três vezes se socorrera do crédito, ficando garantido esse compromisso pelos rendimentos dos reais do vinho e da carne*”, pagos pelo povo para receber a tão necessitada água<sup>12</sup>.

Durante os anos seguintes, continuaram as intenções e tentaram-se algumas realidades quando, também, Filipe III deu mostras de muito se interessar pela questão do abastecimento de água induzindo a Câmara, em Abril de 1633, a comprar a água de uma quinta em Chelas, junto ao Convento de São Francisco de Xabregas, propriedade do secretário de Estado, Diogo Soares, para que fosse conduzida à fonte do Terreiro do Paço<sup>13</sup>. Contrariedades várias e por não ser viável a sua canalização não chegou a ser realizado mais este projecto, ficando apenas pela boa vontade de execução.

---

<sup>9</sup> LARCHER, Jorge das Neves - *Memória histórica sobre o abastecimento de água a Lisboa até ao reinado de D. João V*. Lisboa: Centro Tipográfico Colonial, 1937. p. 26.

<sup>10</sup> OLIVEIRA, Eduardo Freire de, *Op. cit.*, II vol. p. 421.

<sup>11</sup> SEQUEIRA, Matos apud CASTELO-BRANCO, Fernando - *Lisboa seiscentista*. 3ª ed. Lisboa: Câmara Municipal, 1969. p. 164-165.

<sup>12</sup> OLIVEIRA, Eduardo Freire de, *Op. cit.*, I vol. p. 182.

<sup>13</sup> *Livro I do Provimto da Água*, fl 213, referido e transcrito por OLIVEIRA, Eduardo Freire de, *Op. cit.*, VIII vol., p. 453.

Durante algum tempo a conjuntura política do nosso país, o processo de Restauração da Independência e o perigo dos conflitos sucessivos que mantivemos com Castela, não permitiu grandes empreendimentos e o tema do abastecimento da água ficou reservado para uma outra ocasião, que veio a aflorar no reinado de D. Pedro II<sup>14</sup>.

Numa outra vertente do assunto da distribuição das águas, a gestão municipal aceitava conferir administração a sociedades particulares que se constituíam sob a forma de contratos. Este acordo prendia-se com a demora pela qual o Senado pecava quando decidia iniciar determinadas obras de encanamento, o que para alguns particulares se tornava numa espera de tal maneira exasperante e até prejudicial que, eles próprios à sua custa, ofereciam a vontade e o dinheiro e propunham planos de canalizações, não só para as suas propriedades como também para os chafarizes públicos, indicando como deveria ser o aproveitamento das águas que eram desperdiçadas nas bicas e outras soluções que decerto iriam acelerar o processo de condução e distribuição, reivindicando, como contrapartida, determinadas condições a ceder pela edilidade, tudo muito legal e expresso em contrato assinado por ambas as partes.

Um desses exemplos foi o extraordinário projecto para abastecer o Bairro Alto “*por um notavel engenho que, posto, não envolve alguma dependencia de movimentos de rodas e exclue totalmente a necessidade de concertos a miúdo (...)*” descrito no requerimento de António de Miranda, cuja consulta da Câmara ao rei data de 13 de Fevereiro de 1688, e é do seguinte teor: “*Sendo tantas as perfeições e grandezas d'esta cidade o unico defeito que n'ella ha (...) e a falta d'agoa, especialmente no bairro Alto, que e uma mui principal parte d'ella.. Varias vezes se intentou acudir a esta falta e gastado o dinbeiro se não veio a conseguir effeito algum pela impossibilidade que se representava de não poder subir a agoa das partes inferiores em que ha fontes d'ella (...) como o engenho sabe vencer os que se representam impossiveis, Antonio de Miranda se offerece para trazer de qualquer parte a agoa que houver e d'ella a que quizerem para a parte ainda mais eminente do dicto bairro Alto (...) sem para isso se valler de noras, rodas ou qualquer outro engenho (...)*”<sup>15</sup>.

Face a tão rara oferta e sem garantia o parecer dos técnicos levantava dúvidas e referia “*que não sera assim a que nos inculca o dicto Antonio de Miranda (...) na oferta que faz de fazer a sua custa a experiencia e examinando o effeito d'ella estimaremos mais o invento*”<sup>16</sup>.

---

<sup>14</sup> Resolução apresentada pelo rei em 23 de Outubro de 1671, sobre as atitudes que o juiz do povo devia ter para com a limpeza da cidade e também sobre as intenções de trazer a água ao Bairro Alto “*as custas do pouo*”, Livro VI de Registo de Consultas e Decretos de D. Pedro II, fl. 456v. Portugal, Arquivo Municipal de Lisboa, Arquivo Histórico.

<sup>15</sup> Livro X de Registo de Consultas e Decretos de D. Pedro II, fl. 84. Portugal, Arquivo Municipal de Lisboa, Arquivo Histórico.

<sup>16</sup> Idem, *ibidem*, fl. 85.

A 11 de Agosto, o secretário de Estado envia uma carta ao Senado afirmando-se “sobre a agoa que se obriga a trazer a esta cidade Antonio de Miranda (...) se poz incapaz de se lhe poder por remissão”<sup>17</sup>.

Não foi encontrado qualquer documento posterior que prove se esta experiência técnica foi feita ou não, no entanto não deixa de ser uma tentativa interessante para resolver o problema tal como ficou manifestado num outro exemplo, uns anos mais tarde, numa petição feita por um fidalgo francês, Teófilo Dupineaut, dirigida pela segunda vez ao Senado, em 27 de Outubro de 1700, afirmando “que se obriga a trazer do sitio da Pimenteira, nos seus cannos, a rua de San Roque, quatro anneis d'agua da medida e bitola da cidade e mais se o pouo a quizer comprar, como tambem de fazer a sua custa os chafarizes e registos fechados que forem necessarios para vender a dicta agua no tempo de dez annos do seu privilegio”<sup>18</sup>, depois do seu primeiro pedido já ter sido discutido, numa outra consulta de Câmara, no mês de Junho anterior, com uma proposta mais ampla mas para a qual não tinha crédito<sup>19</sup>.

Entre outras coisas, estavam ajustados os locais na cidade para a edificação dos cinco chafarizes que lhe foram atribuídos e que de início seriam construídos a expensas do Senado, ficando o abastecimento por conta do fidalgo<sup>20</sup>.

O acerto deste negócio arrastou-se durante meses por causa dos pareceres do *syndico* especialista que levantava dúvidas constantes e acabou também por não ser efectuado.

Em 1728 aparece outra proposta particular, de António Júlio de La Pommaré, anunciando que conseguia abastecer a cidade com a *Agoa livre* e diminuir as despesas apresentadas por outras propostas, fazendo correr a água, sob pressão, através de canos de ferro mais resistentes e duráveis. Sendo bem aceite, o Senado cede-lhe alguns medidores e montadas para se poder deslocar à dita fonte, fazer medições e apresentar um orçamento.

Também não se sabe ao certo porque este argumento não foi por diante, talvez tenha sido uma decisão tomada depois do parecer negativo, dado por Manuel da Maia a pedido do con-

---

<sup>17</sup> Idem, *ibidem*, fl 69.

<sup>18</sup> OLIVEIRA, Eduardo Freire de, *Op. cit.*, X vol, p. 25-26.

<sup>19</sup> Comprometia-se a trazer a água da fonte das Águas Livres de Belas, pagando os prejuízos causados pelas obras das canalizações e outras benesses para a cidade, como fazer a limpeza das ruas ou ter bombas prontas para acudir aos incêndios, em troca não pagaria imposto pelas compras de material que precisasse para as ditas obras. Como era um projecto ambicioso, Dupineaut foi diminuindo os encargos a que se propôs originando alguma desconfiança à Câmara, que acabou por considerá-lo pouco credível. Idem, *ibidem*, p. 24-27.

<sup>20</sup> O primeiro na Rua Larga de São Roque, o segundo na Esperança, o terceiro em São Paulo, o quarto no Terreiro do Paço e o quinto em São José. Idem, *ibidem*, p. 8-9.

selheiro do rei, o padre jesuíta João Baptista Carbone, contra o emprego de uma canalização deste tipo que iria levantar inúmeros problemas técnicos. Entre os peritos cooperantes encontrava-se Cláudio Gorgel do Amaral.<sup>21</sup>

Com o passar do tempo acabou por existir a convicção de que só o poder governativo tinha capacidade para apresentar moções e suportar os custos dos planos e respectivas obras de uma empreitada hidráulica deste vulto, face à diminuição das propostas e das frustradas intenções dos particulares nas suas execuções.

A indecisão e a debilidade financeira da Câmara Municipal devia-se a determinados aspectos, de dimensão proporcional à sua importância, nas enormes despesas do Senado com obras de canalização, abertura de ruas, arranjo de zonas envolventes, chafarizes, contratos com o pessoal operário e de limpeza das fontes e bicas, desentupimentos das mesmas e reposição de elementos roubados e ainda as proibições e permissões de venda de água<sup>22</sup>, regulamentadas e fiscalizadas pela municipalidade, a guarda nocturna de nascentes, a cobrança de rendas relacionadas com os sobejos de águas e o seu aproveitamento para os mais variados fins e propriedades, a vigilância e notificação feita a alguns conventos e hortas devido a roubos e desvios de águas<sup>23</sup>, estudos e medições dos caudais em poços particulares e posterior aquisição ou arrendamento dos mesmos, quando se mostrasse vantajoso, a correlação com o tema das águas termais e medicinais e mais uma infinidade de contendas, querelas, brigas, conflitos e negócios entre a municipalidade e os cidadãos.

Provando a teoria de que só o Estado podia fazer face a tamanha epopeia e como sintoma da preocupação régia, em 19 de Junho de 1719, foi enviada uma carta ao Senado, pelo secretário do Expediente e Mercês de D. João V, Bartolomeu de Sousa Mexia, para que fossem nomeados técnicos experientes, com o fim de acompanharem um vedor, instruído em águas, numa peritagem às fontes dos arredores de Lisboa, para que se remediasse de vez “*a grande falta d’agoo que experimenta esta cidade de Lisboa e a occidental especialmente no bairro Alto (...)*”<sup>24</sup>.

D. João V dava assim início efectivo à imagem futura da sua magnificência.

---

<sup>21</sup> Idem, *ibidem*, XII vol, p. 154.

<sup>22</sup> A água era vendida pela Cidade em cântaros de barro, potes, vasilhas ou barris, a preços muito elevados que variavam conforme o local, sendo praticamente um *luxo* bebê-la. Os aguadeiros, galegos na sua maioria e cujo ofício era muito disputado, reagiam contra quaisquer providências tomadas para reprimir os excessos, chegando a haver motins por esse motivo, rixas e desordens nos chafarizes no acto de encherem as vasilhas, como prova a Postura sobre a “*ordem que se ha de ter nas bicas do chafariz delRei.*” Estes homens valiam-se de processos fraudulentos para lucrarem o mais possível com essa venda e, perante a continuidade desses actos, foi emitido um assento da Vereação, em 1 de Agosto de 1724, obrigando á diminuição do tamanho das vasilhas para a venda da água. Idem, *ibidem*, p. 229.

<sup>23</sup> “*...havendo bicas e fontes que no verao quasi se extinguíam ou que de todo secavam, sendo em geral de limitada corrente e esta mesma por vezes enfraquecida por roubos praticados por particulares - seculares e eclesiásticos - que rompendo as canalizações que alimentam algumas d’essas fontes ou usando d’outros estratagemas, criminosamente distrabiam a agua em seu proveito....* Idem, *ibidem*.

<sup>24</sup> CAETANO, Joaquim de Oliveira; SILVA, Jorge Cruz, *Op. cit.*, p. 19.

## ABASTECER DE ÁGUA LISBOA, O COMPROMISSO DE D. JOÃO V

O famoso Aqueduto, denominado das Águas Livres, começa próximo da ribeira de Carenque e termina no sítio das Amoreiras, em Lisboa. Foi construído por imposição e empenhamento de D. João V, como ficou expresso no alvará régio de 12 Maio de 1731<sup>25</sup>, com instâncias reiteradas pelo procurador da Cidade ocidental, Cláudio Gorgel do Amaral<sup>26</sup>, projectado e dirigido pelo brigadeiro, engenheiro-mor do reino e guarda-mor da Torre do Tombo, Manuel da Maia, assessorado pelo sargento-mor Custódio Vieira.

Como a questão do abastecimento de água necessária à cidade continuava num impasse já antigo, a decisão dominadora do rei passava pelo propósito de beneficiar a sua cidade ocidental<sup>27</sup>, além de o ligar afamadamente a um projecto desta grandeza e fausto.

O facto de D. João V exigir da Câmara os meios necessários para sustentar as obras do Aqueduto, provocou algum mal estar entre os vereadores levando o rei a insistir nesta questão várias vezes<sup>28</sup>, esperando uma resposta concreta sobre em que géneros deveria recair o imposto e a previsão anual desse lucro. Assim chega a resposta concisa através da consulta de Câmara de 14 de Maio de 1729, onde o vereador Jorge Freire de Andrade anuncia a resolução, já tomada anteriormente numa outra consulta de 30 de Março, em que foi ponderado impor parte da quantia da venda do pão, carne, vinho, azeite, bacalhau e ferro, extraído das respec-

---

<sup>25</sup> Livro VII de Consultas e Decretos de D. João V do Senado Ocidental, fl. 67. Portugal, Arquivo Municipal de Lisboa, Arquivo Histórico.

<sup>26</sup> Este procurador havia já integrado a equipa técnica cedida pelo Senado a António Júlio de La Pommaré, em 1728, para estudo da proposta de trazer água à Cidade a baixos custos. Ocupa o cargo até 1738, data em que é nomeado superintendente da Junta de Administração das Obras das Águas Livres. LISBOA. Câmara Municipal - D. João V e o abastecimento de água a Lisboa. Lisboa: CM, 1990. p. 26.

Numa consulta da Câmara com data de 30 de Março de 1729, Gorgel do Amaral expõe ao rei que “considerando a obrigação que tem em attender a utilidade do bem publico da dicta cidade, como procurador que he d’ella e solicitar os meios convenientes para o seu aumento, representa a V. M. o que havia annos trazia no seu cuidado, que era a consideração da falta d’agoa para conveniencia do povo e o quanto convinha haver abundancia d’ella para bem commum e se evitarem os grandes descommodos que actualmente se padeciam, principalmente no tempo do estio e pera que se aumentasse o ornato e nobreza da cidade e que esta justa consideração o precisar ir ao sitio da Agoa livre, que era a que por algumas vezes intentaram alguns dos senhores reis, predecessores de V. M., mandar vir a esta cidade (...) podia V. M. sendo serrido, como a sua real piedade costumma acudir a tudo que e prejuizo de seus vassallos e bem publico dar remedio, ordenando que aos senados (...) o que convem para a utilidade commum e o desejam sempre executar com fervoroso zelo, consultem com effeito e brevidade, os meios que lhes parecerem mais promptos e convenientes pera se trazer a referida agoa a esta cidade. Livro VI de Consultas e Decretos de D. João V do Senado Ocidental”, fl. 65. Portugal, Arquivo Municipal de Lisboa, Arquivo Histórico.

<sup>27</sup> Por Alvará Régio de 15 de Janeiro de 1717, Lisboa foi dividida em duas: a Ocidental e a Oriental. Livro I de Consultas e Decretos de D. João V do Senado Ocidental, fl. 98. Portugal, Arquivo Municipal de Lisboa, Arquivo Histórico.

<sup>28</sup> Uma carta régia de 23 de Fevereiro de 1729; um alvará régio de 15 de Março de 1729; um decreto de 4 de Abril de 1729; um aviso régio de 28 de Abril de 1729. Livro III de Consultas e Decretos de D. João V do Senado Ocidental, fl. 31 e Livro V de Consultas e Decretos de D. João V do Senado Ocidental, fls. 166, 170 e 182. Portugal, Arquivo Municipal de Lisboa, Arquivo Histórico.

tivas cidades do Reino<sup>29</sup>, para a arrecadação de verbas, acrescentando que também se podia retirar uma parte do rendimento de queijos, manteiga e arroz que se vendessem em todas as cidades e do sal, que se gastasse e ainda naquele que fosse para exportação, a fim de aumentar os tributos.

A angariação destes fundos todos juntos dariam o “*computo necessário para a despeza de uma obra tão útil e precisa aos moradores das cidades (oriental e ocidental) em que V.Magestade resolverá sempre o que mais for servido*”<sup>30</sup>.

Baseado nesta resolução municipal o rei redige um decreto, com data de 26 de Setembro de 1729, onde acerta qual o numerário do imposto a cobrar e nomeia a Junta de Administração das Águas Livres, grupo que irá recolher as contribuições, dirigir e gerir os trabalhos da obra real: para superintendente, José Soares de Azevedo; para procurador, Cláudio Gorgel do Amaral; para tesoureiro, Manuel Gomes de Carvalho e Silva e para escrivão, Francisco Ramos de Miranda sendo o director da obra, António Canevari, assessorado por Caetano da Silva. Todos eles iriam trabalhar sem ordenado ou subsídios<sup>31</sup>.

Foi também constituída uma sociedade de mestres pedreiros, a fim de manter o monopólio dos trabalhos de construção do Aqueduto, desde a nascente da fonte até às Amoreiras.

Outra diligência feita foi a rectificação e adaptação do regimento para a construção dos vários troços do Aqueduto e da condução geral de águas à cidade, baseado num antigo regimento, posto em vigor por D. João III, aquando da reedificação do Aqueduto da Água de Prata de Évora, em 1531<sup>32</sup>.

Sucederam-se um sem número de vistorias para que a quantidade de água fosse rigorosamente medida no seu caudal, a fim de haver uma razão sólida para justificar a dispendiosa e monumental obra do Aqueduto.

---

<sup>29</sup> Nesta consulta, os vereadores propuseram ao rei que, sendo a construção de aquedutos e do abastecimento de água “*uma obra muito precisa pela grande utilidade que d’ella resulta ao bem commum (...) entendem que para ella deve concorrer todo o reino, porque sendo estas cidades patrias communs, a todos abrange a sua utilidade*” e o vereador Jorge Freire de Andrade justifica esta pretensão referindo o precedente aberto com a reedificação da ponte de Olivença, cuja incumbência teve quando era “*provedor d’aquella comarca e parecendo lbe grande a dicta quantia para concorrer so para ella a provincia do Alemtejo, fazendo-o presente a V. Magestade, foi servido resolver que ella se partisse por todas as comarcas do reino (...) o que assim executou e conseguiu*”. Livro VI de Consultas e Decretos de D. João V do Senado Ocidental, fl 67. Portugal, Arquivo Municipal de Lisboa, Arquivo Histórico.

<sup>30</sup> Idem, *ibidem*, fl. 60.

<sup>31</sup> Livro III de Consultas e Decretos de D. João V do Senado Ocidental, fl 93, Portugal, Arquivo Municipal de Lisboa, Arquivo Histórico. Estes incentivos monetários só seriam estipulados em 1735, por uma consulta da Câmara ao rei, de 4 de Novembro. Livro IV de Consultas e Decretos de D. João V do Senado Ocidental, fls. 333-334. Portugal, Arquivo Municipal de Lisboa, Arquivo Histórico.

<sup>32</sup> ANDRADE, José Sérgio Veloso de - *Memória sobre chafarizes, bicas, fontes e poços públicos de Lisboa, Belém e muitos logares do termo*. Lisboa: Imprensa Silviana, 1851. p. 316.

Iniciando-se em Agosto do ano de 1732, durante os primeiros meses foi o italiano de confiança de D. João V, o arquitecto António Canevari, quem dirigiu os serviços, mas as suas técnicas para o encanamento, a parca viabilidade da construção e ainda a canalização em ferro de alguns troços, suscitaram críticas pertinazes por parte de Manuel da Maia que demonstrou ao rei o seu desacordo em relação ao material a utilizar nos canos<sup>33</sup>, justificando que deveriam ser em pedra, não só para maior pureza da água e facilidade de limpeza como também mais difícil de sofrer desgastes, e outras incompatibilidades técnicas. Mais tarde Canevari vai assumir as suas práticas como estando erradas<sup>34</sup>.

Começando por tentar remediar o mau início das obras com renovados programas, foram levadas a efeito várias reuniões da Junta Administrativa, com os arquitectos, o secretário de Estado, Diogo de Mendonça Corte Real e o porta voz do rei, o prior de S. Nicolau, padre João Antunes Monteiro, para estudar e discutir as plantas do traçado e da condução das águas a Lisboa, nas quais se encontrava um projecto elaborado por outro arquitecto, que vai ter um papel fundamental na construção do Aqueduto, Custódio Vieira.

Manuel da Maia vai ocupar o lugar de António Canevari, caído em desgraça perante o rei, e faz parceria com um engenheiro muito bem visto na Corte, o coronel José da Silva Pais.

Aprovada a planta, perfis, traçado e materiais defendidos por Manuel da Maia, foram incorporados na direcção da obra mais dois arquitectos, João Baptista de Barros e Custódio Vieira, que vieram continuar esta decisão. Entretanto Manuel da Maia prosseguia no seu estudo de determinar a direcção mais proveitosa para introduzir a tão esperada água no Bairro Alto e não ficando por aqui estudava, também, a possibilidade de estender o abastecimento a São Paulo e Pampulha, por um lado e por outro às Olarias, Campo de Santa Clara, Castelo e Sé, que não se mostrou viável nesta altura<sup>35</sup>.

Os trabalhos com fases de indecisão, execução, interrupção, discussão e reinício, chegaram a 1736 sem grande desenvolvimento.

O povo que cumpria com os pagamentos do imposto estava descontente, o próprio procurador Gorgel do Amaral, que tinha sido um acérrimo promotor da obra, encontrava-se desiludido com a demora e perante a insatisfação geral o rei, através do secretário de Estado Pedro da Mota e Silva, nomeia outra direcção pondo o sargento-mor Custódio Vieira a dirigir as

---

<sup>33</sup> “(...) os ramos particulares que do cálice (arca d'água) saír para os chafarizes por baixo do terreno e rnas da cidade poderão ser de estanho, onde for preciso haver repuxo para a agoa subir; mas onde não for preciso repuxo, devem também ser de pedra, com cravaturas proporcionadas, cobertos com bom lagedo e bem acompanhados e carregados de parede”. Ponto nº 6 das Considerações sobre o projecto da condução das águas..., que Manuel da Maia ofereceu a D. João V, em 1731. "Manuel da Maia e o Aqueduto das Águas Livres". *Revista Municipal*. Lisboa. Ano XXIII, nº 94, (3º trimestre de 1962), p. 58.

<sup>34</sup> LISBOA. Câmara Municipal - *D. João V e o abastecimento de água a Lisboa*. Lisboa: CM, 1990 p. 28-32.

<sup>35</sup> *Idem, ibidem*, p. 39.

obras, continuando na linha projectada por Manuel da Maia mas seguindo a planta do próprio Custódio Vieira, traçada no tempo em que integrava a equipa como arquitecto medidor.

A colaborar na nova direcção foi nomeado o capitão Rodrigo Franco, medidor da obra, já experiente como arquitecto das obras do Patriarcado e José Freire, medidor municipal.



Figura 1 Aqueduto das Águas Livres no Vale de Alcântara, Joshua Benoliel, 1912, Portugal, Arquivo Municipal de Lisboa, Arquivo Fotográfico

Para um prosseguimento regular, efectivo e célere das obras, foram tomadas ainda outras diligências, entre elas a passagem da Junta Administrativa para a dependência directa do rei, através da Secretaria dos Negócios do Reino<sup>36</sup> em 1737, com uma nova constituição: Cláudio Gorgel do Amaral como superintendente, Manuel António de Lemos e Castro, juiz do crime da Ribeira como procurador e deputado da obra e para o cargo de escrivão da receita e despesa, Caetano de Sousa de Andrade<sup>37</sup>.

Em 1740, já se andavam a medir as pedras que iriam ligar os arcos sobre a Ribeira de Alcântara, (fig. 1) tarefa complexa e difícil para ultrapassar o desvão da ribeira e em 1742 dava-se início á construção do Arco do Carvalhão.

À morte do director Custódio Vieira, em princípios de 1744, as obras estavam na zona do Calhariz de Benfica, preparadas para atravessar a quinta dos Marquesses de Fronteira e é fechado o grande arco sobre Alcântara, concluindo-se em paralelo, o Aqueduto de São Brás e o da Reboleira. (fig. 2)

Algumas demoras deviam-se ao facto de ser preciso avaliar e iniciar as negociações para a compra de novas propriedades, situadas frente ao Convento de São Pedro de Alcântara, cujo projecto inicial sediava ali a Mãe de Água<sup>38</sup>.

Para ocupar o lugar de superintendente das Obras das Águas Livres é nomeado o tenente-coronel Carlos Mardel e é sob a sua direcção que as obras atravessam Campolide e atingem o Convento das freiras de Nossa Senhora dos Remédios, ao Rato, e as imediações da Casa de São Roque, no sítio da Cotovia.

<sup>36</sup> Livro XIII de Consultas e Decretos de D. João V do Senado Ocidental, fl. 260. Portugal, Arquivo Municipal de Lisboa, Arquivo Histórico.

<sup>37</sup> Livro XI de Consultas e Decretos de D. João V do Senado Ocidental, fl. 156. Portugal, Arquivo Municipal de Lisboa, Arquivo Histórico.

<sup>38</sup> Livro XIII de Consultas e Decretos de D. João V do Senado Ocidental, fl. 105. Portugal, Arquivo Municipal de Lisboa, Arquivo Histórico.

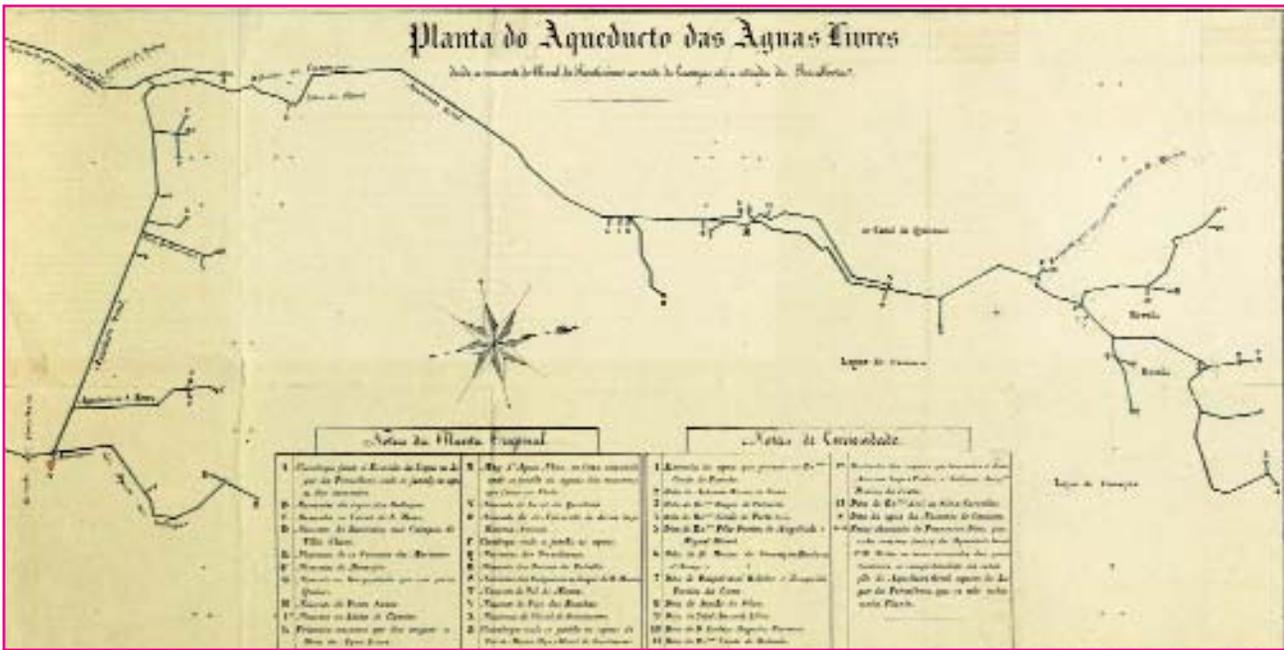


Figura 2 Planta do Aqueducto das Águas com a extensão dos aqueductos subsidiários; ANDRADE, José Sérgio Veloso - *Memória sobre chafarizes, bicas, fontes e poços públicos de Lisboa, Belém e muitos lugares do termo*. Lisboa: Imprensa Silvana,

Nos princípios de 1746 já havia grande azáfama na edificação do conjunto da Casa da Mãe da Água ou Arca da Água, ao Rato, onde Carlos Mardel resolveu erguer o principal reservatório de distribuição de água a Lisboa.

Para não alargar mais o prazo da conclusão da obra, teve-se a ideia de iniciar a construção da rede distributiva, no interior da cidade, utilizando canos de ferro mas a oposição

real optou pela canalização em pedra e o metal a aplicar apenas nos canos de repuxo dos chafarizes que, mais tarde, acabariam também substituídos por pedra brocada.



Figura 3 Arco das Amoreiras, Chaves Cruz, [entre 1899 e 1914]. Portugal Arquivo Municipal de Lisboa, Arquivo Fotográfico

O conjunto monumental das Amoreiras, inteiramente da autoria de Carlos Mardel, é a conclusão do Aqueducto coroado pelo Arco Triunfal, muito sóbrio e harmonioso, bem ao gosto clássico<sup>39</sup>. (fig. 3)

<sup>39</sup> O Arco das Amoreiras, precisamente o centésimo arco, faz parte da construção quadrangular, de linhas simples, que recebe a água através de uma cascata, saída do alto da arcada e caindo num tanque de grandes proporções. LISBOA. Câmara Municipal - *Lisboa e o Aqueducto*. Lisboa: CM, 1997. ISBN-972-97226-4-1. p. 31.

A inauguração urgente deste monumento, não só pelo Verão que se avizinhava como também pela crescente falta de saúde do rei<sup>40</sup>, deixou por acabar a ligação com o sector de abastecimento a Alcântara e outros detalhes, nomeadamente “a obra dos socalcos, cortinas de parede, calçadas, canos e roço da estrada do Largo do Rato para cima”<sup>41</sup>.

Prosseguindo, os trabalhos desdobravam-se em várias frentes ao fornecer o Aqueduto com aquedutos subsidiários, para orientação das águas que ficavam no seu extenso percurso, a fim de reforçar o caudal principal afastando a possibilidade da insuficiência da água nas várias galerias<sup>42</sup> de (fig. 4 e 5) distribuição urbana e chegar em quantidade aos chafarizes projectados para o efeito.



Figura 4 Mapa com o traçado do Aqueduto das Águas Livres, Galerias Adutoras e Chafarizes Emissários, LISBOA, Câmara Municipal de - D. João V e o Abastecimento de Água a Lisboa., Catálogo da Exposição, Lisboa: CM, 1990

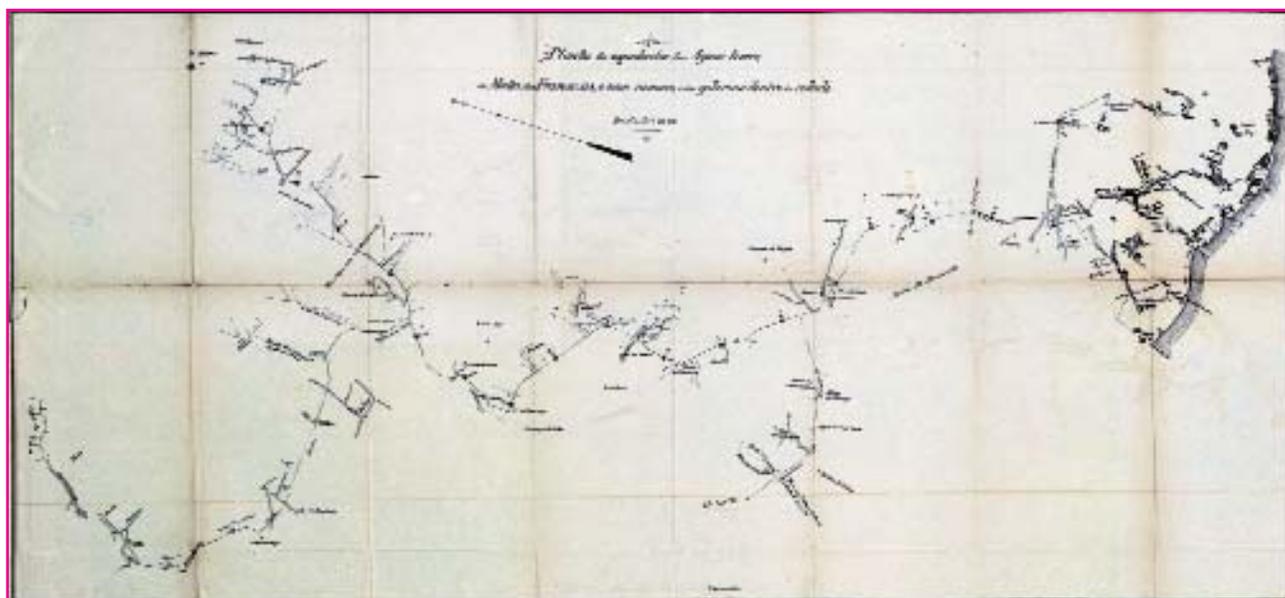


Figura 5 Planta do Aqueduto das Águas Livres, da Mata, das Francesas e seus ramais e galerias dentro da cidade. ANDRADE, José Sérgio Veloso - Memória sobre chafarizes, bicas, fontes e poços públicos de Lisboa, Belém e muitos lugares do termo. Lisboa: Imprensa Silvana, 1851

<sup>40</sup> Durante o ano de 1740 o rei sentiu-se doente, as suas queixas foram crescendo até que, em 1742 ao sentir aguçar as suas maleitas, decidiu passar uma temporada nas termas das Caldas da Rainha na tentativa de minorar o seu sofrimento, atitude que adoptou várias vezes até ao fim da vida. *Livro XVII de Consultas e Decretos de D. João V do Senado Ocidental*, fls. 65-66 e 77-78. Portugal, Arquivo Municipal de Lisboa, Arquivo Histórico.

<sup>41</sup> LISBOA. Câmara Municipal - *D. João V e o abastecimento de água a Lisboa*. p. 47.

<sup>42</sup> As principais galerias adutoras, donde partiriam os ramais que compunham e ordenavam a primeira fase do conjunto da rede urbana das águas, seriam quatro: Galeria do Campo Sant'Ana, para abastecer a parte oriental da cidade e a última a ser projectada, Galeria da Esperança, Galeria do Loreto, a primeira a ser começada pois iria transportar a água a São Pedro de Alcântara, cujo projecto para um grande depósito estava na última fase de elaboração e a Galeria das Necessidades, obra custeada pela Fazenda Real para abastecer o Palácio Real e o bairro circundante. Idem, *Ibidem*, p. 54-66.



As obras deram-se por findas em 1799, embora as do Aqueduto Real já tivessem terminado no ano de 1757.

Em 1835, por decreto de 27 de Novembro, foi extinto o serviço das Obras das Águas Livres, sendo o respectivo programa de inspecção e administração entregue à Câmara de Lisboa<sup>44</sup>.

## O EQUIPAMENTO URBANO PARA AS SAÍDAS PÚBLICAS DE ÁGUA

O conhecimento das fontes e bicas que permitiram a distribuição de água para consumo público, são um esplêndido testemunho da vida quotidiana, económica e social da Lisboa de outrora. Em termos iconográficos e de feitura manifestam uma propaganda e uma afirmação da autoridade, tanto régia como, e principalmente, municipal.

Segundo uma estimativa para o séc. XVIII, Lisboa chegou a atingir cerca de 80.000 habitantes<sup>45</sup>, fruto do vigor radicado pelos circuitos de mercado e pela fixação de estrangeiros, sendo um factor de maravilha e referência para visitantes e forasteiros ao assistirem, principalmente na zona portuária, à concentração de flamengos, castelhanos, galegos, andaluzes, genoveses, florentinos, alemães e toda uma multidão de vendedores, criados, pobres e escravos de diversa origem cuja *“mancha exótica, constituída por negros da Guiné, seminus, andrajosos, índios berberes, chineses, lado a lado com regateiras brigonas e os marítimos de linguagem afiada, labutando, em perfeita promiscuidade, na Ribeira das Naus, nas fundições enfarruscadas na fuligem das bigornas, dava ao local um aspecto de paisagem do outro mundo...”*<sup>46</sup>.

Imagina-se a intensa utilização dos poucos chafarizes existentes, tornando-os ainda mais incompatíveis com o persistente crescimento da população residente e conseqüente desenvolvimento urbano.

Fazendo um pequeno périplo por alguns dos chafarizes existentes antes da construção do Aqueduto Geral e enunciando as intervenções de vulto que eles levaram, temos como um dos mais antigos o Chafariz d'El-Rei que, segundo Freire de Oliveira, foi talvez o primeiro chafariz público que houve em Lisboa e o que melhor serviu a cidade durante a Idade Média. (fig. 7)



Figura 7 Chafariz d'El-Rei, Eduardo Portugal, 1930. Portugal, Arquivo Municipal de Lisboa, Arquivo Fotográfico

<sup>44</sup> MONTENEGRO, Augusto Pinto de Miranda - *Memória sobre as águas de Lisboa*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1895. p. 42-43.

<sup>45</sup> LARCHER, Jorge das Neves, *Op. cit.*, p. 60, notas.

<sup>46</sup> MOITA, Irisalva - *Lisboa quincentista: a imagem e a vida da cidade*. Lisboa: Câmara Municipal, 1983. p. 9.

De início denominado Chafariz de São João da Praça, logo tomou o nome de Chafariz Real aquando das alterações mandadas efectuar por D. Dinis em 1308, como atesta um documento citando privilégios concedidos aos monges, ficando estes isentos do pagamento de qualquer contribuição sobre as águas da “*fonte que o dito senhor mandara construir em a cidade de Lisboa*”<sup>47</sup>.

No tempo de D. João II levou um novo encanamento subterrâneo, a expensas da Câmara, de modo a aumentar o caudal para melhor servir as naus que acostavam, cada vez com mais frequência, à Ribeira Velha.

Em 1517 a corrente de água que alimentava este chafariz estava a descoberto e Lopo de Albuquerque, que tinha umas casas por cima, ofereceu-se para fazer a canalização em madeira e coberta de telha para um melhor resguardo, em consequência dos “*muitos limos que criava e das muitas sujidades que lhe caiam*”.

Anos mais tarde, após a morte do dito Lopo de Albuquerque, esta questão originou uma demanda de interesses entre a Câmara e os herdeiros que só veio a ser resolvida em Janeiro de 1542<sup>48</sup>.

No ano de 1551 o Senado editou uma necessária e urgente postura sobre a distribuição das bicas deste chafariz, devido às constantes e violentas confusões que aqui se registavam, porque “*não havia outra agoa de beber pera as gentes da cidade*”, e foi conforme: na primeira bica, de quem vem do lado da Ribeira, enchem os “*pretos forros e captivos e assim mulatos, índios e todos os mais captivos que forem homens*”; na segunda “*poderam encher os mouros das galés apenas a agua para as aguadas e depois dos barris cheios é a vez dos negros e mulatos conforme a declaração que trouxeram e encherem as sua vasilhas*”; na terceira e quarta “*que são as do meio enchem os homens e moços brancos*”; na quinta seguinte “*logo encheram as molheres pretas, mulatas, índias, forras e captivas*”; na outra da banda de Alfama, a sexta, é para “*as molheres e moças brancas*”.

Quem o contrário fizesse “*se for branca e forra assi homem como molher, pagara 2\$000 reis de pena e tres dias na cadeia; da mesma pena sofreram os brancos, mulatos, índios e pretos forros que encherem vasilhas por dinheiro ou achandosse que enchem em qualquer outra bica das que se lhes nomea, posto que corra a dita agoa no chão e não poderam encher nas declaradas; e os negros, captivos e mais escravos e escravas, serem publicamente asoutados com barão e pregão de redor do dito chafariz, sem remissão, as quaes penas se executaram depois desta postura apregoada tres dias para vir noticia de todos*”<sup>49</sup>.

---

<sup>47</sup> CAETANO, Joaquim Oliveira; SILVA, Jorge Cruz, *Op. cit.*, p. 36.

<sup>48</sup> ANDRADE, José Sérgio Veloso de, *Op. cit.*, p. 106.

<sup>49</sup> OLIVEIRA, Eduardo Freire de, *Op. cit.*, XII vol. p. 59 e 61, notas.



Figura 8a Largo do Chafariz de Dentro, Eduardo Portugal, 1939. Portugal, Arquivo Municipal de Lisboa, Arquivo Fotográfico



Figura 8b Largo do Chafariz de Dentro, Paulo Guedes, 1930. Portugal, Arquivo Municipal de Lisboa, Arquivo Fotográfico

Em 1614 a Câmara tentou novamente melhorar esta fonte ao enriquecer-lhe o caudal com a condução das águas vindas de um poço, próximo da Sé, situado numa casa pertencente a Beatriz de Ayalla<sup>50</sup>.

Insistindo sempre na importância deste chafariz, em 1699 foi alvo de grandes limpezas e substituição de canos, ordenadas pelo Pelouro da Limpeza e, durante quase todo o séc. XVIII, continuaram as actividades municipais de manutenção até 1774, ano em que sofreu as mais profundas obras de remodelação, duráveis até 1812 em que foi de todo apeado e reconstruído de acordo com os gostos neoclássicos da época, como se pode admirar ainda hoje às portas de Alfama.

O Chafariz de Dentro, (fig. 8) cuja denominação popular provém do facto de ficar situado dentro da antiga cerca mandada levantar por D. Fernando, em 1373, foi chamado de Chafariz da Rua Nova ou Chafariz de Santa Maria da Oliveira<sup>51</sup> aquando da sua construção, mais tarde tomou o nome de Chafariz dos Cavalos, pelo facto de ter sido beneficiado com umas bicas de bronze na forma de cabeças de cavalo e que Fernão Lopes, na sua crónica sobre D. Fernando, diz terem sido retiradas para que os castelhanos, que se preparavam para invadir a cidade, não as levassem<sup>52</sup>.

Foi uma fonte que, devido ao facto de abastecer grande parte dos habitantes da cidade ao mesmo tempo que dava de beber aos animais em tanque próprio, sofreu obras de vulto no ano de 1494 com D. João II, em que foi feita uma ligação na arca de água para abastecer tam-

<sup>50</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>51</sup> Numa Postura antiga ordenada pelo corregedor, procurador, vereadores e homens bons da cidade, em 1430, proíbe-se a lavagem de “*rroupa nem escudellas nem outra cousa nenhua no chafariz de santa Maria doliveira na Rua Noua. Livro das Posturas Antigas*”, fl 2. Portugal, Arquivo Municipal de Lisboa, Arquivo Histórico.

<sup>52</sup> Referido por CAETANO, Joaquim Oliveira; SILVA, Jorge Cruz, *Op. cit.*, p. 44.

bém o Chafariz dos Paus ou da Praia<sup>53</sup>, para um melhor abastecimento das naus, pois ficava mais perto da atracagem e retiraria um substancial movimento ao de Dentro.

Em 1622 como ainda não era suficiente naquela zona de Alfama, construiu-se um outro, já fora das muralhas, a que foi dado o nome de Chafariz da Aguada, popularmente designado por Chafariz de Fora.

O da Praia foi aumentado em 1625, à custa do real d'água pago pelo povo e, em 1836, foi melhorado e embelezado suportando grandes e essenciais limpezas na canalização e no tanque, “*aonde havia bastantes enguias*”<sup>54</sup>.

A meio do ano de 1652, D. João IV mandou ao tesoureiro da cidade, João Baptista de Cordes, uma ordem de pagamento pelas obras em curso na condução das águas à fonte do Terreiro do Paço, cujo dinheiro a entregar seria retirado do cofre de Santo António<sup>55</sup>.

Além da utilidade a principal ideia do monarca foi “*pera fremozura da praça do terreiro do paço*” mas, naquele sítio, era uma tentação para os aguadeiros<sup>56</sup> que com a sua movimentação tiravam toda a formosura e encanto ao local.

Como fonte central da sala de visitas da cidade convinha que fosse magnífica e para isso foi convidado o mestre Bartolomeu de Sousa a elaborar o seu projecto.

A construção demorou alguns anos, ao certo não se sabe quantos, porque em Março de 1654 e em Janeiro de 1655 ainda havia mestres de obras a receberem abonos dos trabalhos nesta fonte<sup>57</sup>.

---

<sup>53</sup> Para este Chafariz da Praia, em 1850, foi feita uma proposta pelo vereador municipal Bento José Teixeira Pena, discutida e aprovada em sessão de Câmara de 21 de Março, em que declarava a urgência de se mandar fazer obras neste chafariz, que recebia águas do chafariz n.º 19 (Chafariz de Dentro), aumentar-lhe uma bica e colocá-la numa altura própria para que nela pudessem ser enchidos os barris que eram transportados em carros ou carroças. Os sobejos deste chafariz, assim como as águas das chuvas que caíam na bacia, iriam dar à praia, através de um cano rebaixado dois palmos em relação ao nível da rua, também construído nessa altura. Para um bom ordenamento foi estipulado que nesta nova bica enchem, em primeiro lugar, os barris transportados por carros e só depois os das carroças e, não havendo este trânsito, podiam então encher os criados de servir e os aguadeiros. *Livro de Actas das Sessões da Câmara: ano de 1850*. Portugal, Arquivo Municipal de Lisboa, Arquivo do Arco Cego.

<sup>54</sup> ANDRADE, José Sérgio Veloso de, *Op. cit.*, nota 15.

<sup>55</sup> O dinheiro recolhido neste cofre pertencia ao real do clero e estava sendo gasto, por ordem régia, com a limpeza dos canos dos chafarizes do Rossio, do Andaluz, dos Anjos, de Arroios e d'El-Rei, porque a débil situação financeira, criada pela Restauração, não permitia à municipalidade fazer face a obras urgentes e tão avultadas, em vários chafarizes ao mesmo tempo, sem recorrer a verbas extraordinárias que estavam guardadas. LARCHER, Jorge das Neves, *Op. cit.*, p. 37.

<sup>56</sup> Joaquim Oliveira Caetano e Jorge Cruz Silva referem que em 1551 “*65 ribeirinhos que se dedicavam à venda de água, existiam também 20 homens que se chamavam assacais, que andavam com bestas, carregadas de vasilhas de água a vender pela cidade e mais 50 mulheres que, com potes e quartas, apregoavam água fria, que vendiam aos púcaros e vendendo água ao pote andavam 100 negras*”. Os mesmos autores mencionam ainda que “*ó os mais pobres se abasteciam directamente nos chafarizes, as grandes casas tinham criados próprios para tratarem do abastecimento da água e os outros compravam-na à quarta ou ao barril aos conhecidos aguadeiros, também chamados açacais, com trajes característicos e barris ornamentados com cores garridas*.” CAETANO, Joaquim Oliveira; SILVA, Jorge Cruz, *Op. cit.*, p. 12.

<sup>57</sup> OLIVEIRA, Eduardo Freire de, *Op. cit.*, V vol. p. 344.

Das várias representações existentes e conhecidas deste chafariz, desaparecido com o terramoto de 1755, destaca-se a do painel de azulejos do séc. XVIII, existente no Museu da Cidade, onde aparece este Chafariz de Apolo, de bacia cruciforme algo irregular, tendo ao centro e num plano superior a arca de água, bojuda e sextavada, com carrancas nos lados da parte inferior e uma decoração lobada na parte superior, termina com um pedestal onde assenta a estátua que lhe deu o nome segundo os antigos, Apolo. Dividia as suas águas com o Chafariz da Preguiça, situado perto da Sé.

Em 1672 aparece uma referência ao grande estrago causado pelo rompimento dos canos de alimentação de águas e a Câmara foi obrigada aos respectivos concertos, demorando ainda algum tempo na sua realização<sup>58</sup>.

Não tendo intenção de descrever todos os chafarizes menciono, para um conhecimento mais completo, Veloso de Andrade, que na sua obra expõe de forma interessante uma relação feita em 1851 sobre os chafarizes existentes em Lisboa, dividida em colunas, com indicação do nome e número municipal de cada um, números de bicas que correm neles, local onde estão edificadas, número de tubos de alimentação, número de companhias de aguadeiros que se abastecem e quantos utilizam cada chafariz, para onde vão os sobejos das águas, quais os lavadouros associados, quando houve obras e mais um sem número de informações e anotações interessantes e curiosas<sup>59</sup>.

Desta relação tão elucidativa ficamos a saber que, além dos acima descritos, também os chafarizes de Belém, Bica do Sapato, Boa-Hora de Belém, Ajuda, Carreirinha do Socorro, Fontainhas, Desterro, Anjos, Corpo Santo, Fonte Santa, Arroios, Memória da Ajuda, Tapada Real, Andaluz, Rua dos Jerónimos, Travessa dos Ferreiros, Bica dos Olhos, Samaritana, Ribeira das Naus, Rio Seco, Alfandega, Campolide, Rua do Mirante, Pimenteira, Horta Navia, Almoinhas, Poço do Borratém, Fonte Coberta, Praça da Figueira, Rua da Prata, Beato António, Estrada do Grilo, Poço do Bispo, Poço dos Mouros, Palma de Cima e de Baixo, Campo Pequeno, Campo Grande, Rua das Cangalhas, Caselas, Mina do Palácio da Ajuda, Junqueira, Laranjeiras, Terramotos e das Francesas, assim como os do termo de Lisboa na zona do Lumiar, Loures, Odivelas e Camarate, eram alimentados pelos ramais do Aqueduto, aquando da sua divisão às portas da cidade.

Os chafarizes que recebiam a água directa do Aqueduto das Águas Livres, nesta data, estão apontados com a seguinte ordem: Loreto, São Pedro de Alcântara, Carmo, Campo de Sant'Ana, Rua Formosa, Rato, Cais do Tojo, Esperança, Alcântara, Janelas Verdes, Amoreiras, Rua do Arco, Buenos Aires, Estrela, Cruz do Taboado, São Sebastião da Pedreira, Cruz das Almas, Cotovia,

---

<sup>58</sup> CASTELO-BRANCO, Fernando - *Lisboa seiscentista*. 3ª ed. Lisboa: Câmara Municipal, 1969. ISBN-972-24-0793-7. p. 163.

<sup>59</sup> ANDRADE, José Sérgio Veloso de, *Op. cit.* p. 1-58.

São Paulo, Largo do Intendente, Campo de Ourique e Rua do Arco das Águas Livres, além dos situados na zona de Benfca, Porcalhota, Queluz, Carenque e Falagueira.

A multiplicidade de chafarizes e a ordem cronológica das construções, intervenções, remodelações, demolições e até a substituição de elementos, elucidam-nos não só sobre as melhorias nos caudais de abastecimento como também sobre as tendências da expansão social, permitindo-nos traçar uma direcção hidrotécnica, dentro do contexto hierárquico de estatuto dos locais urbanos, modelada na vontade governativa de modernizar a grande cidade. Observamos assim, pela quantidade simplificada de chafarizes existentes em 1851, como evoluiu Lisboa em matéria de distribuição e componentes de saída de águas, principalmente após a construção do Aqueduto.

O problema da expansão da cidade para ocidente havia criado necessidades que consolidavam a noção de novos estudos e novos projectos, essenciais para fazer face a essa complexidade social e, entre eles, remediar a escassez de água. No entanto, à medida que crescia o número de habitantes e que melhoravam os hábitos de higiene, a abundância de água ia-se esbatendo e os velhos problemas da adesão continuada às fontes reaparecia, com renovada energia.

A tarefa municipal, em procurar novas nascentes e continuar a aumentar os caudais de abastecimento e a construir novas fontes, era árdua e cíclica, estavam em causa os mesmos custos elevados e os problemáticos enquadramentos da direcção dos trabalhos, em conjunto com todas as outras obras públicas básicas e imprescindíveis a uma municipalidade de intensa actividade como, ao longo dos séculos, foi Lisboa.

Portanto, a emergente estruturação do espaço urbano, com a instalação de novas áreas e novas hipóteses para a sensibilidade do tema do abastecimento de água, adossado a um estilo arquitectónico próprio para o seu aproveitamento social, levou D. João V a interagir com a edilidade lisboeta para vincularem a orientação de uma outra forma de cidade. Assim a realização da obra monumental do Aqueduto veio permitir e facilitar a alimentação de novos chafarizes, de construção barroca tão ao gosto de magnânimo monarca.

Com o sentido de apressar o desejo do povo mas sem consentir infracções o rei decide, entre 1747 e 1749, depois de ter ouvido em reunião os técnicos Manuel da Maia, João Frederico Ludovice, José da Silva Paes e Carlos Mardel, que *“logo se deve mandar trabalhar nas Fontes destinadas por onde haode correr as agoas nos Bairros; attendendo que o Povo quer Fontes e sejam de mais ou menos fabrica não importa, sendo preciso que delineadas logo os canteiros comessem a trabalhar nas pedras que haode ser formadas. Que para se conseguir a brevidade e conclusão desta obra precisa (...) se assente em quantas partes se deve trabalhar nos Lugares da cidade para que a hum tempo se veja o zelo com que se comunicam estas Agoas para que o Povo tem concorrido com tão boa vontade (...)”*<sup>60</sup>.

Já em 1746 dava-se início às obras da Galeria do Loreto cujas águas iriam sair em São Pedro de Alcântara, onde o alisamento do terreno para a edificação do projectado chafariz seria feito só três anos mais tarde, seguindo depois uma conduta para as Portas de Santa Catarina.

Em 1748 os trabalhos tinham intervenção na Obra da Mina para o cano de repuxo junto à *Portaria do Carro do Colégio dos Jesuítas, á Cotovia*, ao mesmo tempo que se aceleravam os trabalhos na *Casa de Registo das Fontes*, paredes meias com a Mãe de Água.

Meses antes de começar o ano de 1750 trabalhava-se nas clarabóias, junto da Fábrica das Sedas, onde circularia a água em direcção ao sítio da Esperança.

Em 1752 saía, da Galeria das Necessidades, um troço de alimentação para o primeiro chafariz ali construído, de risco primário e simples, antecessor do lago com obelisco que mais tarde irá ornamentar a praça frente à Igreja de Nossa Senhora das Necessidades. Também neste ano inicia-se a construção da fonte de São Pedro de Alcântara.

Em 1753 começa-se o Chafariz do Rato e o troço que irá desembocar nas Portas de Santa Catarina, para uma futura saída de água projectada por Carlos Mardel que, neste sítio, não foi avante e acabou por se transformar no magnífico Chafariz do Loreto, supostamente elaborado por Miguel Ângelo Blasco e Reinaldo Manuel dos Santos. (fig. 9)

Em 1754 finalizava-se todo o complexo hidráulico de São Pedro de Alcântara<sup>61</sup>.

E a terra tremeu em 1 de Novembro de 1755!



Figura 9 Chafariz do Loreto com a Estátua de Neptuno, SILVA, Augusto Vieira da - *Chafarizes monumentais e interessantes de Lisboa desaparecidos*. Lisboa: edição da Comissão de Fiscalização das Águas de Lisboa, 1942

Durante uns tempos toda a atenção estava voltada para a salvação da cidade mas, ao que se sabe, os prejuízos nas obras do Aqueduto não foram de grande monta pois, em 1758, já se trabalhava, com afinco, na canalização que iria abastecer o Chafariz das Portas de Santa Catarina e programava-se o ramal seguinte que, passando pela Rua das Flores, iria no futuro abastecer o Chafariz de São Paulo<sup>62</sup>.

<sup>61</sup> Idem, *ibidem*, p. 54-56.

<sup>62</sup> Idem, *ibidem*, p. 57.

Não tendo o propósito de descrever todas as grandiosas fontes depois do Aqueduto, refiro as principais desta empreitada como os chafarizes do Rato, da Esperança, da Rua Formosa (actual Rua do Século), das Janelas Verdes, de Alcântara, de São Sebastião da Pedreira e do Campo de Sant'Ana (actual Campo dos Mártires da Pátria), das Carroças (junto à Casa do Registo nas Amoreiras), do Arco de São Bento e já bem entrado o séc. XIX, projectam-se e constroem-se os chafarizes do Carmo, de Santo António da Convalescença, do Intendente, do Arco de Carvalhão, das Laranjeiras, de São Paulo, do Chão Salgado (em Belém), da Junqueira, da Boa-Hora, de Entrecampos e de Campo de Ourique e ainda alguns do termo de Lisboa.

Por inerência histórica não posso deixar de relatar a jornada do plano para o Chafariz do Campo de Sant'Ana, que teve mais de cinco projectos<sup>63</sup>, discutidos, aprovados e com praça arranjada à medida, que não foram executados.

O primeiro projecto terá sido executado por risco de Reinaldo Manuel dos Santos, cuja proposta artística baseava-se num chafariz ligeiramente arredondado, de espaldar dividido em cinco corpos e outras tantas bicas, o corpo do meio mais nobre, em estilo *rocaille*, era coroado por frontão triangular, emoldurando as armas reais. Esta construção, aprovada só em 1789, não foi efectivada e, um pouco mais tarde, aparece uma outra proposta, praticamente semelhante á anterior, supostamente da autoria do arquitecto ajudante, Francisco António Ferreira Cangalhas, substituto de Reinaldo dos Santos aquando da sua morte em 1791.

Muito ao gosto de Henrique Guilherme de Oliveira, outro arquitecto ajudante de Reinaldo dos Santos que ficou ao serviço de Francisco Cangalhas, foi o projecto para o mesmo chafariz mas de apenas três corpos, cujo central estaria dividido dos laterais por um artístico e complicado jogo de pilastras e meias colunas aneladas e um grupo de golfinhos, de caudas entrelaçadas ao meio, o corpo prolongava-se num arco de pleno centro, onde duas arquivoltas aneladas continuavam as pilastras enquadrando as armas do reino, nos corpos laterais duas molduras grandes, uma em cada, sobrepujadas de óculos rendilhados e a coroá-las corria uma balaustrada, dividida por urnas que terminavam numa espécie de alcachofras, o remate do corpo central terminava numa magnífica estátua do deus das águas: Neptuno.

Outro projecto, aprovado em 1794, para melhor figurar na praça que estava a sofrer intervenções de vulto nesta altura a fim de o situar no enfiamento da Rua do Paço da Rainha, tinha um plano composto de três corpos sobrepostos: o primeiro, de aparelhamento rústico e liso alternado, tinha ao centro um conjunto escultórico, feito à medida, de tritões ladeados por golfinhos de caudas entrelaçadas, o segundo corpo, de cimalha com duas figuras alegóricas, representando o Tejo e o Douro, ladeavam um pedestal com o brasão da cidade inscrito e

---

<sup>63</sup> Estes projectos encontram-se no Museu da Cidade.

duas sereias nas ilhargas, acima destes dois, o terceiro piso era composto por um elegante obelisco com as armas reais, ladeado por duas urnas<sup>64</sup>.

Em 1797 surge uma variante deste desenho como se tratasse de um estudo prévio para, enfim, o ambicionado projecto final<sup>65</sup>.

Desconhecesse porque não foi executado nenhum destes admiráveis projectos mas é possível que tivesse a ver com o clima político instável da época e as resultantes dificuldades económicas do município, no entanto ficaram executadas algumas obras de escultura como as estátuas simbólicas do Tejo e do Douro, da autoria de Alexandre Gomes, que mais tarde foram colocadas no recinto do Passeio Público e depois aproveitadas para enfeitar os dois laguinhos da grande Avenida da Liberdade, onde hoje ainda se encontram<sup>66</sup>. Os dois golfinhos encontram-se no Chafariz do Largo do Mastro e as sereias e os tritões, que também decoraram o Passeio Público, estão guardados no Museu da Cidade, continuando á espera de uma outra fonte<sup>67</sup>.

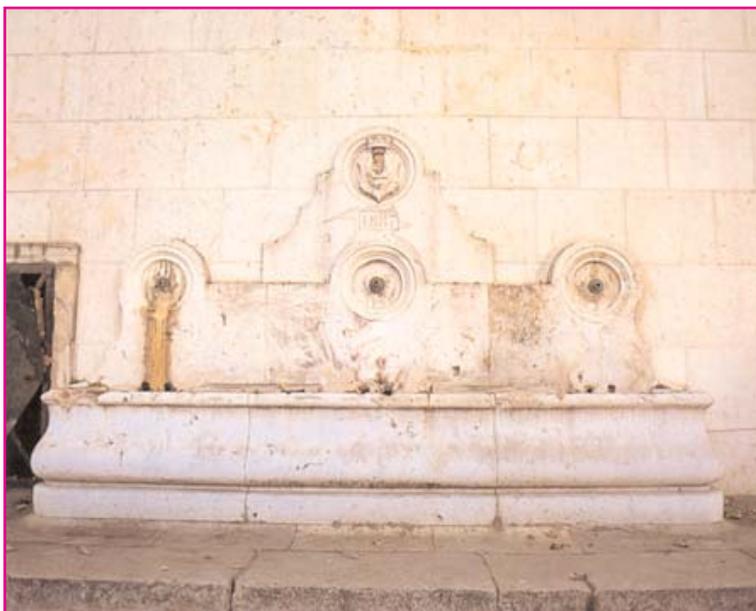


Figura 10 Chafariz de Sant'Ana construído em 1887, CAETANO, Joaquim de Oliveira; SILVA, Jorge Cruz - *Chafarizes de Lisboa*. Lisboa: DistriEditora, 1991

O chafariz que acabou por ser construído naquele local em 1887, ao ser confrontado com a exuberância dos traçados anteriores assume uma penúria de linhas, patente da mentalidade dos finais do séc. XIX. (fig. 10)

Merecedor de ser também evocado é o Chafariz do Loreto que, para garantir a sua monumentalidade, foi construído sobre uma plataforma rectangular, cujo acesso se fazia por duas escadas no topo oriental e outras duas no topo ocidental, cada uma com seis ou sete degraus, no meio estavam os bebedouros para os animais, que recebiam as águas dos sobejos da grande taça quadrada e côncava em oito lados, centrada no elevado rectângulo e da qual se erguia um alto pedestal, formado por dois corpos, o inferior com quatro carrancas, donde

<sup>64</sup> Curiosamente o trabalho escultórico era feito no local em oficinas próprias levantadas para o efeito. Por Aviso de 26 de Outubro de 1796, o mestre-de-obras manda construir uma casa para os escultores trabalharem e, mais tarde, em Maio de 1798, um outro Aviso ordena a construção de um telheiro para se guardarem as estátuas já finalizadas. LISBOA. Câmara Municipal - *D. João V e o Abastecimento de Água a Lisboa*, p 357.

<sup>65</sup> CAETANO, Joaquim de Oliveira; SILVA, Jorge Cruz, *Op. cit.*, p. 135-141.

<sup>66</sup> ANDRADE, José Sérgio Veloso de, *Op. cit.*, p. 83 e nota 1.

<sup>67</sup> CAETANO, Joaquim de Oliveira; SILVA, Jorge Cruz, *Op. cit.*, p. 137.

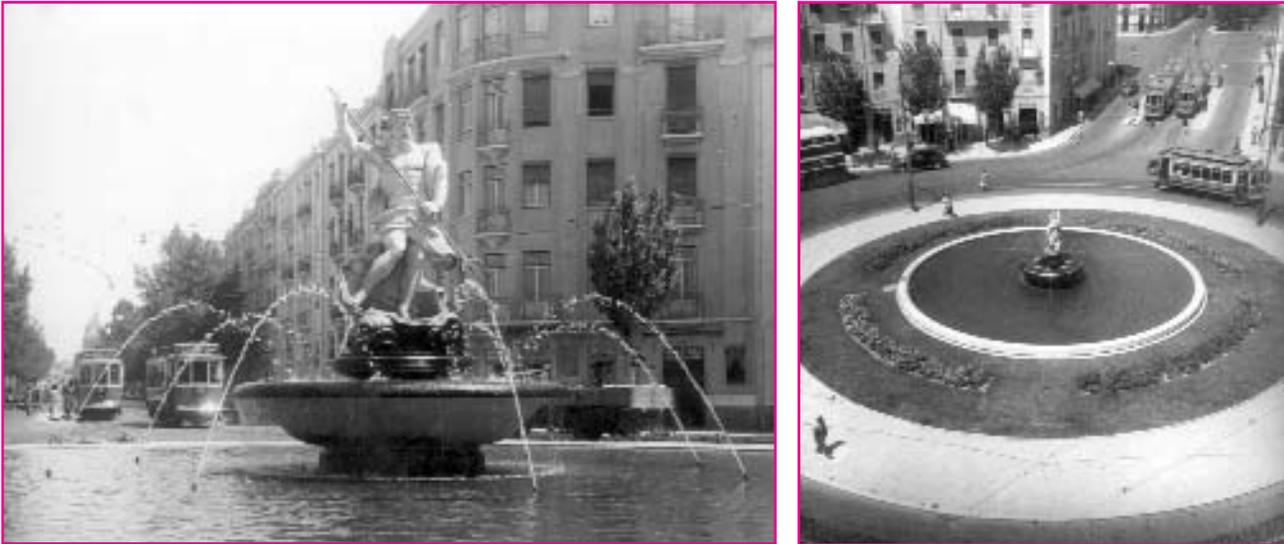


Figura 11 e 12 Fonte da Praça do Chile com a estátua de Neptuno, Judah Benoliel, 1942, Portugal, Arquivo Municipal de Lisboa, Arquivo Fotográfico

brotava a água, vinda directamente do Aqueduto através da Galeria do Loreto, e o superior, com as armas reais e municipais inscritas nos quatro lados, a coroar erguia-se a estátua de Neptuno, caracterizado pelo tridente e assente em dois golfinhos <sup>68</sup> (fig. 9).

Este grupo escultórico, executado em mármore de Carrara, foi desenhado pelo escultor Joaquim Machado de Castro, em 1771 (fig. 11 e 12)

Segundo Joaquim de Oliveira Caetano e Jorge Silva Cruz, este chafariz, com um primeiro projecto para as Portas de Santa Catarina, fez parte do conjunto de fontes projectadas por Carlos Mardel para vários locais e seria muito parecido com o planeado para o sítio da Esperança.

Com algumas alterações mas na mesma linha, o que foi construído, poderá ter sido do risco de Miguel Ângelo Blasco em parceria com o seu ajudante, Reinaldo Manuel dos Santos<sup>69</sup>.

Uma outra fonte que não posso deixar de assinalar, para conhecimento de algumas prerrogativas senhoriais da época, tem a particularidade de estar directamente ligada ao Marquês de Pombal, o Chafariz da Rua do Século que demonstra o carácter mais simples das configurações racionalistas.

Integrando o novo programa urbanístico da reconstrução da cidade, Carlos Mardel em 1760 desenhou um chafariz para ser erigido especificamente numa espécie de *meia laranja*, relacionada com o largo onde se situavam umas casas do Marquês. De concepção clássica, o pórtico dórico vertical, muito elegante, tem instalado três bicas simples de bronze, que correm para uma bacia, pouco profunda mas com definição volumétrica, o que o torna demasiado

<sup>68</sup> A estátua de Neptuno foi ornamentar o jardim da Estação Elevatória dos Barbadinhos quando o chafariz foi demolido, em 1853 ou 1854. Mais tarde, na década de 40 do séc. XX, esta estátua decora a fonte que ornamenta a Praça do Chile e, actualmente, coroa a fonte do Largo de D. Estefânia. FLORES, Alexandre M. CANHÃO, Carlos - *Chafarizes de Lisboa*. Lisboa: Inapa, 1999. ISBN-972-8387-57-1. p. 14.

<sup>69</sup> CAETANO, Joaquim de Oliveira; SILVA, Jorge Cruz, *Op. cit.*, p. 108.

expressivo no seu arredondado saliente. O frontão é aberto e rematado pela comum decoração de pilastras rústicas, urnas, aletas e outros pormenores habituais deste artista<sup>70</sup>.

Os sobejos deste chafariz foram concedidos à casa do Marquês por uma mercê de D. José, a 9 de Setembro de 1760<sup>71</sup>.

Uma construção diferente de referência é o Chafariz da Buraca, uma estrutura de apoio localizada no termo da Cidade, onde os animais foram privilegiados em relação às pessoas, na expressiva sensibilidade campestre do local, a que Pombal deu assentimento.



Figura 13 Chafariz da Buraca; CAETANO, Joaquim de Oliveira; SILVA, Jorge Cruz - *Chafarizes de Lisboa*. Lisboa: DistriEditora, 1991

A interessante fonte, que passa despercebida devido à sua localização actual, tem um espaldar de remate curvo, com as armas reais no topo, é de reduzidas dimensões em relação ao tanque rectangular e possui apenas uma bica (fig. 13).

A sua execução foi autorizada em Dezembro de 1771, com projecto de Reinaldo dos Santos, à época ainda segundo arquitecto das Águas Livres.

Em Outubro do ano seguinte já as águas ali corriam para grande satisfação das gentes e animais deste lugar.

As águas que este chafariz recebia vinham do primeiro lance feito no Aqueduto das Francesas, que constava de 38 ou 39 clarabóias e, ao longo do seu percurso, ia sendo abastecido por várias minas abundantes<sup>72</sup>.

Portanto, é-nos apresentada assim a valorização de determinados elementos em detrimento da concepção elitista, passando, a nova sociedade urbana, a adquirir uma forma lógica de atenção rural. Neste conceito, as canalizações de água, tanto para pessoas como para animais, tal como para as hortas e até para lavagem das ruas, exprimem a nova e racional mira camarária, com intervenção atenta do poder régio.

<sup>70</sup> CHAVES, Luís - *Chafarizes de Lisboa*. Lisboa: Câmara Municipal, 1962. p. 24.

<sup>71</sup> Os sobejos, como era uso fazer-se, estavam vinculados ao senhorio das casas que eram cedidas para as obras dos arranjos espaciais onde seriam colocados os chafarizes e as fontes. ANDRADE, José Sérgio Veloso de, *Op. cit.*, p. 3.

<sup>72</sup> A distância é sensivelmente igual à que percorre a água do Chafariz de São Pedro de Alcântara ao Chafariz do Rato. Idem, *ibidem*, p. 195-198.

## OUTRAS IDEIAS, OUTRAS CANALIZAÇÕES

Pensando nas vantagens das canalizações para o saneamento, foi-se aperfeiçoando o sistema ao longo de vários reinados, com a existência de canos para dar “*correnteza ás aguas das chuvas*” e, em 1685, com “*governo de concerto e limpeza deles*” foi feita uma relação<sup>73</sup>, pelo vereador do Pelouro das Obras, desembargador Francisco da Fonseca Sinsel, cuja organização visava o conhecimento real do estado em que se encontravam “*todos os kannos pertencentes a obrigação do Senado e a dos particulares*” da cidade<sup>74</sup>.

O Marquês de Pombal após o terramoto e passando por cima da frágil emancipação camarária, pegou nesta relação e a seu modo generalizou, modificou e regularizou num método mais moderno, como convinha à nova cidade, fixando a altura e a largura que deveriam ter os canos comuns de despejos, ficando a sua elaboração e fiscalização a cargo do governo<sup>75</sup>.

Esta foi a situação mantida até que, por virtude de um decreto de 19 de Abril de 1834, a Câmara, ao tomar posse da administração da Limpeza, Iluminação e Calçadas, iniciou obras de vulto nas canalizações do saneamento público, tomando providências para dotar a cidade com uma rede de esgotos e as primeiras normas que promulgou saíram em forma de edital, com datas de 13 de Abril e 31 de Julho do ano de 1835. Ordenavam aos proprietários dos prédios a obrigação de construírem canos parciais que comunicariam com os canos gerais da via pública e caso não fossem construídos ao mesmo ritmo que o cano geral mais próximo, a obra seria dada por arrematação a quem a fizesse pelo preço mais baixo e os rendimentos dos ditos prédios serviriam para pagar o serviço da empreitada e mais despesas que se lhe seguissem<sup>76</sup>.

A cultura urbanística da cidade iluminista prendia-se também com a ideia de funcionalidade e circulação e isto porque, ainda antes do terramoto de 1755, a aristocracia já gostava de deambular nas ruas concentrando-se na zona ribeirinha e exibir a sua riqueza numa atitude de *passoio público*.

No período de D. João V foram abalizadas algumas medidas de prevenção, principalmente no que dizia respeito à salubridade, como a cobertura do cano público no Terreiro do Paço, em 1742 e 1743 por exemplo, em que o rei se imiscuiu e a Câmara, como senhora do chão públi-

---

<sup>73</sup> Em 1548, já havia sido feita uma relação sobre “*os kannos que ha nesta cydade de lix<sup>oa</sup>*”, com a indicação das ruas onde eles passavam e das casas de onde saíam, incluindo uma outra relação dos “*kannos da obrigação da cidade*”. OLIVEIRA, Eduardo Freire de, *Op. cit.*, I vol. p. 548.

<sup>74</sup> Idem, *ibidem*, p. 552.

<sup>75</sup> Idem, *ibidem*, p. 560.

<sup>76</sup> Idem, *ibidem*, p. 560, notas.

co, quis impor a sua gestão urbana registando em carta o seu reparo: “(...)como no chão da Ribeira desta cidade e mais lugares públicos semelhantes dela que são do Senado, que é destinada a acudir ao bem público da mesma cidade e ás obras públicas necessárias(...)”<sup>77</sup>.

No seguimento destes motivos funcionalistas vinha a noção de formosura e embelezamento dos mesmos espaços públicos, a que o rei dava grande importância, tornados em praças de ambiente agradável “(...)todas as cidades e villas deste reino põem o maior empenho na grandeza das praças, fazendo-as tão desimpedidas como públicas(...)”<sup>78</sup> e o Senado continua o discurso, meses antes do 1 de Novembro, afirmando que “parece ao Senado que o procedimento do marques presidente do Senado, em nome deste, em passar a dita ordem e na sua execução mandar demolir a casa e com efeito se demolir, foi justíssimo por ser certo e inegável que no público, qual praça do Terreiro do Paço nenbuma pessoa possa edificar sem licença expressa de S. Majestade. em que está a propriedade dos bens dele ou do Senado, a quem primitivamente compete administração de tudo que a ele respeita ao peijamento das praças e ruas públicas (...)”<sup>79</sup>, o que revela alguma competição com o poder real, embora o reconhecesse, no papel de agente regularizador e normalizador do processo urbano, como também se depreende do seguinte reparo, mais austero: “porque as praças e ruas são direitos reais (...) e nelas tem todos os tribunais de V. Majestade jurisdição, na conformidade dos seus respectivos ministérios ou seja da justiça ou da fazenda (...) mas todas as jurisdições se tem exercitado com independência do Senado da câmara (...) e a este tribunal compete conservar o público livre de occupaões particulares mas não se pode intrometer nas obras que pertencem a diversas repartições deste Senado.”<sup>80</sup>. Constata-se que a margem de autonomia municipal encontrava-se algo ameaçada já nesta fase do processo de dar uma ambiência mais moderna a Lisboa.

Reincidindo no pensamento estruturante de dar uma nova forma à urbe, expresso por Manuel da Maia, estava já incluída a opção de localizar o Palácio Real numa zona segura, acessível e de fácil abastecimento pela água do Aqueduto assim como, também, de fácil despejo, como se lê na sua II Dissertação, datada de 16 de Fevereiro de 1756: “(...) porém se S. Majestade for servido de querer lançar mão de um sitio salutífero e superior, apropriado para cabeça de Corte, com quatro boas comunicações para a cidade e para o campo, aproveitando-se primeiramente o benefício da água livre de Belas, e terreno firme e sólido com bom nivelamento e capacidade para edificar com grandeza, é este o sitio de São João dos Bencasados e o Convento de Nossa Senhora da Estrela, com quatro comunicações de bom uso (...) caminbos todos de bom nivelamento e correnteza de águas para limpeza dos edificios e ruas e depois de terem servido nas fontes e tanques do Real Palácio (...)”<sup>81</sup>.

---

<sup>77</sup> Consulta de Câmara ao rei de 23 de Fevereiro de 1745, transcrita a p. 403 da obra de OLIVEIRA, Eduardo Freire de, *Op. cit.*, XIV vol.

<sup>78</sup> Idem, *ibidem*, p. 443.

<sup>79</sup> Consulta de Câmara ao rei de 18 de Julho de 1755, transcrita a p. 95, da obra de OLIVEIRA, Eduardo Freire de, *Op. cit.*, XVI vol.

<sup>80</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>81</sup> FRANÇA, José-Augusto - *Lisboa pombalina e o Iluminismo*. 3ª ed. Lisboa: Bertrand, 1983. p. 314.

A continuada preferência pela zona ocidental identifica-se claramente pela acessibilidade, segurança e estrutura aquífera já implantada.

A segurança, depois do terrível cataclismo, foi ponto assente em todos os espíritos dos cidadãos, não só era aconselhável a parte ocidental da cidade como também uma outra zona a poente, que pouco havia sofrido e não tão populosa como viria a estar alguns anos mais tarde. A testemunhá-lo está uma referência do padre João Bautista de Castro, que planificou um Novo Plano Regular da Cidade<sup>82</sup>, explicando um dos novos conceitos de como se deveria planear a reedificação de Lisboa, dando satisfação adequada a um programa de urbanização, sugerido entre Alcântara e Pedrouços, porque “*estes terrenos ofereciam campo dócil e livre das eminências da Lisboa antiga sem necessidade de averiguar o estado das casas que se deveriam conservar ou derribar (...) e com incomparável brevidade e boa organização de ruas e edifícios se formaria uma Lisboa nova*”<sup>83</sup>.

É neste contexto que o específico plano novo de urbanização, enaltecendo novos lugares com alguma abundância de água, com arranjo de praças e abertura de arruamentos, colocação de árvores e chafarizes e novas infra-estruturas, faz-nos tecer considerações sobre os interesses, as prioridades e a hierarquia dos mandatários e das respectivas obras de melhoramentos, na distribuição de percursos, edificações de casas e largos arejados, mais de acordo com a anterior estrutura joanina e a seguinte funcionalidade pombalina.

Assim, torna-se um facto à primeira vista, que a dinâmica das obras do Senado acabava por se associar às diligentes obras reais, num mesmo trabalho conjunto, para a nobilitação de alguns sítios urbanos.

No âmbito da higiene e da saúde pública, o que tem sido averiguado e dito por diversos autores, foi o aparecimento de terríveis epidemias, ao longo de toda a história da cidade, produzidas de modo espontâneo por todo o país mas que o seu desenvolvimento encontrava na capital maiores circunstâncias locais para uma rápida transmissão. Como se faziam as centenas de enterramentos aquando das doenças e das guerras, a emigração de magotes de gente para a cidade, pouca ou nenhuma limpeza das vias públicas, das habitações e das pessoas, a falta ou escassez de água, eram mais do que causas mortíferas que afligiam todos de modo exasperante.

O aproveitamento local e a existência de uma consonância entre função e construção, permitiu a formatura de lances urbanos expressivos que se manifestaram ao nível das redes infraestruturais, de saneamento e abastecimento de águas e a exploração deste fenómeno veio a realçar a forma e o carácter da cidade.

---

<sup>82</sup> Citado por ALVES, João Carlos - *O abastecimento de água à cidade de Lisboa*. Lisboa: Editora Gráfica Portuguesa, 1940. p. 7.

<sup>83</sup> Idem, *ibidem*.

Em meados do séc. XIX, aparecem, mais uma vez, diversas propostas para a resolução do grave problema do abastecimento da água, precisamente com o recurso ao regime de concessão a empresas particulares, a fim de se tornar mais eficaz o abastecimento e, após várias análises, conclui-se que todas tinham pouco mérito, face às vantagens oferecidas. Só em Setembro de 1858 foi assinado um contrato com a recém-criada Empresa das Águas de Lisboa, sendo rescindido seis anos depois, por decreto de 23 de Junho de 1864<sup>84</sup>, por não dar cumprimento ao que ficara estabelecido no contrato.

Passados três anos é assinado um contrato provisório, com representantes de uma segunda empresa que, nos primeiros tempos, também não apresentou resultados satisfatórios nas buscas de outros mananciais e assumiu grandes dificuldades no cumprimento do que se propusera, mas sem prejuízo dos lucros de exploração dos já existentes e aí foi assinado o contrato definitivo em Abril de 1868.

Continuando as buscas, estudos e medições, o auge do negócio foi conseguido com o projecto do Canal do Alviela e o transporte da água desde os Olhos d'Água do Alviela até Lisboa<sup>85</sup> (fig. 14) onde, a 3 de Outubro de 1880, chegavam as ditas águas à Estação Elevatória dos Barbadinhos, com grande pompa e circunstância, na presença dos reis D. Luís, D. Fernando, do Infante D. Augusto e uma parafernália de altas individualidades, como mandava o protocolo<sup>86</sup>.(fig. 15)

Nesta altura atingiram-se níveis de captação de água que estariam longe de serem consumidos, mesmo nos meses mais quentes, mas o crescimento da população<sup>87</sup> e o estagnamento das mesmas captações, em finais do séc. XIX e princípios do séc. XX, voltaram a originar faltas e restrições deste precioso líquido, levando a graves consequências na falta de higiene pública e doméstica. Como os caudais estavam nos limites impunha-se, outra vez, a urgência na procura de água em outras origens.



Figura 14a Olhos d'Água do Alviela, antes da captação de 1880; PINTO, Luís Leite - *Subsídios para a História de Abastecimento de Água à cidade de Lisboa*. Lisboa: INCM, 1972



Figura 14b Olhos d'Água do Alviela, na primeira metade do séc. XX; MONTENEGRO, Augusto Pinto de Miranda - *Memória Sobre as Águas de Lisboa*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1895.

<sup>84</sup> PINTO, Luís Leite - *História do abastecimento de água a Lisboa*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1972. p. 27.

<sup>85</sup> Projecto, planeamento e direcção dos engenheiros Paiva Couceiro e Sousa Pires. Idem, *ibidem*.

<sup>86</sup> BRANCO, A. G. Soares - *Abastecimento de água à cidade de Lisboa*. Lisboa: Imprensa Portugal-Brasil, 1959. p. 5-6.

<sup>87</sup> Em 1892 a população de Lisboa era de cerca de 311 500 habitantes, com um consumo total de água assente em 8 165 390 metros cúbicos, cada habitante consumia, por dia, 72 litros, aproximadamente. Referido por MONTENEGRO, Augusto Miranda, *Op. cit.*, p. 163.

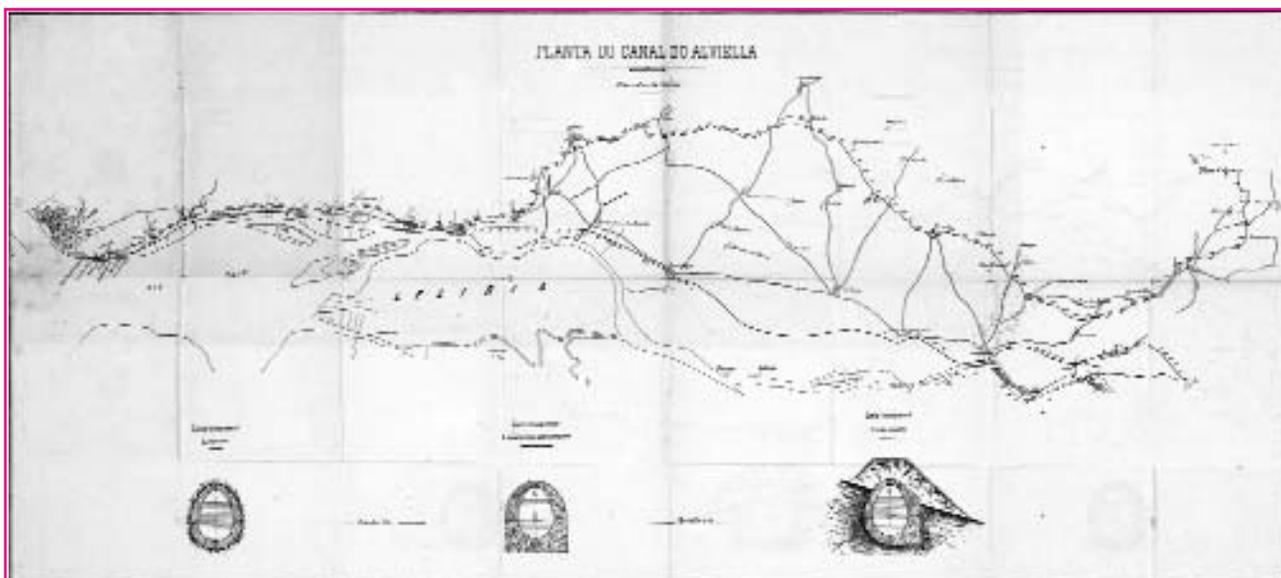


Figura 14c Planta do Canal do Alviela, MONTENEGRO, Augusto Pinto de Miranda, Memória sobre às águas de Lisboa. Lisboa, Imprensa Nacional, 1895

Efectivada a celebração de um novo contrato com a Companhia das Águas de Lisboa, em 1898, a árdua caminhada continuou até que entre 1900 e 1905 teve um novo ponto alto, quando empreendeu diferentes estudos e outras tantas experiências de análises e captações de água, tirada directamente do rio Tejo, no sítio da Boavista, a jusante da Foz do Alviela, sob a orientação e perseverança do então director técnico da Companhia, engenheiro Frederico Ressano Garcia<sup>88</sup>.

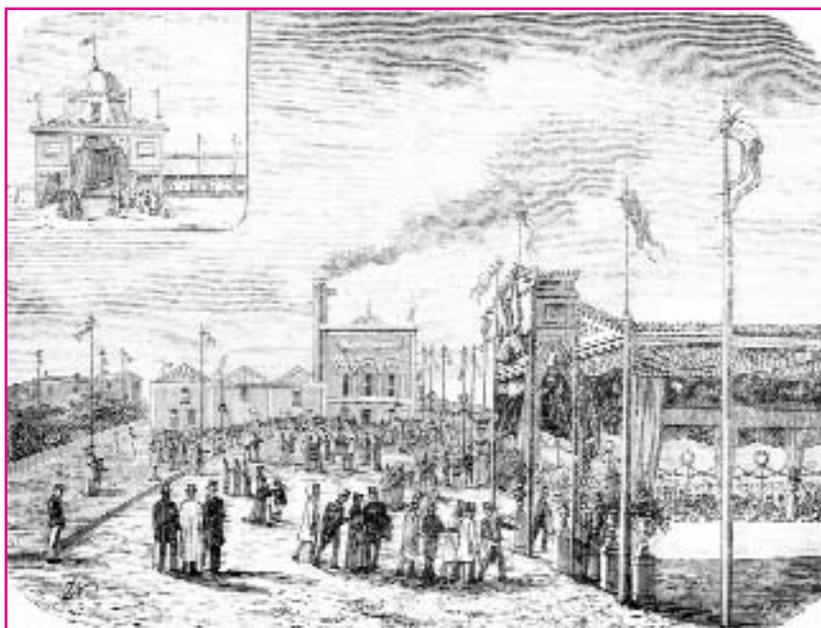


Figura 15 Inauguração da chegada das águas do Alviel a Lisboa PINTO, Luís Leite - Subsídios para a História de Abastecimento de Água à cidade de Lisboa. Lisboa: INCM, 1972

Este, um importante engenheiro, que assumiu o cargo na Câmara Municipal em 1874<sup>89</sup>, quando Lisboa estava a sair de uma fase inerte em matéria de grandes obras públicas, trouxe consigo novas e adequadas competências urbanísticas, personalizando a cidade com o seu Plano Geral de Melhoramentos da Capital, onde constava também a proposta para a cana-

<sup>88</sup> PINTO, Luís Leite, *Op. cit.*, p. 208.

<sup>89</sup> Por morte do engenheiro Pedro José Pezerat, em 1872, a Repartição Técnica da Câmara Municipal ficou chefiada pelo arquitecto Domingos Parente da Silva mas, devido ao crescimento urbano que se assistia em Lisboa nesta altura, era fundamental contratar um engenheiro para ficar à frente da mesma Repartição e no concurso aberto para o efeito foi aceite o engenheiro Frederico Ressano Garcia, que ficaria a liderar o serviço de urbanismo até 1911. *Arquivo Municipal de Lisboa: actas das Sessões de Câmara*. Lisboa. 2.ª série. (1869-1885). p. 1301, 2036 e 2037.

lização geral<sup>90</sup>, assim como integrou a comissão que havia de estudar e implantar o complexo sistema de esgotos da grande Lisboa<sup>91</sup>, e em 1884, foi nomeado para liderar uma outra comissão que havia de estudar os excessos do consumo de água pública até cerca de 1889, ano em que foi substituído, nesta comissão, pelo engenheiro António Maria Avelar<sup>92</sup>.

Até ao fim da Grande Guerra 1914-1918, as coisas mantiveram-se num ritmo de altos e baixos, procurando satisfazer os consumidores com águas relativamente suficientes e de boa qualidade<sup>93</sup>, com o intuito de atenuar graves aspectos sociais e agudas questões políticas.

Em 1933, por Decreto, é criado um organismo estatal de fiscalização técnica e administrativa às obras de captação, encaçamento, condução e distribuição de águas, a Comissão de Fiscalização das Obras do Abastecimento de Água a Lisboa. Como ao longo de toda a história deste abastecimento e da sua afirmação na cidade, também esta Comissão iniciou uma dinâmica, com base em renovados estudos de captação e análise a outros caudais em modernas orientações, para um completo aproveitamento da capacidade total do canal do rio Tejo que, segundo estatísticas da época para 1960, poderia vir a abastecer cerca de 1 000 000 de habitantes da cidade e ainda distribuir água na futura zona do trajecto dos adutores da Costa do Sol, até Cascais, zona esta que, também num futuro próximo, estaria desenvolvida com a construção, já em fase de estudo de viabilidade, da Estrada Marginal<sup>94</sup>.

Assim, para atestar a grandeza do salutar benefício da água e a ostentação das obras de abastecimento, que tantas e vastas quantias de dinheiro custaram às entidades e dos suportados sacrifícios do povo consumidor, a Comissão de Fiscalização resolveu comemorar e glo-

---

<sup>90</sup> Quando em 1852 foi contratado o engenheiro Pedro José Pezerat, no âmbito das progressivas competências que a Câmara estava a implantar para uma melhor gestão urbanística, foram-lhe atribuídos, precisamente, os trabalhos relativos a projectos de canalizações da cidade. *Synopse dos principais actos administrativos da Câmara Municipal de Lisboa: 1834 - 1852*, p. 115. Portugal, Arquivo Municipal de Lisboa, Arquivo Histórico. No período de Ressano Garcia a orientação deste assunto foi mais bem sucedida em-bora tivesse seguido a mesma estratégia idealizada pelo engenheiro Pezerat para uma rede geral de canalização. LISBOA, Maria Helena - *Os engenheiros em Lisboa: urbanismo e arquitectura (1850 - 1930)*. Lisboa: Livros Horizonte, 2002. ISBN 972-24-1214-0p. 91-94.

<sup>91</sup> Projecto dos Esgotos da Capital. Portugal, Arquivo Municipal de Lisboa, Arquivo do Arco do Cego.

<sup>92</sup> Devido à sua carreira política, em 1889 é substituído por um outro engenheiro, António Maria de Avelar, nesta acção e, posteriormente, também na comissão para os estudos do Plano Geral de Esgotos da Capital. Este engenheiro Avelar, devido à sua experiência na Repartição Técnica sobre os assuntos de canalização geral e águas, em 1893, passou a integrar um grupo recém-criado para avaliar quais os volumes de água a serem adoptados pelos estabelecimentos públicos, em Lisboa, para fazerem face às suas necessidades e, em 1895, integrou uma comissão de avaliação governamental que estudou a competência técnica dos contadores *Fruzer* para medição das águas de abastecimento efectuada pela Companhia das Águas de Lisboa. LISBOA, Maria Helena, *Op. cit.*, p. 257 e 266.

<sup>93</sup> Aquando dos surtos epidémicos dos princípios do séc. XX, agravados pela 1ª Grande Guerra europeia, foi tomada a urgente e drástica medida profiláctica, pelo distinto médico Bernardino Pinto, da Direcção Geral da Saúde, no tratamento das águas para consumo, através do método da *cloragem* ou *verdunização* que consistia na esterilização ou desinfeção da água por meio de uma corrente de cloro, até aí inédito em Portugal. PINTO, Luís Leite, *Op. cit.*, p. 220.

<sup>94</sup> *Idem, ibidem*, p. 267.



Figura 16a Fonte Monumental da Alameda D. Afonso Henriques, Fernando Martins Pozal, 1948. Portugal, Arquivo Municipal de Lisboa, Arquivo Fotográfico



Figura 16b Fonte Monumental da Alameda D. Afonso Henriques, António Castelo Branco, 1957. Portugal, Arquivo Municipal de Lisboa, Arquivo Fotográfico

rificar essa obra extraordinária, festejando a chegada das águas aluvionárias do Vale do Tejo a Lisboa. Com este propósito bem ponderado juntou-se às Comemorações dos Centenários da Fundação e da Restauração de Portugal e no âmbito promocional da Exposição do Mundo Português de 1940, foi idealizada uma fonte monumental, para coroar a Alameda D. Afonso Henriques, palco modernista da definição de um novo eixo urbano.

Pensada em grande e integrada no excelente conjunto espacial do Instituto Superior Técnico projectado pelo arquitecto Porfírio Pardal Monteiro, em 1927, teria inéditos jogos de luz numa valorização exclusiva do elemento líquido e de imenso aparato, tanto ao gosto da exaltação patriótica do Estado Novo.

Com magnífica concepção em cantaria de Cabriz, da autoria do arquitecto Carlos Rebelo de Andrade, a Fonte Luminosa, como ficou conhecida, foi projectada em 1939, de modo a abranger toda a largura da Alameda. Beneficiava de dois corpos, avançados nos extremos, em cujo interior se estabeleceriam os engenhos hidráulicos de elevação, um corpo central repleto de baixos-relevos, ao alto treze bicas descomunais descarregariam as torrentes de água sobre dois lagos desnivelados, com repuxos verticais e parabólicos, o inferior e maior de perfil curvo e polvilhado de grandes figuras escultóricas de tágides, golfinhos e nereides, receberia a água de uma altura máxima de 6,5m, duas escadarias laterais dariam acesso a um terraço superior, delimitado por uma notável balaustrada. (fig. 16)

Depois do acerto de pormenores deste projecto e passado um ano iniciou-se a sua construção, devido a sucessivos atrasos só foi oficialmente inaugurada a 28 de Maio de 1948, aproveitada para celebrar, em simultâneo, a data da Revolução Nacional e a abertura da I Exposição de Obras Públicas<sup>95</sup>.

<sup>95</sup> SANTOS, Rui Afonso - "Fontes luminosas". In SANTANA, Francisco; SUCENA, Eduardo, dir. - *Dicionário da História de Lisboa*. Lisboa: Carlos Quintas & Associados, 1994. ISBN 972-96030-0-6. p. 407-410.

## CONCLUSÃO

A questão do abastecimento de água a Lisboa, como vimos, sempre constituiu um enorme problema para as autoridades e sempre dinamizou a cidade. O clima, as características locais ao longo dos tempos e o tipo de vida dos indivíduos, foram factores importantes para as porções de água consumidas no município e, como sem este líquido nenhum organismo vivo pode sobreviver, a sua qualidade assumia tanta importância quanto a sua quantidade.

Podendo ficar aqui expressas algumas ideias conclusivas ao longo da história da cidade e da distribuição pública de águas, assim como uma referência sucinta a chafarizes e fontes e a canalizações do saneamento básico, que devem ser articuladas numa relação directa entre o tratamento formal e estético e uma situação de obras urbanas que levaram Lisboa, não só a alterar a sua paisagem como também o seu ritmo de vida, baseando-se na vontade régia e no forte empenho municipal das suas competências.

As realizações e edificações para as saídas de água em chafarizes com alguma notabilidade, traduzem encomendas de certo cunho aristocrático, na vertente iconográfica ou escultórica, principalmente nos reinados de D. João V e de D. José e mais tarde também com o Estado Novo e as fontes luminosas, verifica-se terem assumido grande evidência em locais públicos, dignificando o perfil da entidade encomendante, determinando momentos altos de gerência municipal acordados nas preocupações urbanísticas.

Nestes governos não estava em causa apenas a questão do abastecimento, canalização e distribuição mas, também, um programa de renovação da cidade, num âmbito mais vasto, encetado por D. João V, como a criação de uma capital identificada com o poder, cujas infraestruturas deveriam ser ajustadas à grandeza política e social de um futuro alargamento urbano. Ao município, coube a definição e fiscalização das operações, formas e vínculos de terrenos e projectos de construções de uma estrutura urbana implícita na procura da imagem para uma nova forma cidadina.

Nos conceitos urbanísticos adoptados, grande parte das mutações espaciais, impostas e sofridas, ao longo dos tempos na Cidade, foram provocadas, directa e indirectamente, pela sua relação com a água, nas mais diversas vertentes. Talvez a dinâmica esteja mesmo na sua origem quando olhamos para o íntimo relacionamento que os povos, desde os mais remotos, sempre tiveram com o Tejo, com as águas termais de Alfama ou com os poços e minas dispersos um pouco por toda a cidade e seu termo, podendo afirmar-se que a vontade régia e o empenho municipal estiveram sempre presentes nesta dinâmica de condução e distribuição de águas à cidade de Lisboa.

Vida e obra do engenheiro  
Pedro José Pezerat e sua  
actividade na liderança da  
Repartição Técnica da Câmara  
Municipal de Lisboa (1852-1872)

---

Rui Alexandre Gamboa Paixão

## INTRODUÇÃO

Pretende-se com o presente artigo dar a conhecer a vida e a actividade de Pedro José Pezerat, arquitecto e engenheiro francês que liderou a Repartição Técnica da Câmara Municipal de Lisboa, entre 1852 e 1872. Para tal, será abordado todo o período compreendido entre o seu nascimento em França até à sua morte em Lisboa, passando pelas suas experiências no Brasil e na Argélia e, sobretudo, pela sua actividade em Portugal, enquanto líder da referida Repartição Técnica, onde prestou um importante contributo para o desenvolvimento urbanístico da capital. A sua actividade decorreu num período bastante conturbado da sociedade lisboeta do século XIX, com a "guerra aberta" entre o poder local e o poder central, pelo domínio do urbanismo da cidade e com indefinições a nível político, resultantes de reformas e alterações legislativas, dissoluções da Câmara e nomeações de Comissões para a gestão do Município.

Importa ainda referir alguns condicionalismos, relacionados com a falta de informação sobre a actividade de Pedro José Pezerat na cidade de Lisboa, em resultado da inexistência de actas das sessões da Câmara Municipal, relativas ao período de 1853 a 1855, bem como em consequência do desaparecimento de grande parte da documentação, produzida pelo serviço que chefou, no incêndio que assolou o edifício dos Paços do Concelho, em Novembro de 1863, o que dificulta um conhecimento preciso sobre a actividade de Pezerat no decurso dos primeiros anos de liderança da Repartição Técnica da Câmara Municipal de Lisboa.

## FRANÇA: NASCIMENTO EM LA GUICHE E ESTUDOS EM PARIS (1801-1825)

De origem francesa, Pierre-Joseph Pezerat ou Pedro José Pezerat, nome pelo qual ficou conhecido em Portugal, nasceu em 1801 em La Guiche<sup>1</sup>, uma pequena localidade do interior francês, situada no departamento de Saône-et-Loire, da região de Bourgogne, berço da poderosa família de la Guiche, que ocupou importantes cargos durante o Antigo Regime francês.

Tendo concluído, em 1821, o curso de Engenharia Civil, na Escola Politécnica de Paris, Pezerat efectuou, nos quatro anos seguintes, como curso de aplicação, todos os estudos teóricos da



Figura 1 Fotopostal, datada do início do século XX, de autor desconhecido, representando a praça central de La Guiche, o edifício da Mairie e a estrada de Charolles. Proveniência: <http://laquiche71.free.fr/>

<sup>1</sup> Estes são a data e o local de nascimento mencionados em diversos estudos mas, por lapso, foi referido no artigo "O surgimento do conceito de Urbanismo: teorias e práticas na Câmara Municipal de Lisboa", constante nos Cadernos do Arquivo n.º 8, p. 87, que Pierre-Joseph Pezerat nasceu em 1800, em Pezerat. Cf. GONÇALVES-MACHADO, Marco-António - *Les architectes de la mission française* [Em linha]. In COLÓQUIO INTERNACIONAL VOYAGEURS ET IMAGES DU BRÉSIL, Paris, 2003 - Comunicações. [S.l. : s.n.], 2003. [Consult. 5 Mai. 2007]. Disponível em WWW:<URL:<http://www.chairesergioibuarque.msh-paris.fr/pdf-voyageurs/magoncalves.pdf>>; LISBOA, Maria Helena - *Os engenheiros em Lisboa: urbanismo e arquitectura (1850-1930)*. Lisboa: Livros Horizonte, 2002. ISBN 972-24-1214-0. p. 276.

Academia de Arquitectura de Paris, ao mesmo tempo que colaborou em várias obras de construção civil e monumental<sup>2</sup>.

## BRASIL: ESTADA NO RIO DE JANEIRO (1825-1831)

No ano de 1825, em resultado de um concurso, o engenheiro Pezerat foi recrutado pelo Governo do Brasil, com o objectivo de estudar durante um ano as construções hidráulicas inglesas, sob as instruções do engenheiro Brunnel<sup>3</sup>. Posteriormente, já como capitão de Engenharia, seguiu para o Rio de Janeiro, servindo durante um ano na Academia Militar, sendo encarregado pela execução de trabalhos geodésicos e pelo levantamento da planta da cidade, da baía e arredores<sup>4</sup>, ocupando-se ainda de trabalhos de transformação e de adaptação de alguns edifícios.

Após este período, Pedro José Pezerat permaneceu no Rio de Janeiro, sendo nomeado pelo imperador D. Pedro como seu engenheiro particular e, em 1828, como arquitecto imperial, habitando no Palácio Imperial de S. Cristóvão, onde foi responsável pela concepção de algumas obras de remodelação.

Introdutor do estilo neoclássico no Brasil, Pedro José Pezerat importou o simbolismo arquitectónico da Coroa real francesa, adaptando-o à realidade da Coroa imperial do Brasil, sendo considerado uma das principais referências da arquitectura brasileira, na primeira metade do século XIX, juntamente com outro arquitecto francês, Grandejan de Montigny. O seu estilo inspirou-se nas obras do Antigo Regime francês, essencialmente, no desenho das fachadas,

demonstrando ainda preocupação com a necessidade de ventilação e com a utilização da luz, tendo em conta as condições locais, para uma distribuição eficaz dos espaços<sup>5</sup>. A casa da Marquesa de Santos, Domitila de Castro Canto e Melo, a amante favorita de D. Pedro e o edifício da Academia Imperial Militar, instituição ligada ao poder central, representam algumas das suas obras mais emblemáticas em solo brasileiro.



Figura 2 Foto, de data desconhecida, da autoria de Marco, representando a casa da Marquesa de Santos, no Rio de Janeiro. Proveniência: [http://www.bresil-bresils.org/decouverte\\_bresil/index.php?page=parcours/architecture](http://www.bresil-bresils.org/decouverte_bresil/index.php?page=parcours/architecture), (O site perdeu o domínio do servidor e já não aparece correctamente)

<sup>2</sup> Cf. *Processos Individuais*. Pedro José Pezerat. Carta manuscrita dirigida ao Ministro das Obras Públicas, João Crisóstomo de Abreu e Sousa, datada de 25 de Outubro de 1864. Portugal, Arquivo do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações.

<sup>3</sup> A contratação do engenheiro Pezerat decorreu no âmbito da estratégia brasileira de recrutamento de intelectuais europeus para desenvolvimento do país. Cf. GONÇALVES-MACHADO, Marco-António, *Op. cit.*

<sup>4</sup> Cf. *Processos Individuais*. Pedro José Pezerat. Carta manuscrita dirigida ao Ministro das Obras Públicas, João Crisóstomo de Abreu e Sousa, datada de 25 de Outubro de 1864. Portugal, Arquivo do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações.

<sup>5</sup> Cf. GONÇALVES-MACHADO, Marco António, *Op. cit.*

Com a abdicação de D. Pedro do trono brasileiro, em Abril de 1831, o engenheiro Pezerat abandonou o Brasil, tendo acompanhado a família real e embarcado para a Europa como professor e secretário da jovem rainha D. Maria II.

### ARGÉLIA: PASSAGENS POR ARGEL E ORAN (1831-1840)

De regresso a Paris, e uma vez que não pretendia permanecer ao serviço de D. Pedro, Pezerat pediu trabalho ao governo francês, sendo destacado para Argel, capital da Argélia, como engenheiro civil de 1ª classe, às ordens de um director e engenheiro-chefe. Cerca de dez meses depois, foi enviado para a província de Oran, com o grau de engenheiro-chefe, onde permaneceu até finais de 1838.

No ano seguinte, após ter apresentado a demissão do cargo que ocupava, o governador-geral, marechal Bugeand chamou-o para integrar a *Comissão de sábios e artistas que iriam explorar a Argélia*. Todavia, em 1840, após sofrer o ataque de uma epidemia que o afectou, a ele e a toda a sua família, Pedro José Pezerat decidiu, por motivos de saúde, abandonar o norte de África, optando por seguir para Portugal, onde chegou em finais desse ano<sup>6</sup>.



Figura 3 Pintura em aquarela, datada de Agosto de 1831, da autoria de Gobaut, representando uma vista do forte de Moune, perto de Oran. Proveniência: <http://www.oran-dz.com/la-ville-d-oran/histoire.html>

### PORTUGAL: VIDA E ACTIVIDADE NA CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA (1840-1872)

Nos primeiros anos em Portugal, o engenheiro Pezerat começou por estar ao serviço de várias companhias, tendo iniciado a sua colaboração com a Câmara Municipal de Lisboa em Março de 1841, com a oferta de uma proposta de um método visando a limpeza da cidade<sup>7</sup>. A colaboração tornou-se mais efectiva nos anos seguintes, traduzindo-se na elaboração de vários estudos e projectos, culminando com a sua nomeação para o cargo de engenheiro da Câmara, em Dezembro de 1852. Já antes, em 1850, Pezerat havia apresentado uma reclamação junto do Ministério do Reino, relativa à decisão do júri do concurso para a construção do mausoléu do rei D. Pedro IV<sup>8</sup>, que excluía o seu projecto.

A chegada do engenheiro Pezerat a Lisboa ocorreu num período político bastante conturbado na capital, devido à disputa existente entre o poder central e o poder local, representados, respectivamente, pelo Ministério das Obras Públicas e pela Câmara Municipal de Lisboa, no controlo da gestão urbanística da cidade.

<sup>6</sup> Cf. *Processos Individuais*. Pedro José Pezerat. Carta manuscrita dirigida ao Ministro das Obras Públicas, João Crisóstomo de Abreu e Sousa, datada de 25 de Outubro de 1864. Portugal, Arquivo do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações.

<sup>7</sup> Cf. *Limpeza das ruas*. PT/AMLIS/AL/CMLSB/ADMG-E/03/1091. Portugal, Arquivo Municipal de Lisboa, Arquivo Histórico.

<sup>8</sup> Quando regressou a Portugal, em 1831, o antigo imperador do Brasil, D. Pedro, foi reconhecido pelo Conselho de Regência, sucessor de D. João VI, e por isso, rei de Portugal, com o nome de D. Pedro IV.

Assim, a Câmara Municipal de Lisboa dispunha, desde 1815, dos serviços de Malaquias Ferreira Leal, arquitecto da Cidade, cujas competências haviam sido progressivamente alargadas, no âmbito da referida disputa. Todavia, e apesar do bom desempenho e das inúmeras propostas apresentadas para diversas áreas da gestão urbanística da cidade de Lisboa, as bases de formação deste arquitecto não eram as mais adequadas aos objectivos da Câmara Municipal, que necessitava de profissionais com competências mais abrangentes, nomeadamente na área da engenharia que, na altura, constituía uma classe emergente na sociedade portuguesa, com uma formação alicerçada em conhecimentos teóricos e práticos mais aprofundados<sup>9</sup> e uma melhor preparação para a coordenação de serviços de gestão urbanística.

Nesse sentido, e no seguimento da entrada do engenheiro Joaquim Júlio Pereira de Carvalho, em Novembro de 1851, para a Câmara Municipal de Lisboa, como inspector-geral dos incêndios, a Câmara deliberou, em Maio do ano seguinte, a contratação de mais um engenheiro para o Município. No âmbito do respectivo concurso ficou determinado, em Dezembro de 1852, que “*havendo a Comissão dos Peritos examinado os documentos do engenheiro Pedro José Pezerat, o julgava com aptidão para o desempenho das funções de Engenheiro*”<sup>10</sup>, com o vencimento anual de 560 mil reis<sup>11</sup>, a quem seriam entregues os trabalhos relativos às canalizações da cidade e, posteriormente, a chefia da futura Repartição Técnica, cargo ao qual viria a ficar intimamente ligado.

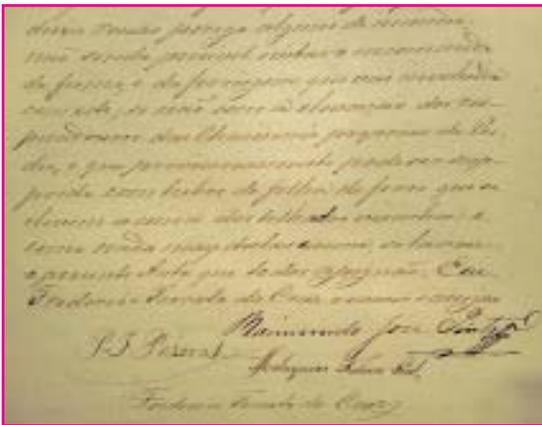


Figura 4 Pormenor de auto de vistoria, datado de 13 de Maio de 1853, assinado pelo engenheiro Pedro José Pezerat e pelo arquitecto Malaquias Ferreira Leal. Proveniência: *Autos de Vistoria [1834 - 1886]*. Portugal, Arquivo Municipal de Lisboa, Arquivo Arco do Cego,

De facto, a entrada do engenheiro Pezerat, é apontada como o momento que assinalou o nascimento deste serviço da Câmara Municipal de Lisboa, embora o primeiro auto de vistoria assinado por este engenheiro, encontrado até ao momento, seja datado de Maio de 1853<sup>12</sup>.

Assim, de acordo com o anteriormente referido, a admissão do engenheiro Pezerat na Câmara Municipal de Lisboa destinava-se, em primeiro lugar, ao desenvolvimento de trabalhos referentes ao abastecimento e canalização de água na cidade, mas a sua actividade atingiu um âmbito de responsabilidades mais alargado, não só no urbanismo, como na arquitectura da capital,

<sup>9</sup> Cf. TOJAL, Arménio - *Malaquias Ferreira Leal, arquitecto da cidade na primeira metade de Oitocentos: o exercício do poder regulador sobre a arquitectura privada em Lisboa*. Lisboa: [s.n.], 2002. 2 vols. Dissertação de Mestrado em História da Arte, apresentada à Universidade Lusíada.

<sup>10</sup> LISBOA. Câmara Municipal - *Synopse dos principais actos administrativos da Camara Municipal de Lisboa: 1852*. Lisboa: CM, 1853. p. 115.

<sup>11</sup> Cf. *Livro 1.º de Assentamentos [1864 - 1880]*. p. 43. Portugal, Arquivo Municipal de Lisboa, Arquivo Arco do Cego.

<sup>12</sup> Cf. *Autos de Vistoria [1834 - 1886]*. Portugal, Arquivo Municipal de Lisboa, Arquivo Arco do Cego.

já que a sua formação se estendia a essa área. Os seus conhecimentos mais actualizados e aprofundados proporcionaram maior eficácia e maior capacidade de intervenção da Câmara Municipal de Lisboa, no desenvolvimento de planos e projectos de melhoramento da cidade<sup>13</sup>. Quanto às suas funções na Repartição Técnica, pretendia-se que a sua acção desse continuidade à intervenção na actividade urbanística de Lisboa, abrangendo diversos sectores da gestão camarária, através da elaboração de projectos, plantas, estudos, memórias, orçamentos, informações, pareceres, execução de vistorias, construções, reparações, alterações, melhoramentos, intimações, e demolições, numa tentativa de a Câmara Municipal de Lisboa ganhar autonomia relativamente aos organismos estatais.

O trabalho de Pedro José Pezerat na Câmara Municipal de Lisboa foi desenvolvido, inicialmente, em colaboração com o arquitecto Malaquias Ferreira Leal, numa relação conflituosa, devido a perspectivas e posições divergentes, tanto mais que o engenheiro Pezerat não reconhecia competência, qualidade técnica e estética ao trabalho do arquitecto. Assim, Pezerat foi-se sobrepondo gradualmente à actividade de Malaquias Ferreira Leal, causando-lhe, progressivamente, o esvaziamento de funções e o seu afastamento em 1855<sup>14</sup>. Após a sua saída, Pezerat desempenhou o cargo de chefia em regime de exclusividade e autonomia, relativamente ao engenheiro Joaquim Júlio Pereira de Carvalho, inspector-geral dos incêndios, embora ambos exercessem funções na Repartição Técnica. De facto, a coexistência dos dois engenheiros seria caracterizada pelo exercício de funções de forma independente sendo que, “apesar de Pezerat ser considerado o chefe da Repartição Técnica, não superintendia, por esse facto, os trabalhos do seu colega”<sup>15</sup>.

Paralelamente à sua entrada em funções na Câmara Municipal de Lisboa, Pezerat foi nomeado, em 1853, professor de desenho na Escola Politécnica de Lisboa, sendo também arquitecto responsável, juntamente com o engenheiro Silva e Costa, pelo projecto de remodelação e pelas obras de reconstrução das instalações da referida escola, no local do antigo Colégio dos Nobres, destruído por um incêndio, em 1843<sup>16</sup>. Além disso, Pezerat foi também responsável pela elaboração dos projectos de alguns edifícios de linhas sóbrias e de estilo neoclássico, situados na mesma rua, destinando-se a habitação e comércio.

---

<sup>13</sup> Cf. SILVA, Raquel Henriques da - *Lisboa romântica: urbanismo e arquitectura, 1777-1874*. Lisboa: [s.n.], 1997. 2 vols. Dissertação de Doutoramento em História de Arte, apresentada Universidade Nova de Lisboa. Policopiada.

<sup>14</sup> Cf. TOJAL, Arménio, *Op. cit.*, p. 115.

<sup>15</sup> LISBOA, Maria Helena, *Op. cit.*, p. 92.

<sup>16</sup> A Escola Politécnica de Lisboa foi substituída em 1911 pela Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, que ocupou as instalações até 1985, altura em que se transferiu para o Campo Grande. Cf. Portal na Internet da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa. [Consult. 5 Mai. 2007]. Disponível em WWW: <URL: <http://www.fc.ul.pt/>>.

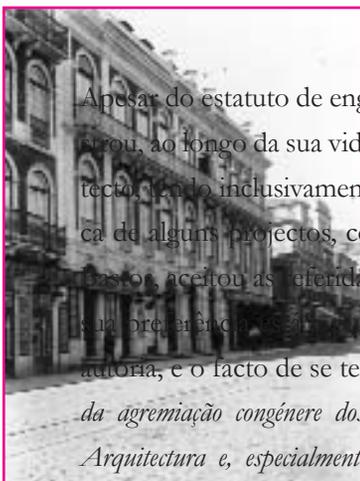


Figura 5 Foto, de data desconhecida, do autor de José Amaro Leão

Bárcia, representando um caso de habitação, de habitação e comércio, situada na rua da Escola Politécnica, n.º 55 a 65, cujo projecto foi atribuído ao engenheiro Pedro José Pezerat, em 1858.

Proveniência: PT/AMUS/AF/BAR/000289. Portugal, Arquivo Municipal

de Lisboa, Arquivo Municipal

Apesar do estatuto de engenheiro da Câmara Municipal de Lisboa, Pedro José Pezerat demonstrou, ao longo da sua vida profissional, maior preferência e inclinação pela actividade de arquitecto, tendo inclusivamente emitido pareceres e críticas relativamente à qualidade arquitectónica de alguns projectos, como no caso do monumento a Camões, em 1860, cujo autor, Vítor Bastos, aceitou as referidas críticas tendo procedido à alteração do projecto. A comprovar essa sua preferência foi a publicação de *Dissertation sur la Théorie de l'Architecture*, em 1866, de sua autoria, e o facto de se ter tornado “*membro da Associação dos Arquitectos Cívicos Portugueses, mas não da agremiação congénere dos Engenheiros, atitude que é sintomática do seu posicionamento em prol da Arquitectura e, especialmente, da sua vertente artística.*”<sup>17</sup> Pezerat não aceitava a supremacia dos

engenheiros face aos arquitectos existente na sociedade portuguesa, defendendo a criação de uma repartição de arquitectura no Ministério das Obras Públicas e uma maior colaboração e aproximação entre ambas as classes.

Em 1859, iniciaram-se as obras para a construção do novo Matadouro Municipal, na Cruz do Taboado, no seguimento do projecto elaborado por Pezerat, sendo constituído por um conjunto de edifícios e pátios dentro de um recinto murado, arejado, com água em abundância e com ligação aos esgotos gerais, por forma a manter boas condições de higiene.

Nesse ano, problemas de saúde motivaram o pedido de licença de Pedro José Pezerat à Câmara Municipal de Lisboa, no sentido de se deslocar a Paris, onde terá ido para se submeter a uma intervenção cirúrgica, tendo-se ausentado do serviço entre os meses de Julho e Dezembro, sendo substituído nas suas funções pelo filho, Carlos Pezerat<sup>18</sup>. Em Dezembro de 1859, ocorreu o falecimento de Malaquias Ferreira Leal, tendo a Câmara Municipal decidido extinguir, supostamente por razões económicas, o cargo de arquitecto da Cidade, o qual só viria a ser novamente atribuído em 1866, a Domingos Parente da Silva.

Em sessão de 23 de Julho de 1860, a Câmara Municipal aprovou a atribuição de um aumento de 180 mil reis anuais ao vencimento do engenheiro Pedro José Pezerat<sup>19</sup>, como reconhecimento pelos trabalhos efectuados.

No seguimento de algumas complicações decorrentes da operação a que foi sujeito em Paris, os problemas de saúde<sup>20</sup> de Pezerat agravaram-se e, em Maio de 1862, o seu filho participou à Câmara que o pai se encontrava gravemente doente e impossibilitado de comparecer tem-

<sup>17</sup> LISBOA, Maria Helena, *Op. cit.* p. 277.

<sup>18</sup> ANNAES DO MUNÍCIPIO DE LISBOA: 1856-1859. Lisboa. (1859), p. 369.

<sup>19</sup> Cf. *Livro 1.º de Assentamentos* [1864 - 1880]. p. 43. Portugal, Arquivo Municipal de Lisboa, Arquivo Arco do Cego.

porariamente ao serviço<sup>21</sup>.

Na noite de 19 para 20 de Novembro de 1863, um gigantesco incêndio destruiu quase totalmente o edifício dos Paços do Concelho, incluindo a maior parte da documentação produzida pela Repartição Técnica, o serviço chefiado pelo engenheiro Pezerat. Perdeu-se, desta forma, grande parte da documentação produzida por Pedro José Pezerat e uma vasta e valiosa informação acerca do funcionamento do referido serviço e do próprio urbanismo da cidade no século XIX.

Face a novos períodos de ausência por parte do engenheiro Pedro José Pezerat, por motivos de doença, a Câmara Municipal de Lisboa solicitou, em Fevereiro de 1864, ao inspector-geral dos incêndios, engenheiro Joaquim Júlio Pereira de Carvalho, que o substituísse durante a sua ausência. No entanto, em Outubro desse ano, o inspector-geral dos incêndios viria a pedir a exoneração, uma vez que começara a exercer funções no Ministério das Obras Públicas, sendo substituído na Câmara Municipal de Lisboa pelo engenheiro José Augusto Correia de Barros<sup>22</sup>.

Por essa altura, e apesar das limitações resultantes da doença, também Pezerat se candidatou a uma repartição do Ministério das Obras Públicas, ao posto de arquitecto-chefe, embora sem sucesso<sup>23</sup>, tendo permanecido na Câmara Municipal de Lisboa.

Após a publicação do decreto n.º 10, de 31 de Dezembro de 1864, segundo o qual o Governo se comprometia a proceder a um plano geral de melhoramentos na capital, o engenheiro Pedro José Pezerat foi nomeado para a Comissão de Melhoramentos da Cidade de Lisboa apresentando, em Março de 1865, o estudo denominado *Mémoire sur les études d'améliorations et embellissements de Lisbonne*, no qual, à semelhança do que havia feito no Brasil, seguiu o modelo francês e, desta feita, tentou aplicar em Lisboa uma estratégia semelhante à adoptada pelo engenheiro Haussmann em Paris<sup>24</sup>, tendo como objectivo a renovação do tecido urbano da

---

<sup>20</sup> Não foi possível averiguar a especificidade da doença que afectou o engenheiro Pedro José Pezerat, apenas se constatando que teria um carácter progressivo afectando-lhe, nomeadamente, a visão, limitando de forma gradual o desempenho da sua actividade e levando à sua substituição em diversas tarefas.

<sup>21</sup> Sessão de 30 de Maio de 1862. Publicada em: *Actas das sessões da Câmara. Lisboa*. N.º 127 (1862), p. 1009.

<sup>22</sup> Por esta altura, a Repartição Técnica da Câmara Municipal de Lisboa revelava-se um serviço pouco dinâmico e algo confuso, quer relativamente a nível organizativo, quer a nível de pessoal, com as ausências do engenheiro Pezerat e a saída do engenheiro Pereira de Carvalho, o que conferia poucos poderes de acção e decisão ao serviço. Desta forma, é apenas possível definir com algum rigor a estrutura da Repartição Técnica da Câmara Municipal de Lisboa a partir de Novembro de 1864, no seguimento de um proposta, apresentada pelo vereador Augusto César de Almeida, que previa a divisão dos trabalhos em dois tipos de serviço: interno e externo. O primeiro seria desempenhado por uma Repartição Central, liderada pelo engenheiro chefe Pedro José Pezerat e o segundo pelas Repartições das Obras e das Calçadas, superintendidas por um engenheiro de campo, encarregado da execução de todas as obras da cidade. Cf. Sessão de 28 de Novembro de 1862. Publicada em: *Actas das sessões da Câmara. Lisboa*. N.º 258 (1865), p. 2062 - 2063.

<sup>23</sup> *Processos Individuais*. Pedro José Pezerat. Carta manuscrita dirigida ao Ministro das Obras Públicas, João Crisóstomo de Abreu e Sousa, datada de 25 de Outubro de 1864. Portugal, Arquivo do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações.

cidade e a melhoria das infra-estruturas existentes, propondo que “a cidade fosse tratada como um todo, com grandes avenidas e prédios imponentes como único meio de proporcionar ordem e harmonia”<sup>25</sup>.

No entanto, apesar de todas as iniciativas tomadas, o conjunto de propostas arrojadas e ambiciosas, apresentadas pelo engenheiro Pezerat, foram rejeitadas pela Câmara Municipal de Lisboa, que as considerava irrealizáveis e utópicas, numa altura em que o Município se debatia com dificuldades económicas e dispunha de fracos recursos financeiros. Pezerat tinha consciência desse facto, defendendo que, apesar da crise, a Câmara Municipal tinha efectuado um trabalho aceitável no desenvolvimento da cidade, pelo que, os seus projectos estariam disponíveis até que a situação financeira permitisse a sua execução.

Um desses projectos era o da remodelação da zona ribeirinha de Lisboa, nos terrenos entre o Arsenal da Marinha e a Torre de Belém. Pezerat era de opinião “que a capital portuguesa possuía todas as condições naturais para transformar o seu porto no maior entreposto comercial da Europa, se lhe juntasse a condição de ser também a cabeça dos caminhos-de-ferro europeus.”<sup>26</sup>

Outro dos projectos da sua autoria prendia-se com a construção de novos bairros de habitação, com uma melhor distribuição do espaço interior, meios de ventilação e iluminação e sistema de escoamento de águas domésticas e esgotos, tal como havia efectuado no Brasil. Ainda relativamente à rede de esgotos municipais, Pezerat propôs a sua conclusão e a publicação de legislação e regulamentação do saneamento urbano.

De referir ainda a preocupação demonstrada por Pezerat em projectar todas as obras de acordo com um planeamento conjunto, de forma a apresentarem harmonia e articulação entre si. Estes projectos revelam bem as capacidades profissionais e a visão de futuro do engenheiro Pedro José Pezerat, sendo que, apesar de nenhum deles ter tido aplicação prática, viriam a servir de ponto de partida para algumas obras realizadas anos mais tarde, sob a chefia do engenheiro Ressano Garcia<sup>27</sup>.

Em 1865, a Câmara Municipal aprovou ainda, em sessão de 3 de Agosto, um novo aumento da gratificação anual do engenheiro Pezerat, desta vez em mais 120 mil reis<sup>28</sup>, sobretudo em

---

<sup>24</sup> Quando, em 1859, o engenheiro Pezerat se deslocou a Paris, por motivos de saúde, teve oportunidade de analisar e estudar os melhoramentos efectuados e a organização municipal da cidade. Cf. SILVA, Álvaro Ferreira da; MATOS, Ana Cardoso de - "Urbanismo e modernização das cidades: o «embellezamento» como ideal". *Scripta Nova: revista electrónica de geografía y ciencias sociales*. [Em linha]. Lisboa, 1858-1891. [Consult. 5 Dez. 2006]. Disponível em WWW: <URL:http://www-ub.es/geocrit/sn-69-30.htm>. ISSN 1138-9788.

<sup>25</sup> GAGO, Rita - "O surgimento do conceito de Urbanismo: teorias e práticas na Câmara Municipal de Lisboa". *Cadernos do Arquivo Municipal*. Lisboa. N.º 8 (2005). p. 86.

<sup>26</sup> LISBOA, Maria Helena, *Op. cit.* p. 106.

<sup>27</sup> Posteriormente, e num período de maior equilíbrio financeiro nas contas do Município, o engenheiro Ressano Garcia, substituto de Pezerat na liderança da Repartição Técnica, prosseguiu, de forma mais bem sucedida, uma estratégia semelhante à idealizada por Pezerat, inspirada no mesmo modelo francês, com o objectivo de melhorar as infra-estruturas da capital.

resultado da elaboração dos estudos e projectos apresentados.

O estado de saúde do engenheiro Pezerat degradou-se progressivamente e os períodos de ausência aumentaram a partir de 1866, motivados pela doença, que o impedia de cumprir as suas funções de chefe da Repartição Técnica, especialmente na orientação e fiscalização de obras. Esse facto originou alguma estagnação do serviço por si liderado e levou à sua gradual substituição, tanto nas comissões para que estava nomeado, como em algumas actividades, como inspecções e vistorias, quer pelo engenheiro José Augusto Correia de Barros, quer por Domingos Parente da Silva, desenhador da Repartição Técnica<sup>29</sup>. De facto, este último vinha ganhando cada vez maior protagonismo, desempenhando as funções de chefe da Repartição Técnica, durante as ausências de Pezerat, pelo que a Câmara o nomeou arquitecto da Cidade, em Abril desse ano<sup>30</sup>.

Apesar de o engenheiro Pedro José Pezerat ter mantido o posto de chefe da Repartição Técnica até à sua morte, a nomeação daquele arquitecto da Cidade pode ser considerada como uma transição na liderança do serviço, uma vez que conferiu ao arquitecto um estatuto mais abrangente, para desempenhar as mesmas funções do engenheiro na chefia da Repartição Técnica, embora sob as suas ordens, mantendo as linhas de orientação e o estilo clássico de Pezerat. Mas, ao contrário do que havia acontecido com o arquitecto Malaquias Ferreira Leal, a relação entre o engenheiro Pedro José Pezerat e o arquitecto Domingos Parente da Silva foi sempre alicerçada na amizade, solidariedade e respeito mútuos<sup>31</sup>.

Em sessão de 10 de Agosto de 1866, a Câmara Municipal de Lisboa suspendeu a totalidade do aumento de 300 mil reis anuais atribuído a Pezerat, ficando apenas com o ordenado estabelecido no momento da sua entrada na Câmara, ou seja 560 mil reis anuais<sup>32</sup>.

De resto, apesar de diversos responsáveis camarários considerarem Pezerat um excelente profissional que desempenhava a sua actividade de forma exemplar e dedicada, iriam verificar-se, por parte da Câmara Municipal de Lisboa, “*algumas atitudes reveladoras de uma certa falta de consideração*”<sup>33</sup> pelo engenheiro, vítima de alguma xenofobia pela sua origem francesa, “*nomeadamente quando em 1866, a propósito da sua doença, se chegou a propor que lhe fosse retirada uma parte dos benefícios que lhe eram devidos, a fim de pagar uma gratificação especial ao arquitecto Parente da*

---

<sup>28</sup> Cf. *Livro 1.º de Assentamentos [1864 - 1880]*. p. 43. Portugal, Arquivo Municipal de Lisboa, Arquivo Arco do Cego.

<sup>29</sup> Cf. Sessão de 25 de Janeiro de 1866. Publicada em: *Actas das sessões da Câmara*. Lisboa. Nº 318 (1866) e Sessão de 01 de Março de 1866. Publicada em: *Actas das sessões da Câmara*. Lisboa. Nº 323 (1866), p. 1553, 2591.

<sup>30</sup> Cf. Sessão de 19 de Abril de 1866. Publicada em: *Actas das sessões da Câmara*. Lisboa. Nº 331 (1866), p. 2660 - 2661.

<sup>31</sup> Cf. SILVA, Raquel Henriques da, *Op. cit.*

<sup>32</sup> Cf. *Livro 1.º de Assentamentos [1864 - 1880]*. p. 43. Portugal, Arquivo Municipal de Lisboa, Arquivo Arco do Cego.

<sup>33</sup> LISBOA, Maria Helena, *Op. cit.*, p. 99.

*Silva pelo trabalho por este desenvolvido na obra do novo Paço do Concelho*<sup>34</sup>. Contudo, o arquitecto, fiel ao seu chefe e amigo Pezerat, recusou que este fosse prejudicado e não aceitou a gratificação. Assim, em Novembro de 1866, o projecto de reedificação dos Paços de Concelho foi atribuído a Parente da Silva, em detrimento do projecto elaborado por Pezerat<sup>35</sup> dois anos antes, que havia sido devolvido pelo Ministério das Obras Públicas e que o engenheiro não pôde reformular, por motivos de saúde. No ano seguinte, o arquitecto Parente da Silva substituiu igualmente o engenheiro Pezerat na Comissão de Melhoramentos da Cidade<sup>36</sup>.

Nos últimos tempos de vida, o engenheiro Pedro José Pezerat diminuiu gradualmente a sua actividade na Câmara, devido à degradação do seu estado de saúde que o impedia de sair de casa, tendo, em 1868, enviado um ofício à Câmara Municipal, solicitando a presença de alguns vereadores em sua casa, para receberem e examinarem a documentação por ele produzida, relativamente à obra do Aterro da Boavista<sup>37</sup>.

No dia 1 de Maio de 1872, Pedro José Pezerat faleceu em sua casa, cego e na miséria, após alguns anos de dificuldades materiais, tendo, inclusive, a sua esposa, solicitado ajuda à Câmara Municipal para a realização de um enterro digno<sup>38</sup>.

Após o falecimento de Pezerat, a Repartição Técnica manteve-se liderada pelo arquitecto Domingos Parente da Silva. Todavia, numa época de grande crescimento urbano e em face da necessidade de o Município contratar um novo engenheiro para chefiar o serviço e dar seguimento ao trabalho desenvolvido por Pedro José Pezerat, foi contratado, após concurso, em Abril de 1874<sup>39</sup>, o engenheiro Frederico Ressano Garcia, que iria liderar o sector urbanístico da Câmara Municipal de Lisboa até 1911.

Em 1978, através do Edital n.º 12960, de 21 de Agosto, a Câmara Municipal de Lisboa homenageou Pedro José Pezerat, através da atribuição do seu nome a uma rua, situada em Chelas, na freguesia de Marvila.

---

<sup>34</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>35</sup> Cf. Sessão de 26 de Novembro de 1866. Publicada em: *Actas das sessões da Câmara. Lisboa*. N.º 362 (1866), p. 2926.

<sup>36</sup> Cf. Sessão de 28 de Novembro de 1866. Publicada em: *Actas das sessões da Câmara. Lisboa*. N.º 415 (1867), p. 3354.

<sup>37</sup> Cf. Sessão de 05 de Novembro de 1868. Publicada em: *Actas das sessões da Câmara. Lisboa*. N.º 463 (1868), p. 3740.

<sup>38</sup> Cf. Sessão de 02 de Maio de 1872. Publicada em: *Actas das sessões da Câmara. Lisboa*. 2ª Série. N.º 41 (1872), p. 1301.

<sup>39</sup> Cf. Sessão de 09 de Abril de 1874. Publicada em: *Actas das sessões da Câmara. Lisboa*. 2ª Série. N.º 64 (1874), p. 2036-2037.

## PRINCIPAIS ESTUDOS E PROJECTOS APRESENTADOS POR PEDRO JOSÉ PEZERAT EM PORTUGAL

Ao longo dos mais de trinta anos passados em Portugal, cerca de vinte dos quais na liderança da Repartição Técnica, o engenheiro Pedro José Pezerat elaborou inúmeros estudos e projectos, relatórios, pareceres e informações, todavia, como já referido, grande parte da documentação perdeu-se no incêndio que deflagrou no edifício dos Paços do Concelho, em Novembro de 1863.

De seguida apresentam-se alguns dos seus principais estudos e projectos, sendo que, para além desses, houve alguns que foram concluídos por outros responsáveis ou serviram de inspiração a projectos semelhantes, que viriam a ser realizados posteriormente, como é o caso do *Projecto de Boulevard desde o Passeio Público até Palhavã, passando pelo Valle do Pereiro*, que iria resultar na futura Avenida da Liberdade, ou o *Projecto de alargamento da Rua Nova da Palma e de abertura da ligação entre o Largo da Guia e o Largo do Intendente*, que iria resultar na futura Avenida dos Anjos, ambos os projectos datados de finais dos anos 50.

1841 (Março) - Proposta de um método de limpeza da cidade de Lisboa.

1847 - *Memória adicional à proposta feita por Francisco Martim sobre o abastecimento de águas à cidade de Lisboa.*

Final dos anos 40 - *Projecto de Boulevard e de Bairro entre a Praça da Alegria, a Rua das Amoreiras, e a Rua de Santa Joana.*

1850 - Projecto de construção dos Banhos de S. Paulo (actualmente a sede da Associação dos Arquitectos Portugueses).

1852 (Julho) - Trabalhos geológicos referentes a chafarizes.

1852 (Julho) - Memória relativa à construção das conservas de água.

1852 (Setembro) - Projecto para aproveitamento das águas da parte ocidental de Lisboa.

1852 (Dezembro) - Projecto para a construção de um novo Matadouro Municipal, na Cruz do Taboado, cujas obras se iniciaram em 1859 e terminaram em 1862.

1853 - *Relatório sobre o estado das nascentes que alimentam os chafarizes de Lisboa.*

1853 - *Memória sobre o projecto de reunião de águas nascentes.*

1853 - *Memória sobre as conservas de água da Quintam até ao Salto Grande*, relacionada com o projecto do aqueduto sobre a ribeira de Carenque, em Belas.

1853 - Projecto de remodelação e reconstrução das instalações da Escola Politécnica e de outros edifícios na mesma rua, destinados a comércio e habitação.

1854 - *Memória Descritiva sobre o projecto de Docka com portos e canaes e d'um novo bairro marítimo nas praias da Boa-Vista e Santos e da Rocha dos Condes de Óbidos.*

1855 - *Dados e estudos para um projecto de abastecimento das águas e sua distribuição em Lisboa.*

1857 (Março) - Projecto para a Construção do Cais da Pedra e, posteriormente, o Projecto para a Remoção do Chafariz do Loreto para o Largo do Picadeiro.

1860 - *Projecto de caldeira a edificar desde o Caes d'Alfandega Grande até ao Caes da Fundição de Baixo servindo de Dock de refúgio e descarga de todas as pequenas embarcações do Tejo.*

1861 - Projecto de remodelação do Palácio Real de Caldas da Rainha.

1862 - *Projecto de praça a edificar na extremidade oriental do Aterro da Boa-Vista proposto pelo vereador José Carlos Nunes em 20 de Fevereiro de 1862.*

1865 (Março) - *Mémoire sur les études d'améliorations et embellissements de Lisbonne*, onde apresentou uma série de projectos para o desenvolvimento de Lisboa.

1865 (Maio) - *Projecto de nova rua entre a Calçada do Marquez de Abrantes e o Largo das Cortes.*

1866 - *Dissertation sur la Théorie de l'Architecture.*

1866 - *Memorando sobre os melhoramentos do porto de Lisboa.*

1867 - *Memória sobre dokas comerciais, bairros marítimos, porto militar sobre a margem direita do Tejo e caminho-de-ferro commercial, estratégico e testa dos caminhos-de-ferro europeus, estudados desde 1832.*

1868 - Projectos para a construção do Aterro da Boavista e da Avenida 24 de Julho, que foram concluídos por outros responsáveis.

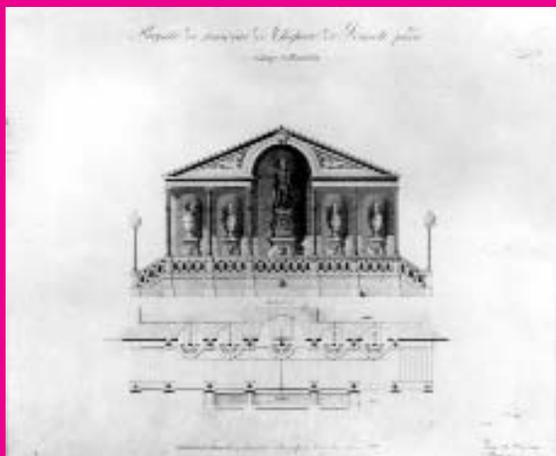
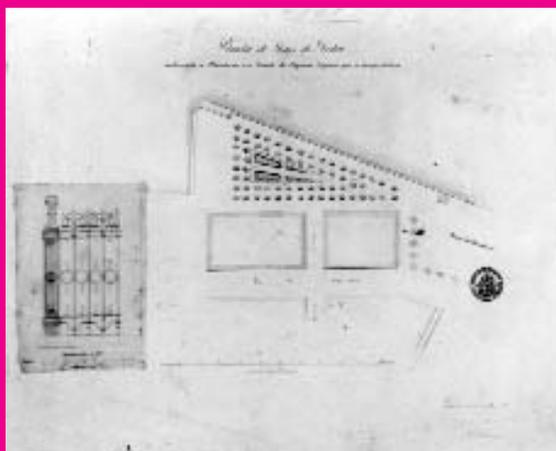


Figura 06 Foto, de data desconhecida, da autoria de Mário Novais, representando a planta do Cais da Pedra, cujo Projecto de Construção foi atribuído ao engenheiro Pedro José Pezerat, em 1857. Proveniência: PT/AMLIS/AF/MNV/S01515. Portugal, Arquivo Municipal de Lisboa, Arquivo Fotográfico.

Figura 07 Foto, de data desconhecida, da autoria de Mário Novais, representando a planta e o alçado do Chafariz do Loreto, cujo Projecto de Remoção para o Largo do Picadeiro foi atribuído ao engenheiro Pedro José Pezerat. Proveniência: PT/AMLIS/AF/MNV/S01514. Portugal, Arquivo Municipal de Lisboa, Arquivo Fotográfico.

## CONCLUSÃO

A entrada em 1852 do engenheiro francês Pedro José Pezerat para a chefia da recém criada Repartição Técnica da Câmara Municipal de Lisboa ocorreu num período do século XIX marcado pelo conflito existente entre os poderes central e local pela gestão urbanística da capital. Por esta altura, Pezerat tinha já mais de 50 anos de idade e bastante experiência acumulada, resultante do trabalho desenvolvido no Brasil e na Argélia, contando igualmente com conhecimentos teóricos e práticos bastante aprofundados. Estes factores foram determinantes para a sua escolha, embora a colaboração entre o engenheiro Pezerat e a

Câmara Municipal de Lisboa já existisse desde 1841, através da elaboração de projectos, estudos e pareceres.

Enquanto líder da Repartição Técnica, a sua actividade pode ser dividida em dois períodos: o primeiro, entre 1852 e 1862, no qual desenvolveu um trabalho bastante intenso na gestão urbanística da cidade de Lisboa; o segundo, entre 1862 e 1872, marcado pela doença e pela progressiva degradação do seu estado de saúde, sobretudo a partir de 1866, que o impossibilitou de acompanhar o desenvolvimento dos trabalhos do serviço, sendo por isso, gradualmente substituído nas suas funções, por Domingos Parente da Silva, desenhador da Repartição Técnica, nomeado arquitecto da Cidade em 1866, que foi ocupando o lugar de chefe interino do serviço, em regime de substituição do engenheiro Pezerat, até à morte deste em 1872.

Embora não tenha tido em Portugal o papel de destaque que teve no Brasil, onde esteve ao serviço do imperador D. Pedro IV, o engenheiro Pedro José Pezerat demonstrou um grande profissionalismo e dedicação ao longo do tempo em que esteve ao serviço da Câmara Municipal de Lisboa. Se por um lado o seu trabalho foi apreciado por diversos responsáveis camarários, apesar das adversidades relacionadas com a doença que sofreu e com a falta de meios financeiros e de vontade política para levar a cabo todos os seus projectos e estudos, por outro, Pezerat foi vítima de uma certa discriminação pela sua origem estrangeira e visto com alguma desconfiança por outros responsáveis, que consideravam os seus projectos demasiado ambiciosos.

Com a apresentação, em 1865, da *Mémoire sur les études d'améliorations et embellissements de Lisbonne* e de outros estudos posteriores, o engenheiro Pezerat ambicionou desenvolver a cidade, nomeadamente, transformar a zona portuária de Lisboa num importante entreposto comercial a nível nacional e internacional, com a construção de uma rede de infra-estruturas viárias, ferroviárias e portuárias que permitisse uma eficiente circulação e distribuição de bens e mercadorias. No entanto, apesar de não terem tido aplicação prática, alguns dos projectos serviram de base a outros que seriam executados posteriormente.

Infelizmente, poucos foram os projectos da autoria do engenheiro Pedro José Pezerat, ao serviço da Câmara Municipal de Lisboa, que chegaram aos dias de hoje, não só por desaparecimento, mas essencialmente porque grande parte da documentação produzida pelo seu serviço até 1863 se perdeu no incêndio que ocorreu nesse ano, no edifício dos Paços do Concelho.

# Lisboa Republicana

---

Jorge Mangorrinha

## PREÂMBULO

### HÁ UMA LISBOA REPUBLICANA?

Esta foi a hipótese que se colocou inicialmente quando partimos para uma pesquisa sobre a sua evolução urbana após 1910, integrando o figurino das Comemorações do Centenário da República (fig. 1), que se pretende manifestadas em acções de estudo e investigação mas também em iniciativas de enriquecimento do património criativo e de formulação de ideias para o futuro da cidade de Lisboa. Trata-se de um estudo que, conjuntamente com outras iniciativas, deve criar oportunidades de (re)visitação dos valores da República e da História, nomeadamente o desempenho da vereação camarária imediatamente antes da implantação do novo regime e a evolução urbana da cidade durante um século a partir do trabalho da própria Câmara Municipal, aspectos pouco investigados e abordados quando se referenciam os efeitos do republicanismo nas nossas cidades.



Figura 1, 1910, postal, "Principais acontecimentos em Lisboa a 5 de Outubro de 1910", Espólio Cassiano Branco, Portugal, Arquivo Municipal de Lisboa, Arquivo Histórico.

O século republicano trouxe para a história de Lisboa momentos marcantes, e o urbanismo deu resposta ao crescimento da cidade: os bairros sociais (Ajuda, Arco do Cego, Boavista, Encarnação), os planos directores e empreitadas de levantamento da cidade, os novos bairros da modernidade (Alvalade, Olivais), os projectos de transformação dos espaços públicos principais (Rossio, Martim Moniz, Parque Eduardo VII), os espaços de diversão (Parque Mayer), as grandes infra-estruturas (metropolitano, aeroporto) e as manifestações comemorativas (Centenários, Expo'98, Descobrimentos).

Importa reflectir sobre se a cidade tomaria a mesma evolução se o país se mantivesse monárquico e qual o papel do Estado republicano no desempenho da Câmara Municipal de Lisboa, bem como se os valores e o ideário da revolução republicana têm expressão nos períodos políticos sucedâneos e de que modo eles se repercutem na construção da cidade. Talvez a síntese histórica que se segue ajude a abrir pistas que sustentem esta investigação.

Neste projecto, a tarefa do Arquivo Municipal de Lisboa é a de disponibilizar o seu excelente espólio documental para os estudos históricos relativos à construção da cidade por parte da Câmara Municipal, bem como participar nos novos desafios de Lisboa, no fecho deste ciclo de 100 anos. O estabelecimento de acordos com entidades externas deve conferir um valor acrescentado por via do exercício de projecto em zonas seleccionadas por parte de estagiários de arquitectura.

O desenvolvimento dos sistemas de informação geográfica (SIG) e os conteúdos geo-referenciados verificados nestes últimos anos podem também ser instrumentos importantes para a fase de exercícios projectuais integrados neste Projecto.

Encontra-se em selecção um conjunto de peças iconográficas representativas deste período, quanto ao seus valores projectual e gráfico, que poderão dar forma à edição "Lisboa Republicana. 100 Anos, 100 Desenhos". Simultaneamente, propõe-se que a Câmara Municipal protocole com a Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa a participação desta prestigiada Faculdade no projecto, no âmbito do seu Laboratório de Património, que se consubstancia no alargamento da equipa com alunos estagiários para desenvolverem exercícios projectuais nas zonas identificadas no estudo da evolução histórica deste período de 100 anos, bem como, no último ponto, em sinais de prospectiva, com criatividade e utopia. Em simultâneo, a participação de investigadores internos e externos pode contribuir para o enriquecimento do texto introdutório às 100 imagens, as quais podem ser capituladas na seguinte proposta de índice:

1. Lisboa em vésperas da República: a vereação republicana na Câmara
2. Primeira República e as preocupações sociais
3. Estado Novo, Duarte Pacheco e as grandes reformas estruturais
4. Anos 40-60: novos bairros, novas centralidades?
5. Planos directores versus expansão urbana
6. Realojamento e urbanismo social
7. O Chiado e a regeneração urbana
8. Planeamento estratégico
9. A Exposição Mundial e a Lisboa Ribeirinha
10. Lisboa 2010 - Cidade Imaginada

## EVOLUÇÃO URBANA DE LISBOA: UMA SÍNTESE

**A**s Vésperas da República: Lisboa era, nos anos antecedentes à implantação da República, uma cidade confinada ao território interior da Estrada da Circunvalação, que bordejava respectivamente, a nascente e a poente, os cemitérios do Alto de S. João e dos Prazeres, alargando-se ainda em extensões mais ou menos consolidadas nas áreas mais marginais ao Tejo, do Poço do Bispo a Pedrouços, bem como, mais dispersamente, nos eixos de saída (Estrada de Monsanto para a Buraca, Estrada do Lumiar para Odivelas, estradas de Benfica e Carnide) (fig. 2).

Nos anos finisseculares de Oitocentos e na primeira década do século XX, predominou o conjunto de obras de expansão para norte do centro urbano da capital, como resultado do

trabalho de uma equipa camarária coordenada pelo engenheiro Ressano Garcia. A inauguração da Avenida da Liberdade e a decisão, em 1900, de construir o Parque Eduardo VII, como sinal de avanço da cidade para além do seu centro pombalino, reforçaram a figura axial do centro, que se consolidara no século XIX, entre a Praça do Comércio, o Chiado e o Passeio Público. Também as extensões de Lisboa - articuladas com o crescimento demográfico, as exigências económicas e financeiras do modelo de desenvolvimento liberal e ainda com a representatividade política e simbólica de uma cidade capital - não implicaram a destruição dos velhos bairros, apesar de algumas vezes se terem levantado nesta época a favor da remodelação dessas estruturas tradicionais.



Figura 2, 1911, "Planta da Cidade de Lisboa em 1911", escala 1:10.000. Portugal, Arquivo Municipal de Lisboa, Arquivo Intermédio.

O *ciclo de Ressano Garcia* imprimiu a Lisboa um programa urbano, apesar de o *Plano Geral de Melhoramentos* se ter transformado em *Plano Parcial de Melhoramentos*, ou crescido a instabilidade social que se seguiu após a queda da Monarquia. Lisboa mudou na escala e no ambiente urbano, através de um processo dinâmico, pensado a partir da Regeneração oitocentista, concretizado segundo conceitos correntes na Europa pelas iniciativas individuais e colectivas dos seus agentes, anunciado universalmente em 1900 na exposição de Paris e florescente no período em que o país mudou definitivamente de regime<sup>1</sup>.

**D**a *Primeira República à Ditadura*: O período da Primeira República não dinamizou grandemente o sistema urbano da capital, apesar de algumas intervenções pontuais e das preocupações com os valores sociais que se materializaram na promoção de bairros próprios para classes pouco abastadas.

Na época, a cidade compunha-se de cenários de um carácter romântico marcadamente oitocentista, expresso na arquitectura promovida tanto pela iniciativa privada como pública. Confrontava-se ainda com a definição dos quadros das parcelas a expropriar, na malha racional e reticulada decorrente do plano de rasgamento das Avenidas Novas. Em contra-

<sup>1</sup> MANGORRINHA, Jorge - "Lisboa entre a Monarquia e a República, no seu contexto urbanístico-administrativo (1904-1911)". In *Levantamento da planta de Lisboa: 1904-1911*. Lisboa: Câmara Municipal, 2005. p. 25.

regra com o modelo setecentista - regrado na malha urbana como na arquitectura -, a cidade republicana assistia ao preenchimento do xadrez de expansão com um conjunto de arquitecturas de perfil diverso, descurando o sentido urbano de escala, ritmo e perenidade.

Neste contexto, foi marcante a colocação de uma mancha verde de lazer e contemplação no ponto mais alto desta zona de expansão, que incluiria o novo edifício da Câmara Municipal, que o período republicano não daria continuidade, preferindo manter-se no edifício da Baixa que fora o cenário oficial da proclamação da República às gentes de Lisboa e ao país. Por causa desta área verde, foi aprovada uma proposta do vereador Ventura Terra, no sentido de uma reorganização dos serviços técnicos da Câmara, para que os trabalhos do Parque Eduardo VII viessem a ser coordenados por arquitecto, por julgar tratar-se “*de uma obra onde predomina a arte, e principalmente a arquitectura paisagista, monumental e urbana*”<sup>2</sup>. E, logo em Julho de 1911, Ventura Terra lança uma nova ideia para este parque: a construção de um teatro municipal ao ar livre, a utilizar para “*declamação, canto, concertos, festas e conferências*”, e substituindo o teatro do Jardim da Estrela. O arquitecto perspectivava neste novo equipamento melhores condições de conforto e o aproveitamento do desnível do terreno do parque para assim se conseguir boas condições de plateia. A proposta do arquitecto previa um anfiteatro com capacidade para 1000 lugares sentados, circundando-os com passeios para cerca de 2000 espectadores de pé, e ainda um bufete para servir refrescos ao ar livre<sup>3</sup>.

Algumas das propostas para este espaço de lazer não chegariam a concretizar-se, apesar de aprovadas, tal como aconteceu com a proposta de construção de um monumento triunfal da implantação da República e de uma esplanada dos heróis da Revolução<sup>4</sup>. Em 1914, a revista *Ilustração Portuguesa* anunciava a construção deste empreendimento para um prazo de 5 anos<sup>5</sup>.

Uma outra questão pertinente neste período passou pela proposta da Sociedade de Propaganda de Portugal em fazer estender a linha-férrea de Cascais até Santa Apolónia, com a construção de equipamentos de apoio a serviços de passageiros, mercados e comércio marítimo. A Câmara, por seu turno, contrapôs com um plano de construção de um passeio público ajardinado de Santos ao Cais do Sodré. A proposta da Sociedade implicaria a transferência do Arsenal de Marinha e a construção de terraços sobre colunas nas margens do Tejo. A Câmara considerou o projecto irrealizável, sustentando a sua opinião em argumentos orçamentais e paisagísticos.

A Câmara decidiu enviar a sua opção à Associação Comercial de Lisboa e à Associação dos Lojistas de Lisboa, que responderam contra o prolongamento da linha-férrea. Lembre-se que

---

<sup>2</sup> Sessão de 15 de Junho de 1911. Publicada em: *Actas da Câmara Municipal de Lisboa*. Lisboa, p. 353.

<sup>3</sup> Sessão de 13 de Julho de 1911. Publicada em: *Actas da Câmara Municipal de Lisboa*. Lisboa, p. 415.

<sup>4</sup> Sessão de 24 de Agosto de 1911. Publicada em: *Actas da Câmara Municipal de Lisboa*. Lisboa, p. 519.

<sup>5</sup> *Ilustração Portuguesa*. Lisboa. Nº 422 (23 de Março de 1914), p. 353.

a construção do Porto de Lisboa se iniciara em 1887, impossibilitando a apropriação da área do Aterro da Boavista para zona de lazer e recreio, criando uma barreira quase inultrapassável, reforçada com a instalação das linhas de comboios e eléctricos.

Este tema voltou a ser abordado mais tarde por Ventura Terra, sublinhando a resolução de três problemas essenciais. Em primeiro lugar, o ajardinamento de um quilómetro de margem do Tejo, onde, a norte da Rua 24 de Julho, se edificasse uma frente urbana constituída por “grandes hotéis, casinos, museus, etc.”, constituindo o todo um “*esplêndido vestíbulo desta cidade. Seria aí o desembarcadouro principal do turista que receberia a impressão de entrar numa capital civilizada. Ao contrário do que sucede actualmente*”. Ventura Terra preconizava também a transformação do mercado 24 de Julho, inaugurado em 1881, num mercado geral de peixe e a construção de um grande mercado agrícola no Jardim D. Luís. Por fim, como terceiro ponto, considerava importante o alargamento da Rua do Arsenal e a construção de um amplo pórtico<sup>6</sup>. Estes foram os fundamentos da *Lisboa Futura*, projecto desenvolvido em 1910 pelo próprio arquitecto, nos meses antecedentes à República.

O elemento central deste projecto seria uma alameda arborizada, disposta com o carácter próprio de um passeio público, do qual se desfrutaria do movimento comercial e marítimo próprio do recinto. A lógica de Ventura Terra era compatibilizar a função recreativa com a comercial, numa área constituída por terrenos pertencentes à Câmara e ao Estado, que segundo o seu autor eram os “*únicos existentes nas margens do Tejo sem edificações de carácter definitivo e onde realmente se podem com pequeníssimo dispêndio realizar estes melhoramentos*”. Este projecto inviabilizava, portanto, a extensão da linha-férrea desde Santos ao Cais do Sodré, e muito menos até ao Cais dos Soldados (Santa Apolónia), que segundo o vereador “*seria o cometimento de um crime, de lesa arte*”.

A administração do Porto de Lisboa referiu-se a esta matéria, optando por considerar como definitivos os equipamentos do troço do Porto Comercial e rejeitando o projecto de embelezamento proposto pela Câmara, sem que, em 1911, Ventura Terra, de regresso de uma extensa viagem por algumas capitais europeias, reforçasse a necessidade de um investimento da Câmara e do Ministério do Fomento nos melhoramentos da margem do Tejo, com a “*construção de mercados, posto de desembarque de passageiros, estação dos Caminhos de Ferro de Cascais e do Sul e Sueste, etc.*”<sup>7</sup>, a que se seguiria a construção de hotéis, casinos e outros equipamentos de lazer, para além da remoção das instalações da Companhia do Gaz.

É interessante detalhar esta disputa que decorreu na viragem do regime político, porque os temas e a discussão seriam prolongados durante o novo século.

---

<sup>6</sup> Sessão de 23 de Março de 1910. Publicada em: *Actas da Câmara Municipal de Lisboa*. Lisboa. p. 181.

<sup>7</sup> Sessão de 29 de Dezembro de 1911. Publicada em: *Actas da Câmara Municipal de Lisboa*. Lisboa. p. 755.

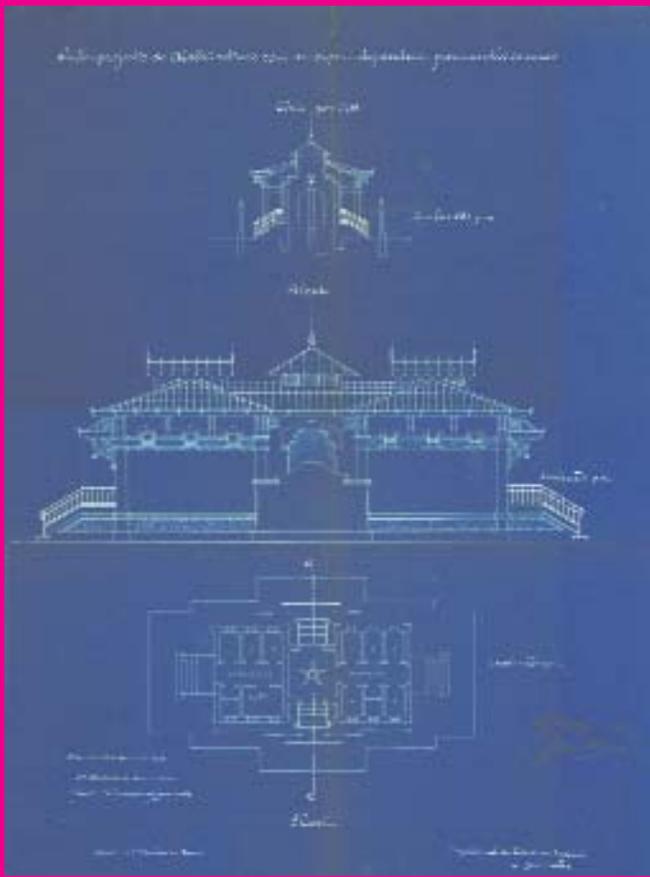


Figura 3a, 1912, “Anteprojecto de chalé-retrete com serviço independente para ambos os sexos”, corte, alçado e planta, da autoria do arquitecto em tirocínio José Coelho sob coordenação do arquitecto Ascensão Machado. Portugal, Arquivo Municipal de Lisboa, Arquivo do Arco do Cego.

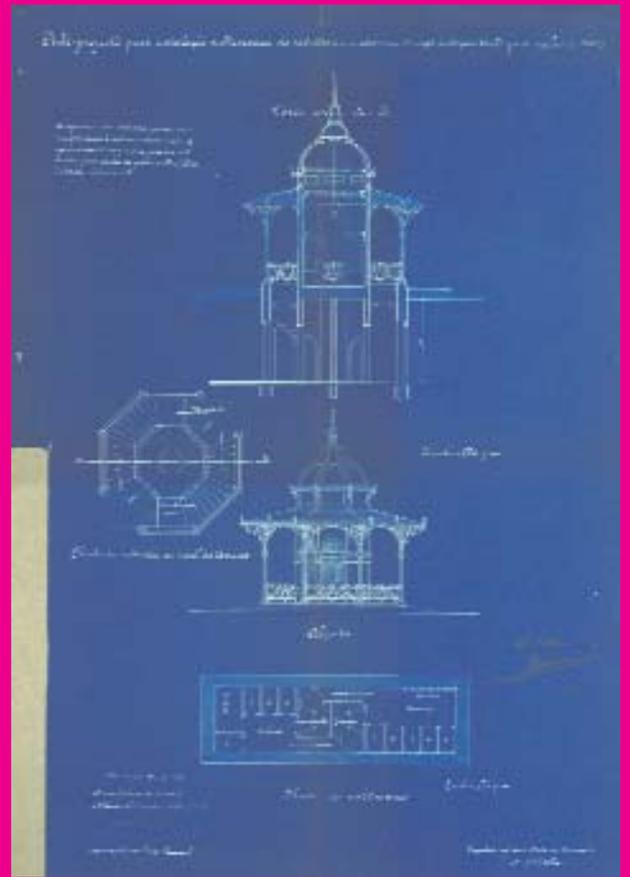


Figura 3b, 1912, “Anteprojecto para instalação subterrânea de retrete e urinóis com serviço independente para ambos os sexos”, corte, plantas e alçado, da autoria do arquitecto em tirocínio José Coelho sob coordenação do arquitecto Ascensão Machado. Portugal, Arquivo Municipal de Lisboa, Arquivo do Arco do Cego.

Um outro assunto que haveria de estar nas preocupações da Câmara foi o da higiene urbana (fig. 3). Na sessão de 21 de Setembro de 1911, o vereador Caetano Alves propôs que, pela repartição competente, se procedesse a estudos e orçamentos para a construção de retretes e urinóis subterrâneos para ambos os sexos, nas principais praças públicas, começando pela de D. Pedro IV (Rossio). Para tal, foi encarregue o arquitecto de 1.<sup>a</sup> classe Ascensão Machado, auxiliado pelo arquitecto em tirocínio José da Purificação Coelho. Todavia, a existência da rede de canalização perto da superfície poderia causar algumas dificuldades para este modelo de mobiliário urbano. A 28 de Maio de 1912, o arquitecto-chefe José Alexandre Soares, em ofício dirigido ao Presidente da Câmara, julga *“impróprio este género de construções para os países do nosso clima, no que respeita à higiene e aos nossos hábitos relativamente à nossa educação; e é assim que, só nos países do norte e muito especialmente na Inglaterra, este género de construções subterrâneas têm sido frequentemente adoptadas”*. Assim, prevendo a impossibilidade de se pôr em prática as referidas construções, elaboraram os mesmos arquitectos um projecto-tipo de pavilhão retrete dos mais usualmente adoptados para construir acima do solo.

Também o problema da circulação e alargamento de vias foi levantado, de acordo com preocupações de mobilidade e de salubridade urbana. Relativamente aos bairros antigos, na Comissão Executiva da Câmara de 24 de Julho de 1920, o vereador Sousa Neves considera que *“a freguesia*



Figura 4, 1920, planta de alteração viária e alargamento de vias no bairro do Castelo desde o Largo do Menino de Deus e o Largo de Santa Cruz do Castelo, esc. 1:1000. Portugal, Arquivo Municipal de Lisboa, Arquivo do Arco do Cego.

do Castelo é uma daquelas que mais direito tem, pelo abandono a que tem sido votada, pelo que propõe o alargamento das ruas das Flores e do Recolhimento ao Castelo (...) de harmonia com o projecto de melhoramentos da cidade”<sup>8</sup>, tendo-se em vista a aplicação da legislação em vigor<sup>9</sup> (fig. 4). No mesmo sentido, já em 1917 tinha surgido um projecto que tinha por fim dotar a zona oriental da cidade com melhores condições de habitabilidade no que diz respeito à higiene e às facilidades de viação. Projectou-se uma avenida que, partindo de Santa Apolónia (Comendadeiras de Santos), estabeleceria a ligação com a parte alta da cidade, isto é, Penha França e Alto do Pina, descongestionando o movimento crescente da parte compreendida entre os caminhos-de-ferro e a Praça do Comércio.

Também outras áreas passam a ser sujeitas a projectos de melhoramentos, tendo em vista uma maior salubridade e desafio na mobilidade urbana (figs 5, 6, 7).

<sup>8</sup> Cópia da proposta do vereador Sousa Neves, passada pela 3.ª Repartição - Engenharia, DSU. Portugal, Arquivo Municipal de Lisboa, Arquivo do Arco do Cego.

<sup>9</sup> Trata-se do n.º 8 do art.º 2.º da Lei de Expropriações de 28 de Julho de 1912 e considerando o parágrafo do 2.º do art.º 6 da mesma lei.

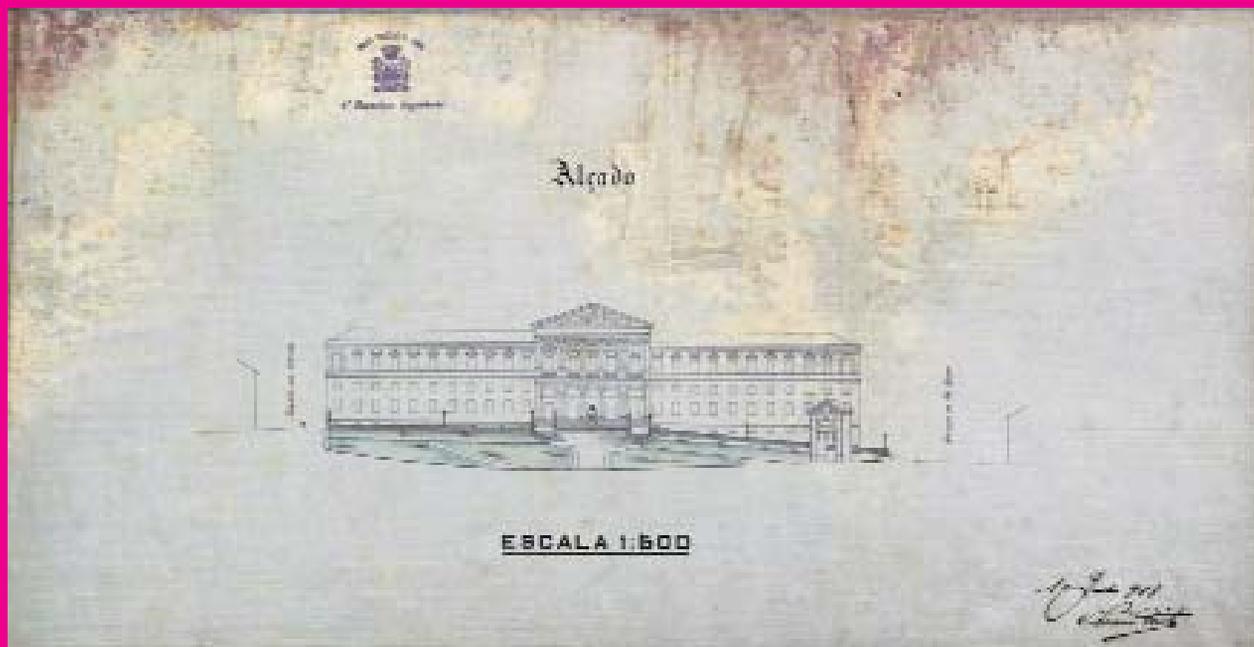


Figura 5, 1918, anteprojecto de melhoramentos no Largo de S. Bento, alçadas e plantas, 10 de Julho de 1918, ass. Neves Pinto. Portugal, Arquivo Municipal de Lisboa, Arquivo do Arco do Cego.

A Primeira República dá também continuidade aos planos municipais de expansão de outras zonas da cidade (Campo de Ourique, Avenida Almirante Reis, bairros das Colónias, da Inglaterra, dos Açores, do Alto de S. João). No mesmo sentido, em 1922, é realizado o anteprojecto de melhoramento das condições de viação da Estrada da Portela, bem como de prolongamento da Avenida do Parque até ao sítio da Portela de Sacavém e a sua ligação com o futuro prolongamento da Avenida Almirante Reis, “condições estas homogéneas por todas estas vias, serem já hoje de grande movimento, e irem todas elas ligarem-se num ponto, será o eixo duma futura Praça de 30,0 metros de raio”<sup>10</sup>. Esta foi uma necessidade que se intensificou na década seguinte aquando da decisão de construir o Aeroporto na Portela.

Se as transformações urbanas verificadas nesta época decorrem da dinâmica originada algumas décadas antes com os projectos de expansão e de melhoramentos, a marca mais notada

<sup>10</sup> Memória Descritiva assinada pelo medidor de 1.ª classe Júlio da Silva Costa, da 5.ª Repartição - Engenharia (Serviço da Planta da Cidade "Estradas", 10 de Agosto de 1922). Portugal, Arquivo Municipal de Lisboa, Arquivo Arco do Cego.



Figura 6, 1922, "Anteprojecto de melhoramentos a executar a nascente do Arco do Cego e Campo Grande e a poente do prolongamento da Avenida Almirante Reis até ao sítio da Portela". Aprovado em 4 de Dezembro de 1922 e anulada a aprovação por despacho presidencial de 16 de Abril de 1938 (*Diário Municipal* de 22-4-1938). Portugal, Arquivo Municipal de Lisboa, Arquivo do Arco do Cego.



Figura 7, 1922, "Anteprojecto de ligação entre a Avenida do Parque e a Avenida Almirante Reis (sítio da Portela) e alargamento da Estrada da Portela". Aprovado em 4 de Dezembro de 1922 e anulada a aprovação por despacho presidencial de 16 de Abril de 1938 (*Diário Municipal* de 22-4-1938). Portugal, Arquivo Municipal de Lisboa, Arquivo do Arco do Cego.

do espírito republicano dá-se com a concepção dos primeiros bairros sociais (bairros da Ajuda/Boa Hora, Arco do Cego) (fig 8), continuados depois no Estado Novo com outros bairros em Caselas, Madre Deus, Encarnação e Restelo.

Em 10 de Maio de 1919, a Secretaria-Geral do Ministério do Trabalho faz publicar no *Diário do Governo*: “com fundamento do disposto no regulamento para a construção dos Bairros Sociais, aprovado pelo decreto n.º 9.481, de 30 de Abril último, manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministério do Trabalho”, nomear os seguintes arquitectos e comissões técnicas:

Para o Bairro de Braço de Prata,

António Couto de Abreu, presidente

Porfírio Pardal Monteiro, vogal

Raul Pedro Martins, vogal

Amílcar da Silva Pinto, vogal

Para o Bairro da Ajuda,

Manuel Joaquim Norte Júnior, presidente

Luís Ribeiro Carvalhosa Cristino da Silva, vogal

Luís Alexandre da Cunha, vogal

Alfredo de Assunção Santos, vogal

Para o Bairro de Alcântara,

Raul Lino, presidente

Deolindo Vieira, vogal

José Pacheco, vogal

José Coelho, vogal

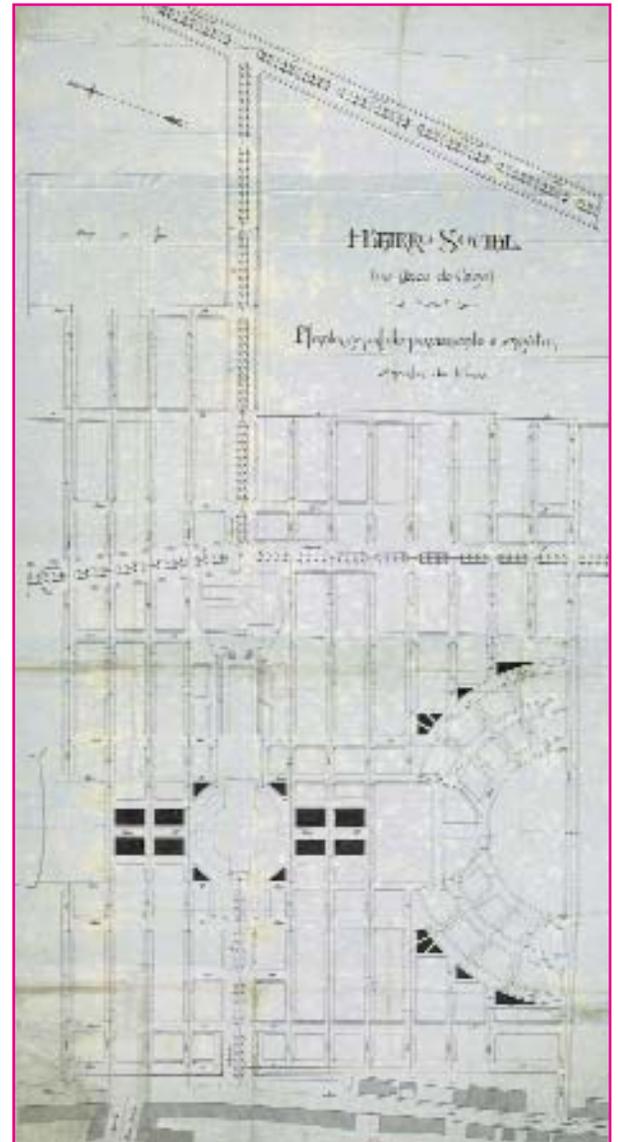


Figura 8, [1918 ou 1919] 1.º Bairro Social "Arco do Cego", "Planta Geral do Pavimento e Esgotos", 1:500, des. [J.]. Portugal, Arquivo Municipal de Lisboa, Arquivo do Arco do Cego.

Os dois bairros sociais - Ajuda e Arco do Cego -, cuja construção tivera início durante a Primeira República, ao abrigo da primeira Lei dos Solos, de 1912 que definiu inclusivamente a construção de bairros operários e particularmente do decreto n.º 4415 de 1918, prolongaram-se pelos anos seguintes. Ainda em 1919, o decreto-lei n.º 5397 determinou a abertura de crédito para a aquisição de terrenos e para a construção de um bairro de 100 casas de carácter social para a Rua do Arco do Cego e Estrada das Amoreiras. Em 1927, o Governo transfere para a Câmara o Bairro do Arco do Cego, para o concluir. O da Ajuda é terminado em 1934 e o do Arco do Cego no ano seguinte.

O Bairro do Arco do Cego incorpora, na sua origem, o ideal utópico socialista e republicano. Trata-se de um projecto moderno, com um programa inicial com alojamento, mas não se extingue nele. O prolongamento no tempo da sua obra e a apropriação pelo Estado Novo deram-lhe outro destino, que lhe moldou o carácter, ressaltado pela construção dos equipamentos: liceu (1940), igreja (1949), escola primária (1954).

Se a Primeira República institucionaliza a promoção habitacional dos bairros sociais, o Estado Novo cria verdadeiramente uma política de habitação. Ao estudo camarário sobre os bairros operários e às normas gerais sobre uma política para resolver o problema dos bairros clan-

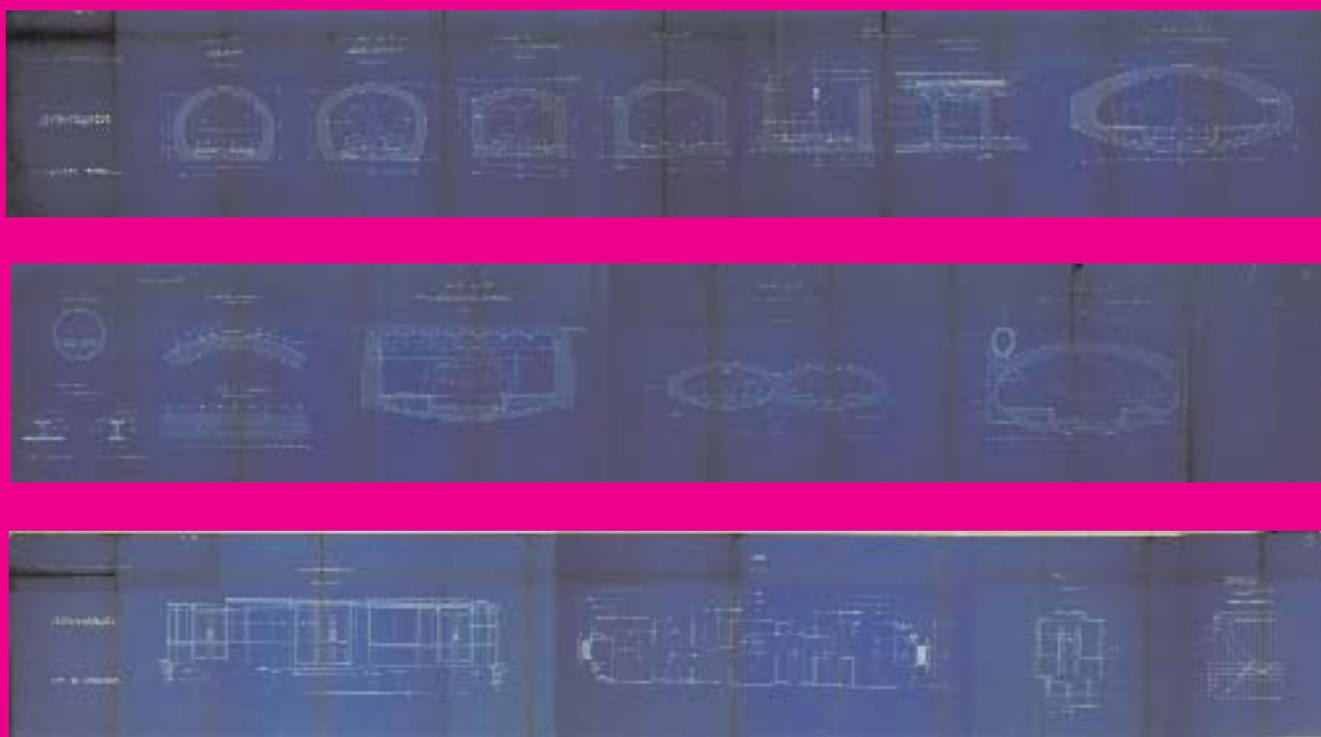


Figura 9a-b, 1931, "Construção e exploração de um Caminho-de-ferro Metropolitano" - secções tipo - Viaduto de Alcântara". Portugal, Arquivo Municipal de Lisboa, Arquivo do Arco do Cego. Figura 9c, 1938 "Caminho-de-ferro metropolitano de Lisboa", engenheiro Carlos Buigas. Portugal, Arquivo Municipal de Lisboa, Arquivo do Arco do Cego.

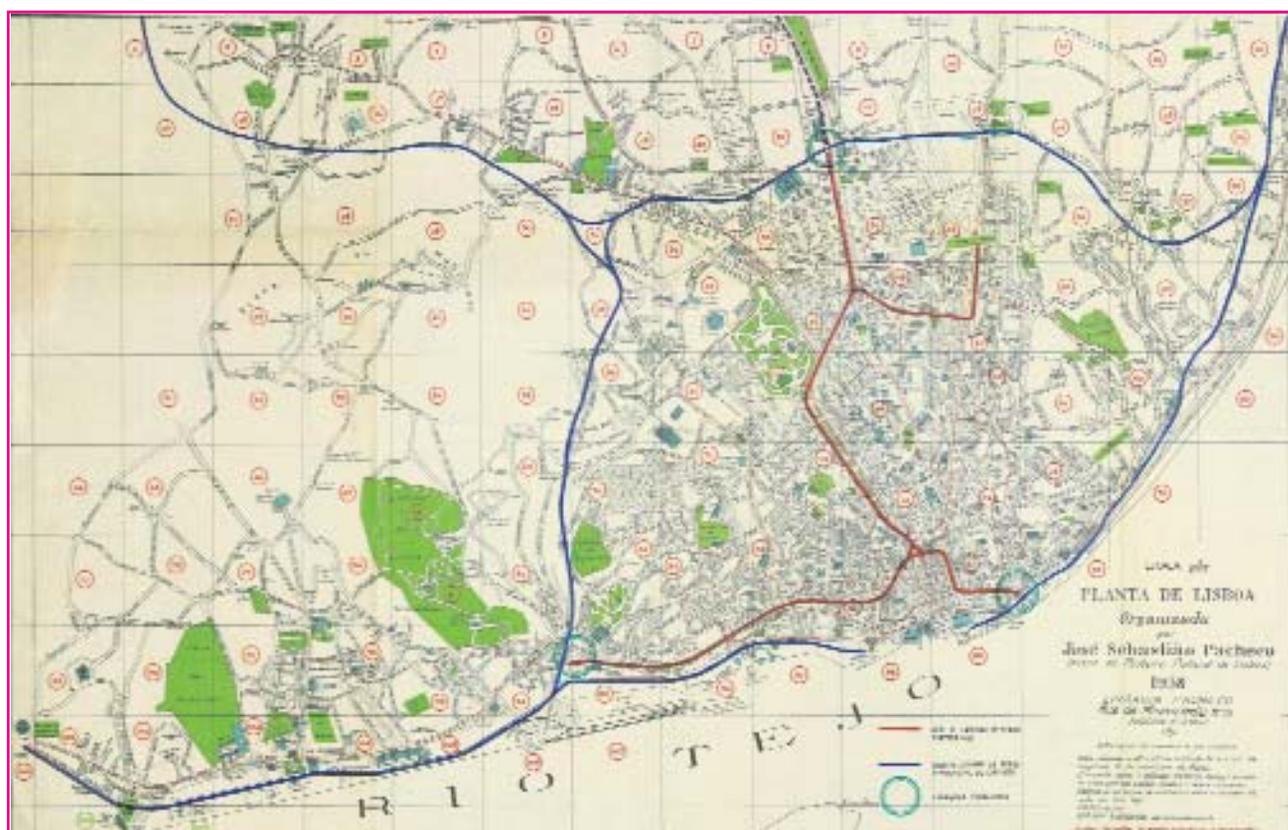


Figura 9, 1938, "Planta de Lisboa, organizada por José Sebastião Pacheco (autor do *Roteiro Policial de Lisboa*)". Portugal, Arquivo Municipal de Lisboa, Arquivo do Arco do Cego.

destinos, a partir de 1926, o Estado responde retomando a ideia das casas económicas<sup>11</sup>, com base numa estrutura bem definida: casas independentes, ajardinadas, unifamiliares e propriedade dos ocupantes mediante o regime criado da renda solúvel.

**S**egunda República: o Estado Novo. As Comissões Administrativas do período da Ditadura Militar pouco mais fizeram do que gerir as ideias e os problemas herdados da Primeira República, os quais consistiam na tentativa de estabelecer um plano de urbanização e expansão da cidade, resolver a crise da habitação e estabelecer a rede viária fundamental<sup>12</sup>.

A década de 1930 vai revelar-se decisiva quanto à quantidade de estratégias, projectos e obras lançados e executados. Alguns temas afiguram-se emblemáticos, designadamente nas novas infra-estruturas cujas obras decorreriam pelas décadas seguintes. Começa a ter maior pre-mência a necessidade de construir um caminho-de-ferro metropolitano (fig. 9).

A partir dos anos 30, o Parque Eduardo VII volta a ser tema de projecto (figs. 10, 11). Pela situação central na cidade e pela sua posição dominante em relação à Avenida da Liberdade,

<sup>11</sup> DECRETO-LEI n.º 16.055/28. *Diário do Governo* (28-10-22). DECRETO-LEI n.º 23.052/33. *Diário do Governo* (33-09-23).

<sup>12</sup> SILVA, Carlos Nunes - *Política urbana em Lisboa: 1926-1974*. Lisboa: Livros Horizonte, 1994. ISBN 972-24-0878-X. p. 9.

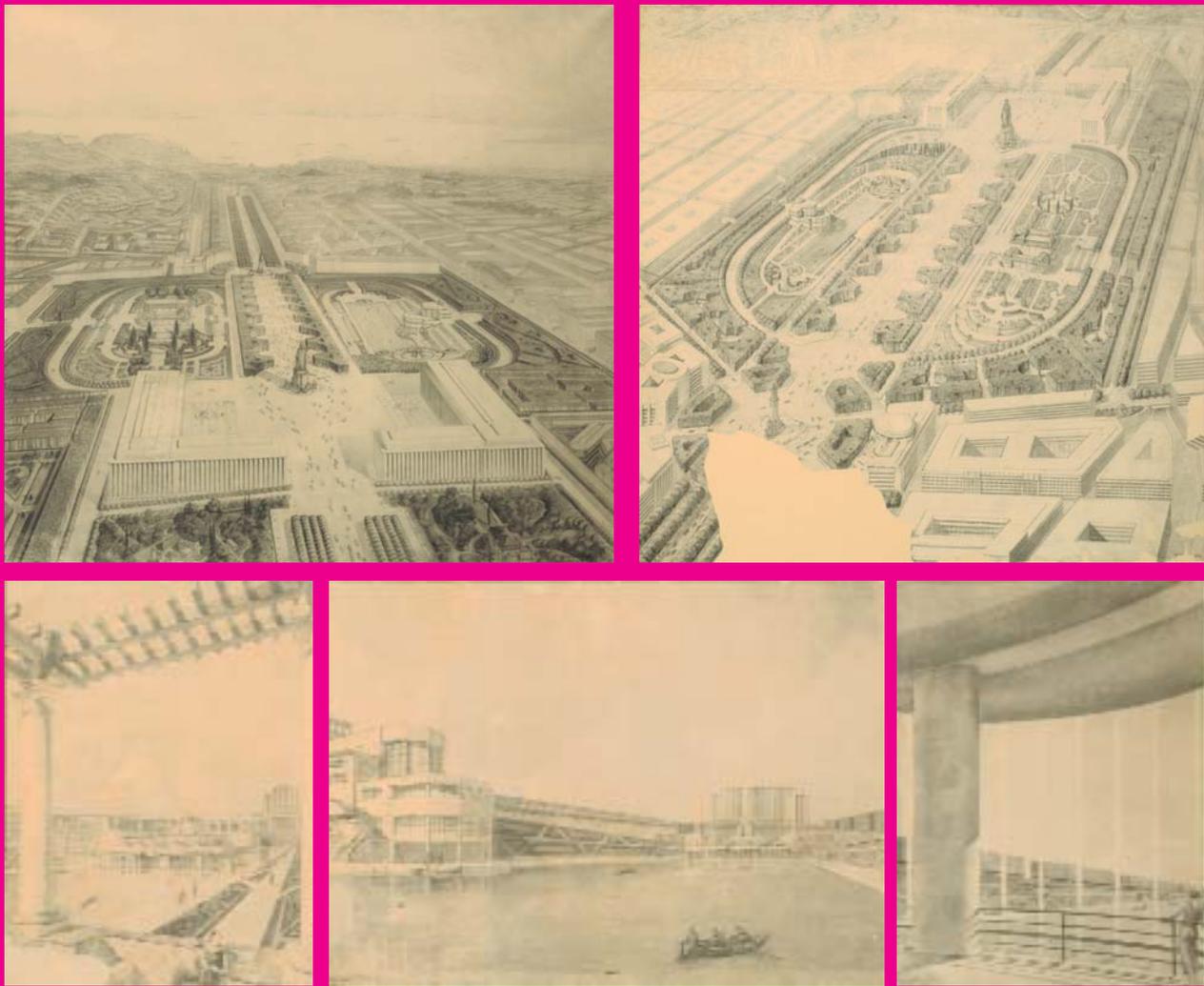


Figura 10a, 1932, "Projecto do Parque Eduardo VII e Prolongamento da Avenida da Liberdade" - Estudo perspéctico 1 da autoria do arquitecto Luís Cristino da Silva. Figura 10b, Estudo perspéctico 2. Figura 10c, Trechos do grande canal, tríptico. Estudos perspécticos da autoria do arquitecto Luís Cristino da Silva. Portugal, Arquivo Municipal de Lisboa, Arquivo do Arco do Cego.

ocupou sempre a actividade do município, com particular incidência desde a década de 1880. Antes da implantação da República, o primeiro projecto completo é da autoria do engenheiro Miguel Pais, que em três opúsculos publicados sucessivamente em 1885, 1886 e 1887, defendeu a sua ideia com base no prolongamento rectilíneo num único trainel, na construção de uma praça no fim da avenida e próximo da Penitenciária e no ajardinamento dos espaços vizinhos da avenida. Porém, os projectos municipais de 1889, 1899 e 1910 não consideram o prolongamento rectilíneo desta avenida. Em 1929, é recuperada a ideia de Miguel Pais, que um novo plano, datado de 1932, formaliza em: duas avenidas, ocidental e oriental, sensivelmente simétricas em relação ao eixo da avenida; aproveitamento para uma construção de ponto dominante, construção de *edifícios sumptuosos* no alto próximo da Penitenciária e colocação de lagos no lado oriental. O projecto do Parque Eduardo VII e prolongamento da Avenida da Liberdade, da autoria do arquitecto Luís Cristino da Silva, previa a localização de um monumento a D. Nuno Álvares Pereira no alto do Parque Eduardo VII. O estudo do remate do topo norte da alameda central é da autoria dos arquitectos Keil do Amaral, Alberto Pessoa e Hernâni Gandra, com cálculo de estruturas do engenheiro Edgar Cardoso.

Já em 1910, houvera a intenção de urbanizar os talhões laterais com frente para a Rua Castilho e Avenida António Augusto de Aguiar, tendo por fim cobrir os encargos das obras de urbanização. A este projecto, seguiu-se a execução das terraplanagens dos arruamentos previstos na área do actual Parque Eduardo VII, constituindo a primeira parte do projecto geral de terraplanagens do *prolongamento da Avenida da Liberdade e arruamentos da encosta de Palhavã*. Nesta primeira parte, estudaram-se: o prolongamento da Avenida da Liberdade, as duas laterais (oriental e ocidental), as ruas transversais à Avenida da Liberdade, os circuitos das zonas ajardinadas das avenidas Fontes Pereira de Melo e Joaquim António de Aguiar. O estudo do prolongamento da Avenida da Liberdade e da Rua Ocidental do Parque foi feito até ao seu encontro com as ruas Fialho de Almeida e Marquês de Fronteira.

Todos estes arruamentos foram incluídos no projecto de urbanização elaborado pela Câmara Municipal de Lisboa.

Para o plano nomear-se-ia nesta época uma comissão e convidado o arquitecto paisagista francês J. C. Forestier, que terá sido o urbanista que viria a traçar as linhas gerais de intervenção do período de Duarte Pacheco (fig. 12).

A Câmara empossada em Janeiro de 1938 considerou como essencial a elaboração do *Plano de Urbanização e Expansão da*

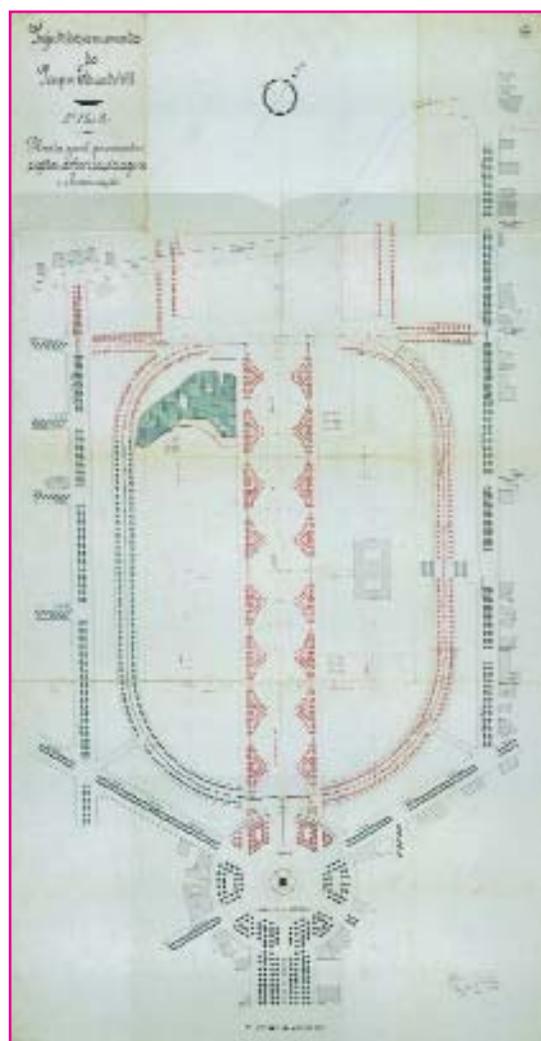


Figura 11, 1936, "Projecto dos arruamentos do Parque Eduardo VII, 1.ª parte - Planta geral, pavimentos, esgotos, arborização, águas e iluminação", esc. 1:1000, 7 de Junho de 1936. Portugal, Arquivo Municipal de Lisboa, Arquivo do Arco do Cego.



Figura 12, 1938, "Plano Director, Elementos para o Estudo do Plano de Urbanização da Cidade de Lisboa, - Planta de congestionamento de trânsito - Baixa, planta n.º 8", esc. 1:2.500, desenhado por Carlos Jorge sob direcção do engenheiro António Emídio Abrantes. Portugal, Arquivo Municipal de Lisboa, Arquivo do Arco do Cego.



Figura 13, 1938, "Programa de Concurso e Caderno de Encargos para o Levantamento Topográfico da Cidade de Lisboa - Planta da cidade de Lisboa", esc. 1:25.000. Portugal, Arquivo Municipal de Lisboa, Arquivo do Arco do Cego.

*Cidade* (PGUEL). Para a realização deste trabalho, verificou-se existirem apenas como elementos básicos as plantas da cidade, uma concluída em 1911 na escala 1:1000 e outra em 1935 na escala 1:5000. Estas plantas foram utilizadas como base dos primeiros estudos, mas a necessidade de finalizar com maior rigor o estudo do plano obrigou a realizar-se um levantamento topográfico, para o qual foram elaborados o programa de concurso e o caderno de encargos, já no final do ano (fig. 13).

Os principais objectivos do PGUEL passaram por: criação de uma rede viária radiocêntrica a partir de um eixo construído pela Avenida António Augusto de Aguiar e o seu prolongamento até à Estrada Lisboa-Porto; organização de densidades populacionais decrescentes do centro para a periferia; criação de uma zona industrial na zona oriental da cidade, associada ao porto; construção de uma ponte sobre o Tejo no Poço do Bispo-Montijo, ligada a uma das circulares; construção de um aeroporto internacional na parte norte da cidade; criação de um parque em Monsanto com cerca de 900 ha e uma zona verde em torno da cidade que incluiria esse parque e que se prolongaria pela várzea de Loures até ao Tejo. O principal instrumento deste plano foi o zonamento, dividindo o espaço em áreas com diferentes usos, às quais se aplicava legislação específica.

Assim, as décadas de 30 e 40 representam o primeiro grande investimento urbanístico após 1910, pela mão de Duarte Pacheco, dotando a cidade de um novo zonamento, de modernas redes viárias, novos equipamentos e um vasto programa de casas económicas<sup>13</sup> associado à legislação que pôs cobro à construção de vilas - de iniciativa privada e filantrópica, de finais do século XIX até aos anos 30 - pela profusão de ocupação dos espaços no interior desses quarteirões, causando problemas de insalubridade.

Até meados do século XX, Lisboa caracterizara-se, como vimos, por um *continuum* cidade-campo, acentuando-se algumas das linhas de crescimento do centro para a periferia da urbe: São Sebastião-Benfica, Campo Pequeno-Lumiar, Almirante Reis-Areeiro, a que se vem juntar a frente ribeirinha, cuja gestão passa a ser da responsabilidade da então criada Administração do Porto de Lisboa, e que são, nessa altura, os principais eixos de expansão da cidade.

Em 1937, realiza-se o anteprojecto das saídas da cidade por Benfica e Lumiar, através de duas artérias amplas de ligação do centro com as estradas e os bairros limítrofes, como também de marcação condigna das entradas da capital. Neste assunto, já em 1904 Ressano Garcia projectara a avenida n.º3 do plano do Parque Florestal, com início em Palhavã e terminado no Paço do Lumiar. Verificou-se, porém, que sendo a saída natural da cidade por Carriche, tal projecto não satisfazia o objectivo traçado no anteprojecto de 1937 (fig. 14).

---

<sup>13</sup> DECRETO-LEI n.º 23.052/33. *Diário do Governo* (33-09-23).

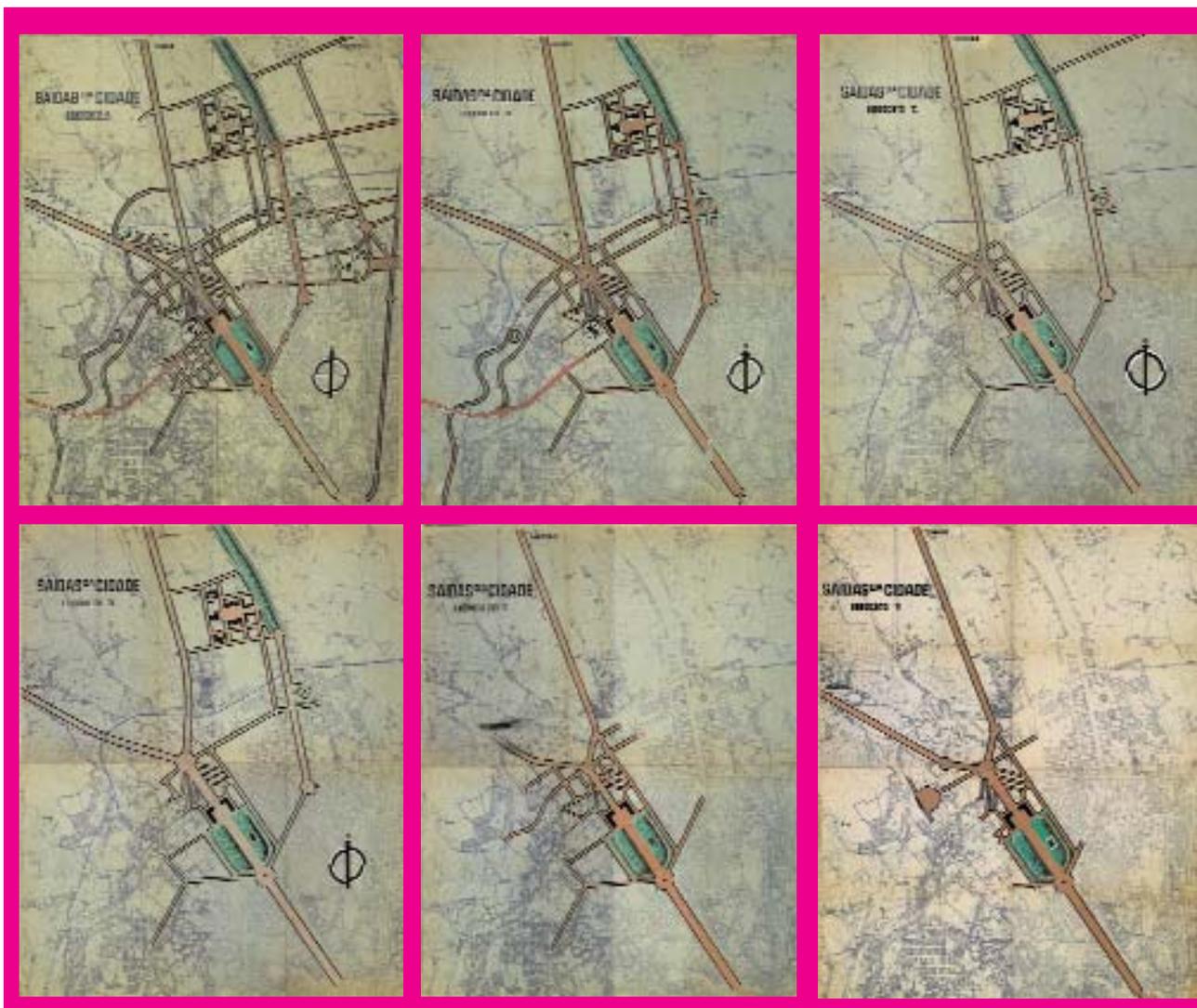


Figura 14a-f, 1937, anteprojecto das saídas da cidade por Benfica e Lumiar, plantas. Portugal, Arquivo Municipal de Lisboa, Arquivo do Arco do Cego.

De resto, o problema das saídas da cidade vinha sendo tratado pelos serviços camarários, nos últimos anos, embora somente se tivessem fixado as suas linhas gerais. Assim, no relatório publicado no *Anuário Municipal* referente ao ano de 1935, classificava-se já como estudo de primacial importância o do “*prolongamento da Avenida da Liberdade até às alturas de Palhavã, com duas saídas irradiantes do seu termo, uma para Benfica e outra para o Lumiar*”.

Procurava-se então “*remover as dificuldades que resultam de pouca largura que apresenta a actual Estrada de Benfica, e até a própria Avenida Fontes Pereira de Melo*” .

O anteprojecto constituía o primeiro trabalho deste género realizado em Lisboa, aproveitando-se para estudar o conjunto de urbanizações dos terrenos de Palhavã, aproveitando para fecho da composição os prolongamentos da Avenida António Augusto de Aguiar e da Rua Castilho.

Após o estudo da Avenida da Liberdade através do Parque Eduardo VII, aprovado em sessão de 30 de Julho de 1936, e dada a configuração do terreno, estava naturalmente indicado o seu

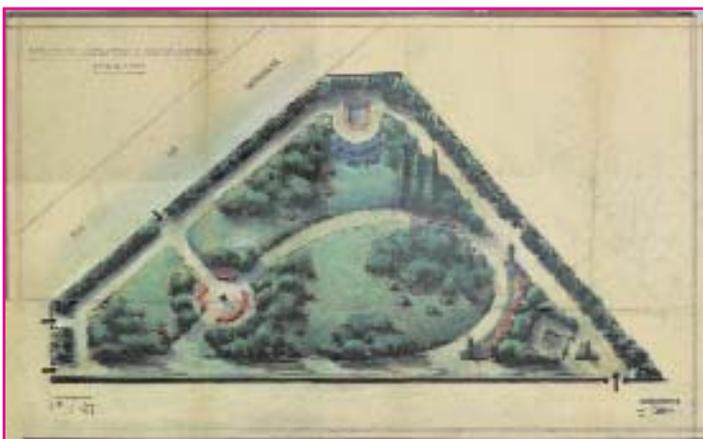
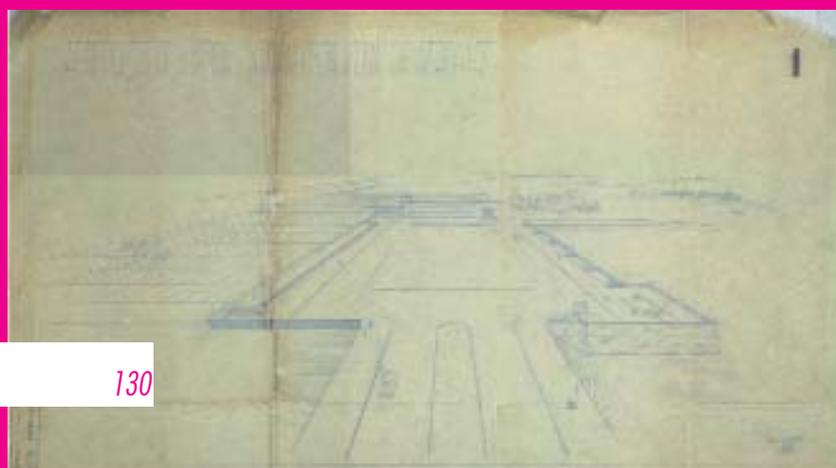


Figura 15, 1938, "Estudo dum Jardim para a Rua da Imprensa", desenho à escala 1:200. Arquitecto urbanista Faria da Costa. Câmara Municipal de Lisboa - Repartição de Urbanização e Expropriações. Portugal, Arquivo Municipal de Lisboa, Arquivo do Arco do Cego.

prolongamento até Palhavã, onde cruzaria com a Avenida de Berna. Da importância desta última artéria - transversal, que muito influenciaria no desenvolvimento da cidade para ocidente, segundo o anteprojecto das saídas de Lisboa -, nasceu a Praça Palhavã (actual Praça de Espanha), que marcou o início das saídas por Benfica e Lumiar. Esta praça seria essencialmente de circulação e distribuição, enquanto que a do Alto da Rotunda seria, como as condições naturais o exigiam, uma praça monumental.

O anteprojecto estabeleceu, então, uma ligação ampla entre estas duas praças, cuja largura é igual à do traçado da avenida através do Parque Eduardo VII. Segundo o estudo, nesta artéria de "carácter monumental", poder-se-iam realizar "condignamente grandes paradas militares". Embora o seu perfil transversal não tenha sido fixado em definitivo, a importância destas artérias exigiria uma determinada amplitude, de acordo com os perfis traçados para as avenidas da



130

Figura 16, 1938, "Aeroporto de Lisboa - Anteprojecto da Aerogare", alçado, arquitecto Francisco Keil do Amaral. Figura 16b, 1938, "Aeroporto de Lisboa - Anteprojecto da Aerogare", perspectiva, arquitecto Francisco Keil do Amaral.

Figura 16c, 1938, "Aeroporto de Lisboa - Anteprojecto da Aerogare", planta de conjunto, arquitecto Francisco Keil do Amaral. Portugal, Arquivo Municipal de Lisboa, Arquivo do Arco do Cego.

República e n.º3 do Parque Florestal, nos projectos de Ressano Garcia. As novas avenidas previam faixas de rodagem para trânsito rápido e lento, pis-tas para peões e cavaleiros, formando um conjunto a que não devia faltar “*uma certa largueza de vistas, mas que a economia exigida em obras de tal grandeza, obriga a não exceder a largura de 60 metros com que foram projectadas*”, segundo a memória descritiva assinada pelo engenheiro director-interino João Paulo Nazareth de Oliveira.

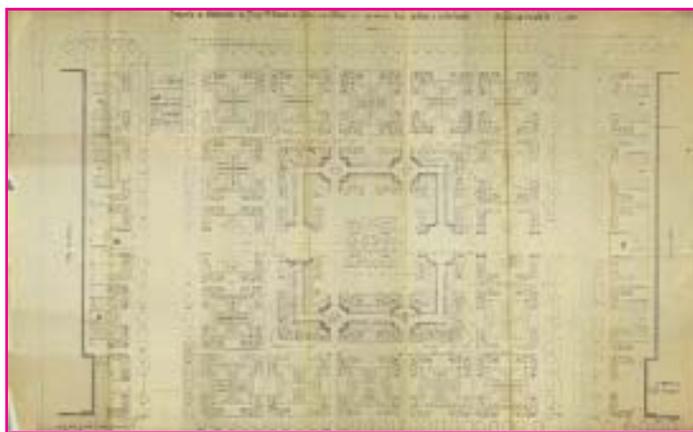


Figura 17, 1939, "Projecto de urbanização da Praça D. Vasco da Gama em Belém, pormenor dos jardins e arborização", esc. 1:200, ass. Vasco Pereira de Lacerda Marques. Portugal, Arquivo Municipal de Lisboa, Arquivo do Arco do Cego.

Entretanto, os serviços camarários projectaram pequenas obras de melhoramentos, distribuídos pela cidade (fig. 15), enquanto, a uma outra escala, Duarte Pacheco incrementaria uma política de expropriação no concelho de Lisboa, aprovando e/ou realizando projectos emblemáticos para o Estado Novo, que pretenderam transformar a cidade no centro do Império e do Mundo Português, e marcando o rosto da Lisboa da década de 40: plantação do Parque Florestal de Monsanto - *o pulmão da cidade* -, abertas novas vias de acesso, aprovadas novas urbanizações e início da construção de bairros sociais na periferia da cidade (Boavista, Encarnação, etc.), a par da edificação de novos equipamentos para a cidade e da inauguração do Aeroporto de Lisboa (fig. 16).

Conferindo uma unidade planeadora à cidade, o PGUEL, concluído em 1948, estrutura-a, enquanto que os resultados da Exposição do Mundo Português, de 1940 (fig. 17) marcam o início do período nacionalista da arquitectura do Estado Novo, com a qual a cidade se confrontará nas décadas seguintes, em *harmonia* com uma atitude mais vanguardista decorrente de teorias e práticas externas (plano de Alvalade, e áreas envolventes, e plano Infante Santo), mesmo que os programas abrangessem tipologias tão diferentes como equipamentos, habitação de renda económica, habitação de renda livre, edifícios colectivos ou moradias.

A Câmara Municipal seria o suporte *legalista* da corrente de uma nova geração de arquitectos, face à arquitectura sugestionada pelo Estado central nas suas obras de regime.

Desde o final dos anos 40 que se projectaram trabalhos para a Baixa. Em 1949, a Câmara Municipal apresenta um antepiano parcial de remodelação da zona compreendida entre a Praça da Figueira e a Rua da Palma, ocupada, em parte, por bairros insalubres, propondo-se solucionar problemas de trânsito no centro e ampliar a zona comercial e de escritórios. O estudo consistia na transformação do Largo Martim Moniz numa praça ampla, onde se criaria um dos principais nós de circulação da cidade, no topo da radial constituída pela Rua da Palma, Avenida Almirante Reis e Avenida do Aeroporto e ponto de encontro desta com a circular próxima, por meio de túneis (fig. 18), envolvente da Baixa, estendendo-se para sueste para o Campo das Cebolas e para sudoeste pelos Restauradores e Corpo Santo, onde encon-

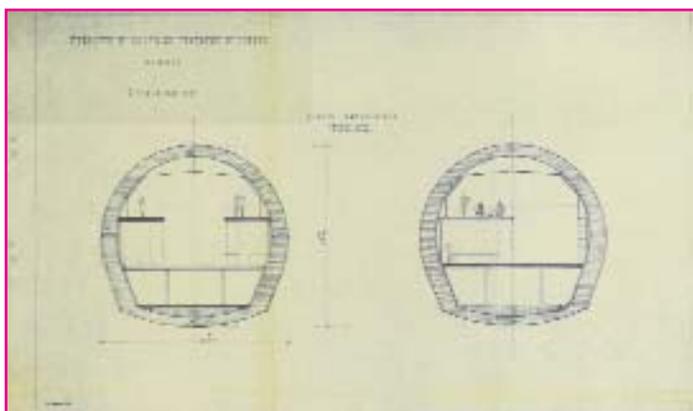


Figura 18, 1944, "Galerias cobertas de Lisboa". Autor Eng. Carlos Buigas, colab. Arq. C. Rebello de Andrade.- Esboceto de galerias cobertas de Lisboa. Perfis transversais tipo n.º 2, esc. 0,01 p.m., Março de 1943. Portugal, Arquivo Municipal de Lisboa, Arquivo do Arco do Cego



Figura 19, 1958, "Estudos de conjunto da Avenida da Liberdade e imediações", perspectiva, arq. Miguel Simões Jacobetty Rosa. Portugal, Arquivo Municipal de Lisboa, Arquivo do Arco do Cego.

traria a radial marginal do Tejo. Para dar melhor continuidade à Avenida Almirante Reis, alargar-se-ia a Rua da Palma. A praça (a denominar de D. João I) seria organizada em praça giratória, com melhor acesso ao Hospital de S. José. Nos terrenos sobrantes libertados pelas demolições, construir-se-iam edifícios comerciais e de escritórios. Este estudo mereceu críticas por parte da Comissão de Revisão da Direcção Geral dos Serviços de Urbanização, sobretudo por ser considerado um trabalho parcial, descosido possivelmente da estruturação geral da cidade, com pressupostos não justificados e por não partir de um inquérito capaz. Mas seria o prenúncio do que viria a concretizar-se, em parte, anos mais tarde.

As décadas de meados do século são marcadas, por um lado, por estes projectos de remodelação das áreas consolidadas, como na Avenida da Liberdade (fig. 19), e pelas novas expansões, nas quais a Câmara Municipal é a principal promotora, através do Gabinete Técnico da Habitação (planos de Olivais Norte e Sul e de Chelas). Estes planos apresentam registos diferentes: o primeiro é com base nas britânicas *ciudades-jardim* e estrutura celular e o segundo é mais linear e de continuidade, neste caso de acordo com as dificuldades acrescidas de assentamento numa topografia acidentada. Particularmente, o plano de Olivais Norte, projectado no Gabinete de Estudos de Urbanismo da Câmara Municipal de Lisboa, permite que os técnicos da autarquia tomam passo com um olhar renovado sobre o urbanismo moderno e huma-

nizante, no qual os espaços verdes e o paisagismo voltam a ter protagonismo. Afirma-se como zona consolidada já em décadas mais próximas do final do século, apesar das críticas de primeiro, o que viria a condicionar o projecto de Chelas que se assume como reactivo aos Olivais, procurando um modelo mais tradicional (fig. 20).

132

Entretanto, os *bairros de habitação para as classes modestas*, promovidos pela Câmara em articulação com o Estado, dariam para alojar 133.735 indivíduos. Em 1958, o programa foi prorrogado por mais dez anos, em virtude dos *apreciáveis resultados* obtidos, passando a haver não só casas para renda mas também para venda.

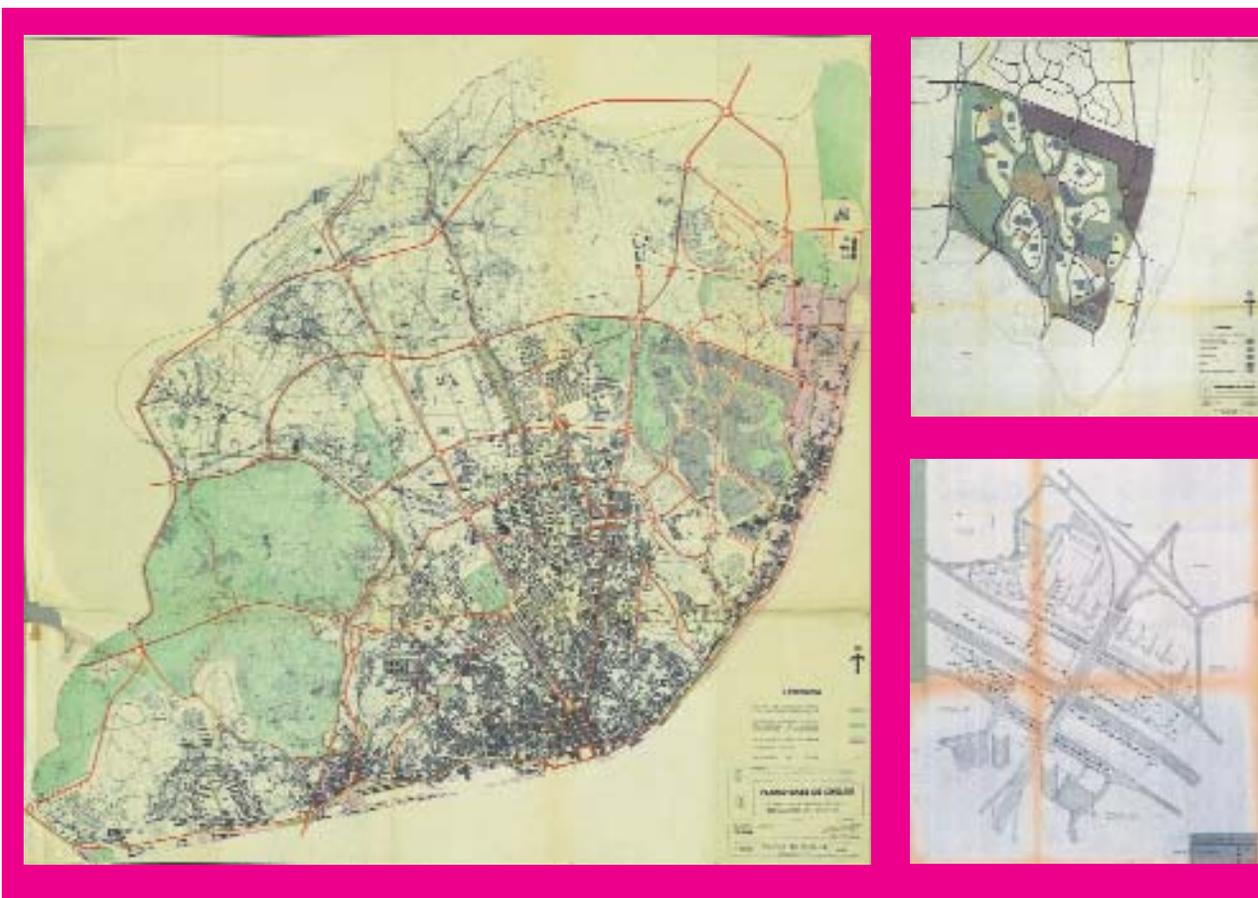


Figura 20a, 1962, "Plano-Base de Chelas". Localização na Cidade. Planta 8, integradora no Conjunto da Cidade, esc. 1:12.500. Gabinete Técnico de Habitação. Plano-Base de Chelas. Localização na Cidade. Figura 20b, planta 9 - Planta de Zonamento Geral, esc. 1:5.000. Gabinete Técnico de Habitação. Portugal, Arquivo Municipal de Lisboa, Arquivo do Arco do Cego; Figura 20c, 1984, "Plano de Urbanização da Zona Central de Chelas", planta Zona D, perspectiva, folha 5, C.M.L. - Gabinete Técnico de Habitação. Portugal, Arquivo Municipal de Lisboa, Arquivo do Arco do Cego.

A década de 50 coincide com a génese da Área Metropolitana de Lisboa, cuja expansão para a margem sul do Tejo é facilitada pela inauguração da ponte (1966). Em Fevereiro de 1954, a Câmara criara o Gabinete de Estudos de Urbanização (GEU) com o objectivo de proceder à revisão e actualização do plano de 1948. O plano de 1959 manteve a maior parte das propostas do anterior, embora tivesse introduzido alterações importantes. Entre outras, a construção da ponte a partir de Alcântara ligando a Almada, uma auto-estrada contornando o Parque de Monsanto (de Alcântara por Campolide até à Buraca) e a construção de duas auto-estradas, uma para o norte e outra para o sul na continuação da ponte.

Até à década de 1970, à expansão desqualificadora das periferias houve uma correspondência na cidade em operações sociais de habitação ou obras pontuais mas sem um sentido sistémico, como houvera anteriormente.

Entretanto, no centro da cidade, na continuidade do interesse que sempre despertou a Avenida da Liberdade, algumas outras obras são projectadas em espaços emblemáticos, como no Martim Moniz, em 1965 (fig. 21), e no Parque Mayer, a partir de 1970, onde se sucedem várias propostas, sem que tenham atingido realização em obra. O primeiro anteprojecto desta área de diversões constitui uma hipótese de ocupação por dois hotéis de grande capacidade. No maior

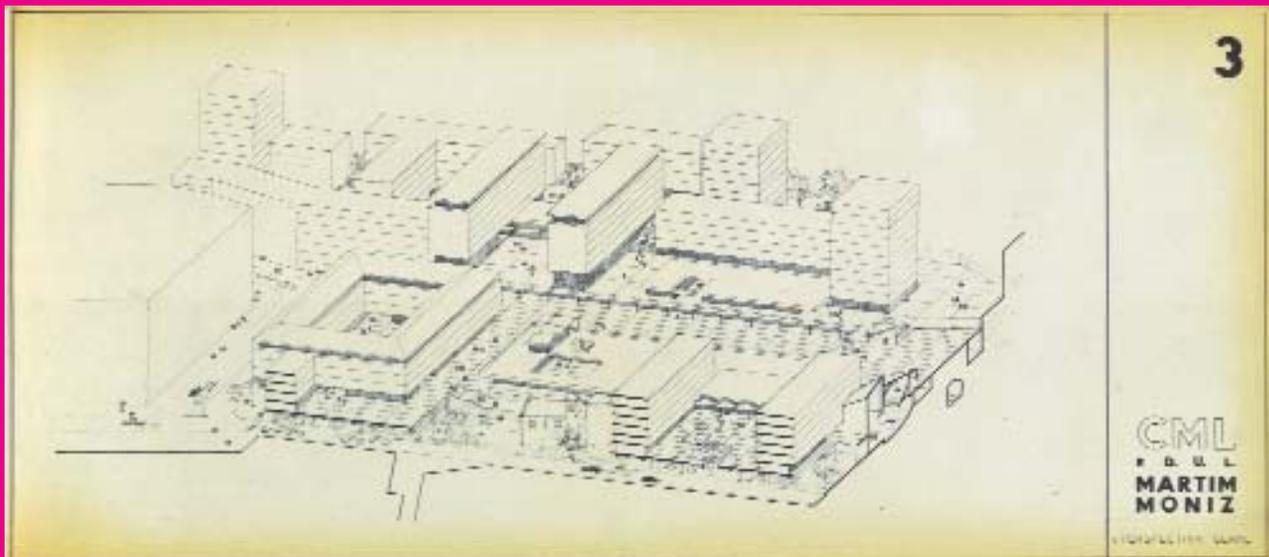
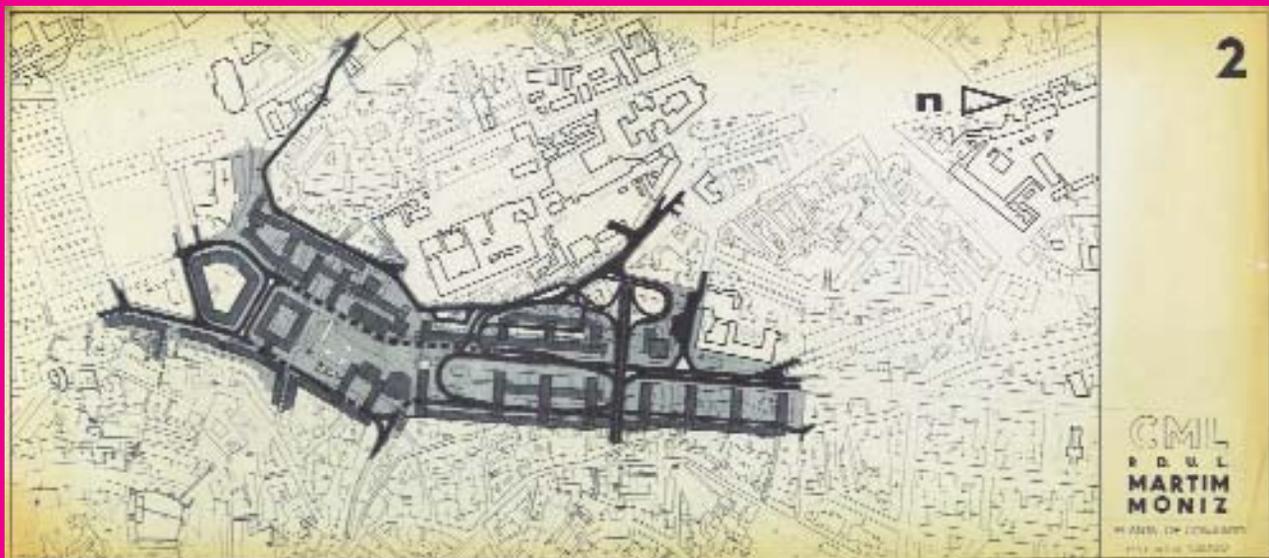


Figura 21a, 1965, Martim Moniz (PDUL), planta de conjunto. Portugal, Arquivo Municipal de Lisboa, Arquivo do Arco do Cego. Figura 21b, 1965, Martim Moniz (PDUL), perspectiva geral. Portugal, Arquivo Municipal de Lisboa, Arquivo do Arco do Cego.

destes, as zonas públicas e comerciais não são da exclusiva utilização dos hóspedes. Segundo o seu autor, arquitecto Carlos M. Ramos, *“uma cidade em crescimento, com tendência para a progressiva utilização do centro para actividades terciárias, e dentro do esquema de sobrevalorização dos terrenos nessa zona, apresenta sempre problemas de uma desvitalização grave dessas áreas centrais, principalmente a partir das horas limites dessas actividades, pela pulsação diária da quasi totalidade da sua população”*. Foi neste pressuposto que o arquitecto pretendeu contrariar essa tendência em Lisboa, a partir de uma solução polivalente para este centro, enquadrada no princípio da *“coexistência de várias actividades de trabalho e habitação, comércio com diferentes regimes de horários, restaurantes de várias categorias e de especialidades, todos os espectáculos e actividades culturais que interessam à cidade como tal, habitações caras e hotéis, tentando equilibrar a grande carência de habitações permanentes que se verifica nessas áreas”*<sup>14</sup>.

<sup>14</sup> RAMOS, Carlos M. - "Remodelação do Parque Mayer. Memória Descritiva". Junho de 1970, p. 1-2.



Figura 22a-f, 1967-77, "Plano Director" [Plano Geral de Urbanização de Lisboa]. Portugal, Arquivo Municipal de Lisboa, Arquivo do Arco do Cego.

O esquema geral do conjunto é uma vasta praça organizada como zona verde, aberta nos seus dois topos de menores dimensões, respectivamente sobre a Avenida da Liberdade e sobre o Jardim Botânico, dotada de uma via circundante de circulação.

Depois destes projectos reformadores para as principais zonas da cidade, mas sem concretização em obra, a fase terminal do regime do Estado Novo e a dos primeiros anos da Democracia são marcadas pela elaboração do novo Plano Geral de Urbanização de Lisboa (PGUCL), coordenado pelo urbanista Meyer-Heine. O PGUCL terá o seu regulamento aprovado em 1977. A sua elaboração ficou a dever-se à necessidade de um instrumento que enquadrasse a nova realidade urbana, nomeadamente o aumento do tráfego automóvel, o arranque da rede de metropolitano, a construção da ponte sobre o Tejo e o início do processo de terciarização do centro e do crescimento dos arredores da cidade. As principais linhas

orientadoras deste plano foram: a criação de um eixo-distribuidor, apoiado a norte e a sul na auto-estrada do norte e na ponte, passando pelo aeroporto; o prolongamento da Avenida da Liberdade como grande eixo monumental mas com funções de auto-estrada como no plano anterior (1959), com o objectivo de descongestionar a Baixa e criar um novo pólo que atraía o tráfego para fora do centro, o Alto do Parque; a divisão da cidade em unidades base de planeamento, designadas por Unidades de Ordenamento do Território (UNOR's). No PGUCL, reforça-se assim a intenção já iniciada à entrada dos anos 60 (metropolitano) para a construção de grandes obras viárias (túneis, viadutos, pontes) (fig. 22).

**T**erceira República: o regime democrático: A instauração de um regime democrático em 1974, o retorno de portugueses e africanos das ex-colónias e a adesão à União Europeia influenciaram a dinâmica de Lisboa no último quartel do século XX. Definitivamente, a cidade assume-se como pólo de concentração de serviços, o que, a par da diminuição da população residente e do aumento da dos concelhos limítrofes, justifica um elevado número de deslocações diárias e problemas acrescidos na (i)mobilidade urbana. Em consequência, as necessidades em matéria de transportes aumentaram durante as últimas décadas do século.

Ainda antes da mudança de regime, já a Câmara desenvolvera algumas operações urbanísticas, como o plano de Telheiras, através da Empresa Pública de Urbanização de Lisboa, e o plano do Alto do Restelo, que se desenvolveriam pelo período democrático.

Designadamente a Urbanização de Telheiras (fig. 23), a norte do Campo Grande e outrora preenchida de palácios, jardins e quintas de recreio, foi alvo, primeiro, de um estudo de urbanização, assinado pelos arquitectos Lima Franco e A. Tudella, seguido de um plano de pormenor coordenado pelo arquitecto Pedro Vieira de Almeida, em colaboração com Augusto Pita. Este plano foi desenvolvido em quatro etapas sucessivas, sendo talvez a operação urbanística que mais beneficiou, em projecto, do criticismo analítico decorrente do desenvolvimento de outros bairros, periféricos ou de continuidade, construídos em Lisboa desde os anos 30. Segundo o próprio autor deste plano, os objectivos do plano de Telheiras definiam-se por:

- 1) *Recuperação da cidade como rede, favorecendo a ideia de rua como estrutura natural e como espaço próprio de apropriação e integração do tecido social, compatibilizando este objectivo com a recuperação da ideia de quarteirão e do seu interior como espaço semipúblico de apoio (jardins de infância, creches, pequeno comércio quotidiano, etc.);*
- 2) *Propostas de uma diferenciação, praticada na altura, das categorias de fogos, não em dotação de áreas de fogo, mas em grau e qualidade de acabamentos interiores;*
- 3) *Integração dos fogos apoiados, para deficientes e terceira idade, em estrutura diferentemente assistida e especializada, adaptável caso a caso, até situações de total dependência, conjugados com fogos destinados a jovens e a pessoas sós. A nível de métodos, tentou-se distinguir na prática concreta o conceito de plano, do conceito de projecto, procurando operar com a noção de imagem e não com a*

*noção de forma, através da tentativa de criação de um sistema de uma metalinguagem projectual, expressa em esquemas analíticos (notação espacial integrada) e visões parcelares, conjunto de meios que se tiveram como capazes de fornecer aos projectistas uma como que cidade virtual, preexistência urbana fictícia, que orientaria e condicionaria os projectos, sem limitar a capacidade de expressão formal de cada projectista. Neste actuar com o tempo enquanto variável de planeamento e projectação, procurava-se por um lado enraizar à partida o organismo urbano Telheiras e evitar o caótico das fases intermédias do seu desenvolvimento progressivo”<sup>15</sup>. O decurso deste plano acabaria por não corresponder, na prática, a todos os objectivos enunciados.*

Nesta época posterior à Revolução de 1974, as políticas conjugadas entre Câmara e Governo Central conferem, entretanto, uma atenção ao problema da habitação social - cooperativas de habitação económica, processo SAAL (Serviço de Apoio Ambulatório Local) - (bairros das Fonecas/Calçada, de D. Leonor, do Monte Coxo, da Quinta da Bela Flor, da Liberdade, de Carnide), encarando-a segundo pressupostos novos e condicionada pela necessidade de a fazer em maior quantidade e com menores recursos. Designadamente o SAAL foi um programa de apoio à construção de habitação, ao abrigo do qual foram construídos vários conjuntos de bairros sociais ou cooperativos muito diferentes, obras pouco estimulantes, cujas poucas excepções não têm tido porém um tratamento conservador ou preventivo no crescimento das envolventes, de forma a garantir a sua dignidade urbana. Participaram no SAAL arquitectos, engenheiros, juristas, geógrafos e moradores de bairros degradados associados em comissões, animados numa luta por habitação condigna para todos.

Sensivelmente ao mesmo tempo, a iniciativa privada, incluindo não só a componente residencial como a hoteleira, promove novos eixos de expansão (Avenida José Malhoa e Olaias) e efectiva a refuncionalização legalizada pela Câmara para o sector terciário (Avenidas Novas).

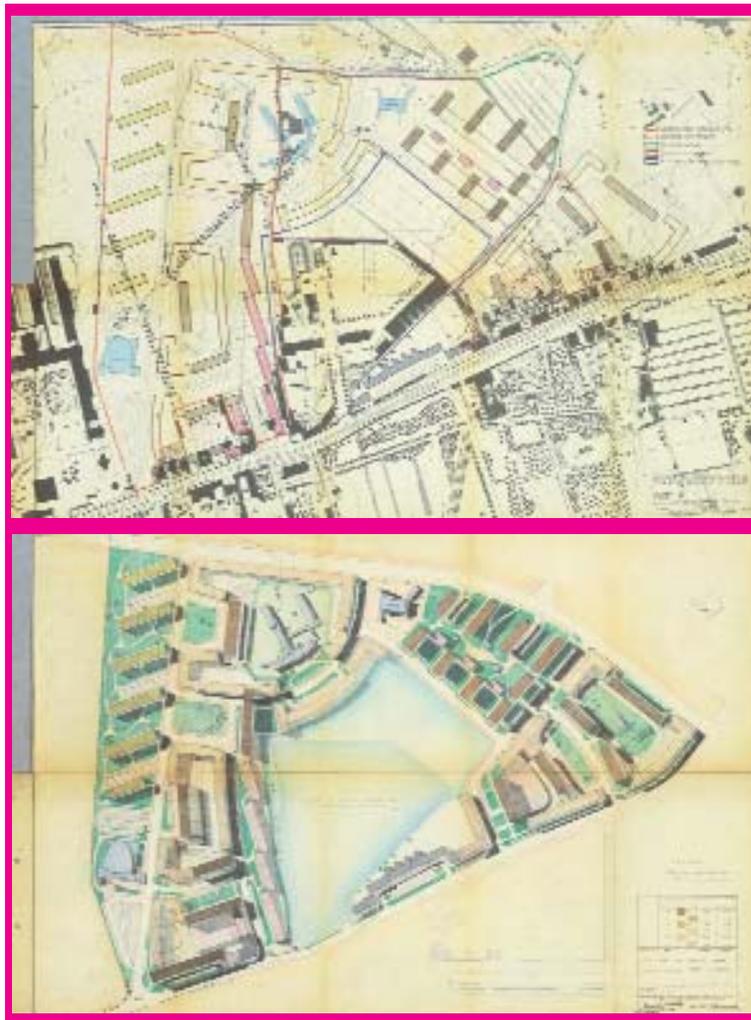


Figura 23a, 1960 "Estudo de urbanização da célula 4 da malha de Telheiras", planta, esc. 1:1000, ass. arq. Lima Franco, arquitecto A. Tudella, eng. chefe (ass. ilegível), 22-6-60. Figura 23b, "Estudo de urbanização da célula 4-1 da unidade de Telheiras", planta perspectivada e perfis, esc. 1:1000 e 1:1000, ass. arq. Lima Franco, arquitecto A. Tudella, eng. chefe (ass. ilegível). Portugal, Arquivo Municipal de Lisboa, Arquivo do Arco do Cego.

<sup>15</sup> ALMEIDA, Pedro Vieira de - "Telheiras (Urbanização de)". In SANTANA, Francisco; SUCENA, Eduardo, dir. - *Dicionário da História de Lisboa*. Lisboa: Carlos Quintas & Associados, 1994. ISBN 972-96030-0-6. p. 901-902.

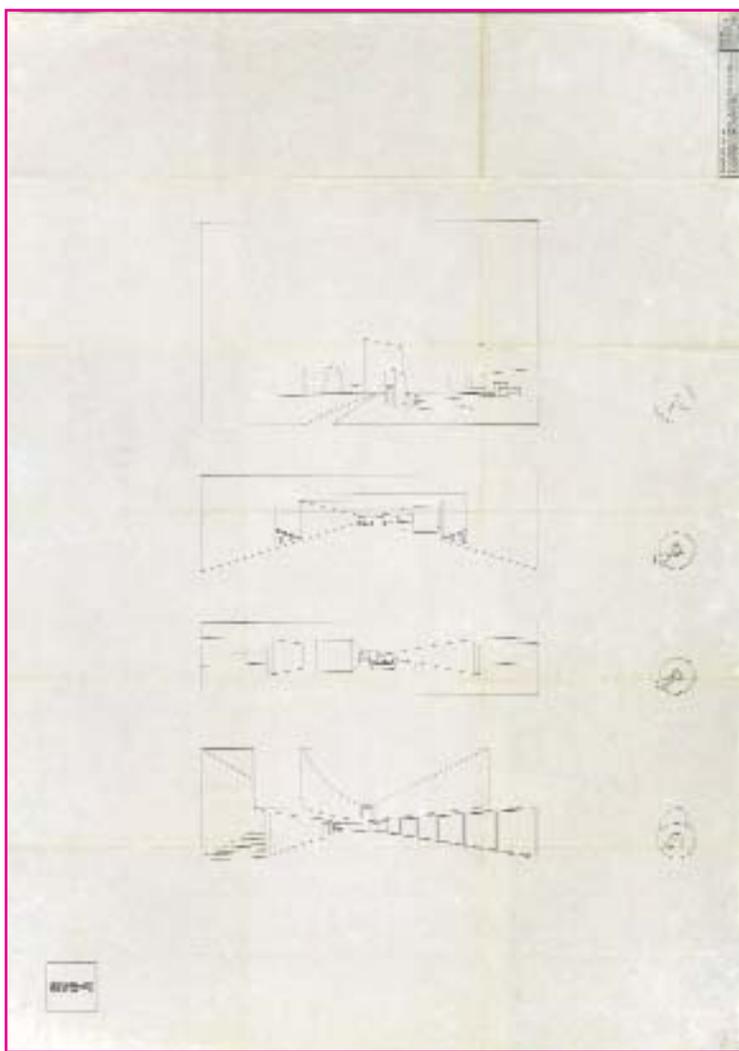


Figura 24, 1991, "Plano de Pormenor da Praça de Espanha, Proposta de Terminal Rodoviário", 31 de Janeiro de 1991, perspectivas interiores e exteriores, arquitecto Álvaro Siza. Portugal, Arquivo Municipal de Lisboa, Arquivo do Arco do Cego.

A Praça de Espanha é sujeita a um plano de reconversão (aprovado mas sem continuidade nos espaços públicos) (fig. 24), da autoria do arquitecto Álvaro Siza, como tentativa de o município resolver um lugar de transição, grande vazio urbano, espaço arborizado contornado e cruzado por vias de grande fluxo que, porém, manteve-se assim até à actualidade. Esta zona seria depois abordada no âmbito de um novo plano (Plano de Pormenor da Praça de Espanha e Avenida José Malhoa), abrangendo duas áreas consideradas de potencial como Centro Terciário Superior da Cidade, identificadas aquando da elaboração do PDM.

Decorria, entretanto, o processo de reconstrução da zona do Chiado afectada pelo incêndio de 1988, para a qual o município contou com a intervenção de Siza Vieira. Este incêndio fez justificar ainda mais a elaboração de um plano director e de um plano estratégico, tendo a Câmara priorizado o sector da reabilitação urbana e arquitectónica (Gabinetes Técnicos Locais de Alfama, Bairro Alto,

Madragoa e Mouraria) e dando ao mesmo tempo condições para a reestruturação do *arco ribeirinho* (Expo'98/Parque das Nações).

O Plano Estratégico de Lisboa (PEL), aprovado em 1992, constituiu um instrumento de longo prazo (10 anos), para apoio à tomada de decisão, visando estabelecer as linhas orientadoras da actuação municipal, no sentido do ordenamento e desenvolvimento da cidade, e também o estabelecimento de um contrato de responsabilidade partilhada com as entidades, agentes e organizações, dos sectores público e privado, que operam na cidade.

A partir do cruzamento das debilidades e potencialidades da cidade e dos seus pontos fracos e fortes, estabeleceram-se objectivos estratégicos: fazer de Lisboa uma cidade atractiva para viver e trabalhar; tornar Lisboa competitiva nos sistemas das cidades europeias, reafirmar Lisboa como capital metrópole; criar uma administração moderna, eficiente e participada. Segundo o PEL, esses objectivos visavam permitir que a cidade fosse objecto de profundas transformações e se projectasse adequadamente no futuro; pressupunham ainda ultrapassar graves carências então existentes, sobretudo ao nível da habitação e das infra-estruturas

urbanas; e uma aposta no esforço de requalificação de alguns dos seus espaços públicos de forma a dar resposta a uma melhoria da qualidade de vida dos residentes.

Também desde 1990 que se elaborou o Plano Director Municipal, aprovado em 1994. Este PDM viria a enquadrar o projecto espacial decorrente do PEL num instrumento ordenador, mas com conteúdo normativo, e a ter um carácter misto de Plano de Estrutura e de Plano de Zonamento, aligeirando-se o nível dos estudos de diagnóstico ao essencial, de forma a que estes respondessem simultaneamente aos dois tipos de planos. Com o objectivo de introduzir uma atitude de planeamento estratégico na prática quotidiana da autarquia, ficou estabelecida a elaboração simultânea dos PU, PP e projectos de intervenção prioritária, paralelamente à elaboração simultânea formal do PDM. Tal método permitiu o aprofundamento de medidas e propostas a várias escalas, simultaneamente.

Ao conceito operacional de plano, juntaram-se cerca de 30 Unidades de Planeamento e Gestão (UOP's) a serem objecto das propostas de intervenção urbanística, a criação das Cartas do Património e do Ambiente. Contudo, a falência parcial da monitorização do modelo previsto do planeamento estratégico acentuou assimetrias estruturais de índole infra-estrutural, ambiental e social. Ainda assim, no final do século, a Câmara e o país empenharam-se na realização da Exposição Mundial, em 1998, que representou a última grande operação urbanística do século XX, em Lisboa, e proporcionou a reconversão de uma área considerável da capital e da zona de fronteira com o concelho de Loures, o que permitiu também o surgimento de um verdadeiro interface rodo-ferroviário.

Esta urbanização abrangeu uma área de 340 ha, com 5 quilómetros na frente ribeirinha, integrando uma área de 60 ha ao redor da doca dos Olivais. Tendo por alicerce a 1.ª fase da urbanização, ou seja, a concepção do espaço público e edificado para a realização da Expo'98, incluindo os seus apoios urbanos (áreas residenciais, equipamentos, serviços, infra-estruturas urbanas, estacionamento, zonas verdes), o conceito urbano pretendeu revalorizar a relação da cidade com o rio, recuperar o ambiente e a paisagem, converter o uso, assegurar a integração deste espaço no tecido de toda a cidade e a participação na sua identidade, de forma a constituir uma nova centralidade no contexto da área metropolitana<sup>16</sup>.

A Expo' 98 marcou o arranque do novo século português.

Lisboa entra nele animada pelo crescente fluxo de turistas. Em 2002 foi possível dar início ao processo de preparação da *Visão Estratégica para a Cidade de Lisboa*, documento que reveria o PEL, ao mesmo tempo que se reflectia sobre um novo Modelo de Estrutura Espacial do Território Municipal, no quadro da revisão do Plano Director Municipal.

---

<sup>16</sup> <http://www.parquedasnacoes.pt/pt/projectourbano/default.asp>. [consult. 2 de Julho de 2007].

*A Visão Estratégica - Lisboa 2002-2012* sistematizou o processo de planeamento estratégico em Lisboa, desenvolvido a partir de 2002, e pretendeu ser um documento de prospectiva relativamente à condução da política local de ordenamento do território e do desenvolvimento urbano da cidade. A ideia fundamental consistiu no desenvolvimento de um documento que garantisse a coerência dos eixos de desenvolvimento urbano da cidade e a permanência no tempo e no espaço de algumas políticas municipais de carácter estruturante, evitando obstáculos de desenvolvimento resultantes da alteração, com a mudança de mandatos, e consequentemente dos valores e das políticas que suportam a estratégia base da cidade. Este documento foi suportado em quatro Eixos de Desenvolvimento Urbano: Lisboa, Cidade de Bairros, Cidade de Empreendedores, Cidade de Culturas, Cidade de Modernidade e Inovação.

### **LISBOA 2010: CENTENÁRIO E UTOPIAS**

**E** precisamente o sentido da modernidade e inovação que, no contexto de uma abertura deste projecto comemorativo a um ou mais centros universitários, se dedica desveladamente a análise dos últimos anos do período do Centenário a uma abordagem virtual, performativa, com recurso a projectos de arquitectura e a recursos audiovisuais (sistemas multicanais de espacialização sonora e projecção vídeo). Esta espécie de laboratório permitirá uma visão alargada sobre espaços urbanos importantes no decurso da evolução urbana, que incentive o pensamento arquitectónico e potencie a continuidade da memória. Equipas transdisciplinares debruçar-se-ão sobre esta problemática na tentativa de identificarem as memórias de 100 anos de República, bem como soluções imaginárias de forma a encontrarem novos rumos para áreas seleccionadas. Cada caso é um caso e cada realidade reflecte-se de acordo com as análises sociais, ambientais e históricas dos locais.

Se a história da arquitectura também se constrói de utopias e de idealizações, então os protagonistas da Lisboa de 2010 têm neste projecto a possibilidade de conceberem espaços em si ideais - imaginados -, de como Lisboa se confronta com a sua marca dos últimos 100 anos, mas também entendendo o virtual como complementar da realidade - embora não existindo -, podendo porém vir a ser real, realizando-se. Se a história da República em Portugal nos fala dos direitos sociais, estes devem ser agora considerados numa dimensão de sustentabilidade do Estado social e ambiental, com necessária repercussão no território físico.

Lisboa Republicana, hoje, deve ser antes de mais uma cidade que se possa visitar todos os dias com o mesmo espanto de um turista, dotando-a em 2010 com projectos reformadores, de forma a produzir um profundo impulso e preparar o espaço do futuro possível, orientados pela herança republicana mais genuína, como a afirmação da autonomia do poder local, da vocação progressista, da cidadania, da garantia dos direitos sociais e da convivência colectiva. Será que estes são os valores que norteiam os jovens criadores da cidade? E qual a sua concretização formal? O desafio está em aberto.

## MARCOS DE UMA CRONOLOGIA:

- 1910 População: 436.000 habitantes.  
Proclamação da República a 5 de Outubro, no edifício dos Paços do Concelho.
- 1911 Finalização do novo levantamento de Lisboa à escala 1/1000, coordenado por Silva Pinto.  
Falecimento do engenheiro Ressano Garcia.
- 1914 Projecto de monumento ao Marquês de Pombal pelos arquitectos F. Santos, A. Couto e Adães Bermudes, cuja estatuária é da autoria dos escultores Leopoldo de Almeida e Simões de Almeida. Inaugurado em 1934.
- 1918 Institucionalizada a promoção habitacional do Estado, com a publicação da legislação sobre os bairros sociais (decreto n.º 4.137 de 25 de Maio).
- 1919 Início das obras no bairro social do Arco Cego.  
Obras de remodelação do Rossio para a introdução de carros eléctricos.
- 1920 População: 484.000 habitantes.  
Início das obras no bairro social da Ajuda.
- 1924 Projecto do Cinema Tivoli (arquitecto Raul Lino).
- 1925 Primeiro Salão de Outono da Sociedade de Belas-Artes.  
Projecto do Cinema Capitólio (arquitecto Cristino da Silva), inaugurado em 1931.  
Construção do edifício dos Telefones (construtor R. Touzet).
- 1926 Ditadura Militar.  
Bristol Club e pavilhão de rádio do Instituto de Oncologia (arq. Carlos Ramos);
- 1927 Projecto do Instituto Superior Técnico (arquitecto Pardal Monteiro).  
Projecto do arquitecto Forestier para o prolongamento da Avenida da Liberdade.
- 1928 Construção da estação do Cais do Sodré (arquitecto Pardal Monteiro).  
Obra do stand Rios de Oliveira (arquitecto Cassiano Branco).
- 1930 População: 591.000 habitantes.  
Cinema Éden (arquitecto Cassiano Branco).
- Anos 30 Construção da Alameda Afonso Henriques e do bairro Azul.  
Primeira Feira do Livro de Lisboa organizada oficialmente.
- 1931 Inauguração da estação Sul-Sueste (arquitecto Cottinelli Telmo).
- 1932 Projecto do Parque Eduardo VII (arquitecto Cristino da Silva)
- 1933 Início do período do Estado Novo.  
Programa de casas económicas (decreto-lei n.º 23.052).
- 1934 Projectos da Casa da Moeda (arquitecto Jorge Segurado), do Hotel Vitória (arquitecto Cassiano Branco) e de um novo projecto para a criação do Parque Florestal de Monsanto.

- 1934-38 Construção da Igreja de Nossa Senhora de Fátima (arquitecto Pardal Monteiro).
- 1935 Lisboa estende-se até Algés, Poço do Bispo, Ajuda, Campolide, Benfica, Carnide, Lumiar e Areeiro.
- 1937 Projectos de bairros de habitação económica na Ajuda (arquitecto Paulino Montês).  
Café Portugal (arquitecto Cristino da Silva).
- 1938 Projecto de Praça do Areeiro (arquitecto Luís Cristino da Silva).  
Lançamento do Plano Geral de Urbanização e Expansão de Lisboa (PGUEL), coordenado pelo arquitecto francês Etienne de Gröer.
- 1938-48 Duarte Pacheco é Presidente da Câmara e Ministro das Obras Públicas.
- 1940 População: 694.000 habitantes.  
Exposição do Mundo Português (coord. arquitecto Cottinelli Telmo).  
Café Cristal (arquitecto Cassiano Branco) e Cinema Cinearte (arq. Rodrigues Lima).
- 1940-45 Planos de urbanização de Alvalade e do Restelo (arquitecto Faria da Costa).
- 1942 Inauguração do Aeroporto de Lisboa.  
Concluída a 1.<sup>a</sup> fase de obras do Parque Florestal de Monsanto (arquitecto Keil do Amaral).  
Duarte Pacheco determina o estudo da nova rede de transportes urbanos de Lisboa.
- 1943 Estudo do arquitecto Faria da Costa para o Martim Moniz.
- 1945 Laboratório Sanitas (arquitecto Rodrigues Lima).  
Plano para o Parque Eduardo VII (arquitecto Keil do Amaral).  
Edifício da Standard Electric (arquitecto Cottinelli Telmo).
- 1946 Conclusão da 1.<sup>a</sup> fase de construção do aeroporto e início da sua ampliação.  
Projecto do bairro da Encarnação (arquitecto Paulino Montês).
- 1946-51 Igreja do Santo Contestável (arquitecto Vasco Regaleira).
- 1947 Início da construção do bairro de S. Miguel (arquitecto Miguel Jacobetty Rosa e arquitecto Sérgio Gomes).
- 1948 Plano Geral do Metropolitano de Lisboa.  
Aprovação do PGUEL que aplica pela primeira vez os princípios da limitação do desenvolvimento urbano e de zonamento funcional da cidade.
- 1949 Antepiano parcial de remodelação da Baixa, na zona compreendida entre a Praça da Figueira e a Rua da Palma.
- 1949-53 Igreja de São João de Deus (arquitecto António Lino).
- 1950 População: 783.000 habitantes.  
Reorganização da rede de transportes urbanos.  
Construção do bairro das Estacas (arquitecto Formozinho Sanchez e arquitecto Ruy Atouguia). Enquadrando-se no novo conceito de prédio de habitação

- colectiva, o Conjunto das Estacas, substitui os tradicionais quarteirões por blocos perpendiculares ao eixo viário e apresenta vias de tráfego separadas das pedonais.
- 1954 A Câmara Municipal cria o Gabinete de Estudos de Urbanização (GEU).
- 1955-60 Planos de Olivais Norte e Sul.
- 1956 Construção do Bloco das Águas Livres (arquitecto Nuno Teotónio Pereira e arquitecto Bartolomeu Costa Cabral).
- 1957-61 Obras da Cidade Universitária e Biblioteca Nacional (arquitecto Pardal Monteiro).
- 1959 Plano Director de Urbanização de Lisboa.  
Inauguração oficial da rede do Metropolitano, compreendendo 11 estações.  
Reorganização administrativa em 53 freguesias.  
O decreto-lei n.º 42.454 estabelece a construção na cidade de novas habitações de rendas económicas.
- 1960 População: 802.000 habitantes.  
Plano dos Olivais, início das primeiras construções (arquitecto Rafael Botelho e arquitecto Carlos Duarte).
- 1960-69 Construção dos edifícios da Fundação Calouste Gulbenkian (arquitecto Ruy Jervis d'Athouguia, arquitecto Pedro Cid e arquitecto Alberto Pessoa).
- 1961 Estudo do arquitecto Carlos Ramos para o Campo Pequeno.
- 1962-70 Obras da Igreja do Sagrado Coração de Jesus (arquitecto Nuno Portas, arquitecto Pedro Vieira de Almeida e arquitecto Nuno Teotónio Pereira).  
Palácio da Justiça (arquitecto João Andresen e arquitecto Januário Godinho).
- 1963 Gabinete do Plano Director inicia os trabalhos de revisão do anterior Plano Geral de Urbanização.  
O Plano de Chelas sofre algumas alterações, porque é abandonada a estrutura celular e a distribuição pontual de equipamento em favor de uma estrutura linear.
- 1964 Aprovado o Plano de Urbanização de Chelas
- 1965-69 Edifício "Franjinhas" (arquitecto Nuno Teotónio Pereira).
- 1966 Inauguração da ponte Salazar, actual ponte 25 de Abril (projecto United States Steel Export Company).
- 1967 Início das construções do plano de Chelas (arquitecto Francisco Silva Dias).
- 1967-77 Plano Geral de Urbanização de Lisboa (arquitecto G. Meyer Heine).
- 1969 Inauguração da sede da Fundação Calouste Gulbenkian (arquitecto Alberto Pessoa, arquitecto Pedro Cid e arquitecto Ruy Jervis d'Athouguia).
- 1970 População: 760.000 habitantes.
- 1971 Criação da Empresa Pública de Urbanização de Lisboa (EPUL).

- 1971-72 Plano para o Alto do Restelo (arquitecto Nuno Teotónio Pereira e arquitecto Nuno Portas).
- 1973 Plano Morfológico e Cérceas da Avenida da Liberdade (arquitecto Pedro Vieira de Almeida)
- 1974 Revolução democrática de 25 de Abril.  
Plano de Pormenor de Telheiras (arquitecto Pedro Vieira de Almeida e arquitecto A. Pita).  
Acção do SAAL.
- 1975 Edifício da sede da Sociedade Portuguesa de Autores (arquitecto Bartolomeu Costa Cabral).
- 1976-79 Edifício "Pantera Cor-de-Rosa" (arquitecto Gonçalo Byrne e arquitecto Reis Cabrita).
- 1978-80 Escola Secundária de Benfica (arquitecto Raul Hestnes Ferreira).
- 1980-86 Projecto e implantação do complexo das Amoreiras (arquitecto Tomás Taveira).
- 1980-90 Intensificação de programas de reabilitação dos edifícios e áreas urbanas.
- 1981 População: 801.000 habitantes.
- 1983 XVII Exposição de Arte, Ciência e Cultura do Conselho da Europa.  
Intervenção na Casa dos Bicos (arquitecto Manuel Vicente e arquitecto José Santa-Rita).  
Mosteiro dos Jerónimos e Torre de Belém classificados como Património da Humanidade.
- 1984 Edifício "Totobola", actual IADE (arquitecto Tomás Taveira).
- 1985 Instalação dos primeiros gabinetes técnicos para a reabilitação urbana dos bairros históricos.  
Sede da Caixa Geral de Depósitos (arquitecto Arsénio Cordeiro).
- 1988 Incêndio do Chiado e plano de reconstrução (arquitecto Álvaro Siza Vieira).
- 1989 Aprovação do "Plano Salgueiro", estudo que define a implantação do Terminal Rodoviário (traseiras do Teatro da Comuna), edifício de escritórios (contíguo ao INH), edifício do Montepio Geral, edifício do Mercado, Banco de Portugal, a alteração da estrutura rodoviária com desnivelamento da Avenida António Augusto de Aguiar, bem como a ocupação dos quarteirões definidos pelas avenidas José Malhoa e Columbano Bordalo Pinheiro.
- 1990 Lançamento do Plano Estratégico, do Plano Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa (PROTAML), do novo Plano Director Municipal (arquitecto Bruno Soares) e do Plano de Urbanização da Avenida da Liberdade e Zona Envolvente (arquitecto Manuel Fernandes Sá e arquitecto Francisco Barata).

- A Câmara Municipal congela projectos urbanísticos para a Avenida da Liberdade.
- 1991 População: 659.000 habitantes.
- 1992 Aprovação do Plano Estratégico de Lisboa.  
Aprovação da candidatura à Exposição Internacional de 1998 e início dos trabalhos de implantação na zona oriental.  
Criação da Área Metropolitana de Lisboa.  
Aprovação do plano de pormenor da Praça de Espanha (arquitecto Álvaro Siza Vieira).
- 1993 Aprovação da nova ponte sobre o Tejo (projecto GATTEL - Gabinete da Travessia do Tejo em Lisboa).
- 1994 Aprovação do Plano Director Municipal (PDM).  
Começo das obras de demolição das construções existentes na zona de intervenção da Expo'98.  
“Lisboa Capital Europeia da Cultura” e inauguração do Centro Cultural de Belém (arquitecto Vitorio Gregotti e arquitecto Manuel Salgado).
- 1998 Exposição Mundial de Lisboa, com *master-plan* do arquitecto Vassalo Rosa.  
Inauguração da ponte Vasco da Gama.
- 2001 População: 564.000 habitantes.  
Reabilitação do espaço público das praças D. Pedro V e da Figueira.
- 2002 Início do processo *Visão Estratégica Lisboa 2002-2012*.
- 2003 Início da revisão do PDM.
- 2004 Anúncio da proposta da inclusão da Baixa Pombalina na Lista Indicativa Nacional do Património Mundial.
- 2006 Plano de Revitalização da Baixa-Chiado.
- 2007 Trienal de Arquitectura de Lisboa.  
Aprovada a actualização do Plano Verde de Lisboa, da autoria do arquitecto paisagista Gonçalo Ribeiro Telles.  
Introdução do Orçamento Participativo na autarquia de Lisboa.
- 
-

**A Câmara Municipal de Lisboa  
na transição da República para o  
Estado Novo: as reorganizações  
dos serviços municipais (1925-1938)**

---

**Aurora Santos**

## INTRODUÇÃO

A Câmara Municipal de Lisboa ao longo do tempo criou diversos serviços destinados a ajudarem no desempenho das suas actividades. Esta evolução teve alguns momentos marcantes, nomeadamente no século XIX, aquando da implantação do liberalismo, em que as Câmaras passaram a ser eleitas. Os estudos efectuados até à data mostram que houve tendência ao longo do tempo para o aumento do número dos serviços da Câmara Municipal de Lisboa, o que caminhou a par com o alargamento das actividades exercidas pela municipalidade.

Em face disso, o presente artigo pretende analisar a situação da Câmara Municipal de Lisboa no período de transição entre a I República e o Estado Novo. A análise irá centrar-se nas reorganizações dos serviços municipais efectuados durante esse período. Terá como balizas cronológicas o período compreendido entre 1925, com a última reorganização de serviços elaborada pela República, e 1938, já em pleno Estado Novo, quando se procurou adoptar a estrutura municipal às exigências do Código Administrativo de 1936.

O artigo será estruturado em duas partes principais. A primeira será dedicada à breve abordagem da situação dos municípios durante a I República e o Estado Novo, procurando demonstrar o papel que lhes foi atribuído por esses dois regimes. Os dados assim elencados servirão para enquadrar a segunda parte, onde será abordada especificamente a situação da Câmara Municipal de Lisboa. Inicialmente apresentar-se-ão algumas informações sucintas sobre as diversas reformas dos serviços municipais efectuadas pela República e pelo Estado Novo até 1938. Posteriormente, e isso constitui o grosso do artigo, serão indicadas as principais características das reorganizações efectuadas em 1925 e em 1938, o que permitirá detectar as nuances existentes entre a organização republicana e a do Estado Novo.

Relativamente às fontes utilizadas, este artigo debruçou-se principalmente sobre as actas das reuniões da Câmara, os anais do município e as publicações contendo as reorganizações de serviços. Estas fontes permitiram descortinar os diversos serviços criados, o que possibilitou a elaboração de organogramas e apreender um pouco do debate que esteve subjacente às alterações dos serviços.

## 1. OS MUNICÍPIOS ENTRE A REPÚBLICA E O ESTADO NOVO

A proclamação oficial da República a 10 de Outubro de 1910 foi o culminar do desenvolvimento dos ideais republicanos que vinham desde finais da primeira metade do século XIX. No seu longo percurso em direcção ao poder, os republicanos desenvolveram diversos programas nos quais apresentaram as suas propostas para a reorganização da vida portuguesa. Um dos temas mais importante era a questão do municipalismo, que foi “(...) *uma das matrizes essenciais do ideário republicano compartilhada por todas as suas facções, já que, se, para*

*umas, o município constituía o alicerce da futura federação, para outras possibilitaria uma necessária descentralização político-administrativa relativamente autónoma em relação ao poder central*<sup>1</sup>.

Contudo, rapidamente após a tomada de poder a 10 de Outubro de 1910, a coesão do Partido Republicano Português foi posta à prova, não tendo resistido. Tal situação pôs a nu as cisões no seio do partido e demonstrou que a sua consciência político-ideológica era precária. Estas cisões viriam a ter consequências no que respeita ao municipalismo, pois nota-se um desfasamento entre as propostas apresentadas pelos republicanos e as medidas encetadas após a implantação da República. Assim, antes de ascenderem ao poder, os republicanos defendiam um Estado federal, idealizado por José Félix Henriques Nogueira. Defendiam que o país deveria ser composto por uma federação de municípios, sendo que estas resultariam da federação de freguesias. As freguesias seriam a base da Nação e o poder central seria a instância regularizadora da obra municipal. No entanto, a solução não viria a ser consagrada na Constituição de 1911, tendo se adoptado a forma unitária.

Outro desfasamento entre as propostas republicanas e as medidas adoptadas prende-se com a questão da descentralização municipal. Longamente defendida antes do 5 de Outubro de 1910, a descentralização viria a confrontar-se com as tendências centralizadoras de alguns líderes republicanos como Afonso Costa. Como não tinha sido preparada nenhuma reforma administrativa que pudesse substituir o centralismo político-administrativo da monarquia constitucional, a 13 de Outubro de 1910, a República procedeu à substituição do Código Administrativo de 1896, que estava em vigor, pelo Código de 1878 e nomeou-se uma comissão para a elaboração de um novo Código. O resultado do trabalho desta comissão está patente na Lei n.º 88, de 7 de Agosto de 1913, onde se manteve a classificação monárquica dos concelhos de 1.ª, 2.ª e 3.ª ordem, cuja diferenciação resultava do número de vereadores que os compunham.

Segundo César Oliveira, essa lei, que não pode ser considerada como um Código Administrativo, teve como principal inovação a introdução da possibilidade de se realizarem referendos nos casos respeitantes à realização de empréstimos, lançamento de contribuições directas e indirectas, municipalização dos serviços, mutualismo, seguros, previdência e venda de carnes verdes. Trouxe também a diferenciação entre o Senado Municipal, que seria o órgão deliberativo, e a Comissão Executiva, que deveria constituir-se um órgão executivo e que era eleita anualmente pelo Senado<sup>2</sup>. Permitiu também a possibilidade de as minorias poderem ser

---

<sup>1</sup> Cf. CATROGA, Fernando - *O Republicanismo em Portugal: da formação ao 5 de Outubro de 1910*. Lisboa: Editorial Notícias, 1999. ISBN 972-9038-14-7. p. 175.

<sup>2</sup> As comissões executivas tinham as seguintes funções: executar as deliberações das câmaras, administrar os bens e estabelecimentos municipais, dirigir as obras e os serviços, organizar o orçamento e submetê-lo à aprovação, propor a criação de receitas ordinárias e extraordinárias, apresentar propostas sobre a criação dos lugares considerados como necessários para o bom desempenho dos serviços municipais, autorizar as despesas conforme o estipulado nos orçamentos e nas deliberações da Câmara, prestar as contas e exercer todas as funções que lhe eram conferidas pela lei. Cf. *CÓDIGO ADMINISTRATIVO*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1913. Título VIII.

representadas nos municípios. De resto, a Lei nº 88 “(...) não mexia, de facto, na organização política e administrativa do território e era omissa quanto aos administradores de Concelho e governadores civis”<sup>3</sup>.

Porém, essa lei tinha uma componente descentralizadora, conferindo às Câmaras um vasto leque de competências, nos domínios da construção e reparação de estradas, ruas e caminhos, na atribuição de subsídios para estabelecimentos de instrução e educação, na criação de serviços municipais, no abastecimento de água, na expropriação de terrenos, entre outros. Mas, essa descentralização, não foi suficiente para garantir que o poder executivo perdia a possibilidade de ingerência na vida municipal. Com efeito, segundo João B. Serra “(...) a não ingerência foi interpretada apenas no sentido da abolição do regime de tutela, materializado na obrigatoriedade de sanção dos órgãos distritais a algumas categorias de deliberações dos órgãos municipais”<sup>4</sup>. Por outro lado, mantiveram-se os constrangimentos que pesavam sobre a autonomia financeira dos municípios e manteve-se a figura do administrador do Concelho subordinado ao governador civil. Assim, a República não conseguiu contrariar as tendências centralizadoras do Estado. Nos anos de 1918, 1919, 1922 e 1924 existiram outras tentativas no sentido de se elaborar um Código Administrativo, o que, contudo, não foi atingido, tendo a República mantido a relação de dependência das autarquias em relação ao poder central.

Para além dos aspectos acima enunciados, os Concelhos viriam a ser um dos palcos da luta travada pelos republicanos contra os adversários. Após a implantação da República, a 5 de Outubro de 1910, os republicanos apressaram-se a substituir as vereações monárquicas por membros do Partido Republicano Português. A 8 de Outubro determinou-se que nos locais onde não existissem Câmaras republicanas ou estruturas partidárias do Partido Republicano Português se procedesse à eleição ou aclamação popular. Por outro lado, um decreto de 13 de Outubro de 1910 estabeleceu que, excepto nas constituídas por cidadãos republicanos, as Câmaras fossem nomeadas por governadores civis. As eleições municipais só viriam a ser realizadas a 13 de Novembro de 1913 e as vereações empossadas em Janeiro de 1914. Para além destas eleições, o período da República seria ainda marcado por eleições municipais em 1917, 1919, 1922 e 1925, sendo que essas eleições representavam uma oportunidade para os diversos partidos republicanos tentarem contrariar a influência do Partido Democrático na vida municipal.

A República foi deposta por um golpe militar desencadeado a 26 de Maio de 1926, mas tinha sido já prenunciada pelo movimento militar de 18 de Abril do ano anterior. Rapidamente, após receberem a chefia do governo e da demissão do então Presidente da República Bernardino Machado, respectivamente a 30 e 31 de Maio, os conspiradores entraram em conflito entre si.

---

<sup>3</sup> Cf. OLIVEIRA, César - "A república e os municípios". In OLIVEIRA, César, dir. - *História dos municípios e do poder local: dos finais da Idade Média à União Europeia*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1996. ISBN 972-42-1300-5. p. 262.

<sup>4</sup> Cf. SERRA, João B. - "Os poderes locais: administração e política no 1º Quartel do Século XX". In Idem, *ibidem*, p. 269-270.

Não tinham um programa de governo, uniam-se em torno de um conjunto de ideais alargadas, sendo que “*Pôr cobro à felperra*”, à “*demagogia do PRP, construir um Estado que mandasse de facto e um poder executivo forte e regenerar e salvar a Nação constituíam os conteúdos afirmados pelo general Gomes da Costa e pelo comandante Mendes Cabeçadas, as "cabeças" visíveis e liderantes do movimento militar triunfante*”<sup>5</sup>. Da luta interna pelo poder emerge a figura de Óscar Carmona, que a 29 de Novembro de 1926 foi empossado Presidente da República. Seria assim instaurada uma ditadura militar, que viria a durar até aos anos de 1933/34, aquando da instauração do Estado Novo.

A construção desse novo regime começou a ser preparada ainda em 1930, através da publicação de legislação diversa e da criação da União Nacional. Este processo culminou na aprovação da Constituição de 1933, que foi acompanhada pela publicação de legislação corporativa, de que é exemplo o Estatuto do Trabalho Nacional. Inaugurou-se assim um regime centralizado, cujo controlo residia nas mãos de António de Oliveira Salazar. Ao nível da administração local, pode-se considerar que o Estado Novo foi (...) *um regime que acentuou e agravou - para além de ser uma ditadura pessoal regida por um normativo formal e politicamente plebiscitado - o centralismo implantado e imposto aos municípios pelas revoluções liberais do século XIX e continuando, a partir de 1910, pela República democrática e parlamentar*<sup>6</sup>.

Logo após o golpe, a 13 de Julho de 1926, o Decreto-Lei nº 11 875, dissolveu todos os corpos administrativos, sendo que os governadores civis ficaram encarregues da elaboração de listas de cidadãos, que deveriam constituir as comissões administrativas. Esta situação só viria a ser regulamentada com o Código Administrativo de 1936, onde se estabelecia que as autarquias eram os elementos estruturantes da Nação. A antiga divisão republicana dos Concelhos em três ordens foi substituída por uma outra, segundo a qual as autarquias se classificavam em rurais e urbanas, sendo que cada uma dessas classes se subdividia em três ordens. As Câmaras passaram a ser constituídas, excepto em Lisboa e Porto, por órgãos comuns e especiais. Eram compostas por um presidente, que era de nomeação governamental, e por vereadores, cujo número variava em função da classificação dos municípios.

Em Lisboa e Porto, as autarquias estavam divididas em bairros e não existia o Conselho municipal. A Câmara era composta por doze vereadores, eleitos directamente pelas Juntas de Freguesia e pelos organismos corporativos. Ao contrário do que se verificava nos outros Concelhos, o presidente da Câmara não tinha as funções de magistrado administrativo e não existiam regedores, pelo que as suas atribuições eram exercidas pela Polícia de Segurança Pública. O Código de 1936, que foi aplicado de forma experimental até 1940, procurou tam-

<sup>5</sup> Cf. OLIVEIRA, César - "Da ditadura militar à implantação do salazarismo". In REIS, António, dir. - *Portugal Contemporâneo (1926-1958)*. Lisboa: Alfa, 1990. p. 13.

<sup>6</sup> Cf. OLIVEIRA, César - "O Estado Novo e os municípios corporativos". In OLIVEIRA, César, dir. - *História dos municípios e do poder local: dos finais da Idade Média à União Europeia*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1996. ISBN 972-42-1300-5. p. 291.

bém constituir uma Federação Obrigatória de Municípios, que visava “(...) a unificação e exploração de serviços susceptíveis de serem municipalizados, a elaboração de planos de expansão e urbanização, a administração de bens comuns e a sua organização e manutenção”<sup>7</sup>. No caso de Lisboa, esta federação dos municípios era constituída pelos Concelhos de Oeiras, Cascais, Loures e Sintra.

O Estado Novo exercia o seu controlo sobre as Câmaras através da nomeação dos presidentes, da possibilidade de dissolver os órgãos autárquicos e da obrigatoriedade da sua aprovação para determinadas deliberações municipais. Em consequência “A intervenção governamental poderia, na verdade, criar uma prática onde todas as arbitrariedades eram possíveis. Com efeito, a inspecção a exercer pelo Ministério do Interior tinha uma amplitude e um carácter tão genérico que podia abranger todos os domínios das actividades municipais”<sup>8</sup>. O Estado Novo viria assim anular a autonomia que as Câmaras tinham recebido durante a República, o que era agravado pela escassez de receitas, que impediam uma administração mais dinâmica. O Código Administrativo de 1936 viria a ser revisto em 1959, mas esta reforma administrativa teve um alcance limitado.

## 2. A SITUAÇÃO PARTICULAR DE LISBOA: REFORMAS E REAJUSTES SUCESSIVOS

No período de transição entre a República e o Estado Novo, a Câmara Municipal de Lisboa sofreu diversas reestruturações nos seus serviços. Aquando da Lei nº 88, de 7 de Agosto de 1913, tinha sido estabelecido que a Câmara era composta por cinquenta e quatro vereadores, os quais seriam responsáveis pela eleição de uma Comissão Executiva composta por nove membros. Essa lei também lhe atribuía competências no que dizia respeito à estruturação interna dos serviços municipais, pelo que deveria proceder à (...) organização dos seus serviços, dividindo-os em tantos pelouros quantos os membros da comissão executiva<sup>9</sup>.

Baseando-se nos poderes assim atribuídos foram realizadas diversas reorganizações da sua estrutura interna, como a de 1919, em que os serviços municipais foram distribuídos pela Secretaria Geral, que agrupava três Repartições, pela Direcção dos Serviços da Fazenda, com três Repartições, e pela Direcção dos Serviços Técnicos, composta por três Repartições e três Serviços de Inspeção<sup>10</sup>. Seguiu-se a reestruturação de 1921, através da qual se manteve a divisão dos serviços em três grandes áreas. Com efeito, segundo a sua natureza burocrática, jurídica, administrativa e técnica, os serviços eram agrupados na Secretaria Geral, com duas Repartições, na Direcção dos Serviços Administrativos, também com duas Repartições, e na

---

<sup>7</sup> Cf. Idem, *idem*, p. 308.

<sup>8</sup> Cf. Idem, *idem*, p. 314.

<sup>9</sup> Cf. CÓDIGO ADMINISTRATIVO. Lisboa: Imprensa Nacional, 1913. Título XI.

<sup>10</sup> Cf. LISBOA. Câmara Municipal - *Organização dos serviços: relatório e projecto de orçamento para 1919*. Lisboa: [s.n.], 1919.

Direcção dos Serviços Técnicos, onde existiam sete Repartições<sup>11</sup>. Seguiram-se ainda alterações em 1923, com a criação de onze Repartições e dos serviços independentes do contencioso e da inspecção médica. Essas Repartições estavam integradas na Secretaria-geral (uma Repartição e os Serviços independentes), nas Finanças (uma Repartição) e nos Serviços Técnicos Especiais (nove Repartições)<sup>12</sup>. A última reestruturação realizada pelos republicanos na Câmara Municipal de Lisboa foi a de 1925, onde se manteve a Secretaria-geral e se estabeleceram sete pelouros, aos quais estavam adstritas as Repartições e as Secções.

Com a instauração da Ditadura Militar, ocorreram novas alterações na forma como os serviços municipais estavam organizados. Algumas implicaram grandes alterações, enquanto que outras se limitaram a mudanças pontuais em diversos serviços. Assim, a título de exemplo, temos que, em 1933, não foi aprovada nenhuma reorganização dos serviços municipais. Todavia, existiram algumas propostas de criação de serviços que foram apresentadas e aprovadas nas sessões da Câmara para serem tidas em consideração na futura reorganização que tinha sido decretada pela Câmara e para a qual fora nomeada uma comissão. De entre as alterações verificadas nesse ano destaca-se a alteração da designação da Inspeção Médica Municipal para Serviço de Saúde Municipal, a proposta de criação do Pelouro dos Serviços Culturais, a reorganização do Serviço de Contencioso que passou a integrar a 8ª Repartição - Ouvidoria e a extinção da Secção de Cadastro da 2ª Repartição, que foi integrada na Secretaria Geral com a designação Secção do Pessoal Municipal.

Em 1934 seria efectuada uma reorganização de conjunto, tendo-se mantido o antigo esquema republicano da estruturação dos serviços em duas grandes áreas. Deste modo, existiam os Serviços Gerais, onde estavam contemplados a Secretaria-geral, os Serviços de Estatísticas e do Funcionalismo Público, o Serviço de Informações, o Serviço de Salvação Pública e a Polícia Municipal. Nos Serviços Técnicos estavam abarcados os pelouros de Finanças, Engenharia, Urbanização, Serviços Culturais, Higiene e Salubridade, Abastecimento de Carnes, Ouvidoria e Mercados. Tanto os Serviços Gerais como os Serviços Técnicos se subdividiam em Inspeções, Secretarias, Serviços, Secções e Subsecções, sendo que as Repartições só existiam no Pelouro das Finanças e eram em número de dois. Na reestruturação de 1935 desaparece esta divisão, através da qual grande parte dos serviços eram qualificados como sendo técnicos, para se impor uma organização segundo a qual os pelouros, em número de nove, se dividiam em Repartições, também em número de nove, e em serviços. Destaca-se ainda nesta reestruturação a criação de um Pelouro da Presidência, onde se incluía a 1ª Repartição - Secretaria Geral, o Batalhão de Sapadores Bombeiros e a Polícia Municipal<sup>13</sup>.

---

<sup>11</sup> Cf. LISBOA. Câmara Municipal - *Projecto da organização dos serviços da Câmara Municipal de Lisboa*. Lisboa: CM, 1921.

<sup>12</sup> Cf. LISBOA. Câmara Municipal - *Organização dos serviços da Câmara Municipal de Lisboa*. Lisboa: CM, 1926.

<sup>13</sup> ANAIS DA CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA: ano de 1935. Lisboa. (1936). p. 19-23.

Deve-se referir ainda, em 1937, a reestruturação através da qual passaram a existir quatro Direcções de Serviços, nas quais se integravam os serviços pelos quais eram distribuídas as competências da Câmara Municipal de Lisboa<sup>14</sup>. Posteriormente, foi elaborada, em 1938, uma reorganização que surgiu na sequência da aprovação pelo Decreto-lei nº 27.424, de 31 de Dezembro de 1936, do Código Administrativo que obrigava à reestruturação interna dos serviços municipais. Esse Código, no seu artigo 89º, estabelecia que o presidente da Câmara era coadjuvado, nos Concelhos de Lisboa e Porto, pelos directores de serviços, sendo que esses directores teriam a seu cargo os serviços municipais. Esta estrutura é diferente do anterior sistema dos pelouros e introduziu um esquema de organização dos serviços municipais que foi bastante duradoura, que perdurou até 1989. Até 1938, todas as reestruturações efectuadas tinham tido sempre no horizonte a promulgação do Código Administrativo, pelo que nunca foram consideradas como sendo definitivas. Em 1938, o então presidente da Câmara Municipal de Lisboa, o engenheiro Duarte Pacheco, também não considerava como definitiva “(...) a arrumação de serviços que se vai experimentar, pois tratando-se de um sistema administrativo novo, se torna indispensável caminhar com a maior cautela e prudência”<sup>15</sup>. Contudo, era o reflexo da promulgação do Código Administrativo e, nesse sentido, uma marca importante da acção do Estado Novo nos municípios.

## 1925: TENTATIVA DE DESCENTRALIZAÇÃO E DE RACIONALIZAÇÃO

A reorganização realizada em 1925 foi debatida e aprovada nas sessões da Câmara Municipal de 13, 17, 20 e 27 de Fevereiro, prolongando-se pelas reuniões de 6 e 20 de Março. O projecto de reorganização foi elaborado por uma comissão composta pelos vereadores Alexandre Ferreira, Alfredo Guisado e Raul Marques Caldeira. Esta comissão foi criada na sequência da suspensão da aplicação da reorganização aprovada em 1923. A proposta resultante dos trabalhos da comissão procurava, segundo o projecto do Regulamento Geral apresentado a 13 de Fevereiro de 1925, unicamente “(...) organizar os serviços municipais o melhor possível, descentralizando-os para melhor poderem satisfazer os fins a que se destinam, descongestionando umas repartições onde os mais heterogéneos serviços se agrupam e juntando noutras que se encontram demasiadamente aliviadas, serviços que sendo pela sua natureza semelhantes, apareciam aqui e além, sem se saber porquê, espalhados ao acaso”<sup>16</sup>. Para além da descentralização e da racionalização, esta reorganização procurava também reduzir o funcionalismo municipal.

Esta reorganização estabelecia a distribuição dos serviços municipais pela Secretaria Geral e por sete pelouros, o que desde logo gerou alguma polémica, pois segundo o vereador

---

<sup>14</sup> ANAIS DA CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA: ano de 1937. Lisboa. (1938). p. 23-26.

<sup>15</sup> Sessão de 17 e 18 de Janeiro de 1938. Publicada em: *Actas das sessões da Câmara: 1938*. Lisboa. Nº 2. p. 4.

<sup>16</sup> Sessão de 13 de Fevereiro de 1925. Publicada em: *Actas das sessões da Câmara: 1925*. Lisboa. 1941. p. 39.

Azevedo Neves “(...) tal distribuição não devia ser incluída no Regulamento Geral dos Serviços, pois era função que competia à Comissão Executiva que era quem distribuía os Pelouros pelos seus sete membros”<sup>17</sup>. Um outro argumento contra esta estruturação prendia-se com o facto de que a Direcção dos Serviços (...) não competia por lei aos vereadores, cujas funções nos pelouros a seu cargo eram de simples fiscalização<sup>18</sup>. Em resposta, os autores do projecto consideravam que esta organização não impedia a Comissão Executiva de efectuar a distribuição dos pelouros, pois visava unicamente agrupar os diversos serviços que pertenciam a cada pelouro.

Na prática, verifica-se que, apesar dessas críticas, os serviços da Câmara Municipal de Lisboa foram organizados em sete pelouros. Esses pelouros eram assistidos pela Secretaria-geral, cujas funções estavam a cargo de cinco Secções, sendo que a primeira era responsável pelo expediente geral, pela organização dos processos e pela contabilidade privativa. A segunda Secção tinha responsabilidades no que dizia respeito à organização das sessões da Câmara e da Comissão Executiva e na publicação do Boletim Municipal. À Secção seguinte competia a realização dos actos notariais da Câmara e as questões do contencioso. A quarta Secção cuidava do tombo e do Arquivo da Câmara. Por último, a quinta Secção tratava do cadastro geral dos funcionários, dos arruamentos e da estatística geral<sup>19</sup>.

Os pelouros criados eram, como se pode ver pelo organograma I, os da Fazenda, de Engenharia e Arquitectura, dos Jardins e Cemitérios, da Higiene, dos Mercados e Matadouros, da Salvação Pública e da Instrução e Assistência. Cada um deles era assistido por uma repartição, sendo que estas tinham a mesma designação que o pelouro respectivo. As Repartições estavam a cargo dos chefes de Repartição e se subdividiam, como se verificou com a Secretaria-geral, em níveis hierárquicos inferiores. Contudo, verifica-se, tal como foi apontado pelos intervenientes nos debates, que a distribuição dos serviços pelos pelouros era muito desigual. Com efeito nota-se que, não obstante todos os pelouros se subdividirem em Repartições, estas podiam ainda se subdividir em outras Repartições, em Serviços ou, simplesmente, em Secções. Por outro lado, verifica-se que o número de Secções variou, o que demonstra claramente que existiam serviços com estruturas mais desenvolvidas do que outras.

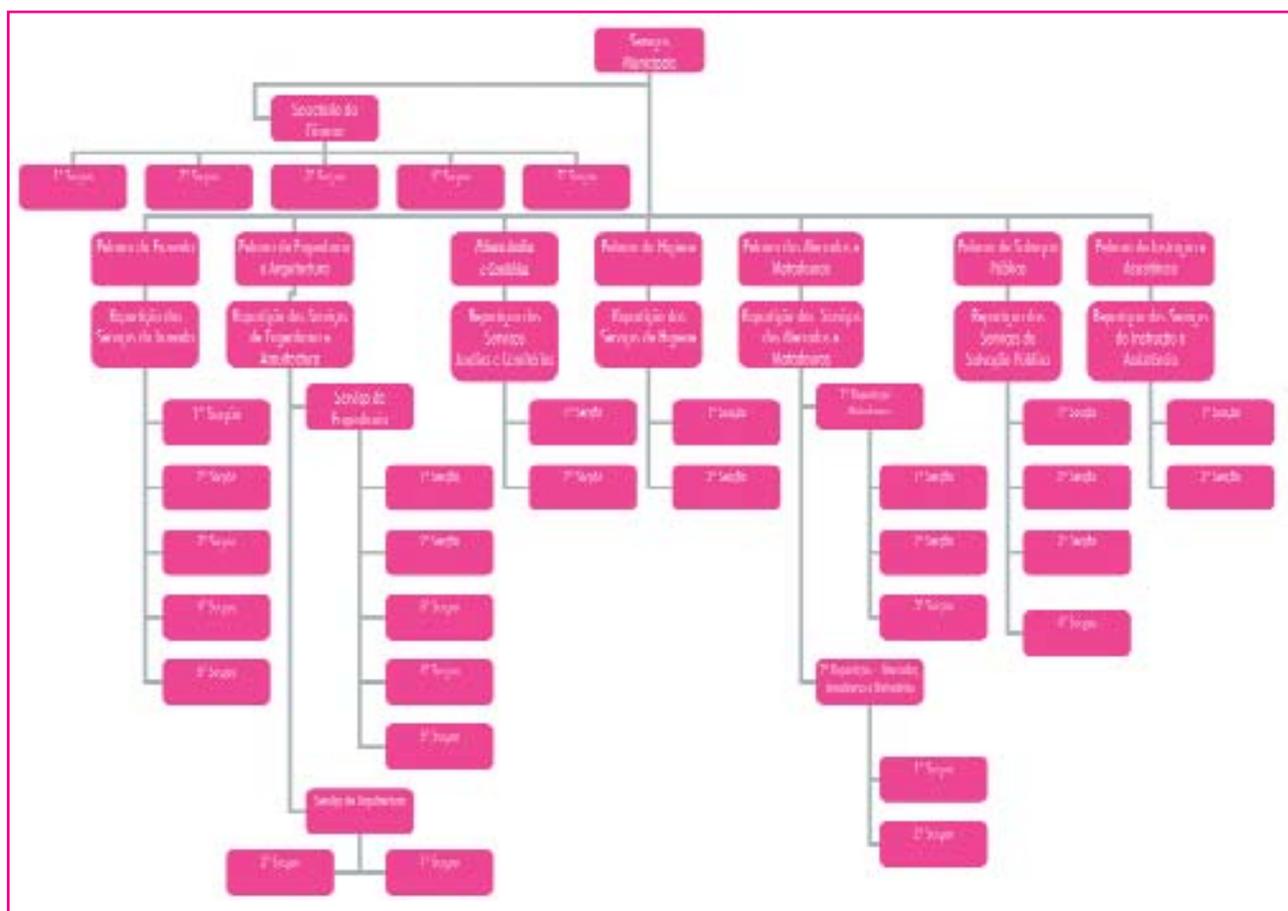
Para exemplificar as considerações acima apresentadas, temos que no que se refere ao Pelouro dos Mercados e Matadouros, a Repartição dos Serviços dos Mercados e Matadouros se subdividia em duas Repartições. Assim, existia a 1ª Repartição - Matadouros, que era composta por três Secções, das quais a primeira era responsável pelo expediente, estatística, pessoal,

---

<sup>17</sup> Cf. Idem, *ibidem*. p. 53.

<sup>18</sup> Cf. Idem, *ibidem*.

<sup>19</sup> Cf. LISBOA. Câmara Municipal - *Organização dos serviços da Câmara Municipal de Lisboa: aprovada nas sessões de 13, 17, 20 e 27 de Fevereiro e 6 e 20 de Março de 1925*. Lisboa: CM, 1925. p. 4-6.



Organograma 1 Cf. LISBOA, Câmara Municipal de - *Organização dos Serviços da Câmara Municipal de Lisboa: Aprovada nas sessões de 13, 17, 20 e 27 de Fevereiro e 6 e 20 de Março de 1925*. Lisboa: Imprensa Municipal, 1925.

contabilidade, inventário geral, conservação das oficinas, armazenagem do material e conservação, limpeza e polimento das dependências do matadouro. À segunda Secção foram atribuídas competências relacionadas com o matadouro e a inspecção sanitária do gado bovino, ovino e caprino. Era ainda responsável pela Superintendência sobre o Mercado Geral de Gados, os talhos municipais e o abastecimento de carnes. A terceira Secção tratava dos matadouros e da inspecção sanitária do gado suíno, da realização de análises microscópicas e bacteriológicas, das instalações especiais para gados suspeitos, da esterilização das carnes e da superintendência técnica em todas as operações realizadas nas diversas oficinas<sup>20</sup>.

Por outro lado, temos o Pelouro de Engenharia e Arquitectura, cuja Repartição dos Serviços de Engenharia e Arquitectura se subdividia no Serviço de Engenharia, composto pelas seguintes Secções, cujas competências são visíveis nas suas designações: 1ª Secção - Expediente e Contabilidade Privativa, 2ª Secção - Viação, Iluminação, Esgotos e Fiscalização; 3ª Secção - Serviços Topográficos; 4ª Secção - Oficinas Gerais; e 5ª Secção - Armazéns Gerais e Transportes. Subdividia-se ainda em Serviço de Arquitectura, que era composto por duas

<sup>20</sup> Cf. Idem, *ibidem*, p. 10.

Secções, sendo que a primeira estava encarregue do expediente e da contabilidade, enquanto que a segunda tratava das questões relacionadas com os edifícios particulares e com os edifícios municipais<sup>21</sup>.

Os restantes pelouros tinham estruturas mais simples, ou seja, não tinham tantas subdivisões. Com efeito, nos Pelouros da Fazenda, dos Jardins e Cemitérios, da Higiene, da Salvação Pública e da Instrução e Assistência, existiam as Repartições respectivas e abaixo destas só se encontravam as Secções. Assim, o Pelouro da Fazenda era, juntamente com o Serviço de Engenharia, aquele que tinha mais Secções. Efectivamente, a Repartição dos Serviços da Fazenda subdividia-se em cinco Secções, a primeira das quais tratava da correspondência recebida, ou seja, de todo o expediente, bem como da contabilidade, o que implicava a elaboração de folhas de vencimento, de orçamentos, de contas de gerência e do balanço anual, a emissão de ordens de pagamento e de guias de receitas, entre outras actividades. Na segunda Secção eram solucionadas todas as questões que se prendiam com a dívida municipal, os legados, as pensões e a propriedade municipal e se efectuava o inventário dos bens móveis e imóveis. Na terceira Secção estavam concentradas a elaboração e a fiscalização das licenças, os impostos, as aferições e a fiscalização dos pesos e medidas. A Secção seguinte dedicava-se única e exclusivamente à arrecadação das receitas, ao pagamento das despesas, à escrituração do movimento da tesouraria e ao envio à Repartição do balancete do dia anterior. Por último, a quinta Secção tratava das reformas, pensões e subsídios do pessoal e da coordenação de todos os elementos estatísticos da Repartição<sup>22</sup>.

Relativamente ao Pelouro dos Jardins e Cemitérios, a sua Repartição subdividia-se em duas Secções, sendo a primeira encarregue do expediente, da contabilidade privativa e da administração dos cemitérios, e a segunda da construção e conservação dos jardins, parques e arvoredos<sup>23</sup>. Segue-se o Pelouro da Higiene, cuja estrutura é a mesma que a do Pelouro dos Jardins e Cemitérios, pois a sua Repartição também subdividia-se em duas Secções. A primeira, mais uma vez, dedicava-se a solucionar as questões decorrentes das necessidades do expediente e da contabilidade privativa, enquanto que a segunda incidia sobre as funções particulares do Pelouro, ou seja, promovia a limpeza de ruas, a remoção de lixo, a desinfecção da vida pública e a fiscalização dos serviços de higiene e dos serviços médicos prestados aos funcionários<sup>24</sup>.

O Pelouro da Salvação Pública apresentava uma estrutura mais estratificada, pois a Repartição dos Serviços de Salvação Pública estava dividida em quatro Secções, que no caso da

---

<sup>21</sup> Cf. Idem, *ibidem*, p. 8.

<sup>22</sup> Cf. Idem, *ibidem*, p. 6-7.

<sup>23</sup> Cf. Idem, *ibidem*, p. 9.

<sup>24</sup> Cf. Idem, *ibidem*.

primeira segue os esquemas anteriores, pois dedicava-se ao expediente e à contabilidade privativa. As restantes três Secções eram responsáveis pelo desempenho das actividades atribuídas ao Pelouro. Assim, a segunda Secção tratava do recrutamento, da instrução e da disciplina do pessoal responsável pelo combate aos incêndios. A terceira Secção superintendia sobre os depósitos de material e a instalação, reparação e conservação da rede telefónica. A quarta Secção abarcava os transportes hipomóveis e mecânicos utilizados no serviço de limpeza<sup>25</sup>.

Por fim, temos o Pelouro da Instrução e Assistência, cuja Repartição subdividia-se em duas Secções. A primeira acumulava a resolução das questões do expediente e da contabilidade privativa com a organização, conservação, fiscalização e desenvolvimento das escolas municipais e dos serviços de assistência. A outra Secção promovia a organização das bibliotecas municipais e a organização e conservação dos museus municipais<sup>26</sup>.

### 1938: A ADAPTAÇÃO AO CÓDIGO ADMINISTRATIVO

Como já foi referido mais acima, a principal organização dos serviços municipais realizada no início do Estado Novo foi a de 1938, cujo projecto foi apresentado em sessão de Câmara na reunião de 30 de Dezembro de 1938 e aprovado pelo Decreto-Lei nº 29 389, de 7 de Janeiro de 1939. Nessa reunião, o presidente da Câmara afirmou que no projecto “*O grande rumo seguido foi de integrar os serviços camarários nos princípios já seguidos pelo Governo em diversas reorganizações de serviços, a começar no Decreto nº 26.115, de 23 de Novembro de 1935, da Presidência do Conselho. Sobre estas bases essenciais foi necessário definir determinados princípios que refletem a orientação já fixada nas Bases aprovadas pela Câmara. Houve ainda, além dessa orientação geral, que atender a circunstâncias especiais resultantes das situações adquiridas por diversos funcionários, o que se procurou remediar com um mínimo de inconvenientes*”<sup>27</sup>.

Esta reestruturação não foi pacífica, pois foi alvo de contestação por parte do vereador Beires Junqueira, segundo o qual não foram respeitados os preceitos do Código Administrativo, pois a nova organização não fora discutida em sessão de Câmara. O mesmo vereador indicava que “*(...) se a referida organização tivesse vindo à discussão, eu tê-la-ia regeitado, pletórica como é essa organização de altos funcionários, com Chefes de Repartição que atingem multidões*”<sup>28</sup>. Chamava ainda a atenção para a reorganização elaborada a 14 de Maio de 1937, considerando que a de 1938 deveria assentar nos mesmos moldes.

---

<sup>25</sup> Cf. Idem, *ibidem*, p. 11-12.

<sup>26</sup> Cf. Idem, *ibidem*, p. 12.

<sup>27</sup> Cf. Acta nº 13 relativa à reunião realizada em 30 de Dezembro de 1938 e continuada em 2, 3, 6 e 7 de Janeiro de 1939, em que se aprovou o projecto de reorganização dos serviços camarários. Publicada em: *Actas das Reuniões da Câmara: 1938*. Lisboa. (1939). p. 35.

<sup>28</sup> Cf Sessão de 16 de Junho de 1938. *Actas das Reuniões da Câmara: 1938*. Lisboa. (1939), Nº 7. p. 25.

Esta reorganização era vista como um arrumar da casa que possibilitaria a realização da obra que competia à Câmara. Procurava contrariar o facto de que “*A engrenagem municipal estava gasta, emperrada, falha de ligação e de adaptação às necessidades, às conveniências dos munícipes, ao interesse público. Faltavam rodízios aptos para o desempenho de indispensáveis funções; por isso mesmo estas não eram exercidas, ou o eram muito deficientemente, com rendimento precário*”<sup>29</sup>. Procurava-se, assim, pôr fim à desorganização dos Serviços Camarários. Aproveitou-se igualmente para se fazer a integração dos funcionários, em dois tipos de quadros, a saber: nos Quadros Gerais e nos Quadros Especiais.

Da nova reorganização consta a concentração dos serviços municipais em seis Direcções de Serviços, num Serviço de Bombeiros, num Tribunal e num Serviço de Polícia. A complexidade do serviço da administração municipal não permitiu que se estabelecessem menos de seis Direcções de Serviços. Inicialmente foi elaborada a macroestrutura das Direcções, sendo que a microestrutura resultou das propostas apresentadas pelos directores de Serviços. No relatório da gerência do município de 1938, o presidente da Câmara, o engenheiro Eduardo Rodrigues de Carvalho, que tinha substituído Duarte Pacheco, defendeu o carácter moderado dessa reorganização, argumentando que “*Um exame superficial do problema poderia ter levado a crer que se caíra, de certo modo, num excesso; basta, porém, reflectir na natureza especial dos serviços do Município de Lisboa, e na sua extensão, para concluir que tais serviços têm menos a característica dum Ministério, com funções limitadas e homogéneas, do que a de um pequeno Estado com quasi toda a gama dos serviços dispersos pelos diversos Ministérios*”<sup>30</sup>.

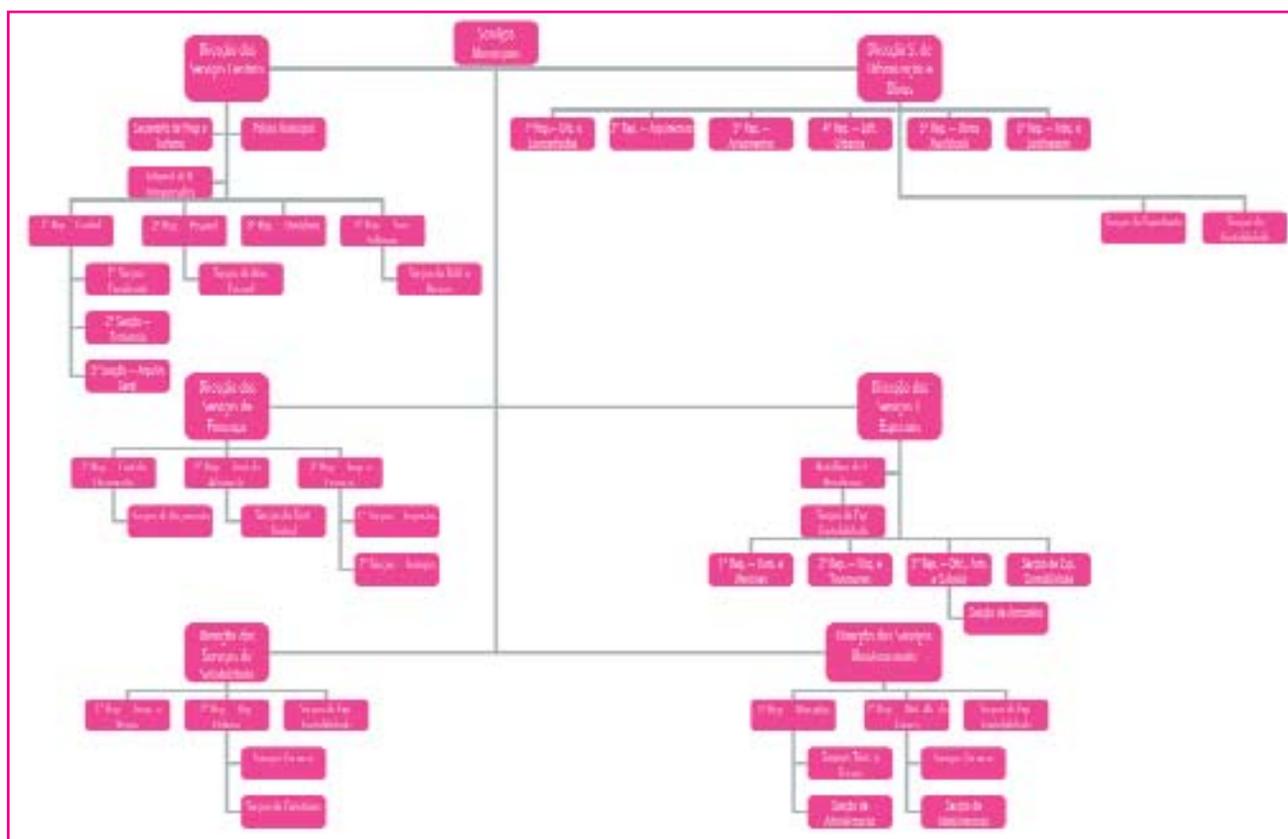
Assim, passaram a existir, como é visível no organograma II, a Direcção dos Serviços Centrais, a Direcção dos Serviços de Urbanização e Obras, a Direcção dos Serviços de Finanças, a Direcção dos Serviços Técnicos-Especiais, a Direcção dos Serviços de Salubridade, a Direcção dos Serviços de Abastecimento, o Batalhão de Sapadores Bombeiros, o Tribunal de Reclamações e Transgressões e a Polícia Municipal. Nesta reorganização procedeu-se igualmente à criação de comissões consultivas do município, a saber: a Comissão Municipal de Fiscalização dos Contratos de Concessão, a Comissão Municipal de Codificação de Posturas, a Comissão Municipal de Trânsito, a Comissão Municipal de Turismo e a Comissão Venatória Concelhia.

Cada uma dessas Direcções de Serviço se subdividia em Repartições, Secções e Secretarias. Assim, analisando caso a caso, verifica-se que a Direcção dos Serviços Centrais, que tinha como funções receber e encaminhar os requerimentos e as petições remetidas ao município, elaborar alvarás, alterar a nomenclatura das ruas, numerar os prédios, arquivar a documentação municipal, elaborar os contratos, criar bibliotecas, realizar exposições e conferências,

---

<sup>29</sup> Cf. Reunião de 20 de Julho de 1939. Publicada em: *Actas das Reuniões da Câmara: 1939*. Lisboa. (1939), N.º 21. p. 82.

<sup>30</sup> Cf. *Idem, ibidem*, p. 86-87.



Organograma2 Cf. LISBOA, Câmara Municipal de - "Acta nº 13 relativa à reunião realizada em 30 de Dezembro de 1938 e continuada em 2, 3, 6 e 7 de Janeiro de 1939, em que se aprovou o projecto de reorganização dos serviços camarários".

Actas das Reuniões da Câmara: 1938, Lisboa: CM, 1939.

entre outras actividades<sup>31</sup>, era composta por quatro Repartições. A primeira denominava-se Central, agrupando a 1ª Secção - Expediente, a 2ª Secção - Escrivania e a 3ª Secção - Arquivo Geral. A segunda Repartição era a do Pessoal, que era constituída por uma secção individualizada de movimento do pessoal e serviços de saúde e assistência social. A terceira Repartição era a Ouvidoria e a quarta a dos Serviços Culturais, que tinha uma secção individualizada de bibliotecas e museus. Integrado na Direcção dos Serviços Centrais encontrava-se ainda a Secretaria de Propaganda e Turismo<sup>32</sup>, que divulgava a actividade municipal e fazia a propaganda de Lisboa; a Polícia Municipal que cobrava taxas aos vendedores ambulantes, fiscalizava demolições de construções clandestinas, aplicava multas e realizava intimações; e o Tribunal de Reclamações e Transgressões, que era responsável pela punição do não cumprimento das posturas.

A Direcção dos Serviços de Urbanização e Obras deveria promover a realização de estudos de urbanização, a actualização da planta da cidade, a expropriação de terrenos para obras municipais, a beneficiação e transformação de arruamentos, o prolongamento de ruas, a plantação de árvores, o cultivo de viveiros, o arranjo de flores, a melhoria e aperfeiçoamento da

<sup>31</sup> ANAIS DA CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA: ano de 1939. Lisboa. (1940). p. 15-18.

<sup>32</sup> Existem algumas contradições quanto a este serviço, pois, por vezes, é designado como Secretaria de Publicidade e Propaganda. Para este artigo optou-se por adoptar a designação que consta do relatório de gerência de 1939.

construção urbana e a fiscalização das construções. Apresentava um maior número de Repartições que a Direcção dos Serviços Centrais, num total de seis e tinha ainda duas Secções individualizadas. As Repartições eram designadas do seguinte modo: 1ª Repartição - Urbanização e Expropriações, 2ª Repartição - Arquitectura, 3ª Repartição - Arruamentos, 4ª Repartição - Edificações Urbanas, 5ª Repartição - Obras Municipais e 6ª Repartição - Arborização e Jardinagem. As duas Secções individualizadas eram a Secção de Expediente e a Secção de Contabilidade.

A Direcção dos Serviços de Finanças tratava da arrecadação das receitas municipais, da elaboração do orçamento e da conta de gerência, da fiscalização dos contribuintes, da inventariação dos bens municipais, da promoção da rentabilidade das propriedades da Câmara, da organização de hastas públicas e de concursos públicos, da venda de terrenos e da elaboração de estatísticas. Subdividia-se em três Repartições, numa Secretaria e em duas Secções independentes<sup>33</sup>. Deste modo, temos a 1ª Repartição - Contas do Orçamento, que apresentava uma Secção individualizada que tratava das questões relacionadas com o orçamento; a 2ª Repartição - Contas de Administração, que tinha uma secção individualizada de contabilidade central; e a 3ª Repartição - Impostos e Licenças, que englobava a 1ª Secção - Impostos e a 2ª Secção - Licenças. Esta Direcção de Serviço compreendia ainda a Secretaria de Património e Estatística, a Secção de Tesouraria e a Secção de Expediente.

Da Direcção dos Serviços Técnicos-Especiais constavam também três Repartições e uma Secção individualizada, que eram encarregues da iluminação da cidade, da remodelação das instalações eléctricas dos edifícios municipais, da circulação do trânsito e dos peões, da diminuição dos ruídos, da gestão dos transportes camarários, da impressão de obras gráficas, da reparação de viaturas e de canalizações e da construção de infraestruturas no subsolo. Essas Repartições eram a 1ª Repartição - Iluminação e Aferições, a 2ª Repartição - Viação e Transportes e a 3ª Repartição - Oficinas, Armazéns e Subsolo, que tinha uma Secção de Armazéns. A Secção individualizada existente nesta Direcção de Serviço é a de Expediente e Contabilidade. Nesta Direcção estava ainda integrado o Batalhão de Sapadores Bombeiros, onde constava uma Secção de Expediente e Contabilidade e que tinha como funções combater os fogos na cidade e promover a conservação das bocas-de-incêndio<sup>34</sup>.

A Direcção dos Serviços de Salubridade tinha uma estrutura mais leve, composta pela 1ª Repartição - Limpeza e Regas e pela 2ª Repartição - Higiene Urbana, que apresentava Serviços Técnicos e uma Secção de Cemitérios. Mais uma vez, existe uma Secção individualizada de Expediente e Contabilidade. A designação dessas Repartições indica que esse serviço estava incumbido da remoção do lixo, da limpeza de sarjetas, da rega das ruas, da administração dos

---

<sup>33</sup> ANAIS DA CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA: ano de 1939. Lisboa. (1940) p. 28-34.

<sup>34</sup> Cf. Idem, *ibidem*, p. 34-40.

cemitérios, da vistoria às condições higiénicas das habitações, do estudo da qualidade da água dos poços e cisternas, da profilaxia da raiva e da apanha de cães e gatos vadios<sup>35</sup>.

Por último, a estrutura da Direcção dos Serviços de Abastecimento era semelhante à da Direcção anterior. Assim, compreendia uma 1ª Repartição - Mercados, onde constavam Serviços Técnicos e Fiscais, bem como uma Secção de Administração. Compreendia ainda a 2ª Repartição - Matadouro e Abastecimento de Carnes, também composta por Serviços Técnicos e por uma Secção de Administração<sup>36</sup>. A Direcção de Serviços dispunha ainda de uma Secção de Expediente e Contabilidade. As suas funções compreendiam: velar pelos aspectos sanitários e administrativos do funcionamento dos mercados, pela melhoria na apresentação dos produtos, pela proibição da venda de produtos que não eram adequados aos mercados, pela repressão dos abusos dos feirantes, pela realização de obras em mercados e matadouros, pelo abastecimento do leite à cidade, pelo fornecimento de carne a preços baixos e pelo encerramento dos talhos desnecessários<sup>37</sup>.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A confrontação entre a reorganização de 1925 e a de 1938, que é o mesmo que dizer entre a visão da República e a do Estado Novo sobre como deveria ser organizados os Serviços Municipais, indica claramente que os princípios organizadores eram muito diferentes. Assim, verifica-se que a diferença fundamental reside no facto de que em 1925 os serviços dependiam directamente dos vereadores, que exerciam as funções de fiscalização, sendo que a execução das tarefas ficava a cargo dos Chefes das Repartições. Pelo contrário, em 1938 não se fazia referência aos pelouros, sendo que os vereadores não tinham competência deliberatória e nem estavam ligados às Direcções de Serviços.

De resto, verifica-se que enquanto em 1925 se colocava a tónica nos níveis hierárquicos inferiores, ou seja, nas Secções, onde realmente as funções eram exercidas, em 1938 apostava-se nos níveis intermédios, ou seja, nas diversas Repartições. Repare-se ainda que em 1925 a Secretaria-geral centralizava o expediente da Câmara Municipal. Os restantes pelouros tinham, nas respectivas Repartições, Secções que recebiam o expediente distribuído pela Secretaria. Esse expediente, depois de solucionado, era remetido de novo à Secretaria-geral, que tratava de responder às solicitações. Assim, os Serviços não contactavam directamente com as entidades externas à Câmara. Em 1938 este esquema de centralização do expediente manteve-se, sendo assumido pela Direcção dos Serviços Centrais. A única diferença reside no facto de que as diversas Direcções de Serviço dispunham de Secções individualizadas de

---

<sup>35</sup> Cf. *Idem, ibidem*, p. 41-44.

<sup>36</sup> Cf. Acta nº 13 relativa à reunião realizada em 30 de Dezembro de 1938 e continuada em 2, 3, 6 e 7 de Janeiro de 1939, em que se aprovou o projecto de reorganização dos serviços camarários. Publicada em: *Actas das Reuniões da Câmara: 1938*. Lisboa. Nº 13. (1938) p. 37-38.

<sup>37</sup> *ANAIIS DA CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA: ano de 1939. Lisboa. (1939)* p. 44-47.

Expediente, responsáveis pela correspondência, que dependiam directamente da Direcção e que não estavam integradas em nenhuma Repartição.

Nota-se ainda que, tanto em 1925 como em 1938, fundiram-se serviços diferentes. Assim, na organização de 1925 constata-se que os Jardins e os Cemitérios, bem como a Instrução e a Assistência foram associados num mesmo pelouro. Em 1938, apesar das declarações proferidas pelos responsáveis pela reorganização de que se tentou evitar a junção de serviços diferentes, repetiu-se as mesmas circunstâncias. Assim, temos os exemplos da Direcção dos Serviços Centrais, onde foram integrados os Serviços Culturais, e da Direcção de Urbanização e Obras, que contemplava também a Arborização e Jardinagem.

---

---



# Elementos para o estudo do Plano de Urbanização da Cidade de Lisboa (1938)

---

Vasco Brito

Catarina Teles Ferreira Camarinhas

## 1. INTRODUÇÃO

O trabalho preparatório do Plano Director de 1938/48, *Elementos para o estudo do plano de urbanização da cidade de Lisboa*, foi publicado em 1938 e elaborado pelo engenheiro municipal António Emídio Abrantes, chefe da Repartição Técnica da Planta da Cidade. Seguidor e admirador confesso de Ressano Garcia, que numerosas vezes elogia nos seus planos, Emídio Abrantes foi autor de mais de 40 planos para o município de Lisboa até à sua participação nos estudos para o Plano Director, que iniciaria em 1932.

O Plano Director de Urbanização de Lisboa seria desenvolvido sob direcção do urbanista francês de origem russa Étienne de Gröer, convidado em 1938 por Duarte Pacheco para ocupar o cargo de “urbanista-conselheiro técnico de câmara.”

Partindo do relatório e desenhos elaborados por Emídio Abrantes, revistos por Étienne de Gröer e constantes do Arquivo Municipal do Arco do Cego, pretende-se contextualizar o trabalho preparatório daquele que foi o mais importante instrumento de planeamento da cidade de Lisboa e que acabaria por traçar a sua expansão e desenvolvimento urbanístico durante a segunda metade do século XX.

O ano de 1938 marcará o início de uma profunda reforma da administração municipal, trazendo novas possibilidades jurídicas, técnicas e financeiras, indispensáveis à urbanização da Capital. A 1 de Janeiro, Duarte Pacheco deixa a direcção do Instituto Superior Técnico e assume a presidência da Câmara Municipal de Lisboa, cargo que viria a acumular, a partir de Maio, com o de ministro das Obras Públicas. O período é de forte crescimento demográfico, com problemas de alojamento, agravados pela inexistência de políticas habitacionais e urbanas persistentes durante os anos conturbados da I República, que deixou uma herança urbanística de difícil gestão.

Será um período de intensa actividade urbanística municipal, apoiado por medidas de âmbito nacional facilitadas pela presença de Duarte Pacheco no governo. As reformas administrativas são apoiadas nomeadamente pela simplificação do processo de expropriações<sup>1</sup>, pela legis-

António Emídio Abrantes; natural de Lisboa, nasceu em 26 de Fevereiro de 1888. Ingressou na Câmara Municipal de Lisboa como praticante de desenhador em 1903, tendo sido ajudante de medidor em 1905, época em que participou no trabalho de levantamento da cidade adjudicado a Júlio António Vieira da Silva Pinto e Alberto de Sá Correia. Formou-se em Engenharia Civil em 1920, passando a engenheiro nesse mesmo ano. Lecionou no Instituto Superior Técnico as cadeiras de Topografia e Geodesia.

Reformou-se com o limite de idade de 70 anos em 1958, tendo falecido em 23 de Setembro de 1970.

Nomeações:

- 18 de Agosto de 1927 foi proposta a efectivação do cargo de chefe da 3ª Repartição, cargo que já desempenhava.
- 6 de Março de 1928: nomeado para fazer parte da comissão que deveria proceder à delimitação de terrenos da margem do Tejo pertencentes à Administração do Porto de Lisboa.
- 31 de Dezembro de 1929: nomeado para fazer parte da comissão de avaliação do estado e capacidade das escolas existentes.
- 30 de Janeiro de 1931: nomeado como representante da Câmara Municipal de Lisboa na comissão para o estudo de arborização do perímetro do Monsanto.
- 2 de Dezembro de 1932: nomeado para estabelecimento das bases de acordo amigável com a Carris em terrenos a expropriar para a construção da Casa da Moeda e construção da Av. João Crisóstomo e prolongamento da Rua de D. Estefânia.
- 26 de Janeiro de 1933: nomeado para integrar a comissão encarregada de estudar os elementos para o plano de urbanização da cidade de Lisboa.
- 2 de Março de 1933: nomeado para estabelecimento de um acordo com a C.P. para ocupação de parcelas de terreno destinadas à abertura da Avenida de Ceuta.
- 31 de Dezembro de 1936: nomeado chefe de Repartição.
- 2 de Janeiro de 1939: nomeado Engenheiro Civil de 1ª Classe.

Sobre este assunto ver: Processo individual n.º 262. Portugal, Arquivo Municipal de Lisboa, Arquivo do Arco Cego.

<sup>1</sup> DECRETO-LEI n.º 28.797/38. D. R. I Série. 159 (38-07-01), p. 1044 - Regime dos centenários.



Figura 1 Duarte Pacheco, Óscar Carmona e Salazar na inauguração do parque infantil do jardim Guerra Junqueiro, 1938. *Revista Municipal*, n.º2, 1939

lação relativa ao realojamento provisório<sup>2</sup> e pela criação da Secção de Melhoramentos Urbanos<sup>3</sup> que dará orientação técnica e exercerá o controlo dos trabalhos de elaboração dos Planos Gerais de Urbanização, a nível nacional.

O município, reconhecendo a necessidade de orientação pública, tomará, sob sua responsabilidade exclusiva, o estudo e a execução dos trabalhos de urbanização sobre o território de sua administração. Os serviços existentes foram reorganizados em 1938 e foram feitas nomeações de pessoal para o estudo e revisão dos grandes problemas que se impunham à administração municipal. Foram traçadas as grandes linhas de comuni-

cação e delimitados os terrenos de forte implantação de construção nova. Foi também travada a iniciativa privada no sentido de não ser permitida a construção de bairros já previstos mas que poderiam vir a comprometer o desenvolvimento urbanístico futuro. Foi ainda criado um fundo especial para a construção em terrenos rurais ou com construções precárias. O município desencadeou a compra dos terrenos, tentando utilizar os fundos resultantes da venda das parcelas urbanizadas para fins públicos, ao invés de virem a reverter para o benefício privado.

Uma das áreas de intervenção prioritária do município seria o Bairro da Mouraria, na época um bairro desfavorecido, descrito como bairro de construções insalubres e inestéticas, alvo de preocupações higienistas e sociais. A construção do Parque de Monsanto (1934-38) seria outra condicionante forte do ponto de vista urbanístico. Em 1938 as únicas áreas estudadas na escala 1:1000 eram as relativas ao Parque Eduardo VII e ao aeroporto de Lisboa. Uma das dificuldades presentes era a ausência de um levantamento actualizado da planta da cidade<sup>4</sup>. Seria urgente reunir um conjunto de elementos necessários à produção de um documento que pudesse orientar o desenvolvimento urbano da cidade.

## 2. OS ESTUDOS DE ANTÓNIO EMÍDIO ABRANTES

Em Julho de 1932, foi apresentado publicamente pelo engenheiro António Emídio Abrantes, um relatório que visava a elaboração de um futuro plano de urbanização no qual se propusessem medidas a desenvolver durante as próximas décadas, com a finalidade de resolver

<sup>2</sup> DECRETO-LEI n.º 28.912/38. *D.R.* I Série. 186 (38-08-12). p. 1198.

<sup>3</sup> DECRETO-LEI n.º 29.218/38. *D.R.* I Série. 282 (38-12-06). p. 1579.

<sup>4</sup> A 14 de Fevereiro de 1939 foi adjudicado, mediante concurso, o levantamento da planta da cidade à esc. 1:1000 à firma "Ottico Meccanica Italiana e Rilevamenti Aerototogrammetrici". Foram rapidamente obtidas as fotografias aéreas que viriam a ser utilizadas na elaboração do plano, atenuando o inconveniente da inexistência de levantamento actualizado.

problemas prementes e modernizar a cidade. Este relatório seria a base de trabalho do estudo posteriormente realizado<sup>5</sup>.

Em Dezembro desse mesmo ano, foi proposta a elaboração de um estudo que pudesse contribuir para a elaboração de um plano de urbanização da capital. Esta proposta<sup>6</sup>, viria a ser efectivada em 23 de Janeiro de 1933 mediante a designação de uma comissão encarregada de estudar o plano de urbanização e melhoramentos da cidade, a qual seria liderada pelo engenheiro António Emídio Abrantes, funcionário municipal e figura proeminente da Câmara Municipal de Lisboa, onde desempenhava funções no Pelouro de Urbanização<sup>7</sup>.

Em 1938 é apresentado um relatório sobre a cidade de Lisboa com o título *Elementos para o estudo do plano de urbanização da cidade de Lisboa*.

O estudo de Emídio Abrantes terá sido estabelecido na sequência de um programa de análise preliminar proposto por De Gröer, como é referido pelo próprio no Relatório do Plano Director de Lisboa de 1948: “No que se refere ao texto do presente Relatório, pude concentrá-lo graças à circunstância seguinte: na época em que eu estava a desempenhar o papel de urbanista-consultor técnico, redigi um programa para o estudo dos elementos analíticos, que deviam servir para estabelecimento do Plano Director, e o Sr. Engenheiro Civil António Emídio Abrantes pôs-se então à procura dos documentos necessários para constituir o estudo geográfico, geológico, climático, histórico e económico da cidade, e a análise do seu estado actual; tendo-os na sua posse, escreveu um volume intitulado: "Elementos para o Estudo do Plano de Urbanização de Lisboa", muitas partes do qual têm até agora um valor real. Como consequência disso o Digníssimo Município de Lisboa já está na posse duma documentação bastante completa, e não acho útil reproduzi-la aqui”<sup>8</sup>.

O trabalho, desenvolvido pelo engenheiro António Emídio Abrantes e publicado pela Câmara Municipal de Lisboa, é constituído por uma parte escrita e uma parte desenhada, remetendo o relatório para as peças desenhadas que o acompanham. No Arquivo Municipal

---

<sup>5</sup> Segundo um artigo do Diário de Notícias, datado de 10 de Julho de 1932, o engenheiro António Emídio Abrantes teria convocado a imprensa para dar conhecimento público do relatório. Dividiu o estudo em duas partes: Melhoramentos de realização imediata e Melhoramentos de realização futura. O objectivo era a elaboração de um plano "cuja realização se arrastaria por duas ou três gerações." Veja-se *Diário de Notícias* de 10/7/1932, p. 49.

<sup>6</sup> A proposta n.º 424 datada de Dezembro de 1932 efectuada pelo presidente da Comissão Administrativa, General Vicente de Freitas, visava a organização de uma "Comissão de Urbanização". Após a concordância da Junta Urbana de Higiene, foi aprovada em sessão de Câmara datada de 26 de Janeiro de 1933. Foi nomeada uma equipa constituída pelos engenheiros António Emídio Abrantes, António Nunes Freire e Álvaro Fontoura e os arquitectos Henrique Taveira Soares, António Piloto e Dr. Alberto Gomes. (SILVA, Carlos Nunes - *Política urbana em Lisboa*. Lisboa: Livros Horizonte, 1994. ISBN 972-24-0878-X. p. 30; Sessão de 29 de Dezembro de 1933. *Boletim da Câmara Municipal de Lisboa*. Lisboa, (1933)).

<sup>7</sup> O pelouro de Urbanização foi reorganizado em 1934 e era constituído por: Secretária Privativa do Pelouro, Serviço da Planta da Cidade, Expropriações e Serviço de Edificações Urbanas. No âmbito da nova reorganização de serviços através do Decreto-Lei n.º 29.389 datado de 7 de Janeiro de 1939 foi criada a Direcção dos Serviços de Urbanização e Obras que passou a concentrar todas as actividades municipais relativas à urbanização geral e expansão da cidade.

<sup>8</sup> GRÖER, Étienne de - *Plano Director de Lisboa: modo actual de construir*. Lisboa: Câmara Municipal, 1948. p. 2. policopiado.

do Arco do Cego existem dois exemplares do relatório, contendo anotações e recomendações do urbanista Étienne de Gröer, que terá acompanhado de perto a sua realização.

Nos *Elementos para o estudo do plano de urbanização da cidade de Lisboa* são analisados os seguintes aspectos:

- Desenvolvimento superficial (sobreposição, numa mesma carta, dos vários limites administrativos da cidade, 1147, 1383, 1850 e 1895);
- Divisões fiscal e administrativa;
- Análise do parque habitacional e escolar existente;
- Localização das habitações clandestinas;
- Levantamento das actividades comerciais, principais fábricas e oficinas, serviços municipais, correios, serviços sociais e sanitários, hospitais;
- Estudo de tráfego, incluindo rede de transportes e estudo detalhado do Rossio;
- Levantamento geológico;
- Curvas referentes aos valores de terreno;
- Redes de águas (apenas zonas não abastecidas e reservatórios), gás e electricidade;
- Lista dos Edifícios e Monumentos Nacionais e de Interesse Público<sup>9</sup>.

## 2.1. ASPECTOS HISTÓRICOS

O autor começa por situar a cidade de Lisboa na margem do rio Tejo, encruzilhada natural de caminhos de longo curso e aprazível residência de quantos buscam uma urbe funcional e rica de elementos paisagísticos cada vez mais valorizados: “*Clareza, tons alegres, ruas serpenteadas, perfis movimentados, simétricos e assimétricos, riqueza de vegetação, acessos fáceis aos pontos altos, miradouros ajardinados e panorâmicas sobre o rio Tejo, sobre o casario*”<sup>10</sup>. Lisboa é uma cidade vocacionada para uma história complexa, na qual, as sucessivas ondas civilizacionais deixaram marcas que o engenheiro António Emídio Abrantes procura entender, antes de proceder à elaboração do trabalho. Nesta viagem ao passado da cidade o autor considera numa perspectiva histórica, o desenvolvimento económico e demográfico da zona urbana, recuando aos tempos anteriores à romanização quando Lisboa não passava de um centro habitacional disperso nas encostas das colinas que as primeiras cercas encerraram em áreas, hoje consideradas muito pequenas.

---

<sup>9</sup> Os estudos de Emídio Abrantes serão complementados em 1941, pelo arquitecto Lauga que desenvolverá um levantamento dos equipamentos escolares, do abastecimento e mercados. Sobre este assunto ver: Estudos e projectos de urbanismo, pasta n.º 101, caixa n.º 82, Relatórios das escolas primárias e relatório dos mercados. Portugal, Arquivo Municipal de Lisboa, Arquivo do Arco do Cego.

<sup>10</sup> ABRANTES, António Emídio - "Elementos para o estudo do plano de urbanização da cidade de Lisboa". In *Planos Directores Municipais*. p. 2. Portugal, Arquivo Municipal de Lisboa, Arquivo do Arco do Cego.

O aumento da população, que se estendeu para "fora de portas" no exterior das muralhas, modificou a estrutura da urbe que as guerras obrigaram a reforçar com novas defesas muralhadas e cuja complexidade se traduziu em divisões administrativas cada vez mais amplas. A cerca Fernandina, construída após a invasão castelhana de Fevereiro de 1373, encerrava já uma área quase sete vezes maior do que aquela que em 1147 passara para as mãos cristãs sob o comando de D. Afonso Henriques<sup>11</sup>.

Esta conquista, ponto de partida de um devir grandioso, é o primeiro marco de referência na evolução da cidade a que o autor chamou "átrio do velho mundo"<sup>12</sup>, mas só em 1845 a construção da estrada da circunvalação da cidade de Lisboa para a fiscalização das alfândegas, vai ser outra referência no conhecimento dos contornos e dimensões reais do município de Lisboa.

Este conhecimento histórico do real perímetro da cidade e do seu crescimento através dos tempos revela uma metodologia científica, em termos urbanísticos, adoptada pelo autor na planificação do crescimento da cidade. Esta preocupação foi inovadora para a época, já que os planos anteriores não o fizeram.

A perspectiva histórica leva António Abrantes a considerar a evolução económica e demográfica que se reflecte na estrutura urbana, destacando o Rossio como espaço de eleição da cidade em termos comerciais, nomeadamente como local de feiras, no período anterior ao terramoto de 1755. A reconstrução desta parte da cidade, efectuada com base num plano urbanístico estudado minuciosamente, fez concentrar nesta área toda a actividade comercial terciária e até política, o que contribuiu



Figura 2 Elementos para o estudo do plano de urbanização da cidade de Lisboa, planta nº 1, sendo visível o crescimento da Cidade de 1147 a 1895. Portugal, Arquivo Municipal de Lisboa, Arquivo do Arco do Cego.

<sup>11</sup> Idem, *ibidem*, p. 5.

<sup>12</sup> Idem, *ibidem*, p. 1.

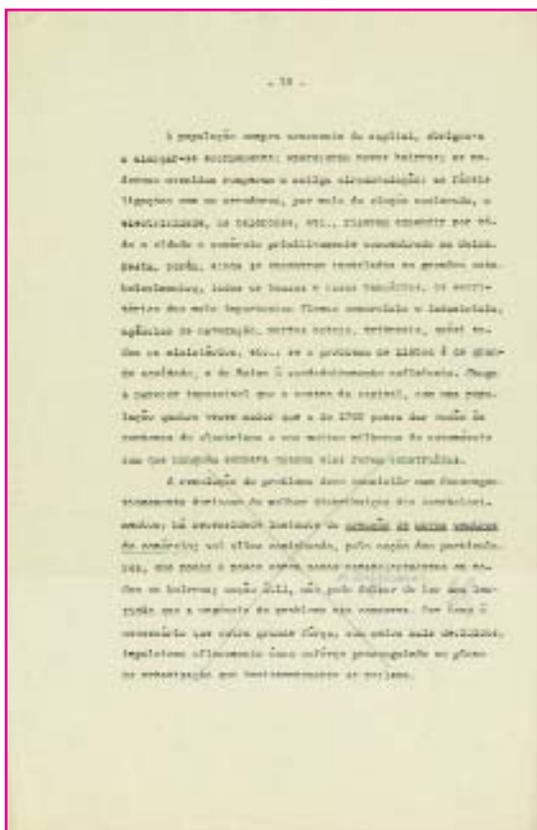


Figura 3 Como se pode verificar as soluções apontadas foram contestadas por Etienne de Gröer que as anulou e rubricou. In *Elementos para o estudo do plano de urbanização da cidade de Lisboa*. Portugal, Arquivo Municipal de Lisboa, Arquivo do Arco do Cego, p.13.

também para um congestionamento do tráfego na zona da Baixa: "Nesta, porém, ainda se encontram instalados os grandes estabelecimentos, todos os bancos e casa bancárias, os escritórios das mais importantes firmas comerciais e industriais, agências de navegação, muitos hotéis, tribunais, quasi todos os ministérios, etc; se o problema de Lisboa é de grande acuidade, o da Baixa é verdadeiramente asfíxiante"<sup>13</sup>.

Mas, o crescimento urbano continuou e já não cabia nos limites traçados, estendendo-se para novos bairros e avenidas. Para a resolução deste problema, aconselhou-se a distribuição do comércio, recorrendo à criação de zonas novas comerciais que começaram a surgir pela acção da iniciativa privada mas ainda insuficientes, pois era necessário um impulso e um plano.

## 2.2. ASPECTOS DEMOGRÁFICOS

Uma resenha sobre o desenvolvimento demográfico mostra, na página 19, um quadro que apresenta o número médio de habitantes por fogo de 1801 a 1936. Étienne de Gröer, considerou este quadro insuficiente, dizendo que seria importante ter uma perspectiva sobre a demografia infantil e juvenil, distribuindo-a pelas categorias:

- a) dos 0 aos 4 anos,
- b) dos 4 aos 15 anos;
- c) dos 15 aos 20 anos.

Solicitou ainda a informação sobre o número de crianças por família.

Quanto ao quadro relativo ao número de nascimentos e óbitos verificados desde 1924 a 1936, Gröer disse que deverá ser apresentado em termos percentuais, segundo as regras internacionais em vigor, chegando mesmo a fazer as respectivas percentagens.

Do estudo, ressalta o enorme aumento demográfico de Lisboa que crescera de tal forma que "uma décima parte da população de Portugal se acha concentrada" em Lisboa<sup>14</sup>. São apontadas as

<sup>13</sup> Idem, *ibidem*, p. 13.

<sup>14</sup> Idem, *ibidem*, p. 18.

tendências de evolução urbana da cidade para a zona norte nomeadamente, Campo Grande, Almirante Reis e Benfica<sup>15</sup> em detrimento do crescimento natural para ocidente.

O estudo continua com a análise da população, arrumando-a em mapas, segundo o grupo profissional. Um quadro exaustivo na página 23-A e seguintes informa-nos que o maior grupo é o das indústrias relativas à construção civil. Entre os prestadores de serviço, destacam-se os serviços domésticos, ao que não é estranha a existência de uma classe burguesa em ascensão, principal consumidora deste tipo de serviços.

### 2.3. DIVISÃO ADMINISTRATIVA

São ainda apresentados mapas da divisão administrativa da cidade, a qual se divide em quatro bairros, registando a respectiva densidade populacional, sendo o segundo o bairro de maior densidade. Estes mapas, seriam de extrema importância para uma futura planificação do crescimento e urbanização, pois permitiam verificar como estava distribuída a densidade populacional pelos quatro bairros administrativos<sup>16</sup> e ainda, uma reorganização da área ocupada por cada freguesia mantendo a mesma divisão administrativa.

Ano	Nascimentos	obitos
1924	23,93	34
1925	23,48	22,87
1926	23,37	22,86
1927	22,49	22,56
1928	23,52	(21) 22,82
1929	22,53	20,66
1930	22,34	21,52
1931	21,69	19,76
1932	19,01	18,50
1933	18,94	18,84
1934	17,94	18,10
1935	18,48	17,93
1936	17,20	17,68

Ano	Mortalidade Infantil
1930	143,57 ‰
1933	148,52 ‰
1934	148,70 ‰
1936	139,67 ‰

Figura 4 Nota junta à pag. n.º 20 manuscrita por Etienne de Gröer, com referências à taxa de mortalidade e natalidade. Portugal, Arquivo Municipal de Lisboa, Arquivo do Arco do Cego

<sup>15</sup> Em data anterior a 1923, projectou-se o prolongamento da Avenida Almirante Reis para Norte, prevendo-se a demolição da Igreja dos Anjos e o conseqüente corte da antiga estrada de Sacavém. Na zona envolvente projectou-se a sua urbanização, futuro "Bairro das Colónias", implantado a partir do declive aí existente. A zona oposta foi também alvo de regularização da qual se destaca o projecto da abertura da Rua António Pedro, datado de 1927, no qual se pode observar a expropriação de terrenos particulares, sendo um deles e a título de curiosidade pertencente à Companhia Portuguesa de Malte e Cerveja - Portugalíia. Veja-se Plantas de Alinhamento, caixas n.ºs 5, 13 e 16, plantas n.ºs 263, 264, 695 e 838. Portugal, Arquivo Municipal de Lisboa, Arquivo do Arco do Cego.

O Campo Grande veio, de igual forma, a ser alvo de ordenação. Veja-se Plantas de Alinhamento, caixa n.º 70, planta n.º 4114. Portugal, Arquivo Municipal de Lisboa, Arquivo do Arco do Cego. Esta zona irá permanecer uma zona fabril e lúdica até aos anos 50 do século XX, data a partir da qual foi radicalmente transformada com a construção dos edifícios da Biblioteca Nacional, Hospital de Santa Maria e edifícios da Cidade Universitária. Sobre este assunto ver: BRITO, Vasco - "O urbano adiado". In VIEGAS, Inês, dir. - *Do Saldanha ao Campo Grande*. Lisboa: Câmara Municipal, 1999. ISBN 972-8517-11-4. p. 153-187.

A estrada de Benfica sofreu rectificações e António Emídio Abrantes sabia que era uma zona apta a receber uma expansão urbana, facto que se pode confirmar pela autoria de uma planta, datada de 1930, para a rectificação da estrada de Benfica. Plantas de Alinhamento, cx. n.º 21, planta n.º 1138. Portugal, Arquivo Municipal de Lisboa, Arquivo do Arco do Cego. A consulta da documentação deste arquivo permite concluir que este processo teve continuidade através de diversas plantas posteriores.

Além dos projectos indicados, o movimento de obras efectuadas pelo município estendeu-se às seguintes zonas: Baixa, Sé, do 1.º Cemitério (Alto de S. João), Avenidas Novas, Campo Mártires da Pátria e Alcântara. Dada a sua importância estas foram visitadas pelos presidentes da República e Governo em 1928. Sobre este o assunto ver: LISBOA, Câmara Municipal, *Visita de S. Ex.ª o presidente da República e Governo a algumas obras municipais em 3 de Outubro de 1928, por ocasião das festas comemorando a proclamação da República*. Lisboa: Typografia Universal, 1928. p. 3-8.

<sup>16</sup> ABRANTES, António Emídio, *Op. cit.*, p. 26-A e 26-B. Portugal, Arquivo Municipal de Lisboa, Arquivo do Arco do Cego.

## 2.4. CLASSIFICAÇÃO E UTILIZAÇÃO DOS SOLOS

É-nos apresentada uma classificação da cidade em duas grandes zonas: a zona urbana, correspondente à zona central, mais densa e essencialmente comercial e a zona suburbana, denominada também, zona periférica, de menor densidade populacional (apenas 17,54% em 1930), constituída pelas freguesias mais afastadas do centro (Olivais, Charneca, Ameixoeira, Lumiar, Campo Grande, Carnide, Benfica, Ajuda e Belém).

No que diz respeito à utilização dos solos, foi apresentado o levantamento das superfícies e avaliação dos terrenos. Os 8.245 hectares de área total da cidade são distribuídos, segundo os estudos de António Emídio Abrantes, da seguinte forma:

- área total da parte aglomerada, 2111 hectares;
- área total da parte dos espaços construídos e não aglomerada, 421 hectares;
- área total da parte dos espaços não aglomerados e semi-rurais, 5713 hectares<sup>17</sup>.

O relatório remete para uma peça desenhada onde se encontram descritas as curvas referentes aos valores do terreno<sup>18</sup>. A avaliação foi feita por zonas, variando o respectivo valor, conforme a localização e facilidades de acesso.

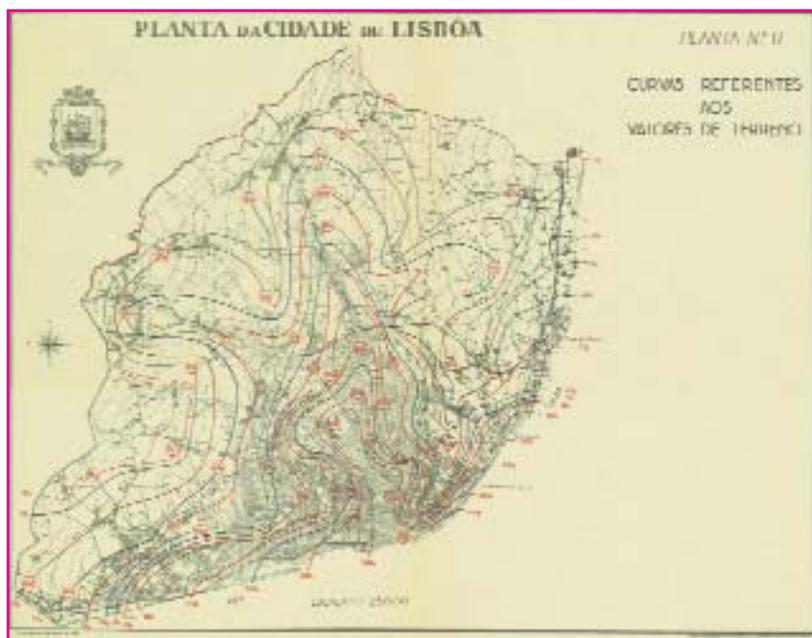


Figura 5 Elementos para o estudo do plano de urbanização da cidade de Lisboa, planta nº 11, com o traçado das curvas referentes ao valor dos terrenos. Portugal, Arquivo Municipal de Lisboa, Arquivo do Arco do Cego

O levantamento dos parques, "Parques-Avenidas" e jardins e a respectiva localização e área que ocupam são indicados em tabela. O estudo limitou-se a fazer o levantamento, do qual, de Gröer, em nota à parte, solicitou o somatório geral.

## 2.5. A QUESTÃO HABITACIONAL

O estudo levanta a questão da insalubridade de algumas zonas da cidade, identificando os seus problemas, os quais se podem sintetizar nestes termos: má organização urbanística, deficiências ao nível da iluminação e abastecimento de água, falta de limpeza e de arejamento

<sup>17</sup> Idem, *ibidem*, p. 126.

<sup>18</sup> Esta planta seria a base de trabalho na qual Duarte Pacheco se baseou para efectuar os cálculos das indemnizações dos terrenos a expropriar, para o arranque inicial necessário para levar à prática a concretização do Plano Director de 1938/1948.

por ausência de estruturas urbanísticas. É ainda apontada a escassez de traçado dos esgotos, traduzindo-se, muitas vezes na total ausência destes<sup>19</sup>. As zonas consideradas insalubres, no âmbito do estudo de Emídio Abrantes são: Baixa, Castelo, Alfama, Alcântara, Sete Rios, Santos, Encarnação e os bairros clandestinos do Alto Pina, Alto do Varejão e Chelas.

São indicados os extractos sociais e como se encontram alojados, fazendo um retrato social pormenorizado em termos habitacionais. As classes operárias encontram-se a viver em habitações de má qualidade com falta de condições, especialmente de salubridade, excepto algumas, que habitavam bairros de habitação social como os do Arco Cego, Alto da Ajuda e Alto da Serafina.

Como é referido pelo autor, a classe média reparte-se por dois tipos de habitação: um grupo vive em casas antigas, sem condições, muitas vezes sem casa de banho e outro grupo em casas recém-construídas e com qualidade, mas cujas rendas são demasiado elevadas para os seus rendimentos, obrigando ao recurso do aluguer de quartos para ajuda económica. Para ilustrar as dificuldades habitacionais que se enfrentavam neste período, Emídio Abrantes citou o exemplo de certas classes médias mais abastadas, proprietárias de prédios de rendimento, por vezes preferiam alugá-los e viverem em casas alugadas com menores condições, com o objetivo de ficarem com o lucro dos alugueres. Outras famílias viviam em casas com óptimas condições, mas com rendas elevadíssimas.

O autor refere que a razão dos prédios de construção recente terem rendas tão elevadas se prende com o elevado custo dos terrenos, que encarece a construção, a qual, por sua vez, para se obter de lucro do capital investido, leva a uma inflação do mercado de arrendamento. Também por esta razão os prédios construídos são em altura, predominando duas habitações por andar. A casa individual era rara.

Existia uma grande carência na quantidade de fogos destinados às classes pobres o que fez aumentar o número de barracas existentes e construções clandestinas, situando-se estas, fundamentalmente nos bairros da chamada zona suburbana. Quanto às habitações de qualidade e com rendas elevadas, o estudo diz serem perfeitamente suficientes, enquanto as de renda média eram em número insuficiente. No entanto, a construção de prédios novos e ampliação de outros, entre 1920 e 1936, teve uma média de crescimento elevada, com um surto em 1935.

---

<sup>19</sup> Relativamente ao problema da falta de um traçado eficaz de esgotos, o Vereador José Carlos de Carvalho Pessoa, em 1904, afirma que "*não é menos necessário tratar-se do saneamento e higiene da mesma cidade*". (Sessão de 7 de Janeiro de 1904. *Boletim da Câmara Municipal de Lisboa*. Lisboa (1904). p. 11). Esta questão foi retomada no princípio do século após diversas comissões nomeadas para o efeito, constituindo-se um aspecto central e de grande importância no ordenamento da capital. Sobre esta assunto ver: LISBOA, Maria Helena - *Os engenheiros em Lisboa: urbanismo e arquitectura (1850-1939)*. Lisboa: Livros Horizonte, 2002. ISBN 972-24-1214-0. p. 156 e segs.



Figura 6 Elementos para o estudo do plano de urbanização da cidade de Lisboa planta nº 3, onde se detectam as manchas das construções clandestinas. Portugal, Arquivo Municipal de Lisboa, Arquivo do Arco do Cego

## 2.6. ACTIVIDADES INDUSTRIAIS E PORTO DE LISBOA

Não havia indústrias específicas em Lisboa, existindo uma diversidade de pequenas oficinas relacionadas com a indústria metalo-mecânica. As indústrias mais importantes, localizavam-se junto à zona ribeirinha, que vai desde a área de Pedrouços ao Poço do Bispo, exceptuando-se o caso de algumas como a indústria da tipografia, metalo-mecânica, de vidro, de cervejas, e de cerâmica, que se situavam afastadas das supra citadas áreas. Encontravam-se

instaladas entre o limite da zona central e o início da zona periférica. Abriu-se uma excepção para as indústrias tipográficas, que se encontravam no centro, Bairro Alto e Restauradores.

A indústria que inclui o maior número de operários é a relacionada com a construção civil. Em segundo lugar, vem a do vestuário e calçado e em terceiro lugar, a da metalurgia que se encontrava disseminada pelo "tecido" urbano. As principais evidenciavam uma tendência de modernização nos processos de fabrico, embora esta tentativa não se estendesse a todas as actividades, principalmente as de menor dimensão.

Foi elaborado um mapa estatístico com o nome da fábrica, tipo de indústria e número de operários que empregava, bem com a força motriz, traduzida na unidade medidora de cavalos a vapor. Encontram-se arroladas 148 "empresas", sendo a maior, a Companhia União Fabril com 1077 operários e com uma força motriz de 1849 "cavalos vapor". Como oposto, temos três fábricas de extracção de óleos gordos de animais, apenas com 4 operários e sem recurso a qualquer tipo de mecanismo eléctrico, o mesmo acontecendo com uma indústria de pirotecnia e de tratamento de peles. Todas as outras indústrias recorriam a mecanismos, estando estes em proporção com a sua dimensão e o número de operários que empregavam<sup>20</sup>.

Foca-se o problema das indústrias insalubres e da sua localização. Dividiam-se em categorias conforme o seu grau de perigosidade e, embora não apontassem medidas, denota-se uma nítida preocupação com este tipo de indústrias, as quais deviam obedecer a normas e ser alvo de vigilância.

<sup>20</sup> ABRANTES, António Emídio, *Op. cit.*, p. 45. A, B, C, D, E, F. Portugal, Arquivo Municipal de Lisboa, Arquivo do Arco do Cego.

O estudo diz-nos ainda que o 1º bairro é o que tinha maior número de fábricas (Xabregas, Marvila, Poço de Bispo) seguindo-se o 4º bairro (Alcântara e Pedrouços) que correspondem à zona ribeirinha<sup>21</sup>.

O estudo do engenheiro António Emídio Abrantes ocupa-se do Porto de Lisboa e dá-nos uma panorâmica da sua extensão, que se prolonga desde as torres de São Julião do Bugio até à Ribeira dos Olivais com uma área aproximada de 11.150 hectares<sup>22</sup>.



Figura 7 Elementos para o estudo do plano de urbanização da cidade de Lisboa planta nº 5, onde é visível a localização das indústrias, as quais se concentram principalmente junto à zona ribeirinha. Portugal, Arquivo Municipal de Lisboa, Arquivo do Arco do Cego

Os cais e terraplenos, estavam divididos em duas grandes categorias: entrepostos comerciais e cais livres, onde podiam acostar embarcações de mercadorias e também embarcações de passageiros, cujo número era bastante significativo: em 1937, os passageiros em trânsito totalizaram mais de 350.700<sup>23</sup>. Os entrepostos comerciais estavam apetrechados com os guindastes necessários, bem como os respectivos armazéns e linhas-férreas próprias, num total de quarenta quilómetros. O porto em toda a sua extensão, possuía como apoio, seis docas de abrigo e cinco docas secas, para o caso da necessidade de retenção dos navios para a sua reparação. As matérias-primas que comercializava passava por animais vivos, matérias-primas diversas, nas quais se incluíam fios, tecidos e bens alimentares, maquinaria, ferramentas e manufacturas.

## 2.7. LEVANTAMENTO DOS EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS

Na cidade havia três mercados abastecedores, nove municipais e quatro concessionados. Fizeram-se fortes críticas aos mercados existentes. A falta de planeamento era uma das principais falhas apontadas resultando na falta de condições, especialmente no que dizia respeito

<sup>21</sup> A concentração industrial nesta zona ribeirinha já vem desde o século XIX e o facto de instalação de fábricas não estar sujeita a qualquer plano, permite-nos concluir que esta escolha cingia-se às boas acessibilidades para recebimento das matérias-primas e escoamento dos seus produtos. Posteriormente, a linha do caminho-de-ferro viria a assumir as mesmas funções. Sobre este assunto ver: SANTANA, Francisco; SUCENA, Eduardo, dir. - *Dicionário da História de Lisboa*. Lisboa: Carlos Quintas & Associados, 1994. ISBN 972-96030-0-6. p. 967-973.

<sup>22</sup> No século XVII aparecem os primeiros projectos gerais de melhoramento do Porto de Lisboa. Os primeiros melhoramentos datam de 1884 e após o lançamento do concurso internacional, em 4 de Setembro de 1886, a obra foi adjudicada ao engenheiro francês Pierre Hildernt Hersent que, a partir de 1887, modernizou o Porto de Lisboa. Iniciaram-se obras constituídas por drenagem e/ou aterros dos terrenos ribeirinhos de forma a regularizar a zona, da construção de cais de acostagem com paredes em cantaria e implementação de infra-estruturas de apoio às embarcações, cargas e descargas. Sobre este assunto ver: NABAIS, António; RAMOS, Paulo - *100 anos do Porto de Lisboa*. Lisboa: Administração do Porto, 1987.

<sup>23</sup> ABRANTES, António Emídio, *Op. cit.* Cálculos baseados nos dados apresentados no mapa n.º 18, p. 55 B e mapa n.º 19, p. 55.

à higiene. O seu número era considerado insuficiente e, por isso, tornava-se necessário um planeamento para a construção de outros mercados, cuja localização devia ter sempre em linha de conta a densidade populacional das diversas zonas da cidade. Em 1936, foi nomeada uma comissão encarregada de estudar os mercados existentes e calcular quantos mais seriam necessários construir na capital. Para resolução deste problema, e após o estudo, foi recomendada a criação de nove novos mercados abastecedores retalhistas.

O relatório dá-nos uma panorâmica sobre os estabelecimentos de ensino primário, escolas profissionais, escolas comerciais, ensino médio e ensino superior - todas se encontram discriminadas. Étienne de Gröer anotou a ausência do nº de alunos que frequentam o ensino primário, sendo necessários para planear uma previsão da quantidade de novas escolas a construir e em que zonas, ou concluir que bastava apenas ampliar as já existentes. Também o programa de construções de escolas profissionais, que se encontra referido no Boletim Oficial do Ministério da Educação Nacional lhe parecia importante. Em termos futuros o autor previa a construção da reitoria da Universidade de Lisboa e faculdades a oeste do Campo 28 de Maio (Campo Grande) cuja construção se efectivaria em meados do século XX.

O estudo dá especial atenção aos serviços públicos, referindo a constituição do Município, poderes do Presidente e competências legais da Câmara Municipal. São ainda discriminadas as Direcções de Serviço à data existentes, que constituíam a Câmara Municipal de Lisboa, chegando ao pormenor de especificar, em planta própria, a respectiva localização. Os serviços extra municipais, como os Bairros Administrativos e Fiscais, os Registos Cíveis e de Execuções Fiscais também não foram negligenciados, havendo a preocupação de indicar aqueles que ocupavam edifícios camarários ou prédios de particulares. É evidente o peso da administração camarária e central na organização da cidade.

Este trabalho inclui ainda um capítulo referente aos serviços de correios e telégrafos. É indicada a previsão de construção de uma nova central dos correios, telégrafos e telefones nas imediações do Parque Eduardo VII, apetrechada de melhorias técnicas, como redes de fonogramas, melhoramento das ligações subterrâneas entre a nova central dos Restauradores, a Praça do Rossio, e a Praça do Comércio (considerado como o eixo principal das comunicações) e a obrigatoriedade de todos os edifícios possuírem receptáculos postais, medida importantíssima e que viria a tornar-se prática corrente facilitando a distribuição da correspondência ao domicílio.

A Câmara Municipal de Lisboa dispunha de serviços sanitários cujo objectivo era a fiscalização de todos os produtos alimentícios de origem animal ou vegetal comercializados na cidade, fossem de produção nacional, ou importados. Os treze postos de inspecção sanitária estavam situados junto aos *terminus* rodoviários de acesso a Lisboa, das estações ferroviárias, dos cais fluviais e mercados estabelecidos na margem norte do Tejo. Dispunha ainda de treze sub-delegações com os mesmos objectivos.

Dependente do Ministério do Interior e da Direcção Geral de Saúde, o estudo enumera vinte e seis unidades hospitalares existentes na capital, indicando a sua respectiva localização e em alguns casos, a sua capacidade.

## 2.8. CEMITÉRIOS

O estudo foca a questão da "população mortuária" a qual foi objecto de análise pormenorizada, relacionando-a com a população da cidade. A atenção do autor levou-o também a analisar os registos do movimento mortuário nos últimos vinte e cinco anos assim e aumento populacional previsível (a partir do estudo dos censos).

Com base neste seria necessária a criação de dois novos cemitérios com uma superfície de 30 hectares. Esta área era previsível para um período temporal de 50 anos. Caso o período temporal fosse alargado para 80 anos, então a área deveria atingir 40 hectares.

Quanto aos jazigos, António Emídio Abrantes considera que bastariam 32200 m<sup>2</sup> para o período temporal de 50 anos ou 51930 m<sup>2</sup> caso se considerasse um período de 80 anos. Estas áreas, calculadas para o destino dos jazigos particulares, seriam distribuídas pelos cemitérios do Alto de São João, Prazeres, Benfica e Olivais.

## 2.9. INSTALAÇÕES MILITARES

O autor não descurou as instalações militares distribuídas pela cidade. Em lista própria enumera 28 instalações (fortes, regimentos, escolas, fábricas e depósitos de material de guerra) acompanhadas da respectiva localização (38) e com as quais finaliza o seu estudo.

## 2.10. MONUMENTOS NACIONAIS E EDIFÍCIOS DE INTERESSE PÚBLICO

Fazem parte da existência imobiliária urbana inúmeros edifícios e parcelas de edifícios, até pequenas peças, que o autor inventariou em lista própria. De interesse municipal ainda numa fase de proposta para classificação, dá-nos uma lista de onze páginas, onde agrupou muralhas, palácios, casas, igrejas, ermidas e capelas, arcos, chafarizes, portas, portas brasonadas, nichos, caravelas, lápides e azulejos<sup>24</sup>.

## 2.11. MOBILIDADE

A circulação na cidade, principalmente na zona da Baixa, é considerada caótica. Apontavam-se como principais causas as deficiências dos traçados da rede de eléctricos. Devido à influência inglesa a sua implementação foi quase sempre encostada à esquerda, obrigando os passageiros a apearem-se para a faixa de rodagem, fazendo parar o trânsito dos veículos automóveis. A mudança de agulha das linhas era executada por método manual, o que fazia parar o trânsito

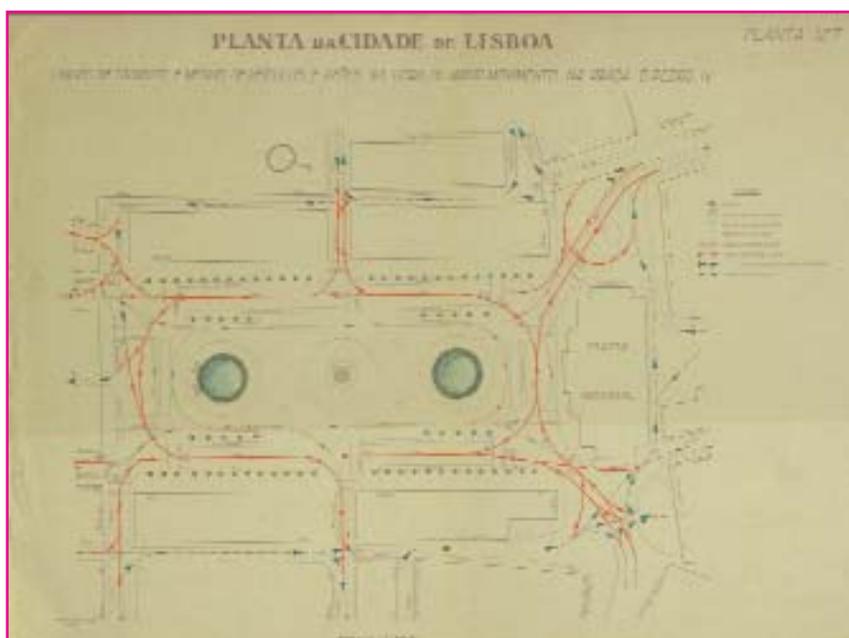


Figura 8 Elementos para o estudo do plano de urbanização da cidade de Lisboa planta nº 7, na qual podemos observar o estudo pormenorizado das "linhas" de trânsito de veículo e peões na praça D. Pedro IV (Rossio). Portugal, Arquivo Municipal de Lisboa, Arquivo do Arco do Cego.

sempre que um eléctrico mudava de linha, acontecendo com frequência. As paragens eram consideradas excessivas e os horários mal escalonados, tendo apenas em linha de conta o acerto das diversas carreiras, mas excluindo as horas de maior afluência de passageiros. Todos estes factores contribuía para um trânsito lento e desconexo na zona da Baixa. Esta zona, considerada um ponto fulcral no trânsito de toda a cidade, foi estudada com pormenor, tendo sido elaborada uma planta específica sobre o congestionamento

de tráfego e os diversos sentidos de trânsito. Este levantamento foi dividido em duas plantas, uma respeitante a toda a zona da Baixa e outra relativa à praça D. Pedro IV (Rossio).

Em contraste com esta situação, na Avenida da Liberdade (inaugurada em 1886), Praça dos Restauradores e Avenidas Novas, o trânsito era relativamente fácil, por serem zonas mais recentes, onde houve o cuidado de uma planificação na rede de eléctricos e regularização do trânsito. Apontou uma série de medidas para uma tentativa de resolução do problema do trânsito na Baixa. Será ocioso descrevê-las, optando-se apenas por fazê-lo relativamente às que são contestadas por Étienne de Gröer, apesar serem retomadas posteriormente no Plano Director de 1938/48.

A Rua do Arco do Marquês do Alegrete tinha apenas um sentido. O seu descongestionamento tornava-se impossível, devido à estreiteza da Rua Marquês do Alegrete, a qual albergava o palácio com o mesmo nome, sob o qual estava o arco que estreita a rua. Propôs-se o alargamento da rua com a demolição de alguns prédios e parte do palácio que detinha o arco.

Para a Rua da Palma, sendo a única artéria que estabelecia a ligação com a Baixa, o seu congestionamento era enorme, devido ao enorme afluxo de carroças que abasteciam o mercado da Praça da Figueira.

Propunha-se o prolongamento da Avenida Almirante Reis até ao Rossio.

Relativamente à Rua do Arsenal, devido ao grande afluxo de trânsito entre a Praça do Comércio e o Cais do Sodré e tendo em conta o movimento do portão da Marinha que dava para a Rua do Arsenal, esta encontra-se congestionada, principalmente entre as 10h e as 14h e as 17h e as 19h.



Figura 9 Planta levantada por F. Goullard e executada na sequência do Plano Geral de Melhoramentos da Capital (1876-1879). Nesta excerto pode-se observar o espaço ocupado pelo Arsenal da Marinha para o qual foi proposta a abertura de uma avenida de ligação entre a Praça do Comércio e a Praça do Cais do Sodré ainda referida com a nomenclatura anterior Praça dos Remolares. Portugal, Arquivo Municipal de Lisboa, Arquivo do Arco do Cego, Coleção de Plantas e Desenhos, Rolo nº 351.

Dado que o arsenal da Marinha seria deslocado para o Alfeite, o terreno que ficava disponível junto ao Tejo poderia ser aproveitado para a construção de uma avenida marginal entre a Praça do Comércio, Terreiro do Paço e o Cais do Sodré.

O congestionamento da Avenida da República dava-se junto ao nó de ligação com a via-férrea, e nos dias em que existiam actividades no Campo 28 de Maio (Campo Grande) como festas, corridas de automóveis e de cavalos no Hipódromo. A solução proposta era a construção de um viaduto, para os automóveis na zona de cruzamento da avenida com a via-férrea ou a construção de um túnel para a passagem desta.

Analisando estes dados, ressalta que, todas as propostas de demolição referidas, assim como as soluções adiantadas para a Avenida da República, foram suprimidas do estudo aquando da revisão deste por Étienne de Gröer. São ainda referenciados outros locais de congestionamento habitual que a seguir se enunciam: Largo de São Domingos, Rua do Arco do Cego, em frente à estação dos eléctricos, Praça Luís de Camões, Cais do Sodré, Largo do Chiado e Praça do Comércio, nas quais existiam dificuldades de trânsito, mais uma vez originadas pela circulação dos eléctricos que não respeitavam as normas regulamentares de trânsito.

Chama-se a atenção para o papel preponderante que a Câmara Municipal de Lisboa deveria ter na regulamentação do trânsito na cidade, de forma a resolver situações que se encontravam em desacordo com as regras do código da estrada.

O estudo refere ainda a questão dos parques de estacionamento automóvel. Quanto aos táxis, discrimina 83 praças com a indicação da respectiva capacidade e até o número de telefone que as servia. Apesar de um número considerável de táxis admitidos em praça (1270), as regras pelas quais se tinham de reger eram rígidas e limitativas notando-se um favorecimento das carreiras de eléctricos. Através de uma postura datada de Junho de 1937, foram estabelecidas pela primeira vez as regras de estacionamento nos parques automóveis e também o modelo de talões de estacionamento a colocar nos veículos, pelos quais se pagava um escudo dando direito de estacionamento das 9h as 20h. Estas regras, inicialmente foram aplicadas apenas no parque de estacionamento automóvel dos Restauradores, o único à data já construído.

Quanto à rede de transportes em comum o estudo destaca: caminhos-de-ferro, ascensores, eléctricos e táxis.

Várias linhas de caminhos-de-ferro serviam a capital, entre as quais se salientam: Cais do Sodré-Cascais (totalmente electrificada e explorada pela sociedade Estoril); Lisboa - Sintra - Torres Vedras e linha urbana de cintura. A linha de Cascais - Estoril era das três a que movimentava maior número de passageiros, segundo os dados estatísticos apresentados em 1935 e 1936. Em caso de necessidade, podiam transportar mercadorias de pequena velocidade, provenientes das outras linhas. O relatório revela um acréscimo de passageiros na linha Cais do Sodré - Cascais e um decréscimo nas outras duas linhas.

Os quatro ascensores da capital e os 418 carros eléctricos eram explorados pela Companhia Carris de Ferro de Lisboa que detinha a sua concessão até 1987. Serviam 14 carreiras, com 108 km de extensão, algumas transpondo a zona central da cidade como era o caso das carreiras de Benfica, Carnide e Lumiar. Transportando 125.863.595 passageiros em 1937, o eléctrico era o principal transporte colectivo dentro da cidade, dado que os primeiros autocarros datam dos primeiros anos da década de 40.

O autor apresenta diversas propostas no que diz respeito à mobilidade. Devido à situação geográfica de Lisboa, esta é ponto de chegada e partida de navios que atravessam o Atlântico. Possuindo a cidade ligações de caminhos-de-ferro à Europa, via Espanha e França, seria necessário a construção de uma gare marítima na qual se pudesse fazer o transbordo dos passageiros de barco, caminhos-de-ferro e vice versa, sem dificuldades.

As entradas e saídas de Lisboa eram dificultadas pela falta de acessos eficazes, de forma a poderem escoar o trânsito com facilidade. Estava prevista a construção da auto-estrada Lisboa - Cascais, servindo o Estádio Nacional, projectado para Cruz Quebrada<sup>25</sup>. O estudo teve vários projectos para o eixo principal de entrada e saída da cidade via Norte<sup>26</sup>. Mais uma vez devido à posição geográfica da capital, o tráfego aéreo começava a intensificar-se dado o interesse de algumas companhias internacionais de aviação estabelecerem carreiras regulares

---

<sup>24</sup> Idem, *ibidem*, p. 81-192.

<sup>25</sup> Datam de 1938 as primeiras expropriações para a construção de um Estádio Nacional. Das propostas apresentadas pelos arquitectos Cristino da Silva e Jorge Segurado a segunda seria vencedora. O arquitecto paisagista Caldeira Cabral teceu fortes críticas ao projecto, nomeadamente sobre o local da sua implementação. Após várias polémicas, Caldeira Cabral e o arquitecto alemão Wiesner, refizeram o projecto e aproveitaram a topografia do terreno, vindo este a ser construído numa encosta. O arquitecto Miguel Jacobetty Rosa participou projectando a tribuna presidencial. Sobre este assunto ver: ANDRESEN, Teresa, coord. - *Do Estádio Nacional ao jardim Gulbenkian*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003. ISBN 972-678-034-9. p. 31-64.

<sup>26</sup> Este estudo, aprovado em 11 de Novembro 1937, previa como saídas da cidade via norte, Benfica e Lumiar. Sobre este assunto ver: Estudos e Projectos de Urbanismo, Ante-projecto de saídas de cidade por Benfica e Lumiar, dossier n.º 431. Portugal, Arquivo Municipal de Lisboa, Arquivo do Arco do Cego.

que fizessem escala em Lisboa<sup>27</sup>. Já se encontrava em estudo a construção de um aeroporto na zona da Portela, considerada uma zona limítrofe ligada por bons acessos ao centro da cidade, isto é, por avenidas de fácil percurso. Também se previa a necessidade da construção de um local de amaragem de hidroaviões, recomendando que a sua localização tivesse fácil acesso e boas ligações ao aeroporto<sup>28</sup>.

## 2.12. INFRA-ESTRUTURAS

A Companhia das Águas de Lisboa detinha o monopólio do abastecimento de água à capital. Lisboa recebia água de quatro proveniências:

- Serra de Belas via Aqueduto das Águas Livres;
- Olhos de Água, com origem no rio Alviela;
- Ota e Alenquer, ambas conduzidas pelo Canal Alviela.

A este caudal juntar-se-ia quando terminaram as obras do aqueduto do Tejo, a água captada a montante de Santarém, nos rios Tejo e Zêzere<sup>29</sup>. Lisboa dispunha de 250 litros diários por habitante para uma população cuja previsão de crescimento era de um milhão de habitantes.

Por se tratar de uma cidade acidentada, para evitar sobrecargas de pressão nas canalizações mais baixas, foi preciso dividi-la e instalar reservatórios. António Emídio Abrantes enumerou os reservatórios num total de doze, indicando a respectiva localização, capacidade e cota, assim como três depósitos em fase de projecto. Num quadro pormenorizado dá-nos a panorâmica do consumo particular e público dos anos de 1933 a 1937. A denominada zona central era servida de água canalizada, enquanto que a zona rural (Olaias, Portela, Olivais, Encarnação, Charneca, Telheiras, Carnide, Benfica, Tapada da Ajuda, Caselas) não dispunha desta infra-estrutura, recorrendo a cisternas, poços e minas.

O fornecimento de gás era assegurado pelas "Companhias Reunidas de Gaz e Electricidade". Dois gasómetros distribuidores, instalados em Pedrouços, recebiam o gás produzido na fábrica existente junto à Torre de Belém e por meio de duas condutas, alimentavam a rede geral. Já se previa neste estudo, a substituição da fábrica de Belém por outra, a construir na Quinta da Matinha situada entre Braço de Prata e Cabo Ruivo.

---

<sup>27</sup> Data de 1928 um ante-projecto para o Aeroporto de Lisboa. Sobre este assunto ver: Estudos e Projectos de Urbanismo, Aéroport de Lisbonne, dossier n.º 427. Portugal, Arquivo Municipal de Lisboa, Arquivo do Arco do Cego.

<sup>28</sup> O local da amaragem estava previsto a Oeste da Portela na zona aonde actualmente se inicia a urbanização da Expo. No Arquivo do Arco do Cego pode consultar-se o projecto da avenida de ligação entre os aeroportos terrestre e marítimo. Ver: Estudos e Projectos de Urbanismo, caixa n.º 103. Portugal, Arquivo Municipal de Lisboa, Arquivo do Arco do Cego.

<sup>29</sup> Estas novas captações de água tiveram a total concordância de Duarte Pacheco que as viu como uma oportunidade de debelar a falta de água com que se debatia a capital. Sobre este assunto ver: PINTO, Luís Leite - *História do abastecimento de água à capital*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1987. p. 299-300.

O sistema de esgotos era muito deficiente por vários motivos: não servia toda a cidade, havia zonas que apenas dispunham de valas a céu aberto, os colectores que existiam são quase todos de secção rectangular e cobertos de "cascões". Só os novos arruamentos dispunham de colectores de secção ovóide. Todos eram conduzidos ao rio Tejo em vários pontos da margem. Impunha-se a renovação da rede e o seu alargamento a toda a cidade.

O autor refere o projecto do engenheiro Ressano Garcia<sup>30</sup> (1884) que divide a cidade em duas grandes zonas; aproveitando a acção da gravidade ou recorrendo ao auxílio de bombas elevatórias debitando os esgotos num emissor comum às duas zonas. Para os excessos das águas pluviais, uma série de galerias desembocava directamente no Tejo.

Cerca de 40 anos mais tarde, um segundo estudo embora da autoria de Inácio Pimentel preconiza o recurso a um sistema separado de recolha, permitindo a introdução de alguma água pluvial na rede de esgotos e águas caseiras a fim de obter uma limpeza regular das canalizações. O plano indica a foz do Rego (a Sul da Costa da Caparica) para local de descargas obrigando à construção de um sifão entre a Torre de Belém e a Trafaria, e de um emissor misto de canal e túnel. As águas pluviais eram conduzidas directa e livremente ao Rio Tejo, num sistema independente. António Emídio Abrantes considera que sem uma planta da cidade que re-gistasse as bacias hidrográficas, não era possível estudar convenientemente a rede de canalização a adoptar no plano geral de melhoramentos da cidade, que à data do estudo, vinha sendo objecto de substituição metódica dos colectores de secção rectangular por manilhas de grés de diâmetro variável.

### 2.13. SISMOLOGIA

O estudo da sismologia é abordado de uma forma científica, efectuado com base no historial sísmico da cidade, local de abalos telúricos desastrosos<sup>31</sup>, dos quais são destacados os de 1531 e o de 1755. Demora-se num primeiro relato recorrendo aos trabalhos de Paul Choffat, Ferreira Diniz e especialmente ao do professor Pereira Sousa que, baseado nos inquéritos mandados executar pelo Marquês de Pombal aquando do terramoto de 1755, permitiu obter uma visão das zonas mais perigosas da cidade e fazer uma previsão dos locais onde se deviam tomar mais precauções. Aponta ainda uma série de medidas preventivas, visando minimizar os estragos causados pelos abalos sísmicos.

---

<sup>30</sup> Sobre este assunto ver: Projecto dos Esgotos da Capital. Portugal, Arquivo Municipal de Lisboa, Arquivo do Arco do Cego.

<sup>31</sup> No estudo foi proposta uma classificação da gravidade das consequências sísmicas. António Emídio Abrantes considera desastrosos, os abalos que provocavam a ruína de edifícios e muitas mortes.

Reconhece-se que os terrenos situados junto à orla do litoral da cidade, por serem de formação mais recente, encontravam-se expostos a abalos sísmicos devido a desequilíbrios tectónicos. Com base no estudo do professor Jaggar, foram sistematizados os seguintes aspectos:

- Constituição de uma rede de sismologia;
- Proposta de um plano urbanístico adequado, de forma a possibilitar a intervenção rápida em caso de deflagração de incêndios simultâneos;
- Uso obrigatório de materiais leves nos andares superiores de forma a diminuir o centro de gravidade dos edifícios;
- Os edifícios deviam estar apetrechados com interruptores automáticos de electricidade e gás, reservatórios de água, e colocação de produtos explosivos em armazéns especiais.

A prevenção era também essencial passando pela educação nas escolas sobre estes fenómenos, bem como por uma informação aos cidadãos em geral, com vista a ajudar, em muito, a eficiência dos elementos de defesa em caso de catástrofe.

### 3. O PLANO DE GRÖER (1938-48)

Um dos primeiros objectivos da nova visão da administração urbanística da cidade era entregar à Câmara Municipal de Lisboa a exclusividade dos trabalhos de urbanização. Até aí, estavam quase todos na mão de particulares, dada a falta de meios financeiros por parte da Câmara. Pretendia-se impedir que o desenvolvimento de Lisboa fosse impulsionado pela iniciativa interesseira de proprietários e especuladores. Para coordenar a elaboração do Plano Director de Urbanização de Lisboa foi contratado o urbanista Étienne de Gröer<sup>32</sup>.

A sua participação no Plano Director será um reflexo do seu complexo percurso pessoal: filho

Étienne de Gröer: nascido em Varsóvia, em 1882, naturalizou-se francês em 1936. Estudou no liceu de Nice e diplomou-se em Arquitectura pela Escola de Belas-Artes de São Petersburgo. Iniciou a sua actividade profissional no Gabinete Municipal de Urbanismo de São Petersburgo.

Em 1920 estabeleceu residência em França onde colaborou em dezoito planos de ordenamento e extensão de cidades, sendo os principais os planos de Dunkerque, região de Creil e região de Courneuve. Colaborou em diversas ocasiões com o urbanista Alfred Agache, nomeadamente no plano do Rio de Janeiro, dirigindo, entre 1927 e 1930, o atelier no Rio de Janeiro responsável pelo plano de urbanização encomendado a Agache.

Contratado pelo Instituto de Urbanismo de Paris para funções de conferencista, foi responsável por uma área disciplinar onde eram expostos os princípios da "cidade-jardim" e sua aplicação em Inglaterra.

A sua primeira participação num estudo urbanístico em Portugal aconteceu por convite de Alfred Agache, que iniciou os estudos de desenvolvimento urbano da região de Lisboa, no "Estudo preliminar de urbanização da zona de Lisboa ao Estoril e a Cascais" que Étienne de Gröer viria a desenvolver posteriormente enquanto "Plano da Costa do Sol". Aos 56 anos foi contratado pela Câmara Municipal de Lisboa para o cargo de "urbanista-consultor técnico da Câmara" (1938-1940). Autor do Plano Director de Urbanização de Lisboa (1938/48), encomenda de Duarte Pacheco. Foi um dos principais urbanistas do Estado Novo, tendo sido autor de diversos planos de urbanização, nomeadamente de Abrantes, Almada, Beja, Braga, Coimbra, Évora, Luanda, Sintra e Costa do Sol (1948).

Em 1945 Étienne de Gröer refere: "*Se o meu trabalho deixar traços salutareos em Portugal, a minha própria dívida para com este país não é de menor importância, pois que ele me ofereceu nesta terrível época de guerra, um calmo abrigo e uma tarefa apaixonante que me tornaram estes anos felizes e cheios de sol*". (cit. por SANTOS, Lusitano dos - Étienne de Gröer: Polaco, Russo, Francês, Urbanista Português dos Anos 40. *Munda: revista do Grupo de Arqueologia e Arte de Coimbra*. N.º 2, (Nov. 1981), p. 80.)

<sup>32</sup> E. De Gröer já tinha desenvolvido trabalho em Lisboa, mas à escala regional, em colaboração com o urbanista Alfred Agache, nos planos de ordenamento da Costa do Sol. A Câmara de Lisboa contratou De Gröer em 1938 como "urbanista-consultor", cargo que desempenhou até 1940, num período coincidente com o início da presidência do engenheiro Duarte Pacheco (1938-43). Mais tarde, em 1946, retomou a elaboração do Plano de Urbanização de Lisboa, mediante novo contrato com a Câmara Municipal, ficando o plano concluído em 1948.



Figura 10 Planta das circulações, comunicações principais e dos espaços livres do primeiro Plano Director de Urbanização de Lisboa, 1948.

de mãe russa ortodoxa e pai polaco católico, ele próprio de origem russa mas polaco, nascido em Varsóvia, mais tarde naturalizado francês; estudou no liceu de Nice e diplomou-se em Arquitectura pela Escola de Belas-Artes de São Petersburgo; iniciou a sua actividade profissional no Gabinete Municipal de Urbanismo de São Petersburgo, mas trabalhou depois também em França e no Rio de Janeiro onde coordenou o gabinete onde se elaborou o plano do Rio de Janeiro, da responsabilidade de Alfred Agache. A sua colaboração como professor no Instituto de Urbanismo de Paris será marcada pelas teorias da "cidade-jardim" e sua aplicação em Inglaterra. Depois da França ter sido invadida pela Alemanha, Étienne de Gröer refugiou-se em Portugal, residindo em Oeiras até ao princípio da década de cinquenta.

O Plano Director de Urbanização será uma síntese das suas ideias e aplicação das teorias de urbanismo que tinha vindo a desenvolver quer pela sua actividade prática, quer enquanto professor do Instituto de Urbanismo de Paris. De Gröer defendia a intervenção da Câmara Municipal de Lisboa e do Estado na criação de habitação "social". De Gröer mostra cepticismo relativamente aos apoios a dar à iniciativa privada, em sintonia com Duarte Pacheco mas em desacordo com as propostas da Assembleia Municipal e da Câmara Corporativa. Defende ainda a aplicação de princípios de urbanismo na construção e na arte de projectar a habitação, propondo a implementação de regulamentos urbanos para exercer o controlo da actividade urbanística.

No que diz respeito à análise urbana, De Gröer utiliza os dados compilados por Emídio Abrantes em 1938, desenvolvendo uma análise complementar relativamente aos temas da construção e de alojamento (população, habitação, construção), espaços livres e análise regional. Nela fez uma crítica severa aos prédios de rendimentos, de arquitectura "fachadista", projectada por *"construtores civis, cuja instrução geral e profissional é bastante rudimentar"*. Caracteriza as zonas de construção mais recente, de *"feios e tristes bairros do fim do Século XIX e do começo do Século XX"*<sup>33</sup>.

<sup>33</sup> GRÖER, Étienne de, *Op. cit.*, p. 66.

A sua crítica à cidade existente, leva-o a uma definição do urbanismo moderno como aquele que permite a introdução da ordem na cidade, através de um zonamento funcionalista, que possibilite a rentabilização das actividades urbanas:

*"O exame do zonamento natural da cidade leva-nos às conclusões seguintes:*

*Os quarteirões de Lisboa estão na sua maior parte constituídos por prédios de rendimento onde se encontram, no rés-do-chão, lojas de venda, oficinas e mesmo fábricas. A tudo isto acrescentam-se, segundo o capricho do acaso, moradias com jardins, perdidas entre as altas paredes dos grandes imóveis.*

*(...)*

*Sobre toda superfície da cidade (parte antiga e parte nova) estende-se uma zona mista, sem carácter determinado, nem saudável, nem agradável como lugar de habitação, nem mesmo prática para o negócio.*

*É mesmo a negação do urbanismo.*

*A instituição do zonamento moderno tem a maior urgência, para que possa acabar com esta desorganização urbana."*<sup>34</sup>

No seu estudo dos espaços livres públicos faz um inventário de todos os espaços existentes que classifica em 4 grandes categorias: parques (áreas com mais de 10 ha), jardins (mais de 1 ha), *squares* (menos de 1 ha) e terrenos de desporto. Conclui que Lisboa é privilegiada no que diz respeito ao seu enquadramento natural, quer ao nível municipal, quer ao nível regional. Inventaria igualmente as principais vistas panorâmicas e algumas paisagens urbanas a proteger.

Neste plano, aprovado em 1948, de Gröer propôs a ligação do Parque de Monsanto com a área do Parque Periférico, que, juntamente com a área do aeroporto e do Parque Oriental, dariam corpo à coroa verde de Lisboa, desenhada como *green belt*, em torno do centro da cidade. Por oposição à tão discutida linha de desenvolvimento no sentido Norte (o eixo Baixa Pombalina/Avenida da Liberdade), resultado da influência haussmanianna no pensamento de Ressano Garcia e no traçado da cidade pós-pombalina, Étienne de Gröer propôs um modelo radioconcêntrico que invertia o modelo que tinha vindo a ser aplicado no desenho de Lisboa. Ao grande eixo barroco, de influência francesa, de Gröer contrapôs o modelo inglês de estrutura menos rígida e adaptado às características morfológicas e à topografia da cidade de Lisboa.<sup>35</sup>

---

<sup>34</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>35</sup> Estas ideias foram influenciadas pela sua actividade docente no Instituto de Urbanismo de Paris onde os modelos ingleses vinham sendo divulgados e aplicados à escala das cidades francesas, num programa "realista", definido por Henri Sellier em 1919 para o *Office public d'habitations à bon marché de la Seine*.



Figura 11 Planta síntese do primeiro Plano Director de Urbanização de Lisboa, 1948.

Pela primeira vez, apareceram, num documento de escala local, preocupações de escala regional, já que de Gröer pretendia definir uma estrutura rural de protecção, fazendo uma análise do desenvolvimento regional de Lisboa desde o início do século:

*“A região lisbonense está constituída por um núcleo central, que é a Capital do Império Português, e por uma série de subúrbios de configuração tentacular, que se estendem ao longo de várias vias de comunicação.*

*Entre estas localidades suburbanas, há grandes espaços agrícolas que é preciso conservar para que o desenvolvimento urbano das ditas localidades não abafe o núcleo central e para que haja sempre entre elas faixas rurais, para bem arejá-las.*<sup>36</sup>

*“É indispensável não deixar uma cidade crescer desmedidamente e é preciso limitar nela a altura e a densidade da construção”*<sup>37</sup>.

De Gröer defende a contenção do desenvolvimento urbano através da definição de uma cintura verde, denominada zona rural de protecção, com uma largura média de 3 kms. O objectivo principal desta cintura verde seria o de constituir para a cidade uma permanente reserva de ar puro e, em 2º lugar, isolá-la das formações urbanas circunvizinhas e impedir a fusão com estas. De Gröer queixa-se da inexistência de planos nacionais e regionais que definam a localização industrial. À falta de planos de escala supra-municipal define a população com base numa fórmula prática de 10% da população do país, apresentando o número máximo de 1 milhão de habitantes como base para o estabelecimento do Plano Director de Lisboa. Define o perímetro da aglomeração alargado fora dos limites administrativos para incluir Moscavide a NE e a Pontinha a NO que seriam anexadas a Lisboa. Para lá deste perímetro, a construção não é autorizada. A zona rural (incluindo as aldeias aí localizadas) estaria sujeita a legislação específica, aplicada sobre o controlo dos técnicos da Câmara Municipal de Lisboa. As aldeias incluídas na zona rural teriam elas mesmas o seu próprio perímetro de aglomeração para não atingirem proporções importantes. Defendeu o conceito de unidade residencial, pequena aglomeração de 10.000 habitantes, que continha nos seus limites todos os elementos urbanos,

<sup>36</sup> GRÖER, Étienne de, *Op. cit.*, I/81.

<sup>37</sup> Idem, *ibidem*, II/6.

incluindo a indústria ligeira. Cada unidade deveria ficar separada das outras por espaços livres e vias de circulação rápida (generalização do conceito de *Parkway*<sup>38</sup>).

O plano será traçado num momento de aumento demográfico, numa cidade que, a par da permanência de todas as suas estruturas históricas (poupada aos bombardeamentos) revela grandes deficiências de oferta habitacional para as classes populares. Étienne de Gröer cita Raymond Unwin, como influência, ("um dos pioneiros do urbanismo inglês", nas palavras De Gröer) o sociólogo americano Lewis Mumford, o plano de Manchester e as conclusões do Congresso Nacional de Urbanismo e de Habitação, em França, para defender a tese de baixa densidade populacional e da casa unifamiliar. Refere-se ao caso inglês e cita a legislação de 1947<sup>39</sup>, bem como o relatório que o precedeu, cujas conclusões propõe como linhas orientadoras da acção da Câmara Municipal de Lisboa a questão da habitação e dos solos urbanos.

Outro vector nas propostas do Plano Director foi a questão da miscigenação social, tão ao gosto do regime e tida como característica dos bairros tradicionais de Lisboa. O próprio pensamento de Salazar<sup>40</sup> seria uma influência. No relatório do Plano Director de Lisboa, Étienne de Gröer citou Salazar:

---

<sup>38</sup> Vias de circulação rápida isoladas por áreas arburizadas e ajardinadas de enquadramento envolvente. O conceito de *Parkway* surgiu em 1869, no âmbito do plano para Riverside, nos arredores de Chicago da autoria dos arquitectos paisagistas Frederick Law Olmsted e Calvert Vaux, autores do Central Park em Nova Iorque. O conceito foi sendo aplicado em diversos casos nos Estados Unidos da América: Mystic Valley Parkway (1895), Bronx River Parkway (1907), Long Island Parkway (1908), Blue Ridge Parkway (1912) e foi exportado para a Europa nos inícios do século XX. Em Portugal este conceito foi introduzido pelo engenheiro Frederico Ressano Garcia, no Plano Geral de Melhoramentos da capital de 1904, quando propôs a definição de um bosque "*destinado principalmente a carruagens de cavalheiros*". GARCIA, Frederico Ressano - *Plano Geral de Melhoramentos. Memória justificativa e descritiva*. 29 de Dezembro de 1903. Portugal, Arquivo Municipal de Lisboa, Arquivo do Arco do Cego.

<sup>39</sup> Town and Country Planning Act, 1947.

<sup>40</sup> Já anteriormente teria sido Salazar uma referência para o urbanista francês Alfred Agache que iniciou os estudos de desenvolvimento urbano da região de Lisboa, nomeadamente o "Estudo preliminar de urbanização da zona de Lisboa ao Estoril e a Cascais" e que Étienne de Gröer veio a desenvolver:

*Ce manque de prévoyance est, hélas! un fait que personne ne relève en France. Nous nous sommes moqués des plans quinquennaux russes, nous suivons d'un air dédaigneux la réalisation des programmes de Mussolini, nous ignorons ce qui se fait dans d'autres pays, au Portugal par exemple, où la volonté d'un Salazar ne craint pas d'envisager des réalisations d'envergure, et nous sommes à peine capables de prévoir quelques solutions précaires destinées à réparer les conséquences du passé!... (...)*

*Le Portugal, ce pays encore peu connu chez nous et qui, dans les mains d'un dictateur avisé et fort habile, donne actuellement l'exemple de finances stabilisées et d'un relèvement économique et social remarquable, nous a fait confiance en nous chargeant de l'étude d'urbanisation de la région située à l'Ouest de sa capitale (entre Tage et océan Atlantique).*

*A vrai dire, la première intention du gouvernement avait été de mettre en valeur les quelques plages qui bordent la "Costa do Sol" (la Côte du Soleil), au moyen d'un aménagement de l'ancienne route marginale, mais le ministre nous a fort bien suivis et même encouragés lorsque, à la suite d'un rapport liminaire, nous lui avons démontré combien il importait pour l'avenir du pays d'examiner le problème sous un angle plus vaste.*

(...)

*Pour ce faire, nous résumerons le rapport liminaire que nous avons établi à la suite d'une consultation faite in loco en 1933. Dans ce rapport, le premier conseil que nous nous permettons de donner, c'était de remodeler et d'aménager toute la région ouest de Lisbonne, entre le Tage et l'Atlantique, avant d'étudier en détail la "Costa do Sol" qui, avec raison, fait objet de la préoccupation immédiate des autorités gouvernementales portugaises." AGACHE, Donat-Alfred - "L' aménagement de «la Costa do Sol» (Portugal)". *Urbanisme*. (Março/Abril 1936), p. 147.*

*“A família exige por si mesma duas outras instituições: a propriedade privada e a herança. Primeiro a propriedade - a propriedade dos bens que possa gozar e até a propriedade dos bens que possam render. A intimidade da vida familiar reclama aconchego, pede isolamento, numa palavra exige a casa, a casa independente, a nossa casa. Há impossibilidade, haverá mesmo em muitos casos inconveniente em que o trabalhador possua os meios de produção e em deixar dividir a terra por minúsculas parcelas, dando-se a todos um pedaço para cultura. Mas é utilíssimo que o instinto de propriedade que acompanha o homem possa exercer-se na posse material do seu lar. É naturalmente mais económica, mais estável, mais bem constituída, a família que se abriga sob o tecto próprio. Eis porque não nos interessam os grandes falanstérios, as colossais construções para habitação operária, com os seus restaurantes anexos e a sua mesa comum. Tudo isto serve para os encontros casuais da vida, para as populações já seminómadas da alta civilização actual; para o nosso feito independente e em benefício da nossa simplicidade morigerada, nós desejamos antes a casa pequena, independente, habitada em plena propriedade pela família”<sup>41</sup>.*

Alguns anos depois, em 1938, dizia-se no preâmbulo do DL n.º 28912: *“a casa económica portuguesa constitui um excelente instrumento de defesa da instituição familiar e de conservação da ordem social existente”*.

O Plano Director de Urbanização de Lisboa foi apoiado no princípio de zonamento, aplicando-se um modelo funcionalista centralizado, antropomórfico (órgãos, racionalidade orgânica) e instrumentalizado. Os planos de 1958 (coordenado pelo engenheiro Guimarães Lobato) e de 1967 (coordenado pelo urbanista francês Georges Meyer-Heine) mantiveram os conceitos do Plano de Gröer, embora com algumas reduções das áreas verdes propostas. Este último plano (de 1967) tentou recuperar a ideia do eixo monumental de atravessamento do município mas, à parte a abertura do eixo Norte-Sul (que acabou por só ser construído nos anos 90), a estrutura proposta no Plano Director de 1948 manteve-se marcante no desenvolvimento urbanístico da capital.

#### 4. CONCLUSÕES

Os estudos de análise do Plano Director de 1938/48 inauguraram uma metodologia que se tornou corrente na prática urbanística portuguesa. António Emídio Abrantes iniciou este trabalho em 1932, em data anterior ao início da colaboração do urbanista francês Étienne de Gröer no Plano Director de Lisboa. Sabe-se que muitas das teorias urbanas do século XX viajaram pela Europa, em complexos itinerários constituídos pelas redes de colaboração que caracterizaram também os percursos profissionais dos urbanistas. Será, portanto, natural que a inovadora técnica de análise urbana aplicada no Plano Director de Urbanização de 1938/48, tenha sido trazida pela mão de Étienne de Gröer. As dúvidas quanto à autoria do estudo per-

---

<sup>41</sup> SALAZAR, Oliveira - *Discursos e notas políticas*. Coimbra: Coimbra Editora, 1944. Vol. I, p. 202. Discurso proferido em 16/3/1933.

manecem, apesar de ter sido constituído um volume à parte, editado pela Câmara Municipal de Lisboa em 1938, data em que De Gröer terá iniciado a sua colaboração com o município de Lisboa. Apesar de Emídio Abrantes ter reclamado a autoria dessa publicação, o facto é que ela resultaria de uma colaboração com o urbanista Étienne de Gröer que foi responsável pela estrutura de análise preliminar e pela revisão final.

O original do relatório, contendo as anotações de De Gröer, conservado no Arquivo Municipal do Arco do Cego, indica-nos que Étienne de Gröer fez a revisão do relatório dos *Elementos para o estudo do plano de urbanização da cidade de Lisboa*, propondo o aprofundamento de alguns dados quantitativos e a eliminação de todas as propostas apresentadas em fase de análise. Apesar de mais tarde vir a adoptar algumas das soluções preconizadas no relatório de Emídio Abrantes, De Gröer terá possivelmente pretendido separar de forma distinta a fase de análise da fase de proposta do Plano Director, ao mesmo tempo que salvaguardava, numa fase preliminar, compromissos que mais tarde se poderiam revelar menos oportunos. Desta forma seguiu uma metodologia que se tornaria corrente em urbanismo.

Como exemplo de aspectos "censurados" por De Gröer e posteriormente abandonados na fase de proposta temos a questão da descentralização. Emídio Abrantes referiu o início de um processo desenvolvido por particulares, de estabelecimento de novas áreas comerciais, sendo sugerido que o Estado deveria acompanhar esse processo. Emídio Abrantes propôs no relatório de análise a constituição de novos centros de comércio. De Gröer elimina essa proposta, sendo que de facto o plano de urbanização da capital veio a defender posteriormente a adopção de um modelo urbanístico centralizado, em que os novos pólos comerciais seriam apenas de apoio aos novos bairros habitacionais, mas não pretendiam competir com o centro já estabelecido através de formação de novas centralidades.

A questão do tráfego viário seria central no Plano Director de Urbanização de Lisboa. De Gröer retirou sistematicamente todas as soluções viárias preconizadas na fase de análise. Algumas das propostas seriam, no entanto, retomadas em fase posterior de elaboração do plano, como é o caso das propostas para a Rua do Arsenal, Avenida Marginal, saídas da cidade via Norte e prolongamento da Avenida Almirante Reis até ao Rossio (mesmo que nem sempre tenham sido concretizadas). O caso do desnivelamento da Avenida da República, constituiu o único exemplo de uma proposta viária que foi retirada e que de facto não viria a ser contemplada no plano de 1938/48, optando-se pela proposta de um viaduto para o caminho de ferro.

Étienne de Gröer assumiu uma preocupação relativamente ao cálculo dos equipamentos e questões demográficas, solicitando novos dados que visavam aprofundar os estudos de Emídio Abrantes e que se prendiam com o esclarecimento de dúvidas sobre aspectos que seriam determinantes na fase de proposta. A sua postura assumiu um carácter científico, pioneiro no urbanismo de Lisboa. Pela análise do manuscrito com as anotações de De

Gröer, verifica-se também o seu interesse nos estudos geológicos e sismológicos que lhe permitiram definir desde logo uma das futuras áreas de expansão urbana da cidade para Ocidente, identificando a área do Restelo como uma potencial zona apta à constituição de um bairro habitacional.

Os *Elementos para o estudo do plano de urbanização da cidade de Lisboa* são um trabalho muito extenso e detalhado, constituindo um documento inovador para a sua época. Étienne de Gröer introduziu na prática urbanística municipal a separação das fases de análise urbana e de proposta, seguindo a metodologia própria da disciplina e optando por não comprometer posteriores decisões. A recolha e tratamento de dados foi criteriosa e rigorosa, tratando-se de uma análise urbana elaborada de forma sistemática e seguindo a nova metodologia do urbanismo "científico" moderno.

---

---



**CADERNOS**

ob

---

**Arquivo Municipal**

# CADERNOS

---

*do*  
**Arquivo Municipal**

# Arquivo Municipal de Lisboa - caminhar para uma Gestão Integrada

---

Inês Viegas

Irene Catarino

Criar uma cultura de serviço, uma cultura de competência ou uma cultura inovadora e competitiva são palavras-chave para um novo modelo de gestão.

Assim, as instituições devem implementar processos que garantam inovação, percebendo o que faz a diferença e qual a identidade da instituição que representam, o que só é possível com o envolvimento de todos os técnicos das diferentes áreas nesses projectos.

Neste âmbito é também importante apostar na normalização, num aprofundamento de metodologias de gestão estratégica, apresentando os objectivos, dificuldades e os factores de sucesso.

O Arquivo Municipal de Lisboa está consciente da importância das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC) como instrumento fundamental para:

- Reforma dos organismos públicos;
- Melhorar o acesso à informação;
- Aumentar a eficácia dos serviços prestados;
- Simplificar procedimentos;
- Diminuir tempos de espera;
- Partilhar a informação pelos diferentes tipos de utilizadores;
- Racionalizar as ferramentas de gestão pessoal e institucional.

A difusão da utilização dos sistemas informáticos provocou uma revolução no conhecimento, dando origem a uma mudança muito significativa no modo de criar e gerir os documentos. As TIC vieram alterar o funcionamento das instituições ao longo dos últimos anos, modificando a forma como os funcionários trabalham, comunicando e partilhando a informação. As pastas partilhadas nos sistemas *intranet* permitem que se aceda de modo mais rápido e mais fácil à informação. O advento dos *websites* veio permitir, às organizações, destacarem-se e comunicarem com um público mais vasto e fisicamente distante.

Simultaneamente todas estas mudanças tornaram o armazenamento da informação mais importante, pois o ambiente digital oferece múltiplas vantagens como o fácil acesso à documentação e à criação de cópias. Por contraste, o uso dos sistemas electrónicos, para efeitos de armazenamento, tem-se revelado bem mais frágil<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> HESLOP, Helen; DAVIS, Simon; WILSON, Andrew - *An approach to the preservation of digital records* [Em linha]. [S.l.]: National Archives of Australia, 2002. p. 10. [Consult. 13 Jan. 2007]. Disponível em [WWW:URL<http://www.naa.gov.au/recordkeeping/er/digital\\_preservation/Green\\_Paper.pdf>](http://www.naa.gov.au/recordkeeping/er/digital_preservation/Green_Paper.pdf).

Os desafios da preservação digital sejam registos nados digitais ou tornados digitais, afectam a maioria dos arquivos públicos sendo responsabilidade dos arquivistas zelarem por este tipo de documentação de elevado valor para as gerações futuras<sup>2</sup>.

Com a publicação do presente artigo apresenta-se o modo de operacionalização e os resultados provenientes do Projecto de Digitalização dos Processos de Obra do Arquivo Municipal de Lisboa (como se iniciou e o porquê dos Processos de Obra).

Pretende-se demonstrar como o recurso às novas tecnologias permitiu melhorar o acesso à informação, simplificar procedimentos, diminuir tempos de espera e, simultaneamente, partilhar a informação pelos diferentes tipos de utilizadores e as consequências que este teve no âmbito do controlo, gestão e recuperação da informação.

Na sequência de uma política de gestão integrada apoiada nas novas tecnologias também serão mencionados os Plano de Classificação e Preservação Digital de Documentos, o Gescor V3 e o PGIA em que estão envolvidos todos os serviços da Câmara Municipal de Lisboa.

## OBJECTIVOS E METODOLOGIA DO PROJECTO

O Projecto de Digitalização dos Processos de Obra, no Arquivo Municipal de Lisboa, teve início há cerca de quatro anos, ao longo dos quais foram elaborados diagnósticos de necessidade e análises funcionais. Foram identificadas as especificidades do projecto, em que se procurou:

- Reconhecer as principais necessidades/problemas, a partir de:
  1. Localização do equipamento a instalar;
  2. Grau de prioridades;
  3. As acções necessárias;
- Planificar previamente o trabalho a desenvolver;
- Definir a missão do programa;
- Definir o tipo de materiais a usar e o(s) tipo(s) de programa(s) a utilizar;
- Procurar saber onde adquirir os serviços necessários ao programa;
- Identificar os possíveis parceiros do projecto;
- Quantificar custos;
- Justificar todas as decisões tomadas<sup>3</sup>.

---

<sup>2</sup> Idem, *ibidem*, p. 22.

<sup>3</sup> UNESCO. Information Society Division - *Guidelines for the preservation of digital heritage* [Em linha]. [S. l.]: UNESCO, 2003. p. 10. [Consult. 13 Jan. 2007]. Disponível em [WWW:URLhttp://www.unesdoc.unesco.org/images/0013/001300/130071e.pdf](http://www.unesdoc.unesco.org/images/0013/001300/130071e.pdf).

Após a definição de todos estes pressupostos partiu-se para a delimitação do Projecto de Digitalização dos Processos de Obra.

O Processo de Obra, no caso do Arquivo Municipal de Lisboa corresponde ao conjunto de processos de determinado edifício, documentando toda a existência do imóvel, desde a sua construção até à sua demolição. É identificado pelo número de Obra, que é atribuído pelos Serviços de Urbanismo aquando do pagamento da licença de construção. O Processo de Obra fica a cargo do

Arquivo por ocasião da emissão da licença de utilização, ficando esta encarregue do ingresso dos processos posteriores que digam respeito ao imóvel.

O modo de organização adoptado pelo Arquivo Municipal de Lisboa permite aceder rapidamente a todo o historial do imóvel. No entanto, o constante manuseamento por parte dos serviços e particulares levanta sérios problemas quanto à sua integridade física e impossibilita consultas simultâneas. É de realçar que no ano de 2006 o Arquivo Municipal de Lisboa recebeu cerca de 18 000 leitores internos e externos para consulta dos Processos de Obra.

Com a digitalização dos Processos de Obra, pretende-se:

- Garantir a segurança e integridade de todo o património documental, evitando a manipulação dos originais;
- Facilitar o acesso à informação via electrónica, possibilitando a todos os serviços da Câmara Municipal de Lisboa o acesso simultâneo às imagens/*thumbnails* dos documentos, através da *Intranet*.
- Permitir aos diferentes utilizadores da Câmara Municipal de Lisboa a possibilidade de solicitar a informação digital que necessitam *online*.
- Criar postos de atendimento ao cidadão onde se forneça, na hora, as impressões dos documentos solicitados.

Inicialmente o projecto foi delineado para ter início no Processo de Obra n.º 1, da primeira à última página de cada volume. Este procedimento foi rapidamente colocado de parte devido à sua morosidade. O Arquivo Municipal de Lisboa procedeu a um levantamento de necessidades por parte dos municípios e dos Serviços, chegando à conclusão de que existem processos e obras que, nunca ou raramente são requisitados para reprodução. Através do diagnóstico de situação optou-se por um caminho diferente do traçado inicialmente: a digitalização teria início apenas com as obras que fossem pedidas e neste caso apenas as tipolo-

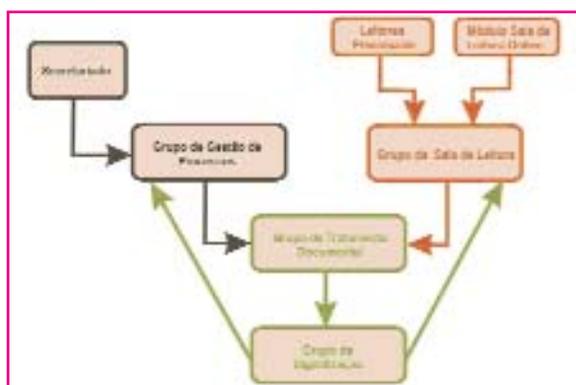


Figura 1 Grupo de Digitalização: em primeiro plano máquinas de digitalização de grandes formatos, ao fundo máquinas A4

gias documentais que tivessem uma alta taxa de repetibilidade de reprodução, como por exemplo:

- Projecto de construção inicial;
- Projecto de alterações;
- Projecto de esgotos;
- Licenças de:
  - Construção;
  - Alteração;
  - Utilização;
  - Ocupação;
  - Habitação;
  - Fração autónoma;
  - Propriedade horizontal.
- Indicação e/ou rectificação de toponímia e/ou numeração de polícia;
- Planta de implantação;
- Planta de localização.

Esta opção revelou-se como a mais eficaz já que ao final de um ano e meio de projecto são satisfeitos 30% dos processos de reprodução, sem recorrer aos documentos originais.



Esquema 1 Circuito Documental do Processo de Digitalização.

O circuito documental tem início no Gabinete do Município, através de requerimento para pedido de reprodução, ou de leitura presencial, na Sala de Leitura do próprio Arquivo Municipal de Lisboa [ver esquema 1].

Tanto num caso como noutro, além das tipologias documentais seleccionadas pelos municípios, são também enviados para a digitalização outras tipologias<sup>4</sup> solicitadas pelos serviços.

<sup>4</sup> A título de exemplo podemos referir o caso, hipotético, de um imóvel de 6 andares com 2 fogos por piso: se o proprietário do 1º andar quiser reproduzir a planta da sua fracção, o Arquivo Municipal de Lisboa seleccionará desse volume todas as fracções desse edifício, à data da sua construção e após as últimas alterações, os alçados e cortes acompanhados da memória descritiva, a licença de utilização, a planta de localização, as últimas alterações ao(s) estabelecimento(s) comercial(ais) desse imóvel (atendendo, deste modo, a um público/serviço municipal mais restrito, neste caso particular a DAPUC). Desta maneira, o Processo de Obra é manuseado uma única vez, a fim de se criar uma cópia digital do mesmo, evitando a sua degradação física ao mesmo tempo e aumentando o seu acesso digital.

Os Processos de Obra são remetidos para o Grupo de Tratamento Documental onde são seleccionadas as tipologias mais recorrentes e onde se organiza informaticamente o volume de obra. Para o efeito são preenchidos os seguintes campos nas Bases de Dados:

- Nome do requerente;
- Assunto;
- Local;
- Freguesia;
- Data inicial;
- Data final;
- N.º de folhas;
- Estado de conservação;
- Idioma;
- N.º de tomos;
- Volume;
- N.º de ordem;
- Pasta;
- Página inicial;
- Página final;
- Regras de descrição;
- Menções de responsabilidade:
  - Forma autorizada do nome;
  - Função;
  - N.º de inscrição na Câmara Municipal de Lisboa.

O Arquivo Municipal de Lisboa utiliza, até à presente data, duas aplicações informáticas: uma de gestão intermédia, denominada Ci-Arq, onde se registam todos os movimentos dos Processos de Obra - acompanhados dos respectivos volumes e processos - e outra de descrição documental, de carácter histórico, designada por X-Arq. É esta última que permite visualizar a imagem e os índices digitalizados na *web*. De modo a exportar os dados inseridos no Ci-Arq para o X-Arq recorre-se a um processo de sincronização: a informação é transposta e completada no X-Arq, conforme as normas internacionais estabelecidas pela ISAD (G), ISAAR (CPF) e NP 405. O objectivo a médio prazo é partir para um modelo de gestão global de dados e desenvolver uma plataforma informática comum que permita o seu intercâmbio, por todos os serviços da Câmara Municipal de Lisboa.

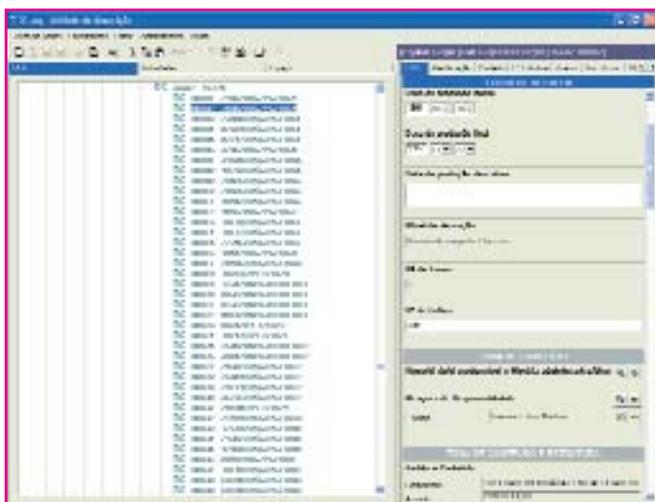


Figura 2 Folha de recolha de dados - X-arg

O X-Arq permite a associação da imagem ao seu descritor, e possibilita:

- A criação de uma *interface web*, para leitura e impressão de imagens digitais;
  - O desenvolvimento de um portal na *Internet*, disponível aos serviços da Câmara Municipal de Lisboa, e aos utilizadores em geral através de *password* e *login* associados<sup>5</sup>;
  - As impressões digitais têm associadas a certificação dos documentos, conforme o original;
- A criação de um Módulo de Sala de Leitura *online*, que permite não só solicitar consulta e/ou reprodução, bem como acompanhar todo o processo desde a requisição até à satisfação dos seus pedidos [ver esquema 2].



Esquema 2 Integração dos diferentes módulos do X-arg.

Também com a constituição do Grupo de Trabalho de Arquivos Correntes foram delineadas várias estratégias, no sentido do Arquivo Municipal de Lisboa intervir junto dos diferentes serviços da Câmara Municipal de Lisboa, para uma gestão integrada. Assim, a desmaterialização dos processos, um estudo mais rigoroso sobre a gestão do próprio arquivo electrónico, deixando regulamentadas as futuras práticas, a construção de um Plano de Classificação, a abordagem e constituição de um Plano de Preservação Digital para toda a Câmara Municipal de Lisboa, são uma das prioridades, neste momento.

Com este projecto, houve a necessidade de serem levantados os metadados inseridos para uma análise crítica e aplicação de normas internacionais sobre metainformação. As questões inerentes à preservação digital colocam-se de igual modo para qualquer tipo de suporte: “*Como preservar, o quê, quem, a responsabilidade pela preservação, os custos envolvidos, as autorizações de acesso e assegurar de igual forma todo o ciclo de vida digital*”.

A implantação de um *software*, no caso, o Gescor V3 a todos os arquivos correntes nos diferentes serviços da Câmara Municipal de Lisboa, permite uma abordagem sistémica e sistémica para uma normalização de tipologias, assuntos, processos e procedimentos.

<sup>5</sup> Isto para a série Processos de Obra. Imaginemos os casos de instituições bancárias, processos de intimação ou habitação privada de individualidades públicas: nem tudo pode ser tornado público e estar em regime de livre acesso de modo a assegurar a segurança efectiva de bens e pessoas bem como a sua privacidade.

Em simultâneo, o PGIA (o Projecto de Gestão Integrada de Arquivos) é um projecto abrangente, devendo articular com os vários grupos de trabalho para uma melhor integração dos vários *softwares* (identificando aqueles que são de natureza arquivística e os de natureza administrativa) e procedimentos a adoptar quer no Arquivo Municipal de Lisboa quer em toda a Câmara Municipal de Lisboa.

## VANTAGENS DO PROJECTO

A digitalização dos documentos quando comparada com a fotocópia simples dos documentos trouxe grandes vantagens:

- A digitalização do documento acelerou, por si só, a reprodução da informação. Ao contrário da fotocópia, que exigia o desmembramento físico do Processo, agora apenas afrouxam-se os atilhos.
- Os documentos são digitalizados em máquinas diferentes, conforme a dimensão: A4 a A0, garantindo sempre, quer numa quer noutra, a escala dos originais.
- Os documentos de grande formato, cujo tamanho, não normalizado, é superior ao tabuleiro da digitalização, são digitalizados por partes e juntos automaticamente pelo próprio *software*. Tal, representa uma enorme vantagem sobre a reprodução tradicional.
- O Grupo de Digitalização<sup>6</sup> (GD) associa a imagem ao descritor no Módulo de Digitalização do X-Arq, colocando, apenas, como elementos identificadores, o n.º de processo, ano e o n.º de folha a ser digitalizada.
- A digitalização realiza-se por método fotográfico e é sempre feita a cores, a fim de garantir a escala e as alterações efectuadas nos edifícios.
- É o *software* que selecciona a plotter para a qual deverá enviar a impressão, em função do tamanho do documento a imprimir e do nível de prioridade.
- A certificação da cópia é, agora, automática sendo possível reduzir o tempo, que era, anteriormente, dispendido na assinatura de processo a processo.

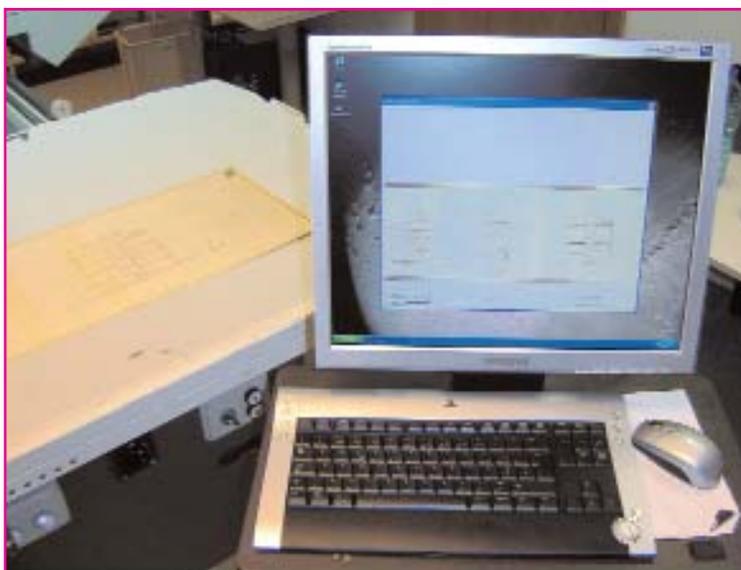


Figura 3 Detalhe de uma das máquinas de grandes formatos: corte da imagem

<sup>6</sup> O GD é constituído por 11 funcionários que trabalham por turnos de 6 horas diárias, de Segunda-feira a Sábado. O seu equipamento de trabalho é composto por uma mesa de grandes formatos, com dois postos de trabalho, duas máquinas A4, três *plotters* e uma máquina de dobragem. No início deste ano o Arquivo Municipal de Lisboa adquiriu mais 2 mesas de grandes formatos de maneira a aumentar a produção digital.

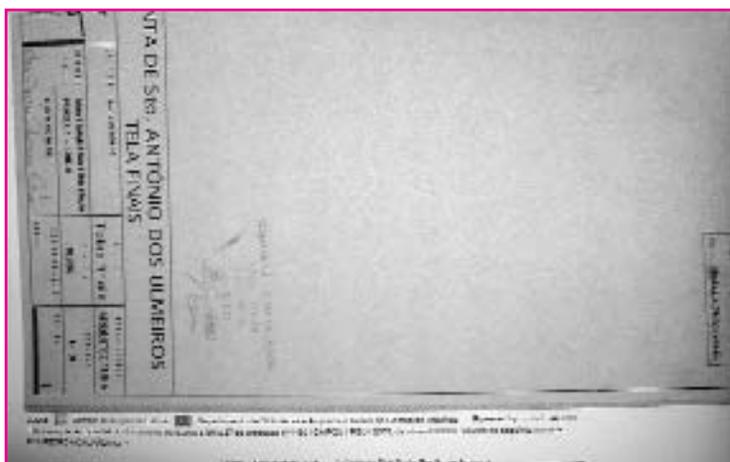


Figura 4 Documento digitalizado e com certificação.

## PRINCIPAIS DIFICULDADES

Ao longo deste ano e meio de projecto e apesar das análises e estudos realizados previamente à sua implementação, este processo tem-se deparado com algumas dificuldades. Uma delas prende-se com o primeiro carregamento de dados dos Processos de Obra ter sido feito com base nos livros de registo manuais. Nestes não constam assentamentos de processos anteriores a 1948, ano da organização dos Processos de Obra<sup>7</sup>.

Assim, uma das tarefas do Grupo de Tratamento Documental (GTD) é o de introduzir na base de dados, os processos anteriores a 1948, para além de completar todos os restantes registos<sup>8</sup>, constituindo, deste modo o índice *web* de cada volume de Obra.

Em termos de tipologias documentais surgiram algumas dificuldades devido ao passivo acumulado. Cada serviço organizou o seu acervo de maneira muito própria e particular. O próprio Arquivo Municipal de Lisboa criou informações que ingressaram em Processo de Obra e que hoje levantam algumas dificuldades na sua descrição. Recorde-se que um dos objectivos é a criação de um índice *web* para cada volume de Obra, daí a importância na normalização, na descrição e classificação de todos os documentos que o constituem. O Projecto de Digitalização veio lançar uma nova visão sobre a necessidade de normalização dentro da própria instituição.

Outra das condicionantes que teve de ser equacionada foi a largura de banda de rede existente e a capacidade de armazenamento dos servidores<sup>9</sup>. A disponibilização das imagens digitalizadas aos diferentes serviços da CML deverá ser célere, o que nem sempre é compatível com formatos muito pesados. As imagens são captadas em formato JPEG<sup>10</sup> e em três tamanhos diferentes:

---

<sup>7</sup> Vid. BRITO, Vasco - "Os Processos de Obra no município de Lisboa: origem documental, estrutura tipológica e classificação patrimonial". *Cadernos do Arquivo Municipal*. Lisboa. ISSN 0873-9870. N.º 5, (2001), p. 128-142.

<sup>8</sup> Os livros de registo não fornecem a identificação do requerente do processo, nem sequer mencionam o tipo de assunto a que respeita (alterações ao projecto, construção inicial...), apenas identificam o processo per si e indicam a sua data de entrada no Arquivo Municipal de Lisboa.

<sup>9</sup> Neste momento o Arquivo Municipal de Lisboa conta com 5 TB (expansível) de armazenamento em servidor para a série de Processos de Obra unicamente.

<sup>10</sup> Os testes feitos inicialmente em formato TIFF originaram imagens com cerca de 500 MB. Este tamanho impedia a sua disponibilização na rede. Assim, optou-se pelo formato JPEG, mais compacto e cuja dimensão permitia uma circulação mais eficaz em ambiente electrónico.

- *Thumbnail*;
- Formato de visualização (1 a 2 MB)<sup>11</sup>;
- Formato de impressão (c. 20 a 30 MB)

Os utilizadores internos, terão acesso a um ou mais tamanhos de imagem, conforme o nível de permissão que lhes é dada. A permissão para imprimir está reservada a alguns administradores da aplicação, de modo a garantir a segurança dos dados.

## RESULTADOS

Ao longo deste ano e meio o projecto de digitalização sofreu várias alterações, tentando sempre adaptar-se às realidades emergentes.

O projecto teve início com a resposta às necessidades dos munícipes/utilizadores externos, sendo primordial, dar acesso a todos os serviços camarários, para instruírem processos de uma forma mais célere.

No Gabinete de Atendimento ao Município, situado no Edifício Central, ao Campo Grande, encontra-se instalado um balcão electrónico para o *Arquivo Digital*, que possibilita a qualquer utente da cidade fruir, através da *Internet*, do(s) documento(s) que pretende e, no caso dos Processos de Obra, levantar a impressão digital na hora.

Outro objectivo é o de disponibilizar, através de postos de *Internet* na Sala de Leitura do Arquivo, consulta de documentos e/ou fazer a impressão na hora.

Este projecto, associado à descrição documental, permitiu disponibilizar cerca de 500.000 imagens na *Intranet/Internet*, através da atribuição de *passwords* e permissões e de milhões de registos de metainformação descritiva.

## OS NÚMEROS DO PROJECTO

Até ao mês de Agosto de 2007 foi possível:

- **Digitalizar 470 579 imagens;**
- **Imprimir 63 498 documentos;**
- **Descrever 61 429 processos;**
- **Produzir 5 GB de informação por dia.**

---

<sup>11</sup> A propósito desta temática relativa aos formatos gráficos aconselhamos BROWN, Adrian - *Graphic file formats* [Em linha]. [S.l.]: National Archives, 2003. [Consult. 13 Jan. 2007]. Disponível em WWW:URL<[http://www.secure.nationalarchives.gov.uk/documents/graphic\\_file\\_formats.pdf](http://www.secure.nationalarchives.gov.uk/documents/graphic_file_formats.pdf)>; Idem, *Image compression* [Em linha]. [S.l.]: National Archives, 2003. [Consult. 13 Jan. 2007]. Disponível em WWW:URL<[http://www.nationalarchives.gov.uk/documents/image\\_compression.pdf](http://www.nationalarchives.gov.uk/documents/image_compression.pdf)>.

## O IMPACTO DO PROJECTO

Por ser inédito, pelos recursos humanos e tecnológicos que envolve e pelos resultados atingidos até então, o projecto tem tido um enorme impacto, ultrapassando todas as expectativas, ao nível das autarquias e instituições privadas e públicas. Muitas são as que têm visitado o Arquivo Municipal de Lisboa tomando-o como referência para os seus projectos futuros, entre elas: Cascais, Porto, Oeiras, Vila Nova de Gaia, Montijo, Barreiro, Biblioteca Nacional, REFER... Os convites para divulgação no âmbito das Novas Tecnologias têm-se multiplicado: 9º Congresso APBAD, Jornadas de Torres Vedras, Jornadas da Trofa, Inforjornadas, jornadas de trabalho para as Câmaras Municipais do Algarve, etc.

O projecto também tem tido repercussão ao nível dos diferentes serviços da Câmara Municipal de Lisboa, pela adesão dos mesmos no acesso aos conteúdos e imagens através da *Intranet* e/ou do *site* do Arquivo Municipal de Lisboa, na direcção de uma prestação de serviço aos munícipes de maior qualidade e maior celeridade na instrução dos processos.

## CONCLUSÃO

O conhecimento é mais do que simples informação: implica capacidade cognitiva, aprendizagem, cultura, sendo que as TIC facilitam a codificação do conhecimento e as mudanças tecnológicas implicam mudanças nas organizações. É uma contínua interacção entre a inovação técnica, organizacional e social.

Assim, os pontos fortes de uma organização inovadora são o diálogo e a compreensão; as competências individuais e organizacionais; as novas formas de organização de trabalho, as iniciativas e as inovações a implementar.

O Arquivo Municipal de Lisboa pretende ultrapassar a missão que até aqui lhe era atribuída, de mera salvaguarda do acervo camarário e da memória cultural colectiva e, assim, assumir diferentes desafios. Tenciona colocar-se na vanguarda da modernização administrativa e melhorar a prestação dos serviços ao cidadão pois há uma grande consciencialização acerca da necessidade de normalização de formatos e extensões de ficheiros a nível institucional. Ciente das problemáticas que o formato digital implica o Arquivo Municipal de Lisboa aceitou este novo desafio de "braços abertos".

O formato digital veio permitir para além de uma maior rapidez de consulta, um maior intercâmbio com os outros serviços camarários e utentes em geral, propiciando, deste modo, a modernização administrativa.

Por outro lado, o Arquivo Municipal de Lisboa pretende digitalizar também o acervo documental de conservação definitiva e limitar a produção e recepção de documentos em suporte

papel, de modo a disponibilizar toda a informação em rede, diminuindo tempos de espera e aumentando os níveis de eficiência e eficácia dos serviços prestados.

O Arquivo Municipal de Lisboa continuará a dar continuidade aos projectos associados às Novas Tecnologias para uma racionalização dos seus sistemas documentais e na uniformização de procedimentos e linguagens, no sentido de uma gestão integrada e eficaz de toda a documentação produzida.

---

# O Projecto dos Arquivos Correntes na Câmara Municipal de Lisboa

---

Natália Antónia

Ana Marçal

Juliana Ferreira

## INTRODUÇÃO

No presente artigo propõem-se dar a conhecer um projecto em desenvolvimento no Arquivo Municipal e que concorre para o processo de modernização administrativa na Câmara Municipal de Lisboa: o projecto de Arquivos Correntes.

Neste sentido, esta encontra-se dividida em quatro partes.

A primeira parte é dedicada à *problemática dos arquivos correntes* e lança os pressupostos teóricos desta questão, evidenciando o que mais se tem feito a nível nacional e internacional. Neste sentido, são destacados, para além do caso português, os exemplos de Espanha, da União Europeia e do Conselho Internacional de Arquivos.

Seguidamente, procura-se explicar a *génese* deste projecto, traçando de forma concisa os seus principais *objectivos* e a metodologia de intervenção nos arquivos correntes dos serviços desta Câmara.

A terceira parte destaca os principais aspectos da participação da Divisão de Gestão de Arquivos num projecto de maior âmbito - o *Projecto de Informação e Gestão Documental* - delimitando o seu surgimento, intervenientes, missão e estratégia.

E, finalmente, destacam-se algumas das principais *barreiras e dificuldades* sentidas na implementação de um projecto deste tipo, tendo em conta os factores de mudança que pressupõem bem como os inovadores procedimentos de gestão documental a desenvolver em todos os serviços da Câmara Municipal de Lisboa.

Espera-se, assim, poder contribuir para uma mudança de atitude face à gestão documental realçando o contributo decisivo que as novas Tecnologias de Informação e Comunicação tem nos procedimentos administrativos e nas operações arquivísticas.

## A PROBLEMÁTICA DOS ARQUIVOS CORRENTES

A importância dos arquivos correntes nos processos administrativos e informacionais não tem sido uma questão valorizada em Portugal, onde quase não existem estudos específicos sobre esta matéria. Este facto prende-se com “*o carácter custodial e patrimonialista da Arquivística*”<sup>1</sup>, um paradigma que, tendo origem no modelo francês do séc. XIX e tendo sido consolidado no séc. XX, ainda hoje se faz sentir. A sobrevalorização dos arquivos históricos em detrimento dos arquivos correntes ou administrativos é um aspecto também salientado

---

<sup>1</sup> RIBEIRO, Fernanda - "O Sistema de Informação Arquivística da Universidade do Porto: potenciar o uso da memória informacional retro-prospectivamente". *Páginas a&b: arquivos e bibliotecas*. Lisboa. ISSN 0873-5670. N.º 11 (2003), p. 79-80.

pelo órgão tutelar dos arquivos nacionais - IAN/TT: “Na mesma visão tradicional, a dimensão cultural dos arquivos está fundamentalmente ligada ao seu uso enquanto fonte de investigação histórica. Essa é uma perspectiva importante e não negligenciável, mas restritiva”<sup>2</sup>.

Também o Manual para a Gestão de Documentos, um trabalho de referência para todos os arquivistas, nos últimos anos, apontava já que era “fundamental compreender a importância dos arquivos correntes e intermédios para a definição das políticas e para as necessidades gerais em informação de um País, bem como a relação profunda que existe entre os arquivos que estão ainda a ser criados, recebidos e utilizados nas administrações e os arquivos históricos”<sup>3</sup>.

O facto de ainda predominarem documentos em suporte papel, permitiu-nos protelar a sua organização, deixando-os, muitas vezes, sujeitos a condições que de forma rápida ou mais paulatina os conduziram à degradação. A implementação das tecnologias de informação e comunicação, com maior incidência desde a década de 90, já não permite ao arquivista aguardar de braços cruzados e passivamente que a documentação ingresse no seu arquivo histórico, obrigando-o sim a uma intervenção mais imediata na produção e na gestão dos documentos.

As organizações, públicas ou privadas, devem apostar cada vez mais numa “política de gestão integrada de arquivos - ou seja, de gestão contínua do ciclo de vida dos documentos de arquivo - condição crítica para garantir, de uma forma sustentada, a salvaguarda e o acesso permanente ao património arquivístico”. No caso das organizações da Administração Pública “é condição crítica, ainda, para efectivar a transparência, promover o uso dos direitos de acesso aos documentos da administração, fomentar o desenvolvimento de uma cultura democrática”<sup>4</sup>. Esta preocupação já está presente no Decreto-Lei nº 16/93, que estabelece o Regime Geral dos Arquivos e do Património Arquivístico, definindo o conceito de gestão de documentos<sup>5</sup> e abordando, ainda que de forma vaga, a implementação de sistemas de gestão documental.

Ao exemplo nacional poderá contrapor-se o da vizinha Espanha, com uma vasta produção bibliográfica na área de sistemas de gestão integrada de documentos, nomeadamente no que respeita aos arquivos municipais.

---

<sup>2</sup> "Reorientando a política de salvaguarda e valorização do património arquivístico do sector público". *Arquivos Nacionais/Boletim*. Lisboa. Nº 14 (Outubro-Dezembro 2005), p. 1.

<sup>3</sup> PORTUGAL. Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo - *Manual para a gestão de documentos*. Lisboa: IAN/TT, 1998. p. IX.

<sup>4</sup> "Reorientando a política de salvaguarda e valorização do património arquivístico do sector público". *Arquivos Nacionais/Boletim*. Lisboa. Nº 14 (Outubro-Dezembro 2005), p. 2.

<sup>5</sup> *Gestão de documentos - conjunto de operações e procedimentos técnicos que visam a racionalização e a eficácia na criação, organização, conservação, avaliação, seleção e eliminação de documentos, nas fases de arquivo corrente e intermédio e na remessa para arquivo definitivo*. Art. 13º.

Em 1996, nas XI Jornadas de Arquivos Municipais, organizadas pelo *Grupo de Archiveros de Madrid* e dedicadas ao tema da organização dos documentos nos arquivos correntes, destacou-se a necessidade do reforço da intervenção dos serviços de arquivo e dos arquivistas nos serviços produtores - “*En el proceso evolutivo de la administración municipal hacia un mejor y específico servicio al administrado y al administrador, es fundamental el tratamiento de los documentos desde su génesis en las oficinas, para lograr una modernización y mejora en la gestión y en las instalaciones*”<sup>6</sup>.

Já nesta altura restavam poucas dúvidas quanto ao papel dos arquivistas dos municípios, enquanto profissionais qualificados, a quem cabe a função de projectar propostas de organização tendentes a melhorar o trabalho nos serviços produtores, facilitando a gestão e conseguindo economizar tempo e espaço.

Deste grupo de arquivistas surge, também, a proposta de uma metodologia de trabalho idêntica àquela que, mais tarde, irá ser plasmada na norma ISO 15489, referente à gestão de documentos administrativos.

A ideia da intervenção nos arquivos correntes ou de gestão como factor estratégico para a Administração Local esteve patente na maior parte das comunicações apresentadas nos Congressos de Arquivos Municipais de Espanha, realizados respectivamente em 2003 e 2005<sup>7</sup>.

Também as orientações da União Europeia (UE) como do Conselho Internacional de Arquivos (CIA) apontam nesse sentido.

A nível da UE é de realçar o “*Relatório sobre os arquivos na União Europeia alargada. Reforço da cooperação no domínio dos arquivos na Europa: plano de acção*”<sup>8</sup>, elaborado por um grupo de peritos dos Estados-Membros e aprovado em Fevereiro de 2005. Além de ser um documento importante para o reconhecimento da situação dos arquivos nacionais, as suas políticas arquivísticas e os projectos comunitários, este relatório delinea uma série de acções prioritárias em matéria de arquivos, entre as quais se podem destacar: “*Archives services as part of public administration: interrelations and co-operation*” e são apresentadas as necessidades e os benefícios da gestão integrada de documentos e arquivos: “*There has been a tendency to see document and archives management as*

---

<sup>6</sup> GRUPO DE ARCHIVEROS DE MADRID - "La organización de documentos en los archivos de oficina". In JORNADAS DE ARCHIVOS MUNICIPALES, 11, Aranjuez, 1996. Madrid: Consejería de Educación y Cultura, Ayuntamiento de Aranjuez, 1996. p. 10.

<sup>7</sup> São de destacar as comunicações de Ramon Alberch i Fugueras, Julio Cerda Diaz e José Ramon Cruz Mundet no CONGRESSO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS MUNICIPAIS, Valladolid, 2003 - Los archivos municipales en una sociedad abierta e as comunicações no CONGRESSO LOS ARCHIVOS MUNICIPALES EN LA ESPAÑA DEMOCRÁTICA, Zaragoza, 2005 [Em linha]. [S.l.: s.n., 200-] [Consult. 19 Jan. 2007]. Disponível em WWW: <<http://www.aytovalladolid.net/modules.php?name=Archivo&op=5>>.

<sup>8</sup> RELATÓRIO SOBRE OS ARQUIVOS NA UNLÃO EUROPELA ALARGADA. REFORÇO DA COOPERAÇÃO NO DOMÍNIO DOS ARQUIVOS NA EUROPA: PLANO DE ACÇÃO. [Em linha] Luxembourg: Official Publications of the European Communities, 2005. [S.l.: s.n., 200-]. [Consult. 25 Set. 2007]. Disponível em WWW: <[URL:http://ec.europa.eu/transparency/archival\\_policy/docs/arch/reportarchives.pdf](http://ec.europa.eu/transparency/archival_policy/docs/arch/reportarchives.pdf)>.

*distinct functions the tasks of which are fundamentally different. The division is not tenable today. The advent of electronic information systems and materials emphasises the need for coordination. If archival considerations are not taken into account while planning and creating systems, the long-term preservation and use of electronic documents may be impossible”<sup>9</sup>.*

Outro aspecto importante sublinhado no relatório acima mencionado prende-se com a necessidade de aprovar documentos normativos em que estejam espelhadas estas novas realidades: *“To ensure that adequate, reliable and authentic documents are created, maintained, inventoried and preserved and to avoid duplication in management efforts, the archival services should participate at the front end (proactive) in planning and developing the infrastructure of electronic document and information system and also in implementing appropriate document keeping rules and practices. Here, the role of the archival services should be clearly established in legislation to have jurisdiction over the whole life-cycle period”<sup>10</sup>.*

É ainda destacada a necessidade de continuar a reforçar as iniciativas europeias em matéria de cooperação arquivística, nomeadamente no âmbito do DLM-Fórum<sup>11</sup>, espaço multidisciplinar europeu, existente desde 1994, que tem como objectivo investigar, promover e implementar uma maior cooperação no domínio dos documentos electrónicos e arquivos entre os Estados-Membros da UE.

Ainda a nível da Comissão Europeia salienta-se a especificação MoReq - Modelo de Requisitos para a Gestão de Arquivos Electrónicos (2001)<sup>12</sup>.

A experiência da gestão de documentos em desenvolvimento na Comissão Europeia: E-Domec (Electronic Archiving and Document Management in the European Commission), dirigida por Frank Brady é bastante importante, pois apresenta um conjunto de ferramentas, que podem servir de base a outros projectos similares<sup>13</sup>. O E-Domec tem como finalidade organizar melhor a gestão de documentos e o sistema electrónico de arquivos da Comissão Europeia, tendo como principais objectivos ajudar a Comissão a melhorar a qualidade do tra-

---

<sup>9</sup> Idem, *ibidem*, p. 91.

<sup>10</sup> Idem, *ibidem*, p. 43.

<sup>11</sup> DLM (*Document Lifecycle Management*).

<sup>12</sup> Disponível em vários idiomas na WWW: URL:[http://ec.europa.eu/transparency/archival\\_policy/moreq/specifications\\_en.htm](http://ec.europa.eu/transparency/archival_policy/moreq/specifications_en.htm) e no sítio web do IAN/TT.

<sup>13</sup> BRADY, F. - *Electronic archiving and document management in the European Commission* [Em linha]. [S.l.: s.n., 200-] [Consult. 19 Jan. 2007]. Disponível em WWW:[http://www.edocpa.com/ponentes/e\\_domec.html](http://www.edocpa.com/ponentes/e_domec.html); ver informação detalhada sobre este projecto em: [http://ec.europa.eu/transparency/edoc\\_management/index\\_en.htm](http://ec.europa.eu/transparency/edoc_management/index_en.htm).

balho dos seus departamentos, preservar a memória da instituição, prestar contas das suas actividades perante o Parlamento, o Conselho, o Tribunal de Contas e aumentar a transparência perante os cidadãos da UE<sup>14</sup>.

No âmbito do CIA é de destacar o estudo nº 16 *Documentos de Arquivo Electrónico: Manual para Arquivistas*. Este resulta do trabalho do Comité para Arquivos Correntes em Ambiente Electrónico (CER, 2000-2004) e aborda as consequências do facto dos documentos de arquivo, serem hoje e cada vez mais produzidos em formato electrónico. O estudo propõe uma abordagem prática para gerir e preservar documentos de arquivo electrónico ao longo de todo o seu ciclo de vida<sup>15</sup> e assenta em quatro princípios centrais, inicialmente desenvolvidos pelos autores de *Guide for Managing Electronic Records from an Archival Perspective*:

- “Os serviços de arquivo devem facilitar o estabelecimento de políticas, procedimentos, sistemas, normas e práticas concebidas para apoiar os produtores de documentos de arquivo a criar e manter documentos que sejam autênticos, fidedignos e passíveis de ser preservados a longo prazo;”
- “Os serviços de arquivo devem envolver-se em todo o ciclo de vida dos documentos de arquivo (concepção, produção e manutenção) no sentido de assegurar que os documentos identificados como possuindo valor secundário sejam integrados no sistema de arquivo, preservados e continuamente mantidos acessíveis;”
- “Os serviços de arquivo devem gerir o processo de avaliação dos documentos de arquivo para identificar os que possuam valor secundário;”
- “Os serviços de arquivo devem articular requisitos de preservação e de acessibilidade para garantir que os documentos com valor secundário permaneçam ao longo do tempo disponíveis, acessíveis e inteligíveis”<sup>16</sup>.

Este Manual está directamente relacionado com a norma ISO 15489, específica para a gestão de arquivos correntes, adoptando a sua terminologia e definições. Esta norma foi transposta para o sistema de qualidade português, subsistema de normalização como NP 4438-1 e 2, em 2005<sup>17</sup>.

---

<sup>14</sup> Esta nova política de gestão de documentos arrancou em Janeiro de 2002 na sequência das decisões da Comissão 2002/47 e da 2002/563.

<sup>15</sup> CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS - *Documentos de arquivo electrónicos: manual para arquivistas* [Em linha]. ICA: Paris, 2005. [Consult. 5 Jan. 2007]. Disponível em WWW: URL:[http://www.ica.org/biblio/ICAEstudo16\\_PT\\_4.pdf](http://www.ica.org/biblio/ICAEstudo16_PT_4.pdf); veja-se ainda a resenha a este Manual elaborada por Ana Cannas e publicada nos Cadernos BAD. Nº 2 (2005), p. 86-88.

<sup>16</sup> Idem, *ibidem*, p. 7.

<sup>17</sup> NP 4438. 2005. Informação e Documentação - Gestão de documentos de arquivo - Parte 1: Princípios básicos. Lisboa: IPQ. NP 4438-2 - Informação e Documentação - Gestão de documentos de arquivo - Parte 2: Recomendações de aplicação. Lisboa: IPQ.

## GÉNESE, OBJECTIVOS E METODOLOGIA DO PROJECTO

As iniciativas de modernização administrativa em Portugal, à semelhança do que acontece noutros países, têm sido os principais motores do desenvolvimento de sistemas de gestão de documentos electrónicos. Tal como outros arquivos portugueses, o Arquivo Municipal de Lisboa (AML) continuou refém durante muitos anos do seu arquivo histórico, tendo uma relação puramente instrumental com os arquivos correntes dos serviços da autarquia, ou seja, entendendo o arquivo como receptor passivo de documentos<sup>18</sup>.

Uma primeira tentativa de dar o salto qualitativo foi empreendida com o chamado Projecto de Modernização Administrativa, que demos a conhecer através de um poster *Gestão Documental na Câmara Municipal de Lisboa. Uma experiência de Modernização Administrativa: objetivos, métodos e alguns resultados*, apresentado no VIII Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas em 2004. Este foi um projecto em que participaram todos os arquivistas do Arquivo Municipal.

Na sequência deste trabalho, iniciou-se em 2004 o Projecto de Avaliação Documental, com o objectivo de, numa primeira fase, pôr fim à acumulação de documentos nos depósitos do Arquivo Municipal e, posteriormente, iniciar esta mesma tarefa junto dos serviços da CML, de forma a fazer ingressar em arquivo apenas a documentação a conservar permanentemente.

Estes dois projectos levaram à consciencialização da necessidade e da urgência em intervir na fase de produção de documentos.

Dada a importância desta função, que exigia uma dedicação a tempo inteiro, foi necessário criar um novo grupo de trabalho com a principal missão de estudar e orientar os diversos serviços da CML, na racionalização dos seus sistemas documentais e na uniformização de procedimentos e linguagens, no sentido de uma gestão integrada e eficaz de toda a documentação.

Surge então, em Outubro de 2005, o Grupo de Trabalho de Arquivos Correntes (GTAC), uma equipa capaz de intervir, desde o início, no ciclo de vida dos documentos, de forma a criar

---

<sup>18</sup> Ver CERDÁ DIAZ, Julio - "Relación entre los archivos de gestión y los archivos centrales en los ayuntamientos". In CONGRESO INTERNACIONAL DE ARCHIVOS MUNICIPALES, Valladolid [Espanha], 2003 - *Los Archivos municipales en una sociedad abierta*. [Em linha] Valladolid: Ayuntamiento de Valladolid, 2003. [Consult. 19 Jan. 2007]. Disponível em WWW:<http://www.ayto-valladolid.net/modules/Archivo/pdf/JULIO%20CERDA.pdf>. Este arquivista espanhol estabelece três níveis de intervenção no que concerne ao desenvolvimento da relação entre os arquivos correntes e os arquivos centrais ou históricos. Nível 1) Relação instrumental: arquivo como receptor passivo de documentos; Nível 2) Colaboração e assessoramento com os arquivos de gestão; Nível 3) Direcção e supervisão de todo o sistema de gestão documental. Digamos que nós estamos ainda a caminhar para o Nível 2, mas pretendendo às vezes saltar de nível.

uma plataforma de comunicação eficaz, não só entre os vários serviços como também entre estes e o próprio Arquivo Municipal.

Desde a sua criação, o grupo tem sido reforçado e é, actualmente, constituído por 7 técnicos de arquivo, responsáveis pela elaboração do Projecto de Arquivos Correntes. Um projecto motivado pelas solicitações de alguns serviços que sentiram dificuldades no redesenho dos seus sistemas documentais, dificuldades essas reconhecidas e intensificadas no momento da instalação de aplicações electrónicas de gestão documental.

Pretende-se contribuir para uma mudança de atitude face à gestão documental, contrariando uma postura não interventiva e preconizando uma atitude proactiva, capaz de racionalizar o sistema documental, agilizando os circuitos, facilitando a tomada de decisão e a optimização dos serviços prestados ao município.

Neste sentido, o grupo definiu como grandes objectivos:

- Fomentar a organização e controlo documental;
- Promover a comunicação entre os vários serviços e o Arquivo;
- Facilitar a comunicação entre serviços;
- Acabar com a proliferação desregrada de aplicações informáticas;
- Evitar a existência de arquivos paralelos;
- Normalizar procedimentos e tramitações;
- Tornar mais eficaz a recuperação da informação;
- Intervir no desenvolvimento de aplicações informáticas de gestão documental.

A metodologia de trabalho implementada por esta equipa teve como base a NP 4438 e as etapas que esta propõe para o desenvolvimento de sistemas de gestão de documentos:

- A. Investigação preliminar;
- B. Análise funcional;
- C. Identificação de requisitos de documentos de arquivo;
- D. Avaliação de sistemas existentes;
- E. Identificação de estratégias para cumprimento dos requisitos de documentos de arquivo;
- F. Desenho do sistema de arquivo;
- G. Implementação do sistema de arquivo;
- H. Controlo, ajustamento e revisão.

No que respeita à identificação dos requisitos de documentos de arquivo em ambiente electrónico, dois documentos são fundamentais: *Recomendações para a Gestão de Documentos de Arquivos Electrónicos*<sup>19</sup> e o *Modelo de Requisitos para a Gestão de Arquivos Electrónicos - MoReq*<sup>20</sup>.

A acção do grupo de trabalho baseia-se, numa primeira fase, no levantamento de regulamentos e diplomas legais que descrevem e caracterizam a instituição, por forma a proceder à análise das funções, competências e actividades dos serviços do Município.

Posteriormente é feito junto dos serviços, o levantamento exaustivo da produção e dos circuitos documentais.

Esta informação é, mais tarde, trabalhada com vista à construção de instrumentos considerados estruturantes para a concepção de um Sistema de Gestão Documental (SGD). É o caso do Plano de Classificação Documental (PCD), Tabela de Selecção, esquema de classificação de segurança e acesso, tesouro, lista de termos controlados e manual de procedimentos.

É de salientar a elaboração do PCD que, sendo comum a todos os serviços da CML, permite estruturar e controlar toda a produção de documentos. Este tem por base as seguintes características:

- **Funcional**, baseado nas funções da CML e não na sua constituição orgânica, tornando-o mais estável e proporcionando uma visão de conjunto da documentação produzida, por sector de actividade;
- Que possibilite a **classificação hierárquica** dos documentos produzidos pelos serviços;
- Que possua **4 níveis**, estando os dois primeiros reservados às áreas funcionais, o terceiro à actividade e o quarto à acção (série documental).

Associada ao PCD estará uma Tabela de Selecção, que estabeleça prazos de conservação administrativa e destinos finais para cada série documental produzida.

---

<sup>19</sup> Elaborado pelo Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo e pelo Instituto de informática no âmbito do programa SIADE (Sistemas de Informação de Arquivo e Documentos Electrónicos), 2001.

<sup>20</sup> Especificação elaborada para o Programa IDA (*Interchange of Data between Administrations da Comissão Europeia*), 2001.

## A PARTICIPAÇÃO NO PROJECTO DE INFORMAÇÃO E GESTÃO DOCUMENTAL

No âmbito da gestão da informação, em Maio de 2006, e face à intenção de se conciliarem várias iniciativas até então dispersas e desarticuladas, é criado o Projecto de Informação e Gestão Documental (PIGD).

O projecto reúne uma equipa multidisciplinar composta por técnicos do Departamento de Modernização Administrativa e Gestão da Informação (DMAGI), da Divisão de Gestão Administrativa (DGA) e da Divisão de Informação e Atendimento (DIA), da Direcção Municipal de Serviços Centrais (DMSC), da Divisão de Gestão de Arquivos (DGA) e da Direcção Municipal da Cultura (DMC). Cada um destes serviços representa uma valência específica do projecto.

Para o levar a cabo, foram traçados objectivos gerais que passam, essencialmente, por:

- Optimizar recursos humanos, técnicos e financeiros;
- Facilitar o acesso aos documentos;
- Uniformizar linguagens e procedimentos;
- Promover a comunicação em todos os serviços da autarquia, no sentido de garantir a eficiência e eficácia dos processos sob sua responsabilidade;
- Promover a organização através de procedimentos de controlo, circulação, armazenamento e eliminação de documentos;
- Satisfazer as necessidades dos munícipes.

A aquisição de soluções informáticas de gestão documental estandardizadas, sem estudos prévios e sem a definição de funcionalidades específicas que respondam às necessidades reais da instituição, levam à criação de planos de contingência para colmatar as lacunas verificadas.

Ora, o início deste projecto não coincide com a introdução de raiz nos serviços de uma aplicação informática. Pelo contrário, ele decorre em grande medida das necessidades levantadas pelo uso de uma aplicação de gestão de correspondência, já existente em alguns serviços da CML que, pelas suas características e dada a forma como foi implementada, começava a gerar alguns problemas.

De entre a panóplia de situações levantadas, é de salientar:

- A ausência de levantamentos aprofundados da documentação produzida nos serviços;
- A inexistência de um Plano de Classificação Documental capaz de organizar intelectualmente e de forma hierárquica os documentos capturados pelo sistema;

- A categorização dos documentos capturados por recurso a listas indiscriminadas de assuntos que, embora se relacionem entre si de forma hierárquica, não foi alvo de controlo em fase de criação. O resultado é um repositório infundável, desregrado e em constante desenvolvimento de assuntos não tipificados ou normalizados;
- A falta de procedimentos racionais e sistemáticos de gestão documental;
- A reprodução em formato electrónico dos mesmos erros praticados na organização de documentos em suporte papel;
- A dificuldade na recuperação da informação.

Face às dificuldades sentidas, tornou-se imprescindível a intervenção de um grupo que respondesse aos problemas de gestão documental colocados pelos serviços no decorrer das suas actividades diárias e que, simultaneamente, pusesse em prática os objectivos do projecto.

Assim, foram identificados representantes das várias iniciativas reunidas no projecto, definindo-se para cada grupo de trabalho uma matriz de responsabilidades e um cronograma de actuação.

Ao DMAGI, enquanto impulsionador do projecto, cabe a articulação dos vários grupos de trabalho e, dada a natureza das suas atribuições, recai sobre a sua alçada toda a componente tecnológica e aplicacional do projecto.

À DIA e à DGA compete a concepção de formulários para toda a CML, sob uma perspectiva normalizadora, no sentido de contrariar uma tendência generalizada de se criarem múltiplas representações para uma mesma instituição.

À DGA, mais concretamente ao GTAC, compete a definição de instrumentos para uma gestão integrada de documentos e a determinação de funcionalidades que possam ser introduzidas na aplicação informática.

Definidos os objectivos e os intervenientes do projecto, tornou-se imprescindível a criação de um plano de actuação que permitisse a sua concretização. Este passa por:

- Oficializar o projecto;
- Introduzir na aplicação já existente novas funcionalidades e requisitos, nomeadamente o Plano de Classificação Documental, a noção de gestão de processos, a associação de assuntos ao PCD e a normalização de formulários;
- Identificar os serviços com condições tecnológicas necessárias à introdução da aplicação informática;
- Designar, junto dos serviços, interlocutores com o perfil adequado, que possam colaborar com as equipas do PIGD. São tidos em linha de conta bons

conhecimentos dos procedimentos próprios do serviço, em especial da documentação produzida e respectivos circuitos documentais, bem como alguns conhecimentos de informática;

- Criar mecanismos de monitorização do projecto através da realização de comités de acompanhamento, de reuniões de trabalho e da disponibilização de documentos num espaço *on line* e partilhado a fim de promover a comunicação interna dos vários membros do projecto;
- Introduzir nos planos de formação noções sobre as novas funcionalidades;
- Formar administradores funcionais e utilizadores da nova aplicação;
- Proceder à migração de dados existentes na versão anterior da aplicação;
- Validar junto dos serviços os dados migrados;
- Testar a aplicação;
- Iniciar o arranque da aplicação nos serviços piloto (DMSC e DMH)<sup>21</sup>.

## PRINCIPAIS BARREIRAS E DIFICULDADES SENTIDAS

Antes do início de qualquer um destes projectos (Projecto de Arquivos Correntes e Projecto de Informação e Gestão Documental), a relação entre os serviços produtores e os arquivistas era escassa. Esta tinha lugar, apenas, no momento de transferir para arquivo documentos que, classificados ou não, incomodavam por falta de espaço.

Como é do conhecimento geral, a implementação de métodos arquivísticos necessários a uma boa organização de documentos é um processo moroso. Por um lado, é necessária uma introdução gradual de critérios de normalização e ordenação, por outro é imprescindível que tanto dirigentes/gestores como administrativos abandonem práticas arbitrárias e subjectivas de gestão documental, há muito instaladas. Este facto pressupõe um forte choque de mentalidades. A presença do arquivista é, muitas vezes, tida como uma interferência na gestão interna das instituições, gerando por vezes sentimentos de rejeição. Um sentimento que só será ultrapassado na medida em que se provar a mais valia que representa a aplicação de técnicas arquivísticas.

Após atenta observação das condições que rodeiam, actualmente, o profissional de arquivo, não se torna difícil antever as adversidades que este tem de enfrentar.

---

<sup>21</sup> Dado que a grande maioria dos serviços que integram o projecto pertence à DMSC e, tendo em conta que tanto esta como a Direcção Municipal de Habitação já utilizavam em larga escala a mesma aplicação informática, optou-se por fazer destas Direcções serviço "piloto" na aplicação das regras propostas pelo PIGD.

Ao longo do seu percurso, o Grupo de Trabalho de Arquivos Correntes foi-se deparando com alguns obstáculos que, com maior ou menor intensidade, foram condicionando a evolução do Projecto de Informação e Gestão Documental.

De entre as várias limitações, há a destacar:

- Dimensão e a complexidade da CML.

A CML conta, hoje, com mais de 200 unidades orgânicas, desde Direcções Municipais (13 na sua totalidade) até aos pequenos núcleos de gestão. Este facto aliado à inevitável introdução de novas tecnologias veio evidenciar o cariz diversificado da documentação que se produz e a forma como é organizada, aumentando o grau de dificuldade na apreensão de todas as realidades existentes na instituição.

- Fraca sensibilização por parte das chefias;

O facto das classes dirigentes não estarem familiarizadas com estas matérias, origina um sentimento de descrédito que afecta o nível de empenho dos serviços enquanto elementos chave na colaboração neste projecto. A falta de disponibilidade manifestada por parte de alguns interlocutores, teve consequência a nível da concretização de prazos.

- Identificação de interlocutores junto dos serviços com perfil adequado;

A escolha junto dos serviços de técnicos habilitados a fazer uma descrição objectiva e fiável da realidade documental de um serviço nem sempre é fácil. Uma situação que se agrava face à ausência de técnicos de arquivo ou de outros com conhecimentos na área da gestão documental.

- Resistência à mudança;

O redesenho de um sistema de informação exige alterações em práticas administrativas e procedimentos de gestão documental, instalados há anos, o que implica um esforço adicional por parte dos serviços.

- Diversidade de linguagens;

A diferente terminologia usada por arquivistas, informáticos e pelos próprios serviços, dificulta a comunicação entre grupos de trabalho e a obtenção das informações pretendidas junto dos serviços. Para colmatar esta situação optou-se por se construir um glossário dos principais termos arquivísticos.

- Delimitação de séries documentais;

Nem sempre a política seguida pelos serviços produtores para a fixação de conjuntos documentais é a mais correcta, o que leva a repensar a existência de algumas séries ou a criação de outras.

- Elaboração de um PCD coerente;

As vantagens trazidas pela opção de um PCD funcional não anulam as dificuldades inerentes à sua concepção. A delimitação de actividades e séries documentais numa perspectiva funcional exige um maior sentido de coerência que, por vezes, parece ir contra a lógica da organização intelectual dominante e, desde logo, muito assente sobre uma perspectiva orgânica. Por outro lado, a elaboração completa de um PCD que espelhe toda a produção documental da CML exige algum tempo, tendo-se muitas vezes de recorrer a soluções provisórias.

## CONCLUSÃO

A participação de arquivistas num projecto desta natureza resulta da consciência das exigências impostas pelas novas tecnologias. A crença de que a solução para a gestão documental reside na mera aquisição de produtos informáticos cai por terra, quando percebemos que estes apenas reproduzem os padrões de gestão utilizados tradicionalmente, com todas as suas potencialidades e lacunas.

Com efeito, as novas tecnologias da informação trouxeram novos desafios a quem produz e gere informação. Novas práticas de organização exigem mudanças ao nível do tradicional perfil do arquivista, passivo expectante, para um perfil onde a capacidade de antecipação e o sentido de organização sejam características dominantes.

De responsáveis pela custódia de documentos, os arquivistas passam a responsáveis por antever as necessidades dos utilizadores. Isto implica uma análise das tradicionais estruturas arquivísticas, uma mudança face à política de gestão de documentos e, conseqüentemente, um reposicionamento do profissional de arquivo neste domínio. A tecnologia não pode ser o único pilar desta mudança, ela é apenas um instrumento que deve ser guiado pela planificação que considere meios técnicos, recursos humanos e objectivos estratégicos.

Esta tendência tem conseqüências positivas no reconhecimento dos profissionais da gestão de informação, até agora substituídos em grande medida pelos informáticos, que dominam apenas o aspecto tecnológico da ferramenta. Em muitos casos a implantação de tecnologias de gestão de informação foi feita sem se ter em conta o seu ciclo de vida, pensa-se no armazenamento sem critério, sem se pensar no futuro.

Pretende-se com estas iniciativas racionalizar e potenciar meios e recursos, no sentido de proporcionar um acesso mais imediato aos documentos, quer na sua fase activa, por parte dos serviços e municípios, quer na sua fase definitiva, por parte dos investigadores e cidadãos em geral caminhando-se, cada vez mais, para um serviço público transparente e de qualidade.

# Eduardo Portugal

(1900-1958)

---

Ana Paula Moita

Isabel Corda

Eduardo Portugal descende de uma família abastada de comerciantes estabelecida em Lisboa desde finais do século XIX. De acordo com os dados encontrados até ao presente momento, bem como pelas informações colhidas junto de familiares, podemos afirmar que, na generalidade, a família de Eduardo Portugal pertencia à nova classe burguesa de comerciantes cultos e endinheirados cuja riqueza provinha essencialmente das trocas comerciais, dos bens imóveis e heranças.

Sua mãe, Adelaide Alexandrina Macedo (15/3/1846 - 26/9/1915) casou com José d' Elvas Portugal (12/7/1840 - 28/7/1897), comerciante, natural da freguesia e vila de Penamacor<sup>1</sup>. Teve dois filhos: Eduardo Macedo d' Elvas Portugal (26/2/1900 – 20/6/1958) e João Macedo d' Elvas Portugal (1909-1980?). Os dois irmãos não constituíram família e morreram sem deixar descendência<sup>2</sup>.

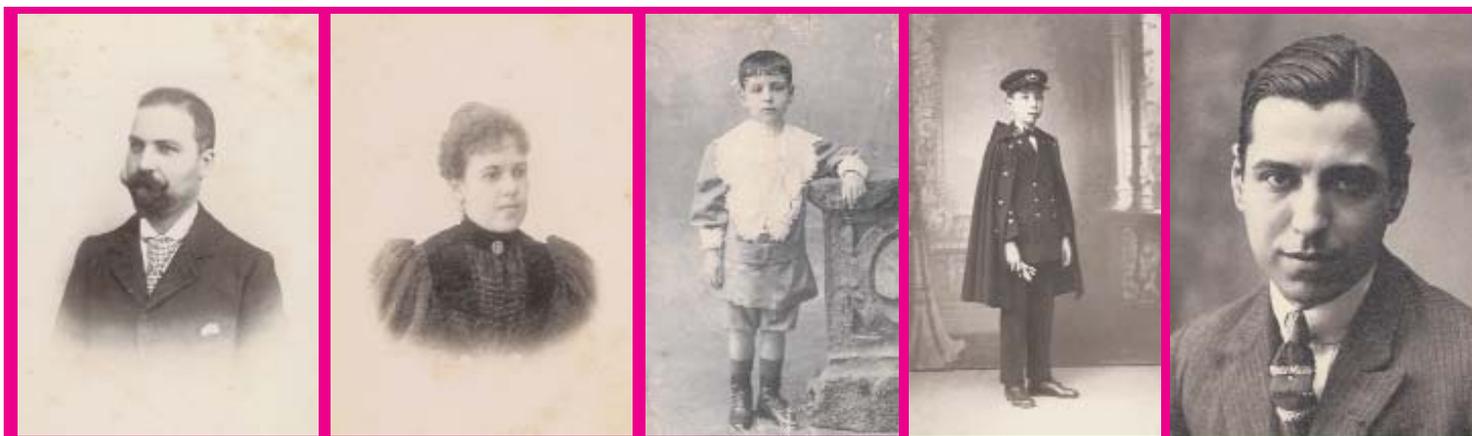


Foto 1 José d'Elvas Portugal, em 3 de Março de 1897, POR052479. Portugal Arquivo Municipal de Lisboa, Arquivo Fotográfico

Foto 2 Adelaide Alexandrina d'Elvas Portugal, POR052480. Portugal Arquivo Municipal de Lisboa, Arquivo Fotográfico

Foto 3 Eduardo Portugal com 5 anos e meio, POR050990. Portugal Arquivo Municipal de Lisboa, Arquivo Fotográfico

Foto 4 João d' Elvas Portugal, aos 14 anos, com a farda da Escola Académica, POR 52500. Portugal Arquivo Municipal de Lisboa, Arquivo Fotográfico

Foto 5 Eduardo Portugal, POR052472. Portugal Arquivo Municipal de Lisboa, Arquivo Fotográfico

Da infância pouco se conhece. Através das imagens de família existentes no espólio, vemos Eduardo Portugal com os tios, primos ou amigos, rodeado de criadas de servir e de amas que se ocupavam das crianças mais novas.

Percorrendo a documentação<sup>3</sup> encontramos referências concretas ao fotógrafo, sobretudo a partir de 1919, altura em que Eduardo Portugal iniciou o registo sistemático de toda a sua actividade. Sobre os anos anteriores, sabe-se que terá entrado para a escola com 7 anos de idade. Estudou na Escola Académica, em Lisboa<sup>4</sup>, onde realizou os estudos primários, que terminou em 1909 e o curso comercial, o qual concluiu com distinção em 1915. A comprová-lo podemos ler uma dedicatória numa fotografia que diz:

<sup>1</sup> Assento 38, Ano 1900, Anotação 7488, 7ª Conservatória do Registo Civil de Lisboa.

<sup>2</sup> Segundo informação de Margarida Benito, prima em 3º grau de Eduardo e João Portugal, Eduardo Portugal manteve um relacionamento amoroso com uma senhora de alta sociedade durante 15 a 20 anos, mas apesar de ser uma relação conhecida e bem aceite pela família, Eduardo Portugal nunca chegou a casar.

<sup>3</sup> Espólio de Eduardo Portugal. Portugal, Arquivo Municipal de Lisboa, Arquivo Fotográfico.

<sup>4</sup> *Escola Académica: ano escolar de 1913-1914*. Lisboa: Tipografia do Comércio, 1914, p. 24.



Foto 6 Eduardo Portugal com a família, POR052509. Portugal Arquivo Municipal de Lisboa, Arquivo Fotográfico



Foto 7 Eduardo Portugal com o seu primo José Paulo e duas criadas, POR050363. Portugal Arquivo Municipal de Lisboa, Arquivo Fotográfico

*“Eduardo Macedo d’Elvas Portugal filho do Exm<sup>o</sup> Sr José d’ Elvas Portugal natural de Lisboa matriculou-se na Escola Académica como aluno externo nº 287, onde cursou e concluiu o Curso Comercial.*

*À Exm<sup>a</sup> Sr<sup>a</sup> D. Adelaide Alexandrina Macedo d’ Elvas Portugal mãe deste estudante, em testemunho de boa aplicação e do procedimento de seu filho oferece a Direcção da Escola Académica. Idêntica fotografia ficou colocada na galeria de Honra da Escola. Agosto 1915 (...).”*

Em traços gerais, nesta fase da sua vida, Eduardo Portugal consolidou a privilegiada formação que recebeu ao longo dos 8 anos em que frequentou aquele estabelecimento de ensino. A Escola Académica distinguiu-se no ensino público da época pois ministrava com rigor um ensino seleccionado e metódico que se pautava pela exigência e qualidade, tanto nas aulas do curso secundário como no curso comercial, criado em 1895 e ministrado em 4 anos, com



Foto 7 Eduardo Portugal quando concluiu o curso comercial na Escola Académica, em Agosto de 1915, POR080122. Portugal Arquivo Municipal de Lisboa, Arquivo Fotográfico

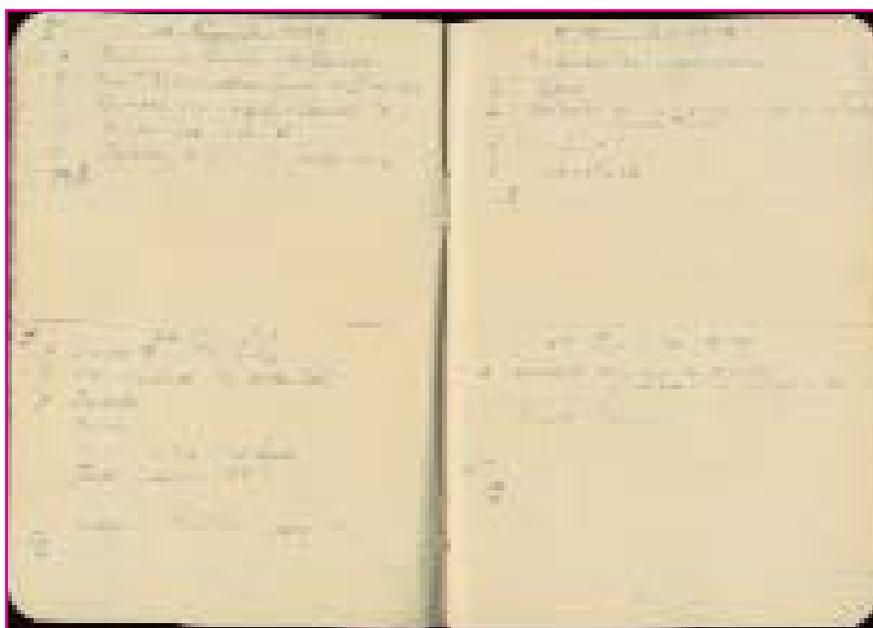


Foto 8 1º Livro de registo de chapas de Eduardo Portugal, 1919-1925. Portugal Arquivo Municipal de Lisboa, Arquivo Fotográfico

aulas teóricas e práticas. O estudo de matérias tão diversificadas como as línguas (português, francês, inglês e alemão), dactilografia, estenografia, escritório, operações bancárias e de bolsa, legislação comercial e aduaneira justificam a sua cuidada educação.

Na sua obra podemos destacar várias facetas da sua actividade: o arquivista, o fotógrafo, o coleccionador, o editor, o bibliófilo e o “grande mestre” em relações públicas.

Nos livros de registo do autor encontramos informações sobre a actividade profissional, através de um vasto conjunto de anotações mas, essencialmente, pela leitura de toda a correspondência devidamente arquivada pelo fotógrafo.

Eduardo Portugal iniciou a vida profissional depois de concluir o curso comercial. Começou por trabalhar como arquivista no Banco Portuguez e Brasileiro, a funcionar na Rua Augusta nº 34, paralelamente ia germinando o gosto pela fotografia, mas só em 1919 vamos encontrar num



Foto 10 Eduardo Portugal, POR050033. Portugal Arquivo Municipal de Lisboa, Arquivo Fotográfico



Foto 11 Eduardo Portugal em Sintra, 22 de Agosto de 1926, POR050362. Portugal Arquivo Municipal de Lisboa, Arquivo Fotográfico

pequeno livro os primeiros registos de imagens realizadas pelo fotógrafo. São registos de fotografias, formato 6x9cm, que documentam eventos ocasionais, como reuniões familiares e de amigos, viagens, paisagens, monumentos e retratos identificados, datados e com informação em rodapé sobre o tempo de exposição e o controle de qualidade, realizado pelo próprio fotógrafo a todo o produto final. Para além desta informação de conteúdo, este primeiro livro refere ainda uma lista de equipamento adquirido entre



Foto 12 Eduardo Portugal em Paris, 1927, POR050307. Portugal Arquivo Municipal de Lisboa, Arquivo Fotográfico



Foto 13 Eduardo Portugal em Viana do Castelo, Agosto de 1926, POR052485. Portugal Arquivo Municipal de Lisboa, Arquivo Fotográfico



Foto 14 Eduardo Portugal na Igreja do Bom Jesus de Braga, POR050349. Portugal Arquivo Municipal de Lisboa, Arquivo Fotográfico

Fevereiro de 1919 e Abril de 1922. Há registo de uma máquina Vest Pocket, lentes para fotografias, tripé adaptador, disparador de cabo e automático, lanterna e guilhotina com os respectivos valores de compra.

Durante toda a década de 20, Eduardo Portugal dedicou os seus tempos livres à fotografia. Viajou muito pelo país e pelo estrangeiro. Aos amigos queixou-se do pouco tempo que lhe sobrava para fotografar. É nesta década que se desloca a França, Inglaterra e Bélgica.

Segundo relato do próprio, em 1932 o Banco Português e Brasileiro onde trabalhava, encerrou e o fotógrafo foi trabalhar para a chapelaria do pai, Portugal & Diniz, na Rua Augusta 181-183.

Os anos de maior produtividade situam-se entre 1930 e 1950. Nesta altura, Eduardo Portugal trabalhou de forma exaustiva e muito peculiar. A sua formação, conhecimentos, núcleo de amigos e inteligência foram instrumentos fundamentais para o seu sucesso como fotógrafo e colecionador.

O círculo comercial que Eduardo Portugal frequentava incluía outros fotógrafos muito co-nhecidos na época, como José Artur Leitão Bárcia<sup>5</sup>, do Grupo Amigos de Lisboa, Mário Novais<sup>6</sup> e Paulo Guedes (também dos Amigos de Lisboa) com quem trocava correspondên-

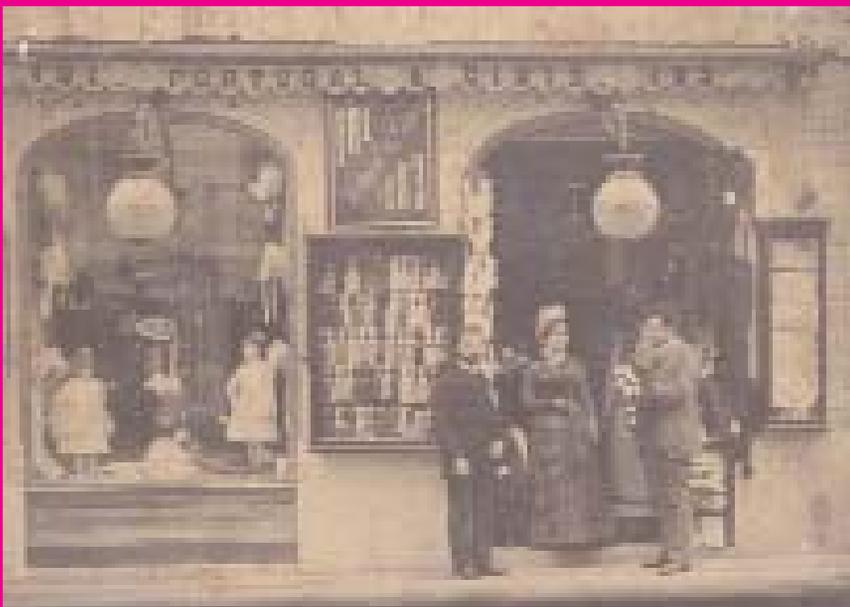


Foto 15 Casa comercial Portugal & Diniz, Rua Augusta 181-183, POR05248. Portugal Arquivo Municipal de Lisboa, Arquivo Fotográfico

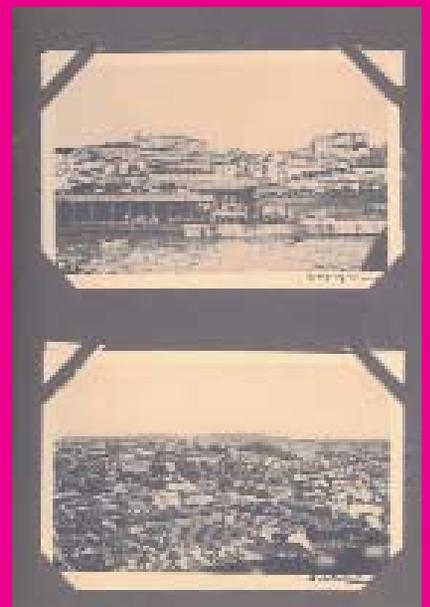


Foto 16 Álbum de postais, Nº 84. Portugal Arquivo Municipal de Lisboa, Arquivo Fotográfico

<sup>5</sup> José Artur Leitão Bárcia (Setúbal, 1871? - Alentejo, 01-10-1945). Fotógrafo e olisipógrafo destacado e fundador do Grupo Amigos de Lisboa.

<sup>6</sup> Mário Novais (1899-1967). Oriundo de uma conceituada família de fotógrafos especializou-se em fotografia de arte.

cia.<sup>7</sup> Para além dos fotógrafos, Eduardo Portugal relacionou-se com intelectuais, olisipógrafos, editores, pintores, compositores e músicos.

Estando o turismo, nos anos trinta, numa fase ainda incipiente, Eduardo Portugal, ao percorrer o país tentou dinamizar esta nova “indústria das recordações”<sup>8</sup> como lhe chamou numa carta dirigida à Comissão de Iniciativa de Turismo (percursora da Comissão de Turismo) da Nazaré. Assim, regiões de Portugal como Sintra<sup>9</sup>, Óbidos<sup>10</sup>, Leiria<sup>11</sup>, Braga<sup>12</sup>, Tomar<sup>13</sup>, Praia da Rocha<sup>14</sup> e Alcobaça<sup>15</sup> foram minuciosamente fotografados por Eduardo Portugal os seus costumes, trajes e monumentos.

Seguidamente, o fotógrafo enviou as suas provas em álbuns às Comissões de Iniciativas de Turismo das respectivas Câmaras Municipais e propôs-lhes a valorização dos seus concelhos através duma bem elaborada propaganda turística que assentava principalmente nas suas fotografias. Além dos negativos que deram origem a colecções de bilhetes-postais, que ele considerou a forma mais eficaz de chegar ao grande público dando a conhecer as zonas pretendidas, Eduardo Portugal elaborou os textos que acompanhavam as brochuras e desdobráveis por ele concebidos.

A diversidade de propostas apresentadas em todas as realizações referentes ao turismo revelava grande versatilidade e preocupação com os mínimos pormenores. Assim, desenhou cartazes, menus e objectos típicos como pratos e potes, propondo o contacto com diversas entidades como a Fábrica Constância<sup>16</sup> para quem fotografava regularmente painéis de azule-

---

<sup>7</sup> Paulo Guedes (Mondim de Basto, 23-03-1886 - Lisboa, 01-12-1947). Fotógrafo e editor de postais ilustrados. *Cartas de Paulo Guedes para Eduardo Portugal em 1940*. Portugal, Arquivo Municipal de Lisboa, Arquivo Fotográfico. AFMLSB/AL/POR/09/91; AFMLSB/AL/POR/09/97.

<sup>8</sup> Troca de correspondência entre Eduardo Portugal, o Presidente da Câmara Municipal da Nazaré e o Presidente das Comissões de Iniciativa, entre 1936 e 1937. Portugal, Arquivo Municipal de Lisboa, Arquivo Fotográfico. AFMLSB/AL/POR/09/54

<sup>9</sup> Troca de correspondência entre Eduardo Portugal e a Comissão Municipal de Turismo de Sintra, em 1939. Portugal, Arquivo Municipal de Lisboa, Arquivo Fotográfico. AFMLSB/AL/POR/09/4

<sup>10</sup> Minuta de Eduardo Portugal para a Comissão de Iniciativa de Óbidos, em 1935. Portugal, Arquivo Municipal de Lisboa, Arquivo Fotográfico. AFMLSB/AL/POR/09/154

<sup>11</sup> Minuta de Eduardo Portugal para a Comissão de Iniciativa de Leiria, em 1935. Portugal, Arquivo Municipal de Lisboa, Arquivo Fotográfico. AFMLSB/AL/POR/09/207

<sup>12</sup> Troca de correspondência entre Eduardo Portugal e Domingos de Araújo Afonso da Comissão de Iniciativa de Braga, em 1934. Portugal, Arquivo Municipal de Lisboa, Arquivo Fotográfico. AFMLSB/AL/POR/09/88

<sup>13</sup> Troca de correspondência entre Eduardo Portugal, Câmara Municipal de Tomar e a Comissão de Iniciativa de Tomar, entre 1935 e 1938. Portugal, Arquivo Municipal de Lisboa, Arquivo Fotográfico. AFMLSB/AL/POR/09/80

<sup>14</sup> Minutas de Eduardo Portugal para o Engenheiro Velho da Costa, entre 1935 e 1949. Portugal, Arquivo Municipal de Lisboa, Arquivo Fotográfico. AFMLSB/AL/POR/09/113

<sup>15</sup> Troca de correspondência entre Eduardo Portugal e a Comissão de Iniciativa de Turismo de Alcobaça, em 1936. Portugal, Arquivo Municipal de Lisboa, Arquivo Fotográfico. AFMLSB/AL/POR/09/19

<sup>16</sup> Fábrica de cerâmica Constância fundada em 1836.



Foto 17 Projecto de menú desenhado por Eduardo Portugal, AFMSB/AL/POR/17/1, Portugal Arquivo Municipal de Lisboa, Arquivo Fotográfico

jos de mosteiros e palácios. Também para os doces regionais, apresentou a criação de novas embalagens mais atractivas e de melhor conservação. Relacionado com esse espírito empreendedor e meticoloso podemos encontrar, no seu espólio, além de uma classificação exaustiva (por ordem alfabética) da doçaria tradicional portuguesa, um livro *O Doce nunca amargou...*,<sup>17</sup> com numerosas receitas e também uma edição de *A arte de cozinhar*<sup>18</sup>.

Dos constantes contactos com as Comissões de Turismo resultaram álbuns e colecções de postais editados pelo fotógrafo na Casa Bertrand e na Parceria A. M. Pereira e, também, na Casa Nells (editora belga que na época desenvolveu um processo de impressão ainda inexistente em Portugal)<sup>19</sup>, existindo numerosa documentação com a respectiva lista de encomendas, preçário, tipo de papel utilizado e taxas alfandegárias (1932 a 1937).

Algumas Câmaras Municipais, como a de Braga<sup>20</sup>, conscientes do poder da fotografia na divulgação turística da sua região, solicitaram-lhe a elaboração de regulamentos de concursos fotográficos.

Eduardo Portugal viajou pela Europa entre finais dos anos 20 a 40, mantendo uma intensa correspondência com o turismo francês, inglês, belga e espanhol que lhe enviavam os seus cartazes de divulgação turística: hotéis, museus, linhas de caminho de ferro e horários, os quais lhe permitiram adquirir um manancial de experiências e informações que aplicava na preparação de excursões com grande minúcia, desde os horários de partida e de chegada dos comboios ao alojamento e à descrição exaustiva dos monumentos a visitar. É neste âmbito que deparamos, na sua documentação, com a elaboração de um guia vastíssimo sobre Lisboa (com 234 fólios) que engloba informações sobre monumentos, hotéis, bancos portugueses e estrangeiros, cafés, jardins, praças, etc. e que mais tarde irá ser editado pela Câmara Municipal de Lisboa em 1941<sup>21</sup>.

<sup>17</sup> RIBEIRO, Emanuel - *O doce nunca amargou...* Coimbra: Imprensa da Universidade, 1928.

<sup>18</sup> RODRIGUES, Domingos - *Arte de cozinhar*. Lisboa: Officina de João António Reis, 1794.

<sup>19</sup> Troca de correspondência entre Eduardo Portugal e a editora Nels, entre 1930-1936. Portugal, Arquivo Municipal de Lisboa, Arquivo Fotográfico. AFMSB/AL/POR/09/10-12; AFMSB/AL/POR/09/71

<sup>20</sup> Correspondência entre Eduardo Portugal, a Comissão de Iniciativa de Braga e a Confraria do Bom Jesus de Braga, em 1932. Portugal, Arquivo Municipal de Lisboa, Arquivo Fotográfico. AFMSB/AL/POR/09/90

<sup>21</sup> Apontamentos de Eduardo Portugal sobre informações turísticas da cidade de Lisboa, em 1935. Portugal, Arquivo Municipal de Lisboa, Arquivo Fotográfico. AFMSB/AL/POR/09/63. *Guia de Lisboa*. Lisboa: CM, 1941.

Em 1935, a revista espanhola de turismo *Oásis*, solicitou fotografias e textos a Eduardo Portugal sobre monumentos e costumes portugueses, que depois publicou nas suas edições. Igualmente, a livraria Hachette e a agência Bonne Presse de Paris, bem como a agência austríaca, Viena, no mesmo ano, utilizaram fotografias e textos seus, constando do seu espólio as quantias pagas e os direitos de reprodução relativos à utilização deste material.

Já anteriormente, em 1929, ainda a trabalhar no Banco Português e Brasileiro, fora contactado pela agência Le Bourgeois<sup>22</sup>, com sede em Paris, para prestar toda a assistência a um seu enviado, Eugénio Mir, que se deslocaria ao nosso país para a recolha de material fotográfico destinado a uma edição sobre Portugal e, também, para granjear contactos que permitiriam a nossa participação na Feira Industrial de Paris de 1930. De tal modo foram bem conduzidos esses contactos que Eduardo Portugal passou a ser o representante dessa agência em Lisboa e foi a Eugénio Mir que, em 1932, se lamentou numa carta<sup>23</sup> dizendo que o Banco onde era arquivista, falira, fora despedido e que passara a vender “chapéus de senhora” na loja de seu pai!

Os contactos com o estrangeiro mantiveram-se ao longo da sua carreira como fotógrafo e editor de postais e alargaram-se às Casas de Portugal em Londres, Antuérpia, Paris e Rio de Janeiro, para onde foram enviadas fotografias suas acompanhadas de textos explicativos.

A revista brasileira *Vida Doméstica*<sup>24</sup> (1936) que divulgava no Brasil e na comunidade portuguesa aí residente, os acontecimentos políticos, sociais e económicos do dia a dia de Portugal também era ilustrada com clichés do fotógrafo.

A Câmara Municipal de Lisboa, através da Presidência e do seu Departamento de Obras, encomendou-lhe a cobertura fotográfica das transformações urbanísticas operadas na cidade de Lisboa na década de 40. O contacto com este organismo revelou-se muito frutuoso, pois é longa a lista dos trabalhos efectuados, como se pode ver em livros de registos de negativos/encomendas que constam do espólio de Eduardo Portugal. A título de exemplo podemos citar alguns levantamentos, realizados pelo fotógrafo: candeeiros na cidade de Lisboa, lápides religiosas, portas brasonadas, caravelas, azulejos e obras municipais<sup>25</sup>.

Aos recentemente criados Conselho Nacional de Turismo, Conselho de Turismo da

---

<sup>22</sup> Carta da Agência Le Bourgeois e minuta de Eduardo Portugal, em 1929. Portugal, Arquivo Municipal de Lisboa, Arquivo Fotográfico. AFMLSB/AL/POR/09/218

<sup>23</sup> Troca de correspondência entre Eugénio Mir e Eduardo Portugal, em 1932. Portugal, Arquivo Municipal de Lisboa, Arquivo Fotográfico. AFMLSB/AL/POR/09/237

<sup>24</sup> Troca de correspondência entre Eduardo Portugal e o director da Revista *Vida Doméstica*, entre 1936-1937. Portugal, Arquivo Municipal de Lisboa, Arquivo Fotográfico. AFMLSB/AL/POR/09/53

<sup>25</sup> Ver <http://arquivomunicipal.cm-lisboa.pt>

Comissão de Propaganda de Portugal no Estrangeiro e Secretariado de Propaganda Nacional (anos 30), Eduardo Portugal fez chegar o seu curriculum e vasta colecção de fotografias de que resultaram grande número de encomendas para a edição de folhetos de divulgação do nosso turismo, tanto internamente como no estrangeiro.



Foto 18 Calendário de 1932, edição do Conselho Nacional de Turismo. Portugal Arquivo Municipal de Lisboa, Arquivo Fotográfico

A proposta de criação de um Arquivo Fotográfico, em 1932, para o Conselho Nacional de Turismo e de um concurso fotográfico para complemento desse Arquivo, com a finalidade de existirem negativos sempre disponíveis para futuras edições, que contaria com a sua produção fotográfica, é mais um exemplo do espírito empreendedor de Eduardo Portugal assente na sua formação de arquivista, que marcou toda a inventariação, instalação e conservação do seu espólio pessoal. Assim, essa proposta incluiu a “organização”: nota das terras e dos monumentos indispensáveis como elementos de propaganda turística, sendo o país dividido em 22 zonas; fotografias com diversas secções de monumentos, paisagem, costumes, obras de arte e museus, e a notícia histórica e descritiva de cada assunto; a “utilização”: positivos para projecção, fotografias para gravuras das ilustrações e para oferta, colecções e positivos de grande formato para exposições, uma edição de bilhetes-postais e álbuns; o “ficheiro” organizado por assuntos e o “material em depósito”<sup>26</sup>.

Em 1932, o Conselho Nacional de Turismo utilizou as suas fotografias para uma edição de calendários. No papel de carta do Ministério do Interior e do Conselho de Turismo também apareceram fotos suas.



Foto 19 Folheto Portugal Turístico - Castelos, AFMLSB /AL/POR/09/53. Portugal Arquivo Municipal de Lisboa, Arquivo Fotográfico

Mais tarde, em 1942, encontramos no seu espólio um modelo de uma ficha técnica para fotografias, feita a pensar no arquivo fotográfico do Museu Municipal de Sintra. Finalmente em 1952, temos uma nova proposta para a organização de um arquivo fotográfico, agora para o Grupo Amigos de Lisboa. Embora essa proposta tenha sido aceite pela Junta Directiva do Grupo, em 18 de Abril, autorizando-o a fotografar os quadros e álbuns que referira numa carta de 12 de Março, o arquivo não se veio a concretizar<sup>27</sup>.

<sup>26</sup> Minutas de Eduardo Portugal com uma proposta de criação do Arquivo Fotográfico para o Conselho Nacional de Turismo, em 1932. Portugal, Arquivo Municipal de Lisboa, Arquivo Fotográfico. AFMLSB/AL/POR/07/248.

<sup>27</sup> Troca de correspondência entre Eduardo Portugal e o Grupo Amigos de Lisboa com a proposta de criação de um arquivo fotográfico para o Grupo, em 1952. Portugal, Arquivo Municipal de Lisboa, Arquivo Fotográfico. AFMLSB/AL/POR/09/243.

<sup>28</sup> Carta do Grupo Amigos de Lisboa para Eduardo Portugal, em 1940. Portugal, Arquivo Municipal de Lisboa, Arquivo Fotográfico. AFMLSB/AL/POR/09/238.

Os seus conhecimentos na Câmara Municipal de Lisboa e a sua admissão no Grupo Amigos de Lisboa, em 1940, com o número de sócio 1000<sup>28</sup>, proporcionaram-lhe contactos com olisipógrafos influentes como Vieira da Silva<sup>29</sup>, Ferreira de Andrade<sup>30</sup>, Matos Sequeira (colaborou no seu livro *O Carmo e a Trindade*<sup>31</sup>), Luís Pastor de Macedo, seu primo e outros, que solicitavam constantemente os trabalhos de Eduardo Portugal para ilustrarem as suas edições, tal como o faziam a revista *Civilização* e a *Editorial Enciclopédia*.

Raul Proença, grande defensor dos ideais republicanos e membro fundador da Seara Nova, numa carta enviada de Paris em 1930, onde se encontrava exilado pela manifesta oposição ao novo regime político instaurado pela revolução de 1926, elogia as suas fotografias utilizadas por Raul Lino no livro<sup>32</sup>.

Eduardo Portugal, em 1937, escreveu a um primo seu, em Tomar, comunicando-lhe, entre outros assuntos, que a sua colecção já atingira os 4500 clichés e que estava a fotografar para as novas edições de Lisboa Antiga, colecção de postais da sua autoria, para o *Boletim Cultural da Câmara Municipal de Lisboa*<sup>33</sup> e para o Grupo Amigos de Lisboa<sup>34</sup>.

É numerosa a lista de participações de Eduardo Portugal em exposições como as organizadas e editadas em catálogos pela Câmara Municipal de Lisboa, nomeadamente: *Cortejo Histórico de Viaturas*, em 1934, *Estátua Equestre de D. José I*, em 1939, *Exposição Antoniana*, em 1947, integrada nas Comemorações do VIII Centenário da Tomada de Lisboa aos Mouros, *A Imagem da Flor*, em 1948, *A Casa dos Bicos*, em 1952 e *A Reconstrução de Lisboa, após o Terramoto* em 1956. Na exposição *Alguns Documentos e Obras de Arte Relativos ao Santo Padroeiro de Lisboa S. Vicente*, em 1949, participou com o duplo papel de fotógrafo e coleccionador.

Também, em 1934, o Conselho Nacional de Turismo utilizou fotografias de Eduardo Portugal para o seu *Mapa dos Monumentos de Portugal e para o Portugal Touristique – Monuments*, edição feita a pensar no relançamento do turismo português no estrangeiro. A Secção de Propaganda e Turismo da CML, em 1935, promoveu uma edição com fotos de Eduardo

---

<sup>28</sup> Bilhete-postal de Vieira da Silva para Eduardo Portugal, em 1944. Portugal, Arquivo Municipal de Lisboa, Arquivo Fotográfico. AFMLSB/AL/POR/09/116.

<sup>30</sup> Troca de correspondência entre Ferreira de Andrade e Eduardo Portugal, em 1949 e 1952. Portugal, Arquivo Municipal de Lisboa, Arquivo Fotográfico. AFMLSB/AL/POR/09/98 e 139.

<sup>31</sup> SEQUEIRA, Gustavo de Matos - *O Carmo e a Trindade*. Lisboa: Câmara Municipal, 1939. Vol. 1.

<sup>32</sup> Troca de correspondência entre Eduardo Portugal e Raul Proença, em 1930. Portugal, Arquivo Municipal de Lisboa, Arquivo Fotográfico. AFMLSB/AL/POR/09/233. LINO, Raul - *A casa portuguesa*. Lisboa: Escola Tipográfica da Imprensa Nacional, 1929.

<sup>33</sup> *Boletim Cultural da Câmara Municipal de Lisboa*. Lisboa. N.º 3, vol. I, (1937)

<sup>34</sup> Correspondência entre Eduardo Portugal e a Comissão de Turismo de Tomar, em 1937. Portugal, Arquivo Municipal de Lisboa, Arquivo Fotográfico. AFMLSB/AL/POR/09/80.



Foto 20 Diploma de participação na Exposição Nacional de Fotografias, organizada pelos Armazéns Grandella, em 1925. Do júri faziam parte: Columbano Bordalo Pinheiro, Magalhães Lima, Alberto de Sousa, Manuel San Payo e Octávio Bobone, AFMSLB/AL/POR/16/1. Portugal Arquivo Municipal de Lisboa, Arquivo Fotográfico

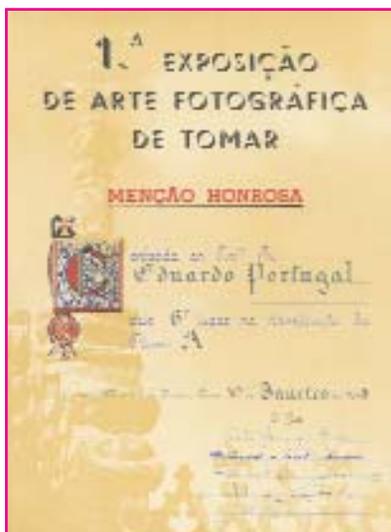


Foto 21 Diploma de participação na 1ª Exposição de Arte Fotográfica de Tomar, em 1943, AFMSLB/AL/POR/16/2. Portugal Arquivo Municipal de Lisboa, Arquivo Fotográfico



Foto 22 Diploma de participação no 1º Salão Fotográfico Amigos de Lisboa, em 1950, AFMSLB/AL/POR/16/3. Portugal Arquivo Municipal de Lisboa, Arquivo Fotográfico

Portugal intitulada, *Parque Eduardo VII. Estufa-fria* e em 1936, deparamos com clichés do fotógrafo no Portugal Turístico – Castelos.

No *Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais*, n.º 24, em 1941, a Igreja da Atalaia é documentada com fotografias de Eduardo Portugal.

As suas provas apresentadas na exposição de fotografia do Jornal *O Século*, em 1937, foram alvo de uma proposta de aquisição pelo Secretariado de Propaganda Nacional, bem como as que fizeram parte da Exposição de Arte Popular em 1936, organizada pelo próprio Eduardo Portugal.

O fotógrafo participou em Janeiro de 1943 na 1ª *Exposição de Arte Fotográfica de Tomar* e também na *Exposição Nacional de Fotografias* promovida pelos Armazéns Grandella Lda, como consta de um diploma encontrado no seu espólio (1925).

Na revista *Olisipo, Boletim do Grupo Amigos de Lisboa*, encontramos documentada a sua intensa actividade neste grupo, participando em colóquios, de 1956 a Abril de 1958, e colaborando em exposições: sobre as obras de Bárcia, organizada por sua iniciativa em 23 de Março de 1957,<sup>35</sup> exposição do *Arquivo Pitoresco* em 20 de Julho de 1957<sup>36</sup> e exposição *Almanaques Lisboaetas* em 10 de Novembro de 1957.

Em 1944, doou diversos volumes à biblioteca deste grupo e foi como coleccionador que novamente o vemos referido na revista *Olisipo* quando figurou numa exposição dedicada às obras olisiponenses dos seus sócios<sup>37</sup> e na exposição *Fotografias de Lisboa* até 1870, pertencentes

<sup>35</sup> *Olisipo: boletim trimestral do Grupo Amigos de Lisboa*. Lisboa. Ano XXI-nº 81 (Janeiro de 1958), p. 63.

<sup>36</sup> *Arquivo Pitoresco*: semanário ilustrado. Lisboa. 1857-1868. 11 vols.

<sup>37</sup> *Olisipo: boletim trimestral do Grupo Amigos de Lisboa*. Lisboa. Ano XVII (Junho de 1954). p. 132-133.

a Eduardo Portugal, feita na antiga sede do Grupo Amigos de Lisboa, Rua Garrett em 1952<sup>38</sup>.

O legado do fotógrafo revela-nos um Eduardo Portugal com uma personalidade inquieta e multifacetada que o levava a interessar-se por tudo o que o rodeava. A família define-o como um homem excêntrico, culto, muito inteligente e com grande sentido de oportunidade<sup>39</sup>.

Sempre atento às transformações e evolução do seu país e muito concretamente da cidade de Lisboa, que muito admirava, Eduardo Portugal fez transparecer um enorme sentido de oportunidade bem patente em muitas das suas cartas, tanto na forma como idealizava ou propunha os negócios, como na minuciosa organização do seu arquivo e na classificação da documentação que inventariava. Eduardo Portugal chegou a utilizar a expressão “Combinações e Vantagens” como título dos classificadores onde arquivou algumas anotações que eram enviadas aos clientes: nesta categoria incluiu cartas endereçadas, por exemplo à CP, com quem o fotógrafo negociava sempre descontos nos bilhetes de comboio; mesmo em situações mais onerosas, propunha a troca de fotografias ou bilhetes-postais por viagens gratuitas.



Foto 23 Catálogo de Livros de Eduardo Portugal. Portugal Arquivo Municipal de Lisboa, Arquivo Fotográfico

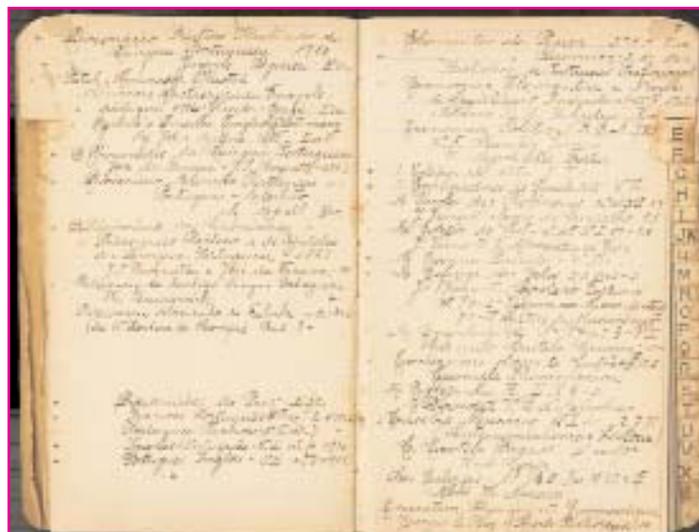


Foto 24 Catálogo de Livros de Eduardo Portugal. Portugal Arquivo Municipal de Lisboa, Arquivo Fotográfico

Os recortes de jornais e a sua grande colecção de livros e revistas (cerca de 4000 volumes) demons-tram o seu interesse pela vida cultural e política do país.

Os mapas e plantas originais de Lisboa antiga fazem parte também da sua colecção, já que efectuou vários trabalhos para a Direcção dos Serviços Cartográficos e para edições sobre a história da cidade.

Para a redacção de legendas e textos que acompanhavam as provas fotográficas, Eduardo Portugal aprofundou o estudo da arte portuguesa, recorrendo aos livros da especialidade e

<sup>38</sup> *Olisipo: boletim trimestral do Grupo Amigos de Lisboa*. Lisboa Ano XVII-Nº65 (Janeiro de 1954). p. 157-163.

<sup>39</sup> Entrevista com Margarida Benito em 21 de Fevereiro de 2003.



Foto 25 Eduardo Portugal, POR 50936. Portugal Arquivo Municipal de Lisboa, Arquivo Fotográfico

procurando também números antigos da *Ilustração Portuguesa*<sup>40</sup> que minuciosamente se encontram descritos nos seus apontamentos.

A troca de correspondência particular que manteve com Lisa Bohm (1930, 1931 e 1932)<sup>41</sup>, que vivia em Praga e que conhecera numa visita que esta fizera a Lisboa, ajuda-nos a ver um Eduardo Portugal diferente. Aqui não deparamos com a preocupação profissional de arranjar encomendas, de vender as suas fotografias, estabelecendo criteriosamente o preço e acautelando os direitos de autor, agora encontramos um Eduardo Portugal que descrevia no seu dia a dia, a deficiente conjuntura económica que o nosso país atravessava, a eminente Guerra de Espanha que se avizinhava, as suas emoções perante sítios que visitava e ainda um Eduardo Portugal que tinha pequenos gestos de atenção para com Lisa Bohm a quem enviou, por exemplo, uma flor colhida no norte de Portugal! Ficamos, também, a conhecer os seus gostos musicais e os escritores portugueses que mais apreciava, quando lhe ofereceu livros dos clássicos da nossa literatura e discos da música tradicional portuguesa.

Do espólio chegaram-nos devidamente conservados inúmeros objectos de uso quotidiano como, carteiras, pastas de arquivo em pele, estojos, lápis, canetas, réguas, esquadros, óculos e equipamentos fotográficos: lentes, caixas de película, molduras, frascos, zincogravuras e pequenos acessórios de fotografia.

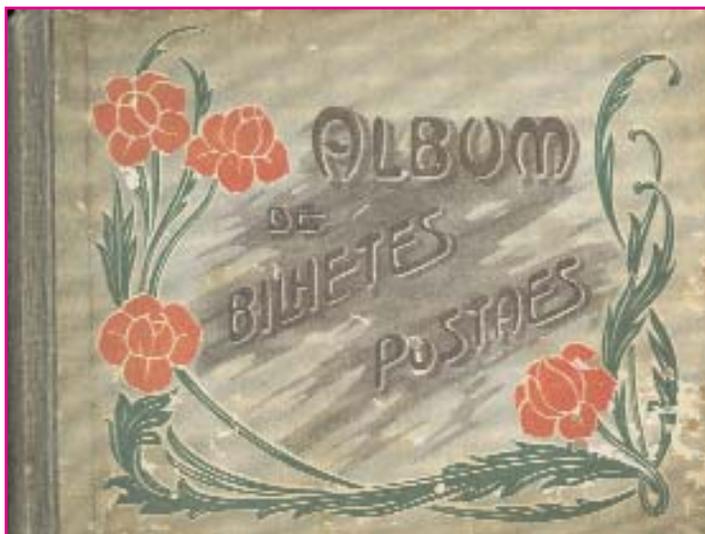


Foto 26 Álbum de desenhos de Eduardo Portugal, Nº 43. Portugal Arquivo Municipal de Lisboa, Arquivo Fotográfico



Foto 26a Álbum de desenhos de Eduardo Portugal, Nº 43. Portugal Arquivo Municipal de Lisboa, Arquivo Fotográfico

<sup>40</sup> *Ilustração Portuguesa*, Lisboa. 1907-1912.

<sup>41</sup> Minutas de Eduardo Portugal para Lisa Bohm, em 1930. Portugal, Arquivo Municipal de Lisboa, Arquivo Fotográfico. AFMLSB/AL/POR/09/242.

Outra faceta menos conhecida e mais privada de Eduardo Portugal era a sua vocação para o desenho e para a pintura. No álbum 43 do seu espólio encontramos 58 desenhos concebidos pelo fotógrafo e assinados com o pseudónimo EDUGAL.

Ao analisarmos toda a documentação deparamos com inúmeras listas de encomendas de organismos públicos e privados e também de particulares, com quem Eduardo Portugal trabalhou incessantemente ao longo da sua vida, que justificam os 55 000 mil negativos e provas da sua colecção.

Após a sua morte em 20 de Junho de 1958, o reconhecimento público da sua obra ficou patente na revista *Olisipo*, que lamentava a sua perda e tecia um louvor a Eduardo Portugal por todo o seu empenho e disponibilidade nas actividades deste Grupo: “(...) Eduardo Portugal, sócio nº 1000 (...) membro da nossa secção de Movimento Cultural e Propaganda desde 1955, sempre assíduo e solícito, colaborador eficiente das nossas exposições e colóquios, apresentando sempre do seu rico espólio – que Deus preserve que não se disperse – espécies curiosas e apreciadas (...)”<sup>42</sup>.



Foto 26a Eduardo Portugal aos 58 anos, POR050738. Portugal Arquivo Municipal de Lisboa, Arquivo Fotográfico

### BREVE APONTAMENTO SOBRE A GENEALOGIA DA FAMÍLIA DE EDUARDO PORTUGAL:

Como uma boa parte da sua colecção é composta por fotografias da família que ele colecionou ou mesmo produziu, considerou-se importante no âmbito deste projecto de investigação sobre o fotógrafo, mencionar a genealogia da família de Eduardo Portugal reconstituída pelo próprio e confirmada por alguns membros da família ainda vivos.

Segundo narração do assento de baptismo<sup>43</sup>, Eduardo Macedo d’Elvas Portugal nasceu em Lisboa, na residência de seus pais, sita Rua do Salitre nº 140, 1º andar, freguesia do Coração de Jesus, às 23h30m do dia 26 de Fevereiro de 1900. Filho primogénito do casal José d’ Elvas Portugal e Maria Alexandrina Macedo d’Elvas Portugal, era igualmente o primeiro neto de Manuel Luiz de Macedo, comerciante em Lisboa e fundador da centenária e conceituada Casa dos Panos que encontramos na Rua dos Fanqueiros, esquina com a de São Julião. Os pais celebraram o seu baptismo dois meses após o nascimento, no dia 15 de Abril de 1900, na Igreja Paroquial do Santíssimo Coração de Jesus. Foram padrinhos os tios maternos, Laura Emília Macedo e Carlos Macedo, ambos solteiros<sup>44</sup>.

Sobre a linhagem D’ Elvas Portugal as informações são escassas e pouco concretas. O referido assento de baptismo<sup>45</sup> reporta-se aos nomes dos avós paternos, João d’ Elvas Portugal e

<sup>42</sup> *Olisipo: boletim trimestral do Grupo Amigos de Lisboa*. Lisboa. Ano XXI, Nº 83 (Julho 1958), p. 121.

<sup>43</sup> Assento 38, Ano 1900, Anotação 7488, 7ª Conservatória do Registo Civil de Lisboa.

<sup>44</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>45</sup> Assento 38, Ano 1900, Anotação 7488, 7ª Conservatória do Registo Civil de Lisboa.



Foto 28 Retrato de Manuel Luiz de Macedo com os netos: João Portugal, Luís Pastor de Macedo, Maria Madalena Macedo, Eduardo Portugal e José Paulo Fernandes. Portugal Arquivo Municipal de Lisboa, Arquivo Fotográfico



Foto 29 José d'Elvas Portugal, Adelaide Macedo d'Elvas Portugal e João Portugal POR052491. Portugal Arquivo Municipal de Lisboa, Arquivo Fotográfico



Foto 29 Eduardo Fernandes, Laura Macedo e José Paulo Fernandes, Caldas da Rainha, 27 de Agosto de 1910, POR052498. Portugal Arquivo Municipal de Lisboa, Arquivo Fotográfico



Foto 29 Carlos Macedo, Adela Pastor de Macedo, Luís Pastor de Macedo e Maria Madalena Pastor de Macedo, 30 de Setembro de 1922. Portugal Arquivo Municipal de Lisboa, Arquivo Fotográfico

Barbosa Maria Pires de Carvalho. Desconhecem-se no entanto as datas de nascimento e morte bem como a naturalidade, residência e profissão. Podemos contudo supor que este ramo da família seja oriundo do distrito da Guarda, já que o pai de Eduardo Portugal é natural de Penamacor<sup>46</sup>.

Quanto ao lado materno, os Macedo, é possível reconstituir a genealogia desde o avô de Eduardo Portugal até aos primos em 3º e 4º grau, herdeiros singulares e legítimos deste ramo da família Macedo (ver árvore genealógica)

Acerca dos restantes membros da família Macedo, para além da mãe de Eduardo Portugal, sabe-se que Laura Emília Macedo (1876-1951), tia de Eduardo, casou com Eduardo Augusto

<sup>46</sup> Idem, *ibidem*.

Fernandes, bancário<sup>47</sup> e tiveram um filho, José Paulo Fernandes (1905-1980) que veio a casar com Elisabeth Hildebrant e também não deixa descendência.

Por último, o tio Carlos Macedo (1877 – 8/2/1950), natural da freguesia da Madalena, comerciante<sup>48</sup>, casou com Adela Pastor Macedo (21/5/1878 - 25/12/1942), natural de Alcoy, Espanha, doméstica de profissão<sup>49</sup>. Deste casamento nasceram dois filhos, Luís Pastor de Macedo (23/2/1901 - 1971), também comerciante e futuro vice-presidente da Câmara Municipal de Lisboa<sup>50</sup> e Maria Madalena Pastor de Macedo (2 /9/1902 - 19-3-1976). Luís Pastor de Macedo foi uma figura proeminente do meio literário português. A sua proximidade com Eduardo Portugal é notória, dedicaram-se ambos ao estudo da olisipografia, tiveram amigos comuns, partilharam o mesmo meio intelectual sendo evidente a complementaridade e a troca de “favores” entre eles”. Quanto à irmã, Maria Madalena Pastor de Macedo, a prima predilecta de Eduardo Portugal<sup>51</sup>, sabe-se que casou na Igreja Paroquial da Madalena, com um industrial<sup>52</sup>, Romão António Conceição Fernandes (2/6/1906), natural da freguesia da Sé, em Lisboa<sup>53</sup>. Tiveram três filhos, o mais novo Manuel Luís de Macedo (1933 - ?) morreu jovem. Ainda vivos encontramos dois primos em 2º grau, Ruy Macedo Fernandes (18/2/1927), actualmente com 76 anos de idade<sup>54</sup> e Maria do Carmo Macedo Fernandes (2/3/1929), com 74 anos de idade. Desta geração somente Maria do Carmo deu continuidade à família ao contrair matrimónio com Emílio Benito (15/8/1926). Em 1959 nasceu a primeira filha do casal, Maria Madalena Fernandes Benito e em 1962, a segunda, Ana Margarida Benito.<sup>55</sup> Maria Madalena e Ana Margarida têm dois filhos, respectivamente. Do casamento entre Maria Madalena e José Manuel França Leão nasce Margarida Benito França Leão, em 1988 e Teresa França Leão, em 1990. Ana Margarida casa e tem dois filhos, Simão Pedro Benito Simões Coelho, em 1989 e Vasco Benito Simões Coelho, em 1991, descendentes actuais de Eduardo Portugal.

---

<sup>47</sup> Em 1923, Eduardo Augusto Fernandes morava na Avenida Defensores de Chaves nº 107 e trabalhava numa agência bancária na Rua Áurea, esquina com Rua da Conceição. Segundo informação obtida no Arquivo Histórico do Banco de Portugal, neste local funcionava a Agência Bancária José Henriques Totta & Cª, sendo seu fundador o mesmo José Henriques Totta e tendo como sócios, João Gomes, António Ramos e João Cactano Lopes. Sobre este assunto ver "*A Homenagem à Casa Bancária José Henriques Totta & Cª*". In: *Ilustração Portuguesa*. Lisboa, Nº 775, (25 de Dezembro 1920), p.403. No espólio de Eduardo Portugal surgem várias referências à família Totta, o seu contacto está referenciado na agenda telefónica do fotógrafo e existem muitas fotografias da família. José Totta, Albertina Totta e Matilde Totta são os mais fotografados. Algumas fotografias apresentam dedicatórias aos amigos Eduardo Fernandes, Laura Macedo e José Paulo Fernandes.

<sup>48</sup> Carlos Macedo foi o sucessor de Manuel Luiz de Macedo na Loja dos Panos.

<sup>49</sup> Processo de Jazigo nº 2989, 1º Cemitério Oriental. Portugal, Arquivo Municipal de Lisboa, Arquivo do Arco do Cego.

<sup>50</sup> Sobre este assunto ver: LISBOA, Câmara Municipal - *A evolução municipal de Lisboa. Pelouros e Vereações*. Lisboa: CM, 1996 e *Olisipo: boletim do Grupo "Amigos de Lisboa*. Lisboa, Ano I, Nº 1, (Janeiro 1938). p. 23.

<sup>51</sup> Informação recolhida através de uma entrevista a Margarida Benito em 21 de Fevereiro de 2003.

<sup>52</sup> Processo de Jazigo nº 2989, 1º Cemitério Oriental. Portugal, Arquivo Municipal de Lisboa, Arquivo do Arco do Cego.

<sup>53</sup> Sobre este assunto ver as imagens POR 2822, POR 2823, POR 2824. Portugal, Arquivo Municipal de Lisboa, Arquivo Fotográfico. Residem na Rua das Cruzes da Sé 15-2º, em Lisboa.

<sup>54</sup> Foi através deste primo de Eduardo Portugal que o espólio deu entrada na Câmara Municipal de Lisboa, em 1991.

<sup>55</sup> A centenária Casa dos Panos pertence actualmente a Margarida Benito e Madalena Leão



Manuel Luís da Macedo - Tibânia Diniz da Macedo  
 (15/3/1046 - 26/9/1915) (12/7/1840 - 28/7/1897)

Adelaide Alexandrina Macedo Portugal (1874 )      Laura Emilia Macedo Fernandes (1876 1951)      Carlos Macedo (1877 8/2/1950)

João d' Elvas Portugal - Barbosa M<sup>a</sup> Pires de Carvalho

José d' Elvas Portugal - Adelaide Alexandrina Macedo Portugal  
 (1874 - )

Eduardo Portugal (26/2/1900-20/6/1950)      João Portugal (1909 - 1980?)



Laura Emilia Macedo Fernandes - Eduardo Augusto Fernandes  
 (1876 - 1951)

José Paulo M. Fernandes - Elizabeth Hildebrandt  
 (1905 1980)      (? - 1993)



Carlos Macedo Adela Pastor Macedo  
 (1877 8/2/1950) (21/5/1878 25/12/1942)

Luís P. Macedo - Lucilia A. Macedo      Madalena P. Macedo E. - Romão Fernandes  
 (23/2/1901 1971) (2/9/1902 - 19/3/1976) (2/6/1906 - 30/3/1986)

Ruy M. E.  
 (18/2/1927)

M<sup>a</sup> do Carmo M.F. - Emília Benito  
 (2/3/1929) (15/8/1926)

Manoel L. M. F.  
 (1933)

M<sup>a</sup> Madalena F. B. F. L. José M. F.L.  
 (1959)

Ana Margarida Benito  
 (1962)

Margarida Benito F. Leão      Teresa B. F. Leão      Simão Pedro B. S. Coelho      Vasco B. S. Coelho



# O Espólio de Eduardo Portugal

---

Luis Pavão

*" Da minha aldeia vejo quanto da terra se pode ver do Universo ...*

*Por isso a minha aldeia é tão grande como outra terra qualquer, (...)"*

Poemas de Alberto Caeiro VII

Com este texto apresentamos uma descrição do espólio de Eduardo Portugal, que é necessariamente sucinta, já que uma parte significativa deste está ainda por tratar e descrever. Contribuímos assim para uma primeira visão global, do trabalho deste autor. Ao mesmo tempo, reafirmamos a nossa intenção de proceder ao seu tratamento e estudo, num espaço de tempo breve, com vista à sua disponibilização para consulta do público, como tem acontecido com as outras colecções que detemos.

Este vasto conjunto de documentação integra, para além dos negativos produzidos por Eduardo Portugal e das provas impressas em vida do autor, um conjunto de fotografias de outros autores, que Eduardo Portugal recolheu e coleccionou, os postais editados pelo próprio e por outros autores e editores, um grande conjunto de álbuns, com provas fotográficas, postais, reproduções de documentos, compilados e montados por Eduardo Portugal e ainda toda a sua documentação pessoal, que compreende a correspondência, cadernos de registo, diários, livros de anotações, de contabilidade pessoal, etc. É um espólio de enorme dimensão, que representa uma vida de trabalho e dedicação à fotografia (e à cultura portuguesa).

O espólio de Eduardo Portugal foi transportado para a Câmara Municipal de Lisboa em Janeiro de 1991, directamente da sua casa, na rua do Salitre, num estado de arrumação e organização tão perfeito, que poucas alterações terá sofrido desde o falecimento do autor, em 1958.

Depois de instalado no Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Lisboa, o espólio foi todo observado e inventariado, numa primeira tentativa de sistematização que se estendeu até 1992. Não se fizeram quaisquer alterações, nem tratamentos de conservação ou descrição nesta data, tentou-se apenas estudar e compreender o material e a sua forma de organização original. Em Março de 1994, o espólio foi transportado para as novas instalações do Arquivo Fotográfico, na Rua da Palma.

É de referir que no Arquivo Municipal de Lisboa já existiam fotografias deste autor. Eduardo Portugal foi um assíduo colaborador deste Município, vendeu à Câmara Municipal de Lisboa muitas provas e alguns negativos da cidade, que entraram no Arquivo Fotográfico nas décadas de 1930 a 1950 e que se encontram reunidas na Colecção Eduardo Portugal (EDP). Estas imagens estão à consulta do público desde os anos 60 (consulta em ficha de cartão) e na base de dados informática desde 1994. O espólio foi mantido à parte da colecção já existente, pelo que o Arquivo reúne actualmente dois conjuntos deste autor, com as siglas POR (espólio) e EDP (colecção) e muitas destas imagens encontram-se repetidas.

O espólio tem vindo a ser estudado e tratado pelos técnicos do Arquivo Fotográfico Municipal e a partir de 1995 teve início o tratamento sistemático do núcleo dos negativos e das provas de contacto<sup>1</sup> que se encontram à disposição na nossa sala de leitura.

O espólio compreende as seguintes grandes secções:

- Negativos de Eduardo Portugal
- Provas de contacto dos negativos
- Provas de formatos maiores (vários autores)
- Álbuns de Eduardo Portugal
- Negativos de António Novaes
- Documentação pessoal
- Objectos pessoais

## NÚCLEO - NEGATIVOS DE EDUARDO PORTUGAL

*" (...) Tenbo o costume de andar pelas estradas*

*Olhando para a direita e para a esquerda,*

*E de vez em quando olhando para trás ...*

*E o que vejo a cada momento*

*É aquilo que nunca antes eu tinha visto, (...) "*

Poemas de Alberto Caeiro II

Este núcleo compreende um conjunto de cerca de 30 000 negativos a preto e branco, dos quais cerca de 26 500 são em vidro, de formatos variáveis entre o 4,5 x 6 cm e o 18x24 cm e o restante em película de acetato ou nitrato de celulose. Os negativos foram organizados por tipo de suporte e formato, sendo que os formatos e quantidades existentes em vidro são os seguintes:

Formato 6x9 cm - 3 820

Formato 9x12 cm - 4 848

Formato 10x15 cm - 16 681

Formato 13x18 cm- 993

Formato 18x24 cm - 198

---

<sup>1</sup> Imagem positiva em papel, obtida por acção da luz, através do contacto do negativo original sobre o papel fotográfico.

Os negativos são o original de toda a produção fotográfica de Eduardo Portugal, e também o ponto de partida da organização e descrição do seu arquivo. Por isso a importância documental deste conjunto é enorme. As referências encontradas nos livros de registo referem os números de caixa original e de negativo, pelo que foi decidido manter a numeração antiga, a par de uma nova numeração, compatível com a organização no Arquivo Fotográfico Municipal. Desta forma, hoje poderemos pesquisar as imagens das duas maneiras, tanto usando a informática (base de dados com imagem digital associada), como recorrendo aos cadernos de registo dos anos 1920/30 e às provas de contacto, método de consulta utilizado pelo próprio Eduardo Portugal. E assim estamos também a prestar uma homenagem à organização e descrição exemplares, criada pelo autor.

Vejamos então um pouco deste núcleo.

Os negativos de formato menor, 4,5x6 e 6x9 cm, apresentam-nos as primeiras imagens, produzidas no ano 1920, onde se incluem retratos individuais e de grupo, bem como algumas reportagens de casamentos e acontecimento sociais, que terão ocupado os primeiros anos da sua actividade. Este tipo de fotografia foi desenvolvida tanto como amador, como com fins comerciais, pois Eduardo Portugal não se restringiu a fotografar familiares e amigos. Entre muitos nomes citados nos cadernos de registo, encontramos retratos de Mariana Rei Colaço, feitas na Praia das Maçãs e uma profusão de desconhecidos, Rosa, Maria das Neves Afonso, Colares Pereira. Encontramos também negativos de paisagens, vistas do rio Tejo e do mar, cujas provas serão incluídas em álbuns, como veremos adiante.

O conjunto de negativos formato 10x15 cm constitui a documentação realizada sobre Lisboa e toda a fotografia documental realizada no País, tanto para responder a encomendas da Câmara Municipal, como de outros clientes, Monumentos Nacionais, Câmaras Municipais de Sintra e Cascais, Comissões de Iniciativa de Turismo, e ainda em trabalhos de índole pessoal.

Eduardo Portugal fotografou profusamente a cidade de Lisboa, em negativos de vidro, formato 10x15 cm, tendo coberto a construção dos novos bairros, as demolições no centro da cidade, as azinhagas, os monumentos, pormenores em edifícios históricos, como azulejos, lápides, portais, as mil e uma ruelas dos bairros antigos, as escadinhas e fontanários, que nos revelam uma devoção pessoal pela cidade, que vai muito além do mero registo profissional. Pela dedicação e curiosidade que mostra pela cidade, bem patente no arquivo dos negativos, Eduardo Portugal é, ao mesmo tempo, um residente e um visitante maravilhado por Lisboa. Comporta-se como um turista na cidade onde nasceu e onde vive em descoberta constante.

Encontramos também imagens relativas às actividades do grupo Olisiponense, como passeios no Tejo, registos de santos, reprodução de imagens bíblicas, reproduções de gravuras de Lisboa, etc. Como temáticas particulares citamos o levantamento da Muralha Fernandina, percursos vários em Alfama, Castelo e Mouraria, o Arco do Marquês do Alegrete, a Rua de Santo Estevão, as demolições no Largo do Martim Moniz e no Largo do

Rato e a remodelação do Vale de Alcântara, o crescimento de Alvalade e outras zonas periféricas da cidade, onde Eduardo Portugal sabia que iriam ocorrer transformações significativas.

Ainda neste formato encontramos reportagens sociais e políticas, como casamentos, festas, retratos de grupo em escolas (Escola Académica), touradas (para a assistência aos tuberculosos em 1930), revolução de Fevereiro 1927, passagem do Rei da Bélgica, etc.

As caixas dos negativos chegaram até nós organizadas por formato (usava as caixas das chapas comerciais de fotografia) e as notas do autor registadas em cadernos também seccionados por formatos, sendo que cada formato compreende um ou mais cadernos de descrição. Eduardo Portugal, usou nos primeiros anos de actividade a película a preto e branco em rolo; depois fixou-se no suporte de vidro e no grande formato, usando apenas chapas em vidro 10x15 cm e 13x18 cm. Evoluiu ao contrário da tendência da época, que apontava para a redução do formato dos negativos e para a substituição do suporte em vidro pela película em rolo, mais leve e transportável.

## NÚCLEO - PROVAS DE CONTACTO DOS NEGATIVOS

*" O meu olhar é nítido como um girassol... (...)"*

Poemas de Alberto Caeiro II

Este conjunto compreende milhares de provas de contacto, formato 10x15 cm, impressas pelo autor ou por um impressor da sua confiança. Muitas destas provas foram viradas a sépia. As temáticas são as mesmas já referidas para os negativos, mas a sua forma organizativa tem o maior interesse, pelo que passaremos à sua apresentação.

Uma parte destas provas, cerca de metade, encontrava-se junto dos negativos, dentro das próprias caixas dos negativos de vidro. Eram como que o ficheiro de consulta do fotógrafo, para pesquisar e encontrar os seus negativos. Predominam as anotações a lápis ou caneta no verso das provas, contendo informação da data, hora, local e observações sobre a própria fotografia, completadas com esboços, explicando o ponto de vista, ou o local da rua de onde foi feita a fotografia. Também encontramos comentários seus sobre os problemas da cidade, sobre as demolições, trânsito etc. Estas provas e as anotações constituem como que a base de dados de que Eduardo Portugal dispunha, guardando junto à imagem os dados relativos à própria imagem (hoje designamo-los por metadados). É interessante notar que esta informação, no verso das provas, não repete a que vem nos cadernos de registo: aqui predominam as informações sobre as condições de cada fotografia; nos cadernos de registo encontramos listas temáticas, de assuntos ou locais.

Uma outra parte deste núcleo de provas de contacto encontrava-se em caixas separadas, à parte dos negativos. Eram as suas provas de trabalho, que utilizava para estudar os melhores

enquadramentos e fazer a selecção de imagens mais interessante, para publicar ou editar em postal. Muitas destas imagens estão repetidas 3 e 4 vezes (Eduardo Portugal chega a ter 6 e 7 provas do mesmo negativo, tal era o seu frenesim de impressão), em vários papéis, tanto a preto e branco, como viradas a sépia<sup>2</sup>.

É curioso que encontramos poucas referências ao trabalho de câmara escura e ao trabalho de processamento dos negativos e de impressão das provas. Nem tão pouco ao equipamento de laboratório necessário para a impressão dos negativos. Algumas grandes questões permanecem portanto, por responder: seria o próprio Eduardo Portugal que imprimia as provas? Teria um ajudante ou usaria os serviços de um laboratório comercial? Quem fazia o processamento dos negativos? O tipo de trabalho de impressão que apresenta, com inúmeras experiências de viragens, utilização de papéis com acabamentos diversos, ampliações nos mais variados formatos para os álbuns, são indícios de que faria o seu próprio trabalho de impressão, ou que teria pelo menos uma câmara escura montada com um ajudante a trabalhar para ele. Mas na sua casa não se encontrou nem câmara escura, nem equipamento de impressão, nem uma única factura de laboratório, ou de papel fotográfico ou químicos necessários ao processamento. Conhecendo o seu espírito metuculoso, de guardar todos os papéis e registar tudo o que fazia ou comprava (até da compra da sua roupa interior temos registos), como é possível não haver registos da actividade de câmara escura? Será que estas facturas foram incluídas na contabilidade da chapelaria da família? Mas mesmo assim, porque não surgem nos seus apontamentos referências à impressão ou aos gastos com papel fotográfico? Estas e outras questões permanecem por responder.

## NÚCLEO - PROVAS DE FORMATOS MAIORES

Neste núcleo encontramos provas ampliadas de Eduardo Portugal, junto com provas de outros autores, de várias épocas e temáticas, com incidência no retrato e paisagem.

Os retratos de Eduardo Portugal evidenciam um óbvio interesse do autor na fotografia de expressão artística, de acordo com tendências já um pouco ultrapassadas nesta época. As provas são propositadamente escuras e com definição reduzida, em que a reprodução do detalhe é propositadamente posto em segundo plano, para se ressaltar o dramatismo da tonalidade e o mistério do claro-escuro. A maioria destes retratos data do período 1925 a 1928, estendendo-se com produção mais escassa até 1935.

Tanto os retratos individuais de família ou amigos (não comerciais), como outros produzidos com motivações comerciais, apresentam esta forma de representação misteriosa e etérea. As

---

<sup>2</sup> Tratamento que consiste num banho dado à prova, após o processamento, convertendo a prata em sulfureto de prata e conferindo-lhe uma coloração castanha.

pastas, 67, 69, 75 e 77 do inventário, estão repletas de retratos deste género, destacando-se as senhoras e as meninas a brincar ou lendo, em tons castanhos pesarosos, com fundo escuro, olhares distantes e desviados da câmara em imagens irrealistas, de baixa definição. Num registo de 1926, num dos seus cadernos, encontramos a referência à aquisição de uma câmara fotográfica Enseign Popular Reflex, com lente para retrato, adequada para imagens de baixa definição.

Voltamos a encontrar retratos feitos por Eduardo Portugal apenas com datas posteriores a 1940, mas já de um género totalmente diverso, em que imagens vagas e poses etéreas dão lugar ao retrato realista, de força e com pormenor, com poses frontais e olhares directos para a câmara, sem mistério. Como exemplos apontamos os retratos da pasta 80, de 1946.

Entre estes dois períodos de retrato regista-se, sem dúvida, uma enorme evolução de estilo pessoal. É curioso notar a qualidade do trabalho produzido em ambos os géneros de retrato. Não houve uma transição suave de um género para o outro. A sua linha de trabalho mudou sem hesitações nem meios-termos, revelando o mesmo à vontade e mestria nos dois géneros de retrato que praticou.

Outras temáticas encontradas nas fotografias de Eduardo Portugal deste núcleo são actividades populares e etnografia. Salientamos aqui as imagens do mercado em Évora, com data de 1935 e os trajos populares de 1936. De notar ainda um conjunto significativo de fotografia de feiras, Figueiró dos Vinhos, Pauliteiros de Miranda. Outra temática interessante é os pescadores e actividades piscatórias, na Costa da Caparica e na Nazaré.

Neste núcleo encontramos também imagens do século XIX, impressas na técnica da albumina<sup>3</sup>, de vários fotógrafos, com documentação sobre monumentos e cidades, que Eduardo Portugal terá adquirido a alfarrabistas ou vendedores de antiguidades. Entre estes destacamos algumas pastas:

- Na pasta 47, há conjunto de provas de albumina, com vistas de Coimbra, Guimarães, Batalha, algumas assinadas por F. Rochinni.
- Na pasta 53 encontramos 12 provas de albumina do Palácio de Sintra e da Ribeira do Porto.
- Na pasta 54 temos provas albumina mostrando a Sé de Évora.
- Na pasta 57 encontramos provas em albumina, montadas em cartão 30x40 cm, com vistas das Caldas da Rainha, do Convento de Cristo e algumas imagens de Coches,

---

<sup>3</sup> Inventado por Blanquart Evrard em 1850, a albumina foi o processo de impressão mais popular até ao final da década de 1880. O seu nome deriva da utilização da clara do ovo (albumina) como meio ligante dos sais de prata.

da autoria de F. Rochinni; destaque para a imagem invulgar da proa de um barco arrombado, impressa em papel de albumina.

- Na pasta 62 temos provas da Sé da Guarda e da Lagoa Comprida na Serra da Estrela.
- Na pasta 63 estão provas do século XIX, em albumina, mostrando Mosteiro dos Jerónimos (construção da ala poente), Passeio Público, Terreiro do Paço, Estação de Santa Apolónia sobre o cais, (assinada A. S. Fonseca), Torre de Belém (de Henrique Nunes) e Aterro da Boavista (autor Moreira), todas elas de Lisboa.
- Na pasta 65 destacamos uma prova em albumina de um túnel de Carlos Lamarão.
- Na pasta 83 encontramos reproduções de provas antigas, algumas com o carimbo do Arquivo Fotográfico da Câmara Municipal de Lisboa.
- Na pasta 90 está uma imagem panorâmica de Lisboa, para o lado ocidental, a partir do Castelo de São Jorge, que é anterior a 1870.
- Na pasta 97 encontramos uma prova de albumina montada, mostrando a Torre de Belém, montagem do farol, outra de autoria de F. Rocchini do Jardim de São Pedro Alcântara, do farol em Cacilhas, da Igreja de São Julião e Jardim da Quinta das Lágrimas, em Coimbra.

## NÚCLEO - ÁLBUNS DE EDUARDO PORTUGAL

*" Sinto-me nascido a cada momento*

*Para a eterna novidade do mundo (...) "*

Poemas de Alberto Caeiro II

Foi nos álbuns que Eduardo Portugal apresentou a sua produção fotográfica em forma definitiva, com as suas escolhas, associações, comparações e sequências bem estudadas. Foi com a produção dos álbuns que amadureceu o seu olhar de fotógrafo. Se os negativos e provas soltas correspondem ao seu trabalho em estado bruto, os álbuns mostram-nos o trabalho final do autor.

Os álbuns que entraram no arquivo Fotográfico Municipal totalizavam o número de 170. Foram posteriormente reorganizados e alguns conjuntos soltos foram agrupados, totalizando agora apenas 151 álbuns. De um modo geral são álbuns compilados por Eduardo Portugal, a partir de diversos materiais, destacando-se em primeiro lugar as suas próprias provas, mas também reproduções fotográficas de imagens de outros fotógrafos, postais de produção comercial, sendo que alguns álbuns reúnem também recortes de jornal, desenhos, gravuras e outros materiais gráficos.

A panóplia dos temas representados excede largamente os temas habituais do trabalho deste autor. É certo que encontramos as habituais imagens de viagens, os retratos e as recolhas

temáticas de Portugal, onde predominam fotografia de património e etnografia. Para além destes, outros temas encontramos, que correspondem certamente a interesses pessoais seus, como os retratos de actores de cinema americanos, sequências com cenas religiosas, trajes e costumes de Portugal, gravuras, desenhos, estudos comparativos de lugares e monumentos ao longo do tempo.

Encontramos claramente dois períodos na produção destes álbuns (embora alguns não se encontrem datados e a sua compilação possa ter ocorrido anos após a produção das fotografias):

O período *artístico*, desde 1918 até cerca de 1928 - 1930, em que as imagens ostentam uma óbvia preocupação de afirmação artística, num estilo pictoralista marcado, com as suas imagens *flou*, vagas e etéreas, onde predominam os valores tonais, o claro escuro, a falta de pormenor, a distância em relação à realidade. Denotam uma preocupação de Eduardo Portugal com a fotografia de autor e mostram-nos as grandes motivações do jovem amador, para ingressar no mundo da fotografia. Este tipo de trabalho coincide com a utilização do negativo de pequeno formato.

O período *documental*, que terá início cerca de 1929 - 1930 e se estende até à década de 1950. Neste período a preocupação estilística é deixado para segundo plano, trocada pelo desejo de mostrar a realidade, de forma tão rigorosa, detalhada e completa quanto possível. O espírito metuculoso e metódico de Eduardo Portugal ajuda-o na intenção de inventariar a realidade portuguesa, com maior atenção ao património e à etnografia. Emerge aqui a sua faceta de colecionador, de estudioso, ávido de inventariar e classificar em estudos completos e definitivos.

No primeiro período, incluem-se os álbuns de paisagens, vistas de rio e mar, crepúsculos, viagens em Portugal (1925 e 1926), viagens pela Europa (Paris e Bruxelas 1927), Londres (1928) e outros álbuns muito pessoais, em que se evidencia o cuidado posto na paginação e acabamentos, na inclusão de uma página para a *Fotografia de Honra*, na preocupação com a forma, a par do cuidado com o conteúdo das imagens. Encontramos uma preocupação quase infantil de apresentar o seu trabalho de forma séria e cuidada.

No segundo período, incluímos os levantamentos de património e arquitectura de Lisboa, como azulejaria, escadinhos, candeeiros, novos bairros e levantamentos dos monumentos dos arredores de Lisboa, em particular de Sintra, com o Palácio da Vila, o Castelo dos Mouros, o Palácio da Pena, Palácio de Seteais e Monserrate, Quinta da Regaleira e também monumentos do resto do País. Ainda neste período encontram-se álbuns com conteúdo etnográfico, sobre trajes populares, feiras de gado, carros de transporte a boi e cavalo, ranchos folclóricos, moinhos de vento, barcos de pesca na Costa da Caparica, lota no Cais do Sodré, feiras e romarias no norte do País.

Numa tentativa de sistematização, apresentamos duas possíveis classificações para os álbuns do espólio Eduardo Portugal:

## **CLASSIFICAÇÃO DOS ÁLBUNS SEGUNDO A SUA PRODUÇÃO:**

### 1. Produzidos por Eduardo Portugal

- a. Com provas fotográficas do autor - 1, 4, 6, 8, 9, 19, 21, 23, 24, 25, 35, 36, 37, 38, 40, 42, 44, 45, 49, 50
- b. Com postais fotomecânicos do autor - 39
- c. Com desenhos do autor - 43

### 2. Reunidos por Eduardo Portugal

- a. Com imagens de vários autores - 5, 10, 11, 12, 26, 46
- b. Com postais ou gravuras de produção comercial - 18, 20, 22, 30, 31, 32, 41, 47

### 3. Álbuns produzidos por outros

- a. Provas fotográficas
- b. Postais

## **CLASSIFICAÇÃO DOS ÁLBUNS SEGUNDO A INTENÇÃO:**

### 1. Expressão Artística

- A. Crepúsculos
- B. Viagens - 6, 21, 42
- C. Outros - 1, 43

### 2. Monografias e Estudos

- A. Cidade de Lisboa - 9, 17, 25, 38, 44
- B. Monumentos do País - 12, 19, 37, 39, 40, 45, 46, 50
- C. Costumes e trajes - 4, 10, 11, 24

### 3. Documentação de Eventos

- A. Lisboa Antiga - 35
- B. Exposição do Mundo Português - 8, 36
- C. Desfiles e festas - 49

## 4. Coleccionismo

- A. Actores de Cinema - 30, 31, 32, 47
- B. Cenas Religiosas - 18, 20
- C. Históricos - 5
- D. Viagens - 41
- E. Outros - 22

### NÚCLEO - NEGATIVOS DE ANTÓNIO NOVAES

Trata-se de uma conjunto de cerca de 800 negativos em nitrato de celulose, da autoria do fotógrafo António Novaes, realizados nos primeiros anos do século XX, mostrando cerimónias oficiais e actividades de lazer do Rei D. Carlos e do Rei D. Manuel II. Este conjunto entrou no Arquivo Fotográfico Municipal, inserido na colecção Eduardo Portugal tendo sido posteriormente destacado para constituir uma colecção autónoma, a colecção António Novaes. Existe uma carta de Novaes para Portugal em que se refere o envio de fotografias. Não sabemos se refere o conjunto de negativos ou apenas uma parte. Esta colecção já foi exposta no Arquivo Fotográfico Municipal, em 1996 e um catálogo com cerca de 100 imagens foi publicado (*António Novaes 1903-1911*. Lisboa: Arquivo Fotográfico Municipal e Assírio & Alvim, 1996). A colecção encontra-se à disposição do público no Arquivo Municipal de Lisboa.

### NÚCLEO - DOCUMENTAÇÃO PESSOAL E ESCRITA

" (...) Porque eu sou do tamanho do que vejo

E não do tamanho da minha altura (...)"

Poemas de Alberto Caeiro VII

Neste universo deparamos com uma grande variedade de documentação, que compreende cartas do autor para vários receptores e vice-versa, rascunhos de cartas, anotações várias em pequenos ou minúsculos papéis, registos de ordem pessoal em agendas e blocos; documentos de cariz biográfico, como diplomas, livros escolares, cartões de identificação; uma vasta colecção de recortes de jornais e revistas nacionais ou internacionais, onde se encontram artigos citando o trabalho do fotógrafo, notícias de participações em exposições, assuntos relacionados com necrologia - participação de falecimentos, missas de aniversário, etc. Existe também um conjunto de folhetos e cartazes de publicidade e propaganda turística, números dispersos de publicações, catálogos de exposições, monografias relacionadas com os temas fotografados e utilizadas na produção de artigos de investigação (apresentados em colóquios no Grupo Amigos de Lisboa). E encontramos ainda outras coisas, como desenhos, maquetas, plantas, envelopes das casas fotográficas, folhetos de equipamento fotográfico, etc.

Perante a diversidade e especificidade desta documentação entendeu-se legítimo constituir séries documentais que respeitassem a organização do autor. Poucos fotógrafos se ocupam dos aspectos arquivísticos, contudo Eduardo Portugal tinha experiência nesta área, do curso na Escola Académica e do seu trabalho no Banco Português e Brasileiro, e dominava as regras elementares do arquivo. Constituíram-se as seguintes séries documentais:

- 01 - Livros de registo de fotografia
- 02 - Catálogos de exposições de Eduardo Portugal
- 03 - Livros de contabilidade
- 04 - Livros de registo de equipamentos
- 05 - Agendas
- 06 - Recortes de jornais, revistas, cartazes e impressos vários
- 07 - Anotações
- 08 - Folhetos de divulgação turística e publicitária
- 09 - Correspondência
- 10 - Diplomas
- 11 - Desenhos e outras composições
- 12 - Plantas e mapas
- 13 - Envelopes de casas fotográficas e equipamento fotográfico

Dentro deste núcleo de documentação pretendemos dar alguma ênfase aos livros de registo de fotografias, onde o autor regista de forma sistemática a sua actividade como fotógrafo.

Encontramos 18 livros de registo, que vão 1925 até 1947 e onde se encontra a informação relativa à produção dos negativos. Em cada página é descrita uma caixa, geralmente de 12 chapas, numeradas de 1 a 12, e também numeradas com o número geral do arquivo (organizado por formato); indica-se ainda a data em que a fotografia foi feita (dia, mês, ano e por vezes a hora), o local e o assunto de cada fotografia, com os nomes das pessoas retratadas, expressões ou posições, tipo de plano, efeitos de luz, moradas das pessoas, defeitos técnicos das fotografias (sub-exposto, fraco, buraco no fole, tremida, etc.). Seriam talvez estes os seus livros de campo, que o acompanhavam nos seus passeios em Lisboa e viagens pelo País.

Todas as reportagens estão anotadas, com códigos pessoais. Assim o formato 10x15 cm é designado pelo número 15 e o 6,5 x 9 é designado por 9. Estes códigos, muito pessoais, de significado enigmático, levaram-nos algum tempo e trabalho a decifrar. Os registos das caixas são também completados com expressões enigmáticas do autor, como cap. 0 ou caixa especial, anotações de visto ou sublinhados a vermelho ou azul, que terão certamente uma

razão de existir. Passados 70 anos, nem sempre são compreensíveis. Uma coisa é certa, toda a informação que se encontra nestes livrinhos pretos, tem uma razão de existir e não é supérflua nem se repete.

Temos cadernos de registo até ao ano de 1950. A leitura das descrições completa a observação dos negativos e oferecem-nos um quadro vivo da produção e do dia a dia do autor. Assim ficamos a saber que o negativo foi fotografado no jantar em casa da Tia Laura, em 29 de Maio de 1927, e que outro resultou do passeio no dia de São Martinho. Um conjunto de retratos resulta do encontro em casa da família Araújo, na Avenida da República 26-R/C, no dia 30 Maio 1926, a Irene é a senhora que está encostada ao piano, sendo que as sequências de retrato foram anotadas com sério, sorrindo, rindo. Temos ainda conhecimento das suas viagens em Portugal e pela Europa, (Paris 1927, Londres 1928) e ficamos a saber que os seus locais favoritos são a Praia das Maçãs, Colares, Azenhas do Mar e os Jerónimos.

Os registos pessoais são mais intensos no início da actividade (década de 1920), tornando-se mais escassos com o decorrer do tempo, para dar lugar a outra informação, de natureza comercial, como nome do cliente, quantidades, preço, etc.

Os registos do levantamento de Lisboa são muitas vezes cruzados com informação de imagens anteriores dos mesmos locais. Por exemplo, ao registar as imagens do caneiro de Alcântara, com números a partir de 4 591 e seguintes (ano 1939), surge-nos o número 1 177, número de outro negativo, feito anos antes no mesmo local. As panorâmicas são igualmente anotadas, com a sequência devidamente registada.

Encontramos também livros de registo de negativos de cópia, feitos a partir de provas de outros autores, albuminas, gravuras, revistas (*Ocidente, Archivo Pictoresco*), litografias, que Eduardo Portugal reproduzia para a edição comercial de postais. Um deles com a temática *Fotografias sobre Lisboa*, apresenta os negativos organizados por temática, com entradas do género Panorâmicas, Ribeira, Igrejas, Conventos, Jardins, Escolas, Bairros, Frontispícios, Plantas Gerais, Pequenos Monumentos, etc. Existem também entradas específicas, como Passeio Público, Castelo de São Jorge, Torre de Belém, Rossio, etc. Entre os autores representados citamos Braunio, autor das gravuras, Rocchini e A. Novaes, fotógrafos.

## NÚCLEO - OBJECTOS PESSOAIS

250

Por último apresentamos este núcleo que compreende objectos de uso quotidiano, carteiras, pastas de arquivo em pele, canetas, réguas e utilitários de câmara escura, como tintas para retoque, pincéis, colas, guilhotina para bordo irregular, frascos, prensas de impressão por contacto, molduras e pequenos acessórios de fotografia, como filtros, tampas etc.

Nos cadernos de registo encontramos a seguinte informação, escrita por Eduardo Portugal,

sobre a aquisição do seu equipamento.

1-11-1923, Câmara *Icurette*, modelo 502, para chapas 6x9 cm, película 6,5x11 cm,

Objectiva *Anastigmática Carl Zeiss*, 1:4,5 f 12.

Adaptador de *film Pack*

11-2-1925, Máquina *Ica Orix* 10x15 cm,

Objectiva anastigmática *Carl Zeiss* 1:4.5 f 16,5

Chassis 10x15 cm.

21-6-1925, Adaptador de *Filmpack*,

*Intermediários 10x15/9x12, Adaptador 6x9 e chassis 6x9 cm*

29-4-1926, Máquina *Enseign Popular reflex*, com lente para retrato,

*Enseign Popular Reflex 82x107, Obje Velos Anast Série II 1:4.5*

Chassis e *film pack*.

1927, Câmara 13x18 cm Hermagis, Chassis e intermediários 9x12 cm, 6x9 cm Prancheta  
suplementar

20-2-1932, Lente Proxar 3/VI

30-5-1940, Lente Proxar 15/VI e 2.5/VI

22-11-1943, Lente Anastigmatic Triplan? 1:6.3 f 13,5 Meyer Goertz

Chassis diversos modelos.

# Comunicar o Arquivo Municipal de Lisboa

---

Luís Pica

As chamadas instituições da memória, nas quais se inserem os Arquivos, têm-se deparado com o desafio acrescido de gerir a mudança originada pela rápida evolução dos meios de acesso *on-line* e pela crescente necessidade de informação dos utilizadores<sup>1</sup>.

Nesse âmbito, a informação disponível no *site* do Arquivo Municipal de Lisboa tem contribuído, em certa medida, para o desenvolvimento de novos canais de partilha entre a instituição e os utilizadores, progressivamente mais exigentes, levando a que se coloque o enfoque em traços mais específicos da informação através da criação de memórias, as quais, qualquer que seja o suporte ou o meio de difusão, têm sido consubstanciadas por uma tarefa operacional, racional e eficiente na selecção, descrição e difusão.

A transversalidade de tais funções obriga a que se faça uma distinção entre as noções de *informação e memória*. Desde logo, “os arquivos constituem a memória de uma organização, qualquer que seja a sociedade, uma colectividade, uma empresa ou uma instituição, com vista a harmonizar o seu funcionamento e a gerir o seu futuro. Eles existem porque há necessidade de uma memória registada, [traduzida na] elaboração e na conservação da memória colectiva”<sup>2</sup>.

Na linha do discurso de Favier, o qual enfatiza que “a memória activa (...) é, antes de tudo, o fundamento dos direitos dos cidadãos”<sup>3</sup>, Maria João Pires de Lima - ao abordar a situação arquivística em Portugal -, refere que: “um país sem arquivos é um país sem memória, sem cultura, sem direitos”<sup>4</sup>.

Do exposto, note-se, antes de mais, que as especificidades dos arquivos residem no facto de estes serem *memória* antes de serem *informação*, isto porque a última - por poder ser, potencialmente, tudo o que nos rodeia - possuirá sempre uma elevada dose de abstracção, ao passo que “os arquivos são práticas de identidade, memória viva, processo cultural indispensável ao funcionamento no presente e no futuro”<sup>5</sup>.

---

<sup>1</sup> BLAIS, Gabrielle; ENNS, David - “From paper archives to people archives: public programming in the management of Archives”. *Archivaria* [Em linha]. 31 (winter 1990-91), p.102. [Consult. Agosto 2007]. Disponível em [www.journals.sfu.ca/archivar/index.php/archivaria/article/viewPDFInterstitial/11723/12672](http://www.journals.sfu.ca/archivar/index.php/archivaria/article/viewPDFInterstitial/11723/12672).

<sup>2</sup> ROBERT, Jean-Claude - “Les rapports entre l'histoire et l'archivistique”. In SYMPOSIUM EN ARCHIVISTIQUE, 1, Montréal, 1990 - *La place de l'archivistique dans la gestion de l'information: perspectives de recherche*. Montreal: Université, 1990. p. 137.

<sup>3</sup> FAVIER, Jean - *Les archives*. Paris: Presses Universitaires de France, 1994. p. 81.

<sup>4</sup> LIMA, Maria João Pires de - “Os arquivistas, a formação, a profissão”. *Cadernos B.A.D.* Lisboa. ISSN 00079421. N.º 1 (1992), p. 26.

<sup>5</sup> MATHIEU, Jacques; CARDIN, Martine - “Jalons pour le positionnement de l'archivistique”. In SYMPOSIUM EN ARCHIVISTIQUE, 1, Montréal, 1990 - *La place de l'archivistique dans la gestion de l'information: perspectives de recherche*. Montreal: Université, 1990. p. 114.

Justamente, a propósito da abstracção contida na noção de informação, pode-se dizer que “*sem a memória não seria possível conceptualizar, não seria possível conhecer e não haveria possibilidade de armazenar informação*”<sup>6</sup>. Mais, o seu tratamento, visa precisamente a criação de “*memórias passíveis de serem utilizadas sempre que houver necessidade de recuperar dados (informação) neles armazenados*”<sup>7</sup>. Tal implica [em termos práticos] “*procedimentos de controlo de informação, de criação de meios de acesso às referidas memórias e de desenvolvimento de dispositivos susceptíveis de accionar meios de acesso, com vista à recuperação da informação armazenada.*” A informação assumida como um elemento transversal à sociedade, necessita ser materializada e capitalizada através da criação de memórias.

O accionamento de novos *meios de acesso* em ambiente de mudança depende das novas Tecnologias de Informação e Comunicação e ligadas a estas encontram-se, desejavelmente, os arquivistas. A inclusão de uma adaptação profissional a uma correcta gestão da informação, muito para além da simples assumpção da existência de um vértice mais dedutivo, baseado na informação, e de outro, mais indutivo, baseado na criação de memórias, tem-se apresentado como condição *sine qua none* para a gestão do negócio do Arquivo Municipal de Lisboa. A tendência, refere Cruz Mundet, assenta numa “*gestão dos Recursos da Informação (...) definida como o conjunto de actividades planificadas e dirigidas numa organização, que tem como resultado uma informação (...) utilizável, acessível, oportuna, segura, integral, económica e exacta*”. O arquivista deverá adaptar-se “*a uma realidade em mudança, na qual as Tecnologias da Informação constituirão (...) uma condição determinante (...) Os utilizadores de uma forma geral e sobretudo os investigadores (...) estão familiarizados com a conectividade, com a capacidade de aceder informações múltiplas e remotas, integradas, compartilhadas e disseminadas. (...) [pelo que] o nosso trabalho se deve caracterizar pela instantaneidade, a descentralização, a colaboração e o intercâmbio da informação, [na medida em que] os destinatários finais esperam respostas ágeis. (...)*”<sup>8</sup>.

---

<sup>6</sup> SILVA, Armando Malheiro da [et al.] - *Arquivística: teoria e prática de uma ciência da informação*. Porto: Afrontamento, 1998. Vol. 1, p. 17. Sendo a informação "qualquer elemento capaz de ser expresso com o auxílio de um código" também "correntemente empregue como sinónimo de dado" (ALVES, Ivone [et al.] - *Dicionário de terminologia arquivística*. Lisboa: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 1993. ISBN 972-565-146-4. p. 57) a memória é o elemento estruturante desse código. Nesses termos poder-se-ia falar em significado e significante, da mesma forma que da 'memória' se pode extrair o colectivo (memória colectiva), da informação poder-se-á obter conhecimento disponível para uso imediato.

<sup>7</sup> A memória e a sua transposição para um suporte, constituiu-se como a espinha dorsal de um valor a jusante: o valor probatório de determinada acção em determinado espaço e tempo. A uma escala mais abrangente, podemos concebê-la uma herança fundada numa memória global (*World Memory, no original*). É essa a visão da UNESCO, sob o Programa RAMP (Records and Archives Management Programme), criado em 1979, pretende que os Estados membros da organização "(...) tomem consciência da sua herança documental (...) preservando-a (...) [e tornando-a] disponível, difundindo-a, o mais possível, a uma vasta audiência, usando [para esse efeito] a tecnologia mais apropriada (...) tal como os CD-ROM, websites, álbuns, livros, postais (...)". Texto extraído do Portal da UNESCO, disponível em [www: http://portal.unesco.org/ci/en/ev.phpURL\\_ID=1505&URL\\_DO=DO\\_TOPIC&URL\\_SECTION=201.html](http://portal.unesco.org/ci/en/ev.phpURL_ID=1505&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html)

<sup>8</sup> RAMON CRUZ, José Mundet - "Passado y futuro de la profesión de archivero". *Biblio*. N° 12 (Abril-Junho 2002), p. 1-9. [Consult. Agosto 2007]. Disponível em [www: www.eprints.rclis.org/archive/00002356/01/A12-02.pdf](http://www.eprints.rclis.org/archive/00002356/01/A12-02.pdf)

O papel dos *profissionais da informação*<sup>9</sup>, fruto das novas plataformas de acção e intercâmbio que se vão edificando, passa por uma atitude de mudança face à crescente multidisciplinaridade da arquivística. No nosso país, o Código de Ética para os Profissionais da Informação<sup>10</sup> especifica, aliás, num âmbito muito estruturante, a amplitude desse papel. No título *Liberdade Intelectual* afirma-se que:

*“Os profissionais da informação em Portugal assumem as seguintes responsabilidades: facilitar o acesso dos utilizadores dos serviços de informação a todo o género de informações publicadas sob qualquer suporte; (...) equilibrando a oferta e a procura, (...) a diversidade de assuntos e (...) efectuar o tratamento de toda a informação de forma a facilitar o acesso à mesma.”*

A definição de uma política de informação apresenta-se, assim, como um elemento crucial ao nível da sua gestão, na medida em que “gerir a informação é saber seleccionar a mais relevante de forma a (...) construir a estrutura e o design” do repositório<sup>11</sup>.

As vantagens de tal abordagem são por demais evidentes. De uma forma geral, trata-se de dotar os arquivistas de melhores ferramentas de modo a fazer face à crescente massa de informação, “agilizando a gestão material dos arquivos e a gestão intelectual”. Permite, ao mesmo tempo, a evolução entre determinados conceitos transversais aos arquivos, isto é, a dicotomia entre os suportes 'tradicionais' e os digitais, sendo que, este último aspecto tem produzido uma concepção mais abrangente e integradora do vastíssimo campo de informação que a Câmara Municipal de Lisboa e o Arquivo Municipal, por acréscimo, integram.

## ARQUIVO VIRTUAL EM AMBIENTE DE MUDANÇA

É sob este ambiente de mudança que o surgimento e a consolidação do *site* do Arquivo Municipal de Lisboa provoca um conjunto de positivas alterações, quer ao nível das relações do Arquivo com o meio envolvente - avaliados em termos da eficácia, quer ao nível dos impactos internos na instituição - analisados em termos da eficiência<sup>12</sup>. A oferta deste

---

<sup>9</sup> GAGNON-ARGUIN, Louise - "Os arquivos, os arquivistas e a arquivística". In ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol - *Os fundamentos da disciplina arquivística*. Lisboa: Dom Quixote, 1998. ISBN 972-20-1428-5. p. 73.

<sup>10</sup> Adoptado a 25 de Junho de 1999 pela Associação Portuguesa de Documentação e Informação na Saúde (APDIS), Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas (BAD) e a Associação Portuguesa para o Desenvolvimento da Informação Científica e Técnica (INCITE).

<sup>11</sup> ZORRINHO, C. - *Gestão da informação: condição para vencer*. Lisboa: IAPMEI, 1995. ISBN 972-9205-87-6. p. 146.

<sup>12</sup> Actualmente, face à emergência das Novas Tecnologias da Comunicação e da Informação, são cada vez mais debatidas as *novas formas de acesso* à informação. Damos aqui conta de uma dessas acções, na qual o Arquivo Municipal de Lisboa se apresentou como entidade organizadora e participante, inserida no âmbito do *Projecto Bring to Light the Value of Cultural Heritage*, denominada *A difusão do Património Cultural Local e as Novas Formas de Acesso*, realizada em 15 de Dezembro de 2006 na Biblioteca Municipal Orlando Ribeiro onde foi apresentado o projecto *RevelarLx - Espaço e Tempo em Lisboa e Os conteúdos do Arquivo Municipal na Net* e realizada uma mesa redonda sob o tema, *A Web como Veículo de Difusão do Património Local*, com a participação da Câmara Municipal de Loures, o Arquivo Municipal de Mafra, o Ecomuseu Municipal do Seixal e a Câmara Municipal de Lisboa

serviço alternativo representa um estímulo para que os utilizadores do Arquivo Municipal de Lisboa o procurem com expectativas acrescidas.

Em termos qualitativos, a informação disponibilizada *on-line* tem-se apresentado como um recurso valioso, capaz de provocar repercussões em todos os níveis da estrutura organizacional do Arquivo Municipal de Lisboa:

- 1) Ao nível estratégico, influenciando o aumento da coerência entre a organização e o meio envolvente, aumentando, dessa forma, a eficácia em termos de cumprimento da sua missão.
- 2) Ao nível das relações da organização com o meio externo o *site* tem permitido ao Arquivo oferecer uma vantagem competitiva, através de elementos de valor acrescentado cujo efeito será a fidelização dos utilizadores/clientes.

As principais características do *site* centram-se num sistema para consulta *on-line* de documentação e acesso a informação relativa a:

- Actividades desenvolvidas
- Caracterização dos serviços
- Condições de acesso
- Divulgação de eventos
- Catálogos de publicações disponíveis para venda

O acesso à Informação inclui, igualmente, informação de todas as bases de dados em produção nos diversos pólos do Arquivo Municipal, disponível nas operações de pesquisa *on-line*, a qual inclui um serviço de pedidos de consulta e reprodução de documentos *on-line*, bem como o pedido interno de requisições (fig. 1).



Figura 1 Ecrã da Pesquisa Simples na Sala de Leitura do *site*

A principal repercussão da implementação deste serviço tem assentado num efeito de “*desintermediação*”<sup>13</sup>, que, na prática, se traduz numa “*redução do número de intermediários dentro de um circuito de distribuição*”<sup>14</sup>.

<sup>13</sup> NOGUEIRA, Marta - “*A utilização das tecnologias da informação e comunicação na concretização e desenvolvimento de projectos de difusão do património documental: as exposições*”. [Em linha]. México: Universidade Nacional Autónoma, 2006. [Consult. Outubro 2007]. Disponível em [www: http://www.inforosocial.net/fsidyb2006/article.php3?id\\_article=55](http://www.inforosocial.net/fsidyb2006/article.php3?id_article=55).

<sup>14</sup> Definição extraída do site [definitions-marketing.com](http://www.definitions-marketing.com). [Consult. Outubro 2007]. Disponível em [www: http://www.definitions-marketing.com/popup.php3?id\\_article=968](http://www.definitions-marketing.com/popup.php3?id_article=968).

O seguinte quadro inclui dados estatísticos integrais sobre o tráfego dos utilizadores internos e externos do *site* desde Maio de 2005 a Agosto 2007.

Mês	Visitantes únicos	Número de visitas	Páginas	Hits	Bytes
Maio a Dezembro de 2005	8,980	11,880	448,552	1,075.836	14.59GB
Janeiro a Dezembro de 2006	82.912	143.143	6.560,550	1,167.617	236.77GB
Janeiro a Agosto de 2007	58.457	116.989	5,998.083	1,245.415	147.84GB
<b>Total</b>	<b>150,349</b>	<b>272,012</b>	<b>13,007.185</b>	<b>13,488.868</b>	<b>399.2GB</b>

Figura 2. Dados gerais sobre o tráfego no site

Considerando-se os últimos doze meses (de Agosto de 2006 a Agosto de 2007), isolaram-se o número de páginas visitadas pelos utilizadores internos do Arquivo Intermédio e Histórico (Bairro da Liberdade), Fotográfico e Arco do Cego<sup>15</sup>. Os valores totais são, de alguma forma, expressivos, uma vez que, no total, se supera o meio milhão de páginas acedidas. O valor mais elevado diz respeito ao Arquivo Fotográfico, o qual disponibiliza um volume considerável de imagens para pesquisa.

Arquivo	Páginas visitadas
Intermédio e Histórico	257,517
Fotográfico	268,115
Arco do Cego	32,188
<b>Total</b>	<b>557,820</b>

Fonte: awstats (arquivomunicipal.cm-lisboa.pt)

Figura 3 Páginas visitadas (utilizadores internos)

Outro dado relevante centra-se ao nível das intenções da pesquisa dos utilizadores do *site*, verificável através de uma lista das frases de pesquisa mais utilizadas<sup>16</sup> (fig. 4).

<sup>15</sup> Cada uma destas entidades possui um IP distinto em cada um dos postos de pesquisa.

<sup>16</sup> Apresentam-se os dados mais recentes disponíveis, referentes a Setembro de 2007.

Frases de pesquisa	Percent.
arquivo municipal	10.1%
arquivo municipal de Lisboa	8%
arquivo fotográfico	7.2%
arquivo fotográfico Lisboa	6.2%
arquivo fotográfico de Lisboa	5.9%
Acondicionamento	2.2%
Câmara municipal de Lisboa	2.2%
Outras frases	57.6%

Fonte: awstats (arquivomunicipal.cm-lisboa.pt)

Figura 4 Principais frases de pesquisa

Por fim, através da apresentação da duração das visitas ao *site* do Arquivo Municipal de Lisboa (fig. 5) constata-se que a grande maioria compreende um período muito curto, o que poderá, em parte, estar associado ao facto de os dados em questão contabilizarem também os utilizadores internos, naturalmente com hábitos de pesquisa e necessidades de informação diferentes dos demais utilizadores.

Duração das visitas	Percent.
0s-30s	55,2%
30s-2mn	7,6%
2mn-5mn	6,4%
5mn-15mn	8,8%
15mn-30mn	5,9%
30mn-1h	8%
1h+	7,3%
Desconhecido	0,5%

Fonte: awstats (arquivomunicipal.cm-lisboa.pt)

Figura 5 Duração das visitas ao site

É de referir que o *ratio* dos dados estatísticos apresentados será tanto maior quanto mais ampla for a diferenciação da oferta dos conteúdos. Seria de todo o interesse, nesse caso, aliar as vantagens dos princípios subjacentes à utilização dos meios de difusão tradicionais, como as exposições temporárias, aos novos meios de difusão virtual.

## OS MEIOS TELEMÁTICOS DE DIFUSÃO: AS EXPOSIÇÕES VIRTUAIS

Na verdade, as exposições realizadas pelo Arquivo Municipal de Lisboa, têm provado ser um meio eficaz na difusão de conteúdos, na medida em que permitem mostrar os seus conjuntos documentais, garantindo, por acréscimo, a valorização da sua função social como

veículo facilitador do conhecimento. As exposições têm sido mais um elemento de aproximação dos cidadãos ao Arquivo, fazendo com que a imagem tradicional de espaço destinado a um grupo restrito de investigadores se venha a alterar. Nessa óptica, as exposições temporárias assumem-se como uma prática cada vez mais frequente entre os Arquivos<sup>17</sup>, através da visita de grupos universitários ou escolares, apresentando documentos ilustrativos da história nacional ou regional, inseridos nos programas de ensino curriculares. Prática visível dessas actividades é, a título exemplificativo, os serviços educativos. O presente, porém, está também ligado aos meios telemáticos de difusão de conteúdos, que, em concomitância com os presenciais, concorrerão para a difusão do património documental da cidade de Lisboa. A abordagem baseia-se na integração de todos os elementos à disposição da organização, ou seja, deve-se continuar a aceitar que o “*equipamento Arquivo tem hoje possibilidade de dispor de uma infinidade de fórmulas e formas para, servindo a documentação que possui, dar a conhecer à comunidade em que está inserido o conjunto orgânico de espécies documentais com ela relacionadas, referindo-se aos mais variados aspectos da sua vida, da sua história e da sua actividade*”<sup>18</sup>.

As exposições virtuais revelam ser um meio de difusão eficaz, dado que a sua disponibilização passa a ser global e facilmente acessível. Estabelecem uma relação diferente entre o público e os conteúdos, possibilitando-lhes um alcance que vai muito para além da página de *Internet*. Fornecem, também, um elemento de rentabilização dos meios, nomeadamente ao nível do espaço físico<sup>19</sup>.

As exposições virtuais, para além do seu conteúdo e objectivos, possuem um desenho que integra as componentes de velocidade, primeira impressão, facilidade de navegação, uso de gráficos, som e vídeo, actualização e informação complementar<sup>20</sup>. No conjunto, existiria uma imagem de maior dinamismo através do uso de mais um meio alternativo de intercâmbio com os utilizadores do Arquivo<sup>21</sup>, cuja monitorização estatística dos seus perfis se poderia centrar num tipo de abordagem emergente<sup>22</sup>, isto é, um tipo de abordagem centrada no utilizador.

---

<sup>17</sup> Grupos de trabalho do Conselho Internacional dos Arquivos através de uma compilação de estudos no âmbito do Programa de Gestão de Documentos de Arquivo da UNESCO (RAMP) revela a opinião geral na Europa de que os Arquivos devem organizar e realizar exposições. WALNE, Peter - *Techniques modernes d'administration des archives et de gestion des documents: recueil de textes*. Paris : Organisation des Nations Unies pour l'éducation, la science et la culture, 1985.

<sup>18</sup> SOUSA, Isabel - "Bibliotecas e Arquivos Municipais: convergências e divergências". In ENCONTRO NACIONAL DE ARQUIVOS MUNICIPAIS, 2, Montemor-o-Novo 1992. Lisboa: APBAD, 1992. p. 217.

<sup>19</sup> Ver a título exemplificativo as exposições virtuais do The National Archives, disponíveis em WWW: [http://www.nationalarchives.gov.uk/exhibitions/exhibitionlist\\_name.htm](http://www.nationalarchives.gov.uk/exhibitions/exhibitionlist_name.htm) [consult. em Setembro de 2007]

<sup>20</sup> Vid. MONFORT, César Carreras - *Museos y Internet: una nueva frontera por descubrir* [Em linha]. [S.l.: s.n., 200-]. p.3-4. [Consult. Novembro 2006]. Disponível em [www: http://oliba.uoc.edu/oliba/publicacions/2000\\_tecnoart.pdf](http://oliba.uoc.edu/oliba/publicacions/2000_tecnoart.pdf).

<sup>21</sup> NOGUEIRA, Marta, *Op. cit.*

<sup>22</sup> SÁ, Ivone Pereira de; SANTOS, Paula Xavier dos - "A face oculta da interface: serviços de informação arquivística na Web centrados no usuário". In CONGRESSO MUNDIAL DE INFORMAÇÃO EM SAÚDE E BIBLIOTECAS, 9, Salvador Bahia, Brasil, 2005 - *Compromisso com a equidade* [Em linha]. [S.l.: s.n., 200-]. [Consult. Novembro 2006]. Disponível em [www: http://www.icml9.org/program/track10/public/documents/Ivone%20Sa-153241.doc](http://www.icml9.org/program/track10/public/documents/Ivone%20Sa-153241.doc).

Tendo por base os dados relativos à tipologia de leitores incluídos no recente Módulo de Estatísticas, compreendendo os pedidos de reprodução e reservas para consulta de documentação do mês de Setembro das salas Arco do Cego, Arquivo Fotográfico, Arquivo Histórico, sala de leitura e gestão de processos do Arquivo Intermédio, os resultados evidenciam a importância que a temática *Arquitectura e Urbanismo* assume nas pesquisas diárias (fig. 6). Em complemento, a tipificação por faixa etária permite aferir, para lá da área de interesse, que tipo de utilizador que está mais receptivo aos serviços disponibilizados *on-line* (fig. 7). Verifica-se a forte predominância de um grupo etário jovem, entre os 26 - 35 anos (29.2%), não muito afastado do somatório dos restantes grupos etários, cerca de 42.3%.

Área de investigação	Meses
	Janeiro a Outubro de 2007
Arquitectura e Urbanismo	42.1%
Ciências Documentais	1.5%
Ciências Sociais e Humanas	1.2%
Conservação e Restauro	3.7%
Fotografia	1.3%
História	3.6%
História de Arte	1.2%
Jornalismo	0.3%
Legislação	0.3%
Notariado	0
Olisipografia	1.8%
Outra	5.4%
Processos de Secretaria	1%
Recenseamento Eleitoral	0
Recursos Humanos	0
Transportes	0.9%
Não responde	35%

Figura 6- Tipologia de leitores por área de investigação

Atributos	Meses
Grupo etário	Janeiro/2007 Out/2007
18-25 anos	10.8%
26-35 anos	29.2%
36-45 anos	13.1%
46-55 anos	10.5%
56-65 anos	6.1%
Mais de 65 anos	1.8%
Não responde	28.3%

Figura 7 Tipologia de leitores por grupo etário

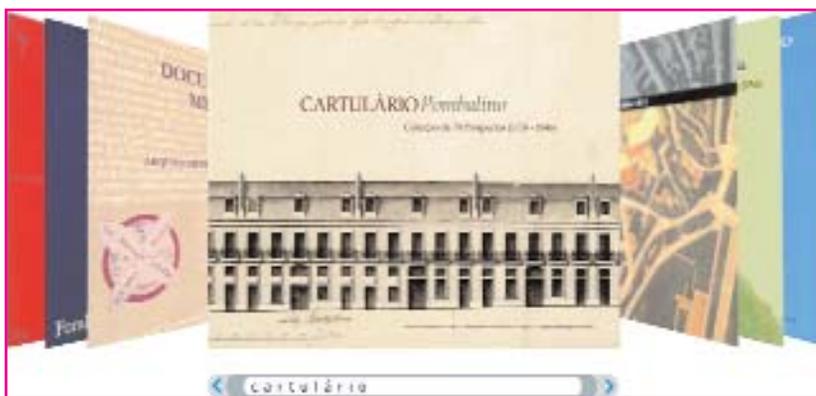
## HIPÓTESE DE INTEGRAÇÃO DO NOVO MEIO DE DIFUSÃO ONLINE

Os dados sugerem uma aposta num trajecto pautado pelo dinamismo, levando a que o novo espaço de acolhimento da exposição virtual tivesse de observar certas regras de usabilidade, termo que sugere “*funcionalidade, facilidade no uso*”<sup>23</sup>, sinónimo, igualmente, de “*maior flexibilidade e de maior interação*”, nomeadamente através da aprendizagem e a eficiência no uso<sup>24</sup>. Os *sites* culturais de referência, nacionais e estrangeiros apresentam os conteúdos temáticos, grosso modo, através de dois esquemas: imagens estáticas na página de abertura, que vão mudando à medida que se incluem periodicamente novos conteúdos. Tal implica que os conteúdos apresentados anteriormente 'percam' a imagem de apresentação que lhes estava associada, passando o acesso a ser feito através de um mero *link* de texto ou através da associação de uma pequena imagem (no formato *thumbnail*) numa outra página secundária.

O segundo esquema observado traduz-se numa *interface* mais interactiva, a qual assume a forma de uma barra cronológica, subdividindo-se, por exemplo, em assuntos ou temas. Este esquema, visivelmente mais apelativo e dinâmico, possui a vantagem de poder ser *alimentado* ininterruptamente. Uma boa arquitectura da *interface* ajuda os *sites* a manter alguma estabilidade ao nível estético e ao nível da já referida usabilidade. Este ponto é de extrema importância uma vez que a fidelização dos utilizadores deste tipo de serviço passará, em grande medida, por algum grau de previsibilidade no uso.

<sup>23</sup> Texto extraído do *site* da empresa Seara.com [Consult. em Outubro de 2006]. Disponível em [www.seara.com](http://www.seara.com)

<sup>24</sup> HAMMILL, Sarah J., *Op. cit.*



Uma hipótese alternativa poder-se-ia basear num esquema de apresentação por *slides*, capaz de aliar a fixidez da apresentação periódica de uma imagem de elevado valor informativo à flexibilidade da opção de uma pesquisa de vários assuntos por indexação, qualquer que seja o seu âmbito cronológico. (fig. 8)

Através da página de abertura do *site* visualizar-se-ia o *slide*, correspondente ao documento e/ou evento em destaque. Para se aceder ao conteúdo, à exposição, evento ou documento, bastaria seleccioná-lo. Poder-se-ia, em adição, usar os comandos avanço/retrocesso situados nas extremidades da barra de pesquisa.

A inclusão de uma caixa de texto para pesquisa permitiria encontrar o *slide* pretendido através da indexação do assunto às exposições, eventos ou documentos disponíveis e previamente descritos.



Figura 9 Exemplo de um *layout* de uma exposição temática

O espaço da exposição no ecrã dividir-se-ia em duas partes distintas: a primeira, mais pequena e à direita, dedicada à descrição/caracterização do conteúdo; a segunda, maior e central, será ocupada com as respectivas imagens<sup>25</sup> (fig.9).

Sob a premissa de que os Arquivos devem recorrer a várias formas de difusão, a disponibilização de exposições virtuais possibilita a criação de novos espaços de partilha do

conhecimento, aberto a qualquer indivíduo, disponível em qualquer dia da semana, acessível em qualquer parte do mundo, pensado na satisfação de necessidades informativas concretas dos utilizadores do Arquivo Municipal de Lisboa.

A interactividade e o automatismo que o fenómeno da *Internet* fornece, obrigam a que se trilha o caminho da diferenciação e especialização na oferta dos conteúdos e dos públicos-alvo<sup>26</sup>. Em primeiro lugar, apostando-se numa selecção cuidada da informação a disponibilizar. Em segundo lugar, através da contínua exploração das potencialidades do *site*. A difusão selectiva contribuirá, progressivamente, para uma publicitação do próprio valor informativo dos documentos, aumentando, por inerência, a presença social do Arquivo Municipal de Lisboa.

<sup>25</sup> A inclusão de restrições à impressão, bem como a adaptação dos formatos das imagens à *interface*, mediante as normas de controlo de qualidade em vigor, teriam de ser observadas.

<sup>26</sup> SHENTON, Caroline - Archival Web Sites: A guide to creating, marketing and maintaining a web site for archive services. *Society of archivists: best practice guideline* [Em linha] 7 (2002), p. 16. [Consult. Outubro 2007]. Disponível em [www: http://www.archives.org.uk/publications/bestpracticeguidelines.html](http://www.archives.org.uk/publications/bestpracticeguidelines.html).



O Serviço Educativo no Arquivo  
Municipal de Lisboa/Arquivo  
Fotográfico

---

Paula Figueiredo

## INTRODUÇÃO

Num período de reflexão sobre a educação da criança e do adolescente, no qual se discutem modos inovadores no que concerne à sua plena integração social - salientando a intervenção cívica e reforçando o papel da criatividade na resposta a novos desafios - as instituições culturais ganham maior protagonismo numa relação estreita com os estabelecimentos de ensino e com a família. Numa tentativa de munir os participantes nas actividades de informação cultural com elementos capazes de enriquecerem as suas interações ao longo do seu crescimento, as instituições preocupam-se em oferecer momentos de interacção alternativos ao programa oficial de ensino que, deste modo, complementam a educação e a integração social dos novos membros da sociedade.

Assim, é oportuno referir o papel de um Serviço Educativo num Arquivo Municipal. É certo que por um lado, responde às necessidades de fomentar novos utilizadores e de revitalização dos serviços. Todavia, por outro, representa inúmeros desafios na gestão quotidiana de um Arquivo, como sejam, a divulgação frequente, a intervenção no ritmo do trabalho diário - com a presença de grupos, por vezes numerosos, de crianças impacientes e dinâmicas - e um esforço financeiro para custear o desenvolvimento de actividades, os suportes de divulgação e os materiais de oferta.

## 1. O INÍCIO

O Serviço Educativo, do Arquivo Municipal de Lisboa (AML) / Arquivo Fotográfico (AF), foi implementado no ano de 2003, acompanhando a tendência, já com alguma tradição, das instituições culturais apresentarem programas lúdico-pedagógicos para grupos escolares, famílias, grupos de reformados e de pessoas com necessidades especiais.

Na fase de preparação e recolha de informações, a equipa do Serviço Educativo preocupou-se em obter elementos junto de instituições de referência (Centro Cultural de Belém, Culturgest, Fundação Calouste Gulbenkian) sobre os seus métodos de trabalho, bem como junto dos agentes educativos que com as escolas trabalham todos os dias. No quadro dos agentes educativos, os funcionários municipais do Departamento de Educação e Juventude (CML) desempenharam um papel crucial na preparação do trabalho de campo e os colaboradores do Ministério da Educação constituíram o elo chave na recolha de informações para a elaboração de uma *mailing list* do Serviço Educativo, com a indicação de todos os contactos dos estabelecimentos de ensino<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> No primeiro ano de trabalho foi pedida a lista das escolas da cidade de Lisboa, do 1º ciclo ao ensino secundário e no segundo ano, a lista das escolas da Grande Lisboa, incluindo Oeiras, Cascais, Amadora, Sintra, Vila Franca de Xira, Loures, Setúbal, Seixal e Almada. Assim, a informação chegou a locais mais distantes tendo havido solicitações de visitas de escolas e Câmaras Municipais (Sintra e Vila Franca de Xira) ao Arquivo Fotográfico.

As actividades do Serviço Educativo iniciaram-se enquadradas num evento que marcou a estratégia de trabalho do Arquivo Fotográfico, a 1ª. Edição da *LisboaPhoto* (2003). Aproveitando a visibilidade pública e o entusiasmo desencadeado no âmbito desta iniciativa, a Instituição apresentou a estrutura do seu Serviço Educativo, dando início ao trabalho com um projecto experimental no Verão de 2003. A acção decorreu nos meses de Junho e Julho e contou com a presença de grupos de crianças de freguesias da cidade de Lisboa, com idades compreendidas entre os 6 e os 12 anos. Tratou-se de uma actividade realizada num laboratório de fotografia e apesar do espaço não estar adaptado às crianças, a equipa preparou-o previamente de modo a acolher grupos numerosos que experimentaram o fotograma como primeira abordagem ao laboratório de fotografia, fazendo imagens das suas mãos. Como tiveram a oportunidade de fazer uma experiência diferente, bem como levar consigo a imagem realizada, a actividade tornou-se surpreendente para as crianças que nela participaram.

Esta primeira fase do projecto serviu para aferir a metodologia de trabalho. Assim, apercebemo-nos que o laboratório não era o espaço indicado para realizar actividades com crianças<sup>2</sup> e as mesmas foram mantidas apenas para as famílias, aos Sábados (atelier *Fotografia em Família*), pois não interferiam com o funcionamento regular dos laboratórios. Para local de trabalho, onde realizámos as actividades, adoptámos as salas de exposição, a sala de leitura e os espaços de passagem (corredores, recepção e bar). Este primeiro momento, ainda que experimental, foi crucial para concretizarmos o projecto educativo no ano lectivo seguinte (2003/2004).

O contributo de vários funcionários do AML foi igualmente determinante para estruturar o projecto. Por um lado, a intervenção das várias áreas de formação (História, Arquivo, Conservação e Preservação de Fotografia, Design, Fotografia e Filosofia) a par da experiência pedagógica de alguns elementos e, por outro, a vontade de concretizar acções educativas por uma equipa que contou com a presença de funcionários que diariamente acumulavam outras tarefas, configurou o cenário ideal para um trabalho que exige entusiasmo e dedicação. Assim sendo, tem sido uma vontade férrea da equipa manter este projecto que valida anualmente o plano de actividades, a sua divulgação, a gestão de materiais para a execução das acções e a realização das mesmas.

## 2. UM OLHAR SOBRE A EXPERIÊNCIA DO SERVIÇO EDUCATIVO NO ARQUIVO MUNICIPAL DE LISBOA/ARQUIVO FOTOGRÁFICO (2003-2007)

Embora as actividades pedagógicas de um Serviço Educativo exijam uma avaliação contínua, é sabido que também servem sempre de marcos no percurso de trabalho com o público, habitualmente volátil, que exige uma actualização e uma criatividade constante.

---

<sup>2</sup> Durante as sessões, verificámos que o espaço era diminuto, que as bancadas não estavam à altura certa e que o equipamento era demasiado complexo, para além da actividade perturbar o normal funcionamento do laboratório, habitualmente ocupado com a realização das tarefas dos fotógrafos. Idealmente, deveríamos ter um espaço preparado para esta faixa etária.

Porventura, a apresentação de casos estudados pouco acrescentará às acções educativas futuras, mas sintetiza momentos que assinalam os métodos de trabalho e as dificuldades subjacentes.

Deste modo, uma reflexão sobre a intervenção de um Serviço Educativo numa Instituição como o Arquivo Municipal de Lisboa, mais do que apresentar as actividades educativas, maioritariamente desenvolvidas com crianças de "tenra idade" (pré-escolar e 1º ciclo), salienta um trabalho com o público vindouro, tendencialmente mais interactivo, exigente e diversificado, numa relação de compromisso que acresce responsabilidade na resposta dada pela Instituição.

## 2.1. METODOLOGIA E EQUIPA

Desde o início que prevaleceu a vontade de criar acções para um público diversificado. Os grupos escolares estiveram à partida "na mira" do trabalho educativo, mas nunca ficaram esquecidos os grupos seniores (pessoas reformadas organizadas em associações e instituições culturais), nem os grupos com necessidades especiais. Para o primeiro tipo de grupo, realizámos visitas guiadas às exposições e pesquisas na base de imagens do Arquivo. Para os restantes, actividades esporádicas e visitas às exposições adaptadas às suas exigências<sup>3</sup>.

A primeira experiência de trabalho (mencionada anteriormente) permitiu construir a metodologia que configurou o projecto do Serviço Educativo até 2005. Neste ano foi levada a cabo uma redefinição da metodologia a nível do horário de realização das actividades, sendo que, paralelamente, o seu tema deixou de ser o da exposição patente ao público. Neste período de redefinição metodológica, a fase de concepção das acções assumiu-se como o primeiro passo e contemplou sempre uma sessão experimental bem como a sua divulgação atempada das actividades. Procedeu-se, ainda, numa segunda fase à formação da equipa, à distribuição do trabalho e à elaboração de um mapa de marcações para, finalmente, concluirmos o ciclo com a realização das actividades. Assim, previu-se uma visita à sala de leitura, para conhecer o acervo, uma visita à exposição e uma actividade lúdico-pedagógica, que recuperava o tema da exposição ou da pesquisa na sala de leitura para construir uma imagem que as crianças poderiam levar consigo. Este programa tripartido possibilitava a rotatividade de pequenos grupos, permitindo a interacção com grupos numerosos (cerca de 45 crianças) e não impedindo a qualidade da actividade. Uma solução fulcral enquanto resposta ao exíguo

---

<sup>3</sup> Apesar de não existirem técnicos com preparação específica para receber pessoas com necessidades especiais (o que deveria ser ponderado numa formação futura), a equipa deu resposta às solicitações de visitas para este tipo de grupo, com a colaboração do Nuno Gonçalo Almeida (Arquivo Fotográfico) para os grupos com deficiência auditiva (*Uma Cidade de Futebol*) e a participação de Helena Pires (Arquivo do Arco do Cego) na revisão dos textos em *braille*, para a exposição *Imagine Conceptuale* (2004) preparada para pessoas com deficiência visual. Nos casos de outras necessidades especiais (deficientes mentais, deficientes físicos e grupos de integração psicossocial), estabeleceu-se um diálogo prévio com os responsáveis pelos grupos, informando das condições dos acessos e preparando em conjunto a actividade solicitada ou a visita guiada.

espaço de trabalho do Arquivo Fotográfico, que não dispõe de sala reservada às actividades do Serviço Educativo, sendo que todos os momentos são desenvolvidos na sala de leitura, sala de exposições, bar e corredores.

Desde o início que foram incluídos materiais gráficos de divulgação e de oferta. Para a divulgação foi usado um desdobrável que apresentava o Serviço Educativo, destinado ao público infantil. Quanto aos materiais de oferta, foram distribuídos uma capa do Serviço Educativo, um cartão para encaixar a fotografia tirada durante a sessão e um jogo (dominó em cartão com imagens antigas existentes na base de dados do Arquivo Fotográfico).

Este primeiro período de trabalho permitiu avaliar a constituição da equipa. Por dificuldades em constituir uma equipa nuclear, dedicada em exclusivo ao Serviço Educativo, optou-se por um grupo multifacetado, com formações e experiências profissionais distintas<sup>4</sup>.

Para a concretização de determinados eventos, tendo sido os mais recentes a *Futurália* (FIL) e o *Dia do Arquivo* (integrado na *Lisboa, Cidade do Livro*)<sup>5</sup>, o Serviço Educativo previu a participação de outros funcionários. Por vezes também colaboram em iniciativas comemorativas,

como foi o caso do Dia da Criança em 2006, que mobilizou a equipa do Arquivo Fotográfico, ficando a instituição reservada à actividade para os grupos de alunos do 1º ciclo. Não obstante, os funcionários dos sectores da conservação e fotografia e a sala de leitura podem disponibilizar informações sobre o seu trabalho aos grupos de visitantes que por lá passam.

Na verdade, o trabalho tem uma articulação plural e multifacetada numa fusão de contributos pessoais que



Actividade "Sopro de Vento", Dia da Criança, 2006

<sup>4</sup> Actualmente, a equipa é formada pelos seguintes elementos: Alexandra Nunes - Assistente Administrativa, a seu cargo a marcação das visitas, o fornecimento de informações, a preparação de materiais de apoio à realização das actividades e visitas e apoio às respectivas actividades; Ana Brites - Técnica Profissional de Arquivo, a seu cargo a realização das actividades no AML e preparação de eventos como a Lisboa, Cidade do Livro; Ana Lucas - Técnica Superior de Relações Públicas, a seu cargo o *mailing* da rede escolar da Grande Lisboa, instituições e particulares interessados no Serviço Educativo e respectivo envio de informações; Ana Paula Moita - Técnica Superior de História e professora de História no 2º e 3º ciclos, a seu cargo a preparação e realização das actividades no AML para todos os públicos; Filipa Ferreira - Técnica Superior de História, a seu cargo a preparação dos novos projectos do Serviço Educativo do AML e a realização das actividades; Joana Pinheiro - Técnica Superior de Design, a seu cargo a concepção dos materiais de divulgação e jogos didácticos, Marília Afonso Lopes - Técnica Superior de Design e professora de Expressão Plástica no 1º ciclo, ilustradora e autora das mascotes do serviço educativo, a seu cargo a concepção de todos os materiais de divulgação e oferta; Paula Figueiredo - Técnica Superior de Filosofia, Mestre em Comunicação, Cultura e Tecnologias da Informação, a seu cargo a coordenação do Serviço Educativo do AF (concepção dos programas educativos, realização das actividades, elaboração dos textos de divulgação, acompanhamento de projectos, orientação de estágios, preparação de conferências e *workshops* e investigação); e Vitória Pinheiro - Técnica Superior de História, a seu cargo o *site* do Arquivo Municipal de Lisboa, o jornal Kivo, a realização das actividades e a formação interna dos funcionários.

<sup>5</sup> Abril e Maio de 2007, respectivamente.

revitalizam o projecto educativo. Apesar de não ter uma equipa residente, o Serviço Educativo conta com a participação de todos os elementos da instituição, provando que perante as dificuldades de concretizar um trabalho em exclusivo se reúnem as condições para acolher os grupos de visitantes numa resposta exigente. Assim, não se realiza um Serviço Educativo parcelar mas abrangente, coordenado por poucos elementos que direccionam a sua vocação no sentido do contributo plural e oferecem ao público acções educativas ímpares com a intenção de divulgar o espólio do AML/AF.

Durante este período de trabalho também houve colaborações externas relevantes que avivaram com novas propostas as actividades, como o exemplo da colaboração de Sara Rodrigues (Departamento de Acção Social/CML) e dos fotógrafos do MEF (Movimento de Expressão Fotográfica) na exposição *Uma Cidade de Futebol* (2004), na qual construíram uma bola em *origami*, com um grupo de alunos do 3º ciclo. Aliás, nesta exposição foi possível atrair um número considerável de público - comparativamente ao ano anterior, no período da exposição, superámos a média mensal em mais de 50% - sendo um dos casos sujeitos a estudo neste texto.

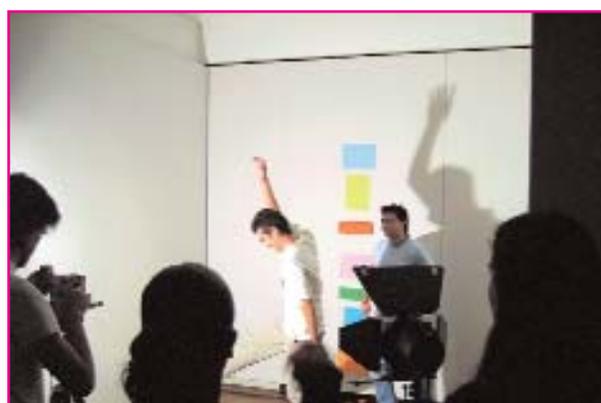
Em 2006, o estagiário Tiago Marques (Instituto Politécnico de Tomar) permitiu a realização de um *workshop* inédito - *Photofinish* - que foi o resultado do seu projecto final de licenciatura em fotografia. O *workshop* foi dirigido a dois grupos do ensino secundário (área de audiovisuais).

Para além desta actividade, o estagiário também participou na exposição *Mostra de Trabalhos do Serviço Educativo 2003-2006* (inaugurada no Dia da Criança)

A dinâmica conseguida com as diversas colaborações mencionadas tem revitalizado o Serviço Educativo numa constante renovação de propostas de trabalho. Se, por um lado, é fundamental estruturar um programa fixo com actividades que se repetem de modo a fixar uma plataforma de trabalho, por outro, é essencial a apresentação de novas acções e todos os contributos são importantes para realizar esta intenção.



Construção de uma bola "fotográfica em origami no âmbito da exposição *Uma cidade de Futebol* (2004)



Workshop *PhotoFinish* da autoria de Tiago Marques (2006).



Mostra de Trabalhos do Serviço Educativo 2003-2006, (*Workshop PhotoFinish* - 2006)

## 2. 2 OS PROGRAMAS EDUCATIVOS

O trabalho desenvolvido entre 2003 e 2005<sup>6</sup> articulou quatro vectores programáticos: as exposições, as técnicas fotográficas, as visitas à sala de leitura e o atelier para as famílias. Periodicamente incluiu, ainda, *workshops* de conservação e conferências. A partir desta grelha foi possível desenvolver actividades que acompanharam o decurso do ano lectivo. Para as férias de Verão (Junho a Agosto)<sup>7</sup> foi criada uma actividade em cada ano, dirigida a grupos organizados de crianças entre os 6 e os 12 anos, normalmente respeitando o tema da exposição patente nesse período.

Assim, o plano anual educativo articulou as seguintes acções, nos referidos horários:

- **Programa no âmbito da programação de exposições** - Para cada exposição foi preparada uma visita guiada e uma actividade elaborada a partir da temática da exposição vocacionada para alunos do 1º e 2º ciclos (dos 6 aos 12 anos) e visitas guiadas às exposições, bem como visitas à sala de leitura (quando solicitadas) para os restantes grupos escolares, às segundas-feiras, pelas 11 horas e 15 horas.
- **Programa Temático** - Preparação de actividades temáticas incluídas em eventos especiais ou solicitadas por professores (em horário solicitado).
- **Programa Sénior** - Com o objectivo de trazer ao Arquivo pessoas de todas as faixas etárias foram convidados grupos da 3ª idade a visitarem o Arquivo Fotográfico.
- **Programa Especial** - Apoio a iniciativas com deficientes, como por exemplo, o acolhimento e montagem da exposição de deficientes visuais, organizada pelo MEF e com o apoio do Departamento de Acção Social (CML) e visitas guiadas para pessoas com necessidades especiais.
- **Atelier Fotografia em Família** - Actividade destinada a pais e filhos, desenvolvida num laboratório de fotografia, aos sábados, pelas 15 horas.
- **Visita guiada pelos autores das exposições** - Sempre que foi possível, o autor da exposição foi convidado a fazer uma visita guiada à exposição, normalmente durante a semana, no final do dia (pelas 18 horas).
- **Visitas solicitadas ao Arquivo** - Visitas aos serviços do Arquivo com o objectivo de recolher informações para trabalhos específicos (sector da conservação, fotografia, sala de leitura e Serviço Educativo) em horário solicitado.

---

<sup>6</sup> No ano lectivo 2006/07 foi apresentado um programa com actividades para todos os níveis de ensino que permaneceu durante todo o ano lectivo.

<sup>7</sup> Em 2005 e 2006, o Serviço Educativo realizou a actividade no mês de Agosto. Nos anos anteriores, reservou este mês para as férias da equipa. Porém, em 2007 para colmatar o decréscimo de público, manteve a actividade de Verão de Julho a Setembro, nunca interrompendo a realização da mesma, apesar de colidir com a preparação do ano lectivo seguinte.

O Arquivo Fotográfico encerrou aos Sábados entre Abril de 2006<sup>8</sup> e Abril de 2007, razão pela qual não se manteve o atelier *Fotografia em Família*. Como o horário foi ajustado e a Instituição permaneceu aberta de segunda a sexta-feira, o Serviço Educativo realizou actividades todos os dias em 2 sessões, às 11 e às 14 horas (mediante marcação prévia). Todavia, desde Maio de 2007 que se mantêm as duas sessões diárias, tendo-se abdicado do atelier *Fotografia em Família*, ao Sábado, por dificuldades de o concretizar no laboratório (tal como foi originalmente concebido).

### 2. 3 A DIVULGAÇÃO

Quanto à divulgação, o Serviço Educativo contou com a colaboração da agenda cultural, na sessão das crianças e pontualmente com destaques de página inteira, bem como com o site do Arquivo Municipal de Lisboa. Contudo, os contactos pessoais estabelecidos com as reuniões nas escolas, solicitadas pela equipa do Serviço Educativo, bem como o envio por fax de informações sobre as actividades para as juntas de freguesia da cidade de Lisboa e os convites feitos a diversas instituições para visitarem o Arquivo garantiram a frequência dos públicos. Sempre que é possível remete-se uma carta a discriminar as actividades para as escolas ou instituições possivelmente interessadas nas mesmas (por exemplo na exposição *Uma Cidade de Futebol*, enviámos para todos os clubes de futebol existentes em Lisboa).

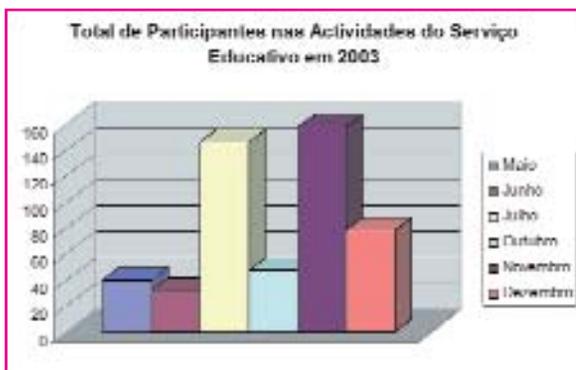
Desde 2004 contamos com a colaboração do autocarro cultural, da Câmara Municipal de Lisboa, que transporta os alunos do 1º e 2º ciclos, das escolas públicas da cidade para alguns programas educativos desenvolvidos na Instituição, garantindo uma frequência de público. Apesar desta colaboração não ser regular, pois estamos sujeitos à selecção dos locais a visitar por parte da equipa do autocarro cultural, é uma mais valia para o Arquivo Fotográfico.

Na verdade, é fundamental manter uma divulgação constante e uma rede de contactos permanente que consolide as relações com a instituição. O contacto privilegiado interpessoal requer um trabalho quase diário que nunca deve ser menosprezado.

A divulgação permanece com graves lacunas, talvez por falta de uma estratégia de comunicação atempadamente planeada e menos "burocrata" e seguramente por insuficiência de verbas para custear suportes de divulgação adequados ao público-alvo. Todavia, ainda assim, a apresentação dos programas é enviada aos meios de comunicação social, às instituições culturais e de ensino, aos funcionários da CML, para a *mailing list* do AML e ainda anunciada no site do AML (<http://arquivomunicipal.cm-lisboa.pt>).

---

<sup>8</sup> À excepção do dia 1de Abril, no qual se realizou o *workshop Álbuns Vitorianos*, da responsabilidade de Margarida Duarte.



Ver nota 9.

## 2.4 FREQUÊNCIA DE PÚBLICOS

Na tentativa de melhor explicar a frequência de públicos desde 2003, apresentamos gráficos anuais com os totais mensais de modo a comparar o número de participantes. Assim, no primeiro gráfico, referente a 2003, poder-se-á verificar que nos meses de Julho e Novembro houve mais participantes. No primeiro, com a presença de grupos oriundos das juntas de freguesia e instituições de ocupação dos tempos

livres e no segundo com a presença de grupos do 1º ciclo das escolas da área envolvente do Arquivo Fotográfico.

O ano de 2004, no qual realizámos mais experiências e trabalhámos com mais públicos, permitiu um acréscimo considerável no número de participantes. Por se ter realizado a exposição *Uma Cidade de Futebol*, com um tema aliciante para todos os públicos, foi possível traçar num plano transversal, que incluiu o público pré-escolar (dos 3 aos 5 anos) numa primeira e única experiência com este tipo de grupo, os deficientes auditivos e ainda os grupos de reformados. Desenvolvemos, igualmente, um programa temático, orientado por uma equipa do Departamento da Acção Social (mencionado anteriormente). Esta acção recuperou a experiência da *pin hole* para depois as imagens serem reveladas numa tenda/laboratório fotográfico, montada propositadamente na zona do bar/livraria existente na exposição, do Torreão Nascente da Cordoaria Nacional, a exposição também permitiu a primeira deslocação da equipa do Serviço Educativo, animando uma *exposição fora de portas*.

Neste ano também participámos na Feira do Livro, com uma actividade no âmbito das comemorações do Dia Mundial da Criança.



Se eu fosse um Fotógrafo...

Apesar de não termos tido exposição de Setembro a Dezembro de 2004, conseguimos criar uma actividade temática com retratos de grupo do princípio do século XX, existentes na base do Arquivo Fotográfico. A acção denominou-se *Se eu fosse um Fotógrafo...* e envolveu a criação de um estúdio fotográfico, onde, ao lado dos antigos retratos, se fez a cada criança (dos 6 aos 10 anos) uma fotografia polaróide.

No gráfico apresentado poder-se-á verificar que a maior afluência de público ocorreu no mês de Junho, com a presença de grupos numerosos de crianças dos 6 aos 12 anos,

oriundos do programa praia/campo das juntas de freguesia.

<sup>9</sup> Por ter sido o primeiro ano de trabalho, no total de 6 meses, estiveram presentes 501 participantes entre crianças dos 6 aos 12, jovens até 20 anos e adultos (famílias e particulares).

O ano 2005 iniciou o trabalho com um programa temático *O meu mapa de Lisboa*, no qual as crianças (dos 6 aos 10 anos) construíram um mapa com imagens antigas, colocando também "pegadas" que simularam um percurso imaginário pela baixa da cidade.

Durante o ano de 2005 houve alguns problemas que impediram um trabalho regular. Primeiro, o Arquivo Fotográfico inaugurou a primeira exposição do ano só em Fevereiro (Luísa Ferreira - *Há quanto tempo trabalha aqui?*), segundo, a partir de Agosto deixou de haver exposições.

Contudo, o facto de se ter realizado a 2ª edição da *LisboaPhoto*, agora com um projecto educativo, que cruzou os contributos de todos os serviços educativos das instituições parceiras do evento (CCB, Culturgest, Museu do Chiado, Museu Nacional de Arte Antiga e Divisão de Galerias e Ateliers da Câmara Municipal de Lisboa), manteve uma frequência de públicos, que dinamizou o Arquivo Fotográfico e a exposição *Joshua Benoliel* (a cargo do Arquivo Fotográfico), no Torreão Nascente da Cordoaria, durante os meses de Maio a Agosto.

Devido à ausência de exposições entre Setembro e Dezembro (situação que se prolongou, aliás, até Maio de 2006), foi criado um plano educativo com programas temáticos, comemorativos dos dias 5 de Outubro, 1 de Dezembro e das comemorações do terramoto de Lisboa, bem como um conjunto de *workshops* da responsabilidade do sector de conservação, destinado a adultos, que se distribuiu pelos meses de Junho, Julho, Outubro e Novembro. A realização do *workshop A Quarta Dimensão em Fotografia*, destinado a jovens (12 aos 15 anos), no mês de Fevereiro, apoiou um programa escolar, solicitado pela professora responsável.

Neste ano, no mês de Julho a afluência de público superou todos os outros meses, situação que ficou a dever-se, uma vez mais, aos grupos numerosos do programa praia/campo. Tanto em 2004 como em 2005, estes grupos estiveram presentes nas exposições apresentadas no torreão nascente, da Cordoaria Nacional, inseridas em iniciativas do Arquivo Fotográfico (EURO 2004 e *LisboaPhoto* 2005) por ter um espaço amplo para acolher grupos numerosos.

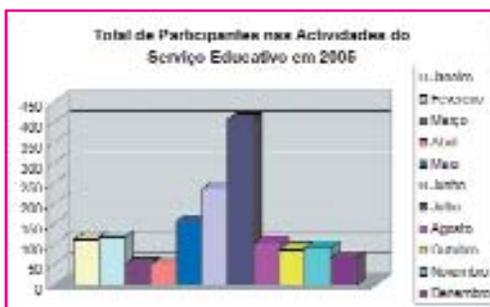


Ver nota 10.



Actividade *Toca e Foge* inserida na exposição *Joshua Benoliel* no torreão nascente da Cordoaria Nacional (2005)

<sup>10</sup> O total de participantes foi de 1807, entre crianças e adultos.



Ver nota 11.



Workshops de fotografia digital em movimento, da responsabilidade do fotógrafo Luís

Durante o ano de 2006 desenvolveram-se *workshops* de fotografia e de conservação nos meses de Fevereiro, Março e Abril, que mantiveram a frequência assídua do público adulto especialista (na maioria técnicos de restauro e conservação de fotografia).

Os *workshops* de fotografia digital em movimento, da responsabilidade do fotógrafo Luís Pavão, destinados a alunos do 2º, 3º ciclos e ensino secundário e realizados no mês de Fevereiro, proporcionaram à Instituição uma experiência única com sessões criativas e dinâmicas.

A concepção da *Mostra de Trabalhos de Serviço Educativo 2003-2006* - distribuída por diversos locais da Instituição: recepção, corredores, escadas, sala de exposições do 1º andar e bar - com uma selecção de trabalhos realizados entre 2003 e 2006 possibilitou uma análise dos projectos desenvolvidos, tão fundamental num Serviço Educativo. Assim, esta iniciativa permitiu apresentar os programas desenvolvidos e ponderar metodologias de trabalho.

Os meses de Junho e Julho, com os grupos das colónias de férias e de ocupação dos tempos livres, foram dinamizados com as actividades *Sopro de Vento* (construção de um *móvil*) e *Impressão Digital* (construção de um painel com fotografias antigas e pintura com as mãos). O Dia Mundial da Criança foi celebrado na Instituição com a actividade *Sopro de Vento* para vários grupos de uma escola do 1º ciclo e contou com a participação de 130 crianças.

Em Dezembro, realizou-se o *workshop Tratamento do espólio Eduardo Portugal*, orientado por Margarida Duarte e por Maria José Silva, sobre o inventário e tratamento das provas e dos álbuns do espólio Eduardo Portugal.

Em 2006, voltámos a ter mais afluência de público no mês de Julho, novamente com grupos numerosos do programa praia/campo. Todavia, a actividade *Impressão Digital* realizou-se dentro do Arquivo Fotográfico, ocupando a sala de exposições do rés-do-chão.



Mostra de Trabalhos do Serviço Educativo 2003-2006, (*O meu mapa de Lisboa - 2005* e filme da actividade inserida na exposição *Uma Cidade de Futebol*)

<sup>11</sup> No ano de 2005 contámos com 1478 participantes, entre crianças e adultos.

No mês de Maio de 2007 ocorreu o evento *Lisboa, Cidade do Livro*, com iniciativas em todos os pólos do AML<sup>15</sup>. Quanto ao Arquivo Fotográfico, foram convidados um editor de livros de fotografia (Manuel Rosa/Assírio & Alvim), fotógrafos (José Manuel Rodrigues, Rui Belo e José Luís Neto) e um investigador/fotógrafo (José Afonso Furtado) que apresentaram palestras sobre o livro e a fotografia. Estas iniciativas não contaram com um grande número de participantes, mas revestiram-se de um particular valor, pois permitiram reunir grupos de pessoas muito interessadas sobre o tema em análise e possibilitaram amplos e produtivos debates.

Contudo, houve um decréscimo considerável de público nos meses de Verão, apesar da afluência estar repartida pelos meses de Julho, Agosto e Setembro (estes dois últimos tendo em conta somente as marcações efectuadas até ao final de Julho).

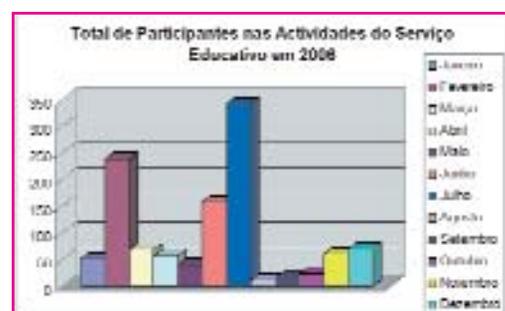
A actividade *Vamos a Banhos* destinada a dinamizar o período de Verão na Instituição suscitou algum interesse no público. Durante a sua realização, foram solicitadas diversas informações sobre a mesma, mas, ainda assim, as marcações não foram muito numerosas.

A actividade consistia, no primeiro momento, na apresentação de um conjunto de imagens da época balnear, principalmente na praia, do princípio do século XX até aos anos cinquenta, no qual se dava a conhecer o vestuário dos veraneantes. Num segundo momento, cada criança era convidada a construir um fato de banho imaginário usando, para o efeito, materiais como o papel, o plástico, o tecido, etc como o exemplo de jornais, revistas e garrafas de plástico. No fim, as crianças foram fotografadas em grupo. O programa foi destinado a grupos organizados de crianças com idades entre os 6 e os 12 anos.

Ao compararmos a frequência do tipo de públicos durante estes anos de trabalho, concluímos que há uma predominância das crianças dos 6 aos 12 anos, organizadas pelo nível de ensino, quan-



Workshop Tratamento do espólio Eduardo Portugal (2006)



Ver nota 12.



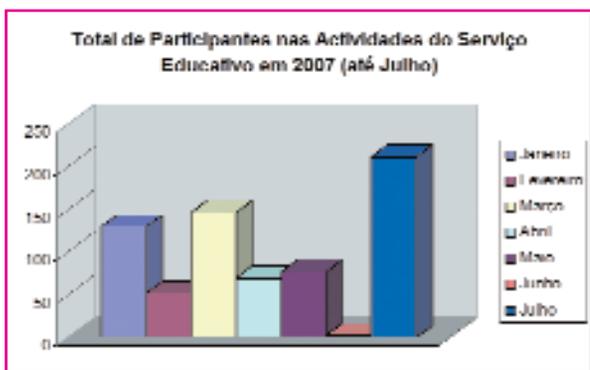
*Lisboa, Cidade do Livro* - Livros e Fotografias com José Afonso Furtado, em 10 de Maio de 2007



Actividade *Vamos a Banhos* 2007

<sup>12</sup> No ano de 2006 contámos com 1132 participantes.

<sup>15</sup> O número de participantes apresentado no gráfico corresponde somente aos visitantes do Arquivo Fotográfico.



Ver nota 14.

do acompanhadas pelos respectivos professores ou por programas de ocupação de tempos livres no período de Verão. É de referir também, que apesar do esforço em cativar outro tipo de público, as solicitações ainda são reduzidas.

Embora prevaleça uma insatisfação constante, principalmente por todas as dificuldades sentidas durante estes anos, as respostas dadas para concretizar os programas são sempre discutidas e encaradas como um ensaio que determina o

modo de superar os desafios e direcciona a elaboração de novas acções. Assim, é de relembrar que o trabalho educativo do AML/AF atende à realidade escolar e adequa o seu potencial aos diversos públicos. Porventura, afasta-se de um fio condutor bem definido para encontrar soluções pragmáticas, exequíveis e abrangentes.

### 3. CASOS ESTUDADOS: AS ACTIVIDADES NO ÂMBITO DA EXPOSIÇÃO UMA CIDADE DE FUTEBOL (2004) E A ACTIVIDADE IMPRESSÃO DIGITAL (2006)

Perante a necessidade de avaliar as acções com mais impacto no público, destacamos o programa educativo "dos 3 aos 99", integrado na exposição *Uma Cidade de Futebol* e a actividade *Impressão Digital*.

No primeiro caso, conseguimos dinamizar a exposição com grupos diversificados, com especial enfoque para as crianças com idades compreendidas entre os 6 e os 12 anos. A actividade desenvolvida com este grupo etário, bem como para a faixa dos 3 aos 5 anos, apostou na

interacção e foi composta por uma visita à exposição, por pinturas faciais e pela fotografia com a máquina polaróide, que cada criança pôde levar consigo como recordação de um dia na exposição *Uma Cidade de Futebol*.



Programa educativo dos 3 aos 99, integrado na exposição *Uma Cidade de Futebol*

Ao conciliar um tema do agrado geral das crianças (futebol) com uma prática pictórica, onde todos pintaram uma bandeira nacional das selecções presentes no EURO 2004 na cara de um amigo, facilmente se obteve um ambiente descontraído e divertido. Todas as crianças puderam brincar enquanto construíam a bandeira e muito frequentemente havia interpelações com a intenção de corrigir os desenhos que representavam as bandeiras. Deste modo, realizámos

uma actividade enquadrada numa festividade e num período de lazer lectivo, que muito entusiasmou os participantes, tendo também cativado os próprios responsáveis pelos grupos que facilmente aderiram e participaram activamente na iniciativa.

<sup>14</sup> Até ao mês de Julho contamos com 691 participantes.

A deslocação da equipa do Serviço Educativo para outro espaço municipal, apesar de implicar um esforço acrescido dos elementos - por terem de transportar regularmente os materiais de apoio às actividades com as crianças e por terem de se deslocar entre os dois locais (AF e Cordoaria) para darem resposta às solicitações - motivou o trabalho pedagógico com as experiências realizadas. Na verdade, as novas situações promovem desafios e como consequência, novos conhecimentos.



Programa educativo dos 3 aos 99, integrado na exposição *Uma Cidade de Futebol*

A realização de uma fotografia instantânea surpreendeu igualmente as crianças, mas foi claro o favoritismo das pinturas faciais. Ainda prevalece uma preferência pelas técnicas criativas já exploradas. A fotografia pode oferecer uma experiência única, mas a conciliação com outras expressões como a pintura, a música, o teatro, a dança e o cinema facilita a interacção e a satisfação dos participantes. Aliás, em bom rigor, todas as iniciativas que conciliaram outra expressão criativa confirmam esta constatação. Tanto o *workshop* realizado por Luís Pavão em 2005, que conciliava a fotografia com a imagem em movimento, numa junção de inúmeras fotografias em sequência e numa brincadeira com a luz de *flash*, como o *workshop* realizado pelo estagiário Tiago Marques, que conciliou o movimento corporal e o registo da imagem fotográfica em movimento num resultado surpreendente, comprovam que quando a fotografia é trabalhada a par de outras técnicas enriquece o momento da actividade.

Quanto ao segundo caso, a actividade *Impressão Digital* também ofereceu um ambiente de diversão, muito desejado pelas crianças em férias. A construção de um painel de grandes dimensões foi o resultado do trabalho colectivo dos participantes, pois cada criança colou uma fotocópia de um retrato previamente seleccionado da base de imagens do AF. A partir da imagem seleccionada, as crianças puderam pintar com *sticks* de maquilhagem desfeitos nas suas mãos. Assim, recorreram à expressão dos seus dedos para criarem riscos, contornos e preencherem espaços com cores diversas.



Actividade *Impressão Digital*.

A última fase do trabalho sugeriu a pintura fora dos limites da sua imagem podendo até afectar a imagem do amigo ao lado. Nesta fase, a brincadeira subia de tom, porque o que tinha começado por ser uma fotocópia podia facilmente transformar-se numa pintura "impressionista" ou abstracta e o painel ganhava vida e expressão. No fim, fotografámos o grupo e a fotografia foi enviada por e-mail às instituições responsáveis. Sem motivo aparente, um dos retratos (de um homem, com bigode e aperaltado) foi o mais escolhido, tendo-se feito a sua fotocópia repetidamente.



Actividade Impressão Digital.



Actividade Impressão Digital.

Das várias sessões ficaram muitos painéis com as imagens fotocopiadas impregnadas de superfícies de cor.

Constatámos também que muitas das crianças mais pequenas (até aos 8 anos) não gostavam especialmente da última parte do trabalho, aquela em que os amigos intervinham excessivamente no painel, interferindo na sua "obra". Verificámos, igualmente, que muitas delas saíram da Instituição "pintalgadas" com restos de cor, mas a verdade é que esta actividade surtiu uma nítida satisfação nos grupos.

Nesta experiência também conciliámos outra expressão com a fotografia, comprovando novamente o sucesso desta união. Assim sendo, é de referir que a qualidade do trabalho pedagógico reside igualmente na capacidade de convergir várias técnicas, numa fusão contínua de contributos. Para que seja possível este tipo de trabalho é fundamental uma experimentação constante, uma investigação de material, técnicas e formas de expressão e uma actualização quer a nível da formação dos elementos da equipa, quer a nível da aquisição de novos equipamentos e novos materiais.

## CONCLUSÃO

Apesar das dificuldades sentidas no decurso destes anos de trabalho, pode dizer-se que o "saldo" é positivo. Conseguimos criar uma equipa multifacetada, entusiasta e motivámos vários funcionários a apresentar intervenções (*workshops* de fotografia e conservação), fomentando um "espírito" de equipa transversal que toca todos os sectores do Arquivo Fotográfico. Este facto consolida um princípio estrutural do Serviço Educativo: todos estão a trabalhar para o público, não sendo este serviço um "enclave", mas um elo que articula todos os contributos para o mesmo fim.

Contudo, se, por um lado, um dos principais objectivos do Serviço Educativo do AF é divulgar o seu espólio fotográfico através da pesquisa de imagens na base da instituição, por outro, o facto de nela haver um trabalho técnico que cruza a conservação e a preservação da fotografia com a técnica fotográfica permite a elaboração de iniciativas apoiadas nestes conhecimentos. O recurso a técnicas e a outras formas de expressão criativa poderá dar igualmente resposta a propostas mais interactivas e criativas. A intenção de reforçar as abordagens teóricas dirigidas a um público adulto, dando a conhecer o espólio do AF através da apresentação de temas de investigação, com o apoio de convidados e funcionários do AML/AF, poderá ser também um mote de trabalho para o Serviço Educativo.



O portal Revelar Lx e a  
divulgação da documentação do  
Arquivo Municipal de Lisboa

---

Mónica Queiroz

## INTRODUÇÃO

Este artigo pretende explicar as origens do portal Revelar Lx, os objectivos e a metodologia seguida na sua construção, assim como o trabalho de equipa entre as Bibliotecas e os Arquivos, os novos comportamentos do público perante a *Internet* e a constante inovação e interactividade construída para divulgar o importante acervo documental existente no Departamento de Bibliotecas e Arquivos, sobretudo do Arquivo Municipal de Lisboa.

## ORIGEM DO PROJECTO

Revelar Lx é um projecto inserido num programa - iniciado em 2004 e terminado em Dezembro de 2006 – denominado LIGHT.



Figura 1 Página principal do Revelar Lx

O objectivo deste projecto é trazer “à luz” o valor do património cultural de cada região. Para além disso, está adjacente a noção de desenvolvimento do turismo cultural na Europa, superando fronteiras e permitindo que todos conheçam, a partir de conteúdos digitais e interactivos, as potencialidades da informação inserida nas bibliotecas e arquivos.



Figura 2 Logotipo do Projecto Light.

O programa foi co-financiado pela União Europeia, através do INTERREG IIIC<sup>1</sup>, tendo como objectivo salientar o papel dos arquivos e bibliotecas municipais enquanto centros de difusão e de promoção da informação sobre o património cultural local.

Participaram neste projecto cinco bibliotecas e arquivos de diferentes regiões europeias: Bokes (Hungria), Bolonha (Itália), Roskilde (Dinamarca), Veria (Grécia) e Lisboa (Portugal). Cada parceiro apresentou as suas propostas. A de Lisboa foi o **Revelar Lx – Espaço e Tempo**, projecto que visa revelar o inexplorado património histórico da cidade, com o cruzamento da informação existente nas bibliotecas e arquivos.



Figura 3 Logotipos Light e Interreg III

O passo seguinte foi a disponibilização de conteúdos na *Internet*, pois cada vez mais, o público utiliza as pesquisas na *web* como primeira ferramenta na busca de informação.

<sup>1</sup> Trata-se de um fundo europeu específico que visa ajudar várias regiões europeias a trabalharem em conjunto, como parceiros em projectos comuns, partilhando experiências, conhecimentos e desafios.

Para a avaliação dos vários projectos, os parceiros reuniram-se semestralmente para discutirem os seus trabalhos, metodologias, partilharem experiências e conceberem modelos, adaptando-os de acordo com os objectivos definidos pelo projecto LIGHT. Estas reuniões permitiram a abertura de fronteiras do conhecimento, porque cada região teve a oportunidade de conhecer as restantes, assim como o seu património cultural.

Findo o tempo de trabalho em conjunto (24 meses) entre os vários países, coube a cada região continuar a desenvolver o seu *site* interactivo e divulgá-lo junto das instituições e do público.



Figura 4 Logotipo Revelar Lx.

**Revelar Lx – Espaço e Tempo** foi o nome escolhido para um endereço na *Internet*, tendo como objectivos:

- revelar a história e o património da cidade de Lisboa – passado, presente e futuro.

Foi desenvolvido pelo Departamento de Bibliotecas e Arquivos, uma criação de raiz, concebido para a divulgação de conteúdos das bibliotecas municipais e dos arquivos, através de um grupo de trabalho diversificado na sua área de formação<sup>2</sup>.

## METODOLOGIA

No início do projecto, a equipa do Departamento de Bibliotecas e Arquivos efectuou várias reuniões para a concepção e arquitectura do *site*. Foi definido que tipo de informação a disponibilizar, quais os recursos informativos das duas instituições e qual seria a sua apresentação. Assim, planificaram-se os trabalhos no tempo disponível para o efeito, visto que os técnicos envolvidos no projecto desenvolviam em simultâneo, outras actividades no seu local de trabalho (ver fig. 5).

Como já existiam muitos *sites* na *web* sobre a história da cidade, o objectivo primordial foi concentrar toda essa informação dispersa num único espaço, ou seja concentrar os diversos recursos da *web*, escolhendo a informação mais importante, evitando os desnecessários “ruídos”<sup>3</sup>.



Figura 5 Página de apresentação do Revelar Lx

<sup>2</sup> **Revelar Lx** é um projecto que prova que é possível a integração de vários profissionais da informação independentemente das suas áreas de formação, tendo como objectivo a divulgação e a prestação de serviços ao público, interagindo com ele.

<sup>3</sup> Entende-se por “ruído” toda a informação apresentada e que não é pertinente.

Os conteúdos apresentados<sup>4</sup> numa página da *web* são muito importantes, assim como a rapidez e a obtenção de resultados quando se faz uma pesquisa *on-line* (*Internet*)<sup>5</sup>.

Em qualquer motor de busca pode-se fazer uma pesquisa simples, obtendo uma lista de resultados. Se os resultados obtidos não estão relacionados com a pesquisa realizada, então deverá fazer uma pesquisa mais concreta, a partir de uma palavra ou expressão específica para uma melhor obtenção de resultados.

Em ambiente *web*, o tempo médio para apresentação de uma página da *Internet* não deve exceder os 10 segundos, para que o utilizador não se disperse e abandone essa busca.

Estas noções também estão presentes nos serviços de referência dos arquivos nacionais, ou seja a acessibilidade, as formas de acesso e os instrumentos de descrição documental<sup>6</sup>, fundamentais para o acesso à documentação. O acesso pode ser por um lado, imediato, facultando a informação essencial ou, por outro, mais técnico ou exaustivo, direccionado aos investigadores que pretendam realizar um trabalho científico.

O *site* **Revelar Lx** tem como tema a cidade de Lisboa e para a sua concepção os objectivos foram os seguintes:

- fomentar o entusiasmo pelo *site*;
- facilitar a consulta;
- apresentar o maior número de resultados pertinentes;
- utilizar uma linguagem acessível a todas as pessoas;
- manter um sentido estético na apresentação dos resultados, assim como do *site* em geral.

O tipo de informação a ser disponibilizada foi a fase seguinte neste projecto. Constatou-se que a documentação seleccionada devia ser a mais procurada pelo público, quer a partir da aquisição de publicações, ou da documentação mais consultada nas salas de leitura dos equipamentos já

---

<sup>4</sup> CEES, J. Hamelink – “Desafios morais na sociedade da informação”. In OLIVEIRA, José Manuel Paquete de; CARDOSO, Gustavo Leitão; BARREIROS, José Jorge, org. – *Comunicação, cultura e tecnologias da informação*. 1ª ed. Lisboa: Químera, 2004. ISBN 972-589-137-6. p. 262, refere que o mais importante é a informação disponibilizada, ou seja, a pertinência da informação (ou qualidade) e não a quantidade. É essencial uma informação acessível e clara, que dê pistas, levando à procura de mais informação.

<sup>5</sup> Sobre a história da *Internet* veja-se o artigo de CASTELLS, Manuel – “A *Internet* e a sociedade em rede”. Idem, *Ibidem*, p. 221-244.

<sup>6</sup> Veja-se o artigo de PENTEADO, Pedro – “Serviço de referência em arquivos definitivos: alguns aspectos teóricos”. *Cadernos B-AD*. Lisboa. ISSN 0007-9421. N.º 2, 1.º vol (1995), p. 19-41.

referenciados. Também, por outro lado, queríamos atingir diferentes “público-alvo”, estudantes, investigadores, crianças, idosos ou simples curiosos, ou seja, ir ao encontro das expectativas de todos os utilizadores. Assim, concluímos que seria a documentação de fácil consulta, apelativa e simbólica de “revelar” o passado da cidade de Lisboa.

Seleccionou-se a informação de maior interesse e curiosidade que reunisse dados sobre a história, a arte e a literatura, relacionados com a cidade de Lisboa. Apresentou-se pela primeira vez e de forma inédita, mapas e documentos disponíveis no Arquivo Municipal de Lisboa, anexando uma lista bibliográfica de obras que podem ser consultadas nas bibliotecas municipais da cidade (ver fig. 6).

A documentação seleccionada foi:



Figura 6 Pormenor da quadrícula de uma planta de Filipe Folque

- *Cartulário Pombalino. Coleção de 70 prospectos (1758-1846);*
- *Atlas da Carta Topográfica de Lisboa, sob a direcção de Filipe Folque: 1856-1858;*
- *Levantamento da planta de Lisboa: 1904-1911, sob a direcção de Júlio da Silva Pinto;*
- Principais colecções de fotografia, cuja temática fosse essencialmente os acontecimentos da cidade de Lisboa.



Figura 7 Imagem do topo do site com um prospecto do Cartulário Pombalino

O *Cartulário Pombalino* é um conjunto de 70 alçados (com dimensões variadas) de edifícios aquando da reconstrução da cidade de Lisboa após o terramoto de 1755, segundo as directivas programáticas do Marquês de Pombal. Estes documentos mostram uma nova Lisboa, saída da catástrofe do século XVIII. Este conjunto documental foi

apresentado como cabeçalho da página principal do **Revelar LX**, para decoração do próprio *site* (ver fig. 7).

O *Atlas da Carta Topográfica de Lisboa, sob a direcção de Filipe Folque: (1856-1858)* e o *Levantamento da planta de Lisboa: 1904-1911, sob a direcção do engenheiro Júlio António Vieira da Silva Pinto* são importantes conjuntos de peças da cartografia histórica da cidade, que mostram a evolução geográfica da cidade entre 1856 e 1911.

O *Levantamento da planta de Lisboa: 1904-1911*, vulgarmente designado como Levantamento de Silva Pinto, é um documento único, constituído por 249 plantas coloridas à escala de 1:1000.

O *Atlas da Carta Topográfica de Lisboa, sob a direcção de Filipe Folque: 1856-1858*, vulgarmente conhecido por Atlas ou Levantamento de Filipe Folque é constituído por 65 plantas aguareladas em papel.



O menu superior foi organizado de forma simples e navegável. A base informativa do *site* está dividida em sete funcionalidades principais:

- Apresentação do Projecto
- Pontos de Interesse
- Projecto Escola
- Mapas
- Acontece
- Envie Postal
- Efemérides.

Na funcionalidade *Apresentação do Projecto* é descrito sumariamente a origem do projecto LIGHT, os objectivos e a equipa interveniente.

Nos *Pontos de Interesse* estão reunidos e descritos os principais edifícios de interesse cultural e

turístico da cidade. Selecionou-se, numa primeira fase, os que se situam na zona baixa e estão divididos da seguinte maneira: *Locais de Culto, Equipamentos, Palácios, Arte Pública e Toponímia*. Privilegiou-se primeiramente esta zona pois reúne um maior interesse histórico, patrimonial e artístico. Para cada um dos edifícios foi indicada a sua localização, data e autoria, elaborando-se um pequeno texto sumário com a sua descrição. Inseriu-se também uma imagem e os *links* das páginas que contêm informação relacionada. Incluiu-se o *link* ao portal do Arquivo Municipal e ao catálogo das Bibliotecas



Figura 10 *Ponto de Interesse* sobre o Mosteiro dos Jerónimos e o pormenor da *Visita Guiada*



Figura 11 *Sabia que...*, o livro de curiosidades do Revelar Lx

Municipais. Na mesma página é possível uma “visita guiada” sobre o edifício, que não é mais do que uma sequência de imagens antigas e actuais que revelam, simbolicamente, o espaço e o tempo desse local (ver fig. 10).

Na mesma zona, a funcionalidade *Sabia que...* apresenta um livro de curiosidades, concebido na forma de perguntas mais frequentes sobre a cidade e a sua história (ver fig. 11).

Circulando na barra do menu de funcionalidades, da esquerda para a direita, surge o *LxNotícias*, ou seja as principais notícias em destaque, informando as actividades a decorrer na cidade e remetendo para os *sites* das Bibliotecas e dos Arquivos Municipais de Lisboa.

O *Projecto Escola*, actualmente em desenvolvimento, pretende ir ao encontro das crianças e jovens, apelando ao uso do *site* na realização das pesquisas, como auxílio nos seus trabalhos escolares. O objectivo é a participação destas crianças e jovens no *site*, através da exposição

dos seus trabalhos *on-line*, convidando-os a participarem nas actividades dos serviços educativos do Departamento e visitarem os arquivos e bibliotecas. Estão ainda projectadas acções de divulgação do Revelar Lx junto das escolas do 2º ciclo<sup>7</sup> (ver fig. 12).

Na área central apresenta-se um quadro animado, composto por uma barra cronológica, que se desloca em dois sentidos (esquerdo e direito), quando se coloca o cursor sobre a mesma. Existe também um *Mapa Virtual*, dividido em quadrículas, estando só a zona baixa activa, permitindo a “visita” à cidade e aos seus locais de interesse. Estas duas funcionalidades encontram-se sempre presentes em toda a navegação do *site*, simbolizando o “tempo e o espaço”, em baixo e em rodapé encontra-se os logótipos institucionais e alertas de *copyright*.

Na funcionalidade *Mapas* encontramos documentos que mostram a evolução geográfica da cidade. Foram seleccionados cinco mapas que percorrem um período – do século XVI até à actualidade - permitindo ao utilizador navegar sobre os mesmos e seleccionar directamente os pontos de interesse já inseridos e disponíveis (ver fig. 13).

Para o preenchimento da *Barra Cronológica* é criada, de três em três meses, uma efeméride associada a um acontecimento importante da cidade de Lisboa, reunindo os factos e as histórias. A Restauração da Independência de 1640 inaugurou o *site* Revelar Lx no dia 1 de Dezembro de 2005. Outra efeméride escolhida foi o Regicídio de 1908, com a apresentação de um pequeno filme animado sobre o cortejo fúnebre do rei D. Carlos e do príncipe Luís Filipe, desde o Paço das Necessidades até ao Convento de São Vicente de Fora. A mais recente efeméride criada foi a Conquista de Lisboa aos Mouros por D. Afonso Henriques em 1147, data chave na história da cidade, com o início da governação sob a égide da Coroa portuguesa.



Figura 12 Imagem do Kivo do Serviço Educativo do Arquivo Municipal de Lisboa inserido no *Projecto Escola*



Figura 13 Menu com a funcionalidade *Mapas*

<sup>7</sup> A primeira acção de divulgação decorreu em Janeiro de 2007 na Escola Eugénio dos Santos, em Lisboa. Esta acção revelou o enorme aumento no uso da *Internet* nas escolas assim como o entusiasmo dos alunos na utilização destes recursos informáticos. Os professores foram incentivados a utilizar esta ferramenta nas suas aulas, bem como nas pesquisas a serem efectuadas para os trabalhos escolares. As áreas temáticas mais procuradas pelos alunos são: lazer, entretenimento, saber e cultura. A espera no *download* das páginas é o maior problema para o aborrecimento dos alunos. Estas conclusões também foram abordadas no seguinte estudo: OLIVEIRA, Paulo Vaz de – *As implicações do género nas novas tecnologias da informação: análise sociológica do projecto “Internet na Escola”*. Lisboa: [s.n.], 1998. Vol. II, p. 118-125. Dissertação de Mestrado em Estudos sobre Mulheres apresentada à Universidade Aberta. Policopiada.



Figura 14 Pormenor da animação com o cortejo fúnebre e inserido na efeméride sobre o Regidido



Figura 15 Página principal da efeméride Lisboa vai a Banhos



Figura 16 Página da funcionalidade Envie Postal

As efemérides também descrevem as tradições da cidade, como por exemplo as procissões de Lisboa, desenvolvendo a devoção e o culto aos santos mais representativos da cultura popular. Outra efeméride é *Lisboa vai a Banhos*, coincidente com a época de Verão e férias, redesenhando-se o trajecto dos banhistas de Lisboa até às praias de Algés (ver fig. 15).

Assim, o objectivo foi associar acontecimentos aos locais que os assistiram e vice-versa e que os tornaram memoráveis, sempre com recurso à documentação existente e disponibilizada pelas Bibliotecas e Arquivos, associando diversos *links* de várias instituições parceiras neste projecto.

O *Acontece* divulga a informação sobre a cidade de Lisboa, acontecimentos, exposições, colóquios e conferências. A agenda cultural da Câmara Municipal de Lisboa é divulgada mensalmente na funcionalidade *Lx Cultural*. No *Lx Juntas de Freguesia* podemos obter informação institucional e os respectivos *sites* na *web*. O *Lx Notícias* sugere as actividades das Bibliotecas e Arquivos Municipais, nomeadamente *wokshops* e visitas guiadas.

A funcionalidade *Envie Postal* permite seleccionar fotografias antigas de locais, pessoas ou acontecimentos, coincidentes com as efemérides que estão *on-line*, com a possibilidade de as enviar a um amigo como forma de divulgação do nosso *site*. O objectivo é preservar a memória visual da cidade e divulgar os recursos do Arquivo Municipal de Lisboa/Arquivo Fotográfico.(ver fig. 16).

No fim da página encontram-se algumas funcionalidades como: o *Mapa do Site*, que permite visualizar a estrutura dos conteúdos e guiar o utilizador; a *Perguntas Frequentes* visa dar

resposta às perguntas formuladas pelos utilizadores; o *Assine o Livro de Visitas* permite aos utilizadores fazerem as suas críticas, comentários e possíveis correcções; a *Política de Privacidade e Segurança* mostra a declaração de protecção relativamente aos dados pessoais fornecidos pelos nossos utilizadores e uma exoneração de responsabilidade sobre a produção, continuidade e validade da informação disponível em outros *sites*.

A ferramenta *Adicione aos Favoritos* permite a inserção do endereço do portal no grupo de favoritos e a funcionalidade *Sugira a um Amigo* possibilita através do preenchimento de um formulário o envio do endereço do **Revelar Lx** a um amigo. Finalmente os *Links Úteis* indicam alguns *sites* de interesse cultural sobre a cidade.

## CONCLUSÃO

O **Revelar Lx** é um *site* de divulgação sobre a cidade de Lisboa, difundindo o património cultural a todas as pessoas, sejam estudantes, crianças, turistas ou simplesmente curiosos, tentando despertar o gosto destes para com a História e dando a conhecer as bases informativas que se encontram nos Arquivos e Bibliotecas Municipais.

A justificação para a existência de um *site* destes consiste na crescente tendência em explorar as potencialidades que as novas tecnologias da informação oferecem, na modernização da autarquia e dos seus serviços e na maior participação do público, interagindo com os diversos serviços culturais da Câmara Municipal de Lisboa<sup>8</sup>.

Este projecto fomentou a cooperação entre autarquias para promoção dos acervos documentais existentes nas diversas instituições, através da realização de encontros e *workshops* que possibilitam a partilha de várias experiências para a concepção dos diversos *sites* na *Internet*.

A boa receptividade está patente no número de inscrições da *newsletter* e no número de visitantes, entre Fevereiro e Novembro de 2006 verificou-se uma média mensal de 4.038 visitas ao **Revelar Lx**, a maioria coincidindo com os vários lançamentos das efemérides.

O **Revelar Lx** é uma ferramenta muito útil que permite um conhecimento mais aprofundado sobre a história de Lisboa e que divulga as várias instituições da cidade que podem ser visitadas. Este portal temático sobre a cidade, pode ser visto como uma “aldeia global”<sup>9</sup>, virtual e acessível em poucos segundos, em <http://revelarlx.cm-lisboa.pt>.

---

<sup>8</sup> Sobre os objectivos para a construção de *websites* por parte das autarquias veja: SIMÕES, Maribel Gonçalves – *Internet: impactos e desafios nas tecnologias de informação nas Câmaras Municipais*. Braga: [s. n.], 2002. p. 65-67. Dissertação de Mestrado em Sistemas de Informação apresentada à Universidade do Minho. Policopiado.

<sup>9</sup> A noção de “aldeia global” surgiu da necessidade que o público tinha na procura de informação num curto espaço de tempo e nos processos de inovação resultantes das mudanças sociais (OLIVEIRA, José Paquete de; CARDOSO, Gustavo Leitão; BARREIROS, José Jorge – “Introdução”. In OLIVEIRA, José Paquete de; CARDOSO, Gustavo Leitão; BARREIROS, José Jorge, org. *Op. cit.* p. 16.

# Notícias

---

## ARQUIVOS CORRENTES

No âmbito do Projecto de Informação e Gestão Documental (PIeGD) que visa implementar um sistema integrado de Gestão Documental na Câmara Municipal de Lisboa, a Divisão de Gestão de Arquivos, fruto de um dinamismo que tem pautado a sua intervenção e relação com os serviços, criou dois projectos que têm o objectivo de:

### **Projecto de Gestão Integrada de Arquivos (PGIA)**

Tendo como caso de estudo o Arquivo Municipal de Lisboa pretende-se:

- a) Promover a interacção dos dois instrumentos de classificação documental existentes, permitindo-se que a classificação interaja nos documentos em fase corrente e posteriormente em fase histórica.

Para o efeito foi construído um Grupo de Trabalho de 11 técnicos e designou-se o projecto PCD vs QCD;

- b) Implementar o Plano de Classificação Documental nos secretariados dos 3 pólos do Arquivo Municipal, situados no Bairro da Liberdade, no Arco do Cego e na Rua da Palma. Objectiva-se também a criação de regras e procedimentos no que diz respeito à organização dos arquivos correntes destes secretariados;

À semelhança do que foi feito noutros serviços da Câmara, 2 técnicas estão a proceder ao

levantamento da documentação e de procedimentos administrativos e arquivísticos;

- c) Promover uma política de racionalização das aplicações informáticas, substituindo-se ou eliminando-se aplicações caseiras ou que após estudo e análise sejam substituídas pela aplicação informática do PIEGD.

Uma equipa de 2 técnicos está a proceder ao levantamento das funcionalidades de todas as aplicações existentes no AML para posterior avaliação e associação à aplicação utilizada no PIEGD.

### **Projecto de Preservação Digital (PPD)**

O Arquivo Municipal de Lisboa está consciente da importância do património arquivístico digital em sua posse e por si criado. Os documentos electrónicos, gerados no decurso das suas actividades, constituem um problema tecnológico e não apenas arquivístico. Se o documento que serve de prova de uma acção pode ser mais facilmente apagado ou modificado, a sua preservação em benefício das gerações futuras é uma preocupação premente para o município de Lisboa.

Com este propósito, constituiu-se o Grupo de Preservação Digital. Este tem por missão definir uma política interna de Preservação Digital, que oriente e regule a produção, gestão e conservação dos documentos digitais, produzidos ou recebidos pelos diversos serviços da CML, bem como a sua incorporação no Arquivo Municipal de Lisboa, através de:

- Análise e aplicação de estudos, normas e modelos estabelecidos a nível nacional e internacional para o efeito;
- Levantamento dos objectos digitais (suportes, formatos, conteúdos) existentes na CML;
- Elaboração de um documento que regule:
- A incorporação, circulação e manutenção dos documentos digitais;
- A sua preservação, armazenamento e acesso a longo prazo.

### AVALIAÇÃO DOCUMENTAL

O Grupo de Trabalho de Avaliação Documental (GTAD), foi criado em Junho de 2004. Tem como **missão** avaliar, seleccionar e eliminar a documentação desprovida de valor secundário/histórico existente nos depósitos do Arquivo Municipal e nos arquivos dos serviços produtores da CML.

A **metodologia** de trabalho do GTAD é aplicada em parceria com os colaboradores dos serviços. Esta parceria baseia-se no levantamento completo dos documentos de eliminação e de conservação permanente, referenciados na Portaria 412/2001, de 17 de Abril.

O processo de avaliação e selecção documental, tem como **objectivos gerais** a gestão integrada de documentos; valorizar e garantir a preservação do património documental do Município; promover a racionali-

zação de recursos e concorrer para a eficácia e eficiência da autarquia. E como **objectivos específicos**, contribuir para o descongestionamento da massa documental acumulada; sistematizar e organizar os documentos para um maior controlo sobre os mesmos; reduzir a uma dimensão adequada o volume da documentação a conservar; e tornar mais eficaz a recuperação da informação.

### SERVIÇO EDUCATIVO DO ARQUIVO MUNICIPAL DE LISBOA

O Serviço Educativo do Arquivo Municipal de Lisboa tem como objectivo divulgar o seu valioso património documental, disponibilizando a consulta dos documentos ao público e dando também a conhecer a importância da consulta de fontes primárias no desenvolvimento da plena cidadania, em especial para o público escolar, como complemento da sua formação curricular.

Enquadrado nesta vocação, o Serviço Educativo do Arquivo Municipal de Lisboa propõe um programa diversificado para grupos escolares, desde o pré-escolar ao ensino universitário e com necessidades educativas especiais, bem como para o público adulto.

Para os grupos escolares (do pré-escolar ao ensino universitário) existem programas educativos anuais, que contemplam acções interactivas com recurso a um trabalho criativo, de modo a apoiar o estudo dos conteúdos programáticos escolares, tornando-os mais vivos e apelativos. Propõe-se igualmente programas temporários no âmbito das exposições patentes ao público que incluem uma visita guiada à exposição e

actividades lúdico-pedagógicas para todas as faixas etárias.

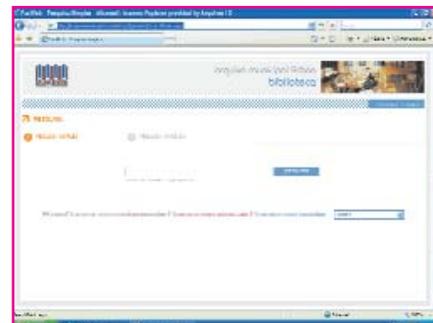
O Serviço Educativo também prepara actividades pedagógicas solicitadas pelos professores para apoiarem os programas escolares, nas áreas da fotografia, do arquivo e da pesquisa documental. Os *workshops*, destinados ao público adulto, permitem igualmente expor os aspectos técnicos de áreas de trabalho do Arquivo Municipal de Lisboa, em especial de conservação e digitalização de documentos.

Para o ano lectivo de 2007/2008, pretende-se, também, assinalar efemérides da História de Portugal, localizadas na cidade de Lisboa, de modo a apresentar os recursos documentais da Instituição aos grupos escolares. Através de um calendário temático, o Arquivo Municipal de Lisboa possibilitará iniciativas sobre a Implantação da República, o Terramoto de 1755, o Fim da Monarquia, o Regicídio, a Revolução de 25 de Abril e, no final do ano lectivo, sobre o Comércio no Princípio do Século XX em Lisboa.

O Serviço Educativo do Arquivo Municipal de Lisboa propõe uma relação estreita com professores e alunos da rede escolar da Grande Lisboa através de propostas inovadoras e criativas que fomentam o desenvolvimento da curiosidade intelectual, dando aos alunos a oportunidade de serem agentes activos e empenhados, tanto na construção dos próprios conhecimentos como na participação cívica de forma livre, responsável e crítica.

## BIBLIOTECAS DE APOIO À INVESTIGAÇÃO ARQUIVO MUNICIPAL DE LISBOA

As Bibliotecas do Arquivo Municipal têm como missão seleccionar, organizar e divulgar fundos bibliográficos especializados que constituem ferramentas essenciais para o estudo da cidade de Lisboa.



O seu fundo documental reúne um leque diversificado de recursos de informação, nomeadamente, monografias e publicações periódicas (entre as quais as Actas das Sessões de Câmara), e uma vasta colecção de material não-livro, constituída na sua maior parte por cartazes. Esta é uma das mais completas do país e inclui uma colecção particular de cartazes políticos de José Neves Águas.

A Biblioteca do Arquivo Fotográfico está vocacionada para apoiar a consulta e o estudo das imagens preservadas pelo Arquivo, integrando uma colecção de bibliografia especializada nesta área.

Para além de um fundo geral no domínio da produção e da história da fotografia, inclui um importante núcleo sobre fotografia contemporânea e cerca de 200 títulos de publicações periódicas da colecção particular de Mário Nogueira.

O Arquivo empreendeu a reorganização e tratamento completo do fundo documental das Bibliotecas e está empenhado em conciliar a preservação e a difusão do seu

espólio, quer através da disponibilização de meios tecnológicos de acesso por via digital, quer a partir de eventos pontuais e novos serviços, a fim de proporcionar uma informação mais completa e actualizada, a todos os seus utilizadores.

Dentro deste contexto, o projecto de reorganização das Bibliotecas dos Arquivos Histórico/Intermédio e Arco do Cego já está concluído, encontrando-se o seu catálogo disponível *on-line*, através do Portal do Arquivo Municipal <http://arquivomunicipal.cm-lisboa.pt/pacweb/>. A Biblioteca do Arquivo Fotográfico encontra-se em fase de

conclusão, estando a sua reabertura ao público prevista para Janeiro de 2008. Simultaneamente será também disponibilizado *on-line* o catálogo desta Biblioteca.

Brevemente, será possível efectuar pesquisas integradas a partir do Portal do Arquivo. Esta nova funcionalidade permitirá pesquisas simultâneas no catálogo dos Arquivos e das suas Bibliotecas, passando o utilizador a obter, em tempo útil, informação disponibilizada pelo Arquivo Municipal, seja documento de arquivo ou bibliografia sobre determinado assunto.

---









Câmara Municipal  
**Lisboa**